Coleção
Tramas
#06

AS FACETAS DA FRAUDE

CINCO ANOS DE CRÓNICAS NA VISÃO

Organização
Nuno Gonçalves
Carlos Pimenta

OBEGEF
Observatório de Economia e Gestão de Fraude

AS FACETAS DA FRAUDE

CINCO ANOS DE CRÓNICAS NA VISÃO

AUTORES

Alda Correia
Ana Maria Bandeira
André Vieira de Castro
António João Maia
Aurora Teixeira
Carlos Pimenta
Edgar Pimenta
Egídio Cardoso
Elisabete Maciel
Fernando Costa Lima
Glória Teixeira
Henrique Santos
João Gomes
João Pedro Martins
José António Moreira
Luís Torgo
Manuel Castelo Branco
Maria Amélia Monteiro
Maria do Céu Ribeiro
Mariana Costa
Nuno Gonçalves
Nuno Moreira
Óscar Afonso
Paulo Vasconcelos
Ana Aguiar
Pedro Santos Moura
Rui Henrique Alves

ORGANIZAÇÃO

Nuno Gonçalves
Carlos Pimenta

PREFÁCIO

Pedro Camacho

húmus

OBEGEF
Observatório de Economia e Gestão de Fraude

AS FACETAS DA FRAUDE
CINCO ANOS DE CRÓNICAS NA VISÃO

Organização: Nuno Gonçalves |Carlos Pimenta

Prefácio: Pedro Camacho

Capa: Edições Húmus (a partir de layout de António Pedro)

© OBEGEF – Observatório de Economia e Gestão de Fraude
© Edições Húmus, Lda., 2014
End. Postal: Apartado 7081
4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão
Tel. 926 375 305
humus@humus.com.pt

1.ª edição: Setembro de 2014
ISBN: 978-989-755-082-9

Os artigos (inicialmente crónicas) são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Após a entrada em vigor do novo acordo ortográfico uns autores adoptaram-nos, outros não. Mantemos o grafismo utilizado inicialmente pelos autores.

ÍNDICE

Prefácio 21
Pedro Camacho

INTRODUÇÃO

Nuno Gonçalves / Carlos Pimenta 23

Brandos Costumes, Fraudes Ardentes 26
Carlos Pimenta

I CAPÍTULO
CONTEXTOS PROPÍCIOS À FRAUDE

Um travão chamado burocracia 33
António João Maia

O tempo foge e a fraude agarra-o 39
Carlos Pimenta

Idoneidade: afinal para que serve? 42
Fernando Costa Lima

"Bancos e Imobiliárias animam Wall Street (...)
Aposto que o Tony Carreira não vai faltar!" 45
Henrique Santos

Profissão? – Gestor 49
Henrique Santos

Estratégias 51
António João Maia

"Ilusionados" 56
António João Maia

Direitos, Acções Executivas e Folhas de Papel 61
Mariana Costa

A propósito de iliteracia financeira 64
José António Moreira

Do drama pungente à esperança renascida 67
Carlos Pimenta

II CAPÍTULO
FRAUDENAS INSTITUIÇÕES

Fraude, ganância e (des)confiança 77
José António Moreira

A mentira da "verdade": a fraude na Satyam 82
José António Moreira

"Criatividade contabilística" ilustrada com a Portugal Telecom 86
José António Moreira

A Auditoria (Forense) e a Fraude 89
Nuno Moreira

O paradoxo da confiança 93
José António Moreira

A marca CTT não levou a carta a Garcia 97
Carlos Pimenta

"Negócio da Caixa já rende 39 milhões". Ignorância ou algo mais? 100
José António Moreira

Quem é a próxima vítima de fraude? 103
José António Moreira

2009-08-13

Entre golos e apitos se lava o dinheiro 106
Carlos Pimenta

A prevenção da fraude 112
António João Maia

Os bónus milionários: velhas práticas, 115
novos contextos 115
Carlos Pimenta

Inovar no combate à fraude por subfacturação 122
José António Moreira

2009-10-08

Chegaram as Auditorias "milagrosas"! 125
Nuno Moreira

«Animal Spirits»: o caso da corrupção 128
José António Moreira

Que fez hoje contra a fraude? Que pensa fazer amanhã? 130
Carlos Pimenta

Fraude Interna – Mitos, Realidades e Abordagens 133
Pedro Santos Moura

Denunciar ou não, eis a questão 138
Carlos Pimenta

Não peça crédito. Recorra à fraude! 144
Carlos Pimenta

A auditoria e o recente livro "verde"... ou (cartão) "amarelo" ? 146
Nuno Moreira

A "Troika"... um retrocesso na Prevenção da Corrupção nas Autarquias? 150
Nuno Moreira

A elegância da simplicidade 154
João Gomes

O Risco de Fraude nas organizações e a necessidade (urgente) de o gerir 157
Nuno Moreira

Fraude no sistema de saúde: ignorar ou agir? 159
João Gomes

Insolvências: Resignação ou Proatividade? 162
Nuno Moreira

A reforma do mercado europeu de auditoria....Um contributo adicional... 165
Nuno Moreira

Fraude em seguros aumenta em tempo de crise 168
João Gomes

Fraude em tempos de crise 171
José António Moreira

Não há mal que sempre dure nem "mal" que não se acabe... 174
Maria do Céu Ribeiro

Accountability 177
Pedro Santos Moura

A Grande Burla Legal 181
João Pedro Martins

Como estamos de (Corporate) Governance... 183
Nuno Moreira

A Árvore da Fraude ou a Árvore das Patacas... 186
André Vieira Castro

III CAPÍTULO
CORRUPÇÃO

O amor à família e a fraude 193
Carlos Pimenta

A corrupção e os portugueses 195
Carlos Pimenta

Deus dá a memória conforme a moral 198
Carlos Pimenta

Partidos, eleições, financiamento e o mexilhão 200
Carlos Pimenta

Comissões, submarinos e transparência 203
José António Moreira

Corrupção: «emprego» de alguns, desemprego de muitos 206
Carlos Pimenta

Combate à corrupção e ao crime económico - precisamos de uma nova abordagem? 209
Fernando Costa Lima

Atenção à corrupção, mas nem só desta vive o defraudador 211
Carlos Pimenta

Corrupção, Dívida Pública e as Garantias dos Políticos (e equiparados) 214
Glória Teixeira

Depois de roubado trancas à porta 217
Carlos Pimenta

Prescrições de milhões 227
José António Moreira

Dia Internacional contra a Corrupção 230
Carlos Pimenta

O novo regime geral das taxas das autarquias locais 232
Mariana Costa

Baguim de Alforges e a globalização 235
Carlos Pimenta

Política e Negócios 240
Manuel Castelo Branco

Um sistema legal doente: a epidemia dos conflitos de interesses em Portugal 242
Glória Teixeira

Enriquecimento ilícito. De que estamos a falar? 244
Carlos Pimenta

Corrupção ou corrupções? - De que falamos quando falamos de corrupção 252
António João Maia

Conflitos e interesses 261
José António Moreira

Corrupção política em Portugal: dez milhões de vítimas 264
António João Maia

Corrupção e Burocracia: um equilíbrio difícil 267
Glória Teixeira

Publicidade ilegal 269
Carlos Pimenta

Corrupção – crime sem vítima? 272
António João Maia

Expectativas defraudadas 276
João Gomes

Corrupção em Portugal *versus* Portugal "na corrupção" 279
Manuel Castelo Branco

Poderá a televisão estar relacionada com a corrupção? 282
Manuel Castelo Branco

Iniciativa a louvar contra a corrupção 285
Carlos Pimenta

Educar contra a corrupção? 288
Manuel Castelo Branco

A prevenção da corrupção...o caminho faz-se caminhando... 291
Nuno Moreira

A obra do fim de mandato 294
Maria Amélia Monteiro

Corrupção em Portugal – entre a percepção e a realidade 296
António João Maia

IV CAPÍTULO
SOCIEDADE E ÉTICA

Crónica de uma metamorfose anunciada: Offshores 303
Carlos Pimenta

«A Máquina do Tempo» 307
António João Maia

Falências em tempos de crise 312
José António Moreira

Fundações, Madoff e Supervisão 316
Paulo Vasconcelos

A fraude como um acto de egoísmo 319
António João Maia

Criminoso até prova em contrário 322
José António Moreira

A necessidade de fraude 326
Pedro Santos Moura

O silêncio ensurdecedor do crime 329
Carlos Pimenta

Quero votar em mobilidade 333
Paulo Vasconcelos

"Face Oculta": um mau pensamento que me ocorreu 337
José António Moreira

Intermitência da fraude 339
Carlos Pimenta

Reputação a quanto obrigas 346
Pedro Santos Moura

Multiópticas: as lentes da publicidade enganosa 348
José António Moreira

Fraude – Da necessidade de «passar das palavras às acções» 351
Pedro Santos Moura

José Sócrates foi vítima de Fraude! 354
Henrique Santos

Foi você que pediu para ser enganado? 356
José António Moreira

Transparência, *striptease* e *voyeurismo* 359
Fernando Costa Lima

Sistemas de repartição: de trabalhador responsável a pensionista reconhecido 361
Paulo Vasconcelos & Ana Aguiar

Se há fraude é porque EU quero! 365
Henrique Santos

Ousar 367
Paulo Vasconcelos

Roubo praticado por quem não é «ladrão» 370
José António Moreira

Immanuel Kant assassinado no Tamisa 373
Carlos Pimenta

Fraude social, ou indícios avulsos? 377
José António Moreira

Ditados & Fraude 380
Pedro Santos Moura

Parábolas, concursos e prescrições. Em tempo de Verão. 382
José António Moreira

Pão e Circo 385
António João Maia

Subcontratemos a governação do país! 388
José António Moreira

A Preto-e-Branco 390
António João Maia

Se uma "oferta" parecer boa de mais ... 393
José António Moreira

Os Tempos Contemporâneos e a Fraude 395
Pedro Santos Moura

A Democracia: uma grande "fraude"? 398
Rui Henrique Alves

Denúncia de fraudes e corrupção 400
José António Moreira

Revolução e Corrupção 403
Carlos Pimenta

Preço dos combustíveis: carburador mal regulado 406
Paulo Vasconcelos

Transparência, Confiança e Fraude 409
Pedro Santos Moura

Ao representante do FMI 413
Carlos Pimenta

A "Auto-Fraude" 418
Pedro Santos Moura

A saúde, a fraude e o jogo do gato e do rato 421
Carlos Pimenta

Alô, é da Suíça? 426
José António Moreira

Políticos, mentiras e fraude 428
Aurora Teixeira

Errata 431
Paulo Vasconcelos

Dignos, mas pobres 434
António João Maia

Dúvidas do amanhã! 437
Carlos Pimenta

Uma questão de equilíbrio 439
Alda Correia

E se?... – A propósito de Transparência 441
António João Maia

O fim da ética? 445
Fernando Costa Lima

A armadilha 447
José António Moreira

Quem nunca coisou, que atire a primeira pedra! 451
Henrique Santos

Está lá, mas não se vê! 454
Paulo Vasconcelos

As raposas e as galinhas 457
Carlos Pimenta

A situação financeira portuguesa e a falência da Enron: pontos de contacto 459
José António Moreira

Fraude, Modelos & Cultura 462
Pedro Santos Moura

Nós simplesmente não fazemos 465
Henrique Santos

Coitadinho do doente 467
Luís Torgo

O raio dos mercados 470
Carlos Pimenta

Escândalos empresariais e ensino em gestão 473
Manuel Castelo Branco

O Sexo, a Igreja e a Fraude 476
Henrique Santos

Atribua-se uma cara ao Estado 478
Mariana Costa

Duas comédias do mesmo drama 480
Carlos Pimenta

Segurança Social: um "esquema de Ponzi" em nome da solidariedade 483
José António Moreira

Henrique Santos

Racionando com ética ou ética racionada? 488
Aurora Teixeira

A propósito dos Armstrong: cidadãos do mundo 491
Paulo Vasconcelos

Análise de impacto fraudulento 494
Carlos Pimenta

Criatividade ou fraude: pode a escolha da palavra afetar o consciente coletivo? 496
José António Moreira

Oportunidades e Oportunismos 499
Mariana Costa

Fraude, pseudónimos e pifos: Mulas e o 're/(a)fundar o Estado' 501
Aurora Teixeira

O mentiroso admitiu a mentira 503
Paulo Vasconcelos

O homem que amou a Troika 505
João Pedro Martins

Quando a esmola é grande, o pobre (des)confia 507
Alda Correia

Espaço Público (falta de) 509
Pedro Santos Moura

Os deputados da Assembleia da República e os estudantes universitários: que falta(s) fazem? 511
Aurora Teixeira

Parcerias Público-Privadas –mais transparência discursiva... 514
António João Maia

A teoria dual do ser humano 518
Henrique Santos

A Verdadeira Reforma? 520
Rui Henrique Alves

O maior burlão de todos os tempos 522
João Pedro Martins

"Venha o diabo e escolha" 524
Mariana Costa

Mais vale prevenir do que remediar 526
Maria do Céu Ribeiro

Lagarteiro e EDP 529
Carlos Pimenta

Listas coloridas dos *offshores* *532*
Carlos Pimenta

Rankings das escolas: desordenação e desigualdade de oportunidades 535
Paulo Vasconcelos

V CAPÍTULO
FRAUDE E EVASÃO FISCAL

Podem as leis más ou incompetentes incentivar a fraude? 543
Glória Teixeira

A caminho do inferno... para o paraíso! 545
Aurora Teixeira

Os instrumentos de luta contra a fraude e abuso fiscais 547
Glória Teixeira

A Moda da Evasão Fiscal 550
Nuno Gonçalves

IVA da restauração, em tempos de diminuição da evasão fiscal 552
José António Moreira

Qualidade da informação financeira em tempos de crise 555
José António Moreira

Um Sorteio para a Prevenção da Evasão Fiscal? 558
Nuno Gonçalves

VI CAPÍTULO
ECONOMIA NÃO-REGISTADA

Observando a sombra 563
Óscar Afonso

A sombra (de)cresce 565
Óscar Afonso

Economia Não Registada: o que abrange e o que é geralmente abrangido 568
Óscar Afonso

O que vale o PIB? 571
Rui Henrique Alves

Economia Não Registada em Portugal 574
Óscar Afonso

Reflectindo sobre as consequências da Economia Não Registada 577
Óscar Afonso

Especulando sobre algumas causas da economia não registada em Portugal 580
Óscar Afonso

Como medir a Economia Sombra? 583
Óscar Afonso

Carlos Pimenta

Qual o Peso da Economia Sombra Sectorial em Portugal? 590
Óscar Afonso

A Economia Sombra e o Défice 593
Óscar Afonso

Economia Sombra: algumas implicações, causas e soluções 596
Óscar Afonso

Fraude nas notícias 599
Carlos Pimenta

Impacto de Políticas Governamentais na Economia Não-Registada, nos Salários e no Crescimento Económico 602
Óscar Afonso

Desemprego e Economia Paralela em Tempos de Crise 605
Nuno Gonçalves

O Índice da Economia Não Registada em Portugal 607
Óscar Afonso

Uma breve nota sobre o conceito de Economia Paralela 611 611
Nuno Gonçalves

HAWALA – Sistemas Informais de Remessa de Valores 614
Egídio Cardoso

Economia não Registada: (in)desejabilidade, medida e previsível evolução 617
Óscar Afonso

A economia paralela e seus efeitos no crescimento económico 620
Nuno Gonçalves

Novíssimo sistema de faturação ainda entra em vigor em 2013 622
Henrique Santos

O Cumprimento Fiscal, a Economia Paralela e a Sociedade 624
Nuno Gonçalves

Não se Visa esclarecer 627
Carlos Pimenta

VII CAPÍTULO
TECNOLOGIA E CIBERFRAUDE

Sistemas de informação: Redutores ou impulsionadores da fraude? 633
Edgar Pimenta

A fraude no maravilhoso mundo novo da Internet! 637
Edgar Pimenta

Vírus, vírus e mais vírus 641
Edgar Pimenta

Pescar à rede ou com arpão? 645
Edgar Pimenta

A Fraude das Patentes de Software 647
Luís Torgo

A vida na palma da mão 650
Edgar Pimenta

Segurança da informação: a ilusão 652
Elisabete Maciel

A Fraude e a informática 655
Edgar Pimenta

Dados clínicos: estarão seguros? 658
Elisabete Maciel

VIII CAPÍTULO
FRAUDE ACADÉMICA

A fraude académica: minando o nosso futuro... 663
Aurora Teixeira

O admirável mundo 'velho' da academia 666
Aurora Teixeira

O juramento dos hipócritas ... sobre um dos maiores casos de fraude académica na história da medicina 669
Aurora Teixeira

"Publicar ou morrer" - "Publicar e matar": a fraude e a esquizofrenia na academia 671
Aurora Teixeira

Plágio nas teses/dissertações... e então o(s) orientador(es)? 675
Aurora Teixeira

O lado 'lunar' da inovação e da criatividade 678
Aurora Teixeira

Política com 'inspiração' divina! 680
Aurora Teixeira

«Exorcizando» os fantasmas da fraude académica com um toque germânico 682
Aurora Teixeira

Justiça à portuguesa: "Quem copiar leva 10 valores" ... e o burro sou eu?... 684
Aurora Teixeira

Plágio e heróis trágicos (?) - Tramas de uma verdadeira 'tragédia grega' 686
Aurora Teixeira

Portugal e o inferno de Bosch 689
Aurora Teixeira

IX CAPÍTULO
OUTROS ASSUNTOS

Mais leis? Não, obrigado. 693
Fernando Costa Lima

A Crise. Ainda a Crise. Novamente a Crise . . . 696
António João Maia

Prevenção ou Repressão da Criminalidade Económico-Financeira? 700
Glória Teixeira

A Importância da Formação Técnica Específica 702
António João Maia

Efeitos esperados do novo Sistema de Normalização Contabilística 709
Ana Maria Bandeira

PME Investe? 711
Henrique Santos

A "carta da Nigéria" que veio da África do Sul 714
Mariana Costa

Gostava de viver num país sem fraude? 716
Henrique Santos

A Justiça portuguesa tem «palavra de honra» 718
Henrique Santos

Descentralização e Transparência 720
Glória Teixeira

Conflitos de interesses e sistemas de incentivos 722
Fernando Costa Lima

Histórias de uma crise anunciada 724
Mariana Costa

Ceteris Paribus... 726
Rui Henrique Alves

Contratos de adesão e tempestades 728
Mariana Costa

Não Defraudar Expectativas: A "Troika" e os Municípios 731
Rui Henrique Alves

Facilitação na constituição de empresas e comportamentos fraudulentos e corruptos 734
Manuel Castelo Branco

O vitalício não dura para sempre 737
Henrique Santos

ANEXO

Lista das crónicas 741

PREFÁCIO

UMA COLUNA CONTRA A INDIFERENÇA

Quem espera encontrar no «Silêncio da Fraude» uma vigilância atenta aos casos de falta de transparência, imoralidade e crime, no mundo da economia, não ficará defraudado. Quem procura uma análise permanente ao funcionamento do sistema financeiro e a denúncia constante da lei da selva que reina nos chamados «mercados» – ou, melhor dizendo, na rede global que lhe dá consistência e que integra o sistema bancário e parabancário, bolsas, offshores e paraísos fiscais, com toda a panóplia de instrumentos e esquemas nacionais e transfronteira que lhe estão associados, não ficará, igualmente, desiludido com este conjunto de crónicas. E o mesmo se pode dizer a quem procura um olhar crítico sobre consultores jurídicos, especialistas em fiscalidade, entidades certificadoras de contas, de supervisão da banca e do mercado de capitais, polícias e tribunais – teia de entidades públicas e privadas que combatem aquela realidade, pactuam com ela ou dela objetivamente beneficiam. Assim como estará no sítio certo quem espera encontrar neste espaço uma crítica direta – muitas vezes «impiedosa» – à falência dos sistemas de controlo, supervisão, investigação e penalização reinantes neste mundo financeiro, seja por incapacidade efetiva das instituições, falta de vontade política dos grandes decisores ou pura promiscuidade de interesses ilegítimos.

Este conjunto de crónicas, coordenadas pelo OBEGEF (Observatório de Economia e Gestão de Fraude) e publicadas regularmente no site da VISÃO desde 17 de dezembro de 2008, inicialmente com o nome «A Gestão da Fraude», cumpre um importante serviço cívico de fiscalização e denúncia dos abusos que são gerados na «roda dos milhões» que circulam ininterruptamente pelo mundo fora, Portugal incluído. Um mundo virtual, contabilístico e digital, capaz de criar fortunas artificiais em segundos… e dramas bem reais no mundo «a sério» das empresas e das pessoas, também de um momento para o outro.

Para surpresa de «toda» a gente, vivemos hoje o drama GES/BES, e ainda com custos e/ou responsabilidades por fechar em inúmeros outros casos «impensáveis», como o do BPN, o BPP, a «Operação Furacão», o «Monte Branco»... ou a «Face Oculta», o Freeport, o caso dos submarinos... Tudo isto dá sentido e atualidade a este conjunto de 222 crónicas agora reunidas neste livro. Mas o trabalho dos seus autores – que, espera-se, esteja para ficar – vai bem mais longe do que a simples denúncia e análise de pequenos e grandes escândalos mais ou menos mediáticos.

Neste esforço de romper com o silêncio que faz da fraude rainha, encontra-se também netas crónicas uma importante dimensão de pensamento analítico, onde se questionam opções técnicas, decisões políticas, modelos de organização social e económica, culturas corporativas, de empresas e instituições, dinâmicas sociais e comportamentos individuais. Não é apenas sobre banca e paraísos fiscais que irá ler nestas páginas. Porque não é apenas esta a realidade que importa conhecer, questionar e discutir. Nestas crónicas, além dos temas mais estreitamente ligados à economia e à macrofinança, nacional e internacional, irá encontrar assuntos como o futebol, a Justiça, os media, o sistema político, as parcerias público-privadas, a organização e a ética empresarial, o funcionamento dos hospitais, a informação ao consumidor, a educação contra a corrupção, o financiamento partidário, a política de prestações sociais e, até, a própria «natureza» humana.

O sistema financeiro é uma peça fundamental no mundo em que vivemos, um mundo capitalista, de mercado livre, sem fronteiras, sem limites à livre circulação de capitais. É, também por isso, uma peça fundamental dos grandes movimentos de fraude, corrupção, evasão fiscal e lavagem de dinheiro proveniente de todo o tipo de crimes. Mas não deixa de ser um simples veículo, um mero instrumento. A fraude e a corrupção encontram-se, necessariamente, noutro nível, nos comportamentos individuais e nas políticas públicas – nos comportamentos que temos todos os dias e nas políticas que todos nós escolhemos e ratificamos com o nosso voto ou a nossa complacência.

Por tudo isto, as crónicas do «Silêncio da Fraude» não são zonas neutras. São, necessariamente, espaços de intervenção, de opinião – múltipla, livre, diversa, e, muitas vezes, controversa. Mas sempre pertinente num mundo que permite, em demasia, os excessos do mundo financeiro.

Pedro Camacho
Pulisher e Director da Visão

INTRODUÇÃO

A fraude – acto intencional de pessoas, individuais ou colectivas, perpetrado com logro, e que provoca, efectiva ou potencialmente, dano a cidadãos e instituições, violando as boas práticas ou a lei – é um fenómeno que envolve toda a sociedade.

Complexa e opaca, a fraude não é facilmente percepcionada, conhecida e estudada. Apesar da ocasional exposição pública de episódios de fraude, em que a sociedade civil reconhece a necessidade de actuar para conter o dano, na maioria dos casos o conhecimento dá-se somente através da experiência pessoal de cada cidadão, que na sua individualidade transmite a informação aos seus próximos, enquanto o público como um todo a ela permanece alheio. Foi na busca de respostas para o problema da fraude em Portugal que o Observatório de Economia e Gestão de Fraude (OBEGEF) iniciou a sua actividade, procurando perceber como esta se comporta, que formas e contextos assume e como pode ser contida.

Quando a Pós-Graduação em Gestão de Fraude foi criada e implementada em 2007/2008 na Universidade do Porto, compreendeu-se que a importância social da fraude contrasta com a pouca relevância que geralmente lhe é atribuída. A opinião pública normalmente assume que a multiplicidade de fenómenos que podemos designar por fraude e corrupção são um acidente de percurso, um fenómeno pontual protagonizado por alguém privado de ética. A contrastar com esta visão superficial movimentam-se dinâmicas sociais, institucionais e individuais que vão tomando controlo progressivo da sociedade em que vivemos. Se é verdade que se pode dizer que a fraude sempre existiu, podendo-se descuidadamente remeter para a "natureza humana", não deixa de se verificar, desde a década de 1980, uma vaga avassaladora de fraudes contras as empresas e das empresas, contra o Estado e no Estado, perpetuada por uma estrutura legal que lhes dá cobertura, através da desregulação, da redução da fiscalização e da descriminalização, bem

como de paraísos fiscais e judiciários, onde a transparência é uma palavra anatematizada.

Perante a falta de informação generalizada e aproveitando a potencialidade de uma equipa com formação e experiência muito diversificadas, desde cedo foi assumida a importância de ter um espaço de diálogo regular com o público. Nesse sentido foram contactados diversos jornais, económicos e generalistas, que manifestando interesse pela ideia acabaram por se remeter ao silêncio. Nessa fase inicial apenas a revista Visão dialogou, aceitou a proposta e colocou à disposição um espaço na sua edição electrónica. Sentia-se que se estava a embarcar numa nova aventura quando a 17 de Dezembro de 2008 foi publicada a primeira crónica na Visão. Integrar num trabalho editorial uma temática tão esotérica para o leitor comum como é a fraude não é de todo trivial, o que fez com que a sua localização oscilasse entre a notícia e a opinião e passasse por um blog, até que, progressivamente a partir de meados de 2012, se materializou na rubrica *Silêncio da Fraude*.

Entretanto, as relações entre vários intervenientes na referida Pós-Graduação tinham dado lugar à criação do OBEGEF, uma associação privada sem fins lucrativos visando a formação, o esclarecimento, e a investigação na área da fraude. O Observatório é hoje o suporte institucional das crónicas, que não reflectem uma posição oficial da organização, mas o quadro de fundo que nos conduz: contribuir para a redução da fraude e da corrupção, promover uma sociedade mais ética e justa.

As temáticas abordadas e a leitura feita sobre elas é da responsabilidade de cada um dos cronistas. Apesar de alguma eventual repetição temática, cada crónica reflecte o ponto de vista distinto do autor. A formação académica, a experiência de vida e actividade profissional, as concepções filosóficas, as facetas do processo de fraude mais relevantes e as informações do quotidiano são motivações para o conteúdo e forma de cada crónica. De consenso fácil ou de temática polémica, fixando-se nos núcleos duros da fraude ou percorrendo contextos ou incidentes daquela, as crónicas foram fluindo numa liberdade individual que respeitamos e que nos enriquece de uma leitura multireferencial e interdisciplinar.

Neste livro pretende-se organizar e sintetizar os primeiros cinco anos de crónicas sobre fraude do OEBEGF na Visão *online*. O propósito é o de contribuir de forma acessível e despretensiosa para a consciencialização e compreensão do fenómeno da fraude, facilitar o ponto de partida para um debate mais amplo e consolidar pontos de vista oriundos de diversas áreas.

A compilação é organizada em nove temas. Cada um é meramente indicativo pois a classificação das crónicas não é exclusiva – algumas poderiam ser classificadas em vários temas simultaneamente, pelo que após a orientação dos autores optou-se pelo que mais se adequa ao seu conteúdo central. A selecção das crónicas para este compêndio foi baseada numa primeira fase pelos autores e na adequação do conteúdo à temática da fraude. Numa segunda fase excluíram-se algumas crónicas que, por dizerem respeito a circunstâncias particulares do momento em que foram escritas, hoje estão descontextualizadas, não se enquadrando na estrutura do livro. São organizadas as crónicas na sua versão original, tal como foram publicadas na Visão *online*. No que diz respeito ao Acordo Ortográfico a escrita das crónicas segue o momento e o critério de cada autor.

Para iniciar esta compilação convida-se o leitor a descobrir a primeira crónica publicada na Visão, "Brandos Costumes, Fraudes Ardentes".

Não se poderia finalizar esta introdução sem deixar de agradecer à revista Visão por esta parceria que lançou as sementes para o diálogo público sobre as temáticas da fraude e do qual germina uma sociedade mais atenta, informada e activa no combate à fraude.

Nuno Gonçalves
Carlos Pimenta

BRANDOS COSTUMES, FRAUDES ARDENTES

> Todos nós sabemos o que é uma acção desonesta, mas o que é a honestidade, isso, ninguém sabe. (ANTON TCHERKHOV, in Montreynaud, F. - Dicionário de Citações Lisboa: Editorial Inquérito, 1985)

1. Ludibriar com engenho, para silenciosamente obter vantagem à custa de outros, ou a que outros não tiveram acesso, é arte velha, afirmando alguns que é inerente à natureza humana. Mesmo quando nos imaginamos caldeados em brandos costumes, somos pouco propensos a condenar tais práticas, certamente reprováveis eticamente, frequentemente atentatórias das leis que nos regem. Leis que, afinal, encaramos como obstáculos a contornar. A evasão fiscal é jogo de vãs glórias. Olhando o espelho, confirmamos a presença no rosto que nos olha os traços da honestidade, emergindo de uma calda de opacidade e pacatez. Afinal somos todos fruto de uma cultura que respira a maresia em fim de tarde tranquilo.

Contudo nos últimos vinte anos as fraudes apresentam-se cada vez mais frequentes e assumem crescentemente uma dimensão económica relevante.

Ninguém lhe escapa: do Parlamento Europeu às pequenas empresas; dos bancos aos hospitais; do Estado aos particulares. Todos nós somos potenciais alvos. Da apropriação e utilização indevida de recursos à corrupção; da fuga ao fisco às transacções de branqueamento de capitais; da manipulação dos registos contabilísticos à utilização de cheques e documentos de identificação falsos, das declarações aleivosas aos convites por e-mail para se ser fiel depositário de fortunas inexistentes; da falsificação de cartões de crédito ou de pagamento à venda do que não existe, há uma lista infinita de ilegalidades e ilicitudes que a imaginação e a compreensão humanas têm dificuldade em inventariar.

A crise económica que actualmente vivemos evidenciou, com a força das catástrofes, que a fraude tem-se entrelaçado com os negócios mais empreendedores e criadores de rendimento, que se tem malevolamente apoderado dos meios tecnológicos que permitiram a humanidade aproximar os homens num diálogo interplanetário. A crise despoletou situações de fraude que estavam encobertas, que deixaram de poder manter-se e reproduzir-se com o esfumar da liquidez e das facilidades de crédito.

Para todos nós tornou-se habitual defrontarmo-nos quotidianamente com notícias sobre fraudes que envolvem muitos milhões de euros. Noutros

países e em Portugal, e nem lá nem cá é acontecimento fortuito, efeito de mentes alheias à ética e prenhes de ganância.

Os factos desmentem qualquer ilusão. Segundo a estimativa do académico alemão Schneider (veja-se, por exemplo, Schneider, Friedrich. 2004. The Size of the Shadow Economies of 145 Countries all over the World: First Results over the Period 1999 to 2003. IZA - Discussion Paper , #. 1431), em 2007 a «economia sombra» portuguesa – englobando uma parte das fraudes e indiciando um ambiente favorável à sua prática, mas também incluindo outras actividades ilegais diversas – corresponderia a uma pilha de notas de 100 € quase da altura da Torre dos Clérigos[1]. Apenas uma parte das fraudes, quiçá as mais viáveis de quantificar, representam entre 1,5% e 2,0% do Produto Interno Bruto português, isto é, entre 3 e 4 mil milhões de dólares em 2007. Só a fraude ocupacional nas empresas representa 10% do seu volume de vendas, isto é, as 500 maiores empresas portuguesas (segundo os dados de "As 500 Maiores & Melhores", Revista Exame de Outubro de 2007) foram durante o ano passado, vítimas de fraude ocupacional em aproximadamente 9 mil milhões de euros. Estudos diversos revelam inequivocamente que os traços culturais portugueses são mais propícios à aceitação e realização da fraude que muitos outros povos europeus (ver, por exemplo, Tsakumis, George T. e outros. 2007. The relation between national cultural dimensions and tax evasion. Journal of International Accounting, Auditing and Taxation 16 (2):131-147.)

2. Apesar dos dados anteriores serem dramáticos, outros temas criminais nos preocupam bem mais: a violência já nos roça nos interstícios do nosso quotidiano. Tornaram-se corriqueiros os relatos de actos de violência em assaltos, em ajuste de contas entre grupos rivais, em raptos e assassínios de contornos mais nebulosos. A intensidade ou frequência destes acontecimentos revelados geram-nos, de quando em vez, uma revolta incontida,

1 NOTA POSTERIOR (10/2012): Esta comparação está profundamente errada. Analisemos em pormenor. Giddens, na página 21/2 de *O Mundo na Era da Globalização* (Lisboa, Presença) afirma: "para a maioria das pessoas um milhão de dólares é muito dinheiro. Medido em montes de notas de 100 dólares, atinge a altura de vinte centímetros". Este dado pode ser confirmado pela espessura de uma nota de 100 dólares. Segundo o estudo do Schneider anteriormente referido a economia sombra é, naquele ano, de 21,2% do PIB. Este, segundo a Pordata é de 169.319.221 milhares de euros. Assim sendo a economia sombra assume o valor de 35.895.674,852 milhares de euros. Utilizando a imagem de Giddens, tal valor corresponde a um monte de 717.913,5 cm de notas de 100 euros, admitindo que a espessura da nota de euro é igual à do dólar. 717.913 cm é 7.179 m, é 7,179 Km.

mas rapidamente a crispação acidental suaviza e retomamos a complacência perante o que não controlamos. A crença de que códigos, polícias e políticos sejam capazes de extirpar estes tumores sociais foi-se esvaindo e progressivamente integramo-los nos nossos usos e costume, esperando passivamente ou agindo de forma a que tais situações só aconteçam aos outros. O terrorismo está fora do nosso controlo, assume frequentemente proporções ciclópicas, mas vamo-nos consolando, sobressaltados, com o facto do terrorismo ainda não ter feito estragos de monta próximo de nós. Mantemos a esperança que este jardim à beira mar plantado se mantenha imune. Narcotizamo-nos no reconhecimento de que pode haver alguma prevenção, como o demonstram as notícias de desmantelamento de alguns actos projectados.

Terrorismo, violência e fraude, são apesar de tudo, cenários que nos assombram em encruzilhadas e intensidades diferentes.

A fraude é silenciosa, revela-se esporadicamente mesmo quando existe duradoiramente, não parece assumir dor, perda de vidas humanas ou pôr em causa a ordem pública. Frequentemente envolve cifras enormes, que o nosso salário ou poupanças acumuladas não permitem conceber lucidamente, mas passa ao nosso lado. Desde que não ponha em causa os depósitos que fizemos no banco – esperemos que não, para isso há as entidades reguladoras, o Governo e Deus! –, não nos atinja com algum produto falsificado, tóxico ou inimigo da natureza, ou não afecte o nosso clube de futebol são acontecimento que pouco têm a ver connosco. A própria descrição dos acontecimentos é suficientemente nebulosa, com terminologia incompreensível, incapaz de alertar a nossa consciência.

A violência sim, essa é que nos preocupa verdadeiramente. Convive connosco, pode bater-nos à porta e ser dolorosa.

3. O crime violento revela-se e o terrorismo assassina. A fraude económica actua silenciosa, com um deslizar brando. Contudo os seus tentáculos espalham-se como vírus contaminando perigosamente todo o tecido social, a cada um de nós e a todos.

O crime organizado, o terrorismo e a fraude são facetas de uma mesma realidade internacional omnipresente, são metástases dos cancros que destroem a cidadania, obscurecem a democracia e metamorfoseiam-na em plutocracia, que degeneram as relações éticas entre os homens, que enfraquecem a actividade económica e agrava as desigualdades sociais, que deterioram a qualidade de vida e a sobrevivência ambiental. As instituições,

vítimas ou prevaricadores, estão presentes em todo o nosso quotidiano: da empresa a quem compramos ou a quem confiamos as nossas poupanças ao Estado a que pertencemos; do clube desportivo pelo qual nos emocionamos ao partido político em que confiamos; do amigo com quem convivemos a nós próprios em algumas situações.

No limite podemos dizer, por exemplo, que a insubordinação e a insegurança escolar e as operações obscuras em offshores envolvendo conglomerados de empresas são peças do mesmo puzzle, construído na degenerescência das relações morais e no império do capital fictício ou fraudulento.

Estamos rodeados de «economia sombra» e de fraude. Estamos rodeados e por ela somos inundados.

4. A fraude e o crime económico propagam-se nos interstícios da nossa indiferença. Mais, a fraude é contagiosa (Ver Goel, R.K. & Nelson, M.A. - Are corrupt acts contagious? Evidence from the United States. Journal of Policy Modeling Vol. 29. n.º 6 (2007). p. 839-850).

A fraude acontece, mas não é inevitável. É possível detectar, combater e condenar. É possível prevenir e restringir a sua amplitude. Uma opinião pública esclarecida, um conhecimento científico interdisciplinar de muitos e uma atitude de perscrutação e vigilância são componentes importantes desse processo.

Este espaço visa contribuir para esse esclarecimento, para a troca de ideias. As crónicas serão, ao longo dos tempos, de estilos e abordagens muito diferentes como heterogéneas são as preocupações e formações dos diversos intervenientes, unidos pela importância do combate à fraude, pela investigação, acção e ensino em torno destas problemáticas.

A sua informação, a sua opinião, a sua divulgação destas crónicas são um enriquecimento e uma honra para todos nós.

Carlos Pimenta
2008-12-15

I CAPÍTULO
CONTEXTOS PROPÍCIOS À FRAUDE

UM TRAVÃO CHAMADO BUROCRACIA

Ao longo das duas últimas crónicas que divulguei através deste mesmo espaço ("*A Máquina do Tempo*" e "*A Importância da Formação Técnica Específica*"), tenho vindo a apresentar alguns dos (muitos) aspectos que concorrem para que a Justiça em Portugal se revele particularmente lenta na produção dos resultados do seu trabalho e, consequentemente, se tenha vindo crescentemente a desacreditar aos olhos da generalidade da população.

O propósito do texto de hoje vem ainda na mesma sequência, ou seja de continuarmos a fazer uma reflexão acerca de alguns dos aspectos que, em nosso entender, concorrem para a realidade do que parece ser a Justiça em Portugal nos nossos dias. Iremos assim, ao longo das próximas linhas, referir-nos ao contributo que os aspectos burocráticos podem representar no contexto da demora da prossecução dos processos judiciais.

A Burocracia é um termo que todos mais ou menos conhecemos e que corresponde "grosso modo" aos procedimentos internos que uma instituição possui para definir o seu próprio modo de funcionamento. Max Weber foi, como sabemos, o primeiro e talvez o maior cientista social a estudar a fundo as organizações e o seu modo de funcionamento, ou seja a aprofundar o conceito sociológico que é conhecido precisamente como "BUROCRACIA".

Não é naturalmente nosso propósito fazermos aqui qualquer análise científica do conceito, embora importe que dele fixemos o seguinte:

- O desenvolvimento cultural, social e económico do ser humano tem-se realizado através da complexificação das relações entre as pessoas e sobretudo entre as instituições;
- A partir de certo ponto, essa crescente complexificação das relações interpessoais e interinstitucionais apenas parece ter sido possível com o estabelecimento de normas (de regras) definidoras dos comportamentos correctos (aceites e concordantes com as expecta-

tivas do grupo que as cria) e, por oposição, dos incorrectos (os que desrespeitam essas expectativas);
- As regras definidoras do funcionamento de uma instituição (quer em termos do seu funcionamento interno, quer em termos da forma de se relacionar com as pessoas ou instituições que lhe são exteriores, com as quais tem de relacionar-se) são pré-estabelecidas e redigidas por forma a que ninguém tenha dúvidas dos procedimentos a seguir;
- Essas regras são definidas em função da prossecução dos objectivos da instituição.

É neste contexto que nasce também a noção de "*funcionário burocrata*", como sendo o funcionário de toda a organização que cumpre zelosamente (religiosamente) todas as suas tarefas em concordância com as regras próprias da instituição.

Não temos qualquer dúvida de que a Burocracia é algo de indispensável para o bom funcionamento de uma sociedade dita de evoluída, e mais, que nos parece impossível continuarmos a fazer evoluir as nossas sociedades sem que este aspecto da burocracia tenha necessariamente de estar presente.

O problema porém coloca-se quando as instituições, por força dessa burocracia, tendem a apresentar sinais de se afastarem gradualmente do mundo em que vivem e dos seus objectivos sociais, porque o rigor do cumprimento das regras burocráticas que as definem as vai tornando em certa medida "*autistas*".

Não sei se a Justiça em Portugal está num caminho com estas características, mas por vezes é um pouco esta a sensação que nos vai deixando. Vimos aqui, na crónica anterior, que as decisões da justiça são todas elas legitimas, ou seja, estão naturalmente em concordância com as normas burocráticas definidoras da sua forma de funcionamento. Ou seja, por outras palavras, analisadas do ponto de vista interno (dos ponto de vista dos próprios serviços de Justiça), tudo está concordante com as regras. Porém do ponto de vista externo (da restante sociedade) será que essa percepção interna é compreendida ou, no limite, aceitável? Estamos em crer que não. Que, por um lado, as pessoas não percebem a necessidade de um tempo tão excessivo para se conhecerem os resultados do trabalho da Justiça (como parece ser o caso flagrante da criminalidade económica e financeira) e, por outro lado (também já o tínhamos visto), por vezes nem sequer sentem como

justo o resultado de tal trabalho (recorde-se o exemplo do "*caso Esmeralda*", que atribuiu o poder paternal da menina ao pai biológico, num momento em que toda a sociedade entendia que os "pais adoptivos" seriam as pessoas melhor talhadas para essa função).

Não temos dúvidas que a burocracia é necessária para o desenvolvimento das relações numa sociedade evoluída, porém, essa burocracia não pode tornar-se numa espécie de "*cegueira*". Há que, a todo o momento, identificar situações em que a conformidade com a regra se torna num afastamento dos objectivos institucionais. Não estamos a defender que nestas situações se deva desobedecer à regra (obviamente que tal não pode nem deve acontecer!), mas que a própria regra deve ser repensada e, se necessário, substituída por uma nova, mais ajustada à realidade da prossecução dos objectivos da instituição.

Um dos problemas da Burocracia, dizem-nos os estudos sociológicos realizados posteriormente a Weber, reside no facto de a imperiosa necessidade de cumprimento das regras tender a retirar capacidade de discernimento aos funcionários. Robert Merton verificou bem este efeito quando, no âmbito do desenvolvimento da conhecida teoria da Anomia (MERTON, Robert, "*Social Structure and Anomie*", in "*American Sociological Review*", Vol. 3 (1938), 672 - 682), definiu o grupo dos Ritualistas, que, por força de tanto terem interiorizado as regras definidoras do contexto sócio - cultural de que fazem parte, acabam por perder as referências dos objectivos que o grupo em que se encontram inseridos busca alcançar (todos certamente já nos cruzamos com funcionários com estas características, que não são sequer capazes de informar os utentes, que eventualmente os questionem, acerca da localização dos outros departamentos que integram a instituição a que pertencem, nem muito menos se revelam capazes de identificar quais as funções próprias de cada um desses departamentos).

Relativamente aos aspectos burocráticos da Justiça, é nossa percepção que os "entraves" (consideramos "entraves" todas as dificuldades que resultem da necessidade imperiosa do cumprimento das regras, para as situações que, podendo ser solucionadas de forma mais expedita - sem colocar em causa essas mesmas regras -, por não o serem, acarretam um arrastamento no tempo no procedimento em curso no sistema de Justiça) resultantes da burocracia, se colocam a duas dimensões: Dentro dos próprios Departamentos da Justiça onde os Processos Judiciais correm os seus termos, e também na relação desses Departamentos com a sociedade,

designadamente com as instituições que a integram e que, em razão das suas funções, são possuidoras de elementos necessários para a prossecução desses mesmos Procedimentos Judicias. Vejamos ambas as situações a partir de dois pequenos e simples exemplos que, eu diria, ocorrem todos os dias em Portugal ao nível da condução dos Processos Judiciais.

Um dos exemplos de um "entrave" burocrático ocorrido no interior do próprio Departamento da Justiça onde corre termos o Procedimento Judicial:

> A prossecução de um Processo Judicial carece urgentemente de um determinado tipo de informação que consta de uma base de dados de um outro serviço (público ou privado), o qual, por seu turno, apenas libertará essa mesma informação depois de receber o documento que formaliza esse mesmo pedido, designadamente de um Ofício ou de um Fax. Se esse documento, que formaliza o pedido de informação, apenas puder ser assinado pelo responsável pela unidade orgânica que conduz o Processo Judicial (em concordância com a correspondente norma existente nesse Departamento de Justiça), e se esse funcionário responsável por essa unidade orgânica estiver ausente por uma outra qualquer questão de serviço, regressando às instalações do Departamento apenas alguns dias depois, a continuidade do Processo Judicial terá de ficar necessariamente a aguardar o seu regresso, sem que nada possa ser feito pelo funcionário que efectivamente tem por funções a condução desse Processo Judicial.
>
> A este propósito não resisto a contar uma pequena história: Há muitos anos, um amigo meu, que trabalhava num Departamento da Justiça Portuguesa, cuja identificação não é importante, contou-me que o Chefe da Secção onde então prestava serviço tinha uma regra muito clara que nunca desrespeitava e que fazia questão de transmitir pessoalmente a cada novo funcionário que chegava a essa Secção. De acordo com essa regra, em cada dia da semana o referido Chefe assinava apenas os Ofícios (então ainda não existia a possibilidade técnica de se utilizar o Fax) de um dos cinco Grupos de trabalho que compunham a Secção, não autorizando sequer que os chefes de Grupo pudessem fazer esse trabalho nas suas ausências, alegando que era seu dever funcional fazer o acompanhamento de todos os procedimentos da Secção. Assim, dizia esse meu amigo, não valia a pena preocupar-se sequer com questões pontuais de celeridade, uma vez que tudo estava dependente do dia da semana em que o expediente do seu Grupo ia a despacho.

Vejamos agora um exemplo de um "*entrave*" burocrático resultante do relacionamento entre o Departamento da Justiça onde decorre o Procedimento Judicial e uma qualquer instituição que lhe é exterior:

> O funcionário do Departamento de Justiça que no âmbito das suas funções conduz um Procedimento Judicial tem urgentemente de colher um determinado tipo de informação junto de um outro serviço Público exterior ao sistema de Justiça. Desloca-se a esse serviço na posse do necessário Ofício que legitima e fundamenta o pedido da informação em questão, fazendo-o pessoalmente por forma a poder trazer logo consigo a tão importante informação, mas esses serviços acabam por declinar a entrega dos elementos, alegando por exemplo que o responsável não está presente para ponderar e autorizar a entrega de tais elementos, ou para assinar o Ofício de resposta, e portanto a informação-solicitada será oportunamente remetida através dos serviços postais.

São exemplos muito simples, porventura caricatos, mas efectivamente continuam a fazer parte do relacionamento intra e interinstitucional que caracteriza o dia-a-dia do funcionamento da nossa Justiça, e que, adicionados a outros com contornos mais ou menos semelhantes, ajudam a perceber todo o tempo que é necessário despender para que um Procedimento Judicial chegue a uma conclusão.

Não estamos de forma alguma a defender que a burocracia é desnecessária. Tal não é sequer imaginável, dada a importância nevrálgica que representa a existência de regras. Porém por vezes parece evidente que algumas das regras existentes poderiam muito bem ser alteradas, sem que o sentido de funcionamento das instituições se desvirtuasse. Bem pelo contrário, com algumas alterações o sistema ficaria bem mais aligeirado e nesse sentido tornar-se-ia mais concordante com o que a sociedade dele espera, nomeadamente num tempo em que por força das constantes inovações tecnológicas, a vida social é pautada por ritmos cada vez mais rápidos.

Há porém ainda um último aspecto que importa referir, que se encontra também associado ao desajustado funcionamento das regras burocráticas. Referimo-nos a um factor tão importante como a motivação dos funcionários que exercem as suas funções nos diversos Departamentos de Justiça. Se, como pressupomos, nos primeiros anos de serviço, após iniciarem funções, a maioria dos funcionários se mostra com elevados índices de motivação para desempenharem as suas tarefas com os melhores índices de empenha-

mento, de brio e até de zelo, com o decurso do tempo e com os sucessivos "*entraves*" burocráticos com que o seu trabalho (e o seu "*eu*") se vai cruzando, julgamos que naturalmente podem tender a perder esse ímpeto, a reduzir a sua motivação e o seu empenhamento, experimentando no limite sentimentos de desapontamento e de desinteresse pela sua profissão.

António João Maia
2009-05-28

O TEMPO FOGE E A FRAUDE AGARRA-O

1. “O tempo escapa-se-me entre os dedos” é considerado pelo chefe de tribo de uma ilha Samoa, no século XIX quando de uma visita à Europa, como uma doença do homem branco, que ele nunca entendeu.

Estudos antropológicos posteriores revelaram inequivocamente a existência de diferentes concepções de tempo entre os povos, moldados pela sucessão de acontecimentos sociais, ora impostos por dinâmicas físicas e biológicas (dia e noite, estações do ano, sucessão de colheitas, etc.), ora por culturas e crenças (festividades, acontecimentos religiosos, etc.), ora por práticas sociais institucionalizadas (nascimentos, mortes, substituição de chefias, etc.). De tal modo diferentes que algumas línguas não têm palavras para designar o tempo enquanto outras as têm em abundância. Tempos diferentes entre culturas, entre povos, entre pessoas integradas no mesmo espaço social, mas com práticas quotidianas diferentes.

Ainda hoje é possível dizer com toda a propriedade que “um africano vive metade do tempo de um europeu; mas paradoxalmente, tem muito mais tempo” (“Vagamundos”, Tabu, 29/05/2009).

O tempo é, em alguma medida, imposto ao homem, mas também é, em grande medida construído pelo Homem. É uma construção vital que marca a configuração do futuro e o usufruto do presente.

2. O tempo circular – repetitivo, que nos permite fazer amanhã ou que não fizemos hoje – articula-se com o tempo linear – único, que introduz o “atraso” no que devíamos ter feito hoje e não fizemos. No primeiro o presente é comandado pelo passado. No segundo o presente é comandado pelo futuro. O tempo linear é irreversível porque visa atingir um objectivo futuro, porque se molda pelo prazo das tarefas e o valor dos recursos do projecto a construir, porque se concretiza em práticas institucionais.

A correlação de forças entre o “tempo circular” e o “tempo linear” marca a forma de funcionamento das sociedades. A entrada das crianças

no sistema educativo marca o início da aprendizagem da irreversibilidade e da importância de se construir o futuro.

A hegemonia do tempo linear nas sociedades coloca uma questão central nas estratégias colectivas e individuais: qual é o prazo do futuro que nos mobiliza no presente?

Na actividade económica esta é uma questão central: estou disponível a consumir hoje menos para poupar e viver melhor daqui a quantos anos? A quantos anos fixo as metas a serem atingidas pela empresa? Duas entre muitas outras questões.

A IBM das décadas de 60 e 70, multinacional, lidando com funcionários, concorrentes e Estados inseridos em diversas culturas sentiu a necessidade de compreender algumas variáveis de Psicologia Social para se organizar. Geert Hofstede esteve associado a esses estudos e nunca mais foi possível deixar de relacionar culturas nacionais, culturas organizacionais e organização da economia.

Inicialmente o tempo social não foi considerado uma variável relevante, mas o contacto com o ser e estar de diferentes povos acabou por impô-la. A orientação de longo prazo versus a orientação de curto prazo surge hoje como um indicador fundamental para compreender o mundo contemporâneo.

Cinquenta anos é um longo prazo mobilizador na cultura chinesa enquanto cinco anos é muito tempo para muitos americanos e europeus.

3. Nós, produtos da cultura greco-latina, judaico-cristã, sempre considerámos que a "paciência chinesa" não era para nós. O prazo de mobilização era mais curto. O que talvez não nos tenhamos apercebido é que o prazo de mobilização diminuía, a solidariedade intergeracional enfraquecia, os objectivos estratégicos das empresas passavam a ser, frequentemente, o amanhã.

Nos anos 50/60 alguns Estados capitalistas e europeus tinham planos a dez anos. John Galbraith constatava na década seguinte, que os conselhos de administração de grandes empresas substituíam a maximização do lucro pela estabilidade das quotas de mercado, como garantia da permanência dos seus empregos. O tempo necessário aos grandes investimentos exigia o longo prazo.

Nos anos 90 impôs-se o curto prazo. A importância crescente dos mercados financeiros anula os tempos de produção e impõe a instantaneidade dos tempos de troca de capital-dinheiro e títulos, da imaterialidade. A cotação das acções nas bolsas – volátil, ponto de encontro da produção,

da troca e da especulação – determina o valor das empresas e, correspondentemente, os prémios dos conselhos de administração. A rotatividade do emprego dificulta ou impossibilita uma estratégia de organização familiar e impõe a definição e cumprimento de objectivos, obviamente de curto prazo, como suportes da avaliação.

Um livro de gestão para chamar a atenção tem de garantir, na capa em letras garrafais, o sucesso e o enriquecimento ao fim de sete dias.

4. O económico assume-se como valor primeiro das relações sociais, subvalorizando-se, quiçá esquecendo-se, todos os outros vectores das relações entre os homens e da construção da personalidade.

O curto prazo agrava as desigualdades sociais porque impõe a lei dos mais fortes. As estratégias de sobrevivência sobrepõem-se às lógicas de vida, para muitos. O enriquecimento de curto prazo – contra natura numa economia assente na produção e na melhoria das condições de vida, com respeito material pelos direitos humanos – é o objectivo a atingir, definido no poder, na manipulação de resultados, nos fogos fátuos da promoção social.

A partir dos anos 90 este encurtamento do tempo-projecto gerou uma degenerescências das relações éticas. Constituiu um factor permissivo da fraude. Simultaneamente alimentou vários factores impulsionadores desta, anteriormente referidos.

5. A crise actual constitui um virar de página?

É cedo para dizer. O "velho" e o "novo" ainda estão em confronto. O imprevisível pode mudar o rumo dos acontecimentos.

No meio das tendências e contra-tendências, a reposição das relações sociais que estiveram na base do despoletar da crise parecem dominar.

Que podemos fazer para inverter a situação, em nome da prevenção e combate à fraude?

Carlos Pimenta
2009-06-04

IDONEIDADE: AFINAL PARA QUE SERVE?

A exigência de idoneidade a accionistas e dirigentes das instituições financeiras é por demais evidente, dado tratarem-se de entidades que lidam com o dinheiro dos outros e sem que estes tenham, a maioria das vezes, qualquer interferência no modo como aquelas o usam.

No Relatório de Supervisão Comportamental referente a 2007, o Banco de Portugal escreve, a dado passo: "A intervenção pública através da actuação de uma entidade reguladora e de supervisão procura reduzir todos estes custos de transacção e dar segurança aos consumidores através dos seguintes tipos de actuações: obrigatoriedade de divulgação de informação sobre os produtos; *regras sobre a integridade e idoneidade das instituições financeiras e dos seus empregados*; padrões sobre as competências elevadas que as instituições devem possuir; requisitos a que deve obedecer a publicidade e comercialização de produtos financeiros; normas sobre práticas comerciais equitativas." (pág. 13, sublinhado meu).

Basta fazer uma pesquisa a toda a legislação e regulamentação das actividades financeiras em Portugal, bem como à correspondente legislação comunitária que a suporta, para verificarmos que a palavra idoneidade (associada a requisitos de exigência de idoneidade) surge um sem-número de vezes. De todas as referências, provavelmente a mais emblemática é o artigo 30.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) que, para além de exigir idoneidade aos membros dos órgãos de administração e fiscalização, refere no seu n.º 2: "Na apreciação da idoneidade deve ter-se em conta o modo como a pessoa gere habitualmente os negócios ou exerce a profissão, em especial nos aspectos que revelem incapacidade para decidir de forma ponderada e criteriosa, ou a tendência para não cumprir pontualmente as suas obrigações ou para ter comportamentos incompatíveis com a preservação da confiança do mercado."

Todo este arrazoado vem a propósito da constatação que faço de que os reguladores não têm usado a arma da falta de idoneidade para excluir do sistema pessoas e entidades que, de forma reiterada e ao longo dos anos mostraram "tendência para não cumprir pontualmente as suas obrigações ou para ter comportamentos incompatíveis com a preservação da confiança do mercado". Dito doutra forma, os reguladores apenas permitem a entrada no sistema de pessoas e entidades que, à partida, não exibem nenhum sinal manifesto de falta de idoneidade, mas parecem não tirar as devidas consequências dos comportamentos do dia-a-dia dessas pessoas e entidades, parecendo, pelo contrário, ficar reféns em exclusivo do que refere o artigo 70.º do RGICSF, i.e. apenas actuam quando o próprio ou a instituição em que trabalham, se acusam.

Sou pois de opinião que os reguladores devem passar a usar sem condescendência e sem tibiezas a arma da falta de idoneidade, não apenas à entrada mas durante o exercício dos respectivos cargos e actividade, para eliminar do mercado as pessoas e entidades que, pelos seus actos e comportamentos, põem em causa o bom nome e a reputação de todo o sistema financeiro.

Exige-se, para bem do sistema e para a manutenção da confiança dos aforradores no sistema financeiro, uma acção pronta das autoridades de supervisão, não me parecendo que a solução passe pela forma como, por exemplo, o Conselho Nacional dos Supervisores Financeiros (CNSF) tem abordado o assunto, a avaliar pela seguinte afirmação "o CNSF aprovou ainda em 2007 o desenvolvimento de um conjunto de medidas em sede de "Idoneidade e Experiência Profissional". É de salientar a adopção de um questionário comum de comunicação da informação relevante para a verificação dos requisitos de idoneidade e experiência, acessível nas respectivas páginas na internet, consagrando, adicionalmente, o dever de renovação periódica da informação e a convergência dos critérios de avaliação da idoneidade dos membros dos órgãos de administração e fiscalização." (Relatório de Actividade e Contas da CMVM – 2008, pg. 17).

Como já referi, parece-me uma visão limitada do papel dos reguladores em matéria de verificação e acompanhamento da idoneidade.

PS: Reflexão a propósito da afirmação do antigo director do Departamento de Supervisão do Banco de Portugal, no dia 20 de Janeiro de 2009, na comissão parlamentar de inquérito: «Neste momento, face ao conhecimento que existe dos

procedimentos desenvolvidos ao longo de uma série de anos, considero que efectivamente há dúvidas sobre a idoneidade» de Oliveira e Costa enquanto administrador do BPN. (Com base na notícia publicada no site http://tsf.sapo.pt em 20 de Janeiro de 2009)

Fernando Costa Lima
2009-10-15

"BANCOS E IMOBILIÁRIAS ANIMAM WALL STREET (...) APOSTO QUE O TONY CARREIRA NÃO VAI FALTAR!"

A D.ª Maria do Carmo dirigiu-se apressadamente ao telefone e ligou à sua irmã que estava nos Estados Unidos. Tinha-se lembrado das saudades que esta lhe havia dito ter das festas da sua aldeia, que há largos anos não podia participar.

Os olhos da Carmita, nome carinhoso pelo qual era conhecida a D.ª Maria do Carmo entre a família, pareciam brilhar de alegria com a notícia que ia dar à sua irmã Dalila, que vivia (emigrada há muito nas terras do Tio Sam) perto de Wall Street, disso ela lembrava-se a irmã ter dito.

Pegou no telefone e as mãos tremiam, com a esquerda pegava numa folha, com a outra levou o auscultador do telefone à orelha, e com a ajuda da cabeça e ombro lá o segurou, depois foi só marcar o número. Não tardou, a sua irmã Dalila atendia do outro lado, com uma alegria contagiante, pois vira o número no visor do telefone, reconhecendo-o de imediato (parece que ainda consigo sentir o júbilo que lhe ia na alma).

- Hello. Ouve-se do outro lado da linha.

- Mana... Disse a Carmita ofegante. – Nem sabes a bomba que tenho nas mãos! Acrescentou.

- Calma Carmita que até o coração me salta. Retorquiu Dalila.

- Nem é para menos, nem é para menos. Diz apressadamente a primeira. – Então não é que... lembras-te de eu te dizer que aqui o Banco que abriu na freguesia, mais duas imobiliárias iam patrocinar a festa da Nossa Senhora do Carmo (estou em crer que o nome da D.ª Maria do Carmo devia ter alguma relação com esta Santa), a festa aqui da aldeia?, e que tu ficaste com muita pena de não poderes vir?, porque devia ser uma festa de arromba?, pois bem, não te preocupes, eles também vão patrocinar aí uma festa, e olha que deve ser grande, que até saiu no jornal da Internet...

A Dalila continuava calada, habituada que estava aos atropelos da irmã quando esta começava a falar.

- Olha. Acrescentou a Carmita. - O João Pedro (que era o filho da D.ª Maria do Carmo e já licenciado em economia), esteve na Internet e imprimiu uma folha com uma notícia que deixou na secretária, e que diz o seguinte: "Bancos e Imobiliárias animam Wall Street". Já viste que sorte! Aposto que o Tony Carreira não vai faltar!

O texto supra apresentado é de facto uma verdadeira estória, com excepção do título da notícia que foi publicada em 20 de Julho de 2010 no Diário Económico e é assinada por Margarida Vaqueiro Lopes. Alerto desde já que não vou tecer qualquer comentário ou juízo de valor ao conteúdo da notícia ou ao respectivo título.

O que me traz aqui são outros pergaminhos e outras reflexões.

Muitas vezes dou comigo a pensar na motivação que leva as pessoas a detestar a área da economia/gestão na sua generalidade, ao ponto de, por exemplo, ser uma secção totalmente opaca nos jornais. Por um lado os jornais pouco espaço lhe dedicam, mas mesmo o que dedicam é, pura e simplesmente, afastado pela maioria dos leitores, isto é, não o lêem.

Se perguntarmos aos jornais (considero aqui sobretudo os generalistas, e quem diz jornais diz todos os alinhamentos de espaços noticiosos, sejam eles veiculados pela imprensa escrita, pela televisão, internet,...) porque não lhe dedicam mais espaço, são praticamente unânimes em referir o pouco interesse que os leitores lhe atribuem (e que se reflecte na optimização de resultados), se perguntarmos ao leitores/espectadores/... porque não se sentem atraídos por este tipo de informação, de imediato referem que nada percebem de economia.

De facto, tal como na área informática, a economia/gestão está impregnada de termos técnicos demasiados complexos para o comum dos mortais, e tal leva a afastar o público generalista deste tipo de informação que, mais que o sensacionalismo de grande parte das restantes notícias, devia ser uma secção de leitura obrigatória, dado que a informação económica pode, por um lado, combater a fraude, e, por outro, preveni-la, porque pessoas mais informadas e formadas, dificilmente se deixam enganar, assim como mais críticas se tornam em relação a tudo que lhes chega, tendo capacidade para gerar um juízo de valor competente.

Não tenho dúvidas que um título do género "Euro mata Dólar na praça" seria muito mais atractivo que outro qualquer que se referisse as taxas

de câmbio entre estas duas moedas, mas não é este tipo de alteração que devemos procurar. Devemos apostar na formação, informação e simplificação destas na área económica, que permitam uma fácil e correcta interpretação das notícias desta mesma área. Já que tanto se fala da educação sexual nas escolas, quiçá a obrigatoriedade de uma educação económica não fosse despicienda.

Tive o cuidado de seguir vários sites de informação, e a realidade é comum, enviam para um plano inferior a informação económica (além da tecnicidade que lhe está adstrita). Se consultarem o ranking das notícias mais visitadas, por exemplo no sítio da Internet da Visão, vão rapidamente perceber que, normalmente, uma notícia da secção da economia dificilmente consta do mesmo, ou surge residualmente, a não ser que o seu título seja, no mínimo, "sugestivo".

Nesta base conceptual, estou tendente a dizer que se generalizarmos mais a informação na área da economia/gestão, as questões relacionadas com a fraude terão, certamente, um acompanhamento mais atento por um maior número de pessoas. Não precisamos, ou não devemos ser demasiado "sectários" na informação que passamos para o "exterior" (contra mim falo). Não quero com isto dizer que pretendo diminuir a importância ou a relevância da "economia como ciência económica", bem pelo contrário, pretendo valorizar, e em muito, a sua importância, mas espero sobretudo que essa importância lhe seja atribuída pelo reconhecimento de quem a sabe interpretar, e não que pelos duros golpes que pode causar nessas mesmas pessoas, sem conhecerem muito bem a razão, e depois simplesmente comentarem: "Isto é culpa da economia, dos economistas e dos gestores".

Não tenho dúvida que a D.ª Maria do Carmo da estória só "leu o que quis", mas com uma informação mais esclarecida, talvez encontrasse nas notícias da área económica verdadeiras novelas da vida real... e ainda conseguisse combater a fraude.

Este é um enorme desafio que se levanta a todos, com direito a contraditório. Normalmente faço-o, mas desta vez espero que seja o estimado leitor a fazê-lo e a partilhá-lo connosco!

- Estás maluca mulher – respondeu-lhe a Dalila, quase indignada com a barbaridade que a irmã tinha dito. - Vê-se mesmo que não percebes nada disto!

Fez-se um silêncio ensurdecedor, e acrescentou:

- Então tu achas que o Carreira vem cá?...Pelo sim pelo não vou telefonar às minhas amigas.

Henrique Santos
2010-08-19

PROFISSÃO? – GESTOR

O Presidente do Conselho de Administração falou com o Director, comunicando-lhe que o Presidente do Conselho Directivo não concordava com a decisão do Ministro, que teve a ousadia de acusar o Administrador-Delegado de ter convencido o Chefe dos Serviços a imputar as responsabilidades ao Gestor do Programa. Em resposta, o Presidente do Conselho Executivo falou com a empresa responsável pelo fornecimento, que, na pessoa do seu gerente, cancelou de imediato o contrato. Já se ouve falar em fraude.

Se de repetente alguém perguntar a profissão a um gestor de facto e de formação, tenho sérias dúvidas na resposta que dará. Imagine-se o seguinte quadro situacional: António (nome fictício), licenciado em Gestão, responsável pela gestão de uma unidade fabril, entra nas urgências de um hospital e perguntam-lhe: "Profissão?", que será que ele responde? "- Gestor?". Tenho dúvidas.

Se esse gestor de facto, for licenciado em economia, vai responder de imediato "economista". Se responder "gestor" (independentemente da formação ou exercício da função), no mínimo, o zeloso funcionário vai olhar de soslaio, isto, se não estiver mais ninguém na sala de espera a ouvir a conversa. Qual será a razão para tais reacções? Parece-me elementar.

***

Desconhecendo em parte a organização dos outros países, pelo menos em Portugal todos podem ser gestores, e bem. Admito que o gestor possa ser visto como o engenheiro no seio da realidade económica, e bem. A gestão estratégica de uma qualquer instituição pode ser feita por quem quer que seja, independentemente da área de formação, cultura, percurso profissional,..., e bem. Agora o que ainda não percebi (ou talvez já tenha percebido), é qual a razão que leva a que muitos desses "gestores de facto" não tenham um "gestor de formação" por perto, e a hierarquia passe directamente do estratega para o operacional.

*
* *

Um paradigma contextual: Até há bem pouco tempo não percebia qual a razão dos professores das escolas exigirem ter a exclusividade de só eles poderem vir a ser Directores das mesmas (não percebia, e ainda não percebo!). É que eu sempre pensei que aquilo que um professor mais desejava fazer enquanto profissional, era, justamente, dar aulas!

...Mas que há excelentes Directores de escola, ai isso há, e são professores.

*
* *

Então, impõe-se uma questão: "Evitar-se-iam muitas fraudes se os gestores de profissão também o fossem de formação?"

Vale a pena pensar nisto...

Henrique Santos
2010-11-23

ESTRATÉGIAS

"*Quando se navega sem destino, nenhum vento é favorável*", é máxima associada a Séneca (filósofo que viveu em Roma durante o auge do Império Romano, entre os anos 4 a.C. e 65 d.C.), que põe em evidência uma noção de grande importância, que compreende a necessidade de ao longo das nossas vidas irmos definindo objectivos e, correlativamente, as estratégias para os ir alcançando.

Apesar de não ser propriamente grande especialista nos territórios da economia ou da gestão, correndo por isso mesmo o risco de fazer afirmações tecnicamente menos correctas, não quero no entanto deixar de tecer e partilhar algumas reflexões, necessariamente de carácter empírico, que considero importantes nos tempos presentes relativamente à realidade que atravessamos (por vezes interrogo-me se não será a própria realidade que nos está nos atravessar?).

O exemplo mais simples e porventura mais palpável que podemos encontrar acerca da importância de definirmos objectivos e delinearmos as correspondentes estratégias para os alcançar, está, para não irmos mais longe, em cada um de nós, nomeadamente na relação que vamos mantendo com o contexto da nossa vida. Se fizermos agora, neste preciso momento, um pequeno exercício de auto-reflexão, conseguimos identificar rapidamente um conjunto de objectivos (mais ou menos realistas e a cumprir em futuros mais ou menos próximos) que nos propomos ir alcançando em função de estratégias que consideramos ajustadas e que vão dependendo das circunstâncias que se nos vão deparando a cada momento.

Digamos, traduzindo por termos mais mundanos, que os objectivos são metas que desejamos alcançar e as estratégias são os caminhos que vamos trilhando para lá chegar. O exemplo mais simples é de uma viagem. Imaginemos, por exemplo, que nos encontramos em Lisboa e pretendemos ir ao Porto. Chegar ao Porto passa a ser o objectivo, e a forma como iremos

fazer o percurso entre as duas cidades, a estratégia. Importa ainda que se conheçam as circunstâncias em que nos encontramos para que possamos escolher a melhor estratégia. Assim, se se trata por exemplo de uma deslocação em trabalho, que nos obrigue a estar no Porto num determinado momento, teremos de escolher a forma de deslocação mais apropriada em função desse critério. Poderemos utilizar o avião, o comboio ou o automóvel, enfim o meio de transporte que melhores garantias nos dê de estarmos lá, no local, dia e hora aprazados. Porém, se a viagem se projecta num contexto de passeio de fim-de-semana ou mesmo de férias, a estratégia será, muito provavelmente, diferente. Utilizaremos pela certa o nosso automóvel, para evitarmos limitações de vária ordem, nomeadamente de horários. É também muito natural que seleccionemos pontos intermédios para paragem, para almoçar num determinado local, ou até para visitar uns familiares que vivam algures a meio do percurso. De uma forma ou de outra, havemos de alcançar o nosso objectivo, que é chegar ao Porto.

Obviamente que este processo não é assim tão linear, até porque por vezes cruzamo-nos com factores imponderáveis, de todo não previstos nem previsíveis, que nos obrigam a ter que alterar tudo, como por exemplo termos de ficar retidos horas a fio devido a um acidente na estrada. Porém e apesar de não ser uma aritmética constante, em que dois mais dois nem sempre são quatro, julgo que possamos facilmente aceitar que, pelo menos em termos abstractos, a vida de cada um de nós tende a decorrer dentro de um fio condutor que obedece a uma lógica com estas características. Vamos definindo diversos objectivos, de preferência realistas (alcançáveis), das mais diversas ordens (na escola, no trabalho, nas férias, nas compras, na relação com os outros, etc.), a alcançar em futuros mais ou menos distantes, e, em cada dia, vamos dando pequenos passos no sentido de os ir concretizando. É assim a vida de cada um de nós, individualmente e a das nossas famílias, e deverá ser assim também relativamente aos grupos de que fazemos parte, nomeadamente nas organizações onde trabalhamos ou onde desenvolvemos outra qualquer actividade, ou simplesmente com que nos identificamos (o clube de futebol, a associação cultural e recreativa, etc.) e na vida da própria sociedade de que fazemos parte, ou ainda, porque não referi-lo (sobretudo num tempo de globalização marcado pela quebra de fronteiras), numa região do globo ou, utopia das utopias, relativamente à própria humanidade, numa espécie de desígnio do homem ou "sentido da vida".

É evidente que para lá de poder não ser assim tão linear, como já se disse, este processo tende ainda a ser tanto mais complicado quanto mais alargada seja a dimensão dos grupos e das organizações que consideremos. Quanto mais pessoas estiverem envolvidas, mais difícil se torna a estabilização de objectivos realistas a alcançar pelo grupo, o alinhamento das vontades das pessoas envolvidas em função de tais objectivos (entroncam aqui, por exemplo, aspectos tão importantes como os da liderança, ou as expectativas sociais) e a definição e implementação das estratégias de acção do grupo, que hão-de permitir alcançar tais objectivos.

A verdade porém é que muito provavelmente, em reflexo dos efeitos profundos do processo de globalização, estamos, um pouco por todo o mundo, a atravessar um período histórico em que os sujeitos são capazes de reconhecer os seus próprios objectivos e estratégias, bem como os das suas famílias e porventura dos grupos de que fazem parte, parecendo de reconhecimento mais improvável os objectivos e as estratégias de âmbito nacional. Se questionarmos um qualquer cidadão do mundo, ou muito me engano ou provavelmente não saberá dizer para onde o seu país se dirige, nem, pelo menos, para onde pretende dirigir-se, que caminhos tenciona percorrer para lá chegar, nem que dificuldades possa encontrar nessa caminhada.

É afinal um dos reflexos do processo de anomia que identifiquei em textos anteriores e que tem caracterizado as profundas mudanças nos modelos de organização económica, política, social e cultural. Já não reconhecemos os modelos que contextualizaram a formação da nossa identidade social, mas ainda não somos capazes de identificar aqueles que os estão a substituir.

A ser verdadeira esta percepção, vão-nos restando apenas os objectivos e estratégias individuais e de grupo, ficando em suspenso aquela parte dos objectivos e das estratégias, que também devem existir, que derivam ou que se alicerçam nos de âmbito mais alargado. É que são eles, os de âmbito mais alargado, que de alguma forma nos ajudam a olhar para mais longe, a podermos esboçar algumas linhas de horizonte mais longínquo, a podermos antecipar, com um mínimo grau de certeza, os quadros futuros para nós próprios e sobretudo para os nossos filhos. São esses quadros que criam expectativas positivas de acção e de certa forma nos impelem com confiança para o futuro, numa certa convergência de objectivos e de estratégias.

Sinto estarmos todos numa espécie de "jangadas de pedra", parafraseando José Saramago, que vão navegando mais ou menos à deriva, ao

sabor dos ventos, das correntes e das marés, sem grandes rotas traçadas, dentro das quais vão viajando os povos correspondentes, cujos sujeitos se vão ajeitando da melhor forma possível, em função do ajeitamento uns dos dos outros e dos solavancos provocados pelo temporal que se vai acentuando precisamente através dos fortes ventos e da agitação do mar (causados pelas movimentações das "jangadas", ou seja, pelo mundo em mudança profunda). Neste contexto, as barcas que não conseguirem definir rapidamente o seu rumo, ou seja que continuem sem definir os seus próprios objectivos e estratégias, correm alguns riscos de poderem vir a ser arrastadas para uma espécie de "*naufrágio*".

Creio que está em nós (em todos nós e em cada um de nós), nas instituições, na sociedade civil, nas redes sociais, a capacidade para unirmos esforços tendentes à redefinição dos nossos objectivos comuns e das estratégias para os alcançar. Mais do que nunca, este parece ser um tempo em que necessitamos de o fazer.

Numa altura em que as relações e os modelos económicos, políticos, sociais e culturais se encontram em remodelação profunda um pouco por todo o mundo, presume-se particularmente importante que cada país entre numa espécie de processo de análise prospectiva de auto-reflexão objectiva e realista sobre o quadro das suas potencialidades de desenvolvimento sustentável naquelas áreas – aquilo que os gestores e universitários designam como a envolvente interna – e os quadros prospectivos de desenvolvimento dos restantes países e regiões do globo – a envolvente externa, representada nestas linhas pelos ventos, marés e correntes oceânicas –. Entre nós, este levantamento tem sido objecto de sucessivas reflexões, muitas delas acompanhadas pela comunicação social. Importa pois considerar de forma objectiva e isenta os diversos elementos conhecidos e outros que careçam de maior aprofundamento, e, com base nesses dados e nas expectivas das pessoas, dar forma ao processo de concretização de um quadro realista e de amplo consenso social, para que as vias de solucionamento da crise em que nos encontramos mergulhados dependam sobretudo de nós e sejam função e desígnio com que nos identifiquemos.

Termino com uma passagem de Alice no País das Maravilhas, de Lewis Carrol (ed. de 2008, da editora book.it, pág. 59), quando, em diálogo com o Gato de Cheshire e sentindo-se perdida, Alice lhe pergunta:

– Poderias dizer-me, por favor, qual o caminho que devo tomar para sair daqui?

– Isso depende muito de para onde quiseres ir – respondeu o Gato.

– Não me interessa muito para onde ... – retorquiu Alice.

– Então, não importa para onde vás – disse-lhe o Gato.

– ... contando que vá dar a algum lado – completou Alice, à laia de explicação.

– Ah, podes ter a certeza de que vai lá dar – disse o Gato –, mas só se caminhares o suficiente.

António João Maia
2011-03-17

"ILUSIONADOS"

Em 1981 os TAXI, uma das primeiras bandas rock portuguesas, editavam o seu primeiro disco de originais (TAXI, polygram discos), do qual veio a ficar particularmente conhecido o "Chiclete". Do alinhamento desse disco faz também parte o tema "Vida de Cão", cuja letra se inicia com a seguinte passagem:

> Neste monte de ferro e aço
> Onde tudo me parece igual
> Ninguém liga para o que eu faço
> Mesmo que tudo seja intencional

Para lá de um certo e natural espírito de rebeldia próprio da idade dos músicos e sobretudo dos destinatários das músicas, parece óbvio (sobretudo visto daqui, trinta anos depois) que o tema procurava explorar uma certa monotonia nos estilos e nas opções de vida que os anos oitenta começavam a evidenciar, de forma muito particular nas grandes cidades.

De então para cá e muito por força do efeito de contágio caracterizador do processo de globalização, temos vivido num mundo que tem vindo a acentuar essa monotonia padronizada dos estilos de vida, sobretudo no modelo cultural ocidental. Neste sentido, a globalização pode ser também perspetivada como um processo de normalização dos estilos de vida das sociedades e das pessoas. Por isso não há já grandes dúvidas relativamente ao facto de estarmos a viver num contexto da sociedade de plástico, no sentido em que tudo (tudo o que possamos imaginar) se encontra normalizado, estandardizado, pronto a consumir, com uma capacidade de gerar quadros de vivência individual e colectiva de elevada previsibilidade e segurança, quer nas opções, quer nas expectativas, no sentido referido por Giddens em "*As Consequências da Modernidade*" (2000; editora Celta).

A sociedade de ferro e aço, onde tudo parecia igual, dos anos 80, evoluiu e deu lugar à sociedade de plástico. Vivemos agora como seres encerrados em "*bolhas*", em ambientes assépticos, com elevados índices de conforto e de conformidade, que podem ler-se por exemplo nos nossos próprios comportamentos e nas expectativas que temos relativamente aos comportamentos dos outros. Cada vez mais assimilamos (ou vamos sendo assimilados), sem nos darmos conta, da enorme ritualidade cíclica (grande parte dela oca em si mesma) que tem vindo a tomar conta da nossa existência. A hora de levantar, a hora de comer, a hora de trabalhar, a hora de descansar, a hora de ir ao cinema, a hora de ir ao ginásio, a hora de estar com a namorada, a hora de estar com os amigos, a hora de ir ao café, a hora de estar com a família, enfim tudo muito bem arrumadinho e compactado nas nossas agendas diárias, tornando a vida de cada um de nós numa espécie de correria, sem que saibamos exactamente para onde corremos, ou muito simplesmente porque corremos. Hoje é, por exemplo, possível comer *pizzas*, cachorros, massas, hambúrgueres exactamente com o mesmo sabor, os mesmos ingredientes, o mesmo processo de confecção e os mesmos acompanhamentos em qualquer cidade do mundo. As principais marcas de vestuário, calçado, automóveis e tecnologia (televisores, telemóveis, computadores, etc.), os filmes, as músicas e os livros são os mesmos um pouco por todo o lado, como refere Naomi Klein em "*No Logo*" (2000; editora Relógio d´Água). Tudo se tem padronizado. Ritos, estilos de vida, formas de ser e de estar, locais a frequentar e sobretudo sinais e exibir (roupas, sapatos, perfumes, automóveis, locais de férias, etc.). Até as formas de pensar, nos casos em que ainda sobre tempo para tal, parecem evidenciar alguma padronização, sinal que não deixa de ser inquietante. É precisamente a este enquadramento de um certo contexto de formatação e homogeneização de todos os aspectos das nossas vidas que apelido de "*bolha*" de plástico, que nos rodeia e que nos vai mantendo como que plastificados, sem que grande parte de nós tenha sequer consciência deste efeito.

Por outro lado, acresce também que o mundo que criamos e que sustentamos é também ele cada vez mais virtual, no sentido em que temos deixado de contatar directamente com a natureza nas suas formas puras, naturais ou brutas. Os poucos contactos que ainda vamos tendo nas cidades (não esqueçamos que a maioria das populações vive nas cidades) são os jardins, ainda assim espaços também arranjados e produzidos à nossa medida. O dedo do homem está cada vez mais um pouco por todo o lado.

Tudo isto é naturalmente reflexo da nossa capacidade para ajustarmos o mundo e tudo o que nele se encontra em função das nossas necessidades. Se olharmos para o processo evolutivo da humanidade, desde os tempos mais remotos até aos nossos dias, verificaremos que ele se tem desenvolvido sobretudo em torno da busca de soluções de adaptação do mundo à melhoria do conforto e da qualidade de vida do homem, quer em termos individuais, quer em termos coletivos (do cultural e do social).

Em "*A divisão do trabalho social*" (1984; editorial Presença – original de 1893), Émile Durkheim verifica que tem sido a capacidade do homem em segmentar o trabalho nas inúmeras actividades especializadas que conhecemos que tem permitido e suportado toda a evolução deste modelo de desenvolvimento tecnológico, social, económico e cultural, de elevação dos índices de conforto e do desenvolvimento dos padrões de vida das populações.

Não se defende que, em si mesmo, este processo seja mau. Bem pelo contrário. Ele tem-se revelado óptimo! Apesar das incongruências e dos desníveis que ainda se verificam, e que vamos conhecendo por exemplo através da comunicação social, nunca como no presente o homem teve padrões de vida com índices de qualidade tão elevados. Porém, e é neste ponto que verdadeiramente importa deter a reflexão, todo este contexto em que nos encontramos mergulhados aparenta ter um efeito anestesiante sobre a capacidade natural para a resolução de novos problemas, designadamente quando estes se tornam verdadeiros desafios, como aparentam ser muitos dos efeitos derivados do contexto de mudança profunda que o mundo atravessa.

Esta ilusão de controlo da realidade, alicerçada na vivência dentro de "*bolhas*" de plástico, como se referiu, em que todas as nossas necessidades são facilmente supridas por um mercado que as produz (vale a pena referir, a propósito das nossas necessidades e da forma como elas são criadas e mercadejadas, José Saramago em "A Caverna" (2000; editorial Caminho: pág. 282), quando escreve que "*na fachada do Centro, por cima das suas cabeças, um novo e gigantesco cartaz proclamava, VENDER-LHE-ÍAMOS TUDO QUANTO VOCÊ NECESSITASSE SE NÃO PREFERÍSSEMOS QUE VOCÊ PRECISASSE DO QUE TEMOS PARA VENDER-LHE*", numa referência crítica muito clara à existência de uma lógica de mercado associada ao processo de integração social, ou, de edificação da "*bolha*", no sentido que temos vindo a descrever) tende a criar uma espécie de armadilha da nossa existência individual, social e cultural, que nos tolda, conferindo a tal noção ilusória de controlo absoluto

sobre tudo o que nos rodeia e que nos deixa mergulhados numa espécie de cegueira, autênticos "*ilusionados*", incapazes de olhar para fora ou para lá das paredes da "*bolha*", nomeadamente para questionar a própria realidade, para equacionar hipóteses de resposta, para imaginar soluções alternativas, para debater ideias fora deste contexto. A "*bolha*" tende a limitar a nossa capacidade de pensar fora da caixa - "*thinking outside the box*".

Temos de fazer um esforço. As dificuldades resultantes da mudança precipitada do paradigma em que tem assentado o modelo social, económico e cultural e os problemas que se têm suscitado carecem que esta "*bolha*" se quebre, para que voltemos a ter a capacidade de ver mais além e sobretudo de ver com olhos de ver, de questionar, de reequacionar, de debater os novos desafios e as hipóteses de resposta fora da caixa.

Curiosamente, ou talvez não, toda esta crescente padronização de ritos, ritmos, imagens, expectativas, formas de estar, de pensar e de agir, ocorre num contexto em que cada vez mais se acredita viver em liberdade. Parece de facto verificar-se uma tendência para a libertação do determinismo biológico na medida em que o controlo e o domínio do mundo que nos rodeia, através de uma capacidade tecnológica para moldarmos e construirmos os nossos próprios contextos de vivência, índices ou espaços de conforto, confere-nos esta noção de domínio sobre a natureza, o mundo e os diversos riscos que se lhe associam e cria-nos esta perspectiva de liberdade.

Porém é precisamente esta noção de liberdade, em si mesma ilusória (por ser muito mais um espaço de escolha de entre diversas soluções que nos são propostas prontas a consumir, do que um espaço de inovação, de busca de novas soluções), e este "nosso" mundo (o mundo artificial que produzimos e no qual vivemos) que nos vão reduzindo as faculdades naturais para pensarmos vias alternativas para os nossos problemas e para as nossas vidas.

Temos de voltar a ser capazes de escapar a gaiolas como esta, como dizem os Táxi no último verso do mesmo tema que mencionámos no início do texto:

> Cão
> Tenho uma vida de
> Cão
> Todos me dizem que
> Não
> Ninguém me vai por a ladrar

P.S. – Em "*Canibais e Reis*", Marvin Haris (1990; Edições 70) faz uma análise descritiva do processo evolutivo das grandes culturas da humanidade e dos desafios com que se cruzaram, para verificar que o homem tem sido sempre capaz de encontrar alternativas para os seus problemas. Porém, verifica o mesmo autor, o desenho e a adopção de tais alternativas tende a ocorrer apenas e só quando o modelo em crise já não permite sustentar qualquer aproveitamento.

Se considerarmos esta perspectiva, então teremos de acreditar que muito provavelmente e apesar de evidenciar fortes sinais de estar em crise e em fim de ciclo, o modelo social, económico, político e cultural em que temos vivido ainda não se esgotou. Por outro lado, temos de acreditar também que, quando o modelo efectivamente se esgotar, o homem acabará inevitavelmente por encontrar as soluções alternativas ao próprio modelo.

António João Maia
2011-07-14

DIREITOS, ACÇÕES EXECUTIVAS E FOLHAS DE PAPEL

Numa aula de Filosofia do Direito, na faculdade, o Professor perguntou uma vez aos alunos se preferiam ter direito a um Ferrari, ou um Ferrari, sem ter direito a ele.

Sou fã confessa de direitos; aliás, gosto tanto deles que dedico a minha carreira profissional a estudar como os direitos se adquirem, se transmitem e – tema de elevadíssima actualidade – se extinguem. Por isso mesmo, imaginei-me logo a entrar no stand de automóveis, orgulhosa portadora do meu direito ao Ferrari.

A verdade é que não compreendi a pergunta até ter entrado em contacto com o mundo judicial, em particular com os meandros da acção executiva em Portugal.

A acção executiva é um tipo de acção judicial que visa a realização coerciva das providências destinadas à reparação do direito violado de um sujeito(1).

No exemplo acima, admitindo que o meu direito sobre o Ferrari é um direito de propriedade e que o actual detentor do automóvel se recusa a entregar-mo, mesmo depois de eu ter obtido uma sentença que a isso o condena, intento uma acção executiva para que o tribunal apreenda judicialmente o Ferrari e posteriormente mo entregue.

Ou suponha-se que faço obras em casa e dentro do prazo legal detecto diversos defeitos na obra realizada, por negligência do empreiteiro. Obtendo sentença de condenação do empreiteiro na eliminação dos defeitos da obra, caso ele não o faça voluntariamente, intento uma acção executiva para prestação de facto.

Ou, situação mais comum, se o cliente A me deve €20.000,00 de mercadorias que lhe entreguei há 2 anos, o tribunal já o condenou a pagar-me o montante devido, mas ainda assim ele não o faz, intento uma acção executiva para que o tribunal adopte as medidas coercivas necessárias (que

passam, em regra, pelo acto de penhora) para que eu seja ressarcido por A dos €20.000,00 a que tenho direito.

Ora, uma sociedade como a nossa, que se organiza com base na dicotomia direitos/deveres, só pode funcionar se funcionarem também os mecanismos que asseguram o cumprimento, ainda que coercivo, dos deveres, essencial à salvaguarda dos direitos. Caso contrário, os direitos não passarão muitas vezes de folhas de papel e essas valem (de) muito pouco.

Segundo dados publicados no Relatório de Propostas de Medidas com vista à Redução da Pendência em Atraso no Domínio da Acção Executiva Cível, de Setembro de 2011(2), o número de acções executivas cíveis pendentes nos tribunais judiciais de 1ª instância cresceu de 135.766 em 1993 para 1.186.390, em 31 de Dezembro de 2010.

Consta ainda do mesmo relatório que o número de acções executivas cíveis findas nos tribunais judiciais de 1ª instância em 2010 foi de 164.341 e que a maioria dos processos findos teve uma duração superior a dois anos, sendo que apenas 9% se situam no escalão de duração até 6 meses(3).

Uma acção executiva lenta e ineficiente – e que tantas vezes conduz a resultados insatisfatórios para o exequente - é um convite ao incumprimento intencional pelo devedor e é um desincentivo ao investimento sério em Portugal. Isso mesmo é percepcionado no recente Programa de Assistência Financeira UE/FMI 2011-2014 a Portugal, que em diversos pontos se refere à necessidade (rectius, imperatividade) de melhorar a eficiência da acção executiva cível como condição de aumento da competitividade nacional (veja-se, a título de exemplo, o ponto 7.1. do Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica) (4).

Respondeu o Professor:

– Não me parece que o seu direito ao Ferrari lhe permita fazer a deslocação Lisboa/Porto mais depressa. Já o Ferrari...

REFERENCIAS:

1. Antunes Varela, J. Miguel Bezerra e Sampaio e Nora, Manual de Processo Civil, 2ª ed., reimpressão, Coimbra, Coimbra Editora, 2004, p. 16.
2. In <http://www.dgpj.mj.pt/sections/politica-legislativa/anexos-pendencias/sections/politica-legislativa/anexos-pendencias/relatorio-propostas/downloadFile/file/Pendencias_analise_dados_

propostas_medidas_20110929.pdf>, consultado em 21 de Outubro de 2011.

3. Consultar relatório – vide nota supra – para aferir dos critérios de cálculo dos números apresentados.
4. In <http://www.bportugal.pt/pt-PT/OBancoeoEurosistema/ProgramaApoioEconomicoFinanceiro/Documents/Brochura_pt.pdf>, consultado em 21 de Outubro de 2011.

Mariana Costa
2011-11-03

A PROPÓSITO DE ILITERACIA FINANCEIRA

1. Um recente inquérito de opinião promovido pelo Banco de Portugal veio comprovar aquilo que já se adivinhava, mas que a conjuntura económica favorável que se viveu até há poucos anos não tinha permitido ver em toda a sua crueza: que há muitos portugueses incapazes de fazerem "contas à vida". Tendo em consideração o elevado endividamento médio das famílias, esta incapacidade deixa antever que muitas estarão hoje insolventes, ou quase, por não terem, no momento certo, sabido discernir as reais consequências das decisões financeiras tomadas. Eis dois dados desse inquérito que corroboram o que se acaba de referir: 40% dos portugueses não compara, ao contratar um crédito à habitação, as taxas de juro de forma a optar pela melhor; na hora de escolher, 41% dos consumidores opta pelo crédito que oferece o valor mais baixo da prestação mensal.

2. Na semana em que escrevo, o Ministro das Finanças, questionado a propósito do montante de juros que o país vai ter de pagar se usar, na totalidade, o empréstimo da troika, no montante de 78000 milhões de euros, respondeu: 34400 milhões de euros. Nesse dia e no seguinte os media fizeram manchetes com o número, nalguns casos acrescentando que esse montante representava cerca de 44% do valor do empréstimo.

3. A saliência exagerada dada ao montante do empréstimo e àquela percentagem (sem sentido financeiro), ofuscaram tudo o resto. De pouco valeu que o ministro tivesse, na altura, fornecido informação sobre as taxas de juro que os montantes tomados de empréstimo venciam, oscilando entre 4 e 5 por cento. Ninguém deu saliência a esse detalhe. Tão pouco foi tido em consideração, nos comentários produzidos, que o empréstimo se estende no tempo, ocorrendo o respetivo reembolso entre os sete e os doze anos. Ficou meio mundo, se não mais, escandalizado. Os impropérios choveram, de modo particular nos "blogs" dos media, onde os visitantes aproveitaram para "cavalgar a onda" e deixarem insultos a eito. Não escapou ninguém,

da troika ao governo, da união europeia aos banqueiros. Quanta iliteracia financeira nesses comentários! Poucos, muito poucos, foram os que tiveram em consideração um dos fundamentos básicos do cálculo financeiro: subjacente ao juro pago por um empréstimo está, sempre, o montante de capital subjacente a esse empréstimo e um prazo temporal. Quanto maior for cada uma destas determinantes maior será o montante do juro a pagar.

4. Julgo que os media podem ter um papel relevante na educação financeira dos cidadãos. Não necessariamente quando se limitam a "lançar números", sem os enquadrar e explicar. Quantas interessantes manchetes poderiam ter feito nos últimos anos com os números da dívida pública … que teriam ajudado o comum dos cidadãos a ter uma maior consciência do caminho (errado) que o país estava a percorrer. Por exemplo, nos anos de 2009 e 2010 a dívida pública cresceu cerca de 20% do total da riqueza produzida no país anualmente (o PIB), o que em termos monetários representou mais de 33000 milhões de euros. Supondo uma taxa de juro média de 5% e que o país demorará 25 anos para liquidar esse montante (o que é uma previsão temporal otimista), os juros que se terão de pagar por esse acréscimo, em termos globais, ascenderão a mais de 41000 milhões de euros. Juros, só. Para além disso, ter-se-á, sempre, de reembolsar o capital tomado de empréstimo.

5. Só mais um número, este bem atual. O orçamento para 2012 contempla, para pagamento de juros respeitantes a esse ano, mais de 8000 milhões de euros. Para se ter uma melhor ideia da grandeza deste número, acrescenta-se que ele representa cerca de 5% do PIB; é igual ao total das despesas com pessoal do Estado; é superior ao gasto previsto com a saúde; ultrapassa o gasto com a educação em mais de 1200 milhões de euros. Um número avassalador, sem dúvida. Tão mais avassalador quanto se pense que: i) a menos que a taxa de juro baixe (e a tendência parece ir no sentido contrário); ii) ou que se consiga reduzir o montante da dívida, o que parece ser difícil (as "joias da coroa" do universo empresarial público já foram vendidas; não se antevê crescimento económico substancial e a cobrança de receita fiscal está nos limites do suportável), o país vai ter de conviver com o pagamento anual desse montante "ad aeternum" ou, pelo menos, durante um prazo a perder de vista.

6. Por mais que procure explicações, por mais atenuantes que tente alinhavar, não consigo perceber como foi possível que os nossos governantes – os políticos e os tecnocratas do Banco de Portugal – permitissem que

o país chegasse a este ponto de (quase) sem retorno. Qualquer procura de explicação deixa de fazer o mínimo sentido quando muitos desses governantes que, por ação ou omissão, contribuíram para lançar o país no abismo financeiro em que está mergulhado, continuam a afirmar, por estas ou outras palavras de idêntico teor, que "há vida para além do défice" ou de que "não podemos ceder ao economicismo".

7. Negação da realidade? Iliteracia financeira? Eu sei lá como definir tais comportamentos.

José António Moreira
2011-12-15

DO DRAMA PUNGENTE À ESPERANÇA RENASCIDA

1. Suicidou-se.

De um momento para o outro toda a sua fabulosa fortuna esfumou-se na brutal hecatombe da bolsa de Nova Iorque. Foi um entre muitos. A cotação das acções cai. Cerca de um terço dos bancos são incapazes de satisfazer os seus compromissos e vão à falência. Muitas outras empresas, produtivas e não apenas negociantes com o dinheiro dos outros, seguem o mesmo caminho. O desemprego alastra-se.

Poder-se-ia considerar que seria um fenómeno americano, mas não. A Europa entra no mesmo ciclo. Espalha-se um pouco por todo o mundo. Não se trata apenas dos impactos económicos da América sobre a Europa, via comércio e operações financeiras. Resulta das formas de organização social, política e económica serem comuns, reproduzirem-se na opulência e na miséria.

Antes eram os gloriosos anos 20, onde a fúria de viver, o hedonismo dos prazeres e dos divertimentos, o *charleston* e o *foxtrot* entusiasmavam os espaços de convívio e as modas extravagantes seduzem a juventude. Agora é a crise de 1929/33, prolongada durante uma década em depressões profundas.

Entre 1933-1945 os EUA tiveram como presidente da República Franklin Roosevelt que percebeu a importância de uma política activa do Estado, como o expressou no seu famoso discurso de 1936: "agora sabemos que é tão perigoso sermos governados pelo dinheiro organizado que pelas máfias organizadas". Radicalmente diferente foi a evolução na Europa de ascenso de fascismos e fanatismos conducentes à grande guerra de 1939/45.

Num caso a crise foi resolvida por um controlo do Estado sobre a actividade económica. No outro a solução foi encontrada no assassinato e na dizimação das populações.

2. Poderia ter sido um ensinamento para todo o sempre: as crises são uma realidade inerente ao capitalismo, acontecem com alguma periodicidade e na sua origem estão uma falsa crença na sua capacidade de se autorregular e produzir o bem colectivo, muitas fraudes e crimes que gozaram de benevolência e de miopia institucional, o dramático esquecimento de que o crédito tem de ser pago e que, por isso, ele tem de estar fortemente associado à produção de rendimento novo.

Mas como John Galbraith afirmou, quando da sua análise dessa crise e dos anos subsequentes, a memória não dura mais de duas décadas e nos períodos de prosperidade não faltam peritos influentes que serão desmentidos pelas crises.

A destruição provocada pela guerra na Europa ajudou a esse esquecimento. A sua reconstrução atenuou imensamente a probabilidade de crise durante um grande período, embora a partir do fim da década de 60 se tivessem apresentado algumas vezes como uma ameaça séria.

3. Entretanto a sociedade mudou, sobretudo a partir dos anos 80 do século passado.

A crise de 1929/33 tinha ensinado que os bancos tinham que estar mais interligados entre si, passando o banco central de cada país a ser o pilar da coesão e solidez. Banco central que funcionava como "intermediário" entre o sistema bancário-financeiro e o Estado. As instituições de *Bretton Wood* funcionariam como reforço de última instância. Pensado como condutor das políticas públicas, como fiscalizador e regulador face aos "superiores interesses da nação" transformou-se depois de Reagan e Thatcher e inverteram o sentido da sua intervenção: o económico é que passa a comandar o político.

Para isso se fomenta a sociedade de consumo modificando as prioridades dos cidadãos, se defende a liberdade de circulação do capital e a responsabilidade dos Estado pela insanidade do mesmo, se privatizam os mais elementares direitos das pessoas e das comunidades colocando a sobrevivência de muitos nas mãos dos "mercado", como se passa com as reformas e a saúde. As desigualdades sociais agravam-se entre países e dentro de cada um. Cria-se a ideia que um banco não pode ir à falência mesmo que tal seja o resultado dos mais horrendos crimes.

Simultaneamente aumenta a economia paralela, prolifera a fraude, cresce o crime económico-financeiro organizado.

Também o Estado mudou. A sua referência deixou de ser a sociedade e passou a ser a "economia". Daí resultaram diversos processos de enfraquecimento da sua autonomia relativa: foi colocado directamente ao serviço dos interesses económicos dominantes, que têm maior capacidade de influenciar os mercados financeiros que o Estados; aceitou essa dependência abdicando deliberadamente de qualquer controlo, mesmo vendo aumentar a economia paralela, e nomeadamente a economia ilegal. O Estado abandona o lema "pretendemos contribuir para a construção de uma sociedade melhor" pela banalidade de que "a função do Estado é criar oportunidades ou cidadãos". Esta fragilidade do Estado enfraquece a própria democracia e o cumprimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

É este conjunto de factores que explicam que neste século não são os bancos que estão ao serviço da sociedade, mas esta, isto é, o Estado enquanto representante político da sociedade, que serve os bancos. Há que impedir que os bancos vão à falência, mesmo que os Estados tenham que alienar as suas responsabilidade perante os cidadãos que dizem representar, mesmo que tenham que ficar endividados.

4. Parece-nos desnecessário continuar esta narrativa, que infelizmente bem conhecemos, com o agravante de termos abdicado de uma peça fundamental da nossa soberania: a nossa moeda. É um facto objectivo, que perdura para além da apreciação de cada um de nós sobre as justificações para tal, as suas vantagens e desvantagens.

Essa história não traz nada de novo: a ética continua a ser uma excrescência para enfeitar os discursos, o *slogan* da política é o da inevitabilidade (afastando a opção entre certo e errado), esquece-se deliberadamente um século de ensinamentos da vida em sociedade e das ciências sociais, os chamados peritos mantêm a incapacidade para reconhecer os seus erros. Continua-se a afirmar que se os modelos são diferentes da realidade é esta que está errada: as pessoas são "burras", "irracionais" e não se comportam como se deveriam comportar. Poder é poder e, parafraseando de cor Brecht o sol não nasceria todos os dias se não houvesse governo.

Se o Estado para "cumprir um contrato" não puder cumprir outros contratos, quiçá em muito maior número, mais antigo, mais estruturante da identidade nacional, o contrato com o capital financeiro internacional é sempre prioritário, o contrato com os cidadãos pode ser sempre rasgado. É, como dizia recentemente Freitas do Amaral, é uma das manifestações do

ódio dos ricos em relação aos pobres. No entanto estes continuam a eleger aqueles para fingir que os representam!

5. Falemos de outra coisa. Falemos de uma das mais brutais manifestações da crise de 2008 num pequeno país e de como se encontraram vias alternativas. Falemos da Islândia, começando por recordar um magnífico artigo publicado na Visão em Abril de 2011: "a crise levou o dinheiro, reinventemos a democracia".

Lancemos algumas pistas.

Em primeiro lugar a constatação da grandeza da crise.

Segundo vários autores o colapso bancário na Islândia foi a maior crise alguma vez verificada em todo o mundo. A dívida externa, em 80% da responsabilidade dos bancos, era 7,4 vezes o produto interno bruto do país. No momento da crise a dívida soberana era de 28% do PIB e tinha um excedente orçamental mas 3 anos depois a dívida passou para 130% e registava um défice orçamental de 6%. A sua moeda (a coroa islandesa) desvalorizou-se cerca de 40% num ano e os preços internos aumentaram cerca de 15%. Segundo o FMI, depois de taxas de crescimento do produto de cerca de 6% ao ano, em 2008 teve o modesto crescimento de 1,3 para nos dois anos seguintes ter uma quebra de -6,8% e -4,0%

Em segundo lugar a constatação da rapidez da inversão do processo, apesar de ainda se estar numa fase resolução de problemas.

Em 2011 o crescimento do produto nacional já foi de 3,1% e prevê-se para este e próximo ano um crescimento ligeiramente abaixo dos 3%. Simultaneamente reduziu-se muito o desemprego. Situação que fez com que próprio FMI, interveniente na Islândia, elogie a velocidade da recuperação.

O que tornou possível esta rápida inversão do processo foi uma multiplicidade de acontecimentos: das medidas internas assumidas à política externa de valorização do país, da desvalorização da sua moeda à sobrevalorização das decisões nacionais sobre as receitas internacionais, da determinação da população à sua estrutura demográfica. Deste conjunto estrutural retiremos alguns elementos:

(1) Houve uma ruptura entre os interesses do sistema bancário internacional e o sistema político islandês.

Como afirmava o Presidente da República, Ólafur Ragnar Grímsson, em Maio de 2011 em resposta à pergunta "A Islândia deixou cair os seus bancos e processou os banqueiros. Considera isto como um modelo islandês de saída da crise?". Responde "Talvez não nos restasse outra opção: os bancos eram

tão grandes que não havia forma de os resgatar. Mas pouco importa se havia ou não outras opções: a Islândia não aceita a ideia de o cidadão comum ter de pagar a totalidade da factura pelas loucuras dos bancos, como aconteceu noutros países pela porta das traseiras. Volto ao meu argumento inicial: a solução para a crise não é meramente económica (...) esta crise é política. Os governos não podem continuar a humilhar-se perante os mercados".

Numa outra entrevista voltava à mesma ideia, sobre a diferença de comportamento islandês: "A natureza do sistema bancário europeu é esta: se os bancos têm êxito os banqueiros recebem grandes bónus e os accionistas recebem dividendos; se falham, a conta é apresentada aos cidadãos comuns".

O governo foi demitido, o primeiro-ministro investigado judicialmente. A regulação, nomeadamente a financeira, que tinha sido abandonada em nome da liberdade dos mercados foi reposta com muito rigor, controlando o processo de recuperação. A investigação dos crimes cometidos iniciou-se sem hesitações não esmorecendo pelo caminho.

(2) O descontentamento popular contra a situação e os políticos em geral, dando lugar a grandes manifestações, foi transformado num amplo debate nacional sobre o funcionamento da sociedade. Constituição de assembleias populares, reflexão colectiva sobre o futuro do país, esfacelamento de partidos responsáveis pela crise verificada, constituição de novos partidos, por vezes visando apenas resolver alguns objectivos e com duração efémera conhecida à partida, eleição de cidadãos sem partido para alguns dos grandes debates populares.

A mobilização popular foi transformada em força criadora e mobilizadora.

Como também disse o Presidente da República noutra entrevista: "Nós podemos ter mercados e uma economia forte, mas se não tivermos uma forte vontade popular não teremos futuro (...) Diziam-me que o povo não podia decidir sobre estas questões porque não tinham conhecimentos. Os cidadãos tornaram-se peritos".

(3) Nas situações de conflitos temporais entre diversos objectivos foi dada frequentemente prioridade à resolução das condições de vida dos islandeses.

O saneamento financeiro exigiu medidas restritivas, mas houve sempre a preocupação de tal não pôr em causa a possibilidade de crescimento a curto prazo. Entre cumprir de imediato compromissos internacionais e respeitar a democracia e a população a opção prioritária foi a segunda, não pondo em

causa o outro compromisso, certamente negociado com soberania, remetido para momento oportuno.

O acordo negociado com o FMI continha pontos sobre a "estabilidade financeira", "sobre a adaptação das despesas do Estado", sobre a "reestruturação do sistema financeiro" mas também continha outros como "salvaguarda do bem-estar (...) para atenuar os impactos da recessão" e o "restabelecimento da confiança na economia". O FMI elogiou já este ano o empenho do país em cumprir o compromisso, ao mesmo tempo que não castigou os contribuintes com medidas de austeridade. Reconhece que a "Islândia atingiu grandes metas desde a crise" e as previsões por eles apresentados para o desempenho da economia, anteriormente referidos, mostram os bons resultados do caminho percorrido.

Enfim o discurso da inevitabilidade foi banido e a referência foi o que era certo ou errado.

6. O que é que tudo isto tem a ver com a fraude?

Porque tudo isto são aspectos de um ambiente criminológico. Velado, enfeitado de sábios e trovadores, mas criminológico de colarinho branco. Um ambiente criminológico que tem três pontos sensíveis: a) entidades privadas e públicas contraem sucessivas dívidas esquecendo-se que elas têm de ser pagas, ou admitindo que serão outros que vão pagar; b) uma desregulação total em que o Estado abdica das suas funções e incentiva situações como a referida no ponto anterior, permite a fraude e o crime económico-financeiro; c) criminosos de colarinho branco, audazes empresários sem sentido das responsabilidades e de ética, políticos encantados com o sucesso da financiarização improdutiva, corruptos e ideólogos vários, campanhas eleitorais movimentando fortunas carecendo de financiamento ilícito formam uma teia social imensa.

Porque toda esta promiscuidade reflete os gravíssimos perigos que existem para a democracia e para os povos, de que um seu aspecto importante é o conflito de interesses entre o privado (de alguns) e o público de todos. Alguns chamam-lhe promiscuidade. Outros concubinagem. Nós damos-lhe o nome técnico: conflito de interesses.

A evolução recente da Islândia é uma via de transição para o socialismo?

Obviamente que não. É uma transformação capitalista que teve em conta duas pequenas coisas tão esquecidas: a ética e a dignidade humana.

Uma transformação que faz recordar que a sociedade é mais, muito mais, que o mundo dos negócios.

A evolução da Islândia é um ensinamento para toda a Europa?

Este país tem um conjunto de especificidades, mas faz parte do mundo globalizado e da Europa. Contem muitos ensinamentos para a saída da crise e, sobretudo, na Europa. Mas atenção: o tempo é irreversível.

Carlos Pimenta
2012-11-08

II CAPÍTULO
FRAUDE NAS INSTITUIÇÕES

FRAUDE, GANÂNCIA E (DES)CONFIANÇA

1. Bernard Madoff. Até há poucos dias, este nome dizia pouco, ou nada, ao cidadão comum. De repente tornou-se o centro de todas as atenções, de todas as crónicas, de todas as imprecações. A fama (ou infâmia?) associada ao nome tem a ver com o facto de Bernard Madoff, um corretor e gestor de fundos nova-iorquino, ter perpetrado uma das maiores, se não a maior, fraude financeira de todos os tempos. O número avançado é astronómico. Cerca de cinquenta mil milhões de dólares. Um pouco por todo o mundo os indivíduos e instituições afectados vão dando sinal de si. Portugal, e alguns portugueses, também aparecem na lista, embora numa modesta posição, em termos de grandeza. Segundo o Banco de Portugal, que efectuou um levantamento das posições dos investidores nacionais, a exposição nacional à fraude rondará os 85 milhões de euros. No entanto, eu, modesto funcionário público, também me considero vítima desta fraude e, nem por isso, o Banco de Portugal teve em consideração tal facto na sua análise. Limitou-se a somar as potenciais perdas dos *ricos* (um termo que passou a estar muito em voga ultimamente).

2. O valor da fraude deixa-nos relativamente indiferentes, embora represente cerca de um quarto da riqueza produzida em Portugal durante um ano. Tal indiferença dever-se-á, sem dúvida, ao facto da opinião pública ter vindo a ser anestesiada nos meses mais recentes com números da ordem das centenas de milhares de milhão de dólares, por virtude da crise financeira mundial que se está a viver e das consequentes intervenções que os governos têm efectuado para estimularem a economia e apoiarem o sistema bancário. Tendemos a prestar mais atenção aos detalhes que nos possam fazer perceber como foi concretizada tal fraude, do que à dimensão da mesma. Com efeito, a acreditar no que se ouve e lê nos *media*, esta fraude parece desafiar aquela velha máxima de que *é impossível enganar todos todo o tempo*. Não só parece ter-se desenrolado ao longo de dezenas de

anos, como foi levada a efeito nas *barbas* de instituições financeiras, reguladoras e de controlo que julgávamos acima de qualquer possibilidade de serem ludibriadas deste modo e em tal dimensão. Espero, ansiosamente, por detalhes que me façam perceber como tudo aconteceu, pois, no momento, não consigo sequer imaginar o *modus operandi* da fraude. A minha curiosidade não se inclui no que habitualmente se designa por curiosidade mórbida, isto é, na apetência do ser humano pelos ínfimos detalhes de desastres e catástrofes. Considero que a minha curiosidade é de natureza positiva. Os detalhes de cada fraude, os desta em particular, fornecem informação importante para ajudar a precaver a ocorrência de situações análogas no futuro. Para já, aquilo que parece ser um ingrediente básico desta fraude é a ausência de divisão de funções no negócio de Bernard Madoff: o seu grupo era, simultaneamente, o corrector que fazia as compras e vendas dos activos no mercado e o gestor dos fundos de investimento e das fortunas dos clientes deixadas a seu cargo. Estava criada a condição primeira para que o sistema de controlo interno não funcionasse e, por consequência, o ambiente para a ocorrência da fraude. Ninguém, ou quase, parece ter dado importância a tal facto.

3. "Ganância", do Castelhano *ganancia*, lucro (dicionário Texto Editores). Em português, o primeiro dos significados propostos para ganância é *ambição de ganho*. Com o explodir da crise financeira internacional, em Agosto do corrente ano, a origem da mesma foi assacada por determinadas correntes ideológicas à *ganância dos banqueiros*, que terão forçado a concessão de crédito a quem não tinha condições para o obter. Não fui subscritor de tal explicação. Considerei e considero que a ganância, a ser a razão principal, estava tanto do lado dos banqueiros como de quem tomava os créditos. Basta pensar, por exemplo, que parte do crédito à habitação que veio a ser incorporado nos denominados *produtos tóxicos* teve por detrás a expectativa dos investidores na valorização dos imóveis a curto prazo. Em minha opinião, todo o ser humano tem o seu *bocadinho* de ganância. A dimensão desse *bocadinho*, ou o modo como este é controlado, dependerá dos valores éticos de que cada um está imbuído. Os brasileiros costumam usar, a título de máxima, a expressão *quando um não quer dois não dançam*. No caso de uma qualquer transacção financeira, a ganância de uma das partes só será satisfeita se da outra parte existir um sentimento de idêntica natureza.

4. No caso da fraude em apreço, nenhum dos intervenientes fica bem na *fotografia*. Bernard Madoff, obviamente, por ter sido o perpetrador do

acontecimento. Aquilo que se intui é que a sua *ganância* não foi de índole estritamente financeira, mas sobretudo de índole social e de preservação de uma imagem de sucesso pessoal. Do lado dos intervenientes passivos – reguladores, auditores, investidores –, os dois primeiros pecaram por incapacidade em interpretarem os sinais de fraude que ao longo do tempo vieram à superfície – o que é espantoso, pois se trata de instituições dotadas dos técnicos mais qualificados. Os investidores são culpados em primeira linha por excesso de ganância. Segundo a informação disponível, os fundos de Madoff pagaram ao longo de muitos, muitos anos, independente do ciclo dos mercados, retornos anuais relativamente estáveis entre os 12 e os 15%, superando a tendência de longo prazo da rentabilidade do mercado de acções americano, que não chega ao 12%. Se adicionalmente se tiver em consideração que os retornos pagos apresentavam entre si uma correlação temporal positiva quase perfeita, quando a teoria financeira apresenta evidência de que os retornos de mercado têm correlação negativa – se num ano aumentam, no seguinte tendem a diminuir –, não se pode atribuir a atitude passiva dos investidores dos fundos de Madoff, onde se incluem bancos como o Santander ou fundos de investimento e sociedades gestoras de fortunas, a outra razão que não fosse a ganância. Esta, condicionou-os nas suas decisões financeiras. Um psiquiatra norte-americano, questionado para explicar a atitude de tais investidores, atribui o respectivo comportamento ao que denominou de *euforia irracional*. A rentabilidade obtida nas suas aplicações era o *ópio* dessa euforia, toldando-lhes o discernimento para se aperceberem de que alguma coisa estaria mal em fundos que pagavam tais retornos, e que diziam usar estratégias de investimento que nenhum outro fundo conseguia reproduzir em termos de rentabilidades. Ganância da mais elevada pureza. Hoje, muitos desses investidores aparecem a reclamar judicialmente os seus créditos transvestidos de *virgens enganadas*. O cidadão comum sente-se revoltado, até porque receia que, no limite, tenha de ser ele a pagar as euforias de um conjunto de (gananciosos) investidores.

5. Tudo o mais constante – ou usando a celebre expressão tão do agrado dos economistas, *ceteris paribus* –, em termos económicos a fraude é inócua. Não implica destruição de riqueza, mas tão só a respectiva redistribuição. Por isso, Bernard Madoff poderia ser considerado uma variante moderna do lendário Robin dos Bosques. O que ele fez, na essência, foi *roubar* alguns dos seus ricos clientes, distribuindo o produto pelos restantes (igualmente ricos) clientes. Faltou nesta redistribuição um cheirinho de *luta de classes*, em que

os ricos fossem espoliados em favor dos pobres. Tivesse isso acontecido e possivelmente o modo como hoje olharíamos para este caso seria diferente. Teríamos, certamente, um olhar mais complacente para com a actuação de Madoff. Mas não foi assim. O critério da redistribuição foi mais asséptico. Os prejudicados foram os últimos a entrar nos fundos, para benefício dos que entraram primeiro. Tal como nos banquetes, chegar primeiro compensou.

6. Pelo que acabo de referir, o leitor poderá ser levado a concluir que as fraudes em geral, a que se vem discutindo em particular, não são situações a temer dada a ausência de efeitos económicos. Não é correcto. Aliviando o pressuposto redutor que está subjacente ao *ceteris paribus*, verifica-se que há efeitos sociais e económicos resultantes da fraude. Para o caso em apreço, o principal desses efeitos ocorreu, e vai continuar a produzir impacto, ao nível da confiança dos agentes económicos. Sejam estes investidores activos, sejam meros aforradores, a confiança que depositavam no sistema financeiro, e nas instituições que regulam e supervisionam o respectivo funcionamento, saiu necessariamente enfraquecida. Tendo em consideração que a fidúcia (confiança) é o cimento agregador desse sistema, escusado será discutir as consequências económicas resultantes da existência de fraudes como a perpetrada por Madoff. No período que estamos a viver, com uma crise financeira que está longe de estar resolvida, tais impactos negativos na confiança correspondem a mais um tiro no casco de um *porta-aviões* que os líderes políticos e financeiros da generalidade das economias mais desenvolvidas se esforçam por manter a flutuar no meio de ondas alterosas. Mesmo quando os efeitos da fraude não extravasam do interior das empresas onde são produzidas, os efeitos negativos sobre a confiança tendem a ocorrer, minando as relações entre as pessoas. A fraude tem, portanto, efeitos sociais e, por essa via, efeitos económicos. É, pois, um mal a combater por todos os meios. No caso Madoff não faltam, infelizmente, áreas – da regulação à auditoria – a necessitar de intervenção imediata profunda, autênticos campos de batalha onde se irá jogar a estabilidade e credibilidade futuras do sistema financeiro e económico mundial.

7. Não consigo traduzir em euros as minhas perdas com a fraude. É um facto que não tenho aplicações directas em tais fundos. A estreiteza do meu rendimento não me permitiria, mesmo que o desejasse, ter acesso ao selecto clube dos investidores que colocavam as suas fortunas nas mãos de Madoff. No entanto, já não estou completamente seguro de que algum do dinheiro que nos últimos anos investi num PPR (Plano Poupança Reforma)

não tenha sido para aí canalizado. Independentemente do que a este último nível tenha acontecido, a minha principal perda ocorreu no domínio da confiança no sistema financeiro e nas instituições onde deposito as minhas magras poupanças. Já dei comigo a pensar se não fará mais sentido voltar aos tempos da minha infância, replicando a *estratégia de investimento* dos cidadãos da aldeia onde então morava, que guardavam o magro *pé-de-meia* no meio do folhelho de um qualquer colchão lá de casa. Nas minhas cogitações, quando estou mais *por baixo* e os mais negros pensamentos me avassalam, dou por mim a pensar que talvez nem valha a pena manter um estilo de vida que se baseia na contenção dos gastos, para reter uns euros que me possam ajudar a viver esse futuro incerto em que serei reformado. Quando o Governo aparece a propor-se ajudar tudo e todos, independentemente dos seus comportamentos financeiros actuais e passados, eu mais me convenço que a melhor estratégia de consumo a seguir é a que se costuma traduzir, em linguagem popular, por *chapa ganha, chapa batida*. No futuro, o Estado, através do Governo, lá estará para me estender a mão generosa e me apoiar financeiramente através de um qualquer subsídio social destinado às vítimas da *sociedade de consumo* ou *de investimentos financeiros arrojados*. Nessa altura, engolirei a minha actual descrença num Estado omnipresente que sufoca a sociedade, tomarei um *Alka Sezer* para ajudar à digestão, e gozarei os proventos recebidos por essa via.

8. Reli a crónica. Estou mesmo *em baixo*. Os acontecimentos dos últimos tempos, da crise financeira à fraude de Madoff, colocaram a minha confiança no sistema financeiro, no Estado e nos outros, de rastos. Isso nota-se.

José António Moreira
2009-01-06

A MENTIRA DA "VERDADE": A FRAUDE NA SATYAM

1. "satyam", "verdade" em sânscrito. Em 1987 Ramalinga Raju, um jovem empresário indiano, deve ter achado o termo deveras apelativo e passível de penetrar facilmente no mundo globalizado dos negócios. Decidiu incluí-lo no nome da sua novel empresa, a Satyam Computer Services, Ltd. Fosse pelo nome, fosse pelo engenho do empresário, ou por efeito de ambos, o facto é que a empresa, dedicada ao "outsourcing" informático e à venda de "software" empresarial por medida, verificou desde então um crescimento assombroso. Foram 20 anos de contínua ascensão. Os últimos números falam por si: operações em mais de 60 países, mais de 50 000 empregados, volume de negócios superior a mil milhões de dólares por ano, carteira de clientes que inclui as maiores empresas mundiais. O reverso desta história paradigmática de "sucesso" aconteceu, subitamente, no início de Janeiro, quando o presidente e fundador da empresa, Raju, enviou uma carta ao seu conselho de administração dizendo que as contas publicadas pela empresa estavam inflacionadas e que, dos cerca de 1,1 mil milhões de dólares de depósitos e caixa referidos no balanço, cerca de mil milhões pura e simplesmente não existiam, eram um mero registo contabilístico sem suporte real. As acções da empresa, cotadas em várias bolsas, caíram a pique. A Índia entrou em estado de choque ao constatar que o seu ídolo, o "self-made man" Raju, afinal tinha pés de barro.

2. Uma grande fraude, com o ingrediente habitual: perpetrada por uma pessoa que estava acima de qualquer suspeita. Foi assim com Bernard Madoff, muito recentemente, foi agora com Ramalinga Raju. Para se ter ideia da imagem social e empresarial deste homem tenha-se presente que é um filantropo com obra feita na ajuda a populações carenciadas, tem vários doutoramentos "honoris causa", foi eleito em 2007 pela Ernest & Young o empresário do ano. Era considerado, pela população, como sendo modesto e honesto. O que se conhece do "modus operandi" da fraude, a partir da

carta que endereçou aos seus administradores, não coloca em causa a sua honestidade pessoal – chegou a tomar empréstimos pessoais para manter a empresa a funcionar –, mas tão só a sua honestidade como empresário. Com efeito, os "buracos" nas contas terão começado, há vários anos, com um pequeno ajuste nos resultados da empresa, de modo a não defraudar as expectativas do mercado bolsista e seus analistas. Aquilo que na gíria se designa por um "dourar dos resultados" e que, com mais frequência do que seria desejável, muitas empresas praticam. O objectivo desse tipo de actuação é, em geral, divulgar resultados superiores aos que a empresa efectivamente verificou no período, a partir de uma escolha criteriosa das regras contabilísticas adoptadas ou, então, de uma escolha do "timing" das transacções. Por exemplo, a contabilização no período corrente ("período 0") de uma venda pertencente ao período seguinte, ou o "atirar" para períodos futuros de custos de operação que seriam de considerar no período a que as contas respeitam. São o tipo de actuação que, em geral, até por falta de uma fronteira bem definida entre o que é fraude e o que é uma actuação dentro das regras contabilísticas geralmente aceites, se considera cair dentro desta última categoria. Daí a pouca importância que se tende a tributar a tais casos, mesmo quando o respectivo impacto é visível para o destinatário da informação. Veja-se, no caso em apreço, que um membro da Bolsa de Bombaim, onde as acções da empresa também estão cotadas, refere que sempre tinha havia a sensação de que a Satyam usava uma "contabilidade criativa" – outro termo correspondente a "dourar dos resultados" –, mas que não se julgava compaginar uma situação de fraude. Isto é, fechavam-se os olhos, descansavam-se as consciências, porque, "apenas", se tratava de "contabilidade criativa".

3. O perigo associado ao uso de criatividade na contabilidade das empresas está naquilo que tecnicamente se designa como "reversão dos efeitos". A contabilidade não cria valor, limitando-se a registar este num ou noutro período, consoante as soluções preconizadas pelo preparador da informação. O valor é criado pelas operações efectuadas pela empresa. Portanto, quando se antecipa a escrituração de resultados num dado período, eles irão faltar no ou nos períodos seguintes. Trata-se de um "empréstimo" de resultados. Voltando ao exemplo anterior, se no período 0 se contabiliza uma venda que pertenceria ao período 1, o volume de negócios deste irá ressentir-se negativamente dessa falta. E aqui duas situações podem ocorrer. Primeira, as vendas do período 1 cresceram independentemente da

criatividade aplicada no período 0, e a reversão do efeito manipulativo tende a ser acomodada, passando desapercebida. É este pressuposto de crescimento do negócio que tende a estar presente no espírito de quem adopta este tipo de actuação, assumindo o período 0 como um ano excepcionalmente mau e o período 1 como um ano excepcionalmente bom. Segunda, infelizmente nem sempre tal pressuposto se concretiza e o volume de negócios do período 1 pode ser tão decepcionante ou mais do que o do período anterior. É o que tende a acontecer, por exemplo, em tempos de crise económica e financeira. Agora, a não se fazer nada, o efeito da reversão nos resultados torna-se visível, pois parte daquilo que devia ser reportado como resultado do período 1 já constou do resultado do período anterior. O gestor tem de fazer uma escolha difícil: ou divulga o resultado do período 1 tal como ele é, com todas as consequências que daí podem advir para a cotação das suas acções em bolsa; ou volta a usar de criatividade contabilística, agora para esconder o efeito cumulativo dos maus resultados dos períodos 0 e 1. No caso da Satyam, segundo Ramalinga Raju, esta segunda opção foi escolhida. Tudo começou com um pequeno ajustamento dos resultados, que nos anos seguintes se foi repetindo, procurando esconder uma realidade cada vez mais desfasada dos números contabilísticos divulgados aos investidores em cada período. Portanto, este caso é um exemplo paradigmático de que o uso de criatividade nos números contabilísticos, não legalmente punível e muitas vezes com efeitos iniciais moderados nos resultados, pode vir a ser o embrião de situações de fraude de elevada dimensão. A partir de determinada altura o processo de esconder o "buraco contabilísico-financeiro" deixa de ser controlável, e passa a impor o seu próprio ritmo ao gestor. Isso mesmo pôde comprovar Raju, que descreve tal processo como sendo semelhante ao "cavalgar de um tigre sem saber como sair de cima dele sem ser comido". E tudo começou com um pequeno ajuste contabilístico.

4. Diz-se frequentemente que a "memória das pessoas é curta". Se se admitir que o espaço nela disponível – qual disco de computador – é finito, à medida que nova informação vai sendo registada, haverá que apagar informação antiga. Neste contexto, pode-se aceitar aquela "máxima". Porém, há pessoas que, pelas funções que executam, não podem ter memória curta. Pelo contrário, têm de preservar a memória de situações passadas com vista a dela fazerem uso no tratamento de situações actuais. É o caso dos auditores. Na fraude da Satyam, não saíram bem vistos. Pelo contrário. A pergunta que se faz é como foi possível que ao longo de vários anos as contas da empresa

fossem certificadas quando parte dos activos constantes do balanço – e de modo especial os depósitos – não existiam na realidade. Quer os auditores internos, quer os externos (PricewaterhouseCoopers), deixaram passar em branco, de forma sistemática, tal situação. No entanto, o caso Satyam tem muitas semelhanças com o caso do grupo italiano Parmalat, igualmente de triste memória, onde a fraude descoberta em finais de 2003 também estava acantonada em depósitos que não existiam. Em ambos os casos, a gestão dos depósitos estava adstrita a uma única pessoa – na Satyam era ao seu presidente, Raju –, ninguém mais tinha autorização para lhes mexer. Não seria isto motivo de desconfiança para os auditores internos e externos? Conhecidos casos anteriores com contornos semelhantes, não seria de esclarecer a situação? A resposta a estas perguntas é, necessariamente, afirmativa, embora o procedimento concreto tenha sido, como resulta do desfecho conhecido, o oposto. O pior de tudo é que a opinião pública, os mercados financeiros em particular, já parecem ter assumido que os auditores não auditam, que não são confiáveis, mesmo quando se trata de uma Big4. Quase não se comenta a respectiva responsabilidade no caso Satyam. É como se já se tivesse interiorizado que a auditoria às contas é uma daquelas tradições que ninguém sabe por que ou para que existe, mas que se continua a tolerar.

5. As falhas da auditoria têm consequências graves, financeiras e sociais. Mesmo quando os processos judiciais asseguram indemnização por prejuízos, dificilmente compensam todos os prejudicados. As principais vítimas são os pequenos investidores, que vêem desaparecer as poupanças de uma vida, ou os trabalhadores, que perdem o seu posto de trabalho com a falência da empresa. É caso para se dizer: triste sina a de quem é pequeno num mundo cada vez mais tolerante para com os comportamentos eticamente reprováveis dos grandes.

José António Moreira
2009-01-29

"CRIATIVIDADE CONTABILÍSTICA" ILUSTRADA COM A PORTUGAL TELECOM

1. Considera-se "criatividade contabilística" o efeito de atitudes deliberadas adoptadas pelos gestores e tendentes a, pelo uso da flexibilidade permitida pelas normas contabilísticas, proporcionarem nos relatórios e contas uma imagem das empresas mais "agradável" do que a real. Duas características são habitualmente tributadas a tal criatividade: a) tende a ocorrer dentro da legalidade e, por isso, não se confunde com uma situação de fraude. No entanto, a fronteira que separa estas duas realidades tende a ser difusa, não sendo muito fácil saber onde termina uma e começa a outra; b) tende a não ser directamente detectável para o utilizador da informação contabilística, caso contrário, sobretudo quando afecta o montante do resultado do exercício, seria facilmente neutralizada. Porém, não raras vezes, esta última característica está ausente e uma versão que se pode adjectivar de "soft", por ser explicitada no relatório da empresa, é utilizada por algumas empresas.

2. Parece um paradoxo que alguém use de criatividade para mostrar uma melhor imagem da empresa e, simultaneamente, "avise" o destinatário da informação de que tomou medidas que "coloriram" tal imagem. Talvez não seja um paradoxo. Há razões que podem justificar, pelo menos em parte, tal atitude: o mercado não é tão eficiente como tradicionalmente se considerava e os manuais da especialidade e boa parte da investigação ainda hoje pressupõem; o mercado hiper-reage em determinadas situações, provocando alterações do valor das cotações que vão além das variações do valor intrínseco da empresa; uma parte considerável dos intervenientes no mercado de capitais, em presença do relatório de uma empresa, fixa a atenção na "bottom line", isto é, no resultado reportado, não entrando nos detalhes da informação contabilística e nas explicações veiculadas por tal relatório. Seja

qual for a efectiva razão, o certo é que os gestores não usariam este tipo de criatividade "soft" nas contas das suas empresas se não esperassem daí ganhos e ou o evitar de perdas.

3. Vem este assunto à liça a propósito das contas consolidadas da Portugal Telecom relativas ao 3º trimestre de 2008. O total do capital próprio no final do período ascendia a 842,0 milhões de Euros, por contraponto a 1338,2 milhões no início do ano. Uma redução de cerca de 500 milhões nesse período de 9 meses de actividade, em parte justificada pela concretização do programa de aquisição de acções próprias prometido aos accionistas aquando da OPA lançada pelo grupo SONAE. Quando se olham mais em detalhe as variações ocorridas no capital próprio verifica-se que por duas vezes, uma no 2º trimestre, outra no 3º, a empresa tinha procedido à reavaliação de "alguns" dos seus activos fixos, o que se traduziu por um efeito positivo nesse agregado de 816,5 milhões (após impostos). Ou seja, sem essas intervenções "por medida" no valor de balanço dos activos a Portugal Telecom teria apresentado um capital próprio quase nulo. E reforço o "por medida", porque se trata de medidas avulsas, sobre determinados activos – e não a totalidade dos activos tangíveis, como seria de esperar – e na (quase) exacta medida para obviar a uma situação que, muito provavelmente, teria provocado um choque no mercado.

4. Tanto quanto me foi dado perceber, o mercado não penalizou a empresa pela criatividade que usou para mostrar um balanço com "melhor cor". Em termos estritamente económicos, supondo que a reavaliação assentou no valor intrínseco dos activos reavaliados, o mercado actuou de forma correcta. A empresa não passou a valer mais ou menos do que valeria se não tivesse existido a reavaliação. Aquilo que aconteceu foi que esta trouxe à luz do dia parte de uma reserva de valor que estava oculta, mas que o mercado já teria antecipadamente reflectido no valor das acções. Mas fica a pergunta: e como teria o mercado reagido se a empresa apresentasse capitais próprios nulos ou negativos? Apesar do respectivo valor intrínseco permanecer o mesmo, como atrás se referiu, muito provavelmente o mercado teria reagido mal. Daí o incentivo para que a gestão actuasse do modo que actuou.

5. A pressão do mercado, onde sobressaem as expectativas dos analistas, tende a afectar o comportamento dos gestores e leva a actuações que, numa versão "soft", podem ser ilustradas pelo caso acabado de referir. Essa pressão tende a ser amplificada quando os interesses pessoais dos gestores estão associados à evolução da cotação das acções em bolsa. Mesmo quando

tais actuações ocorrem estritamente dentro da legalidade, não parece ser de desculpar a atitude dos gestores "criativos". Aceitá-la é condescender com um comportamento que faz da informação contabilística aquilo que eles desejam ela seja em cada momento, tornando as reservas ocultas de valor na paleta usada para "colorir" a gosto a imagem da empresa. Quando o mercado não reage a tais situações está a transmitir um duplo sinal: por um lado, que é eficiente e já havia incluído no preço das acções o valor oculto; por outro, que os gestores podem "colorir" as contas com as cores que desejarem sem risco de penalização. A atitude do mercado muda diametralmente quando aparecem "buracos" onde antes se esperava existisse valor oculto. Então, surgem os queixumes do costume: "... havia a sensação de que a empresa usava de algum tipo de criatividade nas contas ... mas não se esperava que daí pudessem resultar 'buracos' e situações fraudulentas". Será que um "puxão de orelhas" aos gestores na altura certa não poderia evitar a necessidade de se tomarem medidas drásticas mais tarde?

6. Com as devidas adaptações, esta era a pergunta que se fazia em tempos idos quando se discutia a educação das crianças. Hoje em dia não é politicamente correcto dar "puxões de orelhas", mesmo que verbais ... apesar de termos consciência da falta que fazem.

José António Moreira
2009-03-12

A AUDITORIA (FORENSE) E A FRAUDE

1. Ao longo dos anos a Auditoria tem vindo a desenvolver-se em função da realidade económica onde se insere, bem como em resposta a uma sociedade cada vez mais exigente e atenta; acréscimo de atenção, em especial, como resultado dos sucessivos e recentes escândalos financeiros que todos temos vindo a assistir, com repercussões nos mercados de capitais, na confiança dos seus investidores mas também, e sobretudo, na nossa sociedade.

Contudo, a evolução da Auditoria não tem conseguido acompanhar o acréscimo gradual de expectativas por parte da sociedade, existindo um *gap* entre o que a função de Auditoria proporciona e o que a sociedade dela exige - *Expectation gap* (para utilizar a terminologia de Harris, e Marxen).

A sociedade exige-lhe uma responsabilidade social para além de uma responsabilidade de carácter mais administrativo, tendo cada vez mais dificuldade em aceitar que a Auditoria não tem um papel primário no combate à fraude. Aliás, em termos de percepção do público em geral, é comum pensar-se que a Auditoria tem a capacidade e responsabilidade por detectar a fraude.

A Auditoria já teve, de facto, um papel primário na detecção de fraude, concretamente até ao início do século XX. Porém, a partir daí, esta responsabilidade primária foi-se esbatendo gradualmente. A Auditoria transferiu essa responsabilidade primária para os responsáveis pela Gestão das empresas, ficando, no que respeita à fraude, com um papel secundário. Posteriormente, durante a maior parte do séc. XX, e até hoje, chamou a si a responsabilidade primária, não pela detecção da fraude mas pela emissão de uma opinião sobre a informação e/ou relato financeiro gerado pelas empresas, no sentido de certificar se o mesmo é ou não credível e fidedigno no que respeita à realidade que pretende espelhar.

Este enfoque preferencial nas Demonstrações Financeiras e na avaliação da sua imagem "verdadeira e apropriada", em detrimento da detecção

da fraude, foi justificado sobretudo pelas alterações sócio-económicas que vieram a concretizar-se no século passado, em especial o aumento da dimensão e complexidade das empresas que, nomeadamente, implicaram um acréscimo muito significativo do número de transacções efectuadas. A Auditoria "tradicional" que hoje conhecemos, por exemplo, através do trabalho que é desenvolvido em Portugal pelos Revisores Oficiais de Contas no seu papel de Auditores Externos, concluiu que, além de não poder ver tudo, o próprio planeamento e a metodologia, embora possa ser comum até certo ponto, é maioritariamente distinto quer se trate de assegurar a credibilidade do relato financeiro quer se trate de detectar a fraude. No entanto, à medida que se foi aproximando o final do século passado e, em especial, a partir dos já referidos escândalos financeiros que tiveram por cenário a fraude, a opção feita pela Auditoria em renunciar à responsabilidade primária pela sua detecção tem vindo a criar um aumento de pressão e criticismo por parte da sociedade e, em particular, por parte dos utilizadores da informação financeira.

Este facto não foi ignorado pela Auditoria, quer pela Auditoria Externa quer pela Auditoria Interna. Embora a Auditoria não tenha voltado a assumir a responsabilidade primária pela detecção da fraude, desde data mais recente, tem vindo a chamar a si um acréscimo de responsabilidade, o que tem vindo a ser reflectido nos seus normativos e regulamentação profissional. Relativamente à Auditoria Externa é de sublinhar nos EUA a *Statement on Auditing Standards* nº 99 e a nível da União Europeia a *International Standards on Auditing* nº 240. No que respeita à Auditoria Interna é também de salientar, a partir do ano de 1999, a actualização do seu conceito de forma a abranger também a Gestão do Risco e o *Governance*. É de reconhecer que, actualmente, apesar de a Auditoria não assumir a responsabilidade primária pela detecção da fraude, a probabilidade de a detectar, com este esforço normativo profissional mais recente, melhorou.

2. Mas será que faz sentido a sociedade continuar a insistir em pressionar e responsabilizar a Auditoria "tradicional" no que respeita à responsabilidade primária pela detecção da fraude?

A fraude, como é definida pela *Association of Certified Fraud Examiners* (ACFE) dos EUA, abrange três tipos: Apropriação de Activos, Corrupção e a Fraude cometida no Relato Financeiro. Por outro lado, para a sua adequada compreensão e, consequentemente, prevenção e detecção, requer conhecimentos para além da Contabilidade e Auditoria, nomeadamente, Informática, Psicologia, Criminologia, Investigação, etc. Ou seja, aos profissionais

a quem for dado o papel de estar na linha da frente no combate à fraude e que assumam efectivamente esta responsabilidade, não parece exagerado pedir-lhes dedicação exclusiva, dado a abrangência de conhecimentos que este papel implica. A acumulação de outras tarefas e, em especial, outras orientações de trabalho que prejudiquem ou os afastem, ainda que temporariamente, do seu objectivo principal, não parece fazer sentido. Quanto melhor se conhece o fenómeno da fraude mais se tem a convicção que o seu combate exige dedicação exclusiva, planeamento e metodologia de trabalho próprios.

É de reconhecer o esforço que a Auditoria tem vindo a fazer ao longo dos anos no sentido ter sempre no seu horizonte o problema da fraude, primária ou secundariamente. No entanto, os escândalos financeiros continuam e o *gap* em relação às expectativas e percepção da sociedade subsiste.

Urge assim definir uma linha de orientação que, na actual realidade sócio-económica, se assuma como uma opção efectivamente eficaz.

Existem já bons exemplos a nível internacional e que podem ser caminhos possíveis como base a um processo posterior de harmonização mundial no combate à fraude.

É de referir a opção dos EUA em ter uma classe de profissionais especialistas autónoma no combate à fraude, função independente da função de Auditoria "tradicional". São eles os *Certified Fraud Examiners* (CFE) ou, em menor escala, os *Certified Forensic Accountants* (Cr.FA).

Cumpre também destacar uma outra opção, por parte do Canada, em criar, não uma função autónoma mas uma especialização por parte do Auditor Tradicional, *Chartered Accountants – Investigative and Forensic Accounting* (CA-IFA).

Estas duas opções já efectivas, quer a opção que privilegia uma nova e independente classe profissional quer a opção por dar uma especialização ao Auditor "tradicional", estão a desempenhar uma nova função suportada numa nova área do conhecimento, a *Forensic Accounting*, expressão que foi muito provavelmente usada pela primeira vez por Peloubet, em 1946.

Esta área do conhecimento agrega, ela própria, diversas áreas do conhecimento; além de criar desde logo uma intersecção entre a Contabilidade e Auditoria, por via de um trabalho de perícia de âmbito bastante alargado, exige conhecimentos em outras áreas bastante díspares que, no combate à fraude, conjuntamente, fazem sentido criando massa crítica e eficácia; são elas, nomeadamente, a Informática, a Psicologia, Criminologia e a Investigação Criminal.

3. Importa, por último, referir que o combate à fraude deve ser visto de duas ópticas: uma proactiva, de dissuasão e/ou prevenção, e uma reactiva, como reacção a uma suspeita ou a um facto já consumado. Quanto à 2ª óptica, a opção referida por desenvolver uma nova classe profissional, apoiada numa actividade profissional mais abrangente, a *Forensic Accounting*, independente ou por via de especialização, parece ser a mais acertada; a fraude requer uma abordagem específica, um planeamento e metodologia próprios, um conhecimento significativamente mais abrangente; a *Forensic Accounting* foi pensada de raiz para responder a isto mesmo.

Já no que respeita a uma óptica de dissuasão e/ou prevenção, a Auditoria "tradicional", fruto da evolução mais recente (e.g. Lei *Sarbanes-Oxley*) e o papel de Organismos internacionais de referência (e.g. COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) tem capacidade para continuar a ter um papel importante, em especial na sua vertente de Auditoria Interna. Ou seja, nos países cuja realidade permita seguir de perto e adoptar as referências internacionais mais actuais e adequadas no domínio da Auditoria, bem como, nos países em que o número de empresas por ela abrangidas (interna ou externa) seja representativo do universo empresarial, a Auditoria poderá ter um papel proactivo importante no combate à fraude. Caso contrário, não restará alternativa senão dar à *Forensic Accounting*, de forma integral, o papel de vir a assumir futuramente e de forma efectiva as duas ópticas no combate à fraude.

Contudo, temos de estar conscientes que, a *Forensic Accounting* para se afirmar como nova área do conhecimento, sobretudo a nível europeu e à semelhança do que acontece nos EUA, ainda terá um significativo caminho a percorrer; desde a sua integração como disciplina nos próprios sistemas de ensino até ao seu reconhecimento oficial, regulamentação e certificação profissional.

Nuno Moreira
2009-03-26

O PARADOXO DA CONFIANÇA

1. Todos os cursos de iniciação à Economia reservam espaço para discutir a relação macroeconómica entre poupança e investimento. Sem poupança não há investimento, e na ausência deste as economias não crescem. Neste assunto, chega, sempre, a altura de discutir o denominado "paradoxo da poupança". É momento "alto" para o docente, que facilmente consegue o silêncio nas hostes que o escutam: se as famílias poupassem todo o rendimento disponível, não haveria consumo, as empresas deixariam de produzir e, por conseguinte, seria desnecessário haver investimento. Ou seja, a aparente contradição subjacente à expressão "a economia deve poupar" – o dito paradoxo – reside no facto de, no limite, demasiada poupança ser prejudicial ao crescimento económico.

2. "Deve existir confiança pessoal entre os membros de uma organização". Trata-se de uma afirmação que não merece, à primeira vista, qualquer tipo de reparo. Basta pensar no que seria a vida humana, o que seriam as relações entre as pessoas, se a confiança no outro estivesse ausente. Por exemplo, se um homem não tivesse confiança no seu barbeiro, certamente não conseguiria sentar-se na respectiva cadeira e, relaxadamente, deixar que ele lhe escanhoasse a face. Ou, sendo tesoureiro de uma empresa, a sua vida seria "complicada" se não tivesse um mínimo de confiança no(a) seu(sua) assistente e o(a) proibisse de gerir os fundos na sua ausência. Porém, também agora, tal afirmação tem subjacente um paradoxo. Sem confiança as organizações não funcionam, mas excesso de confiança pessoal entre os seus membros pode colocar em causa a sobrevivência das mesmas.

3. Já passaram cerca de 25 anos. Na agência do Banco B. de uma pequena cidade de província fora detectada uma situação anómala. Um cliente queixou-se à gerência que da sua conta desaparecera um depósito que alguns dias antes havia efectuado. Confrontado o justificativo em seu poder com os documentos contabilísticos do dia da operação, a gerência

verificou que esta havia sido anulada internamente, no próprio dia em que fora registada. Comunicado o facto ao departamento de Inspecção, a auditoria a que se procedeu veio a permitir detectar uma fraude financeira que ascendia a cerca de 5 000 contos. O contexto em que ocorreu é fácil de descrever. Ao longo de um período de quase três anos, um funcionário-caixa, o sr. F., foi gradualmente subtraindo dinheiro, escondendo a situação através da anulação de operações de depósito. O esquema funcionava em pirâmide: as operações era anuladas e o produto dos depósitos revertia para o funcionário. Alguns dias mais tarde estes eram repostos, com valores recebidos de outros clientes cujos depósitos eram, por sua vez, anulados. E assim sucessivamente. Quando o caso foi despoletado o dito funcionário estava de férias e, tendo em consideração a motivação invocada pelo cliente para ter efectuado o depósito – a constituição de uma empresa –, não esperaria, certamente, que este tivesse necessidade de movimentar os fundos antes de passadas algumas semanas. Por conseguinte, a descoberta da situação naquele preciso momento foi obra do acaso.

4. Veio a apurar-se que, por detrás deste caso, que começara com o desvio inicial de 5 contos e chegara ao valor referido, estivera o não funcionamento do sistema de controlo interno. Com efeito, este impunha que a anulação de qualquer operação fosse autorizada pelo sub-gerente da agência, através de um cartão magnético de uso pessoal que deveria inserir no terminal do funcionário que necessitasse de efectuar um movimento de anulação. A excessiva confiança pessoal existente entre a equipa da agência, de modo particular entre a gerência e o restante pessoal, levava a que o dito sub-gerente, no início de cada dia de trabalho, colocasse no tampo da sua secretária o referido cartão, com autorização tácita para que quem dele necessitasse o usasse. Portanto, o controlo por via da participação de uma segunda pessoa em operações que implicavam "saída" de fundos pura e simplesmente deixou de existir. Questionado sobre as razões de tal procedimento, o sub-gerente justificou-se com o facto de "haver sempre muito trabalho para fazer e pouco tempo para atender ao pedido dos funcionários que necessitavam de usar o cartão" e, sobretudo, com o facto destes serem "gente de confiança, honesta e acima de qualquer suspeita".

5. Quando na pequena cidade se espalhou a notícia de que tinha havido uma fraude ("um desfalque", como se dizia) perpetrada pelo sr. F., foi um choque. Ele gozava de uma estima imensa entre os seus concidadãos e era considerado como sendo de uma honestidade imaculada e inquestionável.

Tendo em conta a imagem pública do sr. F., e supondo que a dos restantes funcionários da agência não fosse diferente, uma pergunta se impõe: não seria tal imagem evidência suficiente para justificar o comportamento do sub-gerente na falta de controlo do seu cartão de anulação?

6. Não era. Sendo certo que a confiança se alicerça nas qualidades humanas que cada um percebe nos outros, não é possível esquecer três aspectos que aconselham prudência no nível de confiança depositado em relações pessoais de natureza profissional: i) mesmo tendo em consideração que ninguém é capaz de enganar todo o mundo durante todo o tempo, pode haver diferença entre as qualidades percebidas e aquelas que são intrínsecas ao sujeito; ii) há investigação que aponta no sentido de que o sujeito que pratica uma fraude, muitas vezes, fá-lo sem questionar a sua honestidade, pois admite no seu íntimo que os meios desviados são um mero empréstimo que rapidamente irá repor. Portanto, não é necessário que o perpetrador de uma fraude seja intrinsecamente desonesto para cometer tal acto; iii) qualidades pessoais como a honestidade, por exemplo, não são independentes do contexto em que decorre a vida do sujeito. Quando tal contexto muda, as qualidades pessoais intrínsecas do sujeito podem alterar-se de modo radical. No caso em apreço, como se veio a apurar, o sr. F. tinha iniciado pouco tempo antes da primeira retirada de fundos uma relação amorosa extra-conjugal que, supostamente, lhe impunha gastos mensais acrescidos. O contexto subjacente à sua vida mudara e com isso mudou também o seu comportamento profissional.

7. É sobretudo este aspecto contextual do comportamento humano que torna impossível modelizar, em abstracto, as determinantes genéricas da fraude. E é-o, particularmente, porque as alterações que ocorrem em tal contexto tendem, em geral, a não ser do conhecimento público até muito tarde, isto é, tal informação tende a permanecer no foro estritamente pessoal do sujeito. Não fosse assim e, conhecida no interior da organização tal alteração, haveria condições para que se tomassem medidas, ao nível do controlo interno, que pudessem servir de antídoto à potencial alteração comportamental daquele. Isto é, haveria condições para "colocar trancas na porta" … antes da casa roubada.

8. O sr. F. fugiu para o Brasil e foi condenado à revelia em tribunal. O sub-gerente foi compulsivamente reformado. Os restantes gerentes foram deslocados para outras agências do banco. Este, teve de ressarcir os seus clientes pelos danos financeiros que sofreram. Todos os envolvidos no

tratamento deste caso, onde me incluía, constataram na prática o quão pernicioso pode ser para as organizações o excesso de confiança pessoal entre os seus membros. O paradoxo da confiança.

José António Moreira
2009-04-23

A MARCA CTT NÃO LEVOU A CARTA A GARCIA

1. Os Correios em Portugal têm uma longa e honrada história.

Remonta ao ano de 1520 a criação, por D. Manuel I, do Correio Público, confiando a Luís Homem o cargo de Correio-Mor. Desde então assistimos ao alargamento geográfico da sua acção – dentro de Portugal, nas relações europeias, no contacto com África e o Brasil, no mundo –, a acordos entre Correios de diversos países, à regulamentação e fixação de procedimentos, e até ao que hoje chamaríamos privatizações (atribuição da sua exploração a uma família, como aconteceu em 1606 com a família Gomes da Mata).

O Correio Público teve a capacidade de perceber que as formas de comunicação entre os homens estão a evoluir e integrou no seu seio a telegrafia pré-eléctrica (também designada de visual) em 1807, a telegrafia eléctrica em 1855. Um quarto de século depois a Direcção Geral dos Correios e a Direcção Geral dos Telefones fundem-se. Desde então o Correio, o Telégrafo e o Telefone começam a fornecer as iniciais do nome ainda hoje existente (CTT), apesar de desde 1992, ao passar de empresa pública a sociedade anónima, as telecomunicações terem passado para uma empresa autónoma.

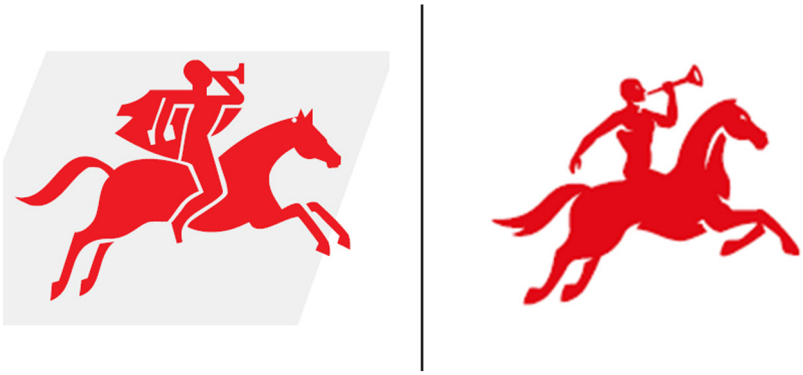
Desde o tempo dos correios-mores até ao fim do século XX, os Correios foram uma instituição exemplar nos serviços que prestavam, e que muito contribuíram para a coesão nacional, ligando cidadãos, frequentemente vivendo em regiões isoladas onde a electricidade e a água canalizada não existiam. Exemplar igualmente no plano internacional como o comprovam a rapidez de adopção do selo postal – iniciado, como se sabe, em Inglaterra – e o facto de Portugal ter sido um dos vinte e dois países a constituírem, em 1874, a União Postal Universal.

A tecnologia evolui, as formas de organização mudam e os comportamentos institucionais alteram-se. Os CTT do início do século XXI teriam que se adaptar às novas situações mas muitas das mudanças então verificadas foram um atentado à racionalidade económica, uma afronta aos cidadãos

deste país e à sua coesão, uma destruição de muitos aspectos que tinham distinguido os CTT aos olhos de todos nós.

2. Não vamos falar nos indícios de fraude que foram recentemente publicitados, há muito conhecidos nos seus contornos gerais, mas de um evento quiçá menos detectado: a mudança do seu símbolo.

Em 2004, em pleno "reinado" administrativo de Carlos Horta e Costa, alterou-se o símbolo dos CTT. Passou-se da primeira para a segunda imagem que se segue:



Da comparação atenta do desenho percebemos que houve uma extravio da carta – talvez por isso é que velocidade de entrega da correspondência, em correio normal, diminuiu – apesar do cavaleiro continuar a utilizar uma corneta para anúncio da chegada, maior e provavelmente mais potente.

A primeira questão que se coloca é se justificaria esta mudança de símbolo. Sabemos que o marketing tem insistido nesta vertente em muitos casos, mas será que a concorrência aos CTT o justificaria? Será que a diferença é tão notória que imponha uma nova empatia com o Correios aos cidadãos e às empresas? A nossa resposta é, claramente, não. Não se justificava.

Acrescente-se que mais do "dar nas vistas" a mudança pretende exactamente o contrário: passar despercebida. É no mesmo sentido a conclusão que se tira quando se refere esta mudança no relatório e contas de 2004. No capítulo "Principais Acontecimentos do Ano" dedica-se à [nova imagem] (sic) apenas o texto seguinte:

> Criação e lançamento de uma nova imagem institucional da marca CTT, mais apelativa para o mercado, transmitindo a mensagem de uma empresa em mudança, moderna e dinâmica, que responde eficazmente à evolução dos clientes e do mercado.
>
> Para além do símbolo, implicou também a reformulação da imagem das Lojas, do vestuário de serviço e da frota e a uniformização da imagem de marca das várias empresas do Grupo.

Quatro linhas dramáticas: não foi apenas o pagamento à agência de publicidade mas também a obrigatoriedade de reformular todas as lojas, todas as viaturas, todo o vestuário.

Não temos montantes do custo mas, como se diz no relatório de 2004, "os Fornecimentos e Serviços do Exterior evidenciaram um crescimento significativo face ao ano anterior" também em resultado do "forte investimento publicitário realizado". Acrescente-se, nesse ano e seguintes, a renovação das lojas e de todas as viaturas.

Acrescente-se ainda eventuais negócios com a frota, com cerca de três mil viaturas, entre os Correios, no tempo do mesmo administrador, e o grupo SLN.

3. Não sabemos se estamos perante simples actos de má gestão e estupidez humana, perante actuações de "responsabilidade social da empresa" concretizada na distribuição de fundos de beneficência a terceiros ou perante manifestações de fraude.

Carlos Pimenta
2009-07-16

"NEGÓCIO DA CAIXA JÁ RENDE 39 MILHÕES". IGNORÂNCIA OU ALGO MAIS?

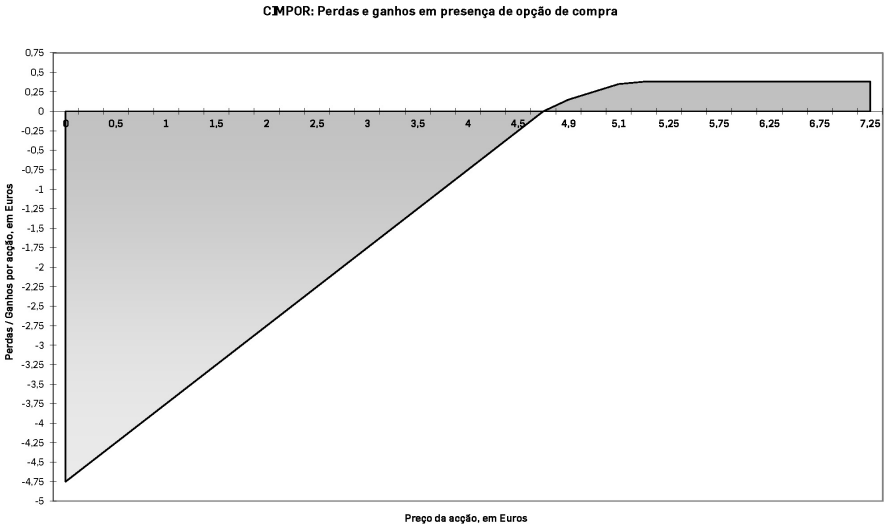
1. Supostamente, o negócio não era para ser conhecido pela opinião pública. Mas uma fuga de informação trouxe-o em Fevereiro para a capa dos jornais. Acabou, mesmo, por merecer a atenção da Comissão de Economia e Finanças, que lhe dedicou mais uma das suas inconsequentes audições parlamentares.

2. Um dos princípios básicos da ética empresarial é o de que um negócio deve proporcionar contrapartidas equilibradas a ambas as partes envolvidas. Porém, no caso em apreço, com excepção do presidente da Caixa Geral de Depósitos (CGD), que era parte signatária, ninguém mais parece ter percebido onde estava esse equilíbrio que, dado o risco envolvido, se apresentava nitidamente desfavorável a esta instituição.

3. Relembre-se o caso. A CGD em tempos tinha emprestado dinheiro ao empresário Manuel Fino para adquirir acções em empresas cotadas, tendo ele entregue como garantia um lote de acções correspondente a cerca de 10% do capital da Cimpor. Com a queda das bolsas, essa garantia deixou de cobrir o valor do empréstimo e, face à incapacidade do empresário para a complementar, o negócio tomou forma: a CGD compra esse lote de acções ao empresário, a 4,75 € cada (preço superior em cerca de 25% ao que vigorava nessa altura no mercado); o empresário passa a ter uma opção de compra sobre referido lote, por um prazo de 3 anos e ao mesmo preço de 4,75 Euros; caso a venha a exercer, remunerará a CGD, pelo capital envolvido e prazo decorrido, a uma taxa entre 6 e 8% ao ano.

4. Tenha-se presente que uma opção de compra dá ao seu detentor o direito, mas não a obrigação, de comprar um determinado activo a um preço (de exercício) definido à partida. Portanto, no futuro, caso a cotação das acções venha a subir acima dos 4,75 Euros, o empresário tenderá a exercer a dita opção, recomprando as acções; caso a cotação baixe, não o fará e

a menos-valia resultante será suportada pela CGD. Repare-se no gráfico seguinte, cujas zonas sombreadas representam, para o horizonte temporal de um ano e valores por acção, as possibilidades de perda (eixo vertical, abaixo de zero) e de ganho desta instituição. Como se constata visualmente, as perdas potenciais são de longe superiores aos hipotéticos ganhos (que serão sempre limitados). Daí o não se ter conseguido perceber onde está o equilíbrio das contrapartidas do negócio.



5. Rapidamente o assunto deixou de ser notícia. Tanto quanto é do conhecimento público, não foram assacadas quaisquer responsabilidades à administração da CGD. Como "accionista" desta instituição – categoria que é justificada pela minha cidadania portuguesa – senti-me defraudado; como cidadão, considerei-me negativamente discriminado face ao empresário Manuel Fino, por não me ter sido dada a oportunidade de ser contraparte num negócio financeiramente tão vantajoso.

6. Eis quando, já diluída a amarga sensação de sentirmos que a "coisa pública" está a saque, o Diário Económico de 16 de Julho volta ao assunto, titulando a página inteira que "Negócio da Caixa com Manuel Fino já rende 34 milhões". O texto da peça jornalística segue de perto o teor do título, deixando

latente uma defesa sem questionamento da referida operação. Segundo os autores que assinaram a peça, "a operação, que suscitou enorme polémica e críticas sobre o eventual favorecimento ao empresário, permite ao banco público acumular uma mais-valia potencial de 33,5 milhões de euros". Como acima referi e pode ser visualizado no gráfico, a manter-se o actual preço das acções (cerca de 5,27 €) a mais-valia não é da CGD, mas sim do empresário, por via da dita opção de compra. Aquela apenas receberá o juro acordado.

7. Pode avaliar-se esta peça de duas perspectivas distintas. A primeira, considera que os seus dois autores não sabem do que estão a falar. O que é pouco provável, dado tratar-se de um reputado jornal da "especialidade". A segunda, e mais verosímil em minha opinião, olha esta peça como consubstanciando uma "lavagem" deliberada e ostensiva da operação e da responsabilidade de quem a subscreveu.

8. São peças deste teor que me deixam muito céptico em relação ao nosso futuro colectivo. Elas contribuem para fomentar a minha sensação de que os "media" em vez de serem meio para despertar a consciência social para a corrupção, que se vai instalando a todos os níveis da sociedade, se vão tornando em autênticas máquinas de "lavagem" de reputações, contribuindo para a opacidade necessária à propagação dessa mesma corrupção.

9. Num país onde a Justiça não funciona, se o contrapoder eticamente responsável que se esperaria dos "media" deixar de existir, tenderá a acontecer o mesmo que nas cidades do velho oeste americano, imortalizadas nos "westerns" da minha infância: os bandidos aparecerão em força e tudo será submetido à respectiva vontade. Com uma diferença. Não haverá "xerife justiceiro" que nos venha salvar.

José António Moreira
2009-07-23

QUEM É A PRÓXIMA VÍTIMA DE FRAUDE?

Lê-se e não se acredita. O Jornal de Negócios de 2/7/2009 referia: "O Ministério Público está a investigar um caso de fraude no qual uma empresa fictícia prometia lucros de 1% ao dia, avança o "i". Estima-se que tenham sido enganados mais de 200 portugueses, que investiram montantes superiores a um milhão de euros. Uma empresa com morada fictícia na Suíça prometia juros de 36% ao mês e comissões por cada investidor angariado. Dez mil euros poderiam converter-se em 640 mil no espaço de um ano. Em poucos meses, a empresa que operava através da internet desapareceu ...".

Cá estão, em todo o seu esplendor, os ingredientes tradicionais de uma fraude simples mas eficiente: promessa de altas remunerações sem menção ao risco subjacente; a sugestão de que se trata de uma oportunidade a que só poucos "eleitos" conseguem aceder ("Os pormenores do negócio passavam sempre de amigo para amigo. E a gente ia na onda", resume em poucas palavras F. N., empresária lesada em 26 mil euros). Basta adicionar a dose q.b. de ganância e está pronto a servir.

Foi assim com a D. Branca, a "banqueira do povo", mais recentemente com a fraude de Robert Madoff (acabado de condenar a 150 anos de cadeia) ou com as "cartas da Nigéria" que chegam via e-mail e retratam as mágoas de uma viúva que tem uma fortuna para deixar e não possui herdeiros. Casos aparentemente diversos mas que mais não são do que versões modernas, mais ou menos sofisticadas, da célebre fraude do "embrulho de notas" que alguém encontrava caído na rua e pedia a um incauto transeunte para guardar por momentos, que ainda por cima tinha de entregar uma garantia em como não fugiria com as "notas". É claro que, demasiado tarde, esse incauto vinha a verificar tratar-se de um mero embrulho de papéis de jornal.

É terreno fértil o deste tipo de fraudes. Há sempre "voluntários" prontos a encarnarem no papel das incautas vítimas. É como se a memória não retivesse a informação de casos anteriores, é como se ela fosse muito curta

para reter as notícias desagradáveis. Dizem os tratados de psiquiatria que a capacidade de esquecer o que de mau vai acontecendo é sinal de uma mente humana sã. Talvez seja. Mas que isso provoca situações caricatas, e penosas, provoca. Como dizia um pensador, de quem não retive o nome: quão mais feliz seria a Humanidade se cada um aprendesse com os erros dos outros.

Mas a mente humana, e a sua incapacidade para reter a informação do passado, poderá não ser a única culpada do sucesso deste tipo de fraudes. Talvez a principal seja a ganância, traduzida no desejo do ser humano em querer ganhar muito sem esforço. Tende a funcionar como uma espécie de película opaca que impede o sujeito de se aperceber da realidade em toda a sua plenitude. E se esse sentimento se conjugar no tempo com a sensação de que se está a ter uma vantagem relativamente aos outros cidadãos – a sensação de que se trata de uma oportunidade única só acessível a uns poucos –, então a opacidade provocada pela ganância é maximizada.

Mas chega sempre o fim da "festa", a dura realidade de se ter sido vítima de mais um esquema fraudulento. E ao impacto financeiro, nem sempre modesto – pois as "oportunidades únicas" são de aproveitar em toda a sua plenitude –, junta-se a vergonha social de ter sido trapaceado. Evita-se dar a cara, procura-se arranjar um ou mais culpados para a situação.

Os organismos de supervisão, bem como as forças policiais, têm por obrigação, em termos gerais, proteger os cidadãos dos perigos a que estão sujeitos. O que não podem é andar com cada cidadão pela mão. A sua actuação faz-se sentir por via das frequentes campanhas de sensibilização que patrocinam. Relembrem-se, por exemplo, as regulares chamadas de atenção das autoridades financeiras para as cautelas a ter face a propostas de investimentos em que são oferecidas remunerações acima da média que se consegue obter nas instituições financeiras da praça. Enfatizam o facto dessa remuneração trazer associada um elevado risco de perda do capital investido ou, então, de se tratar de esquema fraudulento destinado a "aliviar" os incautos das suas poupanças.

É claro que a autonomia de cada cidadão adulto é um dos pilares das sociedades livres ocidentais, um valor inestimável. Tem subjacente, necessariamente, que cada um é responsável pelos seus actos e pelos resultados deles derivados. Para o bem, quando esse resultado é vantajoso, e para o mal, quando é prejudicial. Não faz sentido, portanto, em tal contexto sócio-legal, procurar alijar-se a responsabilidade do sujeito quando é defraudado por ter decidido, por sua conta e risco, lançar-se em investimentos e ou

aplicações que, à partida, deixariam entender, a um cidadão menos dominado pela ganância, um desfecho indesejado.

Infelizmente, em Portugal o papel paternalista desempenhado pelo Estado tende a favorecer um comportamento individual de tipo desresponsabilizante. Quando a "coisa" corre bem, o cidadão embolsa e regozija-se do seu sucesso; quando corre mal, ai Jesus que a culpa é do Estado ou, numa versão mais suave, que este tem de ajudar a compor as coisas, reembolsando os defraudados dos prejuízos incorridos. Este comportamento, que é transversal a todas as classes sociais e actividades profissionais, poderia ser ilustrado com alguns exemplos recentes.

Não me admirarei nada, portanto, se dentro de algum tempo constatar que as "Vítimas da fraude dos 36% ao mês" – o nome é da minha autoria, mas não foi registado e por isso pode ser utilizado por eventuais interessados – se transformaram em grupo de pressão e reclamam do Estado, isto é, de todos nós contribuintes, o ressarcimento dos prejuízos que sofreram. Estou a falar a sério. Ficarei muito menos admirado do que fiquei ao tomar conhecimento de que essas "vítimas" se deixaram levar num "conto do vigário" tão ... infantil.

José António Moreira
2009-08-13

ENTRE GOLOS E APITOS SE LAVA O DINHEIRO

1. Quase todas as semanas há casos que acalentam polémicas em torno do futebol. Árbitros, directores de clubes e órgãos de informação inflamam os sentimentos, incendeiam o clubismo, reduzem a racionalidade, encontram explicações para na mesa do café mostrarmos a nossa competência desportiva e concluirmos gloriosamente que a responsabilidade do que nos desagradou teve origem nos outros. Como país exportador de talentos – por isso mesmo importador de outros – quando os casos domésticos não são suficientes para nos distrair haverá sempre um evento externo capaz de ocupar ludicamente os nossos neurónios. Frequentemente os "maus da fita" repetem-se, funcionando não poucas vezes como manobras de diversão em relação às fraudes e aos crimes cometidos, em terrenos de menor visibilidade.

Assumindo o futebol tanto espaço da nossa atenção e tanto tempo de cidadania, não pode passar despercebido um estudo recente (de Julho) do FATF - Financial Action Task Force intitulado *Branqueamento de Capitais no Sector do Futebol*. Portugal foi um dos países que respondeu ao inquérito, mas só esporadicamente surge num quadro estatístico.

2. Sabemos que onde há conflitos de interesse há grande probabilidade de fraude. Sabemos que para detectar onde há fraudes basta seguirmos o curso do dinheiro. Sabemos que onde há grandes ajuntamentos populares e a ausência da análise serena das situações há condições propícias para aventureiros, defraudadores, corruptos e criminosos instalarem o seu acampamento e prestarem-se a todo o tipo de promiscuidades. Por isso mesmo todos desconfiávamos que o futebol, assim como outros desportos, poderia ser um sector propenso a tudo isso.

Contudo, o estudo que referimos traz-nos muitos elementos novos, embora ainda exploratório e essencialmente centrado no branqueamento de capitais. Veio sistematizar um conjunto de informações que mostram

inequivocamente que o sector do futebol está particularmente sujeito ao risco de fraude, que há condições favoráveis à corrupção, que é vulnerável à infiltração da criminalidade organizada, que se insere em redes que englobam actividades de economia sombra e por onde passam muitos circuitos de branqueamento de capitais. Veio igualmente chamar a atenção que nem sempre os temas mais falados são o cerne das práticas criminosas e que frequentemente as fraudes e o branqueamento de capitais assumem grande complexidade.

Falamos em fraude, incluindo a corrupção. Falamos em criminalidade organizada. Falamos em branqueamento de capitais. Falamos em interpenetração com economia sombra. Todos sabemos o que isso significa, mas alguns exemplos, por poucos que sejam, podem facilitar a sua leitura.

Estamos perante situações de fraude quando as receitas de vendas de bilhetes são enganosamente contabilizadas, quando as transferências de jogadores se processam com verbas que não correspondem à realidade, quando a contabilidade dos clubes é manipulada para apresentação aos sócios e às entidades financiadoras, quando o "industrial da região" injecta capital no clube e gere este à margem das regras, favorecendo as suas empresas, ou quando se utiliza os clubes e os campos de futebol para publicidade sem cumprir as regras fiscais.

Estamos perante situações de corrupção quando "se paga a um jogador" de uma equipe para que o resultado surpresa permita apostadores manipuladores ganharem fortunas em apostas ilegais, quando se influencia intencionalmente o comportamento de árbitros para que a classificação esteja estruturada de determinada forma, quando se compram políticos ou gestores privados para a tomada de decisões que favoreçam um ou vários clubes, ou ainda quando as federações e os clubes servem como locais de conluio em negociações de grandes obras públicas à margem das regras.

Inserem-se em processos de prática de economia sombra quando há fuga ao fisco das entidades do futebol ou por parte de quem se aproveita dele, quando a transferência de jogadores está associada ao tráfico ilegal de seres humanos, levando até à obtenção de outras nacionalidades, quando as organizações desportivas são capas para o transporte ilegal de bens.

Há branqueamento de capitais quando o crime organizado internacional aproveita transferências internacionais de jogadores para fazer movimentações de capitais de uns países para os outros e lhes dá conotação legal, quando se adquire clubes ou se financia estes procurando "matar três

coelhos de uma cajadada": fazer investimentos rentáveis; tornar legítimo o dinheiro obtido em operações ilegais; e ganharem notoriedade junto da opinião pública, protegendo-os da justiça. Há branqueamento de capitais quando vultuosos investimentos em grandes clubes ou investimentos diversos em clubes de segunda ordem são um trampolim para as máfias entrarem no sector empresarial de diversos países.

Eis apenas alguns exemplos que nos permitem entender, numa linguagem mais próxima da realidade que conhecemos, do que estamos a falar.

3. O que é que torna o futebol particularmente vulnerável a estas situações?

Em primeiro lugar há um elevado número de intervenientes formando uma rede de textura mal definida, frequentemente sem padrões claros, com cambiantes diversas de legalidade: jogadores (265 milhões no mundo, dos quais 38 milhões registados); clubes (301.000, com variegadas formas jurídicas); sociedades desportivas; agentes, registados ou não, dos jogadores e outros intermediários; investidores e gestores de clubes; "caçadores de talentos"; associações, federações ou ligas de clubes com funções e competências muito diversas. Eis o primeiro núcleo de intervenientes fundamentais do fenómeno desportivo.

Contudo muitos mais são os actores do fenómeno futebolístico, passando por eles avultadas verbas. São empresas diversas enquanto clientes, fornecedoras e financiadoras, sem nos esquecermos da grande importância económica actual da publicidade associada ao futebol; são órgãos de informação, com particular destaque para a televisão; são os governos locais e centrais; são as autoridades fiscais; são os promotores de apostas, legais ou ilegais, nacionais ou internacionais, e apostadores; são os mercados bolsistas e múltiplos intermediários financeiros; são os proprietários de equipamentos desportivos. São muitos os PEPs (pessoas expostas politicamente) que redemoinham nos circuitos do futebol.

Em segundo lugar trata-se de um mercado internacional, sobretudo a partir do caso Bosman em 1995, com baixas barreiras de entrada, de fácil penetração por pessoas individuais ou colectivas. Apesar de haver nichos de grande profissionalismo e adequada organização, nomeadamente na Europa, é um sector maioritariamente mal organizado, vulnerável, opaco. E, no entanto, já tem uma importância significativa do Produto Interno de vários países e na economia mundial.

Bastaria esta situação para o futebol ser terreno propício à infiltração do crime organizado internacional e canal de transferência ilícita de capitais, mas alguns factores adicionais ainda reforçam essa tendência: (1) a diversidade de estruturas legais e de práticas sociais nos diferentes países aumenta as facilidades de manobra; (2) as quantidades de dinheiro envolvidas nos negócios do futebol são estrondosamente elevadas, embora concentrando-se na ligas milionárias; (3) os montantes envolvidos são frequentemente irracionais e de rentabilidade futura imprevisível, o que inviabiliza a "racionalidade económica", os critérios de determinação do valor adequado e as medidas de controlo.

Acrescente-se, finalmente, que muitos clubes têm grandes carências financeiras pelo que se tornam presas fáceis para os aventureiros e os defraudadores e para a criminalidade organizada. Um mercado fácil de entrar, capaz de dar uma projecção pública e um apoio de adeptos que funcionam como obstáculos a uma eventual denúncia dos seus reais propósitos e sua condenação.

Em terceiro lugar, na sequência do que acabamos de afirmar, há um ambiente cultural favorável à fraude em geral e à corrupção em particular. Há aceitação social de certas práticas ilícitas ou eticamente reprováveis, desde que sejam "para bem do clube". As maiores irregularidades podem ser popularmente protegidas, beneficiando adicionalmente de promiscuidades públicas e privadas.

4. Dito isto é preciso precisar dois pontos:

- Afirmar categoricamente que a maioria dos intervenientes no fenómeno desportivo do futebol, directa ou indirectamente, fazem-no por amor ao desporto, por promoção pessoal honesta, por actividade empresarial dentro das regras da concorrência. Agem correctamente. As sociedades anónimas desportivas cotadas em bolsa estão sujeitas à regulação inerente a tais práticas e pautam-se pelo cumprimento das leis e dos princípios em vigor. A atenção que os órgãos de informação e o público dedicam ao futebol podem criar ilusões de óptica e de subavaliação dos perigos de fraude, mas também fazem com que os principais campeonatos e os principais clubes estejam sempre sob vigilância.
- Afirmar categoricamente que o potencial de fraude e criminalidade no futebol não é um fenómeno que interesse exclusivamente aos

intervenientes no futebol ou aos adeptos desse desporto. Interessa a todos os cidadãos. O que está em causa não é apenas a actividade desportiva, mas toda a sociedade, as instituições democráticas. Os defraudadores, corruptos e criminosos utilizam o futebol para controlar a actividade económica e política de toda a sociedade.

5. Para terminar, algumas palavras de esperança, alicerçada em factos.

Sabemos que é possível combater muitas destas situações e promover a prevenção, aperfeiçoando-se as técnicas de detecção e combate ao crime no futebol, apesar de alguns processos serem bastante complexos e de os infractores continuarem a inventar novas formas de infiltração e fraude.

Sabemos que a Federação Internacional de Futebol, as federações regionais e nacionais, assim como a União Europeia e os governos têm tomado diversas decisões nesta matéria, embora ainda muito recentes e insuficientes.

Sabemos que é possível fazer uma lista de medidas a adoptar, desde um melhor conhecimento da situação à exigência de uma maior transparência financeira, desde uma mais eficaz regulação a uma mais estreita cooperação internacional. O documento referido aponta diversas dessas vias.

Contudo, não é dessa forma que gostaríamos de terminar estes breves apontamentos. Retomando uma afirmação frequente de Mia Couto – "o adversário do nosso progresso está dentro de cada um de nós, mora na nossa atitude, vive no nosso pensamento. A tentação de culpar os outros em nada nos ajuda. Só avançamos se formos capazes de olhar para dentro e de encontrar em nós as causas dos nossos próprios desaires" (in *E se Obama fosse africano? e outras interinvenções* (pag. 138) desejaríamos lançar uma pergunta simples: o que é que cada um de nós pode fazer para combater a fraude ou o crime organizado no futebol? O que podemos fazer enquanto cidadãos de um país, em que o futebol é uma forte instituição nacional?

Apenas algumas sugestões:

- Olhemos para os acontecimentos futebolísticos com serenidade. Vivamos com emoção as situações mas sem perder a racionalidade. Aproveitemos esta para, em todas as circunstâncias, utilizarmos a dúvida metódica: parece que tudo o que se passou foi honesto e gostaria de acreditar que sim, mas será mesmo verdade?

- Tenhamos consciência que a fraude, o branqueamento de capitais e o crime organizado no futebol são uma realidade universal e não há qualquer razão, antes pelo contrário, para admitir que em Portugal a situação seja melhor. Uma situação que envolve muitos milhões de euros, complexa, raramente visível, excepcionalmente situada nos pontos de polémica.
- Defendamos a total separação entre a política e o futebol. Talvez seja uma utopia mas o alargamento da democracia o exige, como referimos numa crónica anterior.
- Percebamos que a renovação periódica dos dirigentes desportivos e a não eternização em cargos de controlo, regulação e decisão são uma condição favorável à transparência do fenómeno desportivo.
- Olhemos com profunda desconfiança os "salvadores da pátria", capazes de todos os sacrifícios em nome do clube, do futebol ou do desporto.
- Compreendamos que nenhum clubismo justifica aceitarmos a redução da cidadania, dos direitos e liberdades e da nossa democracia.

Percebermos tudo isto e actuarmos em conformidade.

Carlos Pimenta
2009-08-27

A PREVENÇÃO DA FRAUDE

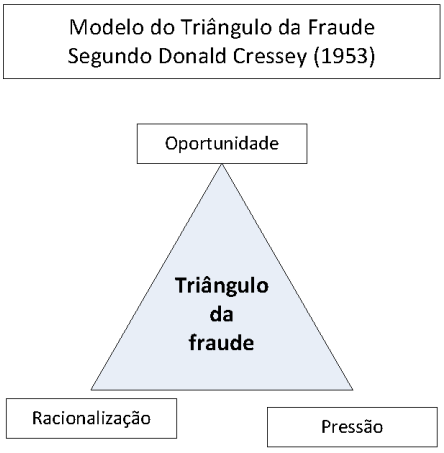
Para que uma estratégia de prevenção relativamente a um qualquer problema tenha o mínimo de êxito, importa que previamente os estrategas conheçam ao menos os principais traços caracterizadores do problema que pretendem evitar ou reduzir, sob pena de incorrerem no risco de implementar um plano (com os necessários custos associados) totalmente ineficaz.

O mesmo sucede naturalmente em relação ao problema da fraude. Haverá primeiro que identificar as suas características, para depois definir e por em marcha um plano para o anular ou pelo menos reduzir.

Relativamente aos factores que em abstracto caracterizam o contexto de ocorrência de uma qualquer fraude, e que, independentemente das características próprias de cada organização, importará que se tenham em consideração aquando da definição de estratégias preventivas, parece-nos importante que se considerem os três componentes identificados por Donald Cressey há mais de cinquenta anos, no que denominou como o modelo do triângulo da fraude (1953, "*Other People´s Money: A Study in the Social Psychology of Embezzlement*", Glencoe, Free Press, Illinois).

De acordo com o referido modelo teórico, a prática de um acto de natureza fraudulenta é sempre antecedida de um processo de decisão por parte do respectivo autor e cujo sentido parece derivar da avaliação que faz sobre determinados aspectos que contextualizam o seu "*aqui e agora*". Trata-se afinal de uma espécie de equação, cujo resultado depende das três variáveis que a integram e que são:

- A Pressão, própria da sua vida particular, nomeadamente da que resulte de urgentes necessidades de liquidez financeira, incluindo-se aqui, a título de exemplo, a existência de dívidas, hábitos de jogo e, ou de consumos (de álcool, de drogas ou até de outro tipo de substâncias). Por outro lado, esta pressão pode resultar também



de simples "necessidades" relacionadas com a ostentação de determinados símbolos, associados à posse de certos objectos (como automóveis, roupas, perfumes, etc.), que façam o sujeito sentir-se integrado no grupo social com o qual se revê. Em qualquer dos casos, a pressão resulta de uma necessidade premente de alcançar dinheiro ou bens de natureza material com valor, a fim de solucionar um problema (no primeiro caso), ou simplesmente para aumentar as disponibilidades financeiras (os dividendos resultantes da prática do acto adicionam-se às receitas normais da sua actividade profissional) para poder aceder à posse de tais símbolos de integração social (no segundo caso);

- A Racionalização, entendida como a capacidade que o sujeito possui para racionalizar (interpretar e correlacionar) os diversos dados que possui sobre a realidade que o rodeia, e cujo somatório, entre eventuais perdas (riscos de poder vir a ser detectado e punido) e ganhos (os dividendos resultantes do acto fraudulento) o levam a decidir-se ou não pela prática do acto. Entre estes elementos encontramos muitas vezes aspectos associados ao facto de a acção fraudulenta não deixar vítimas individualizáveis (ninguém ficará lesado com a sua ocorrência); aos (maus) exemplos vindos de outros colegas, a quem se ouviu relatar, ou mesmo se presenciou a prática de actos semelhantes; à existência de discursos sociais associados à ineficácia das instâncias de punição e consequentemente a sentimentos de impunidade (por um lado, a organização dificilmente detecta as acções fraudulentas praticadas e portanto a justiça não as pode punir, e, por outro lado, nos casos detectados parece não haver notícia da respectiva punição); e também a notícias frequentemente divulgadas pelos media de actos fraudulentos bem mais

graves praticados por destacadas figuras do sociedade, sem que haja notícia das correspondentes punições;
- A Oportunidade para a prática de um acto de natureza fraudulenta.

Não sabemos, nem o autor se pronunciou, sobre se alguma das três variáveis se apresenta mais preponderante relativamente às demais no que respeita ao resultado final do processo de tomada de decisão para se praticar ou não um acto fraudulento.

No entanto e apesar de as organizações disporem sempre de alguma informação de carácter informal acerca dos contextos que enquadram a vivência privada daqueles que nelas exercem funções (factor que por si só não é necessariamente preditivo da ocorrência das denominadas práticas de fraude ocupacional – praticadas por funcionários sobre as organizações onde exercem funções), parece sobretudo importante que as estratégias de prevenção deste tipo de ocorrências sejam traçadas em função do factor Oportunidade.

Independentemente dos contextos de vivência de cada sujeito, factores que, apesar de poderem ser conhecidos, as organizações não conseguem alterar ou controlar, importará que previamente se identifiquem e caracterizem as oportunidades (incluindo as hipotéticas) para a ocorrência de práticas fraudulentas, pois só a partir de tais elementos parece possível a concepção e implementação de uma qualquer estratégia para a prevenção da sua ocorrência.

António João Maia
2009-09-24

OS BÓNUS MILIONÁRIOS: VELHAS PRÁTICAS, NOVOS CONTEXTOS

1. Os prémios aos gestores estão no centro das atenções. A Visão de 20 de Agosto, reproduzindo *Le Nouvel Observateur*, fazia uma análise multidimensional dos prémios a gestores e correctores, juntando-se ao coro de muitos órgãos de informação. Toma como protótipo Andrew Hall, a quem o Citigroup, ajudado pelo Estado durante a crise, pagou 100 milhões de dólares no final do ano passado de salário e bónus, referente ao último semestre. O G20 aborda explicitamente a situação e engloba entre as suas declarações a preocupação em conter os prémios aos gestores, reproduzida em cada país pelos respectivos dirigentes políticos.

Embora estas preocupações se pudessem aplicar a qualquer sector de actividade, a qualquer empresa, as declarações e as polémicas têm-se centrado sobre o sector bancário. Porque é aí que se têm verificado recentemente a maior incidência destas práticas, enquanto a agricultura, a indústria e outros serviços ainda defrontam grandes dificuldades económicas e continuam a fazer engrossar a torrente do desemprego. Porque os bancos estiveram no cerne da actual crise e foram os cidadãos e as instituições honestas (os que não fogem aos impostos ou utilizam os *offshores*), que os mantiveram em funcionamento através dos apoios estatais. Porque coloca dilemas éticos, e estes parecem estar directamente relacionados com a crise, havendo quem afirme que "esta crise teve a ver com falta de ética" (Pedro Santa Clara, citado em "Novos gestores sujeitos a juramento de ética", Jornal Económico).

A este assunto há que acrescentar uma outra dimensão do problema, referida na literatura de gestão de fraude: a conexão entre a fraude organizacional, praticada pelas empresas, e os referidos bónus à administração. Concomitantemente vários casos (como o do Madoff) recordam que por

vezes os "génios" da "engenharia financeira" mais não são do que defraudadores socialmente bem posicionados e geniais na arte de se apropriarem do alheio.

Procuramos aqui fazer um sobrevoo sobre a probabilidade de fraude associada aos milionários bónus aos empresários, não sem antes fazer algumas referências às problemáticas de fundo que estão em causa.

2. Desde meados da década de oitenta do século passado que se foi construindo uma forma de organização da sociedade assente na aceleração do estreitamento das relações económicas entre os homens e os mercados (mundialização), na generalização dos modos de funcionamento do capitalismo americano a todos os espaços – ora integrando e uniformizando a acumulação económica mundial ora desarticulando as sociedades marginalizadas – promovendo e incutindo um conjunto de valores assentes numa leitura exacebada da liberdade individual e da livre iniciativa empresarial. As empresas multinacionais reforçaram a sua importância na economia mundial, modificaram as suas formas de organização e comportamento às escalas nacional e internacional, conduzindo, pela sua relevância, a uma "empresarização" da economia mundial.

Este processo foi acompanhado de uma crescente importância das relações monetárias e de crédito, em detrimento da relevância da produção e da troca de bens e serviços. Essa financiarização da economia traduziu-se num empolamento do capital bancário, das bolsas de valores, num brutal aumento da percentagem de operações financeiras e bolsistas totalmente desligadas da actividade produtiva (capital fictício), criando um processo que não só se auto-alimentava como também funcionava como atractor de recursos, retirados frequentemente dos sectores produtivos e das condições indispensáveis à coesão social e à cidadania.

A investigação conduzida em torno destas problemáticas (Globalização: produção, capital fictício e redistribuição, 2004), permitiu-me concluir que o empolamento do capital financeiro, nomeadamente do capital fictício, tinha fortes probabilidades de estar interligado ao simultâneo aumento, durante essas mesmas décadas, da economia «sombra», da economia que não é registada na contabilidade nacional. O aumento do capital fictício é uma face da moeda que tem na outra a fuga aos impostos e às contribuições sociais, a produção e troca de bens e serviços ilegais (da droga aos órgãos humanos, das armas e mercenários à escravatura, etc.) e as actividades informais.

Porque todos os actos individuais, institucionais e sociais fazem parte, com maior ou menor autonomia, dessa dinâmica global da organização capitalista mundial e porque cada homem molda o todo mas também é por ele moldado, foi inevitável associar a situação que se viveu durante esse período que "terminou" com a actual crise, a uma degenerescência das relações éticas. Esta manifestou-se pela exacerbação do egoísmo, pelo enfraquecimento das responsabilidades sociais, pela inversão das referências: o egoísmo só permite a emergência das regras sociais se tiver estímulos (económicos) para tal.

Porque o hiato estrutural, em ampliação, entre o capital fictício e a produção era insustentável a longo prazo, a sua interrupção era inevitável. Uma das formas que essa ruptura poderia assumir era a de uma crise. A crise de sobreprodução aí está, aberta pela crise financeira.

3. As crises são sempre momentos de ruptura e de continuidade.

Ruptura porque a dureza da realidade social sobrepõe-se aos modelos idílicos de economistas e sociólogos, porque há a "evidência" dos erros cometidos, porque a correlação de forças social exige intervenções mais ou menos profundas das instituições políticas, porque a própria reprodução das relações sociais, a continuidade do sistema, obriga à superação de alguns dos conflitos, por vezes insanáveis.

De facto, nos últimos dois anos surgiram diversas manifestações de ruptura, de que podem ser exemplos, isolados mas significativos, o reconhecimento por Alan Greenspan de que muitas práticas económicas por ele estimuladas, quando era responsável pela Reserva Federal Americana, tinham sido incorrectas e geradoras da crise, e o agendamento da eliminação, ou do controle, das *offshores* nas reuniões do G8 e G20 (ver crónica anterior "Crónica de uma metamorfose anunciada: Offshores").

Mas também são períodos de continuidade porque o período anterior à crise criou poderes que pretendem e têm capacidade de se reproduzirem, porque as ideologias tendem a perpetuar-se, mesmo irracionalmente e à custa de grandes lapsos de memória, porque os Estados e os organismos internacionais reflectem a correlação de forças social.

O volume da intervenção estatal nos bancos, em parte necessária, mas reduzindo drasticamente as possibilidades de apoio aos outros sectores de actividade e a viabilidade de uma série política de emprego e de apoio social, assim como a continuação da prioridade da ajuda ao sector financeiro nas

declarações finais das cimeiras dos "donos do mundo" têm sido aspectos inequívocos da lógica de continuidade.

A actual crise tem sido frequentemente comparada à de 1929/33. É uma comparação lógica e pedagógica. Também frequentemente tem sido afirmado, correctamente e em reforço do discurso "politicamente correcto", que há uma diferença fundamental: desde então apreendeu-se como intervir e hoje há uma capacidade de coordenação mundial que então era quase impensável. Contudo há uma outra diferença crucial: no fim da década vinte do século passado todos tinham bem presente a recente revolução russa de 1917 e o perigo que pairava sobre a continuidade do sistema capitalista, sobretudo quando a miséria se agravava e o descontentamento popular eclodia. Enfim, porque os economistas e os políticos aprenderam, porque hoje a sociedade está mundializada, porque não há ameaças de combate contra o sistema capitalista, as tendências de continuidade tendem a ser mais poderosas que as de ruptura.

As elevadas remunerações e os prémios aos conselhos de administração, a importância que isso assume no sector financeiro, mas não só, é um fortíssimo sinal de que a tendência para retomar a situação anterior, para se voltar ao empolamento do capital fictício em relação às actividades produtivas, para se continuar a montar os elos de ligação entre a economia «sombra» e a economia legal (vulgo "branqueamento de capital"), para se retomar a degenerescência das relações éticas, é muito forte.

Cada um avaliará, segundo as suas opiniões e posição social, as vantagens e as desvantagens de uma tal tendência de evolução.

Do ponto de vista da gestão de fraude, assunto de que nos ocuparemos no ponto seguinte, a realidade manifesta-se com toda a evidência: dos anos oitenta até à crise aumentou a economia «sombra» em todos os países e à escala mundial, diluiu-se a honra, aumentou o número e o volume das fraudes. Algumas só se revelaram com a crise, mas o seu aparecimento e prática foram forjados no período anterior.

4. Os prémios aos administradores das empresas, no fim do ano, ou em períodos mais curtos, podem ter efeitos de atracção dos melhores quadros ou estimular um desempenho mais atento das suas funções. Admitamos esses factos, apresentados como justificativos, mas eles são pouco relevantes do ponto de vista da fraude. Só o são na medida em que o estudo do perfil dos defraudadores aponta a coexistência de um conjunto de características pessoais que também são típicas dos gurus da administração. Como

diz um relatório da PricewaterhouseCoopers (*Investigations and Forensic Services*, 2007:18) muitos dos defraudadores são o tipo de funcionário que as empresas actuais anseiam ter.

Os prémios milionários introduzem uma dimensão de curto prazo, uma prevalência dos resultados imediatos, frequentemente em detrimento da estratégia de médio e longo prazo. A forte concorrência internacional pode exigir um olhar atento sobre o presente, em detrimento de um prazo que deixou de ser referência de mobilização nas sociedades ocidentais, mas não pode fazer esquecer um futuro mais longínquo, mais estruturante.

Pressiona à existência de bons resultados quando da apresentação dos relatórios e contas. A valoração da empresa na base das cotações bolsistas, a dificuldade de quantificação de diversas rubricas do balanço, a margem de variabilidade na determinação do "valor de mercado" e o engenho e arte na manipulação da legislação cria condições legais, não forçosamente éticas, para se influenciar os lucros da empresa. Da legalidade até à fronteira legalmente dúbia a distância é pequena e possível de trilhar. Cria propensões para práticas ilegais nas bolsas de valores ou nos registos contabilísticos, para a apresentação de resultados falsos. As organizações da empresa e da *holding* podem ser estruturadas de forma a dificultar a descoberta das fraudes. A auditoria pode ser diplomaticamente condicionada, mesmo quando é formalmente "independente". O marketing da imagem da empresa e da administração, as relações sociais estabelecidas e o envolvimento dos políticos criam uma imagem de respeitabilidade "acima de qualquer suspeita".

Em síntese, os prémios milionários não conduzem à fraude nas empresas ou das empresas, mas aumenta o risco de fraude. Uma fraude ao serviço dos beneficiados, mas que é, pela elevada posição hierárquica que ocupam, da própria empresa.

5. Como é possível combater e prevenir estas situações, isto é, o mais elevado risco de fraude?

O problema não é de agora e nas duas últimas décadas têm sido tomadas diversas medidas legislativas, em contextos tão diferentes como os EUA ou a UE. Não nos atrevendo a negar-lhes qualquer eficácia, as fraudes do tipo que estamos a referir continuaram e atingiram, por vezes, dimensões crescentes.

Muitos políticos aproveitam o choque psicológico que os elevados montantes dos bónus provocam nos cidadãos que dificilmente conseguem

ter dinheiro no fim do mês (importante sector do eleitorado) para proclamarem princípios e intenções, dificilmente traduzíveis em acções. Complementarmente sonham com novas leis, mesmo que não façam sentido ou o sistema judicial não esteja preparado para tal.

Afirmar que "o mercado corrigirá sem piedade qualquer tentação de uma gestão distorcida pela avidez dos prémios" (Joaquim Ferreira do Amaral, *Económico Weekend*, 26/9) é ter esperanças vãs e ser incapaz de aprender, mais que não seja, com a actual crise. O mercado, essa realidade mítica invocada em vão, é eventualmente capaz de "corrigir" essas situações, mas muito provavelmente entregando a "factura" a quem só teve a responsabilidade de trabalhar e de o fazer com dignidade.

Faz mais sentido afirmar que os prémios dos gestores é um assunto da competência dos accionistas. Estudos demonstram que nas empresas com maior concentração do capital, sobretudo quando historicamente a propriedade pertence a uma família, a probabilidade de fraude perpetrada pela administração é menor. O controlo dos accionistas exerce-se e impõe regras aos conselhos de administração. Pode ser um controlo eficaz, mas também exige algumas ressalvas:

- Haver um controlo dos accionistas não significa que o controlo deva ser exclusivamente deles. As empresas são parte do tecido económico-social e têm responsabilidades perante os restantes intervenientes nesse espaço. Recorde-se que as remunerações pagas por muitas empresas são maiores que o produto interno de países desenvolvidos. Por isso os prémios milionários têm impactos sociais vários que podem aconselhar outras tutelas. Quando as empresas são apoiadas com dinheiros públicos ainda é maior a sua responsabilidade perante os outros e a exigência de um controlo e regulação.
- O controlo dos accionistas faz sentido, mas só poderá ser viável e totalmente eficaz se eles tiverem condições para avaliação plena da empresa (a fraude sendo uma actuação dissimulada dificulta-o), se o bónus e a distribuição de lucros não forem concomitantes, se em muitos aspectos os accionistas não estiverem dependentes dos próprios administradores (resultado de uma teia de "favores" realizados por estes a aquele). Muitos estudos mostram a importância crescente da tecnocracia e dos gestores em relação aos proprietários do capital.

Estamos perante uma situação inevitável sem viabilidade de resolução? Certamente que não.

Limitei-me a contribuir para o esclarecimento do problema lembrando que a economia «sombra» e a fraude são realidades presentes do nosso quotidiano, mesmo quando as pretendemos ignorar.

Carlos Pimenta
2009-10-01

INOVAR NO COMBATE À FRAUDE POR SUBFACTURAÇÃO

A notícia mereceu destaque na imprensa diária: as empresas que facturem mais de 100.000 Euros por ano ou emitam mais de 500 facturas vão ser obrigadas a utilizar programas de facturação certificados pela Direcção-Geral das Contribuições e Impostos (DGCI). Para obterem tal certificação, e previamente à respectiva comercialização, os produtores desse tipo de "software" terão de submeter àquele organismo cópia do mesmo acompanhada dos respectivos manuais. Esta medida vem na sequência da descoberta pelas brigadas de fiscalização tributária, no pretérito ano, de "software" de caixas registadoras que, automaticamente, para a parte não objecto de emissão de factura formal, separava o volume de negócios em duas partes: a que iria constar da "contabilidade oficial" e a que iria directamente para o "bolso" do empresário. Pretensamente, esta imposição pretende limitar a fraude fiscal neste domínio. O mesmo que, em 2005, o Governo pretendera com a obrigatoriedade legal das empresas emitirem documento justificativo por cada venda efectuada.

A medida foi apresentada, pelo menos nas entrelinhas, como a solução para o problema da fraude fiscal baseada na subfacturação. Também agora, não consegui evitar pensar naquela anedota do sujeito que, noite alta, debaixo de um candeeiro, procurava algo no chão da rua. Outras pessoas se lhe juntaram e, nessa busca sem resultados, o tempo ia passando. Eis quando um desses anónimos ajudantes perguntou ao sujeito: "Você tem a certeza que perdeu a carteira aqui?". Ele, com ar acanhado, respondeu: "Eu perdia-a acolá em baixo, mas como lá estava muito escuro decidi procurá-la aqui". E penso nessa anedota porque considero que, também no caso deste tipo de fraude fiscal, se está a procurar onde há luz, em vez de onde está o cerne do problema. E este está no cidadão, está em cada um de nós, "os compradores".

– "Quer factura?", pergunta o empregado.

– "Não preciso!", responde o "comprador" enquanto calmamente aconchega as compras no saco.

Este diálogo é-nos por demais familiar. Já o ouvimos vezes sem conta. Aliás, quantas vezes somos nós próprios o "comprador" que dá tal resposta? Por rotina ou, quiçá, por horror aos papéis, abdicamos de receber um comprovativo (factura/recibo) das compras efectuadas sem nos apercebermos das potenciais consequências daí resultantes para a nossa vida societária e, de um modo mais particular, para nós próprios.

Na generalidade dos casos, o "vendedor" que não emite comprovativo tende a não reflectir na sua contabilidade a transacção que efectuou. Não o fazendo é como se essa transacção não tivesse existido. Daí o não ser considerada para efeito do cálculo dos impostos a pagar pelo "vendedor". E está enganado o "comprador" que pensa que esse é um problema do Estado. Quando não pede o comprovativo da compra, os impostos que deixam de ser entregues ao Estado irão ser pagos, ainda que indirectamente, por si próprio e pelos seus concidadãos que cumprem as obrigações fiscais.

Um dia, em conversa com uma amiga, falei-lhe do importante papel que o "comprador", com o simples acto de solicitar factura no acto da compra, podia ter no controlo do comportamento fiscal do "vendedor". Resposta de uma pessoa que se considera o expoente máximo do civismo: "Esse tipo de controlo é função do Estado! Não vou fazer de fiscal". Não se convenceu quando eu contra-argumentei que o Estado somos todos nós e, portanto, cada um é parte do problema e da solução. Não me calei. Conhecendo o seu apego ao dinheiro (vulgo "forretice"), coloquei-lhe o caso de uma forma mais "palpável": há cidadãos desonestos que se aproveitam das debilidades fiscalizadoras do Estado e o roubam; o Estado precisa das receitas dos impostos para sobreviver e lança-se sobre os cidadãos cumpridores, cobrando-lhes um excedente que compense a parte roubada; a única forma que estes têm de evitar pagarem o enriquecimento (ilícito) de alguns dos seus concidadãos é através de actuações que dificultem a ocorrência de tais ilícitos, como o pedido de um comprovativo em cada transacção. Ela emudeceu. Conclui para mim próprio: se o dever de cidadania não é argumento suficiente para justificar da nossa parte uma atitude cívica activa, é-o a percepção de que o roubo efectuado por outros irá ser pago por nós. Coincidência, ou não, a minha amiga tornou-se uma indefectível "coleccionadora" de facturas quando vai às compras.

Por mais voltas que se dê ao problema da fraude fiscal por subfacturação, não existe alternativa credível a um papel activo e civicamente responsável dos "compradores". Em vez de certificações de "software" e outras medidas de fachada, que acabam por encarecer os custos de operação das empresas, parecer-me-ia muito mais útil que a DGCI avançasse (e inovasse) na "educação cívica" dos cidadãos. Para começar, eu sugeria que na nota de liquidação do IRS, em final de ano, inserisse uma linha informativa com indicação do montante do imposto pago pelo contribuinte que se destinou a compensar os impostos subtraídos ao Estado pelos seus concidadãos não cumpridores. Sendo medida sem custos, e podendo funcionar como incentivadora do "civismo" dos cidadãos, por que não experimentar?

José António Moreira
2009-10-08

CHEGARAM AS AUDITORIAS "MILAGROSAS"!

O leque de empresas supostamente envolvidas na teia de negócios do processo 'Face Oculta' não parou de aumentar. E são empresas com departamentos de Auditoria Interna, sujeitas também a Auditoria Externa /Revisão Oficial de Contas e até empresas cotadas, sujeitas a supervisão pela CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários).

Temos "filtros" para todos os gostos mas, reconheçamos, pouco eficazes a detectar a Fraude.

Porquê que a rotina habitual do trabalho de Auditoria (Interna e Externa), habitualmente, não detecta a fraude? Porquê que a Auditoria só chega a conclusões acerca da avaliação do risco de fraude ou acerca de situações de fraude efectiva, em trabalhos de carácter extraordinário, "contratados" para o efeito?

A grande maioria não percebe, e é indispensável explicar, sob pena de a nossa sociedade se permitir duvidar do valor da função de Auditoria.

É benéfico a sociedade estar atenta, pressionar e "puxar" pela função de Auditoria, contribuindo para a sua evolução mas o *gap* entre o que a sociedade crê que são as responsabilidades dos Auditores e a responsabilidade efectiva e actual da função de Auditoria não pode ser excessivo, sob pena desta importante função sair descredibilizada.

A Auditoria "Tradicional" que conhecemos tem limitações no confronto directo com a Fraude, desde logo, pelo facto dos seus standards não lhe atribuírem actualmente uma responsabilidade primária no seu combate. Mas também, limitações que decorrem da sua própria metodologia e pressupostos, nomeadamente, por ser governada pela "Materialidade" e recorrer a técnicas de amostragem; aliás, assumido na "segurança razoável" (*reasonable assurance*) das suas conclusões.

Mas então, porquê pedir uma 2ª vez a estes Auditores para realizarem, agora, uma Auditoria diferente, "Milagrosa", perspectivando mesmo concluir,

com "segurança "absoluta", acerca de situações de Fraude? Será que da primeira vez não atenderam à Fraude?

Não tenho qualquer dúvida que temos em Portugal, de uma maneira geral, excelentes profissionais, excelentes Auditores. O problema prende-se, sobretudo, com o objecto e objectivo de uma Auditoria "Tradicional" e os de uma Auditoria da Fraude (proactiva e reactiva), os quais são bem distintos e que, no segundo caso, implicam uma abordagem específica e competências pessoais significativamente mais abrangentes.

A propósito do processo "Face Oculta", temos vindo a assistir a solicitações de trabalho a que podemos denominar de Auditorias da Fraude, neste caso reactivas, mas que se insistiu em pedi-las aos Auditores "Tradicionais". Não creio que sejam tão eficazes como o desejado!

Não porque os respectivos profissionais não sejam competentes, mas porque estão "formatados" e vocacionados para outro tipo de Auditoria, a qual faz parte do seu dia-a-dia e onde têm muito mais experiência.

Os nossos Auditores não podem querer ser "Super-Homens" e ao ter delegado, desde início do século passado, a responsabilidade (primária) pela prevenção e detecção da fraude ao Órgão de Gestão das Empresas, indicia claramente a consciência e o reconhecimento dessa limitação.

Assim, colocam-se necessariamente 2 alternativas à Auditoria "Tradicional", cuja opção terá que ser rapidamente tomada:

1. Está disposta a recuperar uma responsabilidade primária no combate à Fraude, a qual já assumiu até finais do século XIX ?
2. Entende que esta responsabilidade deve permanecer no Órgão de Gestão das Empresas ?

Na primeira alternativa, pelo referido anteriormente, urge tomar uma decisão adicional. Olhando a algumas boas experiências no contexto internacional, em Portugal, ou a função de Auditoria cria uma especialização dedicada especificamente ao fenómeno da fraude ou teremos de criar uma classe profissional autónoma e preparada para o efeito, cujos alicerces não deixarão de se sustentar parcialmente na Auditoria.

A maior associação profissional mundial (ACFE - Association of Certified Fraud Examiners), sedeada nos EUA, desenvolve-o autonomamente. A especialização também é uma opção válida; se os Médicos se especializam, se os Juristas também e se até os Técnicos Oficiais de Contas, falam já em formar "colégios de especialidade", porquê que a Auditoria há-de resistir?

Sobretudo, urge tomar uma decisão e avançar rapidamente num combate efectivo à Fraude e não com soluções de compromisso!

Na segunda alternativa, caso a Auditoria não queira formal e publicamente assumir uma responsabilidade primária no combate à fraude, então, inevitavelmente, a gestão de topo das nossas empresas vai ter que assumir de uma vez por todas uma responsabilidade que já é sua, por delegação da função de Auditoria.

Não tenham receio em criar departamentos internos de "Gestão de Fraude" e formar adequadamente a respectiva equipa. Se recearem denominá-los desta forma, chamem-lhe "Gestão de Risco" ou "Auditoria Interna e Gestão de Risco" mas não descurem nunca uma responsabilidade primária no que respeita ao fenómeno da Fraude. A relação custo /benefício destas "equipas", que se desejam multidisciplinares, será certamente favorável às empresas e, sobretudo, à nossa sociedade. Desde logo, por uma questão de responsabilidade social!

Temos desde 2008 em Portugal, sendo também inédito a nível europeu, uma formação especializada em "Gestão de Fraude" pela Universidade do Porto, a qual prepara inclusive para a certificação pelos EUA como *Certified Fraud Examiner*, bem como, um Observatório de Economia e Gestão de Fraude (OBEGEF), o qual, naturalmente, tem estado atento a esta e a outras questões, em especial, no desejo de contribuir e ser parte activa na busca de alternativas válidas no combate à fraude em Portugal. Assim queiram os decisores deste país e, em menor escala, os responsáveis pela gestão das nossas empresas!

Nuno Moreira
2009-12-10

«ANIMAL SPIRITS»: O CASO DA CORRUPÇÃO

1. Há livros que aparecem na nossa vida um pouco por acaso, quase como se tropeçássemos neles. No entanto, alguns deles vêm a revelar-se autênticas preciosidades, que lemos com o mesmo vagar e prazer com que degustamos um saboroso petisco que nos foi colocado no prato. "Animal Spirits: How Human Psychology Drives the Economy, and Why it Matters for Global Capitalism", de George Akerlof (prémio Nobel da Economia, 2001) e Robert Shiller, é um desses livros. Curto, bem escrito, motivante, propõe-nos uma visão da macroeconomia que foge da explicação tradicional assente no "Homem económico e racional". Propõe-nos uma visão onde sobressai o impacto de cinco "animal spirits" – a confiança, a equidade, a corrupção e má-fé, a ilusão monetária e as "histórias" – no comportamento humano e, por essa via, no devir económico. É com base nessa visão e nos comportamentos "irracionais" que lhe estão subjacentes que explica a ocorrência de crises económicas e financeiras como a que ainda estamos a viver.

2. Num levantamento que fazem das causas das três últimas recessões verificadas pela economia americana – 1990/91, 2001 e a recente de 2007/09 –, os autores apontam como razões para a respectiva ocorrência as alterações negativas na atitude de agentes e instituições ao nível dos "princípios de bom comportamento", bem como as alterações na "actividade predatória" de certas empresas e organizações. Uma pergunta é colocada aos leitores: por que é que novas ondas de corrupção e comportamentos de má-fé tendem a ocorrer de tempos a tempos? Trata-se de uma pergunta de retórica, antecipando a proposta de resposta que os autores oferecem: o renovar cíclico de tais ondas assenta no facto de haver por parte dos agentes ou organizações, em determinados períodos, a crença de que é fácil obter ganhos indevidos sem sofrer uma penalidade de dimensão equivalente. Quer porque sentem que o sistema de punição está mais fraco, quer porque actuam através de mecanismos – por exemplo invenções financeiras – que legalmente ainda

não estão reguladas. Ainda segundo os autores, duas outras condições contribuem sobremodo para o florescimento e alargamento da corrupção: a aceitação social da corrupção como uma "normalidade"; a própria existência de corrupção, que tende a auto-alimentar-se.

3. Se deixarmos o contexto americano do livro e olharmos para o caso português, há sinais assustadores e prenunciadores de tempos (ainda mais) difíceis no âmbito da propagação da corrupção e comportamentos de má-fé (onde se enquadra a fraude). O caso "Face Oculta", pelas figuras públicas envolvidas, tem ocupado a atenção dos "media". Raramente é olhado como (mais) um caso de corrupção e fraude e enquadrado num crescendo de casos que têm vindo a ser conhecidos ao longo dos últimos anos. Por isso, corre o risco de ser olhado pelos cidadãos como uma mera "anormalidade", um caso pontual que foge do padrão (que é não existirem desvios de comportamento por parte de cidadãos e organizações). Olhando ao contexto nacional facilmente se encontram ingredientes que ajudam a explicar esse crescendo de corrupção e fraude: de há muito que a Justiça não funciona em tempo e com mão suficientemente pesada para desincentivar tal tipo de comportamentos; culturalmente, há um certo grau de aceitação destes, como ainda recentemente um inquérito de opinião deixava perceber; e, como referido, corrupção tende a gerar mais corrupção.

4. Numa análise macroeconómica tradicional, a corrupção e a fraude tendiam a ser olhadas como neutras do ponto de vista económico, porque eram consideradas meras transferências de riqueza entre agentes: o que uns perdem, outros ganham. O que a visão proposta no livro mostra é que a situação não é assim tão simples: a corrupção e a fraude têm consequências negativas para a actividade económica, até pelo impacto que têm sobre a confiança dos agentes. Portanto, numa altura em que a economia portuguesa necessita drasticamente de crescer, a existência de corrupção vem colocar ainda mais nuvens negras sobre o nosso futuro colectivo.

José António Moreira
2010-05-27

QUE FEZ HOJE CONTRA A FRAUDE? QUE PENSA FAZER AMANHÃ?

1. Quantos de vós estão no desemprego porque alguns fizeram fraude contra a empresa em que esculpiam o vosso sustento?

Quantos de vós vivem com maiores dificuldades porque políticos, amigos de políticos e amigos de amigos influentes ganham fraudulentamente milhões em contratos viciados, em compras e vendas sobre ou subfacturadas, em favores pagos, em operações de lavagem de dinheiro, em apropriação indevida de valores que não lhes pertenciam?

Quantos de vós viram as vossas poupanças em perigo porque administradores sem escrúpulos, mesmo quando borrifados com água benta e com abraços de altas figuras públicas, manipularam cotações na bolsa, arruinaram o banco em proveito próprio, especularam com o dinheiro que era vosso, falsificaram sistematicamente as contas e os balanços?

Quantos de vós continuam a pagar escrupulosamente os vossos impostos enquanto outros utilizam sistematicamente os paraísos fiscais para pagarem menos (para outros Estados), falsificam o IVA, compram a informação do que vai ser fiscalizado, manipulam rendimentos?

Quantos de vós vêem os seus impostos aumentar porque se gasta "à tripa forra", porque se salvaram os bancos, os banqueiros e os especuladores bolsistas?

Esclareça-se. Não é o Estado que gasta "à tripa forra", mas muitos dos políticos que gerem esse Estado. Não é o Estado que deve emagrecer mas os que se comportam como sanguessugas, tal como na Grande Porca de Boldalo Pinheiro. Esclareça-se, não se salvaram os bancos para salvar os depósitos, os depositantes, as empresas industriais e os que precisam de crédito. Salvaram-se os bancos para se salvar os banqueiros que têm sempre os seus representantes nos órgãos do poder.

2. Desculpem, não queria dizer "vós". É assunto de todos nós. De todos nós portugueses, ganhando honestamente a nossa remuneração, trabalhando conscienciosamente, pagando os impostos legalmente estabelecidos, aspirando a um futuro melhor. Um futuro que custa a chegar porque a corrupção, em particular, e a fraude, em geral, diminui o desenvolvimento, piora os serviços públicos, bloqueia e desvia o rendimento criado, esbanja riqueza a favor de alguns, corrói a coesão social, deteriora a democracia, cerceia a liberdade.

Todos nós somos esfacelados na nossa liberdade quando um defraudador ganha milhões depois de reformado, quando o criminoso não é preso, quando um tribunal absolve um corrupto (activo ou passivo), quando os meliantes são informados das investigações de que são alvo, quando figuras públicas mentem "com quantos dentes têm" invocando em vão o "interesse nacional".

Não, não é um problema deles. É um problema nosso, no que há de mais sagrado: a nossa pátria, a nossa liberdade, a nossa dignidade.

Desde muito antes da crise, que defendemos que a economia não registada, a fraude, a promiscuidade entre o lícito e o ilícito, a degenerescência das relações éticas e do respeito pelo próximo não são uma excrescência do sistema financeiro e económico em crescimento depois do anos noventa do século passado. Não são uma excrescência! São parte integrante da economia de mercado contemporânea. A crise de sobreprodução poderia ter sido um momento catastrófico para se traçar novos rumos, mas a evolução recente aponta em sentido contrário. Há um reforço político da financiarização da economia – apesar da grande instabilidade que os mercados financeiros continuam a revelar. Uma continuação que significa uma degradação: os Estados dependem (ou aceitam depender) cada vez mais das empresas; são os Estados que vão à "falência", não o capital privado internacional.

Nós – exactamente, nós! – vamos à falência porque você e eu nada contamos para os objectivos da Economia e da Política, porque não somos nem grãos de areia na financiarização da economia, na economia não registada e no luxuriante mundo da fraude. Somos tão somente homens e mulheres, cidadãos. Honestos.

3. Não, não podemos cruzar os braços! Um advogado brasileiro, numa entrevista na televisão do seu país, afirmava "A população tem de ter consciência que tudo o que acontece no poder público [tem que ver com ela, que ela] pode actuar como fiscal das acções do Estado". Das acções do

Estado e das empresas. Fazia este alerta como prelúdio para acções cívicas contra a corrupção.

Todos nós podemos fazer muito mais contra a fraude, as ilegalidades, o crime.

Sugira-nos como.

Voltaremos ao assunto.

Carlos Pimenta
2010-06-17

FRAUDE INTERNA – MITOS, REALIDADES E ABORDAGENS

1. MITOS *VS* REALIDADE – FRAUDE EXTERNA *VS* FRAUDE INTERNA

Quando se fala sobre fraude, entra-se num universo composto baseado em grande medida em opiniões pessoais e mitos generalizados. Com efeito, a dificuldade existente na qualificação e quantificação de comportamentos fraudulentos e respectivos impactos cobre todo este tema com um manto de névoa e desconhecimento que impele a comportamentos baseados em pressupostos, impulsos e intuições.

Impede-se assim a promoção de uma cultura e acções mais racionais, baseadas numa abordagem de gestão de risco, que progressiva, adaptativa e pragmaticamente saia dos campos do desconhecido, do medo e do palpite e trate o fenómeno da fraude como outra qualquer actividade de negócio: definindo uma estratégia, delineando e implementando planos e iniciativas, avaliando o seu resultado e, aprendendo com os resultados, adaptando e redefinindo todo este processo, num ciclo fechado e iterativo.

Voltando à linha inicial de pensamento, um dos principais mitos relacionados com a fraude é o de que ela é sobretudo originária em agentes externos às organizações. Tal é não só falso, como reflexo de uma cultura de auto-justificação e insegurança relacionada com baixos graus de maturidade organizacional.

Colocar as culpas num inimigo 'externo' é uma forma tradicional de auto-defesa em temas controversos e com um elevado grau de desconhecimento.

Segundo o Global Economic Crime Survey de 2009 (1), relatório bianual elaborado desde 2003 pela PricewaterHouseCoopers (em 2009 com a participação do INSEAD), as organizações que reportaram casos de fraude indicaram que, contrariamente ao senso comum, *53% dos perpetuadores de*

fraude pertenciam à organização vítima, sendo 44% das fraudes cometidas por agentes externos.

Estes dados merecem uma reflexão aprofundada sobre a natureza dos fenómenos de fraude, bem como sobre a respectiva estratégia de combate, dentro de uma perspectiva objectiva de diminuição das perdas associadas a este fenómeno. Centremo-nos, a partir destes dados, no fenómeno da 'Fraude Interna'.

2. GESTÃO DE FRAUDE

Como referido acima, o combate ao fenómeno da Fraude Interna deve seguir uma abordagem pragmática e racional, assente numa perspectiva de gestão de risco.

É essencial ter em linha de conta que um plano de mitigação de Fraude Interna deve assentar na conjunção de três perspectivas:

- *Basear a estratégia no Combate ao 'Triângulo de Fraude'* (consultar o documento supracitado para mais informações), nomeadamente mitigando as razões que possam levar ao aparecimento de *Motivos* para a prática de fraude, assegurando que as *Oportunidades* para a prática de fraude não surgem (levando a entidade fraudulenta a acreditar que irá ser apanhada, e que as recompensas potenciais do acto não compensam este risco) e diminuindo a possibilidade de *Racionalização* do acto cometido, promovendo uma cultura anti-fraude e estimulando a identificação entre o indivíduo potencialmente fraudulento e a organização;
- Adoptar uma *Abordagem Iterativa para a planificação de acções e iniciativas* composta pelos passos de *Prevenção* (ex-ante), *Detecção, Investigação e Sanção* (ex-post), com especial enfoque no primeiro destes passos (ou seja, prevenir a ocorrência do fenómeno, por forma a não ter de se andar atrás do prejuízo após o dano feito);
- Implementar um *conjunto de políticas e controlos que conjugue gestão cultural da organização* com meios concretos de prevenção, detecção e investigação, recorrendo a Planos de Ética, Comunicação e Formação, Políticas de Combate a Fraude e Gestão de Riscos, Auditorias Internas, Controlos e Mecanismos Informáticos de

Detecção e Suporte a Investigação e, de suma importância, Avaliação de Impactos e Resultados.

Tendo cada organização um ecossistema específico, específica terá de ser também a abordagem efectuada. No entanto os princípios para a implementação efectiva de um Programa de Gestão de Fraude Interna são gerais. O conhecimento existente actualmente sobre estes fenómenos, bem como a gravidade da fraude para o bottom-line das organizações, retiram todo e quaisquer argumentos para a não-acção relativamente a este tema.

Fala-se aqui de uma actividade humana que embora moralmente condenável, é (e vai continuar a ser) uma realidade concreta e danosa, capaz de deitar abaixo a maior das organizações, como se pôde verificar nos últimos tempos.

Diria, sem grande margem para dúvidas, mesmo que com alguma possível polémica associada, que o principal inimigo das organizações no que toca a fraude são as elas próprias, ao negarem muitas vezes não só o impacto deste fenómeno, mas sobretudo a existência do próprio fenómeno. Assume maior gravidade este facto quando se trata da Fraude Interna, pelas razões acima descritas.

3. MEIOS E INICIATIVAS DE GESTÃO DE FRAUDE – ALGUNS EXEMPLOS

Concluo esta crónica com alguns exemplos de meios e iniciativas concretas de gestão de fenómenos de Fraude Interna.

Em primeiro lugar, a Cultura. A definição e comunicação a toda a organização de uma Política de Ética (ou de Gestão de Fraude) transmite um sinal forte a todos os colaboradores acerca da seriedade com que o tema da fraude está a ser abordado. Este sinal aumenta a capacidade da organização em diminuir a percepção das oportunidades para o cometimento de fraude, aumentando simultaneamente a coesão social dos colaboradores em torno do tema, diminuindo consequentemente a facilidade de racionalização por parte dos perpetradores.

Em segundo lugar os Controlos, com especial enfoque na vertente de Detecção. Neste ponto cabem iniciativas como as Auditorias Internas, mas sobretudo as relacionadas com a análise da informação transaccional gerada nas actividades de negócio. Motores de análise de transacções em tempo real (com base em regras de negócio e cruzamento de dados) e modelos

estatísticos (Data Mining) de análise e detecção de fenómenos excepcionais em grandes volumes de informação são dois dos tipos de métodos mais utilizados para detecção de suspeitas de fraude. Para além destes controlos, é também essencial que os mesmos sejam do conhecimento da organização, por forma a aumentar a percepção relativa à existência destes mecanismos de controlo por parte dos colaboradores, diminuindo consequentemente a noção da possibilidade de efectuarem uma fraude que não seja detectada (oportunidade).

Por fim, para não alongar mais esta crónica, os meios de Investigação de casos suspeitos. Numa perspectiva de gestão de risco, mecanismos de detecção ou auditoria interna resultam na maior parte das vezes em casos suspeitos. O tema da fraude é sensível, e a sua gestão tem de assentar numa base factual que empregue em todo o processo princípios de transparência e justiça no tratamento dos casos suspeitos. Uma organização que 'dispare primeiro e pergunte depois' corre o risco de ver todos os seus esforços de combate a fraude gorados, podendo-se facilmente transformar um bom clima organizacional num ambiente de desconfiança e suspeição institucionalizados. Para evitar estes riscos os processos de investigação têm de dispor de ferramentas e informação que permitam tirar conclusões justas, garantindo que, por exemplo, não se confunda um erro (algo normal, sem dolo) num crime (bem mais grave, assentando numa intenção clara de fraude). Para além de processos de inquérito qualitativos, os investigadores devem ter ao seu dispor toda a informação de que necessitam para chegar a conclusões. Esta informação deve ser providenciada através de sistemas informáticos que permitam analisar discrepâncias de informação, contexto e especificidades das transacções suspeitas, relações entre entidades (colaboradores, entidades externas, etc) e documentação associada ao processo em investigação. Estes dados residem geralmente nos sistemas de informação da organização, devendo ser implementados sistemas que integrem todos estes dados e os disponibilizem de forma acessível e adequada aos investigadores.

Após estes exemplos, reforço a mensagem que já transmiti acima: a Gestão da Fraude deve ser encarada como mais um processo de negócio, seguindo os princípios de racionalidade empresarial que devem subjazer todas as actividades de uma organização.

FONTES:

1. Global Economic Crime Survey 2009, PricewaterHouseCoopers: http://www.pwc.com/en_GX/gx/economic-crime-survey/pdf/global-economic-crime-survey-2009.pdf

Pedro Santos Moura
2010-07-08

DENUNCIAR OU NÃO, EIS A QUESTÃO

CENA 1

– Não sei para que lado me hei-de virar. Onde trabalho há quem se governe à valentona, e há muito tempo. O que entra no armazém ronda um terço do que é encomendado e pago. Já tinha desconfiado que havia tramóia e tenho andado, dentro das possibilidades, a reunir elementos. Agora que os factos são insofismáveis não sei o que fazer com eles.

– Ainda te arriscas a perder o emprego. É estar preso por ter e não ter cão. Se nada fizeres, segundo me tens contado, arriscas-te a ser despedido porque os indicadores de gestão são péssimos e há rumores de que vão reduzir o pessoal. Se fizeres alguma coisa tens grandes hipóteses de seres corrido porque atropelaste interesses poderosos.

– Talvez tenhas razão, mas ainda sem pensar nas consequências, as minhas dúvidas são como e a quem, fazer chegar as informações que tenho. Não há outra possibilidade desta fraude ser conhecida senão pondo a boca no trombone. A coisa é bem feita. E só isso é que justifica que dure há anos e mesmo eu, que estava numa posição relativamente privilegiada para a descobrir, durante muito tempo, não me apercebi de nada. E olha que se metia pelos olhinhos dentro!

– Quase sempre é assim com as fraudes. É por isso que as denúncias são a principal forma de detecção das fraudes. Ainda há dias lia o relatório da ACFE sobre as fraudes nos Estados Unidos da América no período 2008 a 2010 e lá se dizia que 40% delas foram detectadas porque alguém deu uma dica ou relatou uma situação. Os controlos, auditorias e outras medidas são bem menos eficazes. E a situação nos anos anteriores foi semelhante.

– Não sei como é por essas bandas, mas no nosso país denunciar cheira a bufo, tenho problemas de consciência com isso. Mais a mais, eu que dei os costados contra a situação, antes do 25 de Abril. E olha que não é só por cá!

Durante o tempo que andei por essa Europa trabalhando hoje aqui, amanhã ali, senti a mesma repulsa pela denúncia por parte dos meus colegas de trabalho.

– Em 1974 eu era um fedelho. Nunca tive essas tuas experiência... Se idade dá sabedoria eu não serei a pessoa indicada para ajudar-te. Tu correste mundo, eu fiquei por aqui. Mas parece-me que a situação é totalmente diferente. Eles roubarem não é coisa boa. Se te assaltarem a casa não fazes queixa à polícia? Aqui é o mesmo, apesar de tu não seres a vítima directa.

– Lá isso é verdade. Mas também é verdade que o meu salário é uma miséria, e olha que nem estou muito mal pago, e o chefe tem uma vida à tripa forra. Quando no ano passado um colega meu teve a frontalidade de pedir ajuda, porque estava a passar dificuldades por doença, a resposta que teve foi ser posto no olho da rua. E depois não é só isso. Há pessoas que até não ganham nada com a fraude e que também vão sofrer as consequências se eu denunciar a situação. O tipo do armazém só não disse nada porque tem medo. Sempre foi assim. Até te digo mais, acabo por ter pena de um dos tipos que está metido no processo. Bem sei que é um pião, mas desde que o filho se meteu na droga ele tem tido uma vida desgraçada!

– Estás a misturar alhos com bugalhos. Estás a misturar as coisas. Volto ao que te perguntava há bocado. Vais na rua e és assaltado. Roubam-te o salário do mês que tinhas na carteira. Antes de fazer queixa vais investigar se o ladrão tinha problemas familiares, estava no desemprego ou foi despedido sem razão? Não. Houve roubo, participas. Se tu ou algum dos teus colegas forem despedidos pelos prejuízos que esses marmanjos estão a causar, as chefias ou os que ficam vão entrar em conta com todos esses aspectos?

– Não gosto de pensar em termos egoístas.

– Não sejas egoísta. Pensa em termos éticos. Na sociedade em que vivemos, o que eles fazem não é uma violação das relações entre as pessoas, entre cada um de nós e as instituições com que lidamos? A não ser que..., desculpa que diga assim, sendo tu um amigo, a não ser que todas essas dúvidas sejam uma forma de tu encobrires a ti próprio o medo que tens...

– Não me digas uma coisa dessas que até fico zangado contigo. Só não levo a mal porque te conheço bem... O medo que as pessoas têm de dizer o que pensam, de actuarem, é das coisas que mais me irritam. Até parece que não vivemos em democracia!

– Ou a democracia também é isso mesmo.

CENA 2

– Convenceste-me. Fiquei a pensar na nossa conversa e concluí que não tenho outra coisa a fazer do que avançar e informar a quem de direito da fraude. Não sei quando é que ela começou, disso não tenho dados, mas pelos elementos que compilei já ultrapassou um milhão de euros.

– Vais falar ao teu chefe?

– Já me decidi que não vou por aí. Não é por não ir à mesma praia dele. Até admito que ele seja honesto, no sentido de que não quererá que tais coisas aconteçam debaixo do seu nariz. Nem fica bem perante os chefões, nem revela gestão muito apropriada. Ele também não gosta de fazer essa figura. Mas decidi que seria um acto ineficaz. Em primeiro lugar porque ele é muito medricas e tenho sérias dúvidas que actuasse. Depois não faz nada sem consultar X e esse está metido na tramóia. Entre acreditar nele e em mim não tenho qualquer dúvida... Ele é o seu braço direito, com uma imagem de abnegado. Sem faltas, sem férias, sacrificando-se a entrar mais cedo e a sair mais tarde, centralizando quase todos os processo importantes. O chefe delega nele tudo...

– Grande pato! Homem nas boas graças, sempre presente, centralizador e sem dividir tarefas com ninguém é a figura típica do defraudar. Do que pode dormir descansado!

– Pois é. Resolvi denunciar directamente à polícia. Até porque a fraude embora não tenha finalidades fiscais acaba por ter algumas repercussões. Eles certamente são mais sensíveis e poderão conduzir o processo até às últimas consequências. Pelo menos assim espero.

– Vais dar a cara ou fazes uma denúncia anónima?

– Desde que resolvi avançar deixei de ter hesitações sobre o que me perguntas. Vou dar a cara!

– Já falaste com a tua mulher sobre o assunto? Pensa bem... Anda por aí muito gato escaldado!

– Tem de ser, por várias razões. Tens pachorra para me aturares? Conversando contigo fico mais aliviado, para além de que posso confrontar pontos de vista. Tu és um tipo jovem mas bem informado, e sobretudo bem formado.

– Obrigado pelo que me toca.

– É verdade. Compreendo que muitas vezes não há outra saída senão manter o anonimato. Quem denuncia falcatruas de chefias corre o risco de ir para o desemprego e a sobrevivência da família é tão sagrada como

os nossos valores morais. E mesmo que venha a ser recompensado, o que duvido, é tão mais tarde que estarei com os pés para a cova. Não sei se juridicamente a protecção de testemunha está bem ou mal escrita na nossa lei, mas o que todos sabemos é que não funciona para casos destes. É preciso que caia o Carmo e a Trindade para eventualmente funcionar...

– Parece-me que os teus argumentos vão a favor do contrário do que vais fazer...

– Calma amigo, não me deixaste acabar. Percebo as razões da opção pelo anonimato de muitos mas também sei que uma denúncia anónima sobre uma situação de fraude tem uma probabilidade de êxito inferior à de encontrar agulha em palheiro. A fraude não é um acto enganoso em que o que parece não é? Quantas denuncias anónimas as autoridades recebem por ano? Centenas de milhares, mais do que isso? Quantas são sem fundamento? Quantas se referem a crimes bem mais violentos ou facilmente investigáveis?

– Os neurónios burocráticos do polícia ou do procurador devem logo activarem-se e já têm a conclusão escrita antes de acabarem de ler a denúncia... Percebo, resolves dar a cara para aumentar a eficácia.

– Talvez, mas a razão principal é outra. Os pormenores da denúncia levam facilmente a identificar quem a faz. Entre suprimir factos para garantir um efectivo anonimato ou fornecer todas as informações que recolhi não tenho dúvidas em optar pela segunda hipótese.

– O "medo de existir" parece não ser contigo!

– Também é, mas o cumprimento daquilo em que acreditamos é mais forte.

CENA 3

– Como vai o teu caso de denúncia da fraude? Quantos anos já se passaram? Está quase a fazer cinco?

– Cinco infernais anos, podes crer. Como sabes fui logo marginalizado no serviço. Puseram-me defronte de uma secretária quase vazia, passando horas e horas sem ter uma única responsabilidade. Não tiveram a coragem de me despedir, valha-nos isso. Alegra-me que tive a solidariedade de muitos colegas. Mais do que esperava. Há mais pessoal contra a fraude, embora com uma certa tendência para a desculpabilização, do que por vezes imaginamos.

– Mas conseguiste que os culpados fossem a julgamento! E até houve condenações! Pelo que vamos lendo nos jornais até foi um bom resultado...

– Só pensar nisso me põe nervoso. Em primeiro lugar decorreram três anos para serem levados a tribunal. Se eu estivesse à espera do resultado para ser ressarcido da marginalização de que fui alvo, estava bem servido. E durante esse tempo, quantos dias tive que me deslocar para aqui e para ali, ser ouvido aqui e ali? Perdi a conta.

– Como não tinhas nada para fazer, até servia de entretimento!

– A brincar o dizes, mas se eu entretanto tivesse ido trabalhar para outro sítio, quem me pagava todas essas ausências ao trabalho, e as deslocações, e o ter que comer fora? Quando fazia essas viagens turísticas, como tu lhe chamas, e era ouvido mal o menos, mas a maior parte das vezes perdia horas e horas para saber que o julgamento era novamente adiado, esperando em verdadeiras espeluncas, nas escadas, em salas sem condições, e ainda por cima tratado como se eu é que fosse o criminoso, sempre com ameaças de multas se faltasse. É um desrespeito pelas pessoas. Tem-me incomodado mais isso do que as ameaças que nos fazem pelo telefone, sobretudo à minha mulher...

– Mas conseguiste a condenação em tribunal.

– Não é bem assim. Conheces aquele velho ditado: "quem se lixa é o mexilhão"? Aqui passou-se em alguma medida o mesmo. Os cérebros, com contas em offshores tiveram condenações mais leves do que os operacionais.

– Não me estás a dar novidade nenhuma. Conheço esse filme de vários lados.

– Além disso, como acontece quase sempre, sobretudo se se tem dinheiro...

– Conheces algum defraudador na miséria?

– ... recorrem para a instância seguinte. O filme que te contei vai continuar por mais uns anos.

– Espero que tenhas melhor sorte que outro pessoal. De recurso em recurso se vai reduzindo a pena. Tu ainda te arriscas a transformar-te em réu por difamação!

– Apesar de muito céptico ainda continuo a acreditar na democracia e no funcionamento das instituições, mas olha que já me passou isso pela cabeça. O mundo das leis é um mundo virtual. Os homens são esmagados pelas figuras jurídicas. Entre um milhão que foi roubado, e disso ninguém duvida, e uma vírgula que não está no sítio, esta é mais importante, e o defraudador sai cantando e rindo...

– E com curriculum para fazer carreira política!

– Continuo a acreditar que a actividade política é uma actividade digna e que há muitos políticos honestos.

– Tens razão, a dificuldade é encontrá-los.

– Uma coisa te digo: estou de bem com a minha consciência, mas estou cansado de ter consciência.

– Por favor, mais duas cervejas e uns tremoços.

Carlos Pimenta
2010-07-22

NÃO PEÇA CRÉDITO. RECORRA À FRAUDE!

Para frustração dos estudiosos, é sempre considerável a distância que separa as soluções arquetipicamente construídas e as realizações legislativas efectivamente conseguidas [1]. Além disso, as realizações legislativas podem não ter em conta a praxis social, ou só se adequar à praxis oculta.

1. "A apropriação indevida do alheio de forma velada é tão antiga quanto a humanidade" ([2]), dizem alguns de forma peremptória. Desse facto poderíamos tirar diversas conclusões, com diferentes graus de sensatez. Poderíamos concluir que sendo a propriedade privada o que permite haver apropriação do alheio, dever-se-ia acabar com ela. Poderíamos concluir que a sociedade não tem sabido, ao longo de milénios, regular as relações entre os seus cidadãos de forma a haver um respeito mútuo. Poderíamos concluir que já é uma situação "normal" que apenas carece de algumas brandas medidas de repreensão.

Imperou no nosso país esta última opção, passando a vigorar como lei a partir de 2007: para um conjunto relevante de fraudes "extingue-se a responsabilidade criminal, mediante a concordância do ofendido e do arguido, sem dano ilegítimo de terceiro, até à publicação da sentença da 1ª instância, desde que tenha havido restituição da coisa furtada ou ilegitimamente apropriada ou reparação integral dos prejuízos causados" (art. 206º, n.º 1, do Código Penal).

De facto não faltam justificações: há que desvalorizar os crimes patrimoniais face a outros bens jurídicos mais violentos; poupa-se dinheiro com o sistema judicial e prisional; acompanham-se as tendências de desvalorização da sociedade em favor do "indivíduo". Simultaneamente, desvalorizam-se as fraudes praticadas pelas empresas e os crimes de colarinho branco, agravam-se as desigualdades na cidadania e no usufruto de uma vida digna.

2. Mas será que o ponto de partida da análise está certo? Não está.

É exacto que sempre existiram fraudes, mas nos últimos trinta anos aumentaram em número, aumentaram em montantes apropriados, aumentaram em variedade, aumentaram na influência planetária. Se placidamente podemos considerar "normal" a fraude, é profundamente anormal este crescimento, assim como o da economia «sombra».

Curiosamente, esta legislação foi aprovada na antecâmara de um dos períodos mais dramáticos da actividade económica do último século, a crise que ainda vivemos. Uma crise que mostrou a fragilidade do sistema económico mundial aos conflitos de interesse, à especulação bolsista, às fraudes multimilionárias. Curiosamente, esta legislação foi aprovada numa década em que as fraudes (da económico-financeira à corrupção) se espalharam amplamente em Portugal.

É imperioso, urgente e possível estancar esse aumento, apesar de existir uma relação indissolúvel entre a organização económico-social da actual fase da globalização e esse empolamento fraudulento.

3. O defraudador não tem no seu horizonte a possibilidade de ser descoberto, ao mesmo tempo que procura encontrar para si, e para os outros, uma justificação credível, isto é, desculpabilizadora. Provavelmente não será a dureza das penas, em caso de detecção, que atenuará essas práticas criminosas mas o "conforto operacional" que a legislação actual permite é um elemento incentivador.

Quando a percepção da fraude aumenta a probabilidade da mesma e funciona como estímulo à sua generalização, o referido artigo do Código Penal pode traduzir-se num grande ensinamento: «não peça crédito, faça uma fraude». Só tem de preservar o capital, para a eventualidade de ser apanhado e "ter na manga" alguma informação dissuasora do ofendido manter a acusação. Se a sua fraude conduziu ao desemprego, não se preocupe. Os "terceiros" não têm expressão social e jurídica.

REFERÊNCIAS:

1. Dias, Jorge de Figueiredo, e Manuel da Costa ANDRADE. 1997. Criminologia. O Homem Deliquente e a Sociedade Criminógena. Coimbra: Coimbra Editora.
2. O ponto de partida foi o artigo "Burla e fraude deixam de ser crime", de Licínio Lima, Diário de Notícias, 2010-08-17.

Carlos Pimenta
2010-11-04

A AUDITORIA E O RECENTE LIVRO "VERDE"... OU (CARTÃO) "AMARELO" ?

1. Com maior ênfase na última década, podemos constatar que tem vindo a ser questionado amiúde o real valor de uma auditoria, como resultado das sucessivas fraudes e escândalos financeiros, um pouco por todo o mundo, com repercussões nos mercados de capitais, na confiança dos seus investidores mas também, e sobretudo, na nossa sociedade. Mais recentemente, a própria crise financeira internacional em que muitos bancos acabaram por reconhecer grandes perdas financeiras no que respeita a posições que detinham dentro e fora do balanço em determinados períodos, levanta a questão de saber como é que os auditores puderam emitir relatórios de auditoria completamente "limpos". Poderemos falar em "falhanços" da auditoria ou são apenas situações onde a auditoria "tradicional", pela sua própria vocação e orientação, não chegou lá?

2. Desde já, e no entretanto, podemos afirmar sem grande margem de erro que a função de auditoria já saiu disto tudo algo "beliscada". Inequivocamente, tem vindo a aumentar o gap entre aquilo que é esperado da função de auditoria e aquilo que ela tem efectivamente proporcionado no âmbito do seu mandato social. Atenta a isto mesmo, a Comissão Europeia toma uma vez mais a iniciativa e lança um oportuno Livro Verde - Audit Policy: Lessons from the Crisis - o qual colocou à discussão pública até ao início do passado mês de Dezembro. Este livro verde levanta um conjunto muito abrangente e pertinente de questões, entre as quais, sobre o próprio "Papel do Auditor". É de congratular a Comissão Europeia pela iniciativa e cumulativa disponibilidade para liderar o debate a nível internacional sobre a âmbito e a função de auditoria, necessários ao contexto actual dos mercados financeiros e realidade socioeconómica.

3. Fazendo aqui algumas considerações acerca das questões levantadas no Livro Verde, no âmbito do referido "Papel do Auditor", é interessante, a título preliminar, ver o que é referido e/ou assumido no próprio documento colocado à discussão. Podemos constatar desde logo que é assumido expressamente que a auditoria tem limitações e que as partes interessadas poderão não ter conhecimento delas, a saber, a materialidade, o uso de técnicas de amostragem, o papel do auditor na detecção de fraudes e responsabilidades da gerência.

No meu entender, a comunicação com o exterior tem sido deficiente. Creio que tem havido receio de explicar adequadamente aos utilizadores da informação financeira a metodologia utilizada numa auditoria e, sobretudo, as referidas limitações do trabalho e subjacente segurança "razoável" (e não absoluta) proporcionada.

Porquê este receio? Ao ler o contributo dado pela nossa Comissão Nacional de Supervisão de Auditoria (CNSA), na sua resposta à questão nº 5 levantada no Livro Verde, percebemos: "...a explicitação da metodologia não deverá levar à percepção de que uma auditoria possa não acrescentar credibilidade à informação financeira prestada, por demasiado enfoque nas limitações ou por risco de menor percepção de compromisso no resultado final".

4. Naturalmente, com algum bom senso na comunicação a adoptar com o exterior, não deve haver receio de falar nestas limitações. Isto porque, se nada for dito e explicado, a descredibilização da auditoria será muito mais provável. Algo tem que ser feito no sentido de melhorar a percepção do valor acrescentado de uma auditoria.

Além de melhorar a visibilidade da metodologia de um trabalho de auditoria, outra opção pode e deve ser tomada; como alternativa ou conjuntamente.

Para determinado tipo de Organizações, a auditoria deve ponderar seriamente o alargamento do seu âmbito e das suas responsabilidades. E, sempre que o fizer, também os seus pressupostos e metodologia terão que ser ajustados. Concretamente, parece-me uma boa opção em termos estratégia futura para a função de Auditoria o seguinte:

- Sempre que estiver em causa um trabalho de auditoria a desenvolver numa empresa cotada, no sector financeiro, no sector segurador, em grandes empresas públicas, etc., ou seja, nas denominadas "Entidades de Interesse Público", a equipa de auditoria deveria obrigatoria-

mente integrar um especialista em fraude, devidamente reconhecido e certificado (Fraud Examiner ou Forensic Accountant). De salientar que, as actuais normas de auditoria internacionais, já "autorizam" e recomendam mesmo, sempre que aplicável, o uso destes especialistas (Forensics). No essencial, o trabalho desenvolvido por estes especialistas seria uma extensão ou complemento do trabalho de auditoria, colmatando significativamente as limitações de uma auditoria "tradicional". Sendo, desta forma e em grande parte, as limitações mitigadas, este facto, não deixaria também de eliminar os receios de produzir relatórios de auditoria mais abrangentes e pormenorizados (long form reports). Esta opção, seria um elemento-chave para aumentar a eficácia de uma auditoria nestas entidades e, consequentemente, restabelecer a confiança nos e dos mercados, reduzindo também o gap de expectativas entre os diferentes stakeholders.

5. Por outro lado, nas outras entidades, de menor dimensão (essencialmente PME´s), obrigadas por lei a proceder à sua revisão oficial de contas, a relação custo/benefício do uso de especialistas de fraude não seria, certamente, favorável e, consequentemente, não faria sentido; o próprio "interesse público" destas entidades existe mas é, naturalmente, menor. Já no que respeita à comunicação com o exterior (relatórios de auditoria), deveria também aqui haver um esforço para a melhorar. Neste tipo de entidades, é evidente que uma auditoria continua a proporcionar uma maior credibilidade da informação financeira. No entanto, fazendo o confronto deste benefício com os respectivos gastos administrativos, pode não ficar tão claro a utilidade da mesma. Aqui a auditoria, através de um relatório ajustado, do tipo long form, poderia transcender o seu contexto habitual e pronunciar-se, por exemplo, acerca do risco de insolvência, numa vertente prospectiva; afinal o auditor tem acesso a informação privilegiada de suporte a este tipo de análises. Para citar apenas este exemplo, na nossa realidade portuguesa seria um contributo assinalável se isto fosse feito de forma atempada pelos auditores. Não é de ignorar a realidade de mais de uma dezena de insolvências por dia em Portugal, parte delas obrigadas a revisão oficial de contas. Estando a ser questionado a nível europeu o valor acrescentado de uma auditoria "tradicional" em entidades mais pequenas, não será este um bom

exemplo de como a auditoria poderia tornar mais visível a sua utilidade neste tipo de entidades?

> "É chegada a altura de avaliar o real desempenho desse mandato social"
> (GREEN PAPER - Audit Policy: Lessons from the Crisis)

Nuno Moreira
2011-02-03

A "TROIKA"... UM RETROCESSO NA PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO NAS AUTARQUIAS?

Desde data relativamente recente a prevenção do risco de corrupção nos municípios mereceu particular atenção, concretamente, a partir da criação em Portugal do Conselho de Prevenção de Corrupção (CPC).

O CPC, entidade administrativa independente que funciona junto do Tribunal de Contas, tem como fim desenvolver, nos termos da lei, uma actividade de âmbito nacional no domínio da prevenção da corrupção e infracções conexas (artigo 1º da Lei nº 54/2008). Este Conselho, aprovou uma Recomendação, em 1 de Julho de 2009, sobre "Planos de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas", a qual refere que "*Os órgãos máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos, seja qual for a sua natureza, devem, no prazo de 90 dias, elaborar planos de gestão de riscos e infracções conexas.*"

Tais planos devem conter, nomeadamente, os seguintes elementos:

- Identificação, relativamente a cada área ou departamento, dos riscos de corrupção e infracções conexas;
- Com base na identificação dos riscos, identificação das medidas adoptadas que previnam a sua ocorrência (por exemplo, mecanismos de controlo interno, segregação de funções, definição prévia de critérios gerais e abstractos, designadamente na concessão de benefícios públicos e no recurso a especialistas externos, nomeação de júris diferenciados para cada concurso, programação de acções de formação adequada, etc.);
- Definição e identificação dos vários responsáveis envolvidos na gestão do plano, sob a direcção do órgão dirigente máximo;
- Elaboração anual de um relatório sobre a execução do plano.

No caso concreto dos municípios, a própria Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), elaborou, subsequentemente, um Plano-Tipo de auxílio à elaboração dos referidos planos.

Os serviços públicos são estruturas em que, naturalmente, também se verificam riscos de gestão de todo o tipo, e, particularmente, riscos de corrupção e infracções conexas. Como sabemos, a corrupção constitui-se como um obstáculo fundamental ao normal funcionamento das instituições, produzindo efeitos, essencialmente, na qualidade da democracia e do desenvolvimento económico e social.

Pela listagem actualizada com regularidade pelo CPC, das entidades que cumpriram com a recomendação, independentemente do momento em que o fizeram (cumprimento ou não do prazo inicial dado), constatamos que actualmente os municípios responderam na sua grande maioria a esta missiva, tendo enviado e/ou disponibilizado na internet o documento (Plano de Prevenção da Corrupção) entretanto elaborado.

Compreende-se facilmente que, desde logo por razões políticas e atendendo ao objectivo muito sensível dos referidos "planos" (a prevenção da Corrupção), os responsáveis autárquicos sentiram-se incentivados a incluir o seu município naquela listagem do CPC, no sentido de sinalizar, publicamente, a sua preocupação com a prevenção da Corrupção. Até porque, muitos deles, encontram-se já em final de mandato e perceberam rapidamente que seria útil terminá-lo, associados a medidas desta natureza.

- Mas será que as autarquias cumpridoras elaboraram planos de prevenção de corrupção adaptados às suas próprias especificidades e realidade organizacional?
- Será que as intenções e medidas que constam dos planos elaborados já saíram do papel?

Respondendo à primeira questão, pela análise de alguns destes planos, de norte a sul do país, podemos facilmente constatar que não. Houve uma tendência generalizada para os aproximar (apenas) do plano-tipo da ANMP, abstraindo-se muitas vezes da própria realidade. Por outro lado, houve ainda um inequívoco receio de identificar alguns riscos e, em especial, de os graduar, quando aplicável, como "frequentes" ou "muito frequentes"; foi habitual a identificação de riscos de corrupção "pouco frequentes", normalmente, completamente mitigados pelas medidas propostas.

No que respeita à segunda questão, e apesar do referido na primeira, seria injusto afirmar que os diversos autarcas não têm tentado implementar efectivamente algumas medidas.

Contudo, em especial nos municípios de pequena e média dimensão, os respectivos autarcas têm sentido limitações internas que decorrem essencialmente de uma deficiente implementação prévia de Sistemas de Controlo Interno adequados, bem como, de um patamar organizacional não coerente com as necessidades de implementação do plano elaborado.

Sendo o risco de Corrupção dos mais difíceis de mitigar, é também verdade que é através de um adequado e efectivo Sistema de Controlo Interno, que se poderá atingir um bom nível de mitigação deste risco. Temos hoje em dia algumas referências/*frameworks* internacionais, as quais não deixam de constituir as melhores práticas internacionais nesta área do Controlo Interno, onde as nossas Organizações (públicas e privadas) se podem suportar para, elas próprias, implementarem um adequado Sistema de Controlo Interno.

Por outro lado, temos que estar conscientes que um adequado Sistema de Controlo Interno pode implicar formação adicional, reestruturação de serviços e processos, melhoria de sistemas contabilísticos, informáticos, etc., algumas vezes, com recurso a consultores externos.

Ou seja, exigirá necessariamente mais recursos financeiros e humanos.

E, certamente, não será agora, com o memorando de entendimento da Troika, que os municípios conseguirão obter recursos adicionais, antes pelo contrário. Pelas medidas anunciadas pelo FMI/BCE/UE já sabemos que estes serão cada vez mais reduzidos, nomeadamente:

- Redução de funcionários, estimando a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) que será necessário a redução de cerca de 2600 funcionários;
- Redução das transferências para as Autoridades Locais e Regionais em, pelo menos 175 milhões de euros, tendo em vista a contribuição deste subsector para a consolidação orçamental.

Tendo presente que a obrigatoriedade de Sistemas de Controlo Interno por parte das Autarquias já existe desde 1999, com a aprovação do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), é de lamentar que nunca tenha sido adequadamente valorizada a importância da sua implemen-

tação efectiva e abrangente. Algo que poderia ter vindo a ser feito de uma forma gradual, com a necessária repartição de recursos ao logo da última década, no sentido de colocar agora o poder local num nível organizacional facilitador da implementação deste tipo de sistemas de controlo, cumulativamente, mitigadores do risco de corrupção.

É de lamentar que só muito mais tarde, em período de franca austeridade se comece a perseguir algo que, em verdade, poderá agora estar desde logo comprometido.

Depois de um claro avanço com a criação do CPC em Portugal, não tendo as autarquias, atempadamente e desde a aprovação do POCAL, implementado Sistemas de Controlo Interno adequados, muito provavelmente estaremos agora num evitável impasse na Prevenção da Corrupção, em especial, no poder local.

Obviamente, a culpa não é da Troika....é nossa! Foi necessário termos sido confrontados agora com uma limitação efectiva de recursos, para tomarmos consciência que deveríamos ter avançado (muito) mais cedo para um nível organizacional mais evoluído nos nossos municípios, nomeadamente, que nos permitisse, presente e futuramente, uma maior eficácia na prevenção da Corrupção.

Nuno Moreira
2011-05-26

A ELEGÂNCIA DA SIMPLICIDADE

Thoreau escreveu "simplifica, simplifica", uma sugestão sábia mas difícil de interiorizar e, especialmente, de pôr em prática.

A nossa tendência inata para adicionar complexidade a sistemas que podiam, potencialmente, ser mais simples, tem vindo a trazer-nos sérios dissabores, como a crise de 2008 bem demonstrou. Uma das consequências da complexidade, neste caso, é que dificulta a tarefa de compreender as interdependências entre as várias engrenagens da "máquina" ou o impacto da actuação isolada sobre cada uma delas, o que dificulta a constituição de provisões realistas.

Este tema ocupa-me tempo de antena porque cruzei-me recentemente com um artigo na The Economist que abordava o risco latente no mercado de obrigações dos EUA. O artigo continha uma citação preocupante de um "veterano" deste mercado, que reconhecia a extrema dificuldade em compreender ou antecipar as consequências de um eventual *crash*.

Este artigo despertou-me a atenção porque, para além da questão em discussão, o problema da complexidade nas organizações e nos processos administrativos ou burocráticos é igualmente relevante. Muitas organizações investem uma parte significativa do seu esforço diário a executar operações desenhadas pelas próprias. Constata-se, contudo, que a complexidade destes processos (e eventuais sub-processos) causa frequentemente um dispêndio de esforço e/ou tempo superior ao que seria necessário ou ideal. E a possibilidade e necessidade de simplificação dos processos são, normalmente, reconhecidas pelos próprios executantes.

Outro problema inerente aos processos complexos é a sua particular vulnerabilidade à prática de fraude. Como foi amplamente abordado em crónicas anteriores, um dos vectores essenciais à ocorrência de uma fraude é o da "Oportunidade". Quanto mais complexo for um processo – quanto maior o número de sub-processos e, especialmente, a quantidade de interve-

nientes internos ou externos – maior a quantidade e diversidade de oportunidades para subverter o seu funcionamento.

Podemos tomar como exemplo os sistemas de saúde, onde a complexidade dos cálculos de comparticipações e cobrança, bem como a respectiva validação, abrem a porta a múltiplos esquemas de fraude (e.g. *unbundling*, *upcoding*, facturação múltipla, entre outros). Também a complexidade inerente aos processos de prescrição, associada à interacção com actores externos, leva a que sejam frequentes esquemas de prescrição excessiva ou impossível, cobrança de valores anormalmente elevados ou redes de favorecimento ilícito.

A participação de múltiplos intervenientes sugere, ainda, que devem utilizar-se mecanismos de supervisão e controlos de âmbito global, já que os diversos participantes tenderão a preocupar-se exclusivamente com a sua responsabilidade, não detectando problemas que possam ter ocorrido antes ou depois da sua intervenção.

Muitos processos complexos tendem, também, a exibir elevada latência, ou seja, decorre muito tempo entre o seu início e o respectivo término. Tempo suficiente para que alguém possa cometer uma fraude e desaparecer antes de ser produzido qualquer alerta. Um exemplo é a "fraude em carrossel" no IVA que, na Europa, representa perdas fiscais na ordem dos milhares de milhões de Euros. O método explora as vulnerabilidades do processo de isenção de IVA em exportações entre estados membros da União Europeia, permitindo a reclamação de reembolsos de impostos nunca pagos, tirando também partido do tempo que decorre entre a recepção do montante relativo a IVA e a data em que este deve ser entregue ao Estado.

Independentemente da sua complexidade, os processos podem ser protegidos com controlos que, em cada momento da sua execução, validam a correcção das interacções realizadas e da informação produzida, facilitando a detecção de situações anómalas. A tecnologia pode, facilmente, reduzir a latência da execução das operações e produzir controlos eficientes e automatizados que validam, passo a passo, o progresso dos processos, detectando automaticamente tentativas de subverter o seu correcto funcionamento. Importa, no entanto, considerar que também a vertente organizacional da operação diária requer preocupação.

Finalizando, não quero com isto defender que tudo na operação de uma organização pode ou deve ser simplificado *in extremis*. Há processos que são necessariamente complexos. E as interacções com intervenientes externos

são absolutamente comuns e inevitáveis na gestão moderna. Sugiro apenas que estes processos devem ser protegidos por controlos eficientes, reduzindo as vulnerabilidades que configuram uma "Oportunidade" para a prática de fraude. À semelhança do que ocorre em alguns mercados financeiros, a complexidade dificulta a detecção e compreensão de vulnerabilidades, bem como do impacto da ocorrência de problemas "inesperados". Mas este risco pode - e deve - ser mitigado.

Como recomendava Albert Einstein, "Make everything as simple as possible, but not simpler" ("Fazer tudo tão simples quanto possível, mas não mais simples").

João Gomes
2011-08-04

O RISCO DE FRAUDE NAS ORGANIZAÇÕES E A NECESSIDADE (URGENTE) DE O GERIR

Os últimos "Fraud Survey" da multinacional de auditoria e consultoria *Ernst & Young*, entre outras conclusões, mostram-nos que as Empresas estão a privilegiar actualmente a redução e racionalização de custos em detrimento de outras importantes funções, nomeadamente, aquelas que poderão ajudar a uma adequada gestão do risco de fraude nas organizações.

Estes estudos internacionais mostram-nos também que, além da mitigação do risco de fraude não ser uma prioridade, desde logo pela conjuntura que vivemos, aquelas empresas que o fizeram, concretizam-no de uma forma que, muitas vezes, não clarifica devidamente a responsabilidade interna pela sua gestão. Falta definir adequadamente os papéis e responsabilidades de quem, directa ou indirectamente, deve estar implicado nesta importante missão. A sensibilidade dos gestores de topo à gestão deste risco não tem sido efectiva porque persistem em olhar para a correspondente despesa apenas numa perspectiva, de *non-revenue generating functions*.

É um facto que a fraude nas organizações, que ocorre dentro de portas ("ocupacional"), tem um peso relevante no seu negócio, muitas vezes silencioso porque o respectivo risco não é avaliado nem quantificado. Em Portugal, o OBEGEF estima que representará cerca de 10% do volume de negócios.

Também não é menos verdade que o "Fraudster" começa por testar o sistema, avaliando oportunidades, identificando portas abertas à perpetração da fraude; fá-lo com pequenas fraudes, aumentando gradualmente à medida que vai sendo bem sucedido nos primeiros "testes". A ser bem sucedido sistematicamente, as fraudes vão aumentando sucessivamente de ordem de grandeza, o impacto na organização pode ser devastador e levar mesmo à sua insolvência; já para não referir os efeitos nefastos no sector de actividade, na economia e sociedade.

Consequentemente, pode estar uma organização muito preocupada em reduzir e racionalizar os seus custos e, silenciosamente, pode estar a desenhar-se no seu horizonte uma situação de insolvência que irá decorrer de uma fraude anunciada mas não esperada.

E, só na última década, temos vindo a assistir a Fraudes em organizações que se assumiram como verdadeiros escândalos financeiros, um pouco por todo o mundo e que vieram a ditar precisamente a sua falência.

Será sempre de atender ao risco de fraude e à sua gestão, independentemente de outras preocupações e inerentes prioridades que uma organização tenha. A sustentabilidade de uma empresa passa necessariamente (cumulativamente) pela gestão de risco de fraude.

Mesmo afastando do cenário uma consequente insolvência, o próprio desempenho económico de uma empresa, em virtude do referido peso de 10% no negócio que se estima para este tipo de fraude, pode ser significativamente afectado. Pode ser a diferença entre ter lucro ou prejuízo; pode ser a diferença entre uma tesouraria mais "confortável" ou mais "apertada".

Concluindo, o risco de fraude é mesmo para ser gerido e, comparativamente com as consequências possíveis de não o fazer, seguramente compensará!

De que forma? Preferencialmente, recorrendo a especialistas verdadeiramente independentes, posicionando-os na Organização ao mais alto nível (*tone at the top*).

E já os temos em Portugal! Por exemplo, o já citado Observatório de Economia e Gestão de Fraude (OBEGEF) agrega grande parte deles, certificados internacionalmente e provenientes de várias áreas do conhecimento.

A fraude é um fenómeno multifacetado que obriga a uma abordagem multidisciplinar. Só com uma abordagem multidisciplinar se conseguirá minimizar este risco tão relevante na vida das empresas.

A Auditoria "tradicional" (interna e externa) ajuda certamente mas não chega, não está verdadeiramente vocacionada para este fenómeno!

Nuno Moreira
2011-08-25

FRAUDE NO SISTEMA DE SAÚDE: IGNORAR OU AGIR?

Analisando diversos estudos (e.g. [1],[2], entre outros) constata-se que é internacionalmente aceite que, nas organizações dedicadas aos cuidados de saúde, nos sectores público e privado, 3 a 10% do orçamento do orçamento é perdido para o risco operacional "Fraude". A título de exemplo, se efectuarmos este cálculo para a despesa com medicamentos indicada no Orçamento de Estado de 2010 (2500 milhões de Euros) constatamos que o potencial de perdas para fraude - apenas com medicação - rondará os 250 milhões de Euros. Se, por outro lado, considerarmos as estimativas do National Health Service do Reino Unido, que indica que a taxa de fraude no serviço de saúde público (do Reino Unido) ronda os 6% do orçamento, isso representaria para Portugal uma perda anual de 150 milhões de Euros, novamente apenas na prescrição de medicamentos.

Em tempo de pressão económica, importa, naturalmente, racionalizar os investimentos. Constata-se que as organizações estão neste momento preocupadas em cerrar fileiras e focar-se nas suas prioridades, cortando a direito em custos supérfluos. A falácia, na minha opinião, está em encarar-se o combate à fraude como um custo. Em rigor, é a fraude que representa um custo, ao qual não está associado qualquer tipo de retorno.

O combate à fraude, por oposição, é um investimento, por implicar custos marginais face ao potencial de recuperação de perdas resultantes da inacção ou da ineficácia. Se, para estimar as perdas anuais de uma organização, considerarmos o intervalo padrão de 3 a 10% do orçamento, constatamos que o valor em risco é demasiado elevado para não agir. No caso de 6% dos custos com medicamentos em 2010, são 150 milhões de Euros que não serão aplicados para fornecer saúde, educação, cultura, justiça ou qualquer outro serviço; vão ser apropriados por criminosos. Note-se que os 10% não são necessariamente um limite superior: nos E.U.A, o Tax Policy

Center estima que as perdas de receita de IRS rondem os 16% (USD 345 mil milhões).

Sumarizando, para clarificar: 250 milhões de euros que "desaparecem" do orçamento sem produzir qualquer resultado são um custo. Melhor: uma perda. Uma fracção desse valor, que seja empregue para produzir controlos e/ou iniciativas para evitar ou recuperar perdas, é um investimento.

Não agir cria ainda um novo problema: o sentimento de impunidade. A maioria das fraudes começa por ser uma pequena tentativa, no sentido de testar os controlos. Se não for levantado um alerta, o método continua a ser empregue, aumentando o volume ou o valor (ou ambos) da fraude e escalando a frequência das ocorrências.

Optando-se por não ignorar o problema – segundo a PWC, 52% das instituições públicas do Reino Unido admitem ter sido vítimas de fraude em 2009 – importa ressalvar que este tem uma solução simples. Se forem fiscalizados todos os intervenientes num processo vulnerável a práticas de fraude, é quase garantido que o valor perdido vai ser recuperado. Isto, no entanto, implicaria fiscalizar todos os utentes, fornecedores e colaboradores envolvidos na prescrição e obtenção de medicamentos, para manter o exemplo do Serviço Nacional de Saúde. Uma acção desta natureza é, claramente, financeiramente incomportável, pelos recursos que envolve.

A solução para esta questão passa por seleccionar, de forma informada e científica, os participantes a fiscalizar. Uma forma trivial de fazê-lo é seleccionar uma amostra aleatória com a mesma dimensão do número de acções de fiscalização que se consegue realizar, uma técnica pouco eficiente. Uma optimização a este método é utilizar o conhecimento ganho da investigação de fraudes anteriores para seleccionar casos anómalos; ou seja, usa-se informação e conhecimento para calcular o risco associado a cada caso e fiscalizam-se os casos de maior risco. O método mais eficaz, na minha opinião, consiste em combinar as abordagens elencadas, optimizando-as com recurso ao conhecimento das dinâmicas tradicionais da prática de fraude, e.g. quem comete tem elevada probabilidade de já o ter feito no passado, idem para quem tem vínculos com perpetradores conhecidos. Esta combinação de métodos permite combinar a eficácia e eficiência de técnicas sofisticadas de detecção de risco com o efeito dissuasor das fiscalizações aleatórias, favorecendo a racionalização de custos de fiscalização sem sacrificar a recuperação de valores perdidos para fraude. É, aliás, expectá-

vel que o valor da recuperação aumente, acompanhando o incremento de eficiência da detecção de risco.

Dado que a prática de fraude é um fenómeno altamente dinâmico, com modus operandi que evoluem constantemente para evitar os métodos de detecção (eventualmente) empregues. Desta constatação decorre também que o combate à fraude deve ser uma preocupação constante, operacionalizada num programa cíclico e orientado por uma estratégia flexível, ágil e de longo prazo. Esta abordagem opõe-se ao método tradicional de planear e executar grandes projectos que só produzem resultados - caso os produzam - depois de decorrido muito tempo e investido muitos recursos. O pragmatismo é fundamental, pelo que a abordagem ideal consiste em executar iniciativas de curta duração e altamente focadas em problemas concretos, com o objectivo de, periodicamente, avaliar resultados e realinhar estratégias.

REFERÊNCIAS:

1. "The Problem of Health Care Fraud", National Health Care Anti-Fraud Association
2. "Health care fraud and abuse", David A. Hyman. University of Illinois College of Law Journal of Legal Studies, Vol. 30, 2001.

João Gomes
2011-10-05

INSOLVÊNCIAS: RESIGNAÇÃO OU PROATIVIDADE?

Entre janeiro e setembro deste ano, em média, cerca de 500 ações /mês deram entrada nos tribunais relacionados com processos de insolvência.

O ritmo é preocupante e já representa mais de 35% de acréscimo relativamente a período homólogo, no ano anterior. E, até à presente data, não é difícil adivinhar que os números estão a agravar ainda mais.

Sendo a conjuntura bem conhecida, nomeadamente, um clima de grande incerteza e uma forte instabilidade económica e social, estaremos condenados a esta inevitabilidade nas nossas empresas? Não, não nos podemos resignar….

Na gestão empresarial, a gestão efetiva e rigorosa dos diversos riscos com que uma organização poderá ser confrontada é central para assegurar a sua continuidade e sustentabilidade. Quanto maiores as dificuldades, a incerteza e a instabilidade, maior a necessidade de uma gestão do risco eficaz.

Nas organizações, os diversos "atores" empresariais têm que dar imperativamente um contributo acrescido, olhando o "risco" como algo que tem necessariamente de ser gerido.

Os Auditores Internos têm aqui um papel extremamente relevante na gestão dos diversos riscos empresariais, desde logo, atendendo ao paradigma para o qual evoluiu mais recentemente esta profissão.

No passado dia 17 de novembro, assisti a mais uma conferência anual do Instituto Português de Auditoria Interna, chapter em Portugal do The Institute of Internal Auditors, tendo sido o tema deste evento dedicado, precisamente, aos desafios da Auditoria Interna num mundo em "turbulência". Foi mais uma excelente iniciativa, este ano, privilegiando uma vertente de sensibilização desta profissão para os desafios que estão aí e que são, para estar na moda, "colossais".

Como referiu logo no início a Presidente deste Instituto "acentuaram-se os riscos de espiral descendente"....." Toda esta envolvente, resulta num escrutínio mais atento das atuações no seio das empresas e organizações, exigindo uma cada vez maior atenção por parte dos organismos de supervisão e naturalmente também de um reforço do papel desempenhado pela própria Auditoria Interna."

As maiores consultoras internacionais presentes neste evento (Big Four), também destacaram a gestão de risco empresarial (Enterprise Risk Management) como uma prioridade.

E quanto mais relevante e premente for a gestão de risco nas organizações, mais preponderante deverá ser a atuação dos Auditores Internos.

Mas não pensemos que a gestão de risco é um privilégio de empresas ou organizações que tenham um departamento de auditoria interna ou de gestão de risco; ou que, apenas empresas com este tipo de estrutura interna, o conseguirão concretizar.

Consciente da nossa realidade de PME´s, em que grande parte destas empresas não tem uma função de auditoria interna autonomizada, alguém, tem de assumir esta responsabilidade e sempre, preferencialmente, ao mais alto nível.

Por exemplo, se a empresa tem dimensão para ter um Diretor Financeiro, este pode auxiliar a gestão de topo na implementação de sistemas de controlo e gestão de risco. Ou, se uma determinada empresa já integra na sua estrutura um Diretor Financeiro e um Diretor de Controlo de Gestão, já terá mais facilidade em dedicar um deles (Controlo de Gestão) apenas à monitorização sistemática do processo de gestão de risco. Aliás é esta a tendência das diversas funções empresariais, terem sempre os seus alicerces /base na gestão de risco.

Ou seja, a gestão de topo das nossas empresas terão sempre de encontrar internamente quem os poderá ajudar na gestão e mitigação dos diferentes riscos a que possam estar expostos. Se concluírem que não possuem essas competências nem o conseguem concretizar internamente, então avancem para formação e/ou consultoria (externa) sendo que, esta última, poderá ser transitória até que consigam uma transferência adequada do conhecimento necessário.

E, desde que com bom senso, os encargos suportados na área da gestão de risco terão sempre retorno, nunca deverão ser entendidos como mais uma despesa!

Quanto mais não seja, fugir com sucesso às estatísticas referidas logo no início deste artigo e assegurar a sustentabilidade das nossas empresas, é certamente um bom exemplo de retorno.

Nuno Moreira
2011-11-30

A REFORMA DO MERCADO EUROPEU DE AUDITORIA.... UM CONTRIBUTO ADICIONAL...

Quer as enormes e mediáticas fraudes da última década quer a crise financeira de 2008 revelaram a existência de lacunas consideráveis no sistema de auditoria europeu. Nos mais recentes relatórios de inspecção das autoridades de supervisão nacionais, foi também criticada a qualidade das auditorias. A auditoria está mandatada para assegurar a credibilidade e fidedignidade das "contas" podendo, estes falhanços, ameaçar definitivamente este mandato, se nada for feito. A "criatividade" e, em especial, a fraude nas demonstrações financeiras são aqui um elemento central.

Até aqui, nada de novo. Que propostas recentes e concretas estão em cima da mesa?

A Comissão Europeia tem vindo a liderar uma reforma do mercado de auditoria europeu, perspetivando que este seja de melhor qualidade, mais dinâmico e aberto. É urgente restabelecer a confiança nas demonstrações financeiras das empresas!

Vamos aos elementos essenciais da proposta da comissão, de 30/11/2011:

a) Rotação obrigatória das empresas de auditoria: As empresas de auditoria serão objecto de rotação após um período máximo de contratação de 6 anos (com algumas excepções). Deve ser respeitado um período de espera de 4 anos antes de a empresa de auditoria poder ser de novo contratada pelo mesmo cliente. O período que precede a rotação obrigatória pode ser alargado para 9 anos, caso sejam realizadas auditorias conjuntas, ou seja, caso a entidade auditada contrate duas ou mais empresas para realizarem a auditoria, o que pode melhorar a qualidade desta, por aplicação do «princípio dos quatro olhos». Consequentemente, a realização de auditorias conjuntas, não sendo obrigatória, é encorajada.

b) Concurso obrigatório: As entidades de interesse público serão obrigadas a utilizar um processo de concurso aberto e transparente para a selecção de um novo auditor. A comissão de auditoria (da entidade auditada) deve participar activamente no processo de selecção.

c) Serviços distintos dos de auditoria: As empresas de auditoria não poderão prestar serviços consultoria (non-audit) aos seus clientes de auditoria. Além disso, as grandes empresas de auditoria terão de separar as actividades de auditoria das restantes actividades, para evitar os riscos de conflitos de interesses.

d) Supervisão europeia do sector da auditoria: Por outro lado, tendo em conta o contexto mundial da auditoria, é importante assegurar a coordenação e a cooperação em matéria de supervisão das redes de auditoria, tanto a nível da EU como a nível internacional. Assim, a Comissão propõe que a coordenação das actividades de supervisão dos auditores seja assegurada no âmbito da Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (AEVMM).

e) Oferecer aos auditores a possibilidade de exercerem a sua actividade em toda a Europa: A Comissão propõe a criação do mercado único da revisão legal de contas mediante a instituição de um passaporte europeu para a profissão de auditor. Para o efeito, as propostas da Comissão permitirão que as empresas de auditoria ofereçam serviços em toda a UE e exigirão que os revisores oficiais de contas e as empresas de auditoria respeitem as normas internacionais de auditoria quando efectuam revisões legais de contas.

f) Reduzir a burocracia para as empresas de auditoria de menor dimensão: A proposta prevê ainda uma aplicação proporcionada das normas no caso de pequenas e médias empresas. "

Sendo de saudar toda a dinâmica que tem vindo a ser criada pela Comissão Europeia, à volta da reforma do sistema de auditoria, e reconhecendo o utilidade das medidas acima propostas, é, contudo, de lamentar o seguinte:

Não foi considerado (também) essencial e prioritário, desde já, obrigar à integração de, pelo menos, um especialista na prevenção e deteção de fraude (*Fraud Examiner /Forensic Accountant*) nas equipas de auditoria /revisão de contas das entidades consideradas de interesse público (PIE´s), nas quais, qualquer Fraude que ocorra, pode ter efeitos sistémicos devastadores (como tem vindo a acontecer).

Vejamos...

- As normas de auditoria atuais autorizam e incentivam que assim seja (e.g. ISA 240);
- O trabalho de auditoria tem limitações, uma vez mais reconhecidas no último livro verde da Comissão, não estando diretamente vocacionada para a prevenção e deteção de fraudes;
- Existe a nível internacional este tipo de especialistas, devidamente acreditados por prestigiadas associações profissionais (EUA);
- A dimensão das *Public Interest Entities* (PIE´s) e o facto da auditoria nestas empresas estar assegurada, com elevada concentração, pelas *Big Four*, certamente, permitiria diluir algum ajustamento que fosse necessário efetuar nos honorários para integrar um *Fraud Examiner* ou *Forensic Accountant* nas respetivas equipas. Ou seja a *Fraud Examination* ou *Forensic Accounting*, seria sempre um complemento ou extensão da auditoria "tradicional, o qual, nestas PIE´s, continuaria certamente a ter uma interessante relação custo /benefício.

De uma carta que tomei a iniciativa de enviar no passado mês Dezembro de 2011 à Comissão Europeia, ficou a promessa (na resposta) de possivelmente vir ainda a acolher futuramente esta sugestão, após uma análise mais aprofundada da margem de manobra dada pelo normativo de auditoria (ISA 240), bem como, depois de avaliar adequadamente como tem vindo a ser a sua aplicação no "terreno".

Seria útil, seguramente!

Nuno Moreira
2012-01-26

FRAUDE EM SEGUROS AUMENTA EM TEMPO DE CRISE

Uma notícia recente chamou-me a atenção, ao confirmar algo já muito debatido: em alturas de (de)pressão económica, a prática de fraude cresce, analogamente à economia paralela.

De acordo com a notícia, veiculada pela BBC [http://www.bbc.co.uk/news/uk-16998687], a seguradora AXA (a 9ª maior empresa do mundo no FT500 de 2010) realizou um inquérito a 2000 clientes de várias seguradoras, visando avaliar o impacto da crise sobre a atitude dos segurados face à prática de fraude.

No inquérito, 9% dos segurados admitiu ter exagerado o valor dos pedidos de compensação que submeteram, sendo o exagero típico na ordem dos 700€ por pedido. Mais de 10% dos inquiridos admitiram serem mais capazes de recorrer a este tipo de práticas agora, do que seriam há três anos atrás. Também a Association of British Insurers comunicou que a fraude em seguros subiu 10% no passado ano.

De acordo com a ACFE, no seu Report to the Nations de 2010, mais de 85% dos perpetradores de fraude nunca tinham sido condenados por delitos desta natureza. Isto pode sugerir uma mudança progressiva de atitude e comportamentos que, parece-me, não é independente dos problemas económicos que os países industrializados atravessam.

Na prática, estes números vêm apenas provar a base teórica que caracteriza a prática de fraude, o já anteriormente descrito "triângulo da fraude", que indica que a ocorrência de fraude requer a existência de motivos, de uma oportunidade e de capacidade para racionalizar o acto. Analisando este instrumento na perspectiva da crise económica, verificamos que existem:

- motivos: o desemprego e, consequentemente, as dificuldades financeiras subiram acentuadamente;

- capacidade de racionalização: existe uma justificação clara para a prática deste tipo de delitos, já que manter a habitação e alimentação são necessidades primárias;
- oportunidade: os controlos existentes (e.g. cálculo de risco de um pedido de reembolso) têm dificuldades em adaptar-se e acompanhar a evolução dos métodos e volume da prática de fraude; é precisamente na fraqueza dos controlos que reside a oportunidade.

Esta base teórica, aliada às constatações mencionadas, deixa pouca margem para dúvidas de que haverá um aumento da economia paralela e da fraude em todas as indústrias, nomeadamente no sector segurador.

Face aos três factores descritos acima, constata-se que é difícil influenciá-los a todos. Eliminar os motivos implicaria resolver ou minimizar o impacto da actual crise económico-financeira e melhorar as condições de vida dos segurados, algo que não está ao alcance de uma organização. Eliminar a capacidade de racionalização implicaria uma (importante) transformação cultural, actuando sobre o sentido de ética e cidadania das pessoas.

Não obstante, está perfeitamente ao alcance das organizações reduzir o factor "oportunidade", o que não só é mais fácil como mais produtivo para as organizações, já que a oportunidade é essencial à prática de fraude. Reduzir as oportunidades implica ter controlos mais eficazes e eficientes.

Acredito, face ao que relatei até agora, que o aumento da fraude previsto será verificado mais por via da quantidade do que pelo valor. Isto, porque é o cidadão comum que, face às dificuldades, vê-se forçado a recorrer à prática da pequena fraude, o único método que lhe é acessível. Existirão mais pedidos de reembolso, com um "exagero" de menor valor; uma prática, aliás, comum, já que um defraudador normalmente testa o método com valores baixos, incrementando-os em caso de sucesso. Adicionalmente, como "a necessidade é a mãe da invenção", estimo que surgirão também novos métodos de fraude que visem escapar aos controlos actuais.

Posto isto, afigura-se como necessária a actualização ou modernização dos controlos existentes, tanto para lidar com o aumento de volume como com novos métodos que venham a surgir. O volume fará com que os controlos (e.g. auditores, peritos, mecanismos de validação) tenham que conseguir analisar um número substancialmente mais elevado de pedidos de reembolso. Os novos métodos implicam essencialmente que os controlos antigos (e.g. grelhas de risco, questionários) não serão eficazes a detectar

risco e que as organizações terão que, proactivamente, implementar controlos que se adaptem rapidamente à dinâmica tradicional da fraude, bem como aumentar a sua eficiência na investigação.

Importa destacar a importância das tecnologias de informação para a implementação de controlos, dada a sua comprovada capacidade de processar automaticamente grandes volumes de dados e de detectar anomalias e/ou padrões de risco em informação complexa.

Para finalizar, resta considerar que os perpetradores de fraude vão ser cada vez mais criativos e proactivos na sua actividade. As organizações que não acompanharem esta dinâmica estarão numa posição de maior vulnerabilidade directa (perdas operacionais) e indirecta (reputação).

João Gomes
2012-03-22

FRAUDE EM TEMPOS DE CRISE

1. No último mês, em três diferentes ocasiões, foi-me colocada a seguinte questão: "A crise fomenta a ocorrência de mais fraudes?".

É possível que a questão esteja cientificamente tratada algures e existam estudos que a discutam. Porém, desconhecendo a existência de tais estudos, a única forma que encontrei para lhe responder com alguma sustentação – e não apenas através de um mero palpite – foi por recurso a uma ferramenta teórica, com quase seis décadas de vida, mas plenamente atual: o "Triângulo da Fraude", enunciado por Donald Cressey em 1953.

Esta ferramenta propõe três vertentes (vértices) para análise de uma fraude: a "pressão" sentida pelo fraudador para resolver uma necessidade financeira extrema; uma "oportunidade" para satisfazer essa necessidade que ele deteta no meio envolvente que o rodeia; uma "justificação" moral para o ato ilegal cometido. A sequência destas vertentes numa fraude não tem, necessariamente, de ser a apresentada, como mais à frente se ilustrará.

Um período de crise económica e financeira como o que atualmente se vive parece ter impacto no despoletar dessas três vertentes. Desde logo, ao reduzir de um modo geral o rendimento dos agentes económicos, individuais ou coletivos, é potencialmente causador do aparecimento de necessidades financeiras acrescidas ou inesperadas e, portanto, de "pressão" motivadora para a fraude. Mas a crise é, também, potencialmente um tempo de "oportunidades": os agentes económicos tendem a estar mais abertos a acolher propostas simples para problemas complexos, criando terreno favorável à atuação do fraudador; é nestas alturas que os recursos ao dispor das autoridades fiscalizadoras se mostram mais escassos face às necessidades e, como tal, tendem a criar espaços que são oportunidades para a fraude; ainda, uma maior pressão financeira também é indutora de uma maior atenção, por parte do fraudador, na deteção de oportunidades latentes. Por último, um período de crise é, por excelência, prolífico no fornecimento de "justifi-

cações" morais: o potencial e futuro fraudador sente-se injustiçado; não se considera culpado pela ocorrência da crise, mas sente-lhe os seus pesados efeitos; considera ter o direito de se defender dos outros, os "causadores de crises"; julga-se uma vítima do sistema e, enquanto tal, titular de um direito moral de ser ressarcido dos prejuízos sofridos.

Num tal contexto, parece, pois, que a crise económica e financeira que se vive é, potencialmente, fomentadora do aparecimento de situações de fraude.

2. Ilustre-se o que se acaba de referir com recurso a um caso de fraude que veio recentemente a público na imprensa (JN, 5.7.2012, "Estado burlado com falsos desempregados").

Um esquema simples: pequenas empresas, com ou sem atividade, comunicavam à Segurança Social, através dos mapas oficiais mensais, a contratação de empregados e ou o aumento dos salários dos seus gerentes. Porém, não entregavam as correspondentes contribuições sociais, que ficavam em dívida.

Decorridos os prazos mínimos para que os sujeitos envolvidos – os falsos empregados ou os gerentes – pudessem usufruir de proteção social, apresentavam-se a reclamar e receber (indevidamente) subsídios de doença, de parentalidade e, até, de desemprego. No total, com esta fraude a Segurança Social terá desembolsado indevidamente cerca de meio milhão de euros.

Poderemos imaginar os (pobres) empresários, em tempo de crise, sem dinheiro para pagar aos seus trabalhadores, pressionados pela falta de financiamento bancário para gerirem o negócio … e teríamos aí a "pressão" que levaria à fraude. Porém, tendo em conta a quantidade e qualidade das viaturas de topo de gama que foi apreendida aos cabecilhas fraudadores, a origem da fraude parece ter estado na "oportunidade", mais do que na "pressão". A Segurança Social, tradicionalmente, nunca foi caraterizada por ter uma rápida atuação na reclamação das contribuições sociais em falta. Em tempo de crise, em que as situações de atrasos na entrega e retenções indevidas dessas contribuições crescem exponencialmente, ainda mais lento se tende a tornar o processo da respetiva recuperação. Está criada uma oportunidade. A "pressão" para colher um ganho (indevido) aparece, naturalmente, quiçá alavancada por uma "justificação" moral fácil de encontrar.

[Segundo o matutino, a situação de fraude foi detetada "rapidamente" porque levantou suspeitas o facto de salários de gestores de pequenas empresas, subitamente, se posicionarem ao nível, ou até acima, dos gestores

das grandes empresas cotadas, chegando a atingir valores na ordem dos 50.000 € mensais.]

3. Tempos de crise são tempos de oportunidades, para o bem e para o mal. No caso analisado há, porém, uma questão que me confunde particularmente. Este tipo de fraude, tarde ou cedo seria descoberto. Era apenas uma questão de tempo. Nessa altura, os fraudadores seriam indubitavelmente identificados e detidos. Pergunto-me: como é que neste cenário, com um desfecho penal antecipado, alguém participa em tal tipo de fraude?

Sem mais informação e olhando a questão numa perspetiva de mera racionalidade económica, só vejo uma resposta possível para ela: para os fraudadores, os benefícios esperados da perpetração da fraude suplantavam, à partida, os custos resultantes das penalidades legais a que estariam sujeitos. A admitir-se como válido este raciocínio analítico, tem de se aceitar que em Portugal a Lei penal – e muito em especial a respetiva aplicação – não é suficientemente desincentivadora do crime. Ideia assustadora, sem dúvida.

José António Moreira
2012-07-19

NÃO HÁ MAL QUE SEMPRE DURE NEM "MAL" QUE NÃO SE ACABE...

Não basta estarmos atentos aos vértices do Triângulo da Fraude (Donald Cressey, 1953) ou do Diamante (David T. Wolfe and Dana R. Hermanson, 2004). "Quem mal entende, mal conta!".

Perante a velocidade desafiadora e complexa das mudanças no ambiente empresarial e a importância crescente das tecnologias de informação na geração e manutenção de vantagens competitivas, deparamo-nos com entidades empresariais compostas por processos produtivos e administrativos cada vez mais automatizados, integrados e, consequentemente, mais complexos. Não é assim de estranhar as necessidades de adequadas ferramentas tecnológicas de monitorização pelos gestores e um maior recurso a técnicas de auditoria com recurso a computadores, ferramentas informáticas variadas que suportam uma abordagem flexível e interativa numa estrutura de base de dados, ou *softwares* de auditoria generalizados, aplicações integradas que permitem obter evidência diretamente dos registos produzidos e mantidos por aplicações informáticas.

É neste ambiente que a Auditoria Contínua *On-line* tem tentado dar os primeiros passos, tendo todos os ingredientes para o combate à fraude ocupacional e, em particular, nas vertentes, "Apropriação Indevida de Ativos" e "Fraude no Relato Financeiro". Trata-se de um tipo de auditoria que produz resultados simultaneamente ou após um curto período sobre a ocorrência de determinados factos programados para serem relevantes para análise ("*alarms*"), pressupondo a existência de um processo de *reporting* totalmente automatizado e com acesso *just in time* a todos os eventos e relatórios relevantes, através da recolha alargada de dados extravasando a área financeira, ou seja, assenta no acesso remoto entre o auditor e o auditado. As condições subjacentes são as de que toda a informa-

ção financeira seja registada e mantida eletronicamente e de que redes computorizadas permitam o acesso contínuo remoto à informação.

Nada mais simples, com as atuais comunicações web, que permitem desenvolver métricas analíticas aos diferentes níveis da cadeia de valor e dos diversos processos dentro das organizações. O que explica então o seu estado embrionário e o seu fraco, quiçá nulo, desenvolvimento? A corrente está a seu favor, mas parece encalhada na maré baixa!

É certo que o seu sucesso dependerá do grau de desenvolvimento tecnológico de cada setor de atividade e que a grande variedade de software usado nas organizações torna complicado o desenvolvimento e dispendioso a atualização de sistemas integrados de auditoria on-line, os quais constituem o pilar da sua arquitetura, mas não será apenas esse o entrave.

As vantagens da desmaterialização dos dados foram notórias nestas últimas décadas, mas a desmaterialização da auditoria, substituída por máquinas e simples guardiões diagnosticadores da natureza dos "*alarms*" impede, em certa medida, a observação do comportamento do auditado e do próprio ambiente de controlo pela falta de contacto direto, pessoal e permanente entre o auditor e o auditado, abrindo nova brecha na deteção de esquemas de fraude. Embora mesmo indivíduos outrora honestos possam cometer fraude num ambiente que imponha suficiente pressão sobre si mesmos, o distanciamento compromete a avaliação da integridade, valores éticos e competência das pessoas da entidade, assim como a filosofia e estilo operacional da gestão.

O custo acrescido da auditoria contínua *on-line* compensará as perdas da fraude ocupacional? A relação custo-benefício afigura-se de difícil medição. Os últimos relatórios da *ACFE* (*Association of Certified Fraud Examiners*) de 2004 a 2012 quantificam as perdas entre os 5% e 7% do volume de negócios, levantando dúvidas sobre a sua aderência à realidade, tendo em conta a evolução da conjuntura económica no período em causa. A problemática do reconhecimento e quantificação dos custos incorridos com fraude ocupacional impossibilita a aceitação por parte das organizações.

À questão "Pode a Auditoria Contínua *On-Line* garantir a deteção de todos os casos de fraude?" a resposta continua a ser negativa. Enquanto não for possível prever todas as novas formas de fraude, será difícil garantir a adequabilidade dos testes sobre os dados existentes nas organizações.

"O mal tem asas, e o bem anda a passo de tartaruga!" O despoletar de relatórios de exceções a analisar ("*alarms*") traduz-se numa alteração

paradigmática do conceito de auditoria, a qual, no entanto, mesmo com meios técnicos à sua disposição, não consegue combater as diversas frentes da batalha contra a fraude ocupacional. O "dinheiro é mais afiado do que uma espada!".

Maria do Céu Ribeiro
2012-08-30

ACCOUNTABILITY

Accountability é um termo que não tem uma tradução directa para português. A tradução comum para "Responsabilidade" soa a pouco, pois o termo *accountability* subentende uma responsabilização do sujeito perante outrem, enquanto "responsabilidade"' pode prescindir desta relação eu-outro. Tenho noção que em Portugal se gosta mais de 'responsabilidade' que de *accountability*, pois uma pessoa pode ser responsável somente perante ela própria e segundo as suas medidas, e mesmo assim ser "responsável".

Eu prefiro o termo anglófono, visto obrigar a uma vigilância permanente entre pelo menos duas partes, com interesses e perspectivas diferentes, o que leva a uma ética pessoal mais consistente e transparente.

Muitos autores apontam a falta de "responsabilização" típica da cultura portuguesa como um dos nossos piores males enquanto sociedade. Na prática o exercício passa muitas das vezes por sacudir a responsabilidade (em linguagem mais comum, a "culpa") dos ombros para outro poiso qualquer. E isto de forma sequencial, contínua e tendente ao ponto em que se torna realmente impossível apurar todo e qualquer tipo de responsabilidades. Para além de termos esta tendência cultural enquanto pessoas e povo, albergamos também o enorme privilégio e uma enorme tendência para a burocracia extrema e leis, regulamentações e directrizes labirínticas. Em suma, um belo conjunto de afluentes, percebendo-se bem que tipo de rio vão urdir.

Fazendo a ponte para o fenómeno da fraude (pode-se aqui também juntar corrupção e negligência), não é necessário ter um curso superior em jardinagem para se perceber a relação entre a falta de *accountability* e o aparecimento de terrenos lamacentos e pântanos esconsos propensos à aparição e crescimento de tão nefastas (e comuns) práticas.

Já que os nossos costumes e leis são poucos dados à tal *accountability*, deixo aqui de seguida uma sugestão. Começando por "cima"

HOW TO PROMOTE HIGHER 'ACCOUNTABILITY' LEVELS IN THE POLITICAL BODY

Continuo com os títulos em inglês. Em duas penas, a minha sugestão passa pela criação de um Observatório Activo de Responsáveis Políticos. Pode-se, por exemplo, começar pelos deputados, agarrando nalgumas notícias interessantes que apareceram com o retomar do ano político na AR (e.g., http://www.inverbis.pt/2012/politico/metade-deputados-acumula-privado).

Muito se fala sobre relações estranhas entre deputados e outros interesses, situações profissionais incompatíveis, falta de transparência nos sentidos de votação dos grupos parlamentares, etc. Mesmo havendo a presunção da inocência (até prova em contrário), é generalizada a noção que há muito fumo pelas bandas de S. Bento. E com o flagelo apocalíptico da recente época de fogos estivais (porque não chamar "época de fogos estivais"?) é de bom tom estar bem alerta para possíveis fogos debaixo destes fumos.

Numa perspectiva mais objectiva, o Observatório que aqui proponho deveria ter um funcionamento similar a uma *Wiki* (http://pt.wikipedia.org/wiki/Wiki) sem estar debaixo da alçada directa de nenhuma entidade. Deveriam ser os cidadãos e entidades colectivas, em conjunto, que introduziriam e geririam colaborativamente os conteúdos.

Este Observatório deveria ser de livre acesso, fácil de usar, e deveria conter pelo menos a seguinte informação:

- Dados pessoais de cada Deputado (e porque não candidato a Deputado), percurso profissional (público e privado), declarações de interesses, iniciativas legislativas, declarações de Impostos (esta é forte, eu sei), etc.;
- Mapa histórico de relações de cada Deputado a partidos políticos, organizações políticas, cargos profissionais públicos e privados, outras instituições, empresas, fundações, etc., etc.;
- Notícias que envolvessem cada Deputado, com *tags* que permitissem correlacionar dados de relações e envolvimentos em temas;
- Outro tipo de informações, que sem entrar no domínio da esfera privada de cada Deputado, permitisse aumentar bastante o nível de transparência envolvendo a AR, os respectivos Deputados e o trabalho aí desenvolvido, proporcionando assim uma melhor capacidade colectiva de escrutínio.

A definição exacta da informação a estar disponível poderia ser definida sob o patrocínio de entidades totalmente independentes do Estado ou outro tipo de poderes políticos como o OBEGEF (Observatório de Economia e Gestão de Fraude) ou a Transparência Internacional, sempre com a colaboração da sociedade civil. O desenvolvimento do site poderia ser feito por voluntários. Aposto que há por aí muito informático que gostaria de participar na sua construção (voluntários?!)

Imagino que muitos verão numa proposta deste tipo o "papão da PIDE" ou algo ainda mais dramático. Haja honestidade intelectual e cívica para se perceber que quem é Deputado tem de se sujeitar ao escrutínio contínuo do povo, não somente no dia das eleições para a AR (aí já está tudo mais que cozinhado, excepto pequenas surpresas*).

Se queremos, enquanto pessoas, povo e nação realmente mudar algo, temos de ir ao cerne das questões. E o cerne não são o défice, ou o desemprego, ou as agências de rating: somos nós, a nossa base moral, os nossos valores, a nossa coragem (ou cobardia) de nos olharmos de frente, de reconhecermos o que temos estragado e de refazer aspectos fundamentais da nossa conduta.

Só vencendo-nos, ultrapassando-nos, conseguirmos vencer o futuro.

OBEGEF GOES INTERNATIONAL

Continuando a invasão anglófona de *headlines*, é imperioso referir aqui a conferência *Interdisciplinary Insights on Fraud and Corruption* (Percepção Interdisciplinar da Fraude e Corrupção), organizada pelo OBEGEF e decorrida no Porto de 13 a 15 de Setembro passados. É um marco da maior importância para o OBEGEF, servindo definitivamente para colocar Portugal no mapa (e rede) mundial do combate a fenómenos como a Fraude, Lavagem de Dinheiro, Corrupção e Economia Paralela. Desta vez por boas razões.

O OBEGEF e esta conferência são uma iniciativa participada da Sociedade Civil. São o exemplo de que é possível. Somente isso: possível. Basta vontade, voluntarismo e um forte desejo por um futuro melhor. Basta deixar de falar mal de tudo e tentar fazer algum bem a tudo. Basta saber que mesmo com dificuldades, haja coração que o pior se enfrenta. E com bons resultados.

Parabéns OBEGEF!

NOTA:

*Aproveitando o momento: para quando podermos votar directamente num Deputado e não num Partido? Não há nem uma real escolha quando se vota num Partido (é o Partido quem realmente escolhe quem é eleito), nem a mínima capacidade de se ir pedir contas a um dado Deputado, visto serem apenas 'mais um' num mar de disciplina partidária. Não é esta a democracia que quero. Círculos uninominais, por favor. E já agora um café e uma água das pedras, para ver se conseguimos realmente acordar para outro dia.

Pedro Santos Moura
2012-09-27

A GRANDE BURLA LEGAL

Quando Colin Powell afirmou nas Nações Unidas que os EUA possuíam imagens de satélite que provavam a existência de armas de destruição maciça, enganou a ONU para ter luz verde para invadir o Iraque e matar Saddam Hussein.

Quando Durão Barroso recebeu Bush, Blair e Aznar na estranha cimeira das Lajes, fez batota com os eleitores depois de ter abandonado o país e foi recompensado com um salário milionário em Bruxelas.

Quando Sócrates anunciou mais 150 mil postos de trabalho se fosse primeiro-ministro, as estatísticas vieram demonstrar que a demagogia não faz milagres depois das eleições.

Quando Pedro Passos Coelho queria ser aprendiz de governante e Paulo Portas apregoava a moralidade fiscal, ambos juraram a pés juntos que não aumentariam os impostos. Bastaram poucos dias no poder e a cassete pirata foi trocada pelo discurso de austeridade.

Quando Artur Batista da Silva enganou a imprensa com um discurso estruturado e fez propostas para renegociar a dívida com a *troika*, o Ministério dos Negócios Estrangeiros decidiu investigar este falso consultor do Banco Mundial e funcionário de contrafação da ONU. A TSF retirou a entrevista de antena e o diretor-adjunto do Expresso juntou-se ao coro de lesados e pediu desculpa aos leitores. Afinal, o homem era um burlão com currículo.

Até agora ninguém explicou por que razão é possível branquear peças jornalísticas apenas porque cidadãos são investigados pelas secretas e se deixa de fazer o trabalho de casa antes de se pôr notícias no ar.

O que todos ficámos a saber é que quando um contribuinte critica as políticas do governo à frente de uma câmara de televisão ou de um microfone da rádio, há sempre alguém na sombra para remexer no seu passado e preparar o linchamento na praça pública.

Neste país onde crianças vão para a escola com fome, os verdadeiros burlões vivem nos bastidores e são peritos em envenenar a fonte quando a água se torna imprópria para consumo público.

A redução coerciva dos rendimentos das famílias e a ausência de vida profissional para os jovens licenciados não são simples fraudes, são burlas legais do tamanho de uma mentira que todos conhecem, mas que ninguém acreditava antes das eleições.

Será que quando um pequeno burlão denuncia um crime, como as parcerias público-privadas ou as taxas de juros imorais, é menos credível do que um alto funcionário das Nações Unidas ou do Banco Mundial?

Para perceber esta verdade não é preciso tirar uma licenciatura à pressa na universidade. Mais difícil de compreender é o facto de as Nações Unidas, através do Programa de Ajuda Alimentar Mundial, ter contratado uma empresa-fantasma acabada de criar no offshore da Madeira e derretesse toneladas de euros em serviços de logística para suposta ajuda humanitária.

A empresa-fantasma chamava-se Everywhere e estava sediada na mesma morada onde os jogadores de futebol Xabi Alonso e Mascherano se divertem no jogo da fuga legal aos impostos.

Só que neste negócio de milhões não houve um único cêntimo a cair no prato daqueles que morrem à fome.

João Pedro Martins
2013-01-03

COMO ESTAMOS DE (CORPORATE) GOVERNANCE...

Ao analisar o estudo recentemente divulgado pela Católica Lisbon School of Business & Economics em parceria com a Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado (AEM), podemos constatar em 2011, comparativamente com o ano anterior, uma evolução muito positiva no grau de acolhimento de boas práticas de governo societário em Portugal, testemunhando igualmente o elevado grau de acolhimento das recomendações de governo societário pelas sociedades cotadas nacionais.

De salientar que este relatório integra a utilização de dois indicadores, Índice e Rating, que sintetizam o nível de acolhimento das recomendações sobre o governo das sociedades, permitindo a avaliação coletiva das empresas cotadas no mercado português, bem como a determinação da posição relativa destas empresas face a classes diferenciadas de nível de acolhimento.

De acordo com as conclusões do Relatório, a média do Índice Católica/AEM atingiu o valor 9.165, num máximo de 10.000, e cerca de 75% das 44 sociedades cotadas consideradas registam classificações de AAA a A, as classes de rating mais elevadas, com mais de um terço das empresas (36,4%) com a classificação máxima de AAA. Os resultados alcançados pelas empresas cotadas portuguesas são efetivamente muito bons, com uma (muito) elevada média de acolhimento das recomendações com relevância internacional em especial, no caso das empresas do PSI 20.

Este relatório, mostra a utilidade crescente do índice e do rating de governo societário e sedimenta a sua importância no contexto do incremento das boas práticas de governo societário em Portugal. Por outro lado, permite às empresas abrangidas divulgar em toda a documentação produzida, nomeadamente, nos seus documentos de prestação de contas uma "certificação" ou um "selo", sinalizando a classe de rating obtida no referido relatório.

Os investidores, e em particular os investidores institucionais, terão hoje uma clara propensão a julgar o nível de acolhimento das recomendações sobre o governo das sociedades à luz dos *benchmarks* internacionais com que estão familiarizados; o relatório avalia segundo uma ponderação maior as recomendações mais relevantes de acordo com esses *benchmarks*.

O Relatório, Índice e Rating de *Corporate Governance* Católica/AEM 2012 contribuirá certamente, não apenas para a transparência e desenvolvimento futuro do mercado de capitais português, mas também para o reforço da confiança na economia portuguesa.

Contudo, já será muito ambicioso afirmar que poderá também contribuir para a confiança nas empresas portuguesas. Como bem sabemos, estas grandes empresas cotadas, denominadas entidades de interesse público, contrastam, e muito, com a realidade do nosso país onde predominam PME´s as quais vivem, como se sabe, um período muito conturbado.

Desde logo, continua a ser muito preocupante o acréscimo sistemático, ano após ano, dos pedidos de insolvência por parte das nossas PME´s; só em 2012, comparativamente com 2011, o aumento destes pedidos foi de cerca de 50%!

Não seria útil acarinhar estas PME´s também com um pouco de boas práticas em termos de *Governance*. Estando grande parte das nossas PME´s estranguladas financeiramente, será que estão condenadas a não ter apoio especializado e poder beneficiar das boas práticas de *Governance* que encontramos, nomeadamente, nas nossas empresas cotadas?

A opção foi "revitalizar". Será este o caminho, independentemente se representa ou não um efetivo avanço em termos do processo de insolvência?

O problema é que se está a revitalizar muitas vezes o que está em fim de linha e que só lhe resta, infelizmente, "cuidados paliativos"; terapêutica que só está vocacionada para aliviar o fim da própria entidade e não os dramas de quem lá trabalhou ou com quem ela se relacionou no âmbito do seu negócio e que viram defraudadas as suas expectativas e/ou créditos que ficaram por pagar.

Porque não pegar no problema muito antes de uma eventual "revitalização", de uma forma preventiva, proactiva? Porque não ajudar as nossas PME´s a identificar atempadamente os sinais de preocupação, através de uma avaliação oportuna, integral e abrangente dos riscos a que estão expostas, bem como, a articular estes indicadores de risco com uma gestão estratégica eficaz?

Este conhecimento existe e está disponível mas muitas vezes não chega às PME´s porque lhes é oferecido quase sempre numa lógica de consultoria, a preços que elas não conseguem suportar.

Com a ajuda de todos....Governo, universidades e seus centros de investigação, associações empresariais, institutos profissionais, em conjunto, porque não disponibilizar apoio especializado às nossas PME´s ?

As próprias empresas cotadas, numa lógica de responsabilidade social e de referência de boas práticas de *Corporate Governance*, podiam também, naturalmente, fazer parte deste universo de apoio às nossas pequenas e médias empresas;

Todos eles, sublinho, numa lógica apenas de responsabilidade social e solidária, completamente desinteressada de qualquer compensação financeira.

Só assegurando a sustentabilidade das nossas PME´s e não apenas olhando aos bons resultados obtidos nas nossas entidades cotadas, conseguiremos dizer que a governação das empresas em Portugal vai bem e aí, sim, dizer que a confiança nas empresas portuguesas irá seguramente aumentar.

Nuno Moreira
2013-01-17

A ÁRVORE DA FRAUDE OU A ÁRVORE DAS PATACAS...

> "Se soubésseis quanto custa a ignorância, acharíeis a educação barata"
> (Derek Bo, ex-Reitor da Universidade de Harvard)

Se fizermos um pequeno exercício e questionarmos um grupo sobre o seu entendimento instintivo sobre fraude numa empresa, penso ser seguro prever que as respostas versarão, essencialmente, sobre as fraudes perpetradas pelos donos, isto é, a desnatação, a manipulação contabilística, a imputação de despesas pessoais e outras alvíssaras, e que conduzem a tantas insolvências.

Em termos de impacto no futuro a médio prazo das organizações parece certo que assim seja. Mas em frequência de eventos de fraude, os dados existentes apontam para um muito maior número de fraudes perpetradas por funcionários e quadros intermédios. Serão fraudes de impacto muito menor, em média, mas com uma frequência assustadora e de uma tal dispersão que obrigam a sistemas de controlo de largo espectro, e que raramente caberão numa estrutura de empresas como a nossa, caraterizada por micro e pequenas empresas.

Convirá refletir um pouco sobre tantos e tantos pontos de fragilidade nos sistemas de controlo das empresas, e no que sucede quando se cruzam estas oportunidades com as "pessoas certas"... aliás, esta última catalogação talvez seja até tema para noutro artigo discutir o perfil dos defraudadores, e perceber se, por exemplo, será tão diferente o comportamento padrão de um "Patrão" ou de um "Empregado" perante a oportunidade. Ou de um "Político" e um "Civil", se me permitem a divisão grosseira. Seremos todos ... "farinha do mesmo saco"? Ou será que há uma mera normal representatividade de pessoas mais e menos bem formadas nos diferentes grupos sociais/profissionais?

Tendo aprioristicamente a crer que essa distribuição é normal, e que todos os grupos são amostras relativamente significativas de um todo homogéneo. Ou será que nenhum de nós conhece "gente de bem" que trabalha por conta de outrem (em empresas, serviços públicos, associações...) e que...

- Compra bens ou serviços a empresas nas quais ele tem um interesse oculto?
- Vende bens ou serviços a empresas nas quais ele tem algum interesse oculto?
- Adjudica/compra bens ou serviços em troca de um suborno, isto é, recebendo em troca da compra dinheiro, viagens, emprego futuro para si ou presente para uma sobrinha?
- Manipula concursos ainda nos cadernos de encargos para que o vencedor seja o que lhe interessa?
- Rouba dinheiro do caixa? (sim, às vezes tem o cuidado de lá deixar um vale...)
- Retira dinheiro do depósito que iria supostamente para o Banco?
- Submete uma fatura de despesa pessoal como de trabalho?
- Recebe cheques de clientes e endossa-os para si próprio?
- Cria uma empresa de fachada apenas para faturar bens ou serviços inexistentes à empresa onde tem poderes de validação de faturas?
- Facilita o registo de horas extraordinárias a si ou a membros da sua equipa?
- Submete comissões indevidas aos recursos humanos para pagamento?
- Cria um empregado fantasma e liquida-lhe vencimento mensalmente, sendo que o beneficiário último desse processamento é ele próprio?
- Falsifica o registo de remunerações para inflacionar o seu pecúlio?
- Altera a descrição de uma despesa a submeter para parecer profissional?
- Pede para lhe inflacionarem uma despesa de representação (e.g. refeições) para ser reembolsado desse valor superior ao real?
- Falsifica assinaturas ou beneficiário de um cheque da empresa de forma a que fique disponível para ele?
- Falsifica o NIB de um fornecedor de forma a que os pagamentos feitos a este lhe sejam creditados?
- Emite Notas de Crédito ou anulações de vendas sem as mesmas terem acontecido de forma a ficar com o pagamento do cliente?
- Rouba itens do inventário? Mercadorias? Ferramentas?
- Utiliza bens da empresa em seu benefício? Computador? Viaturas? Telemóvel?

- Simula inutilização dos bens da empresa que lhe foram atribuídos para serem substituídos e poder ficar com o anterior?
- ….

Estes são alguns exemplos. Alguns. A mente humana é extraordinariamente capaz de diariamente fazer crescer esta lista. São exemplos de comportamentos fraudulentos que acontecem ao serviço de uma empresa.

Se a estas fraudes aqui listadas, e que compreendem Corrupção e Apropriação Indevida de Ativos, juntarmos um conjunto também alargado denominado de Declarações Financeiras (neste artigo deixaremos de fora este conjunto de diatribes relacionados com o registo contabilístico e fiscal dos movimentos da empresa), temos o que se denominou como a ÁRVORE DA FRAUDE OCUPACIONAL.

Se pensarmos nos itens listados acima, e se pensarmos nos mesmos aplicados à nossa organização ou outras que conheçamos bem, veremos como ela rapidamente se pode transformar na ÁRVORE DAS PATACAS!

É fácil perceber que muitas destas fraudes são totalmente acessíveis a colaboradores com muito pouco poder formal nas organizações. E é desta dispersão de fraudes e de potenciais defraudadores que vem a complexidade e por vezes impossibilidade de criar e manter sistemas de controlo. Até porque, mesmo nas organizações onde existem os mais complexos sistemas implementados, é das dicas ou denúncias que surgem a maior parte das pistas que permitem estancar estas situações.

E por serem tão transversais dentro da organização, permite-nos também concluir que talvez não haja um padrão comportamental tão desviante por parte dos empresários. Talvez haja nestes um grupo de pessoas que não consiga já distinguir o certo do errado. Fruto da pressão, fruto da educação. Mas, será mais representado este grupo nos empresários do que nos colaboradores? Duvido… Uns e outros enfermam de uma cultura de incumprimento e de oportunismo.

Haverá, em conclusão, um mar de oportunidades para a fraude numa empresa. A pressão é imensa, para uns e para outros. Nas oportunidades, poder-se-á trabalhar na melhoria da eficácia dos sistemas de controlo, na segregação de funções. Na pressão, pouco poderá cada um de nós fazer, até porque nem sempre esta se reveste meramente de necessidade de dinheiro (estatuto, autoestima, ….). O outro vértice deste que é conhecido como o Triângulo da Fraude é o da Racionalização/Justificação.

Neste vértice entra o problema educacional. Cultural. Com a repressão pode-se combater. Com a educação, resolver. O nosso sistema de valores, que a todos é relativamente comum, foi-se desviando, fomos fazendo concessões e progressivamente fomos construindo uma narrativa (perdoem-me utilizar este tão atual termo socrático) que nos permite neutralizar quaisquer segundos pensamentos sobre as "pequenas" fraudes que vamos cometendo. O "vamos" aqui é abusivo, vão os nossos amigos e conhecidos, que não conseguem ter uma tão clara noção de onde começa e acaba a propriedade de cada um, o direito de cada um.

Há uns anos fiz uma viagem de carro europa fora. Chegado à Suíça, onde fui recebido em casa de uns amigos (suíços), recordo-me do espanto deles ao verem-me chegar com a minha mulher numa viatura de 2 lugares. O típico "desportivo português". Era de 2 lugares, mas era uma viatura comercial mista. "Mas essa viatura não é da empresa?!". Claro que sim, mas eu é que paguei o combustível, ok?! E assim ficamos. Eu convencidíssimo que lhes tinha dado uma lição de cumprimento laboral e fiscal. E eles certos de que presenciavam uma utilização abusiva de um ativo que não me pertencia. A minha fronteira não era a fronteira deles.

E assim vai o mundo...

André Vieira Castro
2013-05-30

III CAPÍTULO
CORRUPÇÃO

O AMOR À FAMÍLIA E A FRAUDE

Protágoras da Silva acordou bem disposto. O sol enchia o quarto, a companheira espreguiçava-se sonolentamente, a alma transbordava de benevolência. Vestiu o fato de treino, fez a sua corrida matinal, deliciou-se com o pequeno-almoço, despediu-se com um beijo cheio de amor e dirigiu-se para o carro.

Faltava poucos dias para o Governo terminar funções e o futuro era difícil de prever. Como diz o ditado mais vale um pássaro na mão do que dois a voar. Ainda tinha muitos assuntos a tratar. Não há como o dever cumprido, uma família feliz e os amigos agradecidos. Essa paz confiança no futuro. O dinheiro ajuda à felicidade, por vezes até a compra, mas não é tudo.

Recordou-se do telefonema da irmã. Nas últimas férias, em ilhas das Caraíbas, ela tinha conhecido um estrangeiro, homem bem-parecido, empreendedor e apaixonado por Portugal. Tinha manifestado interesse em investir por aqui, mas nas auscultações do ambiente ao empreendimento tinha encontrado algumas dificuldades. O advogado e o intermediário, de expedientes e contactos vários, contratados não tinham sido capazes de resolvê-las. Ela sugeriu-lhe a possibilidade do irmão o ajudar. De início o seu amigo de ocasião resistiu, estava de férias, foi um falar por falar, mas perante tanta insistência, entre dois refrescos de rum, acabou por aceitar.

Protágoras não tinha dado muita atenção ao assunto, mas a insistência da irmã, a dimensão do investimentos, traduzível perante os meios de comunicação na criação de centenas de postos de trabalho, a boa disposição daquele dia solarengo e a aproximação da mudança do executivo, fê-lo levar a sério a solicitação daquela sua irmã, de idade próxima e de tantas cumplicidades infantis. Sabia que as dificuldades do investidor não eram apenas emperros burocráticos, antipatias de algum funcionário ou areias na engrenagem exigindo tratamento financeiro. A sua superação exigia mais do que boa vontade. Impunha algumas manipulações documentais, certas reinterpretações e reconstruções legais e, sobretudo, conhecimentos e poderes.

Tanto trabalho só para satisfazer os caprichos da irmã talvez fosse de mais, mas os amigos e a família são para as ocasiões. Quando universidades prestigiadas, como a Sorbonne, organizam conferências sobre o "jeitinho" português para o "desenrascanço", orgulhosamente exportado durante a colonização, que mal há numa pequena aplicação de tão glorificadas capacidades? É quase um ponto de honra.

O cronista não sabe quais as funções exercidas por Protágoras da Silva no Governo. Apenas se sabe que não era continuo, escrivão ou similar. Não se sabe que instrumentos foram desencadeados, mas não há qualquer dúvida que as dificuldades do investimento foram superadas e o empreendimento realizado. Os postos de trabalho foram anunciados. Os lucros, as rendas, as luvas e outros rendimentos concomitantes, não. Garantem alguns que não houve qualquer pagamento das horas extraordinárias de Protágoras. Se a presunção da inocência é um princípio fundamental e o amor à família é um pilar da nossa sociedade, não se tem razões para duvidar. Admitimos que nenhuma lei foi desrespeitada.

Não houve crime, juridicamente, mas houve fraude.

Sem informação pública, contrariando os procedimentos correspondentes à realidade até aí existente, contornando ou alterando leis, aquele investidor que foi passar as férias às Caraíbas conseguiu o que outros desejavam mas não puderam fazer. A "livre concorrência" foi maltratada. Houve logro. Vários que ambicionavam o mesmo negócio ou espaço foram logrados. A promiscuidade do económico e do político tem destes empecilhos.

Houve intencionalidade. Uma bela intencionalidade: satisfazer uma solicitação da irmã. Esteticamente louvável, eticamente reprovável.

Houve danos para todos os pretendiam fazer investimentos similares e não fizeram porque não conheciam nem a irmã, nem a prima em terceiro grau de um dos Protágoras lusitanos de brandos costumes. Houve danos para os concorrentes da empresa do nosso investidor. Houve dados para todos os cidadãos que foram prejudicados em termos espaciais, ambientais, ou outros que tais, com o investimento. Houve vantagens para aquele, e não outro, investidor. Quiçá para a mana do Protágoras, que já tem um passeio de iate marcado no próximo verão.

Houve violação de alguns princípios éticos, mas quem se lembra da ética quando esta só dá prejuízos?

Carlos Pimenta
2009-03-19

A CORRUPÇÃO E OS PORTUGUESES

1. De todas as formas de fraude, a corrupção é a mais abordada nos noticiários, a mais sentida pelos cidadãos, provavelmente a mais estudada. As informações quantificadas internacionais confirmam que é uma das mais frequentemente detectadas tendo um elevado custo mediano (cerca de meio milhão de dólares nos EUA).

O que cada um de nós entende por corrupção (assumido espontaneamente, sem uma reflexão precisa e uma crítica das evidências), provavelmente capta apenas uma parte daquela realidade complexa. Admitindo que os comportamentos éticos são, ainda, o "normal" nas sociedades organizadas, "a corrupção é uma prática ou comportamento desviante" que será diferente conforme se tome como coordenadas de referência as normas legais, as normas éticas, as práticas económicas equitativas, a aceitabilidade social, a cidadania partilhada, ou outra. Frequentemente associada à ideia de que "o poder corrompe", surge, para muitos, como específico das instituições públicas, mas esse mesmo comportamento desviante também surge nas instituições privadas.

Abarca o suborno (doação/recepção a priori para influenciar um acto), as gratificações ilegais (similar ao anterior, mas a posteriori, como recompensa), a extorsão (exigência indevida de uma pagamento para a realização de um acto), e o "conflito de interesses" (realização de um acto prejudicial à instituição a que pertence para obter vantagens noutra a que, inconfessadamente, está associado). Habitualmente considera-se que as fases do acto de corrupção se verificam em momentos próximos (ex. pedido, seguido de favor, seguido de pagamento), mas as "portas giratórias" entre as instituições políticas e as empresas (passagens de indivíduos de umas para as outras, ora num sentido, ora noutro) podem criar hiatos de anos entre os favores e os pagamentos. Também os conluios, as barreiras nacionais à investigação policial, as famigeradas offshores, as redes internacionais de

"cidadãos acima de qualquer suspeita", as organizações secretas e o crime económico organizado proliferam as ramificações ora subterrâneas ora legais, e o branqueamento de capitais.

Não é mais aceitável considerar a corrupção como uma "criminalidade sem vítima". Ela atinge o "cidadão-contribuinte", o "cidadão-consumidor", o "cidadão-ecológico", o "cidadão-democrata", enfim, o cidadão. A corrupção está associada à criminalidade transnacional. Todas as "actividades sombra" ilegais (do tráfico de armas à droga, do contrabando à prostituição, por exemplo) exigem a corrupção para existirem e expandirem-se.

A Suíça é um dos cinco países que tem um índice de percepção de (não) corrupção igual ou superior a nove, mas mesmo assim um investigador (Phlippe Lévi) refere a grande dificuldade em a debelar nesse país: "as empresas hesitam em assumir medidas anti-corrupção porque receiam – com razão, como o demonstram várias situações – perder negócios em favor de concorrentes menos escrupulosos". Segundo algumas opiniões a diferença entre os diversos países é mais de forma de operar do que de nível de corrupção.

2. Um antigo técnico da IBM (Hofstede) criou cinco indicadores quantificados de "psicologia social" utilizáveis para estudar semelhanças e diferenças entre países, para interpretar comportamentos económicos e sociais. Diversos estudos mostram que um maior índice de não-aceitação do risco é favorável à incerteza e à ambiguidade e Portugal têm-no elevado. Simultaneamente um menor nível de individualismo favorece a corrupção e Portugal têm-no muito baixo.

A corrupção prolifera. É um imperativo científico e político estudá-la no nosso País.

Hoje esse trabalho está muito facilitado. O livro recentemente publicado A corrupção e os Portugueses: Atitudes – Práticas – Valores, coordenado e organizado por Luís de Sousa e João Triães, fornece-nos uma análise muito rigorosa sobre as percepções sociais da corrupção, sobre a relação desta com a democracia em Portugal.

Resultado de alguns anos de trabalho, estamos perante um estudo muito preciso e rigoroso, com uma metodologia científica sistematicamente exercida e reflectida, com uma quantificação criteriosamente aplicada que nos permite compreender muito melhor a realidade nacional e local a que cada um de nós pertence.

Tantas são as informações contidas neste livro, tantas são as reflexões que nos proporciona, tantos são os desafios que nos lança, que seria uma incompreensível ousadia nossa apresentarmos aqui qualquer síntese.

Leiam-no, por favor, porque é um livro fundamental para todo o cidadão.

Antes de o lermos somos culturalmente muito mais pobres.

Carlos Pimenta
2009-04-30

DEUS DÁ A MEMÓRIA CONFORME A MORAL

1. O programa está no ar. "Pretendemos com este programa esclarecer as vantagens e desvantagens das duas localizações alternativas de este empreendimento público, que ocupará a vasta área de muitos hectares e que custará muito milhões de euros". Os convidados são apresentados, o público mostrado. Mais um grande debate nacional na nossa televisão. Amanhã será o tema de conversa de muitos. Para outros será mais uma "questão nacional" que não tem nada a ver com eles, labutando por uma sobrevivência que é difícil de construir.

Quase todos os argumentos são explanados com eloquência. Justificaram-se os impactos no desenvolvimento económico com a facilidade do que ainda não aconteceu. Salientou-se o número de postos de trabalho a criar e o investimento a fazer. O impacto ambiental foi explanado com todos os detalhes. Foi realçado, pormenorizadamente, o esforço feito pelo governo para encontrar a melhor alternativa, tendo em conta o interesse nacional. Exibiu-se todo o edifício legislativo que agora permite a concretização de tão louvável empreendimento: a iniciativa política garante que o sol continuará a nascer todos os dias. Estudos técnicos isentos e independentes, ao serviço de alguém, mostram com insuspeitáveis números, graciosos gráficos e sólidos argumentos as alternativas e a vantagem da opção escolhida.

Esgrimem-se argumentos, dizem-se picardias, misturam-se sonhos, fé e justificações dignas do ilustre e eloquente Conde de Abranhos, esquecem-se referências, faz-se propaganda e, sobretudo "explica-se aos portugueses".

2. Num espaço de convívio, numa pequena localidade, joga-se às cartas enquanto a televisão vai espalhando som e imagem pela sala para olhos e ouvidos desatentos. O ás de espadas ou as copas são mais importantes, mas as mensagens vagueando pelo espaço não se perdem totalmente, porque as coincidências para além do acaso ocorrem. Aqueles homens e mulheres, instruídos na universidade pragmática da vida, recordam com lucidez:

– Há uns anos atrás quem diria que este empreendimento seria realizado aqui, na nossa terra.

– Quase todos nós tínhamos alguns terrenos naquela região, que então não valiam quase nada.

– Vendemos por meia dúzia de tostões e agora valem um bom dinheiro.

– Na ocasião disseram-nos que era para uma empresa agro-industrial, mas se calhar os gajos já sabiam deste empreendimento. Eles não dão ponto sem nó!

Tudo se tinha passado há três anos, quando uma sociedade de advogados andou a adquirir todos os terrenos daquela região. Foi antes de se falar deste "grande empreendimento", mas quem o decidiu já estava em condições de o decidir. Quase todos os presentes naquele recinto se recordavam perfeitamente.

3. O programa estava a chegar ao fim. Ficaram expostos todos os argumentos, mas nenhum dos presentes se lembrou de esclarecer ou perguntar de quem era a propriedade dos terrenos em cada um dos locais alternativos para o empreendimento.

– Aquele tipo que está ali, na segunda fila, no programa, não foi um que andou por aqui a convencer-nos para vendermos. Dizia que ganhávamos duplamente: com o preço que estavam a pagar pelo terreno e com os postos de trabalho que iriam criar. Afinal eles é que ganharam pau e bola.

– Dessas histórias não falaram eles!

– Como diz o pai do meu amigo, Deus dá a memória conforme a moral.

4. As fraudes são como as bruxas. Não acreditamos nelas, mas que as há, há.

Carlos Pimenta
2009-05-22

PARTIDOS, ELEIÇÕES, FINANCIAMENTO E O MEXILHÃO

1. O Estado é uma forma da organização política e jurídica da sociedade.

A sociedade contém uma determinada correlação de forças que se exprime na hegemonia de uns em relação a outros, na existência de desigualdades económicas e sociais, na sistemática reprodução das relações sociais em que uns são quotidianamente vencidos e outros são vencedores, em que uns definem as estratégias do futuro e outros são peças da engrenagem que permite as suas concretizações. Uma tensão quase eterna, profundamente agravada pela fase da mundialização que temos vivido desde os anos 80 do século passado. Portugal tem sido, na última década, um significativo epicentro desta correlação de forças, atrasando-se em relação ao desenvolvimento médio da União Europeia, vendo aumentar as desigualdades sociais e a percentagem de população excluída de uma vida digna, esperando, tal como o Godot de Beckett, que o "saneamento financeiro" do Estado permita o que é sistematicamente negado. Reconstruindo. Como diz José Gil, o medo de existir.

O Estado é a organização política da sociedade. Reflecte, por isso mesmo e inevitavelmente, a correlação de forças existente na sociedade. As diferenças, conflitos e lutas políticas não são uma cópia das diferenças, conflitos e lutas sociais, mas não deixam de reflectir, à sua maneira, a correlação de forças social. A importância da organização económica nas sociedades contemporâneas faz com que o Estado seja sempre uma expressão política das desigualdades económicas.

2. A democracia é o Estado do povo em que cada indivíduo tem a capacidade de decidir do futuro colectivo. O Estado democrático diz ser algo diferente (igualdade de direitos) do que é (perpetuador das desigualdades). Por isso a democracia é, simultaneamente, uma utopia e um processo de

vigilância e luta para garantir a máxima autonomia do político em relação ao económico. Vigilância contra o enfeudamento das instituições políticas aos interesses económicos dominantes. Luta pela isenção e seriedade das instituições políticas e dos políticos na construção de um futuro que contemple uma vida digna para todos os cidadãos.

Sob a bandeira utópica da independência do político em relação ao económico, da não subordinação das instituições políticas ao interesses económicos dominantes há que legislar e instituir valores e práticas que evitem os conflitos de interesse dos decisores e dos legisladores em relação aos seus apoiantes institucionais ou individuais, às oligarquias financeiras. Os conflitos de interesse potenciam as fraudes.

Um dos pilares importantes para atenuar esse conflito de interesses é a existência de transparência no financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais. Relevante pelas razões atrás invocadas, mas também porque aquele é uma fonte directa de corrupção e pode permitir "lavagem de dinheiro".

3. Sabemos que os problemas relacionados com o financiamento, formal ou informal, dos partidos e das campanhas eleitorais afectam todas as sociedades democráticas, por diversas vias: são os fundos geridos à margem das instituições, da contabilidade e da apresentação de conta; é a compra de favores a serem satisfeitos de imediato ou nos próximos anos; são as decisões e leis ditas "nacionais" que se tomam para servir alguns dos financiadores, ou as que não se tomam pelas mesmas razões; são os contratos privilegiados com algumas empresas e a concomitante marginalização de outras; é a infiltração do "dinheiro sujo" e das máfias nas instituições políticas. É, obviamente, a utilização dos instrumentos formais da democracia para enfraquecer esta.

Simultaneamente gera-se na sociedade uma atitude de "alheamento da política", de abstenção eleitoral, de enfraquecimento de participação nos partidos, criando condições para o aparecimento dos líderes sem ideais que extravasem o seu interesse pessoal, propensos à manipulação da opinião pública e ao reforço dos diversos aspectos nefastos anteriormente referidos.

Numa época de interdependência crescente dos cidadãos à escala mundial essa difusão da fraude por diversos espaços político-geográfico exige de todos nós uma resposta firme e eficaz. Contudo os portugueses devem estar bastante atentos a estas situações também por razões que são muito suas:

- A fraude política tende a ser mais tolerada pela opinião pública que noutros países, e até algumas formas daquela são quase consideradas como procedimentos "normais".
- A tradição é de grande impunidade criminal dos políticos a que se associam as manhas e artimanhas da legislação e a lenta operacionalidade dos tribunais.
- Há uma tendência, quiçá premeditada, para criar instituições controladoras e fiscalizadoras, que dão a ilusão mediática que são para evitar a fraude e outras operações ilícitas, mas que na realidade não têm capacidade efectiva de actuação.
- Os fundos informais (financiamento não assumido, logo não registado, pelo partidos políticos ou campanhas eleitorais) assumem montantes muito mais elevados que noutros países, mais elevados que os financiamentos contabilizados e declarados.

Façamos com que a tradição deixe de ser o que era!

Carlos Pimenta
2009-07-02

COMISSÕES, SUBMARINOS E TRANSPARÊNCIA

Para mim, a aquisição dos submarinos para a Marinha Portuguesa foi o equivalente à compra de um brinquedo caro para o filho por parte de pais com reais dificuldades financeiras. Mas, tomada a decisão, consumado o acto, pensei que o caso estava encerrado. Eis quando, mesmo antes de estarem construídos, os submarinos começam a "emergir", por via das comissões.

Primeiro, as comissões monetárias que alguém pagou a outrem para obter um determinado efeito aquando da tomada da decisão de compra e da escolha do concorrente à construção dos submarinos. Quero pensar que isso não terá nada a ver com o facto de não se ter adjudicado a empreitada a quem fazia o preço mais em conta. Aliás, comprar os submarinos de mais elevado preço até pode ter uma justificação perfeitamente plausível. Eu, por exemplo, quando tenho de comprar um perfume para oferecer, na dúvida, por que não sou perito no assunto e todos me parecem cheirar de igual modo, compro sempre o mais caro. Admito (erradamente, eu sei) que associada ao preço mais elevado está a melhor qualidade.

Segundo, as comissões de "peritos" formadas para controlar o processo de aquisição dos submarinos. Em especial, a comissão que controlaria as contrapartidas financeiras (designemo-la por CCC) que o consórcio ganhador ficou de proporcionar ao país. Conhecido o histórico nacional de eficácia no controlo deste tipo de contrapartidas, não é difícil adivinhar que qualquer consórcio que minimamente tivesse feito o trabalho de casa podia facilmente "abrir a boca", oferecer este mundo e o outro, pois no fim do processo ninguém ia controlar nada e, por isso, tudo se resumiria a uma vã promessa. Parece que foi o que até agora tem acontecido. Cinco anos depois do início de vigência do contrato, a CCC não sabe concretamente o que já foi entregue como contrapartida. O consórcio diz que já entregou parte substancial, a CCC diz que não. E não se está a falar de "trocos". Tudo é denominado em grandezas de muitos milhões.

Arrepio-me sempre que se fala na constituição de mais uma comissão. Talvez eu esteja a ser injusto para com as comissões que funcionam. Mas a ideia com que sempre fico é que tal constituição é mais de meio caminho andado para empatar as coisas. É como se, nomeada a comissão, todos – quem nomeia e quem é nomeado – relaxassem, com a consciência tranquila do dever cumprido. Veja-se o que acontece, por exemplo, com as comissões de protecção de menores. Talvez seja coincidência, mas sempre que existe um "azar" constata-se, com tristeza, que a comissão existia mas, efectivamente, não funcionava. Quase como uma câmara de vigilância que se julga activa mas que, aquando do assalto, no momento em que são necessárias as imagens do criminoso, se conclui que afinal estava desligada, pois a pessoa paga para a gerir se esquecera de colocar o interruptor na posição "on".

Somos o país das comissões ... que não funcionam. Há dias, noite alta, com insónia, dei comigo a pensar sobre a razão dessa inoperacionalidade. Julgo ter encontrado uma causa, entre muitas outras que certamente existirão.

Em qualquer organização que se pretende bem gerida, a existência de um eficaz sistema de controlo interno é elemento básico para, entre outros efeitos, evitar erros e lapsos, no limite obviar à ocorrência de situações de fraude. Entre as determinantes do bom funcionamento desse sistema está a denominada "divisão de tarefas". É um princípio muito simples, mas muito poderoso se adequadamente implementado. Implica, por exemplo, que quem faz a emissão das facturas na organização não deve participar na respectiva conferência; quem trata da contabilidade (registos) não deve ter acesso à tesouraria (guarda do dinheiro). No caso da Justiça o princípio também se aplica, e quem julga um crime não deve ter participado na instrução do respectivo processo acusatório. Subjacente a esse princípio e à sua correcta implementação está a necessidade de assegurar a independência entre as partes intervenientes, entre o "controlador" e o "controlado". Na ausência dessa independência, existindo situações de conluio entre as partes, o princípio não funciona e estão criadas as condições para a ocorrência de fraudes.

Transponha-se isto para as comissões e respectiva inoperacionalidade. O que parece acontecer é que falta a tal independência entre quem as nomeia e quem é nomeado. O conluio, ainda que informal, assenta na cor partidária comum a ambas as partes. Não existe um verdadeiro controlo do comitente sobre o comissário. Ambos têm interesse em proteger a outro. O comissário não quer ter actuação que possa colocar em causa quem o nomeou, porque isso corresponderia a hipotecar a possibilidade de ser chamado no futuro

para uma qualquer outra comissão. Por sua vez, quem nomeia não tem interesse em punir o comissário quando este não cumpre a sua função, pois teme que isso, aos olhos da opinião pública, coloque em "cheque" o partido e dê trunfos aos adversários políticos.

Neste contexto, de ausência de independência, existem condições para todas as arbitrariedades, espaço para todos os desleixos. As comissões tornam-se numa fonte de rendimento para os comissários; são o mero cumprir de um qualquer preceito legal para quem a nomeia. Mas o efeito nefasto deste estado de coisas não se circunscreve à vertente financeira associada aos respectivos custos de funcionamento. É mais profundo, sendo particularmente danoso para a transparência democrática da coisa pública. As comissões estão para essa transparência como as "cargas de profundidade" estão para os submarinos. São destruidoras.

O que se passa com as comissões passa-se também, de um modo mais alargado, ao nível da administração pública genericamente considerada. Os "cargos de nomeação política", que ocupam formalmente os níveis hierárquicos superiores dessa administração, mas na prática, informalmente, acabam por se propagar até à respectiva base, são o antídoto contra o funcionamento adequado do princípio da "divisão de tarefas". Com todas as consequências para o erário público e para a confiança dos contribuintes no sistema democrático. Será por acaso que, tendo Portugal uma administração pública de maior dimensão comparativamente a boa parte dos países europeus parceiros, os portugueses recebem da parte dela proporcionalmente menor quantidade de serviços e de pior qualidade?

José António Moreira
2009-11-05

CORRUPÇÃO: «EMPREGO» DE ALGUNS, DESEMPREGO DE MUITOS

1. Os carteiristas eram muito exigentes na formação profissional. Na sua escola de especialização penduravam manequins de alfaiate no tecto, vestiam-nos com um casaco, com uma carteira no bolso interior. Eram considerados aptos para a profissão quando conseguiam apropriarem-se da carteira sem que mexesse o fio que suportava os manequins. Uma verdadeira arte.

Os corruptores e os corruptos provavelmente não têm necessidade de tal formação, porque ela seria longa e porque os cursos universitários de muitos já lhes deram suficiente traquejo nas artes de bem lidar com a economia e esgrimir a legislação. No entanto não será difícil de admitir a sua necessidade, como o faz Paulo Morgado, no seu livro (Contos de Colarinho Branco, Dom Quixote): aprenderiam que a corrupção é um acto de esperteza e que há formas de corrupção dificilmente condenáveis pela lei e outras que não tem condenação associada; analisariam as tomadas de decisão enquanto caminhos alternativos para a obtenção de um fim (um verdadeiro problema económico); esmiuçariam como encontrar os possíveis corruptos e como pagar-lhes sem deixar rasto. Tudo isto sem nunca esquecerem a máxima: "um corrupto deve guardar silêncio".

Duas profissões com impactos diferentes. Os primeiros são comparáveis a um esvoaçar de pardal comparados com a tempestade que os segundos provocam. Contudo quando nos roubam a carteira sentimo-nos indignados, revoltados: fomos roubados. Quando sabemos de um acto de corrupção consideramos frequentemente que não é nada connosco, é com eles, corruptor e corrupto.

Será mesmo assim? A corrupção, tanto em instituições privadas como públicas, é um crime sem vítimas?

2. Os estudos sobre os impactos da corrupção são muitos e peremptórios nas suas análises. Eles mostram, por exemplo, que

- um aumento da corrupção diminui a importância do investimento no produto nacional, diminui o crescimento económico;
- a existência de muita corrupção torna o país menos atractivo para o investimento estrangeiro;
- a corrupção afecta a competitividade das exportações, aumentando a diferença entre exportações e importações, conduzindo ao agravamento da dívida externa, à fuga dos nossos recursos para o estrangeiro;
- a corrupção diminui a qualidade do investimento público; em particular, nas infra-estruturas;
- a corrupção influencia negativamente o rendimento médio por pessoa, ao mesmo tempo que agrava as desigualdades na distribuição do rendimento;
- desvia recursos que deveriam ser utilizados no crescimento económico, logo no combate ao desemprego, e no bem estar das populações;
- quanto pior é a posição do país na lista da Transparência Internacional (Portugal estava 25º lugar em 2001 e está em 32º em 2008, logo mais afastado dos menos corruptos) pior é a sua posição no Índice de Desenvolvimento Humano (que mede o desenvolvimento nas condições de saúde, na educação e nos rendimentos usufruídos pelos cidadãos);
- mais corrupção equivale a serviços governamentais menos eficientes e pior qualidade dos serviços de saúde;
- a corrupção diminui as despesas governamentais em educação;
- a corrupção promove a fuga ao fisco (o corruptor falseia a contas para encher os "sacos azuis" e para encobrir riqueza; as empresas *offshore* são vias de pagamento; as empresas subornadas vão vender por preços mais baixos e ter menos lucros, logo as receitas governamentais diminuem;
- a corrupção aumenta a poluição, porque reduz a efectividade da regulamentação ambiental, e limita o sucesso de projectos de manutenção da biodiversidade;
- a corrupção está relacionada com o aumento da criminalidade;

Nada disto tem a ver com cada um de nós?

Vivermos num país com mais desemprego, com menores salários e mais desigualdade na distribuição do rendimento, com impostos mais altos, com piores cuidados de saúde e de ensino e outros serviços públicos, com mais poluição, com taxas de juros mais altas, não é nada connosco?

Cada grama de sucata negociada através da corrupção é um crime contra o seu e o meu bem-estar.

3. Quando elege um deputado é para ele representá-lo ou para fazer favores aos seus clientes e amos? Quando apoia um partido político ou um Presidente da República é para ele pagar durante a governação favores recebidos durante a campanha eleitoral? Quando se constitui um governo dito do povo (essa entidade mítica que só é lembrada nos períodos eleitorais) é para os ministros utilizarem o dinheiro dos contribuintes para garantirem empregos quando saírem do governo?

Certamente que não.

Amamos a democracia e esta é enfraquecida em cada corrupção concretizada.

4. Falamos hoje em corrupção porque a "Face Oculta" está em todos os noticiários. Mas já falámos no assunto em crónicas anteriores (por exemplo na crónica nº 15, "A Corrupção e os Portugueses", em 29 de Abril deste ano) porque ela continua a existir mesmo quando não se fala dela.

Continuaremos a falar porque somos um "país de corruptos" apesar de quase todos os portugueses serem honestos.

Continuaremos a falar enquanto as leis não forem mais operacionais, os julgamentos mais céleres e as condenações dos corruptores e corrompidos exemplares.

Continuaremos a falar enquanto o poder executivo continuar a influenciar perniciosamente o poder judicial e as investigações de apuramento do crime.

Continuaremos a falar enquanto os portugueses forem tão condescendentes com quem lhes espeta facas nas costas.

As corrupções, em particular, e a fraude, em geral, são contagiosas. Tanto quanto a gripe. Com efeitos a longo prazo mais perniciosos para a sociedade e todos nós do que a doença.

Carlos Pimenta
2009-11-12

COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CRIME ECONÓMICO - PRECISAMOS DE UMA NOVA ABORDAGEM?

A corrupção e o crime económico não se conseguem medir. Significa isto que não há uma ideia da verdadeira dimensão do problema.

O que existe são percepções. As pessoas pensam que há corrupção generalizada, ou porque já tiveram que pagar uma "gratificação" para um assunto "burocrático" se resolver mais rapidamente ou porque alguém disse, à mesa do café ou no autocarro, que "todo e qualquer político é corrupto".

Por isso mesmo quando se fala do posicionamento de Portugal no ranking da corrupção, fala-se de um índice de percepções e não de uma medida, mais uma vez, da verdadeira dimensão do problema.

Como tem evoluído precisamente o "Corruption Perceptions Index" publicado anualmente pela Transparency International, em relação a Portugal?

Dito da forma que mais leva a opinião pública a pensar que a corrupção (e consequentemente o crime económico) se tem agravado em Portugal: PORTUGAL CAIU 14 LUGARES NO RANKING DA CORRUPÇÃO EM 10 ANOS.

Dada a forma como o índice e o ranking são calculados pode bem dar-se o caso de um determinado país cair no ranking e, mesmo assim, o índice de percepção ter melhorado.

O que quero dizer com isto é que o índice de percepção para Portugal não piorou tanto quanto a queda no ranking pareceria indiciar.

Esta conclusão mais ou menos "académica" pouco importa para aquilo que verdadeiramente é importante: a "percepção" da corrupção (e do crime económico) é o que verdadeiramente mina as fundações de uma sociedade.

Apenas a título de exemplo: qual é o cidadão que sente um "impulso" para ser correcto e honesto se pensar que "os corruptos e os malandros" continuam impunes?

O que é então necessário fazer?

No meu entender é preciso uma nova abordagem, uma nova perspectiva.

Em primeiro lugar, e numa perspectiva de curto prazo, os cidadãos só deixarão de pensar que os corruptos se mantêm impunes no dia em que houver condenações. Isto é, no dia em que houver resultados efectivos. E não se pense que um sucedâneo das condenações são as notícias de "alguém foi acusado" ou até as notícias de que "alguém está a ser investigado" com todos os detalhes que, perante a opinião, essa pessoa já está condenada. Este caminho é um péssimo serviço à sociedade e não estou aqui a condenar os jornais e os jornalistas que apenas escrevem o que se lhes diz e o que se lhes conta. Não me parece que o problema esteja também nas leis e nos meios (ou a falta deles), como tantas vezes se ouve. Muito menos se resolve o problema com seminários, palestras e entrevistas. Sou um grande adepto e cada vez estou mais convencido que, nestas matérias e muitas outras, *é preciso falar menos e fazer mais*.

Em segundo lugar, e numa perspectiva de médio prazo, penso que é preciso fazer algo em termos de educação, em termos de incutir aos nossos jovens os valores eternos de uma sociedade civilizada: a ética, a integridade, a responsabilidade, o respeito pela lei, o respeito pelos direitos dos outros, o amor ao trabalho, a pontualidade, o esforço pela poupança, o desejo de superação.

Mas este poderá ser o tema para uma próxima crónica.

Fernando Costa Lima
2010-02-18

ATENÇÃO À CORRUPÇÃO, MAS NEM SÓ DESTA VIVE O DEFRAUDADOR

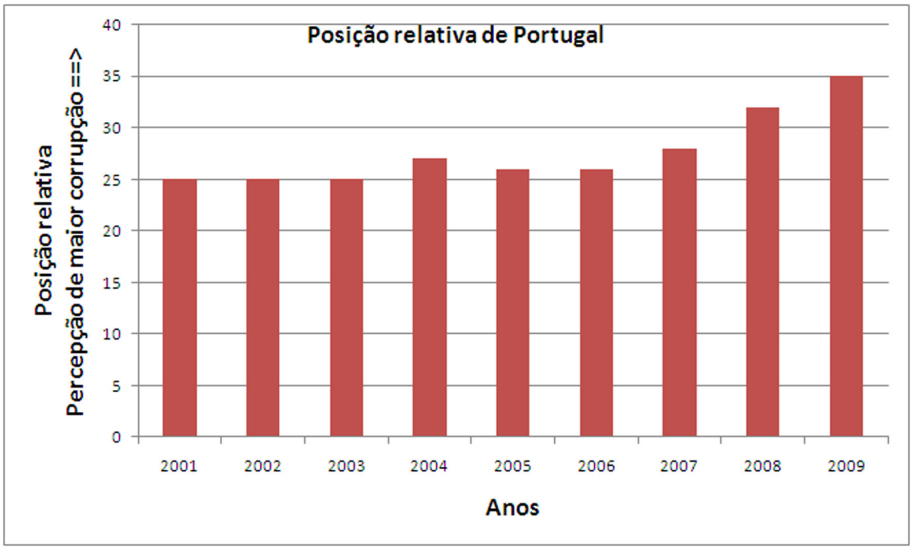
1. Lopes da Mota foi considerado culpado pelo Conselho Superior do Ministério Público e foi obrigado (por decisão voluntaria do mesmo, como sempre acontece no mundo do faz de conta) a demitir-se da Presidência do Eurojust.

Considerarão muitos dos portugueses que a suspensão por trinta dias é pena demasiado leve. Quem assim pensa, não está a ter em conta um conjunto de factores relevantes: Lopes da Mota apresenta-se frequentemente de colarinho branco, apenas colaborou num tipo de fraude que contribui para a redução do crescimento económico e para o desprestígio internacional do nosso país, e a ética nem nos saldos é procurada.

Considerarão outros que a suspensão por tantos dias foi uma penalização demasiado severa para quem apenas pretendeu transmitir um conselho amigo: não incomodem o Sócrates porque ele já pertence à história (grega). Também estes não se deverão preocupar porque durante muito tempo andará de recurso em recurso, porque há muitos lugares disponíveis (e se não os há criam-se!) para ele vir a desempenhar, onde talvez falte o brilho da ribalta mas não deixarão de acontecer chuvas de pó de ouro (fenómeno meteorológico não muito raro mas que nunca acontece aos milhões de desfavorecidos deste país). E tudo isto se passará sob a suave brisa do rodopiar das portas giratórias dos que sucessivamente (quiçá em movimentos pendulares quotidianos) rodopiam, ou poderão vir a rodopiar, entre o interesse colectivo (será também meu?) e o plutocrático interesse individual

Já tivemos ocasião de em crónicas anteriores chamar a atenção para os grandes perigos da corrupção (ver as crónicas de 30/04/2009, 02/07/2009 e 12/11/2009) de que recordaríamos os seus elevados níveis de contágio – destruindo quase todos os guardiões da ética, da cooperação e da concorrência leal – e a degradação das condições de vida da maioria dos portugueses,

com agravamento das desigualdades sociais. Neste momento em que tanto se discute o pomposamente designado Plano de Estabilidade e Crescimento e em que a credibilidade externa do País, nomeadamente junto dos credores, é tão badalada, convém recordar o que também já foi referido em crónica de Costa Lima (18/02/2010): segundo a prestigiada Transparency International e o seu Índice de Percepção da Corrupção (elemento objectivo de avaliação do país!), Portugal afastou-se dos países com menor corrupção perceptível, sendo esse movimento particularmente vincado a partir de 2006:



Esta degradação da transparência e da integridade dos "portugueses" (aqui impõe-se reafirmar o que o leitor já sabe, que há "portugueses" – íntegros – e "portugueses" – corruptores e corruptos) em quanto fez aumentar as taxas de juros dos empréstimos a Portugal? Em quanto fez regredir os investimentos, em quanto torpedeou a imagem do nosso país?

2. É desnecessário insistir na imperiosidade cívica e democrática, em nome da ética e dos mercados, de combater a fraude, prevenir a sua ocorrência. Será tema para outras conversas com o leitor três pontos que reputamos essenciais:

- Uma política anti-corrupção não pode ser constituída por medidas avulsas de curto prazo, mais ou menos ao sabor do calendário mediático e político. Exige-se uma leitura e prática sistémica,
- A corrupção tem manhas e procedimentos que ultrapassam o conflito de interesses (desde a personalidade individual do corruptor e do corrompido até à criminalidade organizada), mas é ao nível do conflito de interesses que se deve iniciar a política anti-corrupção.
- Se a corrupção é um fenómeno velho quanto a humanidade, a sua intensificação é recente, apresentando a juventude de poucas décadas. O combate a este agravamento, indissoluvelmente associado à estrutura da sociedade contemporânea também passa por reinventar a democracia (com a promoção e a valorização de um comportamento político irrepreensivelmente ético) e por uma educação sem facilitismos, rigorosa cientificamente, com um funcionamento institucional irrepreensível, com a forte valorização do respeito mútuo, contando com a força do exemplo e o sistemático confronto de todos com dilemas éticos.

3. Contudo é necessário alertar para que a atenção dada à corrupção não faça todos nós esquecermos todas as outras fraudes que pululam pela nossa sociedade. Dos crimes em que a violência impera certamente não nos esqueceremos, mas será que acontece o mesmo com as fraudes e evasões fiscais, com as manipulações sub-reptícias com a saúde pública, com as manobras das empresas contra os clientes e destes contra aquelas? Estaremos mesmo atentos? Saberemos na altura oportuna fazer adequadamente as nossas escolhas?

Carlos Pimenta
2010-03-19

CORRUPÇÃO, DÍVIDA PÚBLICA E AS GARANTIAS DOS POLÍTICOS (E EQUIPARADOS)

Em Portugal, e na grande maioria dos países pobres ou subdesenvolvidos, escolher ou ter a sorte de exercer uma profissão de político (deputado, vereador, etc.) é melhor do que ganhar o euro milhões.

Se perguntarem a qualquer estudante universitário português o que querem ser quando forem grandes, a resposta é unânime: querem ser políticos. E de facto, presentemente em Portugal, é a melhor carreira ou profissão que se pode desejar pois são muitas as garantias e direitos e poucas as obrigações.

Se conseguirmos o apoio de um amigo influente, podemos iniciar a nossa carreira de deputado bem jovens, com um salário líquido de aproximadamente 4000 euros e ter direito a uma reforma por inteiro, após 8 anos de permanência nominal ou efectiva na 'cadeira' de deputado. De facto, melhor ainda que ganhar o euro milhões é possuir uma reforma certa e por inteiro aos 30 anos de idade e pode gozar a vida à custa do Orçamento de Estado português.

Partindo desta garantia básica, 'constitucionalmente protegida', de direito a pensão antecipada e apenas com meia dúzia de anos de trabalho efectivo (por vezes o número ainda é mais baixo), avançamos para outro tipo de garantias e direitos cuja listagem seria sempre incompleta e portanto limitamo-nos a indicar algumas:

1. Ausência de regulação (não existe nenhuma entidade reguladora à semelhança das outras profissões);
2. Ausência de avaliação de desempenho e apenas recentemente se iniciou o controlo de faltas (na minha última visita à Assembleia da República com os meus estudantes do 2º ano de Direito, constatei

que 2/3 dos deputados liam jornais ou conversavam descontraidamente entre si...);

3. Suspensão por tempo indeterminado dos contratos a que estivessem vinculados, se ligados à função pública, podendo regressar quando muito bem entenderem ou forem despedidos pelos 'barões' do partido, antes do prazo de atingirem a 'idade legal de reforma para políticos', etc. etc.

A lista seria extensa e o artigo tem de ser curto e portanto passo de imediato para as consequências ao nível de dívida pública.

Os trabalhadores portugueses, leia-se todos aqueles que não tiveram a sorte de serem políticos e portanto têm de trabalhar de 'sol a sol', sem garantias de uma reforma aos 70 anos, ouvem todos os dias dos políticos a defesa da 'Política da Verdade, Política do Sacrifício'. Apesar dessa política, a dívida pública não cessa de aumentar e a produtividade a diminuir: quem trabalha, tem cada vez menos vontade de trabalhar, e sonha com a sua hora: 'a hora do político'.

Recentemente muitos e variados comentários e críticas legítimas se têm ouvido a denunciar este estado de desigualdade, discriminação e corrupção.

É manifestamente inconstitucional e ilegal tratar desigualmente e discriminar os trabalhadores, conferindo garantias desproporcionais e abusivas a determinadas categorias de contribuintes. Em nenhum país civilizado os políticos têm direitos e prerrogativas como as que existem em Portugal, sendo escandaloso e apelidadas de corruptas, internacionalmente, as leis que conferem aos políticos reformas antecipadas bem como garantias do tipo acima enunciadas.

Sabem os contribuintes os custos passados e futuros para os cofres do Estado com as 'reformas antecipadas' dos políticos?

A injustiça é de facto flagrante quando o sistema começa, e bem, a ser impiedoso com as reformas antecipadas injustificadas.

Publicam-se listas de devedores ao fisco e à segurança social e pergunto-me se, em justiça e em defesa da verdade contributiva, não deveria publicar-se também a lista dos políticos (ou outras categorias de contribuintes objecto de favorecimento económico) a quem são atribuídas pelo Estado reformas antecipadas. Igualmente, a listagem de outros contribuintes a quem são atribuídos casuisticamente benefícios fiscais (contratos fiscais) deveria constar dos sítios da DGCI e DGAIEC.

A eliminação destas e outras garantias contribuiria para elevar o país e reduzir a dívida pública bem como aumentar a produtividade. O mau exemplo da classe política reflecte-se na restante sociedade e enfraquece o melhor e mais motivado trabalhador ou instituição.

Uma classe política competente e experiente gere bem um país e não o empobrece sistematicamente como acontece no caso português. Aqui, temos políticos (ou amigos de políticos) incompetentes, em demasia, a ocupar todo o tipo de chefias na administração pública, ministérios e empresas públicas ou participadas pelo Estado e o resultado está à vista: má gestão, dívidas sobre dívidas, desacreditação da justiça e novos casos de corrupção. Os políticos (ou amigos de políticos) estão em todo o lado que implique poder ou pagamento de excelentes vencimentos ou regalias. Saímos de uma ditadura e entramos noutra e o povo português permanece pobre. Ninguém tem dúvidas do contributo da União Europeia para o nosso desenvolvimento actual.

A classe política não deveria estar acima da Lei mas sujeita às mesmas regras dos restantes trabalhadores, em respeito pelos princípios da legalidade e igualdade. Estes princípios, nas situações aqui descritas, têm sido sistematicamente violados e pergunta-se se não teremos nós, contribuintes e trabalhadores, o direito a ser compensados pela discriminação a que temos estado sujeitos. Este argumento pesaria contra a arma 'da proibição da retroactividade da norma mais desfavorável' ou 'proibição da eliminação de direitos adquiridos' cuja insustentabilidade é por demais evidente. Leis corruptas devem ser eliminadas ou objecto de controlo pelas instâncias competentes. Tal não tem acontecido no caso português e por isso pagamos todos - incluindo também os políticos - uma factura cada vez mais elevada: a nossa esperança média de vida é inferior à dos países mais desenvolvidos da Europa (nestes, em média, os cidadãos vivem com qualidade até aos 85 anos de idade), possuímos mais doenças crónicas, vivemos com mais 'stress' e não temos direito a uma assistência social digna na infância, na adolescência, na invalidez ou na velhice (mesmo aqueles com 'reforma antecipada garantida').

Glória Teixeira
2010-04-08

DEPOIS DE ROUBADO TRANCAS À PORTA

1. É imperioso mostrar que tudo de bom é resultado da nossa iniciativa e tudo de mau é a inevitabilidade da actuação dos outros. Mergulhámos na crise porque esta, nascida algures longe de Portugal, actuou com a força de um terramoto e atingiu o nosso espaço, felizmente muito melhor que todos os outros. Saímos tecnicamente da crise porque temos um governo, banqueiros e industriais (porque não trabalhadores?!) com grande competência e sentido da responsabilidade. E neste sistemático "sacudir água do capote" vamos criando um estado de pânico que ajuda a acalmar as reivindicações e a aumentar a passividade cívica.

A "não inscrição" da realidade social na construção do nosso futuro, de que fala José Gil em *Portugal, Hoje. O Medo de Existir*, continua a marcar o nosso quotidiano: "Nada acontece... nada se inscreve – na história ou na existência individual, na vida social ou no plano artístico" (pág. 15). Não será que nós, como actores da nossa própria história, somos os principais responsáveis pelo que nos acontece?

Para respondermos a esta pergunta de uma forma objectiva decidimos apresentar aqui alguns resultados do estudo do Banco Mundial sobre questões de governação, publicado em meados do ano transacto (*Governance Matters VIII. Agregate and Individual Governance Indicator 1996-2008*), procurando ver essencialmente qual foi o percurso de Portugal através desses indicadores.

2. Várias instituições promovem a avaliação da governação dos países, pelas mais diversas razões. Umas informam as empresas das potencialidades e dos obstáculos aos investimentos. Outras avaliam a liberdade de imprensa e o respeito pelos direitos humanos. Umas quantificam a percepção da corrupção pública enquanto factor obstaculizador de um bom funcionamento da economia. Outras hierarquizam os níveis de cidadania e as formas do seu funcionamento. Enfim, são muitas as tentativas de uma quantificação

rigorosa da situação de cada um dos países, permitindo que todos os interessados possam aceder à informação de que necessitam. E para conseguirem esses resultados são elaborados anualmente inquéritos envolvendo dezenas de milhares de famílias e empresas, milhares de especialistas, organizações não governamentais e entidades públicas.

O Banco Mundial sistematiza toda essa informação, articulando 35 bases de dados, promovidas por 33 organizações, cobrindo 212 países e territórios, durante o período de 1996 a 2008. Trabalham com 441 variáveis. O grande mérito deste trabalho é analisar cuidadosamente cada fonte de informação, detectar a probabilidade de erro e, sobretudo, proceder a uma reorganização das quantificações (normalização) de forma a permitir comparações entre países e entre diferentes anos para o mesmo país.

A crítica mais frequente a estes indicadores é basearem-se na percepção de agentes económicos e sociais, contendo inevitavelmente um elevado grau de subjectividade. Além disso, acrescentaríamos nós, porque a sociedade mundial é fortemente diferenciada e contrastada e porque a história da globalização tende a ser contada (e gerida) pelos económico-socialmente dominantes, pode haver uma tendência, em muitas circunstâncias, para assumir o diferente, tão-somente o diferente, como algo negativo, quiçá pernicioso.

Apesar dessas limitações as quantificações são relevantes porque são a outra face de variáveis qualitativas, porque permitem cruzar e integrar informações de diversa índole e ainda porque o conhecimento do terreno por parte dos inquiridos permite romper o manto diáfano da legislação e das práticas formais e reflectir as práticas no terreno.

3. O objectivo central do estudo é analisar a governação, assumindo esta como um conjunto de tradições e instituições através das quais a autoridade é exercida num país. "Isso inclui o processo pelo qual os governos são seleccionados, monitorizados e substituídos; a capacidade do governo para efectivamente formular e implementar políticas sólidas; e o respeito dos cidadãos e do Estado para com as instituições que governam as interacções económicas e sociais entre si." (pág. 5).

Para o efeito agregam os diferentes indicadores em seis grupos:

1. Opinião e Responsabilização: participação dos cidadãos na escolha do seu governo, liberdade de expressão, de associação e de imprensa.

2. Estabilidade Política e Ausência de Violência: probabilidade de instabilidade governativa por meios inconstitucionais, incluindo a violência.
3. Eficácia Governativa: qualidade dos serviços públicos, autonomia face às pressões políticas, qualidade da formulação e implementação de políticas, credibilidade dos compromissos políticos.
4. Qualidade da Regulamentação: capacidade do governo para promover e desenvolver o sector privado.
5. Estado de Direito: confiança dos agentes sociais e respeito destes pelas regras sociais; respeito contratual; direito de propriedade; funcionamento da polícia e dos tribunais, probabilidade de crime e violência.
6. Controle da Corrupção: exercício do poder para ganhos privados, pequena e grande corrupção, «captura» do Estado por elites e interesses privados.

Certamente que o conteúdo de cada um destes indicadores pode (deve) ser objecto de uma análise crítica, assim como a ausência de outros indicadores plausíveis, quiçá importantes para o quotidiano das populações. Esperamos que cada leitor proceda a essas lucubrações. Da nossa parte limitamo-nos à função de cronista reproduzindo alguns aspectos dos índices apresentados.

Procedemos de seguida a uma leitura da situação e evolução de Portugal em cada um dos seis indicadores indicados, chamando a atenção que

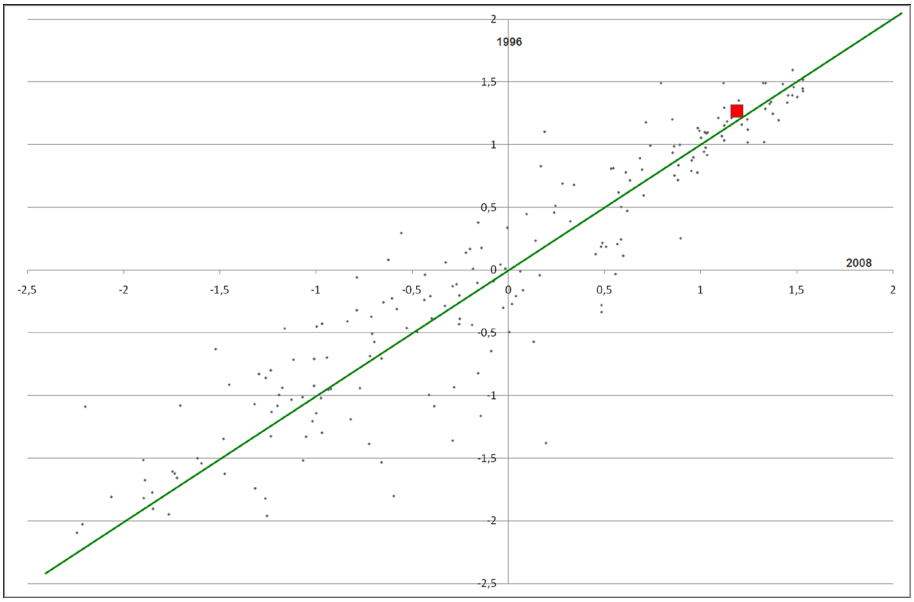
- estamos a lidar com valores normalizados;
- os valores mais elevados reflectem melhor situação;
- assim como as posições mais elevadas da ordenação;
- a posição relativa de cada país varia entre 1 e 100, pelo que o seu arredondamento para um número inteiro faz com que diversos países apresentem a mesma posição relativa.

Para além da situação de Portugal fazemos algumas alusões a alterações significativas de países que, de alguma forma, estão relacionados de forma marcante com a realidade do nosso país.

As margens de erro têm diminuído entre 1996 (ano das primeiras agregações) e 2008 (último ano para que há dados). Apesar desta limitação

comparamos a situação de Portugal, no conjunto de todos os países, nesses dois anos extremos. Adoptando um eixo vertical para 1996 e outro, horizontal, para 2008, os diversos países assumem graficamente a forma de pontos, enquanto Portugal é representado por um quadrado vermelho. A linha a verde, formando um ângulo de 45 graus com cada um dos eixos, separa a área das boas evoluções (abaixo da linha) das áreas de más evoluções (acima da linha). Quanto mais afastado se encontre o país dessa linha mais intensas são essas evoluções.

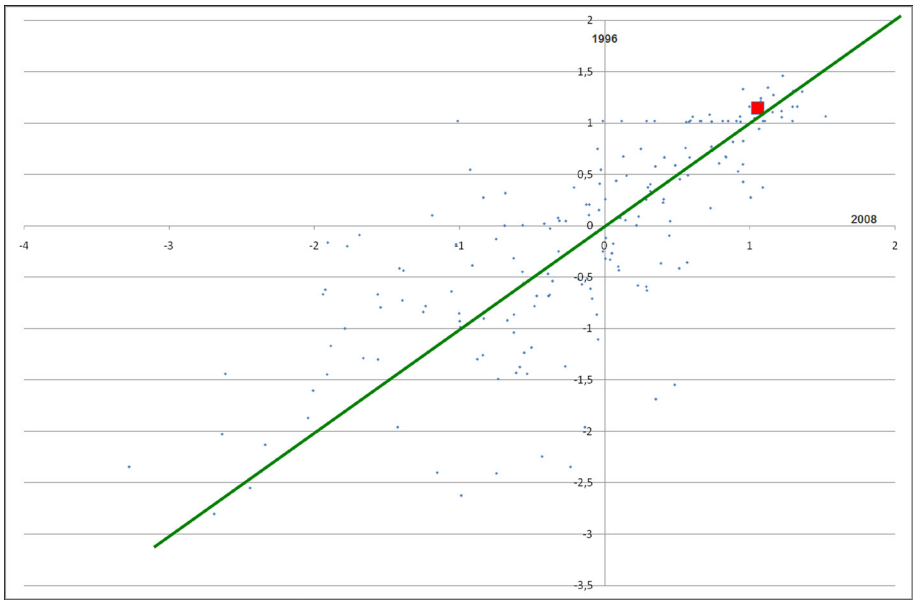
4. Na *Opinião e Responsabilização*, Portugal tem em 1996 um índice de 1,27, ocupando a 90ª posição e em 2008, um índice de 1,19 (num mínimo de -2,24 e um máximo de 1,53), com a 88ª posição:



Como se vê no gráfico Portugal está bem posicionado no contexto mundial (nos 212 países e territórios), com a posição cimeira ocupada pela Noruega. Contudo no período considerado não progrediu (neste, e nos restantes gráficos, a progressão significa situar-se abaixo da linha verde e a progressão será tanto maior quanto mais afastado estiver dela, como já explicámos). O valor mais elevado de Portugal foi atingido em 2004 (1,48)

e os anos com melhor posição na ordenação foram em 1998 e 2003 (94ª posição).

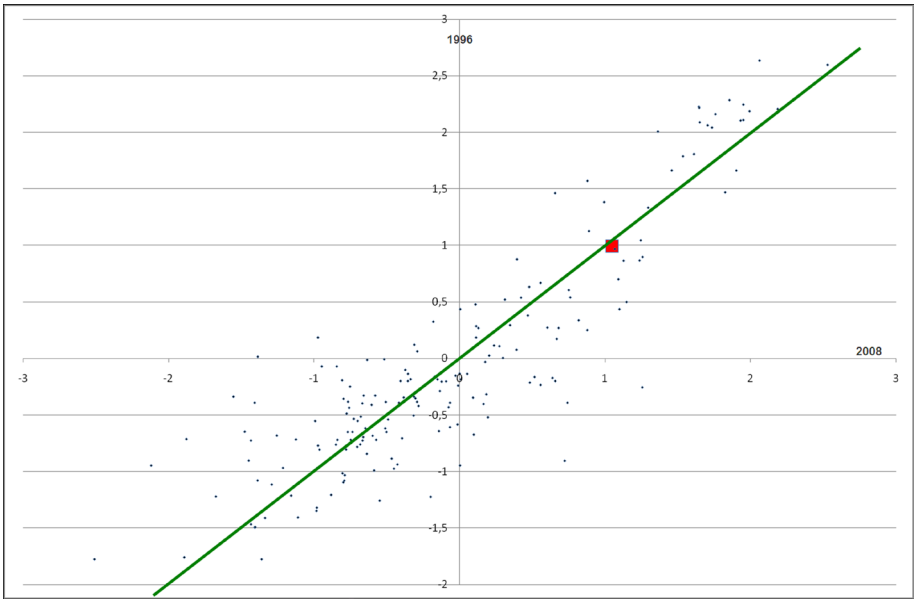
5. Na *Estabilidade Política e Ausência de Violência*, Portugal tem um índice em 1996 de 1,15, ocupando a 90ª posição, e em 2008 1,05 (num mínimo de -3,28 e um máximo de 1,52), com a 84ª posição:



Não houve melhoria relativa, apesar de ter uma boa posição no contexto mundial. O valor mais elevado foi atingido em 2002 (1,36), ano em que teve a melhor posição na ordenação (97ª). Em 2008 a posição cimeira é ocupada pelo Luxemburgo.

Refira-se ainda que Angola teve neste indicador uma melhoria muito significativa.

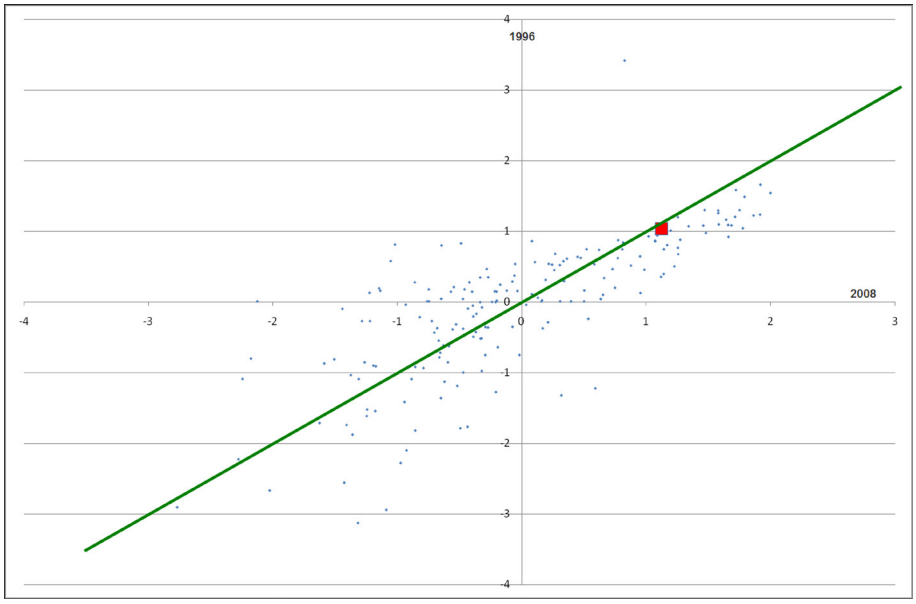
6. Na *Eficácia Governativa*, Portugal tem em 1996 um índice de 1,00, ocupando a 83ª posição e em 2008, um índice de 1,05 (num mínimo de -2,51 e um máximo de 2,53), com a 82ª posição. Como se verifica a posição neste índice é pior que nos anteriormente referidos.



Portugal apresenta uma posição relativa mais modesta, mas apresenta uma relativa estabilidade de posição. O valor mais elevado foi atingido em 1998 (1,40), quando também atinge a melhor posição (89ª). Em 2008 a posição cimeira foi ocupada por Singapura.

No que se refere a este indicador alguns dos países mediterrânicos da União Europeia tiveram significativas deteriorações de apreciação (Espanha e Itália).

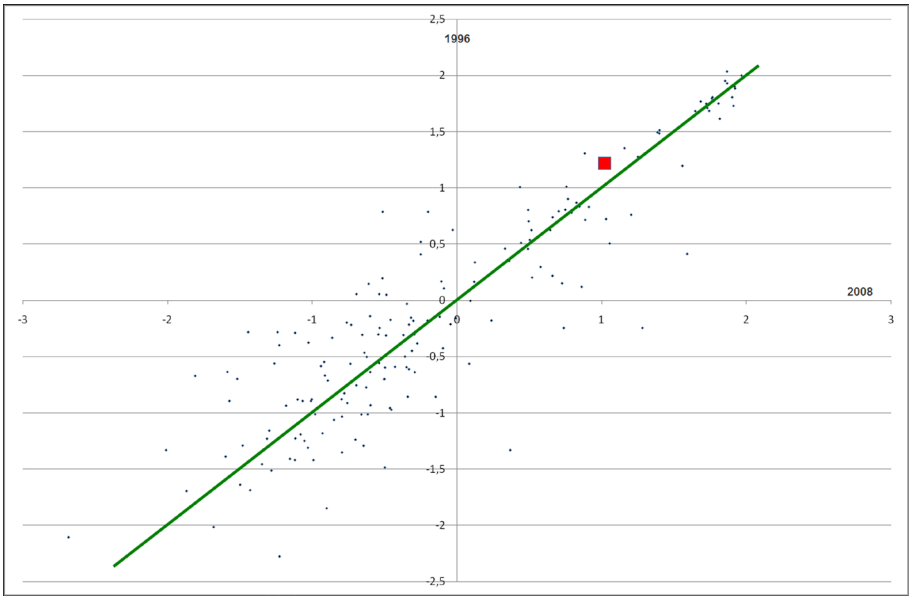
7. Na *Qualidade da Regulamentação*, Portugal tem em 1996 um índice de 1,03, ocupando a 88ª posição e em 2008, um índice de 1,12 (num mínimo de -2,77 e um máximo de 2,00), com a 84ª posição:



Como o gráfico mostra houve uma ligeiríssima melhoria no período considerado, o que aconteceu de forma massiva com os países em melhores posições, frequentemente mais intensa que Portugal. O ano de 2003 apresenta o valor mais elevado do indicador (1,21) embora a posição relativa melhor tenha sido alcançada em 1996 e 2002 (88ª posição). A posição cimeira em 2008 foi de Hong Kong.

Neste índice Angola apresenta uma forte melhoria de situação.

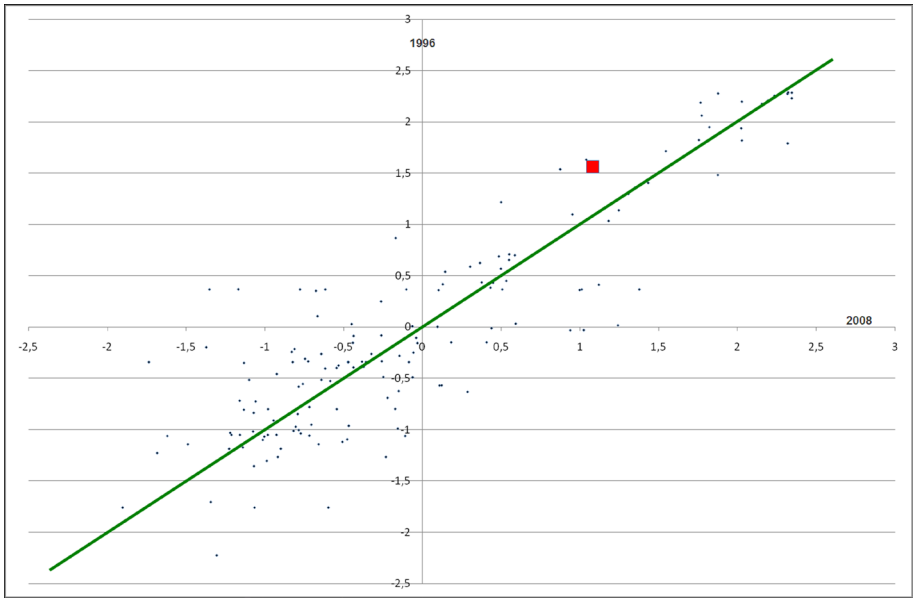
8. No *Estado de Direito*, Portugal tem em 1996 um índice de 1,22, ocupando a 86ª posição, e em 2008, um índice de 1,02 (num mínimo de -2,69 e um máximo de 1,96), com a 84ª posição:



Como o gráfico indica, neste importante indicador, há uma degradação da situação. O valor mais alto foi atingido em 2002 (1,27) e o mais baixo em 2006 (0,94). A posição melhor (88ª) e a pior (82ª) são atingidas respectivamente nos pares de anos 2002/2003 e 2006/2007. A posição cimeira foi ocupada em 2008 pela Noruega.

9. Finalmente, no *Controle da Corrupção*, Portugal tem em 1996 um índice de 1,56, ocupando a 91ª posição e em 2008, um índice de 1,08 (num mínimo de -1,90 e um máximo de 2,34), com a 83ª posição:

Nesta matéria há uma notória degradação da situação. É nos três últimos anos que a sua posição relativa é pior (83ª), embora o valor mais baixo seja o de 2006 (1,06). Estes dados confirmam a informação do índice da Transparência Internacional (ver crónica "Atenção à corrupção, mas nem só desta vive o defraudador"), mas de uma forma mais veemente, quer porque a degradação é revelada como mais acentuada quer porque os dados da TI são confirmados por mais uma dezena de fontes diferentes.



Em 2008 a posição cimeira foi ocupada pela Finlândia.

O país europeu, e da União Europeia, que neste mesmo período apresentou uma degradação muito significativa foi a Grécia.

10. Em síntese, no que se refere à boa governação a última década foi perdida. Em vez de a melhorarmos ou mantivemo-la ao mesmo nível ou piorámos. Atrevemo-nos a admitir que 2009 e 2010 serão de continuidade desta tendência.

Eduardo Lourenço (*Nós e a Europa ou as duas razões*) alertava que a hiperidentidade portuguesa comportava uma componente mórbida: "Quando se nasce numa comunidade deste tipo, o perigo não é o perder a *identidade*, é o de confundir a particularidade dela com a *universalidade*, o de não ser capaz, senão à superfície, de se abrir e dialogar com *o outro*, o de nos imaginarmos narcisicamente o *centro do mundo*, criando assim uma espécie de referências autistas onde naufraga o nosso sentimento da realidade e da complexidade do mundo." (pág. 14).

Não será possível romper com esta situação, revertendo o "orgulho nacional" numa capacidade de elevação ética, num reforço da memória de longo prazo, numa dignificação da maioria dos portugueses criando

melhores condições de vida, mais esperança no futuro, mais confiança nas suas capacidades?

Talvez. Se, e só se, fizermos por isso.

Que cada um de nós o assuma e concretize, que os políticos percebam que governar não é uma operação de marketing eleitoral!

Carlos Pimenta
2010-05-06

PRESCRIÇÕES DE MILHÕES

O jornal Público de 2.9.10 titulava que os processos fiscais prescritos no período de 2006 a 2008, nos serviços de finanças de Lisboa e Porto, implicavam mais de mil milhões de euros de receita perdida.

O número em causa é, só por si, capaz de causar calafrios a qualquer contribuinte, muito particularmente em tempos de descontrolo do défice orçamental e aumento de impostos. Na verdade, num cálculo muito lato, considerando os contribuintes efectivos de IRS, representa cerca de 400 euros de sobrecarga a cada um.

Mas não foi isso que me tocou particularmente. Foi, sim, o facto da notícia ter despertado uma memória que, no baú das recordações, de quando em vez é reactivada. Demasiadas vezes para o meu gosto.

A empresa era pequena, familiar e com problemas financeiros. Eu era jovem, cheio de energia, necessitava de arredondar o rendimento mensal e tinha o "know how" de que o empresário precisava. Tornei-me consultor da empresa.

Desde o início se tornou evidente que um dos grandes problemas desta era a promiscuidade existente entre a vida pessoal dos sócios-gerentes e a actividade empresarial. A caixa da empresa funcionava como uma espécie de poço sem fundo onde todos metiam a mão e cada um enchia o bolso. Bem, mas para além dessa bizarria, que melhor ou pior se foi controlando, a empresa possuía uma característica que tornava a sua gestão complicada: a sazonalidade da actividade. Sobretudo nos meses de Inverno, a actividade comercial quase parava, por falta de mercado, mas a industrial continuava a produzir para "stock".

Num dos Invernos mais rigorosos de que me lembro, a gerência teve que tomar uma decisão: ou pagava os salários aos operários, ou pagava as contribuições à Segurança Social (SS). Foi aquela a decisão tomada. Ganharam os operários.

Entretanto, chegou o ofício da SS a notificar a falta e a solicitar o pagamento dos meses em dívida. Mas os negócios não estavam a correr da melhor maneira e não se pôde evitar que as prestações em atraso baixassem a contencioso e a respectiva cobrança judicial tivesse início. Mais uma preocupação a juntar a muitas outras.

O aviso-intimação da Administração Fiscal chegou rápido, com indicação de que seriam penhorados bens da empresa julgados suficientes à cobertura do valor em dívida. Mas o facto é que os meses foram passando e os oficiais de justiça não apareciam a concretizar a ameaça. Tudo se passava como se a dívida não existisse. Até os gerentes pareciam andar esquecidos do assunto. Quando eu lhes falava do assunto a recomendação que me faziam era para que "não me preocupasse, pois o assunto estava sob controlo". E os meses iam-se sucedendo, dois Invernos chegaram e partiram. Quase como se a dívida à SS não tivesse passado de um sonho mau. A única certeza de que de não se tratava efectivamente de um sonho era o registo contabilístico que a discriminava entre muitos outros passivos.

Entretanto, outros desafios profissionais surgiram e eu deixei a empresa. E só por mero acaso, muito mais tarde, vim a saber como a dívida tinha estado controlada. Numa altura em que os processos ainda não eram traduzidos em bits e bytes como hoje, mas de papel grosso arrumado em dossiers e arquivados em ficheiros metálicos, o funcionário das finanças encarregado das cobranças coercivas arrumava tais processos por ordem decrescente de prioridade na resolução. Neste esquema organizativo de grande simplicidade, sempre que o processo da empresa chegava à dianteira da lista das prioridades era por ele, sistemática e arbitrariamente, remetido para o fim da fila.

Não sei qual o incentivo do funcionário para adoptar tal atitude. Talvez fosse a militância partidária que era da mesma cor da dos gerentes da empresa; talvez fosse uma qualquer benesse que lhe fosse atribuída sem passar pelos livros da contabilidade empresarial. O certo é que o processo foi passando para o fim do ficheiro uma vez, outra e outra, à medida que o tempo passava.

Uma eventual prescrição não ocorreu porque, entretanto, o chefe da repartição de finanças local foi substituído e o novo fez um levantamento exaustivo das dívidas em cobrança coerciva e respectivas antiguidades. Facilmente se apercebeu do atraso da dívida da empresa e passou a colocar

sobre esta uma pressão quase diária, de modo a assegurar a respectiva cobrança.

A empresa acabou por pagar essa dívida, mas não sobreviveu a muitas outras que veio a contrair. Hoje não existe.

Não sei se o "zeloso" funcionário alguma vez chegou a ser punido ou sequer admoestado. No entanto, para mim, sempre que ouço falar de prescrições de dívidas e do desaparecimento de processos de avultadas dívidas não posso deixar de pensar neste caso.

Talvez eu seja injusto ao assumir, sem mais, que por detrás das prescrições de dívidas fiscais tendem a estar sempre atitudes desonestas de funcionários que são contratados e pagos para cuidar da coisa pública como se sua fosse. Mas não posso evitá-lo. É por isso, também, que sou um acérrimo defensor da rotação regular dos cargos hierárquicos na Administração Pública; e de que as nomeações em tais cargos, sem excepção, sejam baseadas no mérito dos candidatos.

Hoje, com as denominadas nomeações de confiança política, que preenchem quase de alto a baixo a estrutura dirigente daquela administração, é meio caminho andado para que a culpa associada às desonestidades praticadas morra completamente solteira.

Paga o contribuinte. E paga a sociedade como um todo, pelo desincentivo que resulta da impunidade instalada a todos os níveis da causa pública.

José António Moreira
2010-11-30

DIA INTERNACIONAL CONTRA A CORRUPÇÃO

> "(...) em Portugal [n]ão é corrupto quem quer. É preciso saber fazer as coisas bem feitas e seguir a tramitação apropriada. Não é acto que se pratique à balda, caso contrário o tribunal rejeita as pretensões do candidato. "Tenha paciência", dizem os juízes. "Tente outra vez. Isto não é corrupção que se apresente." (Ricardo Araújo Pereira, "Este país não é para corruptos", Visão)

1. Um dia especialmente dedicado à luta contra a corrupção tem uma raiz sólida: comemora o dia em que os primeiros países assinaram, em 2003, a Convenção da ONU contra a Corrupção, a qual foi aprovada por Portugal em 2007.

Qual dos ditados populares se aplicará nesta situação "Em casa de ferreiro espeto de pau" ou "Depois de casa roubada trancas à porta"? Provavelmente os dois.

Os optimistas dirão que a existência de um dia internacional contra a corrupção tem a inolvidável vantagem de nos obrigar um dia por ano a pensar que a corrupção existe, que ela prejudica todos os cidadãos – menos os envolvidos na tramóia – e corrompe a democracia. Os pessimistas argumentarão que ficam 364 dias para continuar a corromper, fingir que "o rei não vai nu", e continuar a manipular com a consciência tranquila.

Provavelmente os corruptores e os corrompidos (artistas do suborno, das gratificações ilegais ou da extorsão) podem ser optimistas ou pessimistas, mas a esmagadora maioria dos cidadãos só podem ser ou resignados perante tais vilanias ou cidadãos de corpo inteiro dispostos à luta contra práticas sociais que agravam as desigualdades económico-sociais, que geram subdesenvolvimento, que deterioram a democracia.

Cidadãos que não aceitam que se confunda alguns usos e costumes tradicionais reflectidos pela nossa ruralidade – "pedir ao amigo do nosso amigo para" – com as grandes corrupções associadas à economia ilegal, à ruptura com a ética e a responsabilidade social, à ditadura do dinheiro, ao branqueamento de capitais, ao crime de colarinho branco e à criminalidade organizada.

Para muito de nós, o dia tem 365 dias de luta contra a corrupção. O dia 9 de Dezembro apenas nos acrescenta o calor da solidariedade internacional nesta batalha comum.

2. Corrupção, mas não só. Aquela é a ponta visível do imenso mundo encoberto. Se ela própria gera recursos à margem de qualquer registo, operações em praças financeiras offshore completamente opacas a qualquer investigação, branqueamento de capitais, ela também é o resultado de tudo isso. A fuga ao fisco pode ter canais privilegiados de informação, especialistas do arquivamento e da caducidade e investigadores de vistas curtas. As actividades legais pelo seu objecto mas ilegais pela forma como se realizam podem ter fiscais desatentos, regulamentos esquecidos, centros de decisão sensíveis a dinheiro inesperado e sem trabalho. As actividades ilegais decorrem nas malhas da sociedade aberta e democrática em que vivemos pelo que precisam de ter cumplicidades, amizades que se compram, informações prodigiosas, cegueiras e surdezes milagrosas. A criminalidade internacional sabe como comprar favores, manipular pessoas, continuando a ser "o polvo". A corrupção emerge nestas múltiplas situações, metamorfoseia-se e reproduz-se como vírus mortal.

Se muitas formas de corrupção assumem a forma simplista de uma relação monetária entre indivíduos provavelmente algumas das mais importantes não se manifestam de forma tão ingénua. Envolvem organizações, formas de compensação diversa, financiamento aos partidos políticos.

3. A corrupção tem uma natureza sistémica.

Por isso, o Observatório de Economia e Gestão de Fraude decidiu comemorar o Dia Internacional Contra a Corrupção com a apresentação pública de um Índice da Economia Não Registada, um indicador, em percentagem do Produto Nacional, da evolução das actividades que não figuram na contabilidade social, nos dados oficiais.

Os dados são preocupantes: no mínimo, a economia sombra é um quarto do Produto Nacional e a tendência ao longo dos anos é de aumento.

Carlos Pimenta
2010-12-08

O NOVO REGIME GERAL DAS TAXAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

A Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro veio aprovar o novo regime geral das taxas das autarquias locais (RGTAL). O seu principal objectivo foi criar finalmente mecanismos de controlo às taxas praticadas pelas autarquias locais, controlo esse que era praticamente inexistente.

A taxa caracteriza-se por ser uma prestação coactiva devida a um ente público, distinguindo-se dos impostos por ser dotada de natureza comutativa, isto é, por constituir uma contraprestação devida por um serviço ou utilidade que a entidade pública prestou àquele que tem de a pagar. Nos termos do artigo 3.º do RGTAL, a cobrança de uma taxa pela autarquia local pode ter na sua origem uma de três situações: i) a prestação de um serviço pela autarquia; ii) a utilização privada de bens do domínio público e privado da autarquia ou iii) a remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição da autarquia, nos termos da lei.

Por força do princípio da equivalência jurídica (também designado princípio do ganho privado), previsto no artigo 4.º do RGTAL, o valor das taxas tem de ser fixado em função do custo da actividade para o ente público ou do benefício auferido por aquele que dela aproveita.

De entre as inovações trazidas pela Lei n.º 53-E/2006, aquela que mais se destaca diz respeito às novas exigências legais para criação das taxas das autarquias, estatuídas no artigo 8.º. Assim, o regulamento de criação das taxas das autarquias locais tem de conter, sob pena de nulidade: "a) A indicação da base de incidência objectiva e subjectiva; b) O valor ou a fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar; c) A fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos directos e indirectos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local; d) As isenções e a sua

fundamentação; e) O modo de pagamento e outras formas de extinção da prestação tributária admitidas; f) A admissibilidade do pagamento em prestações." Estes regulamentos têm ainda de fixar as regras relativas à liquidação e cobrança das taxas (artigo 10.º do RGTAL).

É de louvar a iniciativa legislativa em causa e as preocupações de transparência nela ínsitas. Senão analisem-se algumas das tabelas de taxas anteriores à Lei n.º 53-E/2006 e verifique-se a hipertrofia de taxas e de isenções, a confusão entre taxas e preços de direito privado e sobretudo a falta de conformidade entre o custo da actividade pública local e/ou o benefício auferido pelo particular e o valor concreto da taxa.

Sucede porém que as boas leis de pouco ou nada servem sem uma correcta aplicação e sindicância. A acentuada diversidade de dimensão das autarquias locais em Portugal, associada à escassez de meios técnicos e humanos qualificados, a deficientes dados contabilísticos e à actual crise financeira vieram adiar sucessivamente a obrigatoriedade dos regulamentos de taxas vigentes obedecerem às exigências do artigo 8.º, o que veio a acontecer em 30 de Abril de 2010 (Lei n.º 117/2009, de 29 de Dezembro).

Ora, decorridos quase 10 meses sobre esta data impõe-se uma avaliação. Conseguiu o RGTAL efectivamente purgar as anteriores tabelas de taxas da multiplicação de tributos associados a uma mesma actividade da autarquia ou dos preços de direito privado? Ou ainda, qual a relação que existe entre os estudos de fundamentação económico-financeira e os valores efectivos das taxas que estão a ser cobrados? E qual o rigor/credibilidade dos dados constantes desses mesmos estudos de fundamentação económico-financeira? E qual o peso que a possibilidade de introduzir um coeficiente de desincentivo à prática de certos actos ou operações (artigo 4.º, n.º 2 RGTAL) está efectivamente a ter?

A resposta concertada a nível nacional às questões colocadas acima permitir-nos-á avaliar do impacto efectivo do RGTAL no aumento da transparência na cobrança de taxas pelas autarquias locais. Até lá, sugerimos a análise do estudo efectuado por Manuela Costa e Sara Serra, do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, com respeito aos novos regulamentos de taxas das autarquias locais de Guimarães, Esposende, Ponte da Barca e Vizela (*A aplicação da Lei n.º 53-E/2006 nas autarquias locais: principais conclusões*" (1).

NOTAS:

1. Disponível em http://www.aeca.es/pub/on_line/comunicaciones_xivencuentroaeca/cd/81f.pdf

Mariana Costa
2011-02-17

BAGUIM DE ALFORGES E A GLOBALIZAÇÃO

1. É fim-de-semana. Enquanto os filhos rebolam na relva e inventam jogos, Alberto e Carla jogaram ténis, tomaram duche, descontraíram-se no *jacuzzi*, vestiram-se, colocaram o gelo no copo de *whisky*, espraiaram-se no sofá, lançaram um olhar aos filhos, respiraram o ar oxigenado, miraram o lago artificial e, mais ao longe, o verde do campo de golfo.

– Está-se bem! Estou feliz com esta nova casa. Espaçosa, com uma arquitectura única, num local aprazível, com muito espaço e segurança para os miúdos, afastada do bulício e tão próxima de tudo.

Alberto olhou o relógio, viu os seus últimos e-mails no *iphone* e voltou a fixar-se no difuso infinito.

– Quem conheceu isto, longe de tudo, apenas garantindo a parca sobrevivência dos que escarafunchavam estas terras; nunca conseguiria imaginar o paraíso em que esta região se tornou, prosseguiu Carla.

2. Ela nunca conseguiria imaginar, mas Eng. Ricardo conseguiu-o, com maestria. De facto todos aqueles terrenos eram agrícolas e pouco produtivos. Garantia uma agricultura de sobrevivência, dirigida essencialmente para o mercado local e regional. Terras passadas de geração em geração, mantidas por apego à tradição e ao animismo. O cargo político que tinha, a trama de relações pessoais e empresariais que aquele lhe facultava e a sua sistemática manipulação da informação permitiram-lhe que fosse tomada uma decisão fundamental para o país – obviamente para o país, logo para todos! –, que mudaria radicalmente aquela região. Lisboeta de nascimento e coração, mais apaixonado pelo poder que pelo amor, nunca se preocupou em saber quais as consequências das decisões em curso sobre os habitantes da região. O "país" e o "desenvolvimento" são mais importantes que essas minudências.

Foi no cumprimento do seu dever a pensar no nosso desenvolvimento que a decisão foi tomada. Como em todas as opções daquele tipo, tudo deveria

manter-se confidencial até à confirmação da decisão, até à plena garantia de que os impactos ambientais, os financiamentos comunitários, os relatórios técnicos, o cabimento orçamental e outras burocracias estivessem resolvidos. Confidencial até ao anúncio público. O Eng. Ricardo estava proibido politica, legal e eticamente de utilizar aquela informação.

O Eng. Ricardo gostava do politicamente correcto, mas não era "estúpido". Defendia o país, mas este tanto o englobava a ele como aos camponeses da região. Quem tinha tomado a decisão correcta que ia alterar a região de Baguim de Alforges foi essencialmente ele, e não os que lá viviam secularmente e que nunca manifestaram empreendorismo, capacidade de alterar a sua situação. A bem da nação sim, mas que também o seja a bem dele e não só dos proprietários da região. Quando o projecto for para frente os terrenos valorizar-se-ão imenso. Talvez o preço do metro quadrado multiplique por quinhentos ou mil.

Resolveu conversar com o Dr. Perestrelo, pessoa de fino trato e grossos capitais, conhecedor da subtileza e temente da lei, proprietário de várias empresas, umas radicadas em Portugal outras em "praças financeiras internacionais". O jantar correu bem. A mensagem foi passada sem propriamente ter sido dita. O Dr. Perestrelo não se esqueceria dele.

3. A empresa Sonhos & Cª. resolveu comprar todos os terrenos da região. Terrenos agrícolas sem grande valor, sem utilidade relevante, mas que serviam para os seus "projectos loucos", como se dizia na povoação de Baguim. Foi uma operação lenta, feita directa ou indirectamente, utilizando vários intermediários, sem levantar suspeição, lançando boatos infundados, fazendo aqui e ali pressão junto de alguns mais renitentes. Muitos já lhe adivinhavam a falência, mas o que interessava é que já tinham recebido o seu dinheiro.

E a falência aconteceu. Sonhos & Cª. não superou as suas dificuldades económicas, vendeu os terrenos à empresa Beautiful Home, com sede nas Ilhas Virgens Britânicas, na região das Caraíbas, representada em Portugal por um escritório de advogados. Porque os terrenos continuavam a não ser urbanizáveis e porque as dívidas aos credores colocavam a empresa Sonhos & Cª. com pouca capacidade de manobra, a transacção foi realizada por um valor baixo.

Beautiful Home é uma empresa essencialmente de capital "português" (esta tendência que continuamos a ter de que o capital tem nacionalidade!), pertencendo a um conjunto de empresas, geridas de forma autónoma e

com poucas ligações visíveis à empresa-mãe, cujo accionista principal é um banco.

4. Finalmente o Governo anunciou o conjunto de medidas que vão alterar completamente as condições de vida em Baguim de Alforges, em toda aquela vasta região. De região isolada e agrícola passará a ser urbana, integrada na Europa e no mundo. Os preços dos terrenos multiplicaram por quatrocentos e a procura de habitações tenderá a tornar-se explosiva. A Beautiful Home decidiu fazer um vasto conjunto de urbanizações de luxo nos terrenos adquiridos, a que não faltará um lago artificial, um campo de golfo, um conjunto de serviços, incluindo assistência médica permanente.

Contrata a Construções & Serviços SARL, uma outra empresa do grupo, para coordenar a construção, desde o projecto de arquitectura aos acabamentos. Um contrato chave-na-mão que exige qualidade e celeridade. Tratando-se de uma empresa do mesmo grupo, partilhando os interesses do mesmo capital haverá maior possibilidade de acordar preços de forma a minimizar a carga fiscal de ambas. Melhor, de todas as empresas envolvidas.

Construções & Serviços subcontrata profissionais liberais e empresas de estudos e construção civil para a realização de diversas fases do projecto. O fundamental é que cumpram os prazos, que façam o serviço com qualidade -- para o garantir estarão sempre sob vigilância. Se utilizam imigrantes ilegais, cumprem ou não os seus compromissos legais, é problema que não lhe diz respeito. O que vai constar do seu relatório de responsabilidade social nada tem a ver com isso. Dirá respeito às condições ambientais, à melhoria da qualidade de vida das populações locais e outras coisas parecidas. Porque haveria de analisar as condições de trabalho nas empresas contratadas se também não analisa o perfil e integridade dos accionistas, a proveniência do dinheiro investido nas acções da empresa?

5. Alberto e Carla trataram da compra do seu apartamento com a Jardins de Alforges Lda. Com escritório em Madrid e sucursal junto do empreendimento, mas cuja sede social se encontra nas Ilhas Caimão, conjunto de ilhotas nas Caraíbas, território britânico, possuindo provavelmente a maior densidade de empresas por metro quadrado, muitas delas com a dimensão de uma caixa de correio. É uma das várias empresas a quem Beautiful Home subcontratou a mediação imobiliária, tendo todas elas em comum sócios e capital. Alberto, que acompanhou mais de perto os procedimentos de aquisição não teve, contudo, qualquer trabalho adicional.

Só sabe que já não pôde escolher a habitação que mais lhe agradava, porque já estava vendida e que actualmente todas as residências estão ocupadas. O sucesso comercial foi enorme. A crise imobiliária é uma realidade, mas não o é para os complexos habitacionais de grande luxo. Os lucros das empresas envolvidas em alguma fase do empreendimento foram enormes, excepção feita, como referimos, à Sonhos & Cª.

6. Embora "amigos amigos, negócios à parte", os "amigos são para as ocasiões" e estas brotaram da "inconfidência" de Eng. Ricardo e de Sonhos & Cª. ter servido de tampão entre a ilegalidade e a legalidade. Não é, pois, de estranhar que Jardins de Alforges Lda e outras empresas que procederam à venda do empreendimento, tivessem que pagar "serviços intangíveis" à Marketing Love, localizada em Gibraltar, "território britânico ultramarino" cravado no sul de Espanha. É que o proprietário desta empresa "responsável" pela concepção da marca, símbolos e campanha publicitária é o empresário falido da Sonhos & Cª.

É aquela empresa que fará uma aplicação financeira de dois milhões de dólares a favor da conta que Eng. Ricardo tem nas Ilhas Karibati, no Oceano Pacífico. Estas ilhas estão em desaparecimento progressivo devido ao aquecimento global e à subida das águas dos Oceanos, mas as contas bancárias não correm o risco de se afundarem.

*
* *

Todas as histórias, mesmo quando não começam por "era uma vez" comportam os seus ensinamentos. Cada um que os tire deste entrelaçamento entre economia subterrânea, economia ilegal e economia oficial, entre procedimentos legais e ilegais. Uma história da época da globalização com paraísos (*offshores*) opacos, e renitentes à colaboração, espalhados pelo mundo, com intermediações e desfasamentos temporais susceptíveis de apagar os traços das ilicitudes. Uma história digna da globalização: com empreendores, com internacionalização do capital, com praças financeiras internacionais e outras coisas que tais. Apenas os habitantes seculares de Baguim de Alforges são uma "carta fora do baralho", mas por que razão ainda nos deveríamos recordar deles?

Cada um que retire as suas lições de moral. Pela nossa parte apenas deixamos duas perguntas:

- No 1º Artigo do Tratado da União Europeia afirma-se que o "tratado assinala uma nova etapa no processo de criação de uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa, em que as decisões serão tomadas de uma forma tão aberta quanto possível e ao nível mais próximo possível dos cidadãos", parte do desejo de "aprofundar a solidariedade entre os seus povos, respeitando a sua história, cultura e tradições", de garantir o "Estado de direito". Será esta bondade de afirmações compatível com a concorrência desleal entre países, a falta de transparência e o apoio aos "mais fortes" e manipuladores permitido pelas "praças financeiras internacionais", as *offshores*?
- Muitos sectores da sociedade, perante a dificuldade de se ser (reconhecido como) corrupto em Portugal, têm defendido uma "lei do enriquecimento ilícito", uma lei que exija que alguns tenham que justificar a origem da sua riqueza, inexplicável perante os rendimentos legalmente usufruídos. Estamos convencidos que ajudaria a esclarecer algumas situações e que não é inconstitucional. Contudo não seria, como afirmou Carlos Anjos na Grande Entrevista do Rádio Clube, um "presente envenenado"? Que validade efectiva teria uma tal lei com a existência de *offshores* e liberdade da sua utilização? Que validade efectiva teria sem haver antes a equiparação do direito de usufruto ao direito de posse? Não seria mais uma forma avulsa de combater a corrupção e similares, sem pôr em causa o sistema em que aquela se insere?

Era uma vez ...

Carlos Pimenta
2011-06-08

POLÍTICA E NEGÓCIOS

Quase todos nós reconhecemos que a fraude e a corrupção representam obstáculos ao desenvolvimento político, social e económico, sendo isso mesmo demonstrado por numerosos estudos (muitos deles realizados por especialistas do Banco Mundial). Suspeitamos também que as conexões políticas das empresas têm um impacto igualmente negativo a esses níveis. No entanto, pouco se sabe sobre os eventuais benefícios colhidos pelas empresas com conexões políticas. Que parte do sucesso destas empresas depende dessas conexões e em que medida se diferenciam tais empresas das empresas sem conexões políticas são questões que merecem reflexão. Mais importante ainda é saber se a difusão de tais conexões se traduz em custos económicos e sociais.

A este propósito, é impossível não mencionar a edição recente de um livro co-escrito por Jorge Costa, Luís Fazenda, Cecília Honório, Francisco Louçã e Fernando Rosas, com o sugestivo título "Os Donos de Portugal - Cem Anos de Poder Económico (1910-2010)". Neste livro, os autores dão-nos conta, entre outras coisas, da promiscuidade entre poder económico e poder político em Portugal. A laboriosa recolha e análise dos percursos de 115 ministros e secretários de Estado de PS, PSD e CDS desde os anos 1970, permitiu aos autores verificar a existência de uma relação muito forte entre o poder político e o poder económico. Por exemplo, verificaram que um em cada cinco dos ministros e dos secretários de Estado que tomaram todas as decisões sobre economia em 30 anos passou pelo BCP e um em cada dez pelo grupo Espírito Santo. Colocam-se agora as questões relevantes de saber se a existência de tais conexões políticas se traduz em benefícios para as empresas e se delas derivam implicações negativas para a sociedade portuguesa. Não existem estudos que nos permitam responder a estas questões relativamente ao caso português. No entanto, existem diversos

estudos efectuados a nível internacional que nos podem ajudar a compreender a importância de suscitar o problema.

No que diz respeito à primeira questão, alguns trabalhos recentes têm apontado os benefícios provenientes de conexões políticas. O leque de benefícios é vasto, abrangendo desde acesso preferencial a crédito a aumentos do valor de contratos públicos, passando por maior probabilidade de receber ajuda governamental no caso de problemas financeiros. No que diz respeito à segunda questão, podemos suspeitar que a distorção em termos da afectação de fundos públicos resultante da existência deste tipo de conexões políticas poderá ter repercussões importantes em termos de desenvolvimento económico e social.

Dois artigos muito recentes de Mara Faccio (Purdue University), autora que se tem dedicado a explorar este tipo de questões, vieram contribuir de forma significativa para o conhecimento sobre as repercussões desta realidade. Num primeiro artigo, publicado em 2010 na revista *Financial Management*, são apresentados resultados de um estudo que vêem reforçar evidências apresentadas em estudos anteriores, de acordo com as quais empresas com conexões políticas obtêm empréstimos mais facilmente e com condições mais favoráveis, nomeadamente de bancos controlados pelo Estado, e gozam de um tratamento fiscal favorável. Num segundo estudo, publicado em 2011 na revista *Journal of Accounting and Economics*, apresenta-se evidência de que a qualidade da informação contabilística divulgada pelas empresas com conexões políticas é inferior, o que sugere uma menor transparência por parte destas.

Estes estudos servem, no mínimo, para nos colocar de sobreaviso e nos fazer reflectir sobre esta problemática das conexões políticas e da sua inter-relação com a transparência e a corrupção nas empresas. Quanto a mim, olho com bastante desconfiança para esta realidade das relações entre poder económico e poder político. Legislação clara sobre este aspecto poderá contribuir para diminuir o risco inerente a este tipo de relações.

Manuel Castelo Branco
2011-07-28

UM SISTEMA LEGAL DOENTE: A EPIDEMIA DOS CONFLITOS DE INTERESSES EM PORTUGAL

O primeiro artigo que escrevi para a Visão, em co-autoria com uma jovem advogada, presentemente a trabalhar num escritório de advocacia no Brasil, versava sobre o problema grave dos conflitos de interesses em Portugal.

Volto novamente a revisitar o tema, com uma convicção formada que a raiz deste problema reside no nosso sistema legal, todo ele alicerçado em excepções ou 'contra-regras'.

Em palavras simples, temos um legislador que define correctamente os normativos legais, necessários para um bom funcionamento das instituições, profissões, etc., mas acaba sempre, invariavelmente, por admitir excepções, de forma a acomodar interesses ou valores privados.

Começo pela minha profissão, professora universitária, e pelo estatuto que a rege: o ECDU. Elencam-se neste estatuto os deveres e obrigações dos académicos mas logo adiante se admitem várias excepções, nomeadamente a possibilidade de manter o meu posto de trabalho, caso pretenda seguir uma carreira política, etc.. Quando explico estas modalidades de entrada e saída de instituições ou empregos públicos, a colegas meus no estrangeiro, abrem a boca de pasmo.

Esta 'flexibilidade laboral' que, no limite, pode paralisar uma instituição, - imagine-se, por exemplo, todos os académicos a enveredarem por carreiras políticas e, simultaneamente, manterem os seus lugares, gabinetes nas universidades...- não se traduz só em entradas e saídas de conveniência pessoal, com eventual prejuízo para a instituição, mas poderá também gerar prejuízos para a economia, Estado e mesmo configurar ilícitos de natureza criminal.

O Estado, ministérios, empresas públicas não precisam de ir muito longe para acautelar os seus interesses, que são também os interesses dos

contribuintes portugueses: basta atentarem nos mecanismos utilizados por entidades privadas, aplicáveis às entradas e saídas dos seus funcionários. Por forma a salvaguardar o seu negócio, por exemplo, as empresas obrigam os seus funcionários a assinarem pactos de não concorrência, por forma a evitar fugas de informação ou concorrência desleal. Trata-se do 'período de nojo', já referenciado pelo presidente do Tribunal de Contas, em entrevista recente ao jornal Público.

Esta flexibilidade do emprego público pode também traduzir-se em acumulações, por vezes compatíveis mas outras vezes 'incompatíveis' até para o mais simples e comum dos mortais. Como é possível?

A Lei ou os respectivos estatutos profissionais permitem e 'incentivam' esta flexibilidade que só gera incompetência, atrapalha as instituições e não permite uma gestão eficiente e de longo prazo.

A consequência derradeira salta à vista de qualquer um: conflitos de interesses e corrupção.

Glória Teixeira
2011-09-01

ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. DE QUE ESTAMOS A FALAR?

1. Enriquecer é bom para quem o consegue, seja uma pessoa ou uma sociedade. A riqueza não dá a felicidade mas ajuda muito. A riqueza social, vulgo desenvolvimento, não é a única vertente de um progresso humano sustentado, mas ajuda muito.

O enriquecimento de uns pode, contudo, significar o empobrecimento de outros. Os recursos são limitados, a liberdade (formal ou de ação) de uns pode ser a sua ausência para outros, a propriedade de uns pode ser a sua inexistência para outros. Acontece todos os dias em todas as sociedades, acontece entre estas quando uns dominam ou colonizam (militarmente ou não) outros povos.

A desigualdade na distribuição da propriedade (o que se possui) e do rendimento (o que se recebe) causa conflitos sociais de vários tipos, desde sempre. É a luta (tensão, angústia, conflito) entre pobres e ricos, em cada sociedade e entre sociedades. Conforme a época histórica, o conhecimento então existente do funcionamento da relação entre os homens, as conceções filosóficas, religiosas, políticas e ideológicas existentes, assim as propostas e as realizações para influenciarem essas desigualdades económicas e sociais.

No último século foram dominantes três posições: (a) a distribuição dos rendimentos e da riqueza deve ser feita de acordo com as necessidades (objetivas) de cada um; (b) as desigualdades sociais são o resultado de uma multiplicidade de fatores que não podem ser totalmente contrariadas sem pôr em causa o modelo de sociedade em que vivemos, mas é possível atenuar as diferenças, impedir as situações mais ultrajantes, gerar um bem-estar coletivo; (c) o fosso entre pobres e ricos é o resultado da dinâmica da economia, sustentáculo de toda a vida social, e não se deve contrariar o funcionamento espontânea dos mercados.

Os ricos e os pobres terão leituras diferentes destas possíveis saídas. Uns privilegiarão a primeira proposta, outros optarão pela última. A segunda pode ser aceite por ambos em gradações diferentes conforme a correlação de forças social e a estrutura classista do poder político.

Não é destas questões que se trata quando se fala do enriquecimento ilícito, mesmo que seja "ilícito" o velho padecer porque não tem dinheiro para cuidar da sua saúde ou milhões de crianças morrerem de fome.

2. Mesmo numa época como a que temos vivido nos últimos trinta anos, em que têm imperado as medidas políticas de agravamento das desigualdades sociais, considera-se que a riqueza deve resultar das atividades de cada um, obedecendo às regras de convivência social estabelecidas pelos usos e costumes, pela moral dominante vigente e pelas leis.

Generalizadamente não é aceite que alguém roube para aumentar o seu património. Também não é aceite, menos generalizadamente, que uma instituição utilize trabalho infantil ou escravo para ter menos encargos e obter maiores lucros no fim do ano. Também não é aceite, muito menos generalizadamente, que alguma pessoa, individual ou coletiva, fuja às suas obrigações fiscais. A lei também não aceita muitos outros comportamentos, mas a forma escondida como se processam, fazem com que não haja uma sensibilidade social para a sua importância: a apropriação indevida de bens feita de forma velada (sem conhecimento do roubado), algumas atividades económicas que não aparecem à luz do dia (do trafego de órgãos humanos à venda de crianças para adoção, do negócio de mercenários à lavagem de dinheiro, da comercialização de peixe capturado ilegalmente à apropriação informática da identidade, entre outros).

Destas atividades veladas apenas uma ou outra é explicitamente rejeitada pelas pessoas: o tráfico de droga, porque destrutura as famílias, ou a corrupção, porque choca ver alguns a engordar à custa dos outros (tanto mais chocante quanto o observador não lucre nada com isso).

As formas de enriquecimento, sem dúvida ilícito, reconhecidas pela generalidade dos cidadãos são muito poucas em relação à imensidão das existentes nos interstícios da nossa sociedade, nas empresas, no Estado, nos organismos internacionais. Bastava que nada disso existisse para que as desigualdades sociais fossem menores, menos injustas.

3. Se estamos perante enriquecimento ilícito porque é que as instituições não previnem e combatem suficientemente tais práticas, porque é que o sistema judicial não atua ou fá-lo em tão pequena escala?

Uma pergunta simples para uma resposta difícil, tantos são os fatores conducentes a tal situação.

Podemos invocar muitas razões: a sociedade prefere ignorar a existência de tais comportamentos ("política de avestruz"); muitas dessas ilicitudes são cometidas por pessoas respeitáveis e bem relacionadas (crime de colarinho branco), logo usufruem de cumplicidades espontâneas; as malhas dessas atuações assumem contornos por vezes muito diversificados; as fraudes foram cometidas com a competência suficiente para contornar a legislação existente; há toda uma organização económica internacional que facilita este tipo de crimes (livre circulação de capitais, *offshores*, desregulação, enfraquecimento do Estado). Estas e muitas outras razões como o primado do curto prazo sobre o estratégico ou os receios das empresas em macularem a sua imagem.

Mas provavelmente a mais importante é o facto de tais comportamentos serem velados.

Assim sendo o aproveitamento da existência de sinais exteriores de riqueza incompatíveis com as receitas declaradas (fiscalmente) seria uma forma de poder revelar o que estava encoberto. Caso as receitas inexplicadas fossem elucidadas gerariam os comportamentos adequados à sua existência: se fossem receitas não declaradas ao fisco pagaria o diferencial e a multa respectiva pela ausência de declaração; se fossem receitas resultantes de um desfalque, corrupção ou atividades ilegais, seria condenado por essas confessadas situações. Caso não fossem elucidadas haveria uma pena por "enriquecimento ilícito".

A existência de legislação neste sentido certamente não resolveria o problema, por razões que invocaremos num ponto seguinte e pela forma de organização da sociedade globalizada, mas poderia contribuir para o atenuar. Poderia reduzir o envolvimento em economia informal ou em atividades ilegais. Poderia aumentar o receio de fazer fraude, que, quando individualizada – isto é, sem ser por pertença a redes criminosas – tem frequentemente como motivos pressões de curto prazo inconfessáveis.

Certamente que não seria fácil de investigar, certamente que exigiria um maior número de efetivos ligados à investigação criminal, certamente que exigiria outras leis suscetíveis de complementar esta e estancar os canais de fuga legal, mas, como se costuma dizer, "o ótimo é inimigo do bom". Muitas poderiam ser as vias da sua deteção, mas provavelmente seria mais fácil denunciar essas situações, com provas concludentes, do que denunciar a

corrupção, como hoje se faz. O facto de um cidadão que ganha o salário mínimo nacional comprar para o filho um Ferrari é bem mais visível, demonstrável, que o pagamento de "luvas" a alguém.

Contudo, e *apesar das vantagens que poderia trazer, não é deste enriquecimento ilícito que se fala nos projetos de lei de criação do crime de enriquecimento ilícito*, e que esta semana tem ocupado a sociedade portuguesa, em resultado da discussão na Assembleia da República.

4. Quando se fala da criminalização do enriquecimento ilícito, quando se propõe esse aditamento ao Código Penal, está-se a pensar nos funcionários públicos, em geral, ou nos titulares de cargos políticos, numa leitura mais restritiva. Não é a economia não registada que está em causa, não é a fraude em geral que se pretende combater, mas apenas um tipo de fraude: a corrupção no Estado.

Apesar do seu âmbito de aplicação ser bastante limitado, apesar de não ser o único tipo de fraude com graves repercussões sociais, estamos perante uma situação grave.

Grave politicamente porque põe em causa a credibilidade dos políticos, das instituições e do sistema democrático – apesar da sua existência, associada à liberdade, tender a reduzir a corrupção. Grave porque frequentemente está associada a outros tipos de crimes, ao funcionamento de associações criminosas. Grave porque amplia as desigualdades sociais, porque gera um ambiente de impunidade e mina as relações éticas vigentes. Grave porque tem impactos desfavoráveis sobre as receitas do Estado, sobre o investimento estrangeiro e o crescimento económico, sobre a qualidade dos serviços públicos, sobre o bem-estar das populações. Grave porque é altamente contagioso, espalhando-se a grande velocidade.

Grave também porque se tem agravado nos últimos trinta anos. Dar voz aos anónimos "mercados" foi, simultaneamente, dar encobrimento a muitos defraudadores. Particularmente grave em Portugal porque a última década tem sido escandalosamente recheada por esse fenómeno. Grave pela existência de corrupção e pela impunidade que tem tido: ausência de condenações, ausência de cumprimento das condenações. De facto, neste país é difícil ser reconhecido como corrupto (ativo ou passivo).

Perante este panorama dramático da corrupção em Portugal, independentemente de qualquer consideração complementar, afinamento da lei ou urgência de outras medidas complementares, é de apoiar uma tal iniciativa legislativa.

5. Quem acompanhou o debate que sobre estas matérias se vem fazendo há alguns anos frequentemente ouviu uma afirmação, feita com aquela convicção que a ignorância de alguns políticos permite: "a proposta de lei de criminalização do enriquecimento ilícito inverte o ónus da prova, logo é inconstitucional."

Com todo o respeito que essas discussões jurídicas nos merecem, não podemos deixar de manifestar grande indiferença em relação a esse debate.

Em primeiro lugar porque uma leitura pragmática aconselha a partir da realidade social para a moldura jurídica, e não a restringirmo-nos a esta. O que a realidade nos mostra é a existência de uma escandalosa corrupção política e a total ineficácia da lei e das instituições de investigação para encontrarem provas e para estas serem válidas em tribunal. O que todos constatamos é o peso do formalismo e do processual sobre os factos.

Em segundo lugar a invocação política – não estamos a considerar as análises técnico-jurídicas – da inconstitucionalidade causam-nos sempre algum mal-estar. Segundo a constituição portuguesa "o domicílio e o sigilo da correspondência e dos outros meios de comunicação privada são invioláveis." Quando certos serviços públicos leram sem autorização prévia o correio eletrónico privado dos seus funcionários ninguém levantou o problema da inconstitucionalidade e moveu um processo contra o ministro da tutela. Segundo a constituição "é garantida aos trabalhadores a segurança no emprego, sendo proibidos os despedimentos sem justa causa ou por motivos políticos ou ideológicos.". Não vem sendo letra morta em muitos dos desempregados no nosso país?

Em terceiro lugar as posições dos juristas e dos factos são divergentes. Basta percorrer as referências ao problema nas audições na "Comissão Eventual para o Acompanhamento Político do fenómeno da Corrupção e para a Análise Integrada de soluções com vista ao seu Combate" para constatar um grande leque de posições: desde considerar que a aprovação desta proposta de lei seria um "retrocesso civilizacional" até aos que não vislumbram qualquer violação do sistema jurídico; desde considerar que o enriquecimento ilícito deveria apenas conduzir à penalização fiscal ou ao afastamento do cargo político à proposta de criminalização. Os factos mostram que esta criminalização não tem sido formulada na Europa (aliás um dos espaços mais permissivos hoje às fraudes, às atividades ilegais e ao branqueamento de capitais), mas outros países têm este crime no seu ordenamento jurídico; a "Convenção da ONU Contra a Corrupção" consagra

essa possibilidade, cabendo aos Estados assumir a posição mais adequada; o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem "tem sido algo permissivo em relação à evolução da legislação no sentido de colher a ideia de presunção de culpabilidade".

Entre a força das leis, que nestas matérias têm mostrado incapacidade de combater a corrupção política, e a força dos factos consideramos esta mais relevante. A prisão e condenação do Al Capone por razões fiscais, após nunca ter sido possível provar a sua ligação aos muitos assassinatos por ele ordenados, parece continuar a ser um bom exemplo da argúcia de combate ao ilícito.

6. De tudo o anteriormente afirmado poder-se-á concluir que faz sentido a proposta de criminalização do enriquecimento ilícito. Contudo temos diversas dúvidas e preocupações em relação à sua eficácia, o que apresentamos num ponto seguinte.

Antes disso um alerta. Se uma tal lei fosse aplicada à generalidade dos cidadãos, a sua função seria, de uma forma geral, contribuir para a redução da economia paralela (nomeadamente economia subterrânea e economia ilegal) e a prevenção e combate de todo o tipo de fraudes. Aplicando-se apenas aos cargos políticos, ou aos funcionários, e tendo-se iniciado a sua discussão em Portugal no contexto do combate à corrupção, parecem-nos avisadas as palavras de Dr. Júlio Pereira na referida comissão parlamentar:

> (...) acho que o enriquecimento injustificado [quiçá designação mais apropriada] não pode ser visto como um sucedâneo do crime de corrupção (...). Não é isso! Isso, aliás, seria desmotivar para a perseguição da corrupção, seria contraproducente se a finalidade fosse essa.
>
> O que acontece é que o crime de enriquecimento injustificado tem outras razões. (...) a confiança dos cidadãos na correcção da acção administrativa é ou não um valor que importa preservar?

Enfim, a sua existência justifica-se assim como se justifica a declaração de rendimentos, como se pugna pela transparência e visibilidade de todos os atos da administração pública.

7. Manifestemos, finalmente, *as nossas preocupações sobre a eficácia de uma tal legislação*.

Em primeiro lugar há muitas formas de encobrir património e "quem enriquece ilicitamente não vai dar os tais sinais exteriores". Muitas são do

foro pessoal (por exemplo, cofres) mas hoje está instituído todo um sistema formal e informal de movimentação de moeda e quase-moeda que escapa integralmente ao controlo dos Estados. As "praças financeiras internacionais", os *offshores*, são uma peça fundamental nesse processo. São uma forma de concorrência fiscal desleal (que pode ser reduzida, na parte legal e visível, por uma taxa sobre as transferências para paraísos fiscais) mas é também uma via de criar empresas fantasma, de separar o usufruto da propriedade, de impedir as investigações policiais de forma a relacionar a pessoa com a sua propriedade. É possível acabar com essas situações, é possível o país tomar posições em organismos internacionais sobre o assunto (depois de liquidar o mau exemplo do *offshore* da Madeira), mas não é possível serem resolvidas apenas por um país.

Em segundo lugar, se se continuar a relacionar o crime do enriquecimento ilícito com a corrupção esta é "captada" pela via do corrompido. O corruptor fica ileso. Do ponto de vista político, da transparência do funcionamento do Estado, este é o elemento mais pernicioso. Contudo, do ponto de vista da criminalidade económica é muito provável que o corruptor seja o elemento criminalmente mais importante. Muitas atividades ilegais, associadas às máfias internacionais, passam por práticas ilícitas da administração do Estado, conseguidas por meio da corrupção.

Em terceiro lugar, sabendo-se da notória carência de meios para investigar o crime económico, incluindo a corrupção, resta-nos a dúvida se uma nova lei não vai desviar recursos indispensáveis para outras investigações. Se admitirmos, pela primeira razão aqui invocada, que só os incautos, os inaptos ou os corrompidos com a oferta de uma galinha serão apanhados nas malhas desta lei, interrogamo-nos se não estamos perante o vício português de legislar, esquecendo como as leis se comportam no terreno. Equivoco que faz com que, por vezes, as novas leis, acabem por prejudicar a execução das antigas leis (embora estas não pareçam interessantes, no que se refere à corrupção).

8. Que concluir?

Atendendo à importância da fraude e corrupção em Portugal e ao seu agravamento, atendendo à importância de todo o Estado ter paredes de vidro somos favoráveis à criminalização do enriquecimento ilícito.

Admitimos mesmo, se o âmbito de aplicação fosse outro, que poderia ser um contributo geral para o combate às parcelas nefastas da economia paralela e da fraude.

Impõe-se, no entanto, completar esta legislação com outras medidas políticas e legais de forma a bloquear, na medida do possível, os canais de fuga ao cumprimento da lei. Impõe-se que este novo crime não surja como a "solução milagreira" para superar a frustração com que se assiste ao branqueamento da corrupção.

É difícil, por muitas dúvidas que se tenha, pugnar pela transparência do Estado e não votar favoravelmente esta lei.

Substituamos o dogmatismo das certezas pela dúvida da experimentação!

Carlos Pimenta
2011-09-22

CORRUPÇÃO OU CORRUPÇÕES? – DE QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS DE CORRUPÇÃO

Assinala-se a 9 de Dezembro o dia internacional contra a corrupção. Uma vez mais o mundo e as mais altas instâncias hão-de afirmar, em uníssono, a perversidade que, aos mais diversos níveis, se reconhece estar associada ao problema. Afirmarão, de entre outras particularidades, que a corrupção distorce os índices efetivos de democraticidade associados aos modelos de organização política em que vivemos, que acentua as desigualdades sociais, designadamente no acesso aos recursos públicos, e, a um nível mais profundo, que questiona, até ao ponto de colocar em crise, a consistência do quadro de valores morais e culturais em que acreditamos viver.

Efectivamente, os diversos estudos de carácter científico que têm sido realizados um pouco por todo o mundo relativamente a esta problemática, têm revelado que a questão da corrupção apresenta muitos fatores que a explicam e sobretudo que *arrasta* consigo um conjunto muito alargado de efeitos, mais ou menos evidentes e profundos, que afectam negativamente, aos mais diversos níveis, o modelo de organização social, política e económica em que vivemos.

Porém não é sobre os resultados de tais estudos que nos queremos debruçar hoje, até porque tal exercício se revelaria uma tarefa de execução árdua, de leitura fastidiosa e seguramente fora dos propósitos a que deve obedecer um texto com as características deste, de partilha de uma breve reflexão.

Muito se tem dito e escrito sobre a corrupção. É provavelmente um dos temas que nos últimos anos mais tem sido veiculado pela comunicação social e que, por isso mesmo, mais espaço tem vindo a ocupar no discurso da opinião pública. Quase todos os dias somos verdadeiramente bombardeados com notícias de novos factos com contornos de suspeição de práticas desta

natureza e, correlativamente, acabamos por incluir o tema nas conversas diárias que temos com os nossos familiares, amigos e colegas de trabalho. A corrupção tem estado seguramente em destaque na agenda pública dos nossos dias.

Porém, no meio de todo este *ruído* edificado em torno do problema, importa que se suscite uma questão: O que é efetivamente a corrupção, ou, por outras palavras, de que falamos quando nos referimos à questão da corrupção?

Quase todas as pessoas, muito por força de tais torrentes noticiosa e discursiva, a que se encontram permanentemente expostas, e que ajudam a alimentar, têm a sua própria noção do que seja a corrupção. Apesar de essa noção não ser exatamente a mesma relativamente a cada cidadão, ela apresenta no entanto um conjunto nuclear de características que, embora com nuances, tende a ser partilhado de forma mais ou menos ampla pela generalidade das pessoas. Este conjunto nuclear de características, que é passível de ser conhecido, designadamente através de inquéritos de opinião, é aquilo que habitualmente se conhece como perceção social da corrupção.

Pelo que aparenta significar (uma *imagem* ou um discurso sobre um problema) e sobretudo pela forma como é construído e sustentado (muito potenciado pela comunicação social e pelo discurso da opinião pública), poderíamos ser facilmente tentados a considerar que o conhecimento da perceção social sobre a corrupção não é necessário nem importante para a caracterização do problema, nem para o estabelecimento das correspondentes estratégias de controlo. De forma empírica, o que parece importar de facto são as características que objetivamente definem o problema, nomeadamente as ocorrências que dele vão sendo conhecidas e que chegam ao sistema punitivo da justiça, ou seja a tipificação penal dos ilícitos e os correspondentes números estatísticos, e ainda porventura a caracterização dos contextos em que tais ocorrências se desenvolvem.

Porém e segundo o entender da maioria dos estudiosos destas questões, com os quais estamos de acordo, o conhecimento dos contornos desse discurso e dessa perceção é muito importante, sobretudo para o trabalho de definição de estratégias melhor adequadas à prevenção e ao controlo do problema. De facto, o corpo teórico conhecido e também a própria experiência de vida de cada um de nós, dizem-nos que as formas de nos relacionarmos com uma determinada realidade, seja ela qual for, depende muito da forma como olhamos para ela, como a vemos, como a percecionamos,

como a antecipamos. Neste sentido, o quadro de características que os portugueses associam ao problema da corrupção tenderá naturalmente a ser considerado como referência a que recorrem e que tomam em consideração quando, por qualquer razão, se cruzam com o próprio problema, ou seja, quando são convidados a tomar parte, ou decidem eles próprios tomar parte, em atos concretos de corrupção.

Posta a questão nestes termos, olhemos então, de forma necessariamente muito sucinta, para três possíveis vertentes de análise do problema: - A forma como a imprensa escrita portuguesa constrói o seu discurso sobre a corrupção e os principais vetores que esse discurso mediático apresenta; - A perceção social que os portugueses possuem sobre o problema da corrupção; - A dimensão que é efetivamente conhecida do fenómeno, pelo menos dos principais ilícitos que lhe estão associados. Em complemento, procuraremos fazer uma breve reflexão sobre as implicações que cada uma destas vertentes apresenta sobre as demais e sobre a eventual evolução futura da dimensão do próprio problema.

Relativamente ao discurso produzido pela imprensa e em concordância com os dados que recolhemos e analisámos no estudo Corrupção: *Realidade e Percepções: O Papel da Imprensa* (documento acessível em http://www.bocc.uff.br/pag/maia-antonio-corrupcao-realidade-e-percepcoes.pdf), importa salientar a tendência registada nos últimos anos para um acréscimo significativo do número de notícias publicadas relativamente à ocorrência de actos de natureza da corrupção. Na sua maioria, estas notícias apresentam uma correspondência direta com processos judicias em curso, nomeadamente quando estes se encontram em fases muito iniciais das investigações e sempre que envolvem figuras de destaque da vida social e política da nossa sociedade. Importa desde já afirmar que esta tendência é natural, uma vez que resulta da própria lógica de funcionamento dos meios de comunicação social, que tendem a conceder um maior potencial de valor-notícia a factos que, cumulativamente, contrariem as expectativas sociais, sejam verdadeiramente novos ao nível da opinião pública e que envolvam pessoas ou organizações de elevada ou destacada posição no contexto social, político ou económico.

Por outro lado e relativamente a estes factos, assiste-se a uma exploração mediática muito intensa, por vezes até à exaustão, mas sempre muito focalizada no tempo (não mais do que uma a duas semanas). Depois, com o avanço do tempo e com a ocorrência de outros factos sociais dignos de

destaque, aquele verdadeiro *frenesim* desvanece-se, restando apenas, aqui ou ali, alguns ecos, sobretudo através das conversas que as pessoas mantêm no seu dia-a-dia umas com as outras. É, de certa forma, o conhecido efeito de *julgamento pela opinião pública ou julgamento na praça pública*.

Posteriormente, em fases mais avançadas dos mesmos procedimentos judiciais, nomeadamente aquando do julgamento (nas situações em que tal sucede), os casos voltarão novamente à ordem do dia da comunicação social. Desta feita porém com uma tendência para serem apresentados com menor destaque. A dimensão novidade, que caracterizou a sua aparição inicial e lhes conferiu um grande potencial de *valor-notícia*, como referimos, deixou de estar associada aos factos. Esta particularidade explicará a menor atenção e intensidade que, neste segundo momento, tendem a ser-lhes concedidos. Esta constatação deriva naturalmente do facto inegável, mas inquestionável, de o tempo da justiça ser necessariamente diferente do da comunicação social. Muitos autores se têm referido a esta questão e parece não restar dúvidas que o sistema da justiça necessita do seu tempo próprio e do seu recato, para colher e analisar elementos, e depois para, com um certo distanciamento e objectividade, produzir as suas decisões avaliativas sobre os factos.

Importará também salientar que, com excepção de um ou outro caso pontual, os meios de comunicação social portugueses tendem a não fazer grandes investimentos no território do denominado jornalismo de investigação. Efectivamente, verificamos que, na sua maioria, os casos que são noticiados se encontram já sob investigação judicial, sendo muito poucas as situações em que a instauração de processos judiciais tenha resultado de trabalhos de investigação jornalística e das correspondentes notícias publicadas.

A propósito deste ponto, caberá referir a questão do relacionamento entre a comunicação social, as fontes de informação e as frequentes discussões públicas, por vezes muito intensas, acerca do segredo de justiça e da forma como ele é (des)respeitado. Relativamente a esta vertente do problema, e quando vivemos num tempo em que a comunicação é por demais central na vida das pessoas e das sociedades, parece-nos que seria no mínimo interessante e porventura necessário que se promovesse uma reflexão séria e profunda, desligada de qualquer caso concreto, que envolvesse todos os operadores do sistema de justiça e os próprios profissionais da comunicação social, relativamente aos modelos e aos processos comunicacionais entre

o aparelho da justiça e a comunicação social, tendo em vista o incremento da transparência, da objectividade e da isenção da informação a prestar à sociedade (sem colocar em causa os diversos direitos e deveres processuais legalmente estabelecidos) e, por outro lado, a redução de zonas ou margens de especulação, sempre tão negativas para os suspeitos, para os serviços de justiça e, em última análise, para a própria sociedade.

Quanto ao levantamento da perceção social dos portugueses relativamente ao problema da corrupção em Portugal, são de destacar os dados anualmente produzidos pelo barómetro da corrupção da Transparency International (elementos disponíveis em http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/gcb), os resultados do estudo *Corrupção e Ética em Democracia: O Caso de Portugal* (relatório acessível em http://www.obercom.pt/client/?newsId=410&fileName=obf3.pdf), ou ainda análises como *O Discurso Social Sobre o Problema da Corrupção em Portugal* (acessível em http://www.gestaodefraude.eu/images/gf_upload/wp007.pdf) ou a *A Percepção Social Sobre a Corrupção em Portugal* (acessível em http://bocc.ubi.pt/pag/maia-antonio-a-percepcao-social-sobre-a-corrupcao-em-portugal.pdf). De acordo com estes documentos, verificamos que os Portugueses tendem a utilizar o termo corrupção de forma que se pode considerar indiscriminada, referindo-se a todo o ato que implique o acesso ilegítimo a bens públicos e de natureza económica e financeira. Não têm dúvidas em condenar a prática de atos desta natureza, evidenciando a perspectiva que o problema tem vindo a crescer ao longo dos últimos anos, e que manterá esta tendência para o futuro. Referem ainda que a corrupção está localizada sobretudo ao nível político, nomeadamente na esfera dos relacionamentos entre os partidos políticos e os grandes grupos económicos e empresariais. Relativamente aos mecanismos de punição, evidenciam algum ceticismo quanto à capacidade do sistema de justiça para exercer de forma eficaz a sua função de controlo sobre o problema, o que poderá ser um bom tónico para mais facilmente se quebrarem barreiras auto-inibidoras e se aceitar entrar nesta espécie de *jogo*. Além destes traços, os portugueses assumem confiar na informação difundida e na ação desenvolvida pela comunicação social, designadamente na sua capacidade para denunciar publicamente situações de corrupção.

Olhando agora para a dimensão conhecida do fenómeno, importa, logo de partida, deixar claro que todos os indicadores conhecidos apontam para a existência de uma dimensão muito considerável de cifras negras, o que

significará, em termos práticos, que muitas situações do tipo corrupção que ocorrem no dia-a-dia da vida em sociedade não chegam nunca ao conhecimento das instituições do sistema de justiça nem da comunicação social. Este efeito resulta sobretudo dos fortes pactos de silêncio que se geram entre as *partes* envolvidas nas relações corruptas, da inexistência de testemunhas dessas relações e ainda do facto de os pagamentos corruptos se processarem directamente entre as partes e em *dinheiro vivo*, não deixando assim qualquer rasto, fatores que em regra caracterizam estas práticas. Se a tais características acrescentarmos ainda o efeito potenciador resultante do cepticismo que as pessoas associam quanto à capacidade das instituições da justiça para lidar com o problema de forma eficaz, como se viu no ponto anterior, facilmente se compreende a existência de uma dimensão considerável de *cifras negras* e a eventual tendência para um crescimento futuro do número efectivo de ocorrências deste tipo de ilícitos.

No entanto apesar de todas as condicionantes mencionadas, algumas situações acabam ainda assim por chegar ao conhecimento das instituições do sistema repressivo e punitivo da justiça, designadamente às Polícias, ao Ministério Público e aos Tribunais. Uma pesquisa aos números registados pelas estatísticas oficiais da justiça (dados disponíveis em http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/index/) permite-nos ficar a conhecer alguns traços objetivos quanto à dimensão conhecida dos diversos crimes ocorridos no nosso país. No quadro anexo no final do texto, apresentamos os números correspondentes à dimensão oficialmente reconhecida relativamente ao crime de corrupção entre os anos de 1993 e 2009 (ainda não estão disponíveis os números relativos a 2010). Sem nos alongarmos muito, até porque os números falam por si, permitimo-nos no entanto destacar os valores médios de cerca de 30% de processos acusados, relativamente ao número total de processos registados. Significa este valor que, em média, um em cada três processos iniciados por suspeita de ocorrência de crime de corrupção tem permitido a recolha de elementos de prova suficientemente fortes para sustentar a acusação dos suspeitos (arguidos, de acordo com a terminologia jurídico-processual). Por sua vez e relativamente aos suspeitos acusados, os dados apresentados mostram que em média cerca de 65% acabam mesmo condenados, ou seja, que dois em cada três suspeitos acusados e julgados, são condenados pela prática de crimes de corrupção.

Se nos é permitida uma análise, consideramos que, assim isoladamente, estes resultados permitem sustentar algum grau de eficácia do sistema de

justiça, quer ao nível da recolha das provas, quer depois ao nível da respetiva apreciação e aplicação de punições.

Porém, os números apresentados correspondem unicamente à dimensão do crime de corrupção, de acordo com o respectivo conceito jurídico-penal. Assim e se quisermos ir um pouco ao encontro de uma dimensão mais concordante com o conceito social de corrupção, teremos de consultar pelo menos o capítulo dos crimes contra o Estado (onde, de resto, se encontra também o crime de corrupção). Aí encontramos referências isoladas unicamente em relação aos crimes de peculato e de abuso de autoridade, confinando-se todos os restantes crimes do capítulo a um número muito residual de ocorrências, que surge identificado como outros crimes. Sem querermos estar a alongar a apresentação de números, sempre afirmamos que no mesmo intervalo de tempo (1993 a 2009) a dimensão registada para o peculato e o abuso de autoridade é tendencialmente menor do que a da corrupção, embora as taxas de incidência de processos acusados e de arguidos condenados não divirjam muito das que constatámos para aquele crime. Estes dados reforçam a leitura apresentada anteriormente quanto à existência de alguma eficácia do sistema de justiça na sua acção de controlo do problema.

Porém importa olhar para estes números com outra contextualização, para acrescentar que, com alguma probabilidade, os dados registados pelas estatísticas oficiais da justiça correspondem na sua maioria a casos vulgarmente conhecidos como de pequena corrupção. Pela sua natureza, nomeadamente pela baixa posição social das pessoas, pelos baixos montantes envolvidos e pelo carácter pontual dos atos, estes casos tendem a não oferecer grande potencial de valor-notícia. Por essa razão, não são noticiados pela comunicação social e, por conseguinte, não contribuem para a edificação da percepção social sobre o problema.

Ao contrário, os casos que efectivamente possuem grande potencial de valor-notícia, que caracterizamos anteriormente, correspondem à denominada grande corrupção ou corrupção política. Pela sua natureza, nomeadamente por corresponderem muitas vezes a um conjunto alargado de factos, implicando o envolvimento de muitas pessoas e com a implementação de estratégias de defesa que incluem, por vezes, o requerimento de realização de diligências meramente dilatórias (porém legalmente admissíveis), estes casos tendem a alongar-se demasiado no tempo. Em muitos deles, o momento da decisão final está afastado vários anos do momento em que as

investigações tiveram o seu início. São estes casos, como vimos anteriormente, que, quando ainda no início das investigações, tendem a ser noticiados pela comunicação social. Depois, como se referiu, acabam por cair numa espécie de esquecimento social e a percepção que tende a ficar nas pessoas é de um alarido, em torno de um quadro factual, por vezes mal explicado, envolvendo o nome de algumas pessoas importantes e movimentações monetárias de grande dimensão, num verdadeiro turbilhão de informação nem sempre clara e por vezes até contraditória, mas invariavelmente sem referências a decisões por parte do sistema de justiça. Parece ser sobretudo assim, neste quadro contextual, que os portugueses formam a sua percepção sobre o problema da corrupção no seu país. Será pelo aparecimento de sucessivos quadros com estas caraterísticas que, por um lado, tendem a associar a corrupção ao poder político e económico e, por outro, a considerar o aparelho da justiça ineficaz para controlar o problema.

A corrupção é seguramente um dos grandes problemas sociais do nosso tempo. Com maiores ou menores índices de exposição, estamos muito provavelmente em face de um problema que tem acompanhado em permanência a própria evolução do homem. Porém, esta constatação, apesar de ter um certo sentido de fatalidade, não pode nem deve ser factor de desânimo, nem de inibição, relativamente a esforços de procura de projectos de maior e melhor controlo sobre o problema. Apesar de parecer utópico, entendemos que, com grande determinação e envolvimento de todos, será sempre admissível a melhoria das estratégias e das políticas tendentes a um controlo mais eficaz do problema. Só assim será possível caminharmos em direcção a modelos de organização social mais justos, mais transparentes, mais democráticos e mais fraternos, que confiram aos cidadãos maiores índices de informação, de esclarecimento, de igualdade no trato e de liberdade de acção e de decisão, ou seja que permita que cada homem sinta cada vez mais fazer parte de um todo íntegro.

ANEXO

Estatísticas oficiais registadas para o crime de Corrupção em Portugal, entre 1993 e 2009

ANO	PROCESSOS			ARGUIDOS		
	Registados	Acusados	Valor percentual médio registado entre o número de processos iniciados e o número de processos com acusação	Acusados	Condenados	Valor percentual médio registado entre o número de arguidos acusados e o número de arguidos condenados
1993	149	35		47	28	
1994	144	38		70	49	
1995	173	40		47	32	
1996	173	27		41	26	
1997	152	52		67	46	
1998	416	40		50	33	
1999	353	32		43	24	
2000	90	46		62	43	
2001	102	49		68	38	
2002	121	45		82	57	
2003	115	53		63	55	
2004	72	48		69	49	
2005	105	47		89	60	
2006	106	29		147	71	
2007	122	51		79	48	
2008	103	58		112	59	
2009	62	44		106	69	
Valores médios	150	43	28,70%	73	46	63,00%

Fonte: Estatísticas Oficiais da Justiça
http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/index/

António João Maia
2011-12-07

CONFLITOS E INTERESSES

1. As nomeações para o Conselho Geral e de Supervisão da *EDP – Energias de Portugal*, *SA* e para a administração da *AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA* estão na ordem do dia. O Governo está debaixo de fogo, sob suspeição de ter interferido em ambos os processos. Embora sejam discutidos conjuntamente, sob um mesmo prisma – o das nomeações políticas – penso que são casos diferentes e como tal devem ser tratados.

2. No caso da EDP, apesar do ramalhete de detentores de "cartão laranja" que foram convidados para usufruir de uma sinecura[1], julgo não ser o Governo o responsável pelos convites. Apesar de se tender a olhar para este tipo de situações do ponto de vista de um poder político que quer interferir na condução das organizações empresariais, é esquecido que existe uma outra face da moeda: a do interesse dessas organizações em estarem nas boas graças do poder político, o de com ele terem fortes ligações. Olhando para o contexto atual, onde sobressaem os processos de liberalização do mercado energético e de discussão do tarifário energético, penso que no futuro próximo, nesta fase pós-privatização, é a empresa quem tem mais a ganhar com o estabelecimento dessas ligações com o poder. Julgo ter sido esse o raciocínio dos acionistas de referência da EDP, que desataram a convidar toda a figura laranja (e uma ou outra azul) de que se lembraram. Não é bonito, claro, porque é sintomático da promiscuidade existente entre política e negócios. Mas é uma decisão legítima dos acionistas de uma empresa (quase) privada. O que se espera é que tais ligações não interferiram em futuras decisões dos governantes relacionadas com essa empresa.

3. O Governo está, pois, a ser injustamente acusado de interferência neste caso. E como as situações de injustiça nunca são bonitas, esta também o não é. Porém, o Governo encontrará no seu próprio comportamento, em termos de nomeações, a justificação para essa injustiça. As que fez para AdP bradam aos céus. Sobretudo uma delas.

4. Considero-me um tipo cordato, que procura sempre perceber e desculpar as falhas alheias. Por isso, tento esquecer o que o senhor primeiro-ministro prometeu em campanha eleitoral a propósito de nomeações; fecho os olhos ao facto das oportunidades para aceder a qualquer cargo público só tenderem a existir desde que se possua o cartão partidário da cor certa na hora certa. No entanto, considero ser o cúmulo da indecência – e por isso não consigo desculpar – que se nomeie para a administração da AdP alguém que é o actual responsável de uma organização (a autarquia do Fundão) que está em conflito com a empresa. Isto parece uma fábula de La Fontaine, onde à raposa fosse feito o convite para tomar conta do galinheiro. (Estes negócios das águas parecem andar ligados com as fábulas: não é que em 1652 La Fontaine, antes de se lançar na escrita, assumiu o cargo de seu pai … como inspetor de águas?)

5. Ó senhor primeiro-ministro, não nos venha justificar a nomeação com o curriculum do nomeado. Não haverá neste país gestor que não esteja refém de um conflito de interesses como o referido e tenha curriculum suficiente para desempenhar cabalmente o lugar de administrador na empresa AdP? Também não nos venha dizer que não é crime ser-se militante partidário, porque isso sabemos todos nós. Mas o inverso também é verdade: por que é que parece ser crime, para efeitos de nomeações, não ter filiação partidária?

6. Neste momento em que estamos esmagados pela austeridade salvífica que nos atirou para cima, a última coisa que qualquer cidadão precisaria era constatar, pelos sinais transmitidos por algumas atuações do Governo no domínio das nomeações para lugares dirigentes, que tudo continua igual ao passado governamental que nos trouxe até à beira do abismo. Não esqueça senhor primeiro-ministro, "à mulher de César não basta ser séria, é preciso parecê-lo". Se não virmos sinais de contenção no Governo que nomeamos, a que nos devemos agarrar para suportar e compreender a austeridade?

7. Mas há ainda um outro prisma nesta nomeação para a AdP que não é menos censurável. Se da parte de quem nomeia não houve decência, muito menos ela existiu da parte do nomeado. O que seria de esperar da parte de alguém – ainda por cima um político – que colocasse a Honra[2] entre os seus princípios comportamentais? Que tivesse uma resposta do género: "Muito obrigado por se terem lembrado de mim, mas não posso aceitar o convite que me fazem. A minha atual relação com a AdP, por via do conflito existente, não seria entendida pela opinião pública e retirar-me-ia a liberdade de que necessito para poder participar ativamente na administração da empresa".

8. Já me acusaram de ser um lírico. Confesso que espero sempre da parte dos meus concidadãos um sentido de Honra que eles nem sempre têm para dar. Aliás, às vezes fico com a sensação de que nos tempos que vivemos assuntos de Honra são tratados como coisa do passado, como uma relíquia histórica que não se coaduna com um modo de atuação pessoal baseado no princípio do "salve-se quem puder".

NOTA:
Em tempo, a partir do dicionário:
1. Sinecura: Emprego rendoso e de pouco ou nenhum trabalho.
2. Honra: Um sentimento humano relacionado com a procura do respeito público, manutenção de bom-nome e dignidade.

José António Moreira
2012-01-19

CORRUPÇÃO POLÍTICA EM PORTUGAL: DEZ MILHÕES DE VÍTIMAS

Há poucas semanas, a propósito das cada vez mais enfadonhas e desfasadas entrevistas realizadas invariavelmente às mesmas figuras acerca do 25 de abril e do projecto que lhe estava associado – de que destaco a ideia de liberdade e a procura de melhores índices de desenvolvimento social para o povo português – alguém referia, depois de evidenciar as muitas melhorias verificadas por exemplo ao nível da prestação de cuidados de saúde ou mesmo do incremento dos índices médios de escolaridade da população, que pelo menos numa vertente falta ainda fazer praticamente tudo. Referia-se concretamente à área da Justiça.

No essencial dizia que o modelo, a lógica e sobretudo a cultura do seu funcionamento se têm mantido praticamente inalterados desde há muitas décadas, e que este factor se tem traduzido num forte contributo para se ir afastando e desfasando cada vez mais da realidade dos problemas da sociedade e dos cidadãos. Neste ponto invocou muito concretamente a forma como o sistema de Justiça aparentemente não tem conseguido tratar de forma conveniente o problema da corrupção, designadamente da grande corrupção, ou da corrupção política, ligada fundamentalmente aos grandes negócios do Estado e às alegadas relações com o financiamento dos partidos políticos.

Acrescentava, com alguma amargura e um resignado encolher de ombros, que a sente particularmente lesta e forte a condenar os mais fracos e indefesos pela prática de ilícitos comuns – que acabam por ser apontados como os exemplos do seu funcionamento – mas que ao mesmo tempo aparenta ser muito lenta, cuidadosa e eventualmente fraca a lidar com os casos que envolvem os mais fortes e poderosos da sociedade.

Ainda a este propósito e por suposta incapacidade de sistema de Justiça, salientava a inexistência nas últimas décadas de qualquer condenação por

práticas de corrupção política, quando, em paralelo e de forma sistemática, os media têm noticiado sucessivos casos de suspeição relativamente a alegadas situações ilícitas com contornos daquela natureza, que até têm dado origem a processos de investigação, também eles muito mediatizados, mas invariavelmente arquivados muitos meses depois por inexistência de provas, ou em absolvições, nos poucos casos que têm chegado a julgamento. Concluiu a entrevista a afirmar que para a área da Justiça falta cumprir abril!

Não sei, nem esse é o propósito destas linhas – até porque julgo não existirem em Portugal dados objectivos que, com o mínimo de isenção e rigor, permitam com solidez saber se o sistema de justiça funciona bem ou mal, se está actualizado ou desactualizado e sobretudo se funciona em concordância ou discordância com o sentir, com as necessidades e com as expectativas dos cidadãos. Presumo mesmo – só esta perspectiva me parece poder ser admitida – que todas as decisões judiciais sejam justas, na medida em que estejam – como é suposto – concordantes com o quadro legal existente. Neste sentido, o sistema, com os seus eventuais desfasamentos sobre a realidade, há-de condenar quem deva ser efectivamente condenado e absolver aqueles que não tenham praticado nenhum ilícito, ou relativamente aos quais não tenham sido colhidos indícios suficientemente fortes de o terem feito.

Porém não é menos verdade, como todos também sabemos, que os media continuam insistentes na divulgação de notícias de novos e de velhos casos suspeitos, produzindo um discurso, por vezes ensurdecedor, que nos vai empurrando inevitavelmente a todos para essa percepção da existência de muitas situações de grande corrupção e de um forte sentimento de impunidade relativamente a elas.

Neste quadro, e este é verdadeiramente o ponto onde pretendo chegar, julgo podermos equacionar a questão em função de duas hipóteses complementares:

- Ou tais factos noticiados não correspondem efectivamente a nenhum crime, e neste caso não passam de uma espécie de ciladas montadas de forma deliberada e com propósitos obscuros apenas para destruir o bom-nome e a reputação de pessoas sérias, como elas próprias muito a propósito sentem necessidade de o afirmar na sua defesa pública;

- Ou, ao contrário, correspondem a tais ilícitos, mas o sistema de Justiça – há que admiti-lo – não consegue fazer o seu tratamento devido, ou seja não consegue aceder aos indícios e às provas que demonstram a sua ocorrência e, muito simplesmente, acaba por os deixar escapar.

Nesta dicotomia insolúvel, que delimita o problema nos seus extremos, uma coisa parece certa: Acabamos por ser todos vítimas desta situação, que é como quem diz, acabamos por ser todos vítimas da corrupção política.

Se aceitarmos a primeira hipótese como válida, os visados e perseguidos por tais notícias infames e caluniosas são vítimas de verdadeiras cabalas e da baixeza moral de quem urde a alimenta todas essas estórias e mentiras, como eles próprios sentem necessidade de o afirmar insistentemente.

Na validade da segunda hipótese, são os restantes cidadãos as vítimas da corrupção política, pois se por um lado o sistema judicial que pagam não está preparado para detectar, comprovar e punir os autores destas práticas, por outro lado, a ocorrência destes actos é causadora de enormes danos financeiros também custeados por toda a sociedade.

Assim, para concluir, enquanto não for possível criar e implementar mecanismos que permitam dissipar esta espécie de dilema, todos nos vamos sentindo vítimas do problema. Os primeiros, quando lhes toca, invocam esse estado de vitimização na praça pública, onde sentem ser socialmente condenados. Os segundos porque cada vez mais acreditam, muito por força do discurso mediático que os rodeia, que as decisões judiciais relativamente a cada um dos casos publicitados tendem a ser uma espécie de embustes, que apenas têm o efeito de agravar a dimensão do problema da corrupção, dado o sentimento de impunidade que vão induzindo e incrementando.

Na senda do entrevistado que suscitou esta reflexão, os dados conhecidos do problema evidenciam que o controlo da corrupção em Portugal parece estar ainda *longe de cumprir o ideal de abril…*

António João Maia
2012-05-17

CORRUPÇÃO E BUROCRACIA: UM EQUILÍBRIO DIFÍCIL

A investigação produzida até ao momento ainda não conseguiu chegar a resultados concludentes no âmbito da quantidade de procedimentos necessários para prevenir ou fiscalizar comportamentos corruptos.

É sabido que procedimentos (burocracia) excessivos ou deficitários facilitam ou induzem a corrupção, especialmente em áreas sensíveis que possam envolver elevados montantes económicos ou sofisticados conhecimentos técnicos (vejam-se os setores da saúde, defesa, investimento imobiliário bem como os sectores da energia, telecomunicações, banca, seguros e transportes).

No caso português, são conhecidos na imprensa os desvarios cometidos ao nível da despesa pública, nomeadamente a aquisição de equipamento militar, o nível aterrador de construção de estradas e pontes, os maus investimentos realizados por entidades públicas empresariais em instituições 'suspeitas' ou já sinalizadas como 'financeiramente irregulares', etc., etc.

É ponto assente que o governo português tem dificuldade em controlar o erário público e que o dinheiro dos nossos impostos se perde nos múltiplos corredores dos ministérios lisboetas. Como controlar ou inverter esta tendência crónica?

Penso que investir em boas práticas do governo central e gestão do património do Estado impediria muitas tentações e comportamentos corruptos. Aumentando o nível de procedimentos no Estado central (ministérios, secretárias de estado, etc., etc.), traria mais transparência e rigor às contas públicas. Apresento alguns exercícios simples e começando no topo da pirâmide: a aquisição de equipamento militar ou tecnológico de grande dimensão, a realização de uma operação financeira de montante elevado ou a assunção de qualquer responsabilidade financeira de valor elevado por parte do governo deveria passar pela autorização prévia de várias entida-

des, nomeadamente Assembleia da República e Tribunal de Contas. Aqui, o aumento da burocracia beneficiaria o contribuinte e refrearia os ânimos gastadores dos nossos governantes.

Defendo, portanto, um aumento da burocracia ou procedimentos ao nível central como forma de prevenir a corrupção e/ou evitar o aumento de despesa pública desnecessária. Ainda, um maior esforço inspectivo deveria ser desencadeado ao nível central, para averiguar possíveis irregularidades, e apontar boas práticas de governabilidade aos agentes políticos e administrativos.

Em defesa da desburocratização, proporia a criação de uma comissão cujo objetivo único e exclusivo seria eliminar legislação obsoleta, desnecessária ou incoerente. Esta comissão estaria proibida de propor qualquer iniciativa legislativa adicional.

Temos leis em demasia, com uma permanente criação de comissões que acrescentam sempre mais legislação, elaboradas sem qualquer realismo e participação cívica.

Por último, e em defesa dos trabalhadores desempregados, proporia o recrutamento urgente de funcionários para completar o processo de inventariação dos bens do Estado (conforme notícias da imprensa, este ainda está incompleto e já vem de 2009), sendo certo que seria dinheiro bem empregue pois poderia solucionar alguns dos problemas relacionados com os arrendamentos 'dispendiosos' realizados pelos sucessivos governos e cuja manutenção se revela legal e financeiramente insustentável.

Mais burocracia, mas produtiva.

Glória Teixeira
2012-08-02

PUBLICIDADE ILEGAL



Fonte: iocomunica.com.br/2011/?m=201108

1. Todos nós conhecemos os cartazes do tipo aqui apresentado. É uma das formas de publicidade com que somos quotidianamente metralhados. Basta fazermos uma viagem de automóvel pelas estradas do nosso país para encontrarmos muitos exemplos. Diferentes no conteúdo, e também diferentes no local em que estão colocados, no grau de conservação dos mesmos, no impacto que tem sobre o ambiente circundante, no desvio de atenção que gera aos condutores.

É verdade, todos nós os conhecemos pelas estradas e autoestradas de Portugal. Para muitos de nós é um "fenómeno natural".

No entanto a lei é muito clara:

> 1 – É proibida a afixação ou inscrição de publicidade fora dos aglomerados urbanos em quaisquer locais onde a mesma seja visível das estradas nacionais.
>
> 2 – São nulos e de nenhum efeito os licenciamentos concedidos em violação do disposto no número anterior, sendo as entidades que concederam a licença civilmente responsáveis pelos prejuízos que daí advenham para os particulares de boa fé." (DL nº 105/98, Art. 3º).

As preocupações desta lei são ambientais, mas têm em conta o respeito por um documento legal anterior que visava a segurança rodoviária.

No DL nº 13/71 "os anúncios ou objetos de publicidade" surgem como uma das matérias a ser regulamentada nas estradas nacionais. Considerando nestas a "zona de estrada" e a "zona de proteção à estrada" (Artigo 1º) apresenta uma lista de proibições em relação à zona de estrada (Artigo 4º), incluindo "causar perturbações ao trânsito ou prejudicar ou pôr em perigo os utentes da estrada por qualquer outra forma" (alínea o.). O Artigo 5º, nº 3 do DL nº 114/94 de 3 de Maio (Código da Estrada) vai no mesmo sentido. O impacto do DL 13/71 sobre a publicidade externa surge no Artigo 8º, ao apresentar uma lista de "Proibições em terrenos limítrofes da estrada". Aí se diz, na alínea f., que são proibidas "tabuletas, anúncios ou quaisquer objetos de publicidade, com ou sem carácter comercial, a menos de 50 m do limite da plataforma da estrada ou dentro da zona de visibilidade, salvo no que se refere a objetos de publicidade colocados em construções existentes no interior de aglomerados populacionais e, bem assim, quando os mesmos se destinem a identificar instalações publicas ou particulares". Na alínea o. do mesmo artigo proíbe-se os "focos luminosos que possam prejudicar ou pôr em perigo o trânsito", o que, em algumas situações, pode acompanhar a publicidade anteriormente referida.

Em síntese, muita da publicidade que enxameia as zonas por onde circulamos é ilegal, seja porque põe em causa a segurança rodoviária, seja porque deteriora o ambiente. Qualquer pessoa a vê, mesmo os que têm a obrigação de garantir o cumprimento da lei, autorizar e fiscalizar a colocação de publicidade exterior. Como é isso possível?

Independentemente do desrespeito pela lei (embora cada vez mais sintamos que o direito do nosso Estado de Direito tem dois pesos e duas medidas) como é possível pôr em causa a vida humana sem que ninguém se importe? Não será o que acontece quando essa publicidade distrai o condutor, quando as lonas voam e podem atingir os transeuntes, quando as ferragens vão parar à estrada e provocam um acidente? Vidas que se podem perder sem que as causas sejam explicitadas, porque o problema não é encarado de frente, porque não consta das estatísticas das causas de acidente, porque a origem é difícil de provar.

Independentemente do desrespeito pela lei não será um atentado ao ambiente, vital para a nossa vida, a publicidade que nunca resistiria a qualquer estudo de impacto ambiental?

2. A questão seguinte que se coloca é: como é possível que esta ilegalidade aconteça à vista de todos?

Categoricamente, não sabemos. Limitamo-nos a deixar algumas perguntas para ajudar ao vosso esclarecimento:

Será porque o negócio da publicidade exterior é suficientemente forte e florescente para afrontar o cumprimento da lei? Será que essa eventual robustez negocial resulta da referida publicidade ser utilizada intensamente tanto na comercialização de bens e serviços como na captação de votos em todas as campanhas eleitorais?

Será porque a lei está mal feita, afetada de um conjunto de ambiguidades, proveniente ora da referida legislação ora de outra com ela relacionada, como é o caso da inconsistente classificação das "estradas da rede nacional fundamental e complementar"?

Será porque a publicidade externa, independentemente do local da sua afixação (e os publicitários preferem os locais onde tenham muitos leitores) gera recursos financeiros, nomeadamente para as Câmaras Municipais?

Será porque o processo de licenciamento pela Câmaras está enredada numa teia de burocracias, nomeadamente a solicitação de pareceres a entidades que não têm condições para responder adequadamente e que retiram responsabilização ao decisor?

Será porque os funcionários camarários que devem verificar as condições de autorização e posteriormente fiscalizarem a situação no terreno não têm a informação e a formação adequada para exercerem esses cargos?

Será porque a denúncia que qualquer entidade possa fazer, nomeadamente a policial, choca com burocracia e um vazio de regulamentação que conduz ao "arquivamento" do processo?

Será porque os processos de autorização e fiscalização estão minados pela corrupção, facilitadora dos bons negócios?

Será porque a importância da publicidade exterior nas campanhas eleitorais faz com que muita dessa publicidade funcione como financiamento informal às campanhas eleitorais e aos partidos, posteriormente pago pelo esquecimento da lei a aplicar?

3. Será?

Seja como for, é uma situação insustentável. Atentatória da lei e da vida.

Seja como for, é uma situação que provavelmente exigiria mais atenção por parte dos cidadãos e dos utilizadores da via pública, com consciência e cidadania.

Carlos Pimenta
2012-11-29

CORRUPÇÃO – CRIME SEM VÍTIMA?

No próximo dia 9 dezembro assinala-se o dia mundial contra a corrupção. Nesse dia, em 2003, na cidade mexicana de Mérida, Portugal assinava, conjuntamente com os principais países do mundo, a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/58/4).

Através desse documento, os Estados subscritores (que são actualmente mais de 150) reconheciam que a corrupção é um problema transversal a todos os países, que representa uma ameaça séria à segurança e à coesão das sociedades, na medida em que se constitui num fator que mina a confiança das pessoas, das instituições, dos valores da ética e da moral e da própria democracia.

Uma das questões que se tem suscitado relativamente à problemática da corrupção e de grande parte da denominada criminalidade económica e financeira prende-se precisamente com a vertente da existência de vítimas e de processos de vitimização. Se é fácil identificar as vítimas de um roubo ou de um assalto a uma residência, o mesmo não sucede relativamente à corrupção. Há até alguns autores que, baseados nesta perspectiva de não ser possível individualizar alguém em concreto como sendo vítima destes atos, tendem a caracterizar estes ilícitos como crimes sem vítima.

A verdade porém é que em bom rigor não se pode considerar a existência de crimes que não produzam vítimas. Em última instância, a sociedade no seu todo é sempre vítima de qualquer crime, na medida em que ocorrência de qualquer ato desconforme com as expectativas sociais (o crime é sempre um ato de desconformidade relativamente às normas estabelecidas) significa um falhanço de alguma das vertentes da estrutura de coesão social. No caso da corrupção, a vítima é a sociedade no seu todo, designadamente o fator confiança, que deve nortear as relações entre as pessoas e que é tão determinante para a manutenção das expectativas sociais. A sociedade só

funciona na medida em que as pessoas confiem umas nas outras. Por esta razão se costuma dizer que a corrupção mina os alicerces da sociedade, como aliás foi reconhecido pelo conjunto de países que ratificaram a Convenção Contra a Corrupção das Nações Unidas.

Mas vejamos através de alguns exemplos muito simples como e com que efeitos é que a corrupção provoca as suas vítimas:

Suponhamos que o valor normal para a construção de um Hospital é de X. Se o processo administrativo inerente à sua construção incluir o fator corrupção, significará que o valor que a sociedade terá realmente de pagar pela sua construção será de X+(Y+Z), em que Y corresponde ao custo do ato corrupto e Z a um valor que a entidade construtora do Hospital entenda acrescentar ao montante realmente necessário para a sua construção (o valor X), uma vez que a troca corrupta lhe deu a garantia prévia de execução dos trabalhos independentemente do valor apresentado a concurso. Através desta fórmula, a entidade construtura incrementa os seus lucros associados à construção do Hospital.

De acordo com este simples exemplo, o esforço dos cidadãos para custear esta construção torna-se superior relativamente ao valor que seria efetivamente necessário se o processo não incluísse o fator corrupção. Ora como este esforço resulta sempre dos impostos que são suportados pelos cidadãos, suscitam-se duas alternativas: ou se exige um esforço suplementar de modo a conseguir as verbas necessárias para executar todas as infraestruturas prevista no programa do governo ou, mantendo o mesmo esforço, algumas dessas infraestruturas não poderão ser executadas.

Por outro, há ainda a possibilidade de existência de um terceiro efeito em resultado do mesmo ato corrupto e que podemos traduzir da seguinte forma: como a construtora tem a garantia prévia – proporcionada pela transacção corrupta – da construção do Hospital, decide edificá-lo com materiais de valor e qualidade inferiores aos que propusera no projeto, incrementando desta forma ainda mais as suas margens de lucro. Porém, ao construir o Hospital com materiais de menor qualidade, está muito provavelmente a contribuir para que ele venha a necessitar mais rapidamente de obras de conservação e restauro. Desta forma contribui diretamente para a antecipação da necessidade de novos esforços financeiros aos mesmos cidadãos, cujos impostos serão, por este efeito, antecipadamente utilizados para custear essas obras.

Em suma, através deste pequeno exemplo gizado assim em poucos traços, verificamos que a corrupção se pode traduzir na necessidade de maiores e mais frequentes esforços dos cidadãos para custear os bens e as benfeitorias de interesse público. A corrupção faz aumentar os custos e reduz a qualidade das infraestruturas. A corrupção faz aumentar os esforços de todos os cidadãos em benefício de muito poucos. Neste simples exemplo, os beneficiados são claramente a empresa construtora, que garantiu a execução da obra por um valor superior ao real, e os funcionários da Administração Pública que se deixaram corromper para, em nome da sociedade que lhes confiou essas funções e que lhes paga um salário para que as exerçam de forma devida, autorizar ilegalmente a edificação do Hospital nos termos, nas condições e pelos valores mais propícios aos interesses da construtora e pouco ou nada concordantes com os interesses dos cidadãos – excetuando as funções de interesse público no âmbito da saúde que são asseguradas por um hospital.

Noutra vertente ainda, a corrupção pode apresentar também um efeito direto na redução sobre o valor das receitas do Estado. Imaginemos a situação de um funcionário dos serviços de cobrança de impostos que, a troco de um pagamento corrupto, permite por exemplo que uma empresa contribua com um reduzido valor de impostos, ou que não contribua de todo. Neste quadro verificamos que a corrupção apresenta um efeito de redução das receitas do Estado. A esta redução há-de corresponder um esforço acrescido aos restantes contribuintes – através por exemplo de sobretaxas de imposto a cobrar – de modo a garantir o mesmo valor global das receitas do Estado. A alternativa a esta solução passa pela aceitação, como valor normal, de um valor de receita do Estado efectivamente mais reduzido.

Através destes dois pequenos exemplos e sem nos debruçarmos sobre outros potenciais efeitos – que existem e não são poucos – verificamos que a corrupção provoca um efeito que podemos caracterizar como de triplo empobrecimento do Estado, da sociedade e dos cidadãos, na medida em que se assume como um fator de incremento dos custos de aquisição, de antecipação dos custos de conservação e de redução das receitas, prejudicando e vitimizando toda a sociedade, por exigir maiores esforços aos cidadãos.

E tudo para que poucos – muito poucos mesmo! – sejam beneficiados por esta espécie de lógica, com contornos quase subversivos relativamente às expectativas sociais, à confiança nas relações sociais e, no limite, à própria coesão social.

Porém a questão da existência de vítimas de corrupção nos termos descritos inicialmente parece apresentar um outro efeito de grande importância explicativa para a dinâmica das próprias práticas corruptas. É que a perspetiva de inexistência de vítimas concretas destes crimes parece conter em si o potencial para se tornar num fator facilitador, de desinibição e porventura até de motivação no processo mental de decisão para a opção por estas práticas.

Será sobretudo por esta razão que os seus autores invocam, depois de confessarem a autoria dos factos – coisa rara, diga-se a propósito – que os seus atos não prejudicaram ninguém, que não roubaram nada a ninguém, que ninguém ficou diretamente lesado com a sua ocorrência.

Provavelmente os autores dos maiores atos de corrupção seriam incapazes de ficar com uma simples carteira que encontrassem esquecida sobre uma mesa de café, por sentirem que se o fizessem, mais tarde alguém iria ter problemas concretos, resultantes de falta do seu dinheiro, como por exemplo ficar impossibilitado de comprar alguma coisa para comer, ou para alimentar os filhos, ou simplesmente para adquirir o bilhete de autocarro para regressar a casa.

É precisamente para reduzir as margens destas arbitrariedades nefastas, que provocam este efeito de triplo empobrecimento dos Estados e uma perda gradual nas expectativas de confiança das pessoas, umas sobre as outras e sobre as próprias instituições, que importa que os Estados, as sociedade, os governos, os políticos e os cidadãos, organizados através da sociedade civil, adquiram uma consciencialização crescente acerca da importância e da necessidade de controlar e prevenir o problema e que o façam de forma séria e rigorosa, através da definição e adoção das estratégias e das políticas mais adequadas. A geração de hoje e sobretudo as futuras merecem e justificam este esforço!

António João Maia
2012-12-06

EXPECTATIVAS DEFRAUDADAS

A fraude, como qualquer acto criminoso, requer punição. Isto deve-se ao simples facto de que aplicar uma sanção serve não só para punir o prevaricador, mas também para desencorajar a prática. É, aliás, socialmente expectável que quem se desvie da norma comportamental da sociedade seja punido, já que alguns comportamentos ameaçam a estabilidade do grupo social. A prática de fraude é disto exemplo, já que ameaça o correcto e equitativo funcionamento da sociedade democrática.

Já foram aqui descritas várias abordagens ao combate à fraude, mas importa recordar que, independentemente da metodologia, este processo consiste fundamentalmente em detectar possíveis infracções, investigar casos suspeitos e encaminhar os infractores para sanção. Isto implica que, por muito eficazes que sejam os métodos de detecção e de investigação, se nunca forem aplicadas sanções adequadas, crescerá a noção de impunidade que estimula a prática de fraude (i.e. aumenta-se a capacidade de racionalização do acto).

Um possível exemplo desta ineficiência seria, imaginemos, se observássemos um caso em que a polícia detecta, investiga e encaminha para a Justiça inúmeros casos de fraude, corrupção ou crime financeiro, mas em que a quantidade de condenações é mínima e, acontecendo uma condenação, demora anos a chegar a uma conclusão, porventura quando já não há possibilidade de o Estado ser ressarcido, como seria expectável.

No caso exemplificado, os métodos de detecção funcionam, mas não se verifica qualquer sanção. Este resultado não serve como dissuasor de comportamentos anti-sociais como os descritos; antes, cria um clima de impunidade e de conivência e aceitação para com estas práticas. Acresce ainda que este tipo de injustiça gera revolta junto dos lesados (os contribuintes cumpridores da sociedade portuguesa), já que as sociedades

democráticas têm a expectativa natural de que quem não cumpre a Lei é responsabilizado.

Se pensarmos nos problemas que este país atravessa, parece-me apenas normal que os contribuintes portugueses exijam que alguém seja responsabilizado por um erário público depauperado e por uma economia levada à estagnação. Afinal, os contribuintes são, rápida e intransigentemente, responsabilizados quando não cumprem com as suas obrigações:

- Os contribuintes devedores são penhorados (1) mas, em 2006, o Grupos de Estados Contra a Corrupção dava conta que, em Portugal, "desde 2002, as autoridades policiais desencadearam 1521 investigações de casos de corrupção, tendo completado 407. No entanto, o número de apreensões e de somas envolvidas foi mínimo. No ano de 2005 não se verificou um único caso de confisco de bens ilicitamente obtidos pela prática de crimes de natureza económica ou financeira." (2)
- Os contribuintes pagam contribuições para a Segurança Social, que encaixa um total aproximado de 34,75% do vencimento ilíquido dos trabalhadores por conta de outrem, com a expectativa de receber um apoio na reforma ou em situações de necessidade; no entanto, afigura-se que esta dificilmente terá meios para cumprir com as suas obrigações (3)
- Os bancos penhoram imóveis, muitas vezes adquiridos com recurso a créditos de qualidade questionável (4), mas a factura do BPN será suportada exclusivamente pelos contribuintes (5)
- As Finanças investem em penhorar alunos (6) mas desde os anos 90 que mais de 60% das empresas não paga IRC (7)

Não havendo sanção, ou sequer responsabilização, pelos danos causados pelos casos descritos acima, é expectável e compreensível que se gere uma forte revolta entre os contribuintes cumpridores. A responsabilidade de aplicar sanções, creio, é da Justiça, também financiada pelos contribuintes. No entanto, os resultados que produz (8) não parecem ser suficientes para criar junto dos contribuintes a clara noção de que qualquer pessoa que não cumpra a Lei é passível de responsabilização.

Os contribuintes portugueses acalentavam a expectativa de que os governantes eleitos desde 1975, a quem pagam impostos, iriam construir

um país próspero e sustentável. Isto, nitidamente, não aconteceu. Estamos, aliás, numa situação dramática, da qual me parece difícil que saiamos se continuarmos a depositar o nosso futuro nas mãos das mesmas pessoas e, pior, se as deixarmos livres e impunes para repetirem o desastre dos últimos 20 anos (9). Parece-me portanto que, doravante, os contribuintes terão que monitorizar o cumprimento das suas expectativas, supervisionando atenta e activamente o trabalho dos governantes, eventualmente como proposto por projectos como este: https://www.facebook.com/groups/aderevotaintervem

Ainda assim, tudo isto só surtirá efeito se, efectivamente, houver uma responsabilização justa de quem não cumpra com as suas obrigações, como acontece hoje com a maioria dos contribuintes portugueses.

Uma prática muito eficaz para combate à fraude corporativa são os programas de whistleblowing, em que é garantida protecção de quem denuncie perpetradores de crimes ou outras ofensas. Se esta prática fosse instituída no sector público, talvez esta fosse uma boa medida para dar início à identificação de responsáveis dos problemas actuais, algo que, segundo a vox populi, é há muito devido.

NOTAS:

1. http://www.dn.pt/especiais/interior.aspx?content_id=2855894&especial=Revistas%20de%20Imprensa&seccao=TV%20e%20MEDIA
2. "Para um modelo de segurança e controlo da criminalidade económico-financeira - Um contributo judiciário", Jorge dos Reis Bravo
3. http://rr.sapo.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=25&did=35157
4. http://expresso.sapo.pt/quase-sete-mil-casas-entregues-aos-bancos=f714147
5. http://publico.pt/economia/noticia/bpn-custa-3405-milhoes-de-euros-aos-contribuintes-1565617
6. http://rr.sapo.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=25&did=87701
7. http://www.publico.pt/economia/noticia/eficacia-no-combate-a-evasao-fiscal-no-irc-esta-ao-nivel-da-decada-de-90-1449676

João Gomes
2012-12-20

CORRUPÇÃO EM PORTUGAL *VERSUS* PORTUGAL "NA CORRUPÇÃO"

Desde que, em Novembro de 2012, foi tornado público o Índice de Perceção da Corrupção (IPC) de 2012, da Transparência Internacional, no qual Portugal se posicionou em 33.º lugar, entre 176 países, multiplicaram-se as notícias sobre o mau posicionamento do nosso país e sobre a evolução negativa ocorrida, não só da versão de 2011 do referido índice para a de 2012, mas também durante a última década, tendo sido esta última muitas vezes apodada de desastrosa.

Se, para uns, a posição ocupada por Portugal no índice em questão é má, na medida em que ela é partilhada com países como o Butão, para outros tal posição poderá não ser assim tão má porque diversos países considerados tão ou mais desenvolvidos do que Portugal, como a Itália ou a Grécia, se encontram bastante pior posicionados.

Muitos apressaram-se a afirmar que a corrupção em Portugal teria aumentado. As provas de tal aumento da corrupção seriam os factos de Portugal ter passado do 32.º lugar, no IPC de 2011, para o 33.º, no IPC de 2012, e de ter caído cerca de 10 posições na última década.

No entanto, uma análise diferente dos resultados poderia sugerir que a situação não terá piorado assim tanto, sendo até possível argumentar-se que terá melhorado de 2011 para 2012 e que não se terá deteriorado desde 2002. Não considero, todavia, que tais argumentos possam ser aduzidos, na medida em que o IPC se baseia em perceções, não podendo ser considerado um indicador objetivo do fenómeno empírico da corrupção.

O IPC é a medida indireta melhor conhecida do fenómeno da corrupção. Trata-se de um indicador compósito, isto é, compilado a partir de várias fontes, todas elas baseadas em opiniões de pessoas a respeito do nível de corrupção no setor público num determinado país. Este índice expressa-

-se na forma de um ranking, sendo utilizado uma pontuação (em 2012, um número 0 a 100) para exprimir a posição dos países nele.

Muitas críticas têm sido efetuadas a esta forma de medir o fenómeno da corrupção e muitas insuficiências lhe têm sido apontadas. Um aspeto fundamental, que deve ser tido em conta quando se analisa a evolução ao longo do tempo do posicionamento de um país no IPC, relaciona-se com o facto de tal posicionamento ser apenas relativo, o que significa que o facto de um país ascender algumas posições na lista implica que um determinado número de países cairão nessa lista, independentemente do que tenha acontecido em termos do fenómeno empírico a que ela se refere. A leitura que tem sido feita sobre a evolução da posição de Portugal no IPC deve ter em conta este aspeto.

Nesta perspetiva, é importante esclarecer que embora tenha passado do 32.º lugar, no IPC de 2011, para o 33.º, no IPC de 2012, Portugal passou de 6,1 numa escala de 10 pontos (correspondendo 10 à melhor situação possível), no índice de 2011, para 63 numa escala de 100 pontos (correspondendo 100 à melhor situação possível), no índice de 2012. Com reflexos ao nível do posicionamento de Portugal no IPC, são de salientar as seguintes alterações de 2011 para 2012: o Botswana passou de 32.º, com pontuação igual à de Portugal, para 30.º, com pontuação de 65; o Butão passou de 38.º, com 5,7, para 33.º. Taiwan, que apresentava pontuação e posição idênticas à de Portugal em 2011, passou para 37.º em 2012, com pontuação de 61. Nada nas alterações ocorridas ao nível da posição e da pontuação de Portugal no IPC permite dizer que o fenómeno da corrupção no setor público se deteriorou de facto em Portugal.

Por outro lado, apodar-se de desastrosa a evolução ocorrida na última década também se revela um exagero grosseiro. Em 2002, Portugal obteve 6,3 e posicionou-se em 25.º lugar no IPC, pontuação e posição idênticas às de França. Em 2012, Portugal obteve 63 e posicionou-se em 33.º lugar, enquanto a França obteve 71 e posicionou-se em 22.º lugar, com pontuação e posição semelhantes aos de Bahamas, país não incluído no IPC de 2002. A evolução positiva de França e o aparecimento de Bahamas na lista com uma pontuação mais favorável do que a de Portugal implicaram, assim, uma descida de duas posições do nosso país sem que tenha ocorrido necessariamente uma alteração ao nível da realidade subjacente ao índice.

Um outro aspeto fundamental a ser considerado, a meu ver o mais relevante para uma primeira análise do que tem sido dito e escrito sobre a

posição de Portugal no IPC e sua evolução ao longo do tempo, prende-se com o facto de o IPC ser um índice baseado em opiniões sobre a realidade da corrupção, o que levanta algumas questões a ter em consideração aquando da sua análise. Desde logo, é importante reconhecer que as opiniões de uma mesma pessoa sobre o fenómeno empírico da corrupção serão quase de certeza diversas em diferentes momentos do tempo mesmo sem que a realidade empírica subjacente se tenha alterado, na medida em que entre esses diversos momentos do tempo a pessoa em causa vai ela própria mudando. Por isso, mesmo que todos os anos as pessoas cujas opiniões são utilizadas para construir o IPC fossem as mesmas, o que não acontece, as comparações ao longo do tempo deveriam ser efetuadas com bastante cautela.

Por outro lado, o facto da própria metodologia variar de ano para ano e de país para país faz com que comparações ao longo do tempo relativamente a um país e comparações entre países devam ser efetuadas e analisadas com extremo cuidado. Relativamente à comparabilidade entre países, é importante salientar que as fontes utilizadas são frequentemente diferentes. Por exemplo, no caso do IPC de 2012, enquanto no caso de Portugal foram usadas 7 fontes de informação, nos casos do Butão e de Porto Rico, que aparecem com as mesmas posição e pontuação de Portugal, e nos casos de Bahamas, Barbados e Santa Lúcia, que aparecem com posição e pontuação mais favoráveis, foram usadas apenas 3.

Não pretendo neste texto questionar a realidade da corrupção em Portugal. Ela existe e é um grave problema. Pretendo tão só alertar para a diferença entre perceções sobre corrupção e o fenómeno empírico da corrupção e salientar que as primeiras, porque fornecem pouca informação sobre o último, devem ser analisada com grande prudência.

Termino com um pedido de desculpa aos leitores por um título tão "mal amanhado", no qual a expressão "Portugal na corrupção" se refere ao posicionamento do país no Índice de Perceção da Corrupção. Espero, no entanto, que percebam a intenção.

Manuel Castelo Branco
2013-01-24

PODERÁ A TELEVISÃO ESTAR RELACIONADA COM A CORRUPÇÃO?

No seu mais recente livro, com o sugestivo título "O preço da civilização" [1], Jeffrey Sachs, reputado professor de Economia e diretor do Instituto da Terra (Earth Institute) da Universidade de Columbia (EUA), sugere a existência de uma relação entre níveis de visionamento de televisão num país e o respetivo posicionamento no índice de perceção de corrupção. De acordo com o seu argumento, quanto mais elevado o tempo de visionamento de televisão dos cidadãos de um país, maior é a perceção de corrupção nesse país. Sachs apresenta alguma evidência estatística, de acordo com a qual enquanto países onde o tempo médio de visionamento de televisão é relativamente baixo apresentam níveis de perceção de corrupção mais baixos (por exemplo, os países nórdicos), países nos quais o tempo médio de visionamento de televisão é relativamente elevado apresentam níveis de perceção de corrupção relativamente mais elevados (por exemplo, países do sul da europa). Há, no entanto, uma exceção importante, os Estados Unidos da América, país relativamente ao qual um elevado nível de visionamento de televisão, o mais elevado entre os países considerados por Sachs, não se traduz em equivalente nível de perceção de corrupção. Sachs sugere como explicação o facto de muita da corrupção nos EUA se encontrar legalizada, dando como exemplos os casos da atividade de lóbi e do financiamento de campanhas de partidos políticos por parte de empresas.

Como explicar a relação entre o visionamento de televisão e a perceção de corrupção? Uma parte da explicação poderá residir na relação entre o visionamento de televisão e a confiança mútua dos cidadãos de um país. Ora, de acordo com Jeffrey Sachs, há também evidência estatística de uma relação negativa entre confiança social e tempo de visionamento de televisão. Nos países com tempo de visionamento de televisão mais baixo, de que

são, mais uma vez, exemplos os países nórdicos, os níveis de confiança social são mais elevados. Pelo contrário, países que apresentam níveis relativamente mais baixos de confiança social são também aqueles onde se ocupa mais tempo a ver televisão. Retomando os argumentos de Robert Putnam, influente cientista político norte-americano, Sachs sublinha o efeito negativo da televisão no envolvimento dos cidadãos em atividade cívicas e na sua participação política. Esta perda de participação cívica e política dos cidadão tem consequências óbvias não só em termos de estímulo à e aceitação da corrupção, como também em termos das próprias perceções sobre esse fenómeno. Obviamente, a televisão é apenas um dos fatores a considerar na análise destas realidades. Elas são determinadas por uma rede complexa de fenómenos sociais, os quais são também por elas influenciados. Não obstante, estes impactos da televisão são significativos o suficiente para merecem algum destaque.

O exemplo do Butão é o que de forma mais dramática ilustra os efeitos negativos do visionamento de certo tipo de televisão. Este país mereceu uma referência por parte de Jeffrey Sachs no livro referido acima por ser aquele onde se tem tratado de forma mais séria a tarefa de medir e aumentar o nível de felicidade nacional, tendo sido pioneiro no desenvolvimento de um indicador de Felicidade Nacional Bruta e na reorientação das políticas para a sua promoção. Mas o Butão é também conhecido por ter sido o último a introduzir a televisão, o que ocorreu apenas em 1999.

Em 2003, Cathy Scott-Clark e Adrian Levy, dois reputados jornalistas, publicaram no The Guardian um artigo no qual davam conta da primeira onda de crime ocorrida no Butão [2]. “Os butaneses sempre se orgulharam de seus funcionários públicos incorruptíveis”, escreveram estes dois autores, “até que Parop Tshering, o tesoureiro-chefe de 42 anos da Empresa Estatal de Comércio, foi acusado em 5 de abril de desviar de 4,5 milhões de ngultruns (£ 70 000)”. Segundo um editorial do Kuensel, o jornal nacional, referido por Scott-Clark e Levy, começaram a surgir “famílias desfeitas, evasão escolar e outros casos de delinquência juvenil”, para além de “crimes associados ao consumo de drogas”, como “pilhagem de lojas, roubos e violência”. Estes e outros acontecimentos similares foram por muitos imputados ao aparecimento da televisão.

Como afirmaram Scott-Clark e Levy, o isolamento do Butão tornou o impacto da televisão ainda mais claro. Entre os resultados de um estudo sobre o impacto da televisão, mencionado pelos dois jornalistas, referiam-se

os seguintes: “mais do que 35% dos pais preferem ver televisão a falar com os seus filhos”; “quase 50% dos filhos veem até 12 horas por dia”. Ou seja, houve uma alteração radical dos relacionamentos.

Apesar do ocorrido no início deste século, o Butão continua a ser conhecido como um país que se caracteriza por um elevado nível de capital social, o qual está intimamente relacionado com o nível de confiança entre os seus cidadãos. Este país mereceu até, por este motivo, uma referência de Joseph Stiglitz, recipiente do Prémio do Banco Central da Suécia de Ciências Económicas em Memória de Alfred Nobel em 2001, no seu mais recente livro, intitulado “O preço da desigualdade” [3]. Este elevado nível de confiança social estará intimamente relacionada com um índice de perceção de corrupção nesse país relativamente baixo. Relembre-se que no Índice de Perceção da Corrupção (IPC) de 2012, da Transparência Internacional, o Butão apareceu com posição, 33.º lugar (entre 176 países), e pontuação, 63 (de 0 a 100, correspondendo 100 à melhor situação possível), idênticas às de Portugal. Entre os países do sul da Ásia, o Butão é o que se encontra melhor colocado no IPC.

REFERÊNCIAS:

1. Sachs, Jeffrey (2012), The Price of Civilization: Reawakening Virtue and Prosperity After the Economic Fall, Vintage.
2. http://www.guardian.co.uk/theguardian/2003/jun/14/weekend7.weekend2
3. Stiglitz, Joseph E. (2012), The Price of Inequality: How Today’s Divided Society Endangers Our Future, W. W. Norton & Company.

Manuel Castelo Branco
2013-05-09

INICIATIVA A LOUVAR CONTRA A CORRUPÇÃO

1. A corrupção é um fenómeno que só pode ser explicado com recurso a uma multiplicidade de factores.

É, ao nível individual, a incapacidade de pensar e sentir além de si mesmo, como se a sociedade não existisse; é a hipervalorização do dinheiro e do poder em detrimento da convivialidade, do amor, da abnegação, da participação colectiva, da construção de um futuro melhor; é uma personalidade egocêntrica e solipsista forjada na experiência de vida (determinada pela família, a religião, a educação, as amizades, as relações de vizinhança, as representações sociais, os usos e costumes, os projectos de vida) de cada um.

É, ao nível institucional, a interacção entre as características individuais e um conjunto contextos sociais em que todos nós nos inserimos: a teia de relações sociais, as formas de organização da actividade económica, o balanceamento entre os interesses individuais e os imperativos sociais, as concepções éticas dominantes e as ideologias que reflectem, e suportam, a dinâmica social. É a densidade das relações sociais de enaltecimento da honra e da solidariedade.

É, ao nível social, um vasto conjunto de factores facilitadores ou obstaculizadores dos comportamentos desviantes em relação à lei, ou às práticas sociais de bons costumes. É a proximidade e interacção entre o Estado e os cidadãos, é o conteúdo assumido pela liberdade e pela democracia; é a qualidade dos políticos e as formas de organização da sociedade; é a teia de poderes entre os políticos e os "senhores económicos" do mundo e do país; é a qualidade da legislação, é a intensidade da regulação e da fiscalização; é a organização da Justiça e a sua receptividade aos poderes dominantes.

É, ainda ao nível social, o entrelaçamento entre o mundo dos negócios e o da criminalidade económica organizada que faz com que a corrupção seja um fenómeno mais ou menos sistemático e relevante nas sociedades, mais

ou menos plutocrático e sofisticado. Que faz com que com os conflitos de interesse assumam uma maior ou menor impacto na construção da sociedade em que vivemos, metamorfoseando-se em fraudes diversas, em lavagem de dinheiro, em paraísos fiscais e judiciários, em financiamento ilegal das campanhas eleitorais, em economia paralela, em "altos valores patrióticos" subservientes aos lobbies constituídos, em conselhos de administração sem escrúpulos, enfim que acentua a degenerescência das relações éticas.

Dizer de uma forma simplificada "A corrupção é um fenómeno cultural!" é não diferenciar uma multiplicidade de factos, é expressarmos, de uma forma pomposa, a nossa passividade perante a imensidade e a indefinição do problema.

2. A diversidade de factores que poderemos, simploriamente, designar de "culturais" constituem o factor permissivo da corrupção. As mesmas situações podem gerar ou não corrupção, podem manifestar-se de forma mais ou menos adequada conforme as características desses "factores culturais".

Assim sendo facilmente concluímos que:

- O combate à corrupção exige atender às situações imediatas (ex. redução da burocracia, maior fiscalização, leis mais adequadas) mas também às realidades de enquadramento.
- Tal não significa, de forma nenhuma, uma subestimação das medidas pontuais e de acção imediata, mas a necessidade de assumi-las como vertentes de um conjunto mais vasto, de um projecto mais global e integrado, em que se articulem as acções pontuais com as de contexto.
- O combate à corrupção exige mais do que imediatismo, integrável no ciclo eleitoral do faz de conta; só será operacional se também englobar medidas de longo prazo (ex. mais cidadania, mais democracia substancial, mais solidariedade individual e interinstitucional).
- Muitas das medidas possíveis de combate à corrupção ultrapassam o âmbito de intervenção individual (ex. um sistema legal operacional e estável) e nacional (ex. fim dos paraísos fiscais e judiciários) e recomenda a própria modificação profunda das relações de produção (ex. superação da financiarização da economia)
- O combate è corrupção é um trabalho de todos. O facto de ultrapassar cada um dos decisores só pode ser a afirmação do imperativo de uma intervenção global, em que cada um é necessário.

Exige igualmente que se tenha em atenção os impactos sobre a corrupção que toda e qualquer medida, visando fins aparentemente alheios a esta problemática, podem ter sobre o processo da corrupção. Exemplo, uma "racionalização financeira" do espaço escolar pode reduzir a capacidade de formação cívica dos estudantes.

3. Todas estas considerações vêm a propósito do concurso "Imagens Contra a Corrupção" lançado pelo Conselho de Prevenção da Corrupção, que agora atingiu o fim do primeiro ciclo e cujos resultados podem ser vistos em http://www.youtube.com/user/ConcursoCPC/about.

Em relação a esta iniciativa queremos ainda louvar o facto de ser uma iniciativa voluntárias das escolas em resposta a um concurso aberto. Num país em que quase tudo é imperativo e de cima para baixo e em que se tem a capacidade inaudita de transformar boas vontades e iniciativas em processo formais sem conteúdo e aplicação efectivos (ex. planos contra a corrupção feitos "para cumprir o calendário") é de realçar percurso adoptado.

Esperamos que se saiba no futuro continuar esta dinâmica (ela só faz sentido se for para perdurar muitos anos, num crescendo de participação e qualidade), realizando um trabalho de proximidade com as escolas, permitindo uma maior diversidade de formas: imagem, poesia, conto, música, etc.).

Carlos Pimenta
2013-06-27

EDUCAR CONTRA A CORRUPÇÃO?

"Educar contra a corrupção" é um tema que tem vindo a despertar cada vez mais o interesse de organizações de combate à corrupção. A nível internacional, a melhor evidência disto é o mais recente Relatório Global de Corrupção da Transparência Internacional, o de 2013, o qual aborda também "o papel da educação e investigação no fortalecimento da integridade pessoal e profissional" [(1)]. Em Portugal, este tema também tem vindo a ganhar relevância. Disso mesmo é exemplo a aposta na educação e sensibilização de públicos juvenis do Conselho de Prevenção da Corrupção (entidade administrativa independente que funciona junto do Tribunal de Contas), através do concurso "Imagens Contra a Corrupção" [(2)]."Educar contra a Corrupção" foi também o tema do programa "Sociedade Civil" da RTP 2, o qual foi exibido no passado dia 8 de Outubro [(3)].

Neste texto, usa-se esta questão da educação contra a corrupção como pretexto para expor algumas interrogações e tecer alguns comentários que contribuam para a reflexão sobre elas. Debruçar-me-ei, em particular, sobre o caso das escolas de economia e gestão, por ser aquele que melhor conheço e que mais me preocupa, na medida em que delas saem muitos dos quadros que, nas empresas e na administração pública, tomam decisões sobre o envolvimento em actos de corrupção.

Com alguma frequência me perguntam se é possível, na universidade, fazer-se algo para mudar as atitudes e os comportamentos das pessoas relativamente ao fenómeno da corrupção, ou, se, pelo contário, devido às idades com que os estudantes ali entram pela primeira vez, já é tarde para se mudar tais atitudes e comportamentos. Há quem considere que os valores dos estudantes se encontram já formados e consolidados quando chegam ao ensino superior, pelo que a possibilidade de os afetar é extremamente reduzida. Em crónica anterior, de 5 de Julho de 2012 [(4)], deixei já expressa a minha discordância deste ponto de vista. Escrevi que nas escolas de economia e gestão se "moldam a identidade, perspetivas e aspirações dos

indivíduos que se irão tornar atores influentes em organizações poderosas". Considerei, por isso, que tais escolas são "corresponsáveis pela definição dos objetivos últimos das empresas e dos meios através dos quais se tem procurado atingi-los". Reitero aqui essas ideias.

Mas, de que vale educar e sensibilizar os estudantes das escolas de economia e gestão contra a corrupção se eles vão depois trabalhar em organizações nas quais muitas vezes se promove a corrupção, se não explicitamente, pelo menos através de ambientes favoráveis a esse fenómeno? Basta pensarmos nos mais recentes escândalos empresariais, nomeadamente os que tiveram como intervenientes os grandes bancos internacionais. Apenas a título de exemplo, gostaria de referir um exemplo de práticas "menos corretas" ocorridas no setor bancário nos EUA. Trata-se da utilização por parte dos bancos apenas de avaliadores que se disponibilizassem a atribuir aos imóveis preços preços artificialmente altos, o que correspondeu na prática à criação de uma espécie de "lista negra" de avaliadores honestos a não ser contratados, contribuindo fortemente para a crise do crédito hipotécario. Este episódio mereceu referência no relatório de 2011 da Comissão de Inquérito sobre a Crise Financeira [5], tendo essa referência dado origem a um artigo de opinião de William K. Black com o sugestivo título "Duas frases que explicam a crise e quão fácil teria sido evitá-la" [6].

Dado o que acabou de se deixar escrito, uma interrogação final que me parede pertinente é a seguinte: será que a crescente ligação entre as escolas de economia e gestão e os meios empresariais, em que se espera que as primeiras formem os estudantes de acordo com as necessidades imediatas dos segundos, é compatível com o combate à corrupção?

O tipo de práticas que foi referido acima, parece não ser tão pouco comum quanto isso, e provoca-me alguma inquietação quanto à necessidade de preparar os estudantes para serem bem sucedidos no mercado de trabalho e se inserirem o mais facilmente e rapidamente possível nos seus locais de trabalho. Por exemplo, sobre o Goldman Sachs, para o qual os "diplomados mais ambiciosos" em todo o mundo "sonham entrar", sabe-se que "os recém-chegados devem entrar em sintonia com a cultura da casa" [7]. Mas qual é a cultura da casa? A seguinte asserção parece corresponder à melhor descrição dela: "Este culto da vitória a qualquer preço, este universo onde tudo é permitido exceto o fracasso, este teatro da finança onde os espectadores, como os atores, só têm de mostrar bons sentimentos criam uma cultura do desprezo, um sentimento de superioridade mal dissimulada."[8]

NOTAS:

1. http://www.transparency.org/gcr_education
2. http://www.cpc.tcontas.pt/eventos/concursos/icc/2013_desenho/ConcursoDesenho.html
3. http://www.rtp.pt/play/p1043/e130778/sociedade-civil-viii
4. http://visao.sapo.pt/escandalos-empresariais-e-ensino-em-gestao=f673557
5. Veja-se o "Final Report of the National Commission on the Causes of the Financial and Economic Crisis in the United States" (http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/GPO-FCIC/pdf/GPO-FCIC.pdf).
6. http://www.huffingtonpost.com/william-k-black/two-sentences-that-explai_b_3566112.html
7. Roche, M. (2012), O Banco – Como a Goldman Sachs dirige o Mundo, Esfera dos Livros, p. 46.
8. Roche, M. (2012), O Banco – Como a Goldman Sachs dirige o Mundo, Esfera dos Livros, p. 52.

Manuel Castelo Branco
2013-10-31

A PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO...O CAMINHO FAZ-SE CAMINHANDO...

Há cerca de 4 anos (1 de Julho de 2009) o Conselho de Prevenção de Corrupção, aprovou uma Recomendação, sobre "Planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas", a qual refere que

> Os órgãos máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos, seja qual for a sua natureza, devem, no prazo de 90 dias, elaborar planos de gestão de riscos e infrações conexas.

De acordo com esta recomendação, o respetivo conteúdo deve abranger, nomeadamente, os seguintes elementos:

1. Identificação, relativamente a cada área ou departamento, dos riscos de corrupção e infrações conexas;
2. Com base na identificação dos riscos, identificação das medidas adotadas que previnam a sua ocorrência (por exemplo, mecanismos de controlo interno, segregação de funções, definição prévia de critérios gerais e abstratos, designadamente na concessão de benefícios públicos e no recurso a especialistas externos, nomeação de júris diferenciados para cada concurso, programação de ações de formação adequada, etc.);
3. Definição e identificação dos vários responsáveis envolvidos na gestão do plano, sob a direção do órgão dirigente máximo;
4. Elaboração anual de um relatório sobre a execução do plano.

Podemos dizer que, logo à partida, existiam pelo menos dois desafios; não só a elaboração dos referidos planos, com a necessidade do envolvimento e implicação de grande parte dos colaboradores nas entidades abrangidas,

para além dos seus próprios "órgãos máximos", como também, e sobretudo, o seu posterior aperfeiçoamento e monitorização.

Se o número de entidades que apresentaram os seus planos foi interessante, já o número de entidades que ao longo deste tempo tem acompanhado e revisto os seus planos iniciais é significativamente menor. Provavelmente não estarei muito enganado se afirmar que apenas cerca de 20% deu seguimento aos seus "planos" iniciais. Isto, apesar de, nestes últimos quatro anos, o Conselho de Prevenção de Corrupção, tentando contrariar esta tendência, ter vindo a realizar visitas pedagógicas a um significativo número de entidades, a fim de verificar in loco a forma como as medidas preventivas estão a ser implementadas e quais as dificuldades que estão a ser sentidas pelas organizações. O esforço de sensibilização tem sido uma constante e, desde data mais recente, o CPC é também um dos "observadores" do (muito) interessante projeto "gestãotransparente.org"; projeto que representa um verdadeiro guia prático de auxílio de gestão dos riscos de corrupção às organizações, o qual integra desde um glossário, enquadramento teórico e jurídico do problema, passando pela proposta de uma metodologia, até um simulador on-line de inequívoca utilidade.

Com a publicação em Diário da República do Decreto-Lei n.º 133/2013, no passado dia 3 de Outubro, o Governo estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector público empresarial, designadamente as aplicáveis ao governo das empresas públicas. Para efeitos do disposto no diploma, o setor público empresarial abrange o setor empresarial do Estado e o setor empresarial local e nele se fixam normas relativas às estruturas de governo societário, com destaque para o modelo de governo assumido, que deverá assegurar a efetiva separação entre as funções de administração executiva e de fiscalização.

Estabelecem-se neste decreto-lei os princípios de governo societário aplicáveis e as práticas de bom governo que devem ser observadas, sendo de salientar a prevenção da corrupção, a prevenção de conflitos de interesses, a adoção de um código de ética e a divulgação de informação, neste último caso com a apresentação anual de relatórios de boas práticas de governo societário.

Partindo de uma estrutura de governo societário adequada, que assegure desde logo a separação de funções entre as funções de administração executiva e as funções de fiscalização, adaptando, se necessário, estes

órgãos à dimensão e complexidade da entidade, a prevenção da corrupção surge referida no artigo 46º, onde pode ler-se no seu nº 1:

> 1 - As empresas públicas cumprem a legislação e a regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção, devendo elaborar anualmente um relatório identificativo das ocorrências, ou risco de ocorrências, de factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro.

Ou seja, recupera e reforça o que ficou estabelecido aquando da criação do Conselho de Prevenção de Corrupção, objetivamente, no âmbito das suas atribuições e competências.

Por outro lado, o diploma procede ainda à criação de uma unidade técnica de acompanhamento e monitorização do Setor Público Empresarial que deverá funcionar como uma estrutura especializada no acompanhamento do exercício da atividade empresarial pública.

Assim, o relatório referido no nº 1 do art. 46º deve ser publicitado quer nos sítios na Internet das próprias empresas quer no site desta unidade técnica.

Esta é mais uma iniciativa, agora da responsabilidade do Ministério das Finanças, no que respeita ao caminho que, paulatinamente, tem vindo a ser percorrido...

Este percurso na prevenção da corrupção não tem sido efetivamente muito célere e eficaz; contudo, o conjunto de medidas que têm vindo a ser concretizadas, com diferentes origens a abrangendo realidades diversas, têm permitido seguramente ir-se caminhando num fenómeno que é, como sabemos, transversal às esferas social, política e económica.

Nuno Moreira
2013-11-14

A OBRA DO FIM DE MANDATO

Tinha acabado de sair da reunião da ANMP em Coimbra e aquela ideia não lhe saía da cabeça: o seu colega, do partido adversário, presidia aos destinos de uma câmara com a dimensão da sua e tinha conseguido financiar aquela que seria a obra da sua vida. Já tinha esgotado há muito a capacidade de endividamento com todas aquelas rotundas, estátuas e ruas.

E até lhe tinha dado todas as pistas e contactos: só tinha que convocar uma reunião com a empresa que lhe apresentaria um estudo de viabilidade económica para criar uma empresa que garantia a construção da obra da sua vida.

Era só mudar o nome do projeto, do município e da empresa a criar. Assim garantia o financiamento da obra e, desde que fosse reposto o equilíbrio das contas da empresa em que a Câmara ia participar, nem sequer tinha problemas com o endividamento da câmara, há muito ultrapassado. Para além disso, como só ia ter 49% do capital da empresa, nem sequer tinha que comunicar a sua criação às entidades que exerciam o controlo financeiro. Passaria praticamente despercebida nas contas.

Só tinha que levar o projeto à Câmara e à Assembleia onde tinha a maioria para o fazer passar e onde a massa crítica não era suficiente para perceber a fragilidade dos dados e pressupostos do estudo que suportava todo o empreendimento.

Já sabia que os parceiros privados não iam assumir grandes riscos até porque assim não conseguiam financiamento na banca. Tinha que ser a Câmara a ficar com a fatia de leão dos riscos e o parceiro, que era empreiteiro e ia construir a obra da sua vida, a ficar com garantias de pagamentos regulares para pagar as prestações dos empréstimos e ainda ficar com uma margem de lucro confortável.

Afinal era justo: construía tudo, ficava com as rendas dos próximos 50 anos calculadas numa base partindo do pressuposto de utilização total do

equipamento e ainda com a disponibilização de fundos que lhe permitiam pagar as prestações mensais do empréstimo.

Claro que havia a questão de nomear os administradores da nova empresa e de criar um quadro de pessoal. Seria aqui que entraria a contra-partida para colocar uns tantos amigos do partido. Nem sequer tinham que aparecer muito ou tomar decisões.

Claro que já tinha pensado que se o projeto não corresse como previsto – o que era quase impossível, porque partia de dados irrealistas e que só serviam para demonstrar a viabilidade da criação da empresa – os seus sucessores iam ficar com uma herança pesada: uma dívida ingerível e a falta de receitas nos próximos 50 anos.

Mas esse já não era um problema seu….

Estava decidido: ia fazer o tal telefonema e avançar com a obra da sua vida. Afinal de contas, já não podia concorrer às eleições de 2013…

O homem sonha e a obra nasce! É simples!

Maria Amélia Monteiro
2013-11-28

CORRUPÇÃO EM PORTUGAL – ENTRE A PERCEPÇÃO E A REALIDADE

Há poucos dias, a 9 de dezembro, assinalou-se o dia internacional contra a corrupção, cuja data decorre da assinatura, em 2003, da Convenção da ONU contra a corrupção [1]

Poucos dias antes, a Transparência Internacional[2] tinha divulgado o índice de percepção da corrupção de 177 países, verificando-se, no caso de Portugal, uma estabilização relativamente ao ano anterior, na 33ª posição, com um valor absoluto de 62, contra o de 63 então registado, numa escala em que 0 corresponde a uma percepção de um país altamente corrupto e 100 a uma percepção de um país nada corrupto.

Apresentamos, a propósito, para que se tenha uma noção mais conjuntural da questão, os valores absolutos e as posições relativas registadas por Portugal neste índice ao longo dos últimos dez anos. Os valores mostram que, apesar das oscilações no posicionamento relativo no conjunto dos países avaliados (2º linha), pode aceitar-se que os índices absolutos (1º linha) não têm apresentado oscilações que possam considerar-se muito díspares, o que significará que, apesar de tudo, o índice de perceção da corrupção não tem variado assim tanto como por vezes se possa pensar ou se quer fazer crer.

Índices de perceção de corrupção registados para Portugal segundo a Transparency International[3]

ANO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Valor do índice registado	63	65	66	65	61	58	60	61	63	62
Posição relativa no conjunto dos países avaliados	27	26	26	28	32	35	32	32	33	33

Todavia, os elementos traduzidos por este índice são sem dúvida importantes, sobretudo por não existirem ainda mecanismos capazes de aferir, de uma forma exata, a dimensão real do fenómeno. O índice tem desde

logo a vantagem de permitir relacionar os países entre si, numa escala única, apesar de – insiste-se – se tratar de uma escala de percepção. É evidente – não podemos nunca perder de vista esta noção – que ele há-de representar alguma relação com a realidade objetiva do problema. Porém traduz uma percepção, nada mais ou pouco mais do que isso...

Pela sua natureza o problema da corrupção tende a estar socialmente oculto, um pouco à semelhança como o que sucede com outras questões de natureza similar, como sejam por exemplo a violência doméstica dos adultos, uns sobre os outros, sobre as crianças ou sobre os idosos, ou ainda em relação a hábitos de consumo de álcool, ou de drogas, etc. Por isso este tipo de problemas tendem a ser mais ou menos percecionados muito em função da atenção mediática que lhes seja conferida.

No caso da corrupção, é objectivamente verdadeiro que tem sido um problema muito mediatizado entre nós, sobretudo nos últimos anos. Em si mesma, esta mediatização é positiva, pois, como se disse, é ela que os traz para o discurso público, para a agenda social e política, permitindo assim a criação de espaços públicos de reflexão, de análise e de tratamento com outros olhos, com outros cuidados, com outra atenção... Só depois de se tornarem por assim dizer problemas do domínio público, os Estados tendem a procurar estratégias e mecanismos adequados para os resolver ou, pelo menos, para os controlar e prevenir.

Todavia o mediatismo pode ter outros efeitos, como sejam por exemplo - como parece ser manifestamente o caso da corrupção em Portugal – o de produzir uma sobre representação do problema.

Os mais velhos, sobretudo os que sejam de Lisboa, como é o meu caso, recordar-se-ão seguramente de uma sala de espelhos, que existia na velha feira popular, e que, por não serem perfeitamente planos e conterem determinadas convexidades e concavidades, reproduziam imagens estranhas, por vezes grotescas, daqueles que diante deles passavam. O que as pessoas viam e as fazia rir, nalguns casos a bom gargalhar, era as suas imagens distorcidas, ora esticadas, ora encolhidas, ora alargadas, ora estreitas, mas sempre – sempre! – distorcidas e nunca como efetivamente reconheciam ser o seu corpo...

Ora julgo que em relação à corrupção em Portugal a perceção da sociedade aponta para uma certa ideia excessiva, distorcida, que assume – à semelhança do reflexo nos espelhos – que tudo e todos são corruptos. No limite, que todos somos corruptos...

Por um lado, o discurso mediático é em si mesmo construído segundo determinados critérios que tendem a diferenciar o grau de publicidade de determinadas situações suspeitas relativamente a outras, focando muito particularmente os casos que envolvem nomes de destacadas figuras públicas[4]. Por outro lado, verificamos que por vezes esse discurso mediático acaba por ser, aqui e ali, reforçado por afirmações, as mais das vezes especulativas – na medida em que tendem a não ser acompanhadas por dados objetivos que as suportem ou que lhes confiram veracidade, no sentido de serem algo mais do que mera especulação – de opinion makers, que, como julgo seria sua função natural, em vez de apresentarem propostas mais concretas para procurar vias para solucionar os problemas invocados, preferem reforçar negativamente essa perceção, tornando-a mais convincente e a tender para essa ideia já expressa de que na realidade tudo e todos são corruptos...

Como digo, entendo que a perceção existente não corresponda no seu todo à verdade do problema e, pior do que isso (como também referi nos referidos artigos), que ela pode em si mesma ser perigosa, uma vez que, de entre outros efeitos, pode, no limite, induzir a ideia de um certo caos, de um salve-se quem puder, onde tudo é aceitável e admissível...

Mas, questionar-se-á, temos ou não um problema de corrupção? Claro que temos! – importa responder sem dúvida. Porém devemos também acrescentar que todos os países, à sua medida e em função do seu próprio contexto social, económico e cultural, têm também os seus problemas de corrupção. Todos, sem exceção, têm os seus próprios problemas de corrupção!

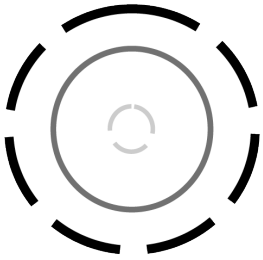
Nenhuma sociedade está, nem virá algum dia a estar – pensar e sobretudo acreditar no contrário é pura utopia – a coberto do problema.

A corrupção é um problema inerente ao viver em sociedade. Porém, daí a dizermos e, pior, a acreditarmos que estamos e vivemos num país de corruptos parece errado e sobretudo injusto para com os serviços públicos e a grande maioria dos funcionários que neles exercem funções, que necessariamente acabam por ser vistos no mesmo enquadramento.

A ser verdadeira a perceção existente, então teríamos uma realidade que nos mostraria que sempre que cada um de nós tivesse, por uma qualquer questão, de recorrer aos serviços públicos – e como se imagina, ocorrem diariamente milhares de contactos entre os cidadãos e os serviços públicos – iria muito provavelmente encontrar-se com um funcionário que acabaria por

denotar sinais mais ou menos evidentes de querer um pagamento indevido para realizar adequadamente a sua função, ou seja corresponder à nossa pretensão... Ora estou absolutamente certo, pela minha própria experiência de cidadão, que como qualquer outro – como o leitor, por exemplo – se desloca aos serviços públicos, de que isto não é verdade. Como digo, a grande maioria dos funcionários dos serviços públicos são pessoas da máxima seriedade, que respeita por educação e convicção os valores da ética e da moral e que por isso será incapaz sequer de equacionar, ainda que a título hipotético, qualquer solução que passe por práticas menos claras ou de corrupção!

Julgo pois que o problema existe. E mais, que tem efeitos nefastos a muitos níveis(5). Por isso têm sido criados mecanismos legais e institucionais para procurar soluções para lhe fazer face. Que estes mecanismos possam ser melhorados de modo a tornar-se mais eficazes na sua acção, é também verdade, pois é da sua própria natureza a possibilidade de serem sempre melhorados. Além do mais, acreditamos que haja ainda muito caminho a percorrer por esta via. Por isso todos os contributos positivos para a procura de passos consistentes nesta caminhada não podem deixar de ser considerados, nesta luta que é de todos e cujos benefícios são inquestionavelmente para todos...



Julgamos, para finalizar, que problema da corrupção em Portugal possa ser traduzido por um "boneco" simples, como o que se sugere, no qual o circulo mais alargado representa a dimensão do problema segundo a percepção existente (uma sobre representação da corrupção real), o circulo central representará a dimensão efetiva do problema, que, como se disse, não é possível aferir de forma exata, mas que denota ser inferior à dimensão percecionada, e o circulo menor representa uma dimensão, chamemos-lhe ideal, que será aquela que se pretende alcançar com a maior eficácia dos

mecanismos e estratégias de repressão prevenção, quer dos que já existem, quer dos que lhes venham a ser adicionados.

NOTAS:

1. https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil//Topics_corruption/Publicacoes/2007_UNCAC_Port.pdf.
2. www.transparency.org
3. Fonte: Transparency International – http://www.transparency.org/research/cpi/overview
4. Ver a este propósito as crónicas
   Corrupção ou corrupções? – de que falamos quando falamos de corrupção, publicada em Dezembro de 2011 e acessível em http://www.gestaodefraude.eu/wordpress/wp-content/uploads/2011/12/VisaoE151.pdf;
   Corrupção política em Portugal: Dez milhões de vítimas, publicado em Maio de 2012 e acessível em http://www.gestaodefraude.eu/wordpress/wp-content/uploads/2012/05/VisaoE174.pdf)
5. Ver *Corrupção, crime sem vítima…*, publicado em Dezembro de 2012 e acessível em http://www.gestaodefraude.eu/wordpress/wp-content/uploads/2012/12/VisaoE203.pdf

António João Maia
2013-12-19

IV CAPÍTULO
SOCIEDADE E ÉTICA

CRÓNICA DE UMA METAMORFOSE ANUNCIADA: OFFSHORES

1. A cimeira de Londres de 2 de Abril de 2009 assumiu posições que, se forem interpretadas unanimemente e aplicadas, podem conduzir a alterações muito significativas no funcionamento do sistema financeiro internacional.

Contrariamente a outras matérias em que apenas se ficou por formulações vagas (ex. "o crescimento da prosperidade, para ser sustentado tem de ser partilhado"), as medidas para a reconstrução do sistema financeiro e para uma regulamentação e controlo bastante diferentes do actual são detalhadas, quantificadas e precisas. Constam do comunicado principal e são objecto, sobretudo, do anexo "Declaração sobre o Reforço do Sistema Financeiro" .

Se as posições francesa e alemã podem ter influenciado essa mudança de posição, a razão fundamental dessa atitude encontra-se no reconhecimento generalizado de que a livre circulação dos capitais e a sua auto-reprodução nas bolsas de valores, totalmente desligada da produção de valor foram promotores da profunda crise de sobreprodução que actualmente vivemos. Assim como o foram, também, uma dinâmica económica empresarial e social subordinada ao curto prazo, a promoção de um Estado anoréctico economicamente, a defesa ou alheamento dessa situação pelos organismos internacionais.

Conhecida a relevância económica e política das offshores e o mediatismo que assumiu por muitas das fraudes estarem com elas relacionadas fizeram com que a possível posição do G20 em relação a esta matéria se transformasse no centro das atenções.

Se entendermos Centros Financeiros Offshores como regiões em que há

- uma redução da carga fiscal para os que aí investem ou fazem depósitos bancários;
- forte sigilo bancário e comercial, logo falta de transparência, e a recusa, mais ou menos velada, de prestação de informações a autoridades estrangeiras;
- a possibilidade e facilidade de criação de empresas fictícias;

a declaração do G20 combate-os com veemência. Sobretudo pelas exigências de transparência, de redução do sigilo bancário, de prestação de informações fidedignas nas investigações criminais. Pela exigência de registo de movimentos de capitais, pela defesa de uma regulação financeira mais eficaz.

São tomadas de posição positivas para quem defende um crescimento sistemático e duradoiro, uma mais equitativa distribuição do rendimento e da riqueza, uma mais forte cidadania democrática, um mais firme combate à fraude e a outras formas de crime, uma sociedade com relações éticas mais fortes e estruturadas.

Contudo não podemos estar eufóricos. Estamos apenas no início de uma dura, complicada e contraditória dinâmica social.

2. Frequentemente offshore é identificada com «paraíso fiscal». Corresponde à origem da sua existência e, como tal, os seus primórdios perdem-se na história das sociedades organizadas, remonta ao início da cobrança de impostos e da tentativa de escapar a eles. Neste sentido primitivo elas são a expressão dos conflitos entre países, aspecto que ainda hoje reflectem. Não é por acaso que até recentemente diversas conferências internacionais não se entenderam sobre o significado do que aparentemente era óbvio: o que é evasão fiscal. Não é por acaso que o Reino Unido mantém sob sua jurisdição, vários centros financeiros offshore, nomeadamente alguns de maior opacidade à escala mundial. Não é por acaso, nem por personalidade dos governantes, que o grito de alerta na recente conferência foi dada pela França e a Alemanha.

Associado a este sentido primeiro assistimos ao longo de décadas, quando se vivem períodos de crise, a uma sua condenação das offshores e a uma política de alguns países contra elas. As crises são, não só momentos de intensificação das contradições do sistema social, como momentos em que a falta de recursos financeiros pelos Estados assumem maior dramatismo: as receitas fiscais tendem a diminuir por redução da actividade económica,

exactamente quando se exige mais políticas de intervenção económica. Há acesas discussões sobre o assunto nos anos 20, na crise de 1929/33. Retoma-se nos anos 80, discute-se hoje.

Contudo as offshores têm sido aquilo que o sistema social delas exige. Com o capitalismo à escala mundial os centros financeiros offshore tornam-se cada vez mais associados à fraude (temática já discutida nos anos 20) e ao branqueamento de capitais, vulgo lavagem de dinheiro.

Na década de 80 e 90 entrou-se numa nova fase de organização do capitalismo à escala mundial. A hegemonia política e ideológica do (neo) liberalismo, defendendo a livre circulação do comércio e dos movimentos de capitais e o definhamento económico dos Estados, assumia as offshores como paradigmas da liberdade e do poder da iniciativa privada. O aumento do capital financeiro desligado de qualquer processo produtivo até níveis nunca anteriormente atingidos transformava as offshores em centros nevrálgicos da especulação, da criação de produtos financeiros cada vez mais fictícios, da repartição encoberta da riqueza mundial, de aumento, produtivamente injustificado, dos preços de algumas matérias-primas e produtos alimentares. A economia «sombra» assume uma importância crescente em todos os países, expande-se exponencialmente nos territórios da antiga União Soviética, espalha-se como mancha de óleo na degenerescência das relações éticas, no aparente lucro fácil e na consolidação das máfias. As offshores reforçam a sua opacidade, não colaboração, e passam a estar estreitamente associadas à criminalidade económica, ao crime organizado à escala mundial. As redes informáticas e de telecomunicações à escala mundial potenciam todas estas tendências, transformando a fraude, o crime económico e o branqueamento de capitais em actividades florescentes, de fácil promoção e de difícil combate e punição.

Durante anos a correlação de forças era manifestamente favorável aos defensores dos sacrosantos altares do capital financeiro. Quando se propunha a existência de uma pequena taxa (taxa Tobin) sobre os movimentos de capitais, que obrigava mais ao registo das operações que a qualquer encargo desses fundos, os arautos da "liberdade" entoavam hossanas. Associou-se, quiçá um pouco artificialmente, o branqueamento de capitais ao terrorismo para criar condições para um seu combate mais eficaz, mas as mentalidades pouco foram influenciadas. Quando as moedas e a carteira têm mais actividade neuronal que o cérebro humano tudo se justifica e racionaliza em nome do enriquecimento.

A profunda crise que actualmente vivemos, em que os "erros" financeiros assumem total evidência, veio modificar radicalmente a apreciação económica, política e ideológica sobre os Centros Financeiros Offshore. A correlação de forças modificou-se, a percepção alterou-se e é essa a situação que vivemos hoje.

3. A reunião do G20 formulou alguns princípios importantes.

Estão criadas as condições, no âmbito do capitalismo, para mudar a forma de organização económica, social e política, que se viveu e se reproduziu no último quarto de século. Contudo não bastam declarações, são precisos actos e mudanças de política. A relevância de algumas potencias económicas mundiais na organização das offshores, o entrelaçamento criado entre o crime económico internacional e as estruturas económicas e políticas, os apoios estatais que nesta crise têm sido dados às instituições financeiras e aos capitalistas que promoveram tais desmandos, em detrimento do sector produtivo e das populações, a continuação dos discursos neoliberais nos fóruns internacionais e o enfraquecimento económicos dos Estados que as actuações de décadas promoveram mostram que ainda estamos longe do fim das offshores, ou do fim das suas actividades perniciosas para uma sociedade mais democrática, mais equitativa e mais justa.

Numa entrevista a esta mesma revista em Fevereiro de 2008 afirmava que as offshores são «a hipocrisia do sistema». Seria bom não ter de repetir essa afirmação daqui a alguns anos, chamem-se offshores ou qualquer outra coisa.

Carlos Pimenta
2009-04-08

«A MÁQUINA DO TEMPO»

Uma das questões que insistentemente e ao longo dos últimos anos se têm suscitado ao nível da opinião pública prende-se com os índices de (in)eficácia do nosso sistema de Justiça, nomeadamente no campo da Justiça Penal, sabendo-se como se sabe da importância fulcral que um bom sistema de Justiça possui para toda a sociedade, nomeadamente em sistemas livres e democráticos, como o nosso. Arrisco mesmo a afirmar que a evolução de uma sociedade depende, pelo menos em parte, da confiança que os respectivos cidadãos depositem no sistema de Justiça que os serve.

Diversos inquéritos de opinião realizados nos últimos anos em Portugal têm vindo a concluir que a generalidade dos cidadãos não apresenta grande confiança no funcionamento da nossa Justiça. O próprio discurso social é demonstrativo dessa descrença: que é muito lenta, que tem um discurso demasiado erudito que a generalidade das pessoas não consegue entender, que por vezes não se compreendem os resultados que apresenta, que parece ter dois pesos e duas medidas, mostrando-se forte e implacável para com os fracos e indefesos e fraca e subjugada para com os poderosos, são alguns dos argumentos que diariamente temos oportunidade de ouvir um pouco por todo o lado.

Não sei se efectivamente a Justiça portuguesa é ou não eficaz, se é ou não célere, se produz ou não um discurso demasiado erudito, ou sequer se tem ou não dois pesos e duas medidas, nem estas linhas procuram chegar a alguma conclusão acerca destes aspectos. O que se pretende tão só com esta breve reflexão será procurar perceber aquela que parece ser uma das principais razões através da qual as pessoas constroem a percepção que possuem acerca da nossa Justiça.

Num estudo de carácter sociológico que recentemente concluí tive oportunidade de constatar que muito provavelmente a percepção social existente em muito se fica a dever à acção dos media. Não condeno a sua

acção, longe de mim tal ideia! Sou até um defensor da sua função, desde que realizada de forma objectiva, rigorosa, isenta e em concordância com as regras dos respectivos códigos deontológicos. Não tenho qualquer dúvida de que os media possuem uma função muito importante nas sociedades modernas, qual é a de terem a faculdade de trazer para o debate público alguns problemas sociais que de outra forma jamais ou dificilmente teriam a oportunidade de ocupar um espaço na agenda social.

Será no contexto desta função de informar a sociedade que, sempre que se têm suscitado fumos que possam indiciar a ocorrência de crimes, nomeadamente de natureza económica e financeira – ou de colarinho branco, como também são conhecidos – e quando estejam envolvidos nomes de figuras destacadas da vida política ou da actividade económica, se têm gerado autênticos vendavais de notícias, algumas delas puramente especulativas – não respeitando portanto os princípios que apontei anteriormente -, mas que, no seu todo, muito contribuem para a edificação de uma certa perspectiva acerca dos factos sucedidos, deixando no ar mais ou menos implícita a ideia de tais crimes terem ocorrido e de terem sido praticados por tais figuras. Ocorrem os denominados "*Julgamentos na Praça Pública*", em que se edifica uma determinada versão dos factos sucedidos, cobrindo com um manto de suspeição os nomes das ditas figuras destacadas de vida política e económica. Estou certo que o resultado de todo o "*ruído*" produzido por tal vendaval acaba por tornar-se numa espécie de "*alavanca*" que empurra para a destruição o bom nome desses cidadãos, que, tal como todos nós e até "*prova em contrário*", a ele têm direito.

E aqui chegamos a um ponto muito importante da questão, que reside precisamente neste aspecto que denominamos de "prova em contrário". É que a prova que é efectivamente válida é a que é produzida pela Justiça, e, como sabemos, a produção desta prova é (muito) diferida no tempo. Como sabemos, nas situações em que a Justiça encontra elementos indiciadores da prática dos ilícitos, quando o julgamento dos respectivos suspeitos se inicia, já há muito que foram "condenados" no "*Tribunal da Opinião Pública*". Porém nos casos em que não foram encontrados indícios da prática de ilícitos, ou quando os elementos encontrados demonstram que não ocorreu ilícito algum, essa "*condenação*" do "*Tribunal da Opinião Pública*" sobre o bom nome dos envolvidos mantém-se. O manto de suspeição dificilmente será apagado, até porque as respectivas decisões judiciais não são divulgadas pelos media com a mesma força (e portanto com o mesmo efeito) com

que haviam sido divulgadas as notícias aquando da fase inicial das investigações. A este propósito julgo oportuno mencionar alguns dos resultados que alcancei num estudo que recentemente efectuei sobre os conteúdos das notícias divulgadas pela principal imprensa escrita editada em Lisboa em torno da temática da Corrupção (MAIA, António (2008) "*Corrupção: Realidade e Percepções – O Papel da Imprensa*", Tese de Mestrado, Edição Impressa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa). Em tal estudo foi possível constatar que 37,9% das notícias divulgadas acerca de práticas ocorridas em Portugal que consubstanciavam o crime de "corrupção", correspondiam a factos que se encontravam ao mesmo tempo em investigação judicial, enquanto apenas 18,6% correspondiam a situações com Acusação Judicial, 14,3% a situações já em Julgamento, 4,3% a Condenações e valor igual (4,3%) relativamente a casos que haviam sido Arquivados (ou seja em que não se demonstrou a prática de qualquer crime), havendo ainda 19,3% das notícias que não faziam qualquer referência à fase judicial em que se encontrava o respectivo procedimento criminal. Julgo que estes dados permitem demonstrar de forma clara as diferenças de potencial mediático que os casos merecem por parte dos media, quando são despoletados e quando os respectivos processos judiciais chegam a fases finais (Arquivamentos, Acusações e Condenações), podendo aferir-se do peso e da importância que desta forma podem adquirir os "*Julgamentos na Praça Pública*" e os mantos de suspeição que se edificam em torno dos suspeitos.

Por outro lado importa acrescentar a existência de um grande (enorme) desfasamento entre o tempo em que se realiza o "*Julgamento na Praça Pública*", que não será muito afastado relativamente ao momento em que sucederam os factos sob suspeição, e o tempo em que se procede ao Julgamento Judicial, nos casos em que a respectiva investigação criminal encontrou indícios que o justifiquem. Relativamente à criminalidade económica, a realidade tem-nos mostrado que, em regra, as Audiências de Julgamento têm lugar alguns (bons) anos após o surgimento das suspeitas (por vezes mais de uma década depois).

Relativamente a este aspecto importa salientar a perspectiva dos próprios profissionais que exercem a sua função no âmbito da actividade da Justiça, e com a qual concordamos plenamente, que afirmam que a Justiça tem os seus tempos e ritmos próprios, que resultam do estrito cumprimento da lei, e que, por consequência, pelo menos enquanto se mantiverem em vigor as regras actuais, muito provavelmente o cenário não sofrerá grandes

alterações. Invocam mesmo, o que não será menos verdade, que muito do tempo despendido ao longo do procedimento criminal resulta de diligências solicitadas e recursos apresentados pelos próprios suspeitos no âmbito do seu natural direito de defesa. Tudo perfeitamente legitimado, portanto!

Porém será este desfasamento temporal existente entre os dois julgamentos (o da "*Praça Pública*", que tem o efeito de criar rótulos em termos da imagem social dos suspeitos, e o da Sala de Audiências, que é o efectivo, mas do qual pouco ou nada se sabe) que parece prejudicar em muito a imagem que os cidadãos possuem da Justiça. Em concordância com os resultados do estudo invocado anteriormente, não parece nada estranho que por vezes as pessoas comentem que "*relativamente aos casos dos políticos a Justiça nada faça. Os jornais e as televisões fartam-se de falar de suspeições, ilegalidades e crimes por eles cometidos, e depois esses casos caem no esquecimento e a Justiça nada faz a tais Indivíduos*". Ora isto, como sabemos, não é verdade. Todos os casos têm o seu fim. O problema é o tempo que decorre até lá chegar e a pouca (para não dizer nenhuma) importância mediática que possuem então.

No contexto social da actualidade, nomeadamente nos grandes centros urbanos, a vida decorre em ritmos cada vez mais elevados, que nos leva a termos a sensação de estarmos permanentemente atrasados, embora não saibamos exactamente em relação a quê, entre o agora e o agora, num processo que nos vai formatando gradualmente e de forma inconsciente para esta sensação de necessidade de termos sempre informação muito actual (tendencialmente em "*tempo real*") acerca de tudo o que acontece no mundo. É neste contexto de correria, que esporadicamente nos sentimos quase "obrigados" a parar, quando um jornal ou um canal de televisão nos atira de repente algures lá para trás, para momentos e factos que por vezes dificilmente conseguimos recordar, para nos revelar afinal o resultado de um ou outro caso judicial, num processo que em muito se assemelha a uma espécie de "*Máquina do Tempo*".

É tempo de a sociedade no seu todo, através dos responsáveis políticos, na qualidade de estrategas a quem ciclicamente confiamos a tarefa de definir as regras de funcionamento da nossa organização colectiva, conjuntamente com os funcionários da Justiça, por conhecerem melhor do que ninguém o funcionamento da máquina, encontrar alternativas de funcionamento mais modernas, mais concordantes com os "tempos presentes", por forma a que as decisões que produza sejam encontradas num tempo

não muito desfasado da realidade dos factos. Por vezes, nomeadamente em situações de criminalidade económica, as testemunhas e os próprios suspeitos quando estão em plena audiência de julgamento nem se lembram muito bem dos factos sucedidos dado o intervalo de tempo entretanto decorrido.

Sem querermos estar aqui a fazer comparações, necessariamente sempre redutoras, até porque cada caso é um caso, nomeadamente no âmbito da Justiça, tomemos em consideração a título de exemplo o caso do violador Austríaco, que menos e um ano depois de ter sido detectado foi já julgado e condenado, e também o caso do Americano Madoff, que, da mesma forma, menos de um ano depois de detectado, está já a ser julgado pelos tribunais do respectivo país. São sinais de sistemas de Justiça bem mais céleres e certamente não menos justos do que o nosso, e que julgo todos, sem excepção, gostaríamos de sentir existir no sistema judicial Português. Sinais desta natureza certamente que aumentariam os índices de confiança de toda a população, e por essa razão tornar-se-iam úteis ferramentas para o aprofundamento da qualidade da nossa democracia.

Como bem afirmou o nosso anterior Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, no Supremo Tribunal de Justiça aquando da abertura do ano judicial de 2002, "*justiça que não é célere, pronta e universal gera impunidade, insegurança e, por essa via, enfraquecimento da autoridade democrática do Estado*".

António João Maia
2009-04-16

FALÊNCIAS EM TEMPOS DE CRISE

1. A temperatura estava amena, o sol brilhava no céu azul da manhã, a viatura deslizava suavemente numa das auto-estradas portuguesas. Não sei quem introduzira o tema, que versava sobre um documentário que os meus companheiros de viagem haviam visionado no dia anterior, num dos canais da televisão por cabo. Segundo explicaram, contava a vida de um empresário americano cujo negócio consistia em comprar empresas em estado de pré-falência que, posteriormente, liquidava por venda separada dos activos. Confessaram que o que mais os irritara no dito programa foi o à-vontade com que o empresário falava do seu "know-how" e da eficiência com que executava cada um dos seus projectos, enquanto demonstrava insensibilidade para com o drama humano que atingia os trabalhadores das empresas que liquidava.

Entrei na conversa. Reconheci que em tempos de crise como os que se vivem estamos todos mais sensíveis para os problemas humanos e sociais associados ao desemprego. Ajuntei, no entanto, que o dito empresário estava, também, a seu modo, a desempenhar uma importante função social, que consistia em reciclar recursos improdutivos que, mais tarde, reintroduzia na economia. Desse modo, sublinhei, ainda que indirectamente, ele fomentava a criação de novas empresas e de emprego.

Esta visão pragmática não teve acolhimento da parte dos meus companheiros, a quem incomoda sempre, qualquer que seja o contexto, a simples menção à palavra "lucro". Pese o meu esforço, não consegui fazê-los compreender que o drama dos trabalhadores nunca tem origem na liquidação de empresas inviáveis, mas nos antecedentes que levaram a que elas tivessem chegado a tal situação. E acrescentei que o pior que podia acontecer a todos – trabalhadores, proprietários, credores, etc. – era um processo de liquidação de empresa demorar mais de um dezena de anos, como tantas vezes acontece em Portugal. Não se deram por convencidos. A viatura,

insensível ao pesado silêncio que se instalara no seu interior, suavemente desfazia as curvas e como uma seta percorria as rectas.

2. Tal como os seres vivos, também as empresas têm um ciclo de vida que se inicia com o "nascimento" (fundação), se prolonga por um período de actividade que pode ser mais ou menos longo e termina com a "morte" (liquidação). Portanto, por muito que custe a quem a elas está mais directamente ligado, o desaparecimento de empresas não deve ser encarado como um drama pessoal e social mas, tão só, como fazendo parte do ciclo de rejuvenescimento do tecido empresarial, uma etapa essencial à reafectação dos recursos económicos e humanos ineficientemente empregues nas unidades desaparecidas. Mais, toda a actividade que possa ajudar nesse ciclo – por exemplo, tornar o processo de liquidação mais expedito, facilitar a criação de novas empresas – deve ser encarada como positiva para a sociedade e como passível de reduzir o sofrimento humano que está associado a tal reafectação reafectação.

Portanto, não deve "chorar-se" pelas empresas que desaparecem, mas sim por aquelas que "não nascem".

3. Segundo o Diário Económico de 13 de Abril último, no primeiro trimestre do ano 1.207 empresas iniciaram uma acção de insolvência, o que significa um crescimento de mais de 80% face ao número congénere do ano precedente. Estatísticas que não deixam ninguém indiferente, sobretudo quando se pensa no que de sofrimento humano, de expectativas desfeitas, está subjacente a tais números.

Porém, é de admirar que sejam tão diminutos, sobretudo tendo em consideração o período de crise económica que se vive. Com efeito, segundo estimativas do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Gabinete de Estratégia e Planeamento, de 2000 a 2006 mais de 30.000 empresas "desapareceram" anualmente, i.e. cerca de 10,8% das empresas nacionais. No mesmo período, a criação de novas empresas foi, em média, superior ao das desaparecidas, permitindo um saldo positivo de cerca de 1,8%.

Muito facilmente se constata, a partir destas estatísticas e assumindo que o número médio de desaparecimentos se mantém, que apenas cerca de 15% do total destas empresas se irão apresentar a tribunal para efeitos de abertura de processo de insolvência. Neste contexto, surgem dúvidas quanto à transparência do encerramento dos restantes 85%. Dúvidas que, diga-se, se vão avolumando com as notícias que sobre o assunto diariamente

são divulgadas pelos "media" e apontam no sentido de que muitos desses encerramentos têm, de algum modo, natureza fraudulenta.

4. "Três meses de salários em atraso. O patrão desapareceu. Os trabalhadores montaram uma vigília à porta da fábrica para impedir que as máquinas sejam retiradas da fábrica. Esta é a situação que se vive nas confecções Ladário, em Paredes." (Diário Económico, 13/4/2009). Neste pequeno extracto – um exemplo entre muitos outros que se poderiam apresentar – há três aspectos, correspondendo às três primeiras frases, que deveriam merecer uma pequena reflexão da parte de cada um, da parte das autoridades em particular.

As dificuldades económicas e financeiras que levam uma empresa ao desaparecimento não surgem da noite para o dia. São o resultado de um processo gradativo, qual doença que vai piorando com o tempo. Às primeiras dificuldades, a gerência deveria traçar um plano de acção destinado a debelar o problema. Na impossibilidade de este ser resolvido, um pedido de insolvência deveria ser apresentado a tribunal. Nunca, por nunca, deveria ser possível a uma empresa continuar a laborar sem remunerar os factores de produção envolvidos, particularmente o trabalho, gerando os famigerados "salários em atraso". Se outra razão não existisse – mas há! – a continuação em laboração de tais empresas é passível de distorcer a concorrência no mercado e "contaminar" empresas sãs, que correrão o risco de vir a ter o mesmo destino das doentes.

É-se confrontado muitas (demasiadas) vezes com o facto do patrão, que na maior parte das empresas é também o gerente, não ter sequer coragem para olhar cara na cara os seus funcionários e comunicar-lhes a real situação da empresa. Quantas vezes os trabalhadores chegam às instalações da empresa pela manhã, supostamente para iniciarem mais um dia de trabalho, e é então que, face à porta fechada, são confrontados com a dura realidade de terem perdido o seu posto de trabalho, por encerramento da empresa. Em termos éticos e humanos, tal tipo de atitude da parte da gerência é, no mínimo, repugnante.

O epílogo deste drama é consubstanciado na necessidade dos trabalhadores assegurarem, por si próprios – já que as autoridades são incapazes de o fazer –, a preservação dos bens da empresa ("a massa falida"), após o respectivo fecho, evitando que o "empresário" (entre aspas) indevidamente deles se aproprie. Imagino como se sentirão revoltados por, depois de tudo o que lhes "caiu em cima", ainda terem de exercer o papel de "polícias" para

salvaguardar aquilo que por Lei devia estar automaticamente salvaguardado. Qualquer cidadão se sentirá envergonhado por viver numa sociedade onde isto acontece e o comportamento fraudulento dos "empresários" é tolerado.

5. Falir é, como acima se defendeu, mais uma etapa – a última – na vida das empresas, um modo de libertar recursos ineficientemente empregues e os reafectar a novos projectos. Não deve ser, pois, motivo de vergonha para o empresário, nem a sociedade o deve discriminar por tal. Tudo o que se exige é que o respectivo processo de falência seja transparente. Encerramentos de empresas em que esta última característica não esteja presente – de modo particular, os casos em que o "empresário" adopta comportamentos fraudulentos – deveriam ser motivo de condenação legal e de censura social. Para além de outras penalidades que a Lei impusesse, o "empresário" não deveria ter possibilidade de voltar à vida empresarial … sem antes ter frequentado acções de formação ética, cívica e técnica que fornecessem à sociedade um mínimo de garantias de que, em idênticas situações futuras, o seu comportamento seria necessariamente diferente, para melhor.

P.S.: Releio a parte final do último parágrafo. Tenho de concluir que sou um sonhador, num país de "brandos costumes".

José António Moreira
2009-05-14

FUNDAÇÕES, MADOFF E SUPERVISÃO

1. As Fundações são muitas vezes a principal fonte de financiamento para programas de desenvolvimento e investigação científica, assim como para a criação e apoio a infra-estruturas de saúde e de solidariedade social. Por seu lado, projectos de investigação financiados por uma Fundação adquirem elevado prestígio resultante da respeitabilidade que estas instituições detêm. A sociedade precisa e sai fortalecida com a atitude filantrópica guiada para o bem público.

Para rentabilizarem os seus fundos recorrem inevitavelmente às bolsas de valores.

2. Nos Estados Unidos da América um grande número de Fundações privadas registou perdas avultadíssimas com os investimentos realizados nos fundos de Bernard Madoff ("Bernie" para os amigos), tendo mesmo muitas encerrado. Entre as Fundações associadas ao Council on Foundations, 51 Fundações fecharam e 143 estão em grandes dificuldades (ver Jennifer Moore, The Chronicle of Philanthropy, 6 Maio 2009). Como sabe o caro leitor, Madoff foi acusado em 11 de Março de ter elaborado um esquema de Ponzi que teve como resultado perdas para os clientes na ordem dos 50 mil milhões de dólares americanos, estando agendada a sentença para 29 de Junho próximo, podendo enfrentar uma condenação de 150 anos de prisão.

Um esquema de Ponzi (Charles Ponzi tornou-se famoso por usar esta técnica após ter emigrado da Itália para os Estados Unidos, em 1903; não tendo sido o primeiro a inventar tal esquema, foi o mais notado em função da grande quantidade de dinheiro envolvida) é uma operação fraudulenta que proporciona aos investidores lucros anormais baseados no seu próprio dinheiro mas sobretudo no dinheiro dos investidores subsequentes. É habitual identificar-se aquele com um esquema de pirâmide, mas há diferenças. Naquele tipo de esquema, o promotor interage com todas os investidores directamente, enquanto que num esquema em pirâmide quem recruta novos

participantes beneficia directamente desse facto e, em geral, explicita-se que o dinheiro novo será a fonte de pagamento dos investimentos iniciais. Como exemplo de um esquema de pirâmide temos o chamado jogo da roda, muito usado recentemente em Portugal.

O grande problema, e também característica, destes esquemas é a sua não sustentabilidade, sendo o segundo menos sustentável que o primeiro. Um esquema em pirâmide colapsa rapidamente pois requer o crescimento exponencial de participantes, enquanto que um esquema de Ponzi pode manter-se mais tempo compensando um número moderado de novas entradas com a persuasão dos investidores existentes a reinvestirem o seu dinheiro. Os investidores mais antigos obterão grandes lucros se deixarem o esquema antes deste implodir, e os mais recentes vão perder todo o seu investimento. A ganância e/ou a ignorância fazem com que muitas pessoas coloquem o seu dinheiro nestes esquemas, mesmo sabendo que se trata de uma fraude. Chamam-se esquemas a estes processos, e não estratégias de investimento, exactamente porque o seu progresso é insustentável, implodindo quando a retirada de dinheiro excede os depósitos ou quando interrompidos pela acção do regulador (o esquema criado por Charles Ponzi durou cerca de 18 meses).

O esquema de Madoff, no entanto, durou mais tempo do que esperado, sendo por isso considerado o maior esquema de Ponzi alguma vez implantado. Madoff de alguma forma conseguiu conter o crescimento exponencial necessário à sustentabilidade enquanto manteve a estabilidade do esquema. Se a captação contínua de novos investidores foi sendo conseguida pela áurea de exclusividade e respeitabilidade que detinha, a estabilidade foi sendo garantida com a incorporação de um conjunto de investidores seleccionados e fortes com a premissa de que não efectuariam grandes retiradas do dinheiro investido. Madoff ao conseguir oferecer os seus serviços a Fundações de caridade e de apoio à investigação científica jogou uma dupla cartada: obteve novos fundos e deu confiança à entrada de investidores privados (ver Mitchell Zuckoff, Fortune, 29 Dezembro de 2008).

3. O fundo de Madoff geriu a dotação de muitas Fundações e, por conseguinte, conduziu muitas delas ao encerramento. A Fundação Picower encerrou após 20 anos de actividade após ter distribuido mais de 268 milhões de dólares. Entre muitos apoios atribuídos a projectos de investigação nas áreas médica e da educação, a família Picower contribui com cerca de 50 milhões de dólares para a criação do Picower Institute for Learning

and Memory, um instituto do Massachusetts Institute of Technology (ver Jennifer Couzin, Science, 2/01/2009: http://www.sciencemag.org/cgi/content/full/323/5910/25). A Fundação Justice, Equality, Human dignity, and Tolerance (ver notícias de 15/12/2008: http://www.jehtfoundation.org/news/), que apoiava em particular a Amnistia Internacional e a Human Rights Watch, encerrou também após o vendaval "Bernie". São exemplo de Fundações severamente lesadas, a Fundação Wunderkinder, mantida pelo famoso realizador Steven Spielberg e a Elie Wiesel Foundation for Humanity, estabelecida por Elie Wiesel, prémio Nobel da Paz (ver a declaração desta fundação: http://www.eliewieselfoundation.org/madofffraudstatement.aspx).

Em Portugal, o total da factura da fraude protagonizada por Bernard Madoff, independentemente do tipo de investidor, cifra-se em perto dos 100 milhões de euros (ver Diário de Notícias de 18 Dezembro 2008].

4. O sucedido mostra que uma fraude económica ultrapassa em muito o seu âmbito, repercutindo-se em múltiplas actividades sociais. Chama mais uma vez a atenção para a necessidade de constante vigilância e de uma supervisão agressiva por parte dos reguladores. O papel da comunicação social é também essencial.

Paulo Vasconcelos
2009-06-18

A FRAUDE COMO UM ACTO DE EGOÍSMO

Em certo sentido podemos aceitar que os modelos de organização e funcionamento das Sociedades Humanas se posicionam algures num ponto intermédio de uma linha cujos extremos são, a um lado, formas de relacionamento interpessoal marcadas pelo egoísmo e unicamente pela defesa dos interesses pessoais de cada sujeito face aos que o rodeiam, e, a outro lado, por formas de relacionamento interpessoal altruístas, em que os sujeitos se inter-relacionam de uma forma pacífica, sempre animados por uma lógica de colocar acima de tudo o denominado bem comum.

Apesar de nunca se posicionarem exactamente nos extremos, é evidente que os modelos de organização social que se conhecem se aproximam mais de um ou de outro extremo, ou, o que é mais comum, é, ao longo do seu processo histórico-evolutivo, irem-se aproximando ora de um ora de outro. Se por vezes os contextos de relacionamento social parecem aproximar-se predominantemente do egoísmo, em que as pessoas quase deixam de se respeitar umas às outras, vivendo quase numa lógica de "*salve-se quem puder*", noutros momentos esses contextos parecem deixar adivinhar relações sociais baseadas numa sã e franca solidariedade social. Apesar desta descrição assim fria e simplista, é claro que nem todos os sujeitos de uma qualquer sociedade são egoístas ou altruístas em todas as situações das suas vidas. Há, isso sim, situações em que num mesmo intervalo de tempo, uma grande maioria das relações sociais estabelecidas pelos sujeitos parece aproximar-se mais de um extremo do que do outro.

Os factores que em regras comandam estas oscilações são, por um lado, os valores cultivados pela própria Sociedade e a forma como eles são propagados pelos sujeitos, nomeadamente como são incutidos nos novos membros (através dos denominados processos de socialização), e as sanções aplicadas aqueles cuja actuação contrarie as normas que a Sociedade estabelece com base em tais valores. Assim se num determinado intervalo de tempo e numa determi-

nada Sociedade, os valores prevalecentes forem fortes, os sujeitos estiverem bem socializados (fortemente integrados na sociedade por acreditarem em tais valores) e os prevaricadores (aqueles que desrespeitam as normas – e os valores em que elas se baseiam) forem sancionados de forma considerada justa, o modelo de funcionamento desta Sociedade tenderá provavelmente a estar mais próximo do que se disse ser o altruísmo, ou seja mais em favor dos interesses comuns. Ao invés, se os valores forem fracos, por se encontrarem por exemplo em mutação (situação que, como refere E. Durkheim no seu modelo teórico de "*anomia*", deixa os sujeitos em situação de alguma angústia "*anómica*", por desconhecerem quais os padrões de actuação prevalecentes), ou se, independentemente de serem mais ou menos fortes, esses valores não estiverem convenientemente apreendidos e interiorizados pelos sujeitos (porque por exemplo o sistema de socialização tem falhado na sua função), ou ainda porque o sistema sancionatório dê mostras de também ele estar em falha (por não aplicar as respectivas sanções aos sujeitos que dão sinais de ter desrespeitado as normas), os sujeitos (nomeadamente aqueles que ainda acreditam nos valores e cumpram as normas) podem ser mais facilmente tentados a aproximar-se no pólo egoísta, ou seja a nortearem, de forma crescente, as suas relações sociais unicamente em função dos seus interesses pessoais, independentemente de estes concordarem ou serem contrários aos interesses colectivos.

Em nosso entender este parece ser, pelo menos em parte, um dos factores explicativos para a situação que presentemente parece subsistir em termos da ocorrência de situações de Fraude, sejam elas de que natureza forem. Quando, por exemplo, um cidadão tem a percepção de estar diante de uma franca possibilidade de não pagar a totalidade dos impostos que, de acordo com a taxa legal, deveria pagar, e, em função dessa percepção, decide não declarar todos os seus rendimentos, reduzindo assim o montante dos impostos a pagar e incrementando, através deste processo, a qualidade das suas Férias, esquecendo que, ao contrário, se efectuasse esse pagamento (como seria socialmente expectável), a Sociedade no seu todo beneficiaria por exemplo de obras de melhoria num troço de uma estrada municipal, ou de um parque infantil no jardim de um bairro, está a tomar a sua decisão tendo como base os seus interesses pessoais, que colocou acima dos interesses colectivos.

Neste contexto e sem colocar de parte que possamos estar efectivamente a atravessar um profundo processo de alteração de valores sociais (em resultado dessa autêntica revolução chamada globalização), ou que as

frequentes convulsões vividas no seio do sistema de ensino possam reduzir a eficácia da sua função socializadora (a este aspecto podemos ainda acrescentar alguma turbulência no seio de uma das mais fortes instituições de uma qualquer sociedade, que é a família), parece que o sentimento de impunidade reinante (que vários estudos sociológicos nacionais e internacionais demonstram existir) pode ajudar a explicar os sinais crescentes de ocorrência de Fraudes, algumas delas de dimensão considerável. Em nosso entender e como já tivemos oportunidade de afirmar noutros textos anteriores, é importante que o sistema de justiça seja eficaz na aplicação de sanções às situações confirmadas de Fraude (bem assim como de outras infracções de natureza económica e financeira, como o caso flagrante e tão badalado do crime de Corrupção) e em complemento que essas sanções sejam ajustadamente divulgadas através da opinião pública, por forma a que o sentimento de impunidade se reduza e, através dessa redução, os futuros potenciais prevaricadores mais dificilmente se decidam pela prática de actos de natureza semelhante, sempre que a oportunidade para tal se lhes depare.

Finalizo com uma passagem de um filme de banda desenhada que ficou famoso há uns anos atrás e cujo título é "*SHREK*". Trata-se de um filme em torno da construção de uma relação de amizade entre um "*Ogre*", que vivia só num pântano, e um "*Burro*", que ali chegou verdadeiramente interessado em arranjar um amigo. A chegada deste "*Burro*" foi uma verdadeira dor de cabeça para o "*Ogre*" e para a solidão que este insistia em querer manter. De entre as primeiras palavras que o "*Ogre*" dirigiu ao "*Burro*" encontram-se as seguintes:

"*Não Burro! Não há nós!*"
"*Há apenas Eu e o meu pântano!*"

É tempo de definir estratégias, criar mecanismos e implementar métodos que evitem que a Sociedade se aproxime vertiginosamente de se transformar numa espécie de pântano onde sobressaem apenas os "*Ogres*", e onde os que respeitam as regras sintam ser cada vez mais "*Burros*".

António João Maia
2009-07-09

CRIMINOSO ATÉ PROVA EM CONTRÁRIO

Foi difícil obter uma resposta favorável da parte do conceituado professor americano ao convite que lhe havia sido endereçado para vir fazer uma palestra à Faculdade. Agora, vinha uma parte não menos difícil: fazer-lhe perceber que só poderíamos pagar as despesas de viagem se elas fossem suportadas por uma factura com o nome da Faculdade e o respectivo número de contribuinte. Ofereceu-se-lhe a solução de comprarmos a viagem em Portugal. Depois de muita insistência lá condescendeu em prescindir da auto-marcação da viagem, enviando a reserva provisória que fizera na internet com menção do respectivo preço em dólares. Contactada agência de viagens credenciada, obteve-se o bilhete por um preço que, feita a conversão cambial, era mais caro apenas 60 Euros do que o que ele teria obtido.

Pensará o leitor que, tratando-se de dinheiro público, 60 Euros, ou outro montante por inferior que seja, não pode ser adjectivado com um "apenas" como se fez. Tem toda a razão. Penso o mesmo. Clarifico. O "apenas" pretendeu tão só reflectir o alívio por não ter sobrevindo diferença de custo mais elevada. No entanto, a sensação de impotência para obviar a esse "desperdiçar" de recursos foi de intensidade semelhante à sentida em outras situações congéneres em que estavam em causa montantes bem mais substanciais. Por exemplo, quando em deslocações de trabalho a possibilidade de usar voos "low cost" é colocada de lado por as companhias que as operam não emitirem facturas (formais) em nome da entidade patronal.

Não sei quanto pesam nos cofres do Estado – aos contribuintes! – estas diferenças de preço, ocasionadas pela rigidez com que as instituições se debatem na aquisição de bens e serviços. Mas, como diz o Povo, deve ser uma "conta calada". Que justifica que se procure o culpado por tal situação.

O funcionário que vai viajar é obrigado a seguir o que está regulamentado na aquisição de serviços. Se o não fizer, não será reembolsado do gasto incorrido. É culpado? Não. A Instituição a que pertence esse funcionário

segue as directivas superiores que lhe são impostas e, em termos alegóricos, é o fiambre no meio da sanduíche: de um lado tem os auditores que escrupulosamente verificam se os ditames da Lei foram observados no que respeita à conformidade dos documentos; do outro, o Tribunal de Contas, que repete essa verificação e pode, mesmo, impor aos dirigentes da Instituição a reposição de verbas que não estejam devidamente justificadas em termos formais. É culpada? Não. O ministério da tutela, por sua vez, limita-se a impor o que está previsto na Lei quanto à efectivação e justificação de despesas, e que é transversal a todos os outros ministérios. É culpado? Não. O Governo, no seu conjunto, limita-se a aplicar o enquadramento legal que já vinha do passado, eventualmente retocado. Pode até assegurar que foi a União Europeia, por via da Directiva 2001/115/CE, de 20 de Dezembro, que impôs os elementos formais que uma factura actualmente deve conter (transcritos no art.º 35.º do CIVA, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 256/2003, de 21/10/2003). Além disso, poderá acrescentar que tais medidas formais são um dos mecanismos de controlo para evitar comportamentos fraudulentos (Com que resultados!!! Ainda se lembram de há uns anos alguns deputados da República terem defraudado o erário público com a apresentação de facturas formalmente correctas que não correspondiam a efectivas viagens?) É o Governo culpado? Não. É a culpa da Assembleia da República, a entidade que, em última análise, é responsável pela elaboração da Lei? Não.

Parece que se está, portanto, perante mais um daqueles casos, tão recorrentes em Portugal, em que a culpa "morre solteira". Talvez não seja o caso, como se verá mais adiante.

Em muitos casos, a Lei portuguesa não se distingue sobremodo da dos seus parceiros comunitários. O caso em apreço, relativamente ao formalismo dos documentos, é um desses. O enquadramento legal não será muito diferente em Inglaterra, por exemplo. E, no entanto, Instituições inglesas congéneres dão mostras neste domínio – como em muitos outros – de uma flexibilidade enorme, que permite facilitar a vida de todos os envolvidos, com a correspondente poupança de recursos financeiros. A explicação para este aparente enigma reside numa diferença muito subtil, não formalmente enunciada, que respeita ao modo como cada cidadão é visto pelo Estado. De um modo muito singelo, pode referir-se que em Inglaterra cada cidadão é considerado inocente até prova em contrário; em Portugal é o oposto, com o cidadão a ser considerado (potencial) criminoso até prova em contrário.

Mas não seria justo deixar o Estado como o "mau da fita" pois, em questões de desconfiança relativamente aos outros e às instituições, os portugueses em geral tendem a adoptar comportamento semelhante. Existe no país como que uma desconfiança difusa, mas generalizada e muito enraizada, que mina todas as relações sociais. Tal desconfiança tornou-se uma característica da cultura vigente, algo que faz parte do sentir mais profundo de cada um. Um exemplo do dia-a-dia: o lacrar por parte da respectiva segurança dos sacos com que necessitamos de entrar nos super ou hipermercados. Nem nos questionamos sobre este tipo de comportamentos (que até já foi mais ostensivo), mas ele traduz a desconfiança existente quanto à honestidade do cliente, que se assume ser desonesto (potencial criminoso) até prova em contrário.

Para quem nunca viveu fora do país durante algum tempo esta afirmação da existência de uma desconfiança endémica que todos praticam pode ser difícil de aceitar, até porque um dos princípios fundamentais do nosso ordenamento jurídico é exactamente o considerar que todo o indivíduo é inocente até prova em contrário. E é difícil de aceitar porque, como referido, passou a fazer parte da cultura, entranhou-se no modo de ser e de actuar de cada cidadão e, através destes, no das organizações que são a base do Estado. Um outro exemplo: imagine que concorreu a um emprego na Função Pública. Liste a quantidade de documentos que vai ter de apresentar, na generalidade com um objectivo único: provar aquilo que uma mera declaração sob compromisso de honra poderia resolver (apresentação de um certificado com selo branco e tudo para provar que tem um curso; apresentação de certidão de nascimento, a acrescer ao bilhete de identidade, para provar que nasceu (?); etc.). Imagine agora que vive em Inglaterra, onde nem bilhete de identidade existe. Mesmo sendo um estrangeiro, para a maior parte das relações com o Estado uma simples declaração assinada sob compromisso de honra basta. E que boa sensação quando não nos barram a entrada nos supermercados para lacrarem as nossas sacas! Será que os ingleses são mais honestos do que os portugueses? Não me parece.

O que eu sei é que as relações sociais entre eles tendem a ter subjacente, em permanência, o pressuposto da confiança na contraparte, da sua honestidade, do aceitar, por princípio, que ela actua de boa fé. Esse sentimento, que se contrapõe à referida desconfiança endémica que vigora na sociedade portuguesa, permite criar flexibilidade nas relações a todos os níveis, muito em particular nas organizações. Mas há nesse edifício baseado na confiança

um elemento central: a Justiça inglesa pune severamente e em tempo quem, comprovadamente, não se mostrar digno dessa confiança. Por exemplo, quem presta falsas declarações.

Aqui está o "calcanhar de Aquiles" português: a inexistência de um sistema de justiça que funcione em tempo e para todos sem distinção, facilitando a construção de relações baseadas na confiança. Num cartoon recente do Luis Afonso no jornal Público, a propósito do julgamento e condenação de Robert Madoff, o cliente informava o "barman" de que pouco mais de seis meses depois da descoberta da fraude financeira o culpado havia sido condenado a 150 anos de prisão. Resposta do "barman": se fosse em Portugal, o tribunal demoraria 150 anos a julgá-lo e aplicar-lhe-ia uma pena de 6 meses. Na "mouche". Capta na perfeição o sentir dos portugueses relativamente ao modo como funciona a Justiça.

Na ânsia de tornar o país melhor e mais dinâmico, os sucessivos governos afanam-se na produção de carradas industriais de leis e mais leis – veja-se o caso do programa SIMPLEX, por exemplo –, sem terem em consideração que o maior dos problemas – o PROBLEMA por excelência – reside na ausência de um efectivo e funcional sistema de justiça. Falta essa que afecta de forma avassaladora a vida em comunidade, mesmo em aspectos que aparentemente nada têm a ver com a Justiça, como é o caso da compra de uma viagem para um professor americano que brevemente nos vem visitar.

José António Moreira
2009-09-03

A NECESSIDADE DE FRAUDE

Em todas as actividades humanas no seio de uma sociedade, estão subjacentes os conceitos de certo e de errado. A moral e as leis têm por objectivo a criação de um contexto comum a partir destes conceitos aplicados às acções e pensamentos humanos. Sem isto não existiria sociedade.

No entanto, somos humanos. Temos vontades, desejos, pensamentos, inclinações, impulsos próprios e individuais, muitas vezes contrários aos melhores interesses da sociedade. E, por vezes, humanos como somos, fruto da nossa individualidade, empreendemos acções contrárias à moral comum e mesmo às leis.

É neste confronto permanente entre sociedade e indivíduo que se define grande parte da vida humana. É também aqui que se definem as fronteiras, as margens, entre o que é aceitável e o que não o é, em termos de sociedade.

Assuma-se que todos temos tendências desviantes em potencial, que podem ou não ser concretizadas. E entenda-se também que estes comportamentos desviantes não são uma perversão do ser humano: são algo inerente (e necessário) à própria existência da sociedade; uma resposta do 'indivíduo' à tirania limitadora da 'sociedade', que permite a existência de um equilíbrio dinâmico na fronteira entre o que é e não é permitido.

É nesta fronteira que podemos situar a temática de fundo deste artigo: a fraude. É tese (polémica) deste artigo que a fraude é, enquanto comportamento desviante, algo que deve ser encarado como inerente (e mesmo necessário) ao próprio funcionamento da sociedade, das organizações e instituições e dos indivíduos.

O que é a fraude, senão o fruto de uma necessidade (ter bens ou vantagens que não se obteriam de outra forma), de uma possibilidade (a noção que o acto individual pode escapar à vigilância da sociedade) e de uma racionalização (a mudança do referencial, da tal fronteira que marca, para o indivíduo, o que é aceite e o que não é aceite)?

Do ponto de vista do indivíduo, é esta a receita para a perpetração de actos fraudulentos. O que começa como a satisfação de uma necessidade pessoal, resulta na alteração da própria definição do mesmo das fronteiras do que é e não é lícito perante a sociedade. Quem cometeu uma fraude vai, muito provavelmente (e enquanto não for apanhado) repetir a dose. Após a primeira 'traição', surge a auto-justificação para actos continuados.

Do ponto de vista das organizações, a fraude é um enorme risco, quer do ponto de vista quantitativo, quer do ponto de vista qualitativo, nomeadamente aos níveis de ambiente organizacional, imagem/reputação e sustentabilidade a prazo). As estimativas apontam para cerca dos 10% de receitas para áreas como os impostos e os seguros de saúde ou automóvel.

Infelizmente ainda é observada uma atitude negligente, mesmo de auto-negação, de muitas organizações no que toca a este fenómeno endémico. Esta atitude tem resultados muito objectivos: a fraude também funciona em mercado; onde for mais 'lucrativo' e 'fácil' perpetrar fraude, é aí que tal irá acontecer. Ou seja, as organizações mais conscientes e activas na prevenção e combate à fraude irão empurrar este fenómeno para as organizações que tenham atitudes mais passivas e ineficazes em relação ao mesmo.

E as organizações mais inteligentes saberão, inclusive, aproveitar a pressão imposta pela fraude para identificarem zonas de risco e para se motivarem para melhorias contínuas dos seus processos (e resultados) de negócio. Passar de uma atitude de inobservância relativamente à fraude para uma postura que encare a fraude (ou melhor o seu combate) como um desafio e uma oportunidade de melhoria contínua é sinal de uma organização madura, voltada para a sua envolvente externa e orientada para um futuro de sustentabilidade e crescimento.

A chave para minimizar o risco de ocorrência de fraude está no entendimento das razões pelas quais esta ocorre, na identificação de áreas de negócio de risco, e na implementação de procedimentos e sistemas que visem reduzir a vulnerabilidade destas áreas.

As organizações devem utilizar uma mistura de meios para combater fraude, entre os quais se encontram a formulação de um Código de Ética e uma Política de Fraude formal e conhecida por todos, Auditorias, externas e internas, e Sistemas de Informação de Monitorização e Detecção de Fraude. Estes últimos são uma componente essencial, uma vez que permitem implementar soluções que utilizem a informação existente nas organizações

para suportar o combate a este fenómeno de forma automática, consistente, dinâmica e adaptável no tempo às novas formas de fraude que sempre vão surgindo.

Sendo a fraude um fenómeno estrutural e inerente à sociedade, há que aproveitá-la, não ignorá-la. Esta diferença é apenas mais uma variável, se bem que da maior importância, por atacar directamente o *bottom-line*, na equação da competitividade e sustentabilidade do negócio.

Pedro Santos Moura
2009-09-10

O SILÊNCIO ENSURDECEDOR DO CRIME

1. «Os escravos de Lake Placid [EUA] eram invisíveis, peças da nossa economia que se desenvolve num universo paralelo». «Enquanto os membros da comunidade de reformados jogavam golfe, havia ali atrás um campo de escravos. Dois mundos, falando línguas diferentes», refere-se no importantíssimo artigo publicado no *Geographic Magazine* de Setembro de 2003, onde se denuncia a escravatura contemporânea. O autor, conhecedor da tendência humana para ignorar o que não quer conhecer, afirma categoricamente não se tratar de uma metáfora: «Falamos mesmo de escravos. Não de seres humanos que vivem como escravos, trabalhando por um salário miserável. Não são também os escravos de há 200 anos. Falamos dos 27 milhões de pessoas que, em todo o mundo, incluindo Portugal [e portuguesas], são compradas e vendidas, exploradas e brutalizadas para dar lucro».

Na apresentação recente dos primeiros resultados do Observatório do Tráfico de Seres Humanos em Portugal refere-se que foram sinalizados 231 casos, para além dos muitos casos que nem chegaram a dar sinais de existência. É possível que um dos traficantes seja alguém nosso conhecido, bem instalado na vida, muito afável e simpático, excelente contador de anedotas, e por quem nos afeiçoámos. Talvez a vítima que abdicou, "voluntária" ou forçadamente, de um órgão por uma centena de euros seja um nosso vizinho ou aquela moça contratada para uma festa de despedida de solteiro.

Dez por cento do volume de vendas das empresas a actuar em Portugal nunca chegam a ser registados como vendas da empresa. Esse montante astronómico é fraudulentamente desviado para os bolsos de alguns, para contas bancárias, de preferência em *offshores*, onde a sua identificação seja quase impossível e esteja livre de qualquer investigação e pagamento de impostos. Talvez todos os domingos, no fim da missa, nos cruzemos com um desses defraudadores, quiçá elemento do crime internacional organizado. A

sua vida é modesta, a solidez da sua família garantida, os "elevados princípios éticos" incontestáveis.

Todos os dias circulam notas de euro falsas e poderá acontecer que tenha na sua carteira algum exemplar fabricado no mês passado numa tipografia cuidadosamente montada numa garagem. Adquiriu-a num qualquer processo de troco e colaborou, obviamente de forma inconsciente, no eficaz funcionamento da rede de falsificadores ao utilizar essa nota no caixa do supermercado.

2. Apesar destas, e muitas outras situações que se atravessam no nosso caminho, continuamos a pretender ignorar esta realidade, a não inscrever estas realidades nas nossas experiências, nas práticas sociais, nos comportamentos políticos.

Os princípios orientadores são de fuga à realidade, de não assunção das responsabilidades:

- "Portugal é um país de brandos costumes, estas desgraças são em países distantes".
- "Sabemos que há fraude nas empresas, mas não é na minha".
- "Se há alguma fraude contra a minha empresa a responsabilidade é dos clientes e fornecedores".
- "Se alguma fraude for cometida por um funcionário, certamente que não é pelo pessoal da minha confiança".
- "Por acaso aconteceu uma fraude na instituição que dirijo, mas é melhor resolver isto internamente, em segredo".
- "Detectamos uma grande fraude fiscal, mas desde que pague ao Estado o que deve é melhor não instaurar nenhum processo crime".
- "Parece haver indícios de crime, mas o senhor X é tão influente... Vamos esperar".

É esta "política de avestruz", de faz de conta, que explica algumas situações que vivemos no Portugal recente, quando a força dos factos era mais forte que a "bondade", exigindo uma intervenção. É também ela que justifica que grande parte da economia «sombra» continue a prosperar, que as fraudes prossigam e os defraudadores enriqueçam alegremente.

A única excepção a esta condescendência, talvez seja a postura face ao "tráfico de droga", tal é a devastação que gerou em muitos lares.

3. Algumas perguntas se impõem. Eis algumas, a título de exemplo:

- Se os defraudadores e os traficantes são menos de 1% da população, como se justifica que os restantes 99% andem tão distraídos?
- Se a grande maioria das empresas e outras instituições são vítimas de fraude e é um bom negócio evitar que elas aconteçam porque não tomam as medidas adequadas?
- Se a solidez de uma instituição é mais mensurável pela capacidade de detectar e prevenir fraudes que pela sua aparente ausência, porque se insiste em encobrir as situações verificadas, incluindo da polícia?
- Se a fuga intencional aos impostos prejudica todos os cidadãos e o Estado não se deveria ir mais além do que a mera exigência de pagamento?
- Se todos os dias recebemos correio electrónico que nos pretende burlar porque não promover iniciativas de uma mais regular e eficaz esclarecimento?

Há várias razões para este voltar de costas, este faz de conta:

- Pela sua própria natureza a economia «sombra» não é imediatamente visível e a fraude utiliza a simulação.
- As informações sobre estes assuntos são escassas, e há receio de se abordar publicamente estes temas.
- A nossa distracção, condescendência e "bondade" inscrevem-se em razões sociológicas profundas, visíveis nos indicadores de psicologia social, no "Medo de Existir" (José Gil) ou nos inquéritos sobre a corrupção e as práticas políticas (vide os trabalhos dirigidos por Luís de Sousa).
- O brotar de um individualismo acompanhado de uma relativa degenerescência das relações éticas, enfraquecendo os referenciais de intervenção social.

Perante uma tal situação só há uma actuação civicamente responsável: Informar, formar, moralizar. Forjar uma sensibilidade colectiva, fornecer conhecimentos para uma prática de detecção e prevenção, educar moralmente os cidadãos. Estimular o funcionamento das instituições de forma que a responsabilidade social (efectiva) e a honestidade sejam estimuladas, ao mesmo tempo que as práticas perniciosas e a fraude sejam exemplarmente condenadas.

4. Um apontamento final. Frequentemente os investigadores de crimes, em geral, e de fraudes, em particular, são muito avessos à divulgação pública

da informação, argumentando que aquela poderia fazer aumentar as práticas criminosas, poderia ensinar potenciais defraudadores.

Não negamos que há que ter alguns cuidados, a analisar em cada caso concreto, mas esse secretismo desinforma mais os que deveriam estar precavidos que os criminosos. Estes têm as suas fontes de informação e os seus meios de experimentação montados. Essa postura generalizada tem exactamente o efeito contrário ao pretendido: reforça a fuga à realidade dos cidadãos e das instituições cumpridores dos seus deveres; não funciona como aviso aos criminosos de que há vigilância. Enfim, reproduz-se o ambiente favorável para os traficantes e os defraudadores.

Carlos Pimenta
2009-10-22

QUERO VOTAR EM MOBILIDADE

O Sr. António, a trabalhar nas vindimas que o aproximam da sua terra natal no Douro, viu-se na obrigação de se deslocar propositadamente ao Porto, onde reside, para exercer o seu direito de voto. Perdeu o dia e despendeu várias dezenas de euros, daqueles que lhe restam após impostos. O Eng. Luís ainda hoje não se conforma com a decisão que tomou em não votar por se encontrar recentemente a trabalhar em Espanha e não se ter informado a tempo sobre como poderia efectuar a sua obrigação cívica. A Sra. D. Maria, emigrante na África do Sul, já há muito que deixou de votar pois o consulado mais próximo do seu local de trabalho e residência fica a várias centenas de quilómetros de distância. As centenas de estudantes Erasmus que todos os anos saem de Portugal para estudar num ambiente de ensino móvel, flexível e intercultural, não têm condições para no período da mobilidade tratarem da logística necessária ao voto.

Se os cidadãos têm o dever de exercer a sua cidadania plena e votar, não deve a sociedade que deles esse acto exige criar as condições necessárias para a sua concretização? Eu quero votar em mobilidade. Com a sociedade de informação a impregnar o dia-a-dia de todos nós, porque é que ainda não se pode votar em mobilidade? Confesso que não percebo! Diminuir a abstenção e aumentar a participação não devem ser os objectivos a perseguir? Agora que saímos de uma série de processos eleitorais, acho que estamos tranquilos para reflectir, de novo, sobre esta matéria. O novo cartão do cidadão já permite, com elevados níveis de segurança, um registo centralizado dos direitos de voto de cada eleitor.

Bom, nesta fase, o caro leitor estará a pensar no voto electrónico, e daqui já o seu pensamento vai para as máquinas de votação e, porque não, para a votação pela internet. É justo dizer que instituições portuguesas com responsabilidade na matéria já se debruçaram, sobre estas questões, e tenho esperança que o continuem a fazer. Várias iniciativas foram realizadas,

incluindo a experiência piloto nas eleições legislativas portuguesas de 2005; foi testado o voto electrónico recorrendo a quiosques electrónicos disponibilizados em cinco freguesias, assim como foi testado, na emigração, o voto através de um portal na internet. A manifestação de conforto e simplicidade de processos foi elogiada pelos nossos concidadãos que fizeram parte da experiência.

Embora na maioria dos países o voto seja exclusivamente presencial e em papel, há já alguma tradição, embora se reconheça pequena, de voto electrónico noutros países, alguns na Europa. O voto electrónico acarreta problemas de confidencialidade e segurança. Pelo lado tecnológico, os especialistas alertam para possibilidade de fraude. O uso de voto electrónico não presencial pode trazer desconfiança de apropriação de identidade. Identificar o voto com o votante é o primeiro grande problema, pois é necessária a realização de alguma forma de confrontação para validação e recontagem. Ainda, o voto electrónico exige o acesso à rede e, por conseguinte, é um sistema que estará sujeito a ataques informáticos. Há muitas suspeitas em relação à utilização de máquinas de voto produzidas por um fabricante. Estas máquinas, são por exemplo muito utilizadas nos Estados Unidos, e há muita desconfiança sobre alguns dos resultados que estas produziram no passado recente. O uso de computadores pessoais dificulta mais ainda o cenário pois não há controlo sobre o software existente nessa máquina. Muitos problemas estão identificados, mas também para eles há já muitas propostas de solução. Já é rotina entregar a declaração de rendimentos via internet, assim como consultar e movimentar a conta bancária via "homebanking". Também para estes casos muitos problemas de confidencialidade e segurança se colocaram, e colocam ainda, mas hoje ninguém concebe viver neste mundo de alta velocidade sem estas funcionalidades.

Muita informação e esclarecimentos plurais podem ser encontrados nos portais da CNE (Comissão Nacional de Eleições), da DGAI (Direcção Geral da Administração Interna) e da UMIC (Agência para a Sociedade do Conhecimento), entre outros.

Mas é fundamental atender à mobilidade garantindo uma drástica redução da abstenção. Todos nos recordamos de um referendo onde quase 60% dos eleitores não votaram...

Para mim, poder-se-ia avançar rapidamente para a mobilidade com verificação presencial de identidade, por exemplo. Não se resolveria todos os casos mas seria um passo de gigante. Quando se fala em mobilidade o

que se pretende é que um cidadão eleitor possa votar numa qualquer secção de voto e não ser obrigado a deslocar-se à secção onde está recenseado. Ou seja, esta mobilidade tornará mais claro o que é uma abstenção, pois nos casos do Eng. Luís, da Sra. D. Maria e dos estudantes Erasmus não houve abstenção, houve sim impedimento de votarem.

Já levamos quase tantos anos de democracia como de ditadura. Muitos apreciam votar e esse voto é para eles a razão de uma vida de luta para que hoje cada um possa exercer esse direito elementar, independentemente de sexo ou convicções políticas. Sou eternamente reconhecido a estes heróis por me possibilitarem votar, independentemente de ser na forma presencial ou virtual, mas em mobilidade, em liberdade.

Não é o escrutínio rápido que está em causa, pelo menos num País como Portugal onde em poucas horas se tem uma aproximação muito boa do resultado final. Também não são argumentos ecológicos de poupança de papel, pois infelizmente tal representaria uma contribuição demasiado pequena para a sustentabilidade no planeta. A confidencialidade é importante, e para casos em que o eleitor é zeloso do seu voto até porque pode querer escrever uma patetice no boletim ou votar no partido político que publicamente combate, deve poder manter a fachada votando presencialmente em papel. Este meu desabafo é, apenas, contra a forma única actual de votar.

A mobilidade trará consigo benefícios óbvios. Facilitará o voto a pessoas com mobilidade reduzida ou com incapacidade de deslocação por estarem internados ou presos a uma abençoada máquina. Para quem não se pode deslocar a nenhuma secção de voto ou a um consulado no caso dos emigrantes, já há procedimentos que permitem com elevada segurança identificar o eleitor, enviando a pedido deste para a sua residência um conjunto de credenciais para serem usadas no voto. O voto em mobilidade exige, o que é saudável e recomendável, cadernos eleitorais electrónicos, única forma de gerir eficazmente o recenseamento eleitoral.

Em conclusão, a instalação de uma ou várias formas complementares ao voto presencial em papel, deve ser implementada. Não existem sistemas 100% seguros. O actual é bastante seguro porque se baseia na desconfiança mútua, tipo guerra fria, onde os adversários se vigiam mutuamente tendo a fraude em mente. É obviamente possível desenvolver sistemas mais inteligentes que minimizem as possibilidades de fraude. As vulnerabilidades têm de ser identificadas e, senão eliminadas, terão de ser combatidas e reduzidas, mas não se pode deixar de fazer por se prever que fraudes possam

ocorrer. Se há cidadãos capazes de usar a inteligência para daí retirar benefícios ilícitos, muitos mais há que sabem que como espécie não conseguiremos sobreviver sem estar numa sociedade democrática e livre. Sim à segurança, mas com liberdade. A fraude, essa, previne-se e combate-se.

Paulo Vasconcelos
2009-11-19

“FACE OCULTA”:
UM MAU PENSAMENTO QUE ME OCORREU

1. O caso “Face Oculta” tem sido o entretenimento público do Outono de 2009. Não fora a gravidade social que se lhe reconhece, poderíamos vê-lo como uma novela de primeira água, com um enredo que nem aos mais imaginosos argumentistas ocorreria.

O “segredo de justiça”, de há muito moribundo, acabou por levar mais uma machadada. A última, antes das que se lhe seguirão. A facilidade com que se “penduraram” no pelourinho os arguidos do caso é sintomática da devassa a que os processos que o constituem estão sujeitos. Dá a impressão, para quem está de fora a assistir, que tais processos estão num qualquer vão de escada, em cima de uma secretária, ao alcance da curiosidade de quem passa. Mas não estão, obviamente (penso eu). O que significa que apenas um reduzido número de pessoas terá acesso ao respectivo conteúdo. Portanto, cada um de nós, espectadores involuntários, poderia esperar que, nesse universo pessoal restrito, haveria boas hipóteses da tradicional comissão de inquérito, que nestes casos de violação do segredo de justiça sempre é nomeada, poder detectar os culpados pela fuga de informação. Nada mais errado. Nunca se chega a conclusão alguma. E este caso também não será diferente.

2. O senhor José é um cidadão português, com todos os impostos em dia, que nunca deixou de exercer o seu direito de voto. Aqui há uns meses, em véspera de eleições, os serviços camarários decidiram finalmente levar a luz eléctrica à rua onde mora. E aconteceu que um dos postes de chapa zincada que zelosos funcionários andaram por lá a plantar foi erigido em frente à entrada do seu terreiro, impossibilitando-o de manobrar com o seu tractor. Bem protestou com tais funcionários mas de nada lhe valeu. Era ali o ponto de implantação, porque assim rezava o projecto, e não havia nada a fazer. Foi à Junta de Freguesia, foi à Câmara Municipal, gastou tempo e paciência sem

qualquer proveito visível. Tinham passado as eleições. Se lhe escutavam o queixume, não lhe resolviam o problema; se nem sequer o escutavam, muito menos lhe faziam justiça. E foi então que, aconselhado por um compadre mais familiarizado com o modo como se conseguem resolver os problemas, decidiu telefonar para as televisões. E aí está ele, no ecrã, descontraído, a barba por fazer e o ar suado de quem voltara há pouco do campo, a expor o seu caso publicamente. O resto da história já o leitor conhece, de outras parecidas. Foi em três tempos que o seu problema foi resolvido.

3. Pois quando vi a devassa do caso "Face Oculta" na praça pública não pude deixar de me lembrar da situação do senhor José, e do modo como ele conseguiu que lhe fizessem "justiça". Ocorreu-me então pensar se toda a fuga de informação não seria uma atitude deliberada dos muitos e dedicados investigadores que, dando o melhor de si mesmos no levantamento de mais um caso, têm a consciência de que ou fazem algo (mesmo que ilegal) que possa salvar o seu esforço ou então, mais uma vez, vai tudo "pelo cano abaixo". Eles sabem melhor que ninguém que o sistema de justiça perro, as lacunas da Lei e as vírgulas colocadas a preceito nos diplomas legais, são ingredientes que, misturados pelos mais imaginosos advogados da praça, concorrerão para que nunca mais se apurem responsabilidades e todos os prazos acabem por caducar. Que fazer? "Chamam-se" as televisões. Aí está.

4. É um mau pensamento, reconheço. Mas não consigo deixar de ser eu mesmo, pensando como uma pessoa que não acredita na justiça portuguesa. Fico triste. Primeiro, porque os nossos investigadores mereciam melhor sorte para o esforço que colocam no seu trabalho. Segundo, porque neste caso eles têm uma desvantagem relativamente ao senhor José, que é o facto de dentro de dias, quando um novo caso vier à superfície e muito antes de haver qualquer decisão judicial, a opinião pública e os medias que a mantêm informada se desinteressarem da "Face Oculta". Terceiro, porque qualquer dos arguidos, mesmo se inocente, nunca mais se verá livre das cicatrizes causadas pela exposição no pelourinho.

Fico triste. Tudo podia ser diferente, para melhor, se em Portugal a Justiça funcionasse.

José António Moreira
2009-12-17

INTERMITÊNCIA DA FRAUDE

1. Segundo fontes bem informadas o concílio dos deuses decidiu, por maioria, decretar a intermitência da fraude durante o próximo ano de 2010. Para esta decisão histórica contribuíram os livros de José Saramago e a consciência divina dos profundos malefícios que as fraudes, e outros crimes financeiros, têm gerado neste milénio. Apesar desta decisão histórica o debate foi acalorado, não tendo sido possível conciliar todas as propostas apresentadas, cristalizadas em três grupos. Um primeiro defendia que em vez da intermitência da fraude deveriam decidir pela sua eliminação para toda a eternidade. Em total oposição encontravam-se os cépticos que duvidavam peremptoriamente da capacidade dos deuses decidirem sobre uma matéria tão complexa, onde se jogava a influência da riqueza, o poder do dinheiro e os mais vis sentimentos humanos. No meio destas posições extremadas, um terceiro grupo defendia a criação de um período de experimentação, um ano de interregno da prática da fraude, no fim do qual, após avaliação da experiência, decidiriam em relação ao futuro.

Para elucidar e ajudar todos a adaptarem-se a esta profunda mudança no mundo dos negócios e nas práticas sociais todos os canais de televisão e as mais conceituadas rádios convidaram painéis interdisciplinares de especialistas para debaterem este assunto. Essencialmente por ser novo, prestar-se a grandes divergências de interpretação, permitir aos jornalistas perguntas capciosas e argutos argumentos sofistas. Os jornais, revistas e *blogs* ecoaram iguais preocupações. Se alguns defenderam com sólida argumentação e juízos convincentes que uma tal decisão era um atentado à liberdade humana, ao livre funcionamento dos mercados, uma quebra irrecuperável do empreendedorismo, a grande maioria anuía á justeza de uma tal decisão, apesar de terem dúvidas, mesmo certezas, da impossibilidade olímpica de influenciar os homens e, sobretudo, as instituições.

Entretanto os políticos optaram por um quase silêncio: breves referências à nobreza da ética, reafirmação do princípio da separação entre Estado e religião, desvalorizando a importância da eventual decisão dos deuses, dada a inobservância de fraudes nos seus territórios. Os rumores de uma reunião de emergência dos diversos Gs (sobretudo do G8 e do G20) para acautelarem o emprego nos territórios *offshore*, não tiveram confirmação. O mesmo se poderá dizer da agendada reunião do Clube Bilderberg.

Grande parte da população seguia distraída esta eloquente problemática, entre o conseguir sobreviver com um salário insuficiente, o lutar contra a situação de desemprego e os resultados do campeonato de futebol. Não era desinteresse! Resultava da fraude não pertencer ao seu quotidiano.

2. O ano iniciou-se num clima de optimismo. Entre vigilância, dúvidas e alheamento proliferava um vago sentimento de que se estava num virar de página.

Os agricultores continuaram a plantar e a colher. As empresas continuaram todas as manhãs a abrir as portas, a pôr a funcionar as cadeias de produção e a comercializar a sua produção. Os transportes, de pessoas e mercadorias continuaram a cumprir os horários e a responder às solicitações. As lojas expõem as suas roupas, calçados e outras utilidades aguçando os apetites dos clientes. Nos ateliers combinam-se cores e formas e as orquestras obedecem à ginástica dos maestros. Os estudantes estudam, os operários trabalham, os investidores investem, os consumidores consomem, quando lhes sobeja dinheiro depois das prestações das dívidas, os administradores administram, os accionistas compram e vendem títulos, os jogadores jogam. Erguem-se andaimes e crescem prédios, rasgam-se estradas. Todos os dias os barcos chegam com o pescado de mais uma faina. Os centros comerciais juntam visitantes, os hospitais continuam com doentes em listas de espera, os jornais publicam-se, as televisões lutam por audiências, os reguladores produzem leis e normas com pouca aderência à realidade, a Assembleia da República continua a ser palco de debates e argumentos pouco dignos, o governo governa sempre que há evoluções positivas, e sofre os desvarios vindos do exterior, quando as dinâmicas são nefastas.

No quotidiano não parece notar-se qualquer alteração ao que sempre acontece. Nada de espantar sendo a fraude comportamento oculto e enganoso. Oculto para existir, oculto para desaparecer. Oculto para o bem e para o mal. Contudo um olhar mais atento do observador rapidamente detectaria comportamentos estóicos, alterações de vontade, mutações de

práticas, adaptações de instituições. Até encontraria planos alternativos perante a dúvida da concretização da intermitência da fraude, análise do risco da suspensão da fraude.

3. Muitos – excluindo os que já se integravam em relações sociais mais inócuas à fraude – aperceberam-se que algo se passava com a sua personalidade. Jubilavam inopinadamente com emoções desprezadas até então, alterava-se a sua apregoada «racionalidade económica». Graduavam de forma inovadora as suas opções de vida: quase desprezavam prioridades a que estavam habituados e enalteciam novos olhares sobre a realidade. Sem que se apercebessem das causas primeiras de tais metamorfoses estavam a ser o terreno de aplicação da decisão dos deuses. Se é certo que eles não dispensam nos assuntos terrenos a presença de alguns conselheiros e polícias, a sua forma genuína de intervir socialmente é através de uma mudança de atitudes de cada um. Não se lhes podia exigir uma alteração dos condicionalismos sociais, do funcionamento do sistema económico, quer porque era para além da sua sapiência plena quer porque mesmo no Olimpo existiam opções político-sociais para todos os gostos. As pressões e oportunidades para se cometerem fraudes continuariam a existir. Haveria que alterar a vontade de cada um, a compreensão das suas funções sociais, as noções de honradez e de dever, os cenários da construção do futuro, a subvalorização do imediato. A ética ganhava terreno nas opções individuais, apesar de cada um optar por cardápios de princípios, direitos e deveres variegados. A vaidade encontrou um novo terreno para germinar: ter um comportamento ético.

A percepção dos conflitos de interesse tornou-se mais nítida para muitos e, sobretudo, passou a promover comportamentos individuais e organizacionais dissemelhantes em relação ao ano anterior, e ao anterior do anterior. O aproveitamento da situação, a utilização da «cunha», a justificação da opção feita através da ideia peregrina de que a relação de parentesco ou negócio nada tinha influenciado na decisão, deram lugar à declaração pública das suas «incompatibilidades». Surgiram, um pouco por toda a parte, situações anteriormente inimagináveis que os órgãos de informação empolaram entusiasticamente: funcionários superiores de uma multinacional vieram publicamente informar que tinham capital em empresas concorrentes e em empresas fornecedoras, com sede num *offshore*, apesar de nem a legislação do país nem os regulamentos da instituição em que trabalhavam exigisse tal declaração. Alguns deputados dum Parlamento abandonaram o hemiciclo no

momento da votação de uma lei que interessava a clientes seus no exercício da profissão liberal. Um Presidente da República remodelou um órgão consultivo do seu gabinete de forma a excluir todos aqueles que lhe tinham fornecido no passado informações privilegiadas para a aquisição de acções.

Enfim, os funcionários, públicos e privados, cumpriram mais escrupulosamente as suas funções; os empresários concentraram a sua atenção na criação de valor e nos planos estratégicos, enaltecendo a formação dos recursos humanos e a inovação; os conselhos de administração retiraram todos os entraves às auditorias; os auditores sentiram-se, alguns pela primeira vez, independentes. Algumas indústrias melhoraram a qualidade dos seus produtos, adaptando as suas características à descrição e outras abandonaram a criação de bens contrafeitos. Os bancos alteraram radicalmente os produtos financeiros oferecidos, tornando as descrições perceptíveis para o comum dos mortais. As companhias de seguros deixaram de invocar sem análise o argumento da preexistência das doenças assim como os clientes não tentaram declarar falsos acidentes ou provocar incêndios fabris. As descrições nas alfândegas tornaram-se sempre fidedignas, as declarações fiscais limitaram-se ao negócio efectivo, a criação de empresas em paraísos fiscais atenuou, as receitas do Estado aumentaram significativamente, desde a data de apresentação da primeira declaração do IVA. A percepção da corrupção revelou que esta se reduzia abrupta e intensamente gerando um «efeito de bola de neve» no sentido da sua redução. O *spam* escasseou, os vírus informáticos atenuaram a sua actividade, os espiões de palavras-chave deixaram de ser produzidos, os roubos de dados pessoais caiu em mais de cinquenta por cento, o *phishing* não mais ultrapassou uma vítima diária por país.

Na sequência destas profundas alterações – apesar do crime organizado associado à fraude ter continuado a existir e a actuar, quer porque a fraude era apenas um dos seus «ramos de negócios», quer porque camuflaram a organização em empresas legais e promotoras da responsabilidade social –, surgiram algumas práticas novas: em algumas capitais passou-se a realizar uma feira semanal de obras de arte falsas, de antiguidades que eram modernas, de apostas com manipulação de resultados, de medicamentos e outros bens falsificados, de contadores de água e luz viciados e, obviamente, de dinheiro falso: feiras de escroquerias.

Levados pelo entusiasmo («esquecendo» que a intermitência da fraude não é o seu fim e que nada estava garantido na futura decisão dos deuses,

mas também aproveitando para acções de marketing), os Governos anunciaram a futura redução dos impostos. As margens de risco dos bancos tendem a descer, assim como os prémios dos seguros e os preços de muitos outros contratos e bens.

4. No início de Fevereiro a morte do pequeno Filipe chocou o mundo. Com uma doença congénita, filho de casal de parcos recursos, num país de fortes desigualdades sociais e sem um sistema de saúde universal, tinha conseguido sobreviver até aos quatro anos porque a mãe, caixa de uma grande superfície, periodicamente sonegava o suficiente para garantir a assistência médica ao seu filho. Sonegava numa empresa para entregar noutra empresa que pertencia ao mesmo grupo económico. Apesar de atormentada pelas consequências que poderia ter para o filho, com o dinheiro na mão e as lágrimas no rosto, cumpriu os desígnios dos deuses enquanto no seu leito caseiro a criança morria. Os dilemas morais saltaram para a praça pública.

Este acontecimento voltou a ser referido no início da segunda metade do ano de intermitência da fraude, sobretudo nas fastidiosas e enganosas análises dos prós e contras da fraude e da sua intermitência. Muitas empresas, consideradas sólidas, mesmo exemplos de empreendedorismo e de gestão adequada, apresentaram resultados negativos. A aparência de solidez era o resultado de manipulações contabilísticas durante anos, associadas frequentemente à fraude fiscal. A sua hegemonia em relação à concorrência era o fruto de esquemas de corrupção que lhes permitiam ganhar concursos públicos e privados, alguns deles com total desfasamento entre os preços e os respectivos custos. O desemprego aumentou nesses meses, conselhos de administração rolaram, produtos escassearam e colocou-se a possibilidade de uma intervenção do Estado. As bolsas de valores agravaram o seu comportamento caótico e exigiu dos analistas financeiros mais imaginação para explicarem o que nem sonhavam. Não eram apenas as surpresas resultantes da contabilidade criativa, e abusiva, mas também a falta de consistência e aderência à actividade económica produtiva de muitos títulos em circulação, do que se negociava em mercados de derivados. Os esquemas de Ponzi sofreram devastadoramente da interrupção do processo de entrada de capitais. Algumas instituições financeiras especializadas em «exportação» de capitais reformularam a sua actividade, os centros financeiros *offshore* reduziram drasticamente a sua actividade, apesar dos apoios velados decididos numa reunião de emergência do G8. O Reino Unido sentiu o impacto dessa situação.

Os investigadores criminais, na sábia gestão de recursos limitados para tantos crimes a investigar, deslocaram muitos dos seus quadros do crime económico-financeiro, da fraude e da corrupção para a investigação dos crimes tradicionais, crescentemente violentos. Esta decisão parecia a acertada nos primeiros meses, mas rapidamente revelou-se desajustada: os canais de denúncia de fraude foram explosivamente utilizados, começaram a rebentar escândalos de fraude nos sectores mais diversos da actividade económicas, nos interstícios mais inusitados da política, não poupando os organismos internacionais. As fraudes em curso há meses e anos deixaram no último dia de 2009 de ser «carinhosamente» mantidas longe da percepção alheia e eclodiram por todos os lados. Fraudes de todo o tipo, contra as instituições e delas próprias, algumas delas com uma tipologia desconhecida até então. Porque houve que reorientar recursos policiais, porque voltou a deixar-se a descoberto o crime tradicional, porque o crime organizado – única franja da sociedade que parece ter escapado aos desígnios dos deuses, como se disse anteriormente – aproveitou o desnorte temporário para intensificar a sua actividade em espaços estratégicos. A população sentiu um aumento de insegurança, aproveitado por muitos discursos políticos.

O Estado teve muitas solicitações para apoiar as grandes empresas que viram os seus processos de fraude interrompidos. Contudo manteve-se firmemente afastado dessas decisões. Diga-se, em abono da verdade, que não consubstanciaram tal decisão em sólida argumentação doutrinal. As receitas fiscais até tinham aumentado muitíssimo. O governo limitou-se a constatar que essas empresas serem geridas por colegas de estudo, golfo ou partido dos ministros em exercício não era razão suficiente para as apoiar. Limitou-se a constatar que apoiar defraudadores, em detrimento da ajuda a outros sectores, seria eticamente reprovável.

No fim do ano da intermitência da fraude, muitos outros efeitos perversos se revelaram: aumento dos divórcios, maus resultados de alguns clubes de futebol, mais reprovações de alunos em alguns países e certas instituições de ensino, etc. Contudo a sua constatação ultrapassa o âmbito desta crónica.

5. Relatada em poucas palavras a intermitência da fraude, há que encontrar resposta à seguinte pergunta: a intermitência da fraude é prejudicial?

A resposta é simples. Os acontecimentos nefastos registados em 2010 não resultaram da intermitência da fraude, mas da existência desta no

período anterior. Também contribuiu para tal a expectativa de que estávamos numa fase anormal e que no ano seguinte a fraude retomaria o seu percurso "normal". Moral da história: é necessário o fim da fraude, não a sua suspensão durante um período.

Admitindo como verdadeira esta conclusão, a nossa mais sacrossanta racionalidade é assaltada por uma outra dúvida: apostar no fim da fraude não será uma utopia?

Também aqui a resposta é simples. A fraude, incluindo nesta designação genérica a corrupção, provavelmente nunca poderá ser eliminada. Há factores individuais e microsociais que a promovem e a sustentam que são impossíveis de eliminar, pelo menos no actual nível civilizacional. Contudo é possível reduzi-la significativamente modificando os contextos sociais de vivência de todos nós. É possível fazê-la recuar até aos níveis, bastante inferiores, dos anos 70 do século passado. Fica, no entanto, um alerta: para tal não basta prevenir, detectar e combater a fraude. É imperioso e urgente uma modificação sistémica e multi-referencial do sistema social em que vivemos.

Que irão os deuses decidir para o futuro? E os homens?

Carlos Pimenta
2009-12-30

REPUTAÇÃO A QUANTO OBRIGAS

Um estudo da unidade da Economist Intelligence Unit de Dezembro de 2005 ('Reputation: Risk of risks') efectuado a uma base de 269 Senior Risk Managers sobre os principais riscos pressentidos pelas suas organizações, prioritizados de acordo com o nível de impacto para o respectivo negócio, colocava em posição destacada o Risco Reputacional, muito à frente de Riscos mais 'tradicionais' como os Riscos de Crédito ou de Mercado.

Outro estudo, este mais recente, efectuado pela PricewaterhouseCoopers ('Global Economic Crime Survey', edição de 2009), efectuado a 3.037 empresas em todo o mundo, indicava que 19% das organizações inquiridas que foram vítimas de crimes e fraudes económicas reportavam 'danos colaterais' ao nível da imagem e reputação da organização.

Estes dados trazem inevitavelmente à discussão a questão dos impactos não quantitativos derivados de práticas de fraudes e crimes económicos, nomeadamente ao nível da reputação das organizações. Embora variando em importância de sector para sector, o tema da reputação (e consequentemente da confiança) é algo que está cada vez mais nas agendas dos responsáveis das organizações. Organizações com má reputação são organizações com quem não se quer estar associado, seja enquanto fornecedor, cliente, parceiro ou accionista.

Embora ainda mais difíceis de mensurar que os impactos quantitativos, os impactos qualitativos (reputação, confiança, etc.) acabam muitas vezes por serem bem mais devastadores no médio e longo prazo que os primeiros. Quem faz investimentos ou coloca depósitos com um banco com um escândalo financeiro recente? Quem faz um contrato de seguros com uma empresa seguradora conhecida por albergar redes organizadas de fraude em sinistros automóvel? Qual a capacidade de um fornecedor de uma qualquer área de negócio, sobre o qual recaiam suspeitas de negócios ilícitos, de

conseguir manter as suas relações de negócio com empresas que se preocupem elas próprias com a sua imagem?

Todas as organizações assentam maior ou menor parte do seu valor na sua reputação. A sustentabilidade dos negócios mede-se cada vez mais pela opinião e confiança que os clientes, investidores e accionistas têm da organização. À medida que os produtos e serviços se tornam cada vez mais indiferenciados, a reputação, imagem e confiança numa organização tornam-se num factor competitivo e diferenciador no mercado. A rapidez e facilidade que hoje permeiam o conhecimento e divulgação massiva de toda e qualquer informação tornam a reputação de uma organização num alvo cada vez mais fácil de abater.

Entrando numa conclusão: sendo a reputação um dos activos mais importantes das organizações, e sendo a predominância e ocorrência de casos de fraude e crime económico dos factores mais gravemente atentatórios a esta mesma reputação, torna-se na prática obrigatório que as agendas dos executivos incluam com maior ênfase a prevenção e combate a estes fenómenos. O típico 'olhar para o lado' na expectativa que nada de mal aconteça na nossa casa já não é uma técnica aceitável de gestão. Vivemos em tempos de gestão baseada em risco, não em tempos de gestão baseada em '*wishful thinking*'.

O Combate à Fraude, à Corrupção e ao Crime Económico não podem ser somente *headlines* agradáveis para se colocarem num Relatório de Intenções ou mesmo de Contas. Isto, obviamente, caso não se desejem outro tipo de *headlines*, noutros meios de comunicação, e bem menos abonatórios, relativos à organização de que somos responsáveis. Quem se pode, nos dias que correm, dar ao luxo de deixar a gestão da sua reputação ao sabor do acaso?

Pedro Santos Moura
2010-01-14

MULTIÓPTICAS: AS LENTES DA PUBLICIDADE ENGANOSA

[Cenário: estabelecimento urbano, impessoal, amplamente iluminado]

1º ACTO: A COMPRA

Entra. É a primeira vez que utiliza aquele estabelecimento para mandar executar um par de óculos. Quer resolver rapidamente o assunto, que anda a adiar de dia para dia. Explica à funcionária que o atende que, dado o pouco uso a dar aos óculos, quer um produto que, dentro das especificidades técnicas prescritas, seja em conta. Escolhe a armação, modesta. O orçamento dos óculos, que quase chega às três centenas de euros, fá-lo mexer-se desconfortavelmente na cadeira. "É o mais barato que temos", diz a funcionária com o ar mais inocente do mundo, "têm de ser destas lentes". A insistência de que tinha de ser algo mais barato não altera o discurso da funcionária, a não ser que, a título excepcional, faz dez por cento de desconto

Mais uma investida do cliente. Pergunta-lhe se não continua em vigor a campanha promocional do estabelecimento e marca "Na compra de uns óculos graduados, grátis o segundo par", que uma conhecida actriz publicita na Tv. "Sim, se quiser ... oferecemos-lhe um segundo par ... mas se a armação que escolher tiver preço superior a sessenta euros terá de pagar o excedente", responde ela um pouco desconfortável.

Não tem alternativa. Quer resolver a compra naquele dia. Face à recusa da funcionária em trocar essa oferta por um acréscimo de desconto, escolhe uma outra armação, dentro do limite referido, concretiza a transacção e efectua o pagamento.

[Na data prometida pela funcionária, não recebe o prometido telefonema para ir levantar os óculos. Nem no dia seguinte, nem no outro. Os dias de espera sucedem-se, sem notícias]

2º ACTO: A RECEPÇÃO DO PRODUTO

Volta ao estabelecimento. Semana e meia depois. "Chegaram mesmo há bocadinho", disseram-lhe. Passam-lhe para as mãos um saco de papel com os dois pares de óculos. Abre o dito saco, despeja as caixas que ele contém em cima do balcão. Experimenta os primeiros óculos, lendo num folheto que está em cima do balcão. Experimenta o outro par, o da oferta, do mesmo modo, mas a visão que tem é diferente. Quase como se as lentes estivessem baças. Pede para as limparem, o efeito mantém-se. Pergunta à funcionária se as lentes de ambos os pares de óculos são iguais. "Iguaizinhas", responde-lhe, olhos-nos-olhos. Acredita.

[Descobre, mais tarde, que as lentes do segundo par não são iguais às do primeiro. Nas especificidades técnicas e na qualidade]

3º ACTO: O "CLIENTE MENTIROSO"

Volta ao estabelecimento. Reclama. Reclama, porque lhe mentiram, o enganaram. Reclama, porque não foi aquilo que comprou. Reclama, porque ninguém o avisou de que as lentes do segundo par não seriam iguais às do primeiro.

[Vira-se para a plateia e indaga: passaria pela cabeça de alguém o pensamento de que as lentes do segundo par não fossem iguais às prescritas?]

Chamam-lhe mentiroso. A gerente da loja afiança que a sua funcionária o tinha avisado no acto da compra. Não o avisara, obviamente. Havia testemunha. Diz-lhe que se acha enganado, refere-se à publicidade da empresa.

[o 3º acto termina em diálogo]

– Mas compreenderá que em publicidade não se pode dar toda a informação, sob pena de ela não funcionar. – diz a gerente da loja.

– Desculpe, minha senhora – diz com voz pausada, incrédulo quanto ao que ouvia –, mas o que me está a dizer é que a vossa empresa faz publicidade enganosa.

– O senhor chame-lhe como quiser, mas a publicidade funciona desse modo.

[Uma semana de pausa, para o estabelecimento negar provimento à reclamação verbal que interpôs]

4º E ÚLTIMO ACTO: O LIVRO DAS RECLAMAÇÕES

Volta ao estabelecimento. Está nervoso. Sente que está a perder tempo. Pede o livro das reclamações, que lhe é fornecido com desdém e um leve sorriso trocista. [Como se à partida soubessem que por esse lado não vinha mal ao mundo.] Sente-se melhor depois de ter rascunhado a história, em parcas linhas. Espera que a autoridade competente possa fazer algo. Não por si, porque já levara o prejuízo incorrido a custo de mais uma lição de vida sobre o modo como funciona o mundo real; mas para evitar futuras vítimas daquilo que considera ser publicidade enganosa.

[Cai o pano, silencioso, como silenciosa estava a plateia vazia]

*
* *

Em tempo, o que ficou por dizer:

- O estabelecimento tem um nome: Loja Multiópticas, MaiaShopping, 4470 Maia.
- Segundo a respectiva gerente, nunca antes algum cliente havia feito reclamação semelhante. A ser verdade, é caso para dizer que anda meio mundo cego, a ser enganado por uns quantos espertos.
- A publicidade enganosa é um instrumento de fraude.

José António Moreira
2010-01-28

FRAUDE – DA NECESSIDADE DE «PASSAR DAS PALAVRAS ÀS ACÇÕES»

> "Embora o número seja significativo em si mesmo [um custo de 30 biliões de libras com a fraude no Reino Unido, 2008], revelando inequivocamente que a fraude é um problema grave no Reino Unido, ele tem um significado mais amplo. Permite à comunidade que luta contra a fraude, orientados pela National Fraud Strategy, estabelecer adequadamente os seus objectivos no combate à fraude. Sinaliza tendências da fraude e seus pontos nevrálgicos, ao mesmo tempo que é uma referência para se medir o sucesso. Aquele número também alerta a indústria e o governo para a necessidade de investir os recursos adequados para combater um crime que afecta profundamente os sectores público e privado e os indivíduos" (Dr. Bernard Herdan, NFA Chief Executive, in NFA Annual Fraud Indicator 2010)

Na abordagem a problemas ou questões sérias, há diferenças fundamentais na atitude que seres humanos (ou entidades colectivas, como empresas ou estados) assumem. Fundamentais porque definem, a longo prazo, a capacidade obtenção de sucesso na resolução destes problemas e questões.

Destas diferenças, uma das mais influentes e marcantes é a capacidade de passagem efectiva da fase «política» para a fase «prática». Ou seja, da identificação e reconhecimento do problema e da sua gravidade, para a definição, execução e acompanhamento de planos concretos de acção. Em linguagem comum, o «passar das palavras aos actos».

Outra das principais diferenças de abordagem a matérias de importância é a capacidade de quantificar a dimensão quer do problema, quer dos resultados progressivamente atingidos. Mais uma vez trata-se de sair do campo das «ideias» ou «discurso político», para a arena concreta da «realidade».

Estes são, para mim, pensamentos de longa data, que vou recorrentemente observando e comprovando nas atitudes que nos rodeiam (e mesmo nas nossas).

Instanciando esta linha de raciocínio (portanto, saindo do plano das «ideias»), estes pensamentos voltaram ao meu teatro mental com a leitura

de um relatório recente (Janeiro 2010) emitido pela National Fraud Authority (NFA) do Reino Unido [http://www.attorneygeneral.gov.uk/nfa/] , de seu título Annual Fraud Indicator [NFA Annual Fraud Indicator 2010]. Este relatório multi-sectorial é o resultado de um esforço concreto de combate e quantificação dos fenómenos de fraude.

Entre outros factos apresentados neste relatório, inclui-se uma estimativa do impacto financeiro total de fraude no Reino Unido: 30 Mil Milhões de Libras (cerca de 35 Mil Milhões de Euros), o que representa um custo, por cada habitante (homem, mulher, criança, pensionista, empregado, desempregado, etc.) de 621 Libras (cerca de 715€) por ano! Mais não seja, esta estimativa (porque é de uma estimativa que se trata) tem o condão de despertar governantes e governados para na necessidade da existência de uma abordagem séria, pragmática e actuante sobre este problema.



Por importante que possa ser (e é!) esta quantificação dos valores de fraude, a abordagem do Reino Unido à fraude é tudo menos uma declaração de intenções. Uma incursão breve pelo site do NFS, ou uma leitura do Annual Fraud Indicator permitem obter uma percepção da seriedade, profissionalismo e resultados alcançados neste país neste campo.

Reatando as ideias expostas no princípio deste texto, e comparando, por mero exemplo, a abordagem seguida no Reino Unido com a de Portugal, eu diria que há ainda por cá muito a fazer no que toca a «passar das palavras às

acções» no que à fraude diz respeito. À unanimidade popular e dos responsáveis pelo estado e por empresas acerca do problema da fraude (mas quão grande o problema?), seguem-se geralmente declarações de intenção, promessas legislativas, implementação de programas de combate à fraude cujo principal fito é aparecerem citados em relatórios de contas, etc., etc. Todos estão de acordo com o problema, mas, muito «portuguesmente», na hora de arregaçar mangas e mudar de atitude, poucos têm a real vontade e capacidade de sair da sua esfera de conforto e participar efectivamente.

Embora pareça este último parágrafo um pouco negativo (há nele algo de desabafo, confesso), e pesando a enorme distância que ainda temos de atravessar para podermos chegar ao estado de maturidade no tratamento do problema da fraude em que, penso, todos gostaríamos de estar, tal não é nem impossível, nem impraticável. Quem quer realmente mudar acha nessa vontade a motivação para ultrapassar as barreiras pessoais e contextuais que os possam impedir.

E, no final de contas, quem sabe o significado do conceito Custo de Oportunidade (o que se perde por se ter feito uma opção), sente fortemente que ficar sentado à espera dos amanhãs que cantam não é propriamente a melhor decisão racional a tomar.

Concluindo, e mais concretamente, julgo que já seria altura de existir um esforço que parta do topo do estado e do tecido empresarial, no sentido de pensar, planear e actuar para combater o fenómeno de fraude. Não faria sentido a existência de uma NFA português? Felizmente o Observatório de Gestão e Economia de Fraude (OBEGEF) já existe, mas sem real poder actuante. Nem é esse o seu intuito e missão. Porque não passar concretamente da discussão legislativa em torno da corrupção (que penso ninguém realmente percebe muito bem de onde vem ou para onde vai.) para medidas mais concretas e eficazes? Mais uma vez sugiro uma leitura dos documentos que refiro neste texto, bem como uma vistoria sobre o que no Reino Unido se faz para combater a fraude. É matéria de interesse, e que deveria inspirar as entidades responsáveis no sentido da acção.

NOTA:

Figura retirada de Breakdown of Fraud Losses (UK, 2008), in NFA Annual Fraud Indicator

Pedro Santos Moura

2010-02-25

JOSÉ SÓCRATES FOI VÍTIMA DE FRAUDE!

A *pressão* de desejar que alguém lesse esta crónica, que decorre da oportunidade de estar a escrever nesta secção da visão *on-line*, e *racionalizado* na importância do que escrevo (que de resto não vale mais do que lhe atribuírem), justificaram este título quiçá fraudulento. Mas consegui trazer o leitor até mim, por isso valeu a pena (mais uma *racionalização*)!

De facto, a primeira ideia que me ocorreu com um título destes, no actual contexto político, e numa crónica sobre gestão de fraude, foi que podia ter um efeito perverso. No entanto não é isso que pretendo (é que começo a ter a mania de tentar simplificar as coisas ao máximo). Vão perceber porquê.

Para explicar o contexto em que a fraude surge, existe sempre um quadro situacional que justifica o seu cometimento. Esse quadro está intimamente ligado ao modelo do Triângulo da Fraude, desenhado por Donald Cressey, capaz de nos surpreender (na crónica desta secção de 24 de Setembro de 2009, da autoria de António João Maia, encontra-se plasmado e explicado este modelo de forma exemplar).

No seio deste modelo, em poucas palavras, pode dizer-se que quem comete fraude o faz sob a égide desse triângulo que o perseguirá para sempre, tal e qual as iniciais de Jesus Cristo na cruz. Assim, se alguém cometeu fraude, foi porque alguma *pressão* teve para a cometer (a "fome" com que estava), a *oportunidade* surgiu (não estava ali ninguém para ver), e o processo de *racionalização* aconteceu (se eu não tirasse dali o "presunto" ainda se estragava, assim comi-o). Ora, são justamente estes, os três vértices do triângulo: *Pressão*, *Oportunidade* e *Racionalização*. Saliento que, se colocarmos a segunda parte deste parágrafo no tempo verbal futuro, podemos, como facilmente se conclui, ter uma ferramenta que, além de detectar e combater, também permitirá controlar e prevenir a fraude.

Assim, falar em José Sócrates nesta altura do campeonato, numa secção tão *sui generis* como esta, traz as suas vantagens (ainda que o meu

objectivo esteja longe de o condenar ou ilibar; não tenho, de todo, matéria, nem competência, para tal). E porque estamos num campeonato político onde não se marcam golos para Portugal, podia ser tentado a dizer: "Deixem jogar [Governar] o Sócrates"! Assim, talvez conseguisse o apoio do conjunto dos seis milhões de portugueses de que tanto se fala, afinal José Sócrates foi vítima de fraude!

Pense comigo. Quem elegeu o actual Primeiro-Ministro, sob a perspectiva do modelo de Crassey, cometeu fraude com José Sócrates: Com a *pressão* de ter de se eleger "alguém", com a democrática *oportunidade* que lhe foi dada para o fazer (as eleições), logo *racionalizou* (são todos iguais), e votou nele. Que maior finta podia o eleitorado cometer para com Sócrates! Agora, quero ver como se vai safar.

O pior, é que a fraude foi cometida contra a própria instituição de que fazemos parte (Portugal). Será que alguém deu um tiro no próprio pé?

E o próprio José Sócrates, pela *oportunidade* que lhe deram de governar (resultado das eleições), também vive sob uma enorme *pressão* (tem de fazer, mas... se faz, é porque faz mal, se não faz, é porque não faz), que agora, mais do que nunca, está capaz de *racionalizar* (já que fico com a fama...)! Pelo sim pelo não, o ideal é evitarmos que o presságio do Triângulo se cumpra. É que eu já fiz o teste, e Ele está em todas!

Simplifiquei de mais?

Henrique Santos
2010-03-04

FOI VOCÊ QUE PEDIU PARA SER ENGANADO?

1. O PEC – Plano de Estabilidade e Crescimento tem ocupado nas últimas semanas a atenção (preocupada) dos portugueses. Tem sido discutido como uma espécie de "menu a la carte": mais despesa, menos despesa; mais receita, menos receita; aumento de impostos, não aumento de impostos. No entanto, ele é apenas o aspecto visível do acordar do país para uma realidade que o comum dos cidadãos nem sequer imaginava. E questionam-se: se o Governo tinha afirmado a "pés-juntos" que a crise já acabara; que Portugal passara ao lado da crise; que havíamos resistido melhor do que os outros países … como é possível isto estar a acontecer? Ainda por cima quando há cerca de seis meses, no âmbito da campanha para as eleições parlamentares, o Ministro das Finanças "jurava" que o défice orçamental seria, no pior dos cenários, de 5 por cento da produção do país? O facto é que passados apenas três, em final de Dezembro, o défice veio a fixar-se em mais de 9 por cento, enquanto o desequilíbrio das contas externas se aproximou de 10 por cento. Tratou-se de um acordar violento que veio colocar em causa a vidinha tranquila que, com mais ou menos esforço, todos (ou quase) vinham tendo.

2. Usando aquele "optimismo" bem português de que as coisas ainda podiam ser bem piores, pode dizer-se que até temos razão para nos sentirmos felizes, porque apesar de tudo as nossas "más notícias" não foram extremamente más. Veja-se o caso da Islândia, que apresentava indicadores de riqueza e conforto que faziam o país posicionar-se sempre no topo das estatísticas europeias; e, até por isso, os respectivos cidadãos se encontravam entre os mais felizes da Europa. Um dia tais cidadãos acordaram, bem-dispostos como sempre, e defrontaram-se com uma dura realidade: o país estava falido, não tinha condições para solver os seus compromissos financeiros, tinham de passar a viver com muito menos no futuro. Deve ter sido um choque …

3. Quer num caso, quer no outro, não podemos fugir de uma triste realidade: os governantes que elegemos para conduzirem o nosso destino colectivo andam a enganar-nos por via da omissão de más notícias que, se interiorizadas a tempo pelos cidadãos e coadjuvadas com as adequadas políticas de correcção, poderiam evitar a ocorrência de situações extremas como as referidas. E quando esses governantes, por via de nomeações ditas de "confiança política" para a administração de instituições que deveriam ser independentes do poder político – caso do banco central – as conseguem amordaçar, então o engano (mentira) tem condições para perdurar mais tempo e só ser de conhecimento geral no limite, quando não há fuga possível.

4. Pode parecer, portanto, que a culpa é dos eleitos, que mentem aos eleitores. E é, em grande parte. Porém, estes últimos são co-responsáveis, ao criarem um incentivo para que os eleitos e candidatos a eleitos os enganem. Pense-se num partido político que, num período em que não se declarou ainda uma situação económica drástica, se apresentasse a umas eleições com base num programa de austeridade, dizendo aos eleitores que se votassem nele iriam ter os seus salários reduzidos, iriam pagar mais impostos, iriam ver o seu nível de vida reduzido. Votariam os cidadãos nesse partido? É claro que não. O que nós cidadãos queremos é quem nos governe sem colocar em causa o nosso estilo de vida, as nossas "conquistas" anteriores. Está criado tal incentivo. Quem falar verdade, quem realmente quiser resolver problemas que mais tarde ou mais cedo irão explodir, não é eleito.

5. Este incentivo explica, por exemplo, o ciclo político. Um partido eleito sob o pressuposto de que não irá mexer com a vidinha dos cidadãos, mal toma posse como Governo começa a "descobrir" situações que necessitam de medidas duras. No entanto, a partir de meio do mandato a necessidade de tais medidas desaparece das prioridades da equipa governativa, que começa a cativar os cidadãos com vista à próxima eleição. Assim se explicam, por exemplo, as decisões de aumentos salariais substanciais, quando no momento imediatamente anterior a situação era da mais estrita restrição orçamental.

6. O sistema democrático, sendo o melhor de entre os exequíveis, não é perfeito. Longe disso. Para funcionar adequadamente tem necessidade de se apoiar em instituições independentes dos governantes e dos partidos políticos que possam desmontar as "inverdades" que estes dizem aos cidadãos-eleitores. A não existirem tais instituições, ou não cumprindo cabalmente a sua função, os cidadãos, por via do horror que têm às más notícias, são

vítimas dos seus eleitos. Todo o sistema político se torna, então, numa imensa mentira. O que nos remete para uma pergunta: neste contexto, fará sentido que durante meses os esforços de um parlamento nacional sejam devotados a provar que um dos seus mentiu?

José António Moreira
2010-03-25

TRANSPARÊNCIA, *STRIPTEASE* E *VOYEURISMO*

Por princípio, sou adepto do fim do sigilo bancário para efeitos fiscais, por, desde logo, acreditar que quem não deve não teme, mas também por acreditar que, desde que usado adequadamente, pode ser um meio eficaz de combate à corrupção e ao enriquecimento ilícito.

Por princípio e por convicção, sou adepto da transparência no que toca à informação a disponibilizar pelas sociedades abertas, ou, simplisticamente falando, pelas sociedades que tenham as suas acções admitidas à negociação em bolsa. Por maioria de razão, sou adepto da transparência no que toca à informação a disponibilizar pelas sociedades em que o Estado possua participações relevantes, independentemente de terem as suas acções cotadas.

Tudo isto vem a propósito de alguns sinais preocupantes visíveis na sociedade portuguesa, nos tempos mais recentes.

Sinais preocupantes que me levam a pensar que, muito por força da crise que vivemos, poderemos estar a assistir não a princípios de aplicação saudável, mas antes a puros exercícios de striptease, de voyeurismo ou até mesmo de utilização indevida de certos mecanismos para fins diferentes dos que estiveram na sua origem.

Alguns desses sinais:

- Notícias sobre supostos envolvimentos de pessoas em actividades ilícitas, ainda antes de as pessoas terem sido acusadas e com detalhes que indiciam que as fontes das mesmas parecem ter origem em agentes dos quais se espera a salvaguarda intransigente de princípios como o da reserva e do segredo profissional;
- Declarações públicas de agentes da justiça que vêm sistematicamente solicitando uma diminuição do chamado garantismo em

matéria penal, sem que, a meu ver, fique devidamente demonstrado que esse deva ser o caminho a seguir;

- Notícias sobre quanto ganha o administrador A ou B, num tom que nada tem a ver com o objectivo último da divulgação de tal informação;
- Propostas apresentadas por deputados, limitativas de certos direitos e garantias que mais parecem obra de um populismo destinado a satisfazer o seu eleitorado, em especial a generalidade dos eleitores que sofre na pele as consequências da crise em que vivemos.

Torna-se urgente recolocar as questões relacionadas com a "invasão da privacidade", em sentido lato, num plano de consenso alargado que envolva o poder legislativo, o poder executivo e o poder judicial, sem dramas, sem demagogia, sem populismos e discutido nos locais próprios.

É em épocas de crise que se exige mais serenidade, é em épocas de crise que é mais necessário parar para pensar antes de agir.

Se assim não for, corremos um sério risco de transformarmos o que são os necessários exercícios e mecanismos de transparência em meros espectáculos (degradantes) de ***striptease*** ou ***voyeurismo***.

Fernando Costa Lima
2010-04-01

SISTEMAS DE REPARTIÇÃO: DE TRABALHADOR RESPONSÁVEL A PENSIONISTA RECONHECIDO

Discute-se recorrentemente a segurança social e as suas sucessivas reformas. Os sistemas de segurança social são fundamentais numa sociedade moderna e desenvolvida, moral e realmente solidária. No nosso país, temos um longo caminho percorrido na sua construção. Conceptualmente, e em termos muito básicos, os pagamentos dos actuais aposentados estão a ser pagos pelos descontos dos trabalhadores actualmente no activo. O processo iniciou-se com os descontos de uma numerosa população activa e com elevada taxa de natalidade para proteger poucos aposentados e com curta esperança média de vida. O problema actual é que a situação se inverteu, assistindo-se a uma elevada percentagem relativa de aposentados com (felizmente) elevada esperança média de vida por comparação a uma reduzida população activa.

Por outro lado os sistemas de pensões privados assumem um papel determinante na discussão, exactamente pela apregoada insustentabilidade da segurança social a médio/longo prazo. A gestão dos fundos de pensões deve a sua eficiência à competitividade dos mercados financeiros. Mas, a crescente volatilidade e falta de transparência dos mercados, associadas, como assistimos recentemente, à sua insuficiente/inexistente regulamentação, dificulta o caminho do cidadão contribuinte, que o percorre mas com angústia.

Numa crescente escassez de emprego, ora indiferenciado ora especializado, numa lógica mais competitiva que conduz à eficiente, mas dolorosa, precariedade no mercado laboral, e com fracas perspectivas de uma vida repousada e merecida após décadas de trabalho, os agora trabalhadores e amanhã pensionistas vivem momentos de incerteza nada dignos de uma sociedade madura, inteligente e solidária.

Há quem defenda que os sistemas de segurança social, por se traduzirem no pagamento de retornos resultantes de uma mera transferência de fundos investidos pelos investidores subsequentes, são esquemas de Ponzi. Talvez não o sejam pois os ditos "promotores" do negócio, neste caso o Estado, não desaparecerão com o dinheiro investido, nem o sistema entrará em colapso, a curto prazo, por falta de investidores suficientes para o manter. Aliás, é possível prever futuras entradas e saídas de dinheiro, pelo que o colapso repentino está salvaguardado. Não se tratará pois de uma fraude na medida em que as autoridades monetárias sabem que se trata de um sistema legal, embora não hajam activos subjacentes aos rendimentos gerados. A acrescentar que a segurança social se caracteriza claramente pela actividade que desempenha não havendo, à partida, questões enigmáticas relacionadas com o seu funcionamento. Esta instituição funciona como um seguro social e não como um esquema de investimento. Também não há promessa de grande retorno. E aqui está o problema, não no adjectivo – grande, mas no nome – retorno. Colocam-se portanto as seguintes questões: Será que os actuais contribuintes irão ter retorno, um retorno digno da sua acção solidária mas também proporcional à sua carreira contributiva? Não será a segurança social um esquema doloso ao impedir (por forças de ordem demográfica) que os actuais contribuintes, recebam benefícios semelhantes aos indivíduos agora reformados? É sobretudo doloso por alterar as regras contratualizadas e sobre as quais os hoje contribuintes e amanhã pensionistas têm legítimas expectativas? De facto e por exemplo, os funcionários públicos têm assistido, impotentes, a alterações anuais às regras ininterruptamente desde 2004.

Esta preocupação é, naturalmente, sentida e reflectida pela própria segurança social. Ela própria através do seu sítio refere: "Esta vulnerabilidade aos altos e baixos da demografia constitui um dos problemas do financiamento dos sistemas de repartição". Os beneficiários da segurança social não estão a ser enganados quanto à proveniência dos rendimentos geridos pela segurança social, pois sabem que estes provêem das contribuições dos actuais trabalhadores activos. O problema é que as entregas contributivas são obrigatórias e não voluntárias.

Assim, mesmo sabendo da proveniência, o futuro pensionista que zela pelo seu dever social de descontar, tem também o direito social de auferir. Ora, assiste-se a reformas mais ou menos cíclicas das regras contributivas para a segurança social, que embora se compreendam pelas alterações

demográficas e pela qualidade/quantidade de vida, deveriam ser implementadas com muito menor frequência. Se aceitarmos os argumentos contra os sistemas de repartição serem esquemas de Ponzi, então o Estado pode com alguma precisão, prever o número de contribuintes que constituem a base tributária e o número de beneficiários. Pode até cobrir o risco decorrente de crises financeiras ou de acontecimentos improváveis segurando-se e/ou investindo, parte, nos mercados financeiros. Há capacidade pois para prever as flutuações e reflectir com algum distanciamento e de forma justa as mudanças nas fórmulas de cálculo, preservando assim em grande parte as expectativas dos contribuintes, e evitando que estes sejam vítimas directas da arbitrariedade das políticas adoptadas, claramente dependentes da volatilidade do sistema económico e "da política barata" (quem vier depois que feche a porta). Carreiras contributivas mais longas são em geral penalizadas. Carreiras contributivas longas, são agora tornadas mais longas e menos premiadas, provocando desilusão aos actuais contribuintes e precipitando os mais velhos para pensões antecipadas e de menor valor. As pensões são controladas pelos governos que alteram as regras sempre que entendem, tornando os sistemas de segurança social em esquemas de risco. Sendo as contribuições obrigatórias, diríamos que de elevado risco. Será que algum dia assinaríamos um contrato em que o contratualizador alterasse as regras do jogo sempre que lhe apetecesse? Como defendem alguns reputados economistas, nada envolve mais risco do que depender de políticos.

Todos aqueles que para além da sua obrigação podem dispor de algum dinheiro para capitalizar em fundos privados de pensões, arriscam, com a não regulamentação e arbitrariedade do mercado financeiro actual também perder nos montantes investidos e imobilizados por dezenas de anos. Embora os planos privados sejam obrigados por contrato a entregar no prazo de expiração os valores acordados, se o fundo falir como se cumpre o contrato? Tribunal com o problema, e... isto daria para outra crónica ...

A relevância desta temática é universal, relevante para a percepção dos actuais pensionistas, relevante para os trabalhadores que para eles descontam e relevante para as crianças e para todos aqueles que atrás delas irão surgir!

Estamos tramados... desde trabalhadores longamente contributivos e responsáveis a pensionistas incessantemente enganados nas suas expectativas. Crianças, aproveitem o legado de conhecimento que herdam, 20 séculos de experiências, e reinventem uma nova sociedade, com melhores

actores, e em particular, com políticos não no sentido figurado de finório nem de cortês, mas no sentido de estadistas, que é o que deles se exige. Não deveria ser político quem quer mas quem tem aptidão e estrutura para o ser.

Os que vos escrevem esta crónica podem representar o caro leitor. Ele, com metade da sua vida contributiva cumprida e outra metade por cumprir, e na incerteza das alterações que se seguirão. Ela, a entrar agora no mercado de trabalho, e a pasmar com a degradação do modelo de sociedade. Se o caro leitor for pensionista, valorize o que recebe porque certamente o merece e porque nós estamos a trabalhar afincadamente para que as suas legítimas expectativas sejam cumpridas.

Paulo Vasconcelos & Ana Aguiar
2010-04-29

SE HÁ FRAUDE É PORQUE EU QUERO!

Há que assumir com toda a frontalidade. Acabaram-se as desculpas, a responsabilização de terceiros, o apontar o dedo, o eu não fui. E isto só acontece em Portugal, e se fosse nas Europas (e há muitas) isto não era nada disso, e por aí adiante. Chega!

Perante vós assumo a minha responsabilidade. Sou eu o culpado pela existência da Fraude. Pronto. Agora condenem-me e o problema está resolvido.

Ups! Não há legislação para me condenar? O legislador não previu que alguém se confessasse culpado de fraude? ..."Ooooooolha", agora vem-me este com o legislador, outra figura mítica que ninguém conhece, ninguém sabe quem é, mas todos o escolhem. Sim até os que não votam o escolhem, ou por omissão, ou por anuência. Bem, pelo menos tem género... por acaso não, acho que pode ser qualquer um dos dois ou mesmo hermafrodita.

Ética à parte, porque essa só a nossa consciência ou a religião condena, o povo (seja lá ele quem for), começou a achar a ideia da impunidade algo que não lhe parecia bem, e, para que me condenassem, mandei o legislador legislar. Pedido que eu fizesse! O legislador começou a produzir texto, mais texto, mais texto...., que nunca mais fui condenado, tal era a complexidade da coisa. Tudo prescreveu e, por mais leis que fizesse, mudanças, alterações, ficou tudo de tal forma num imbróglio, que foram obrigados a destruir as provas. Depois, afinal, já tinham sido usadas para outro processo, mas como foram destruídas também já não podiam ser novamente utilizadas. Enfim, um rosário de trocas e baldrocas que me mantém sossegado no meu canto, e, com um jeitinho, ainda me vão ressarcir por danos causados! Então eu dou-me como culpado, sou humilhado, não me condenam e fico assim, sem os meus minutos de antena, de palco? Não... Era o que mais faltava.

Quando vejo tourada, uma coisa é certa, torço mais pelo touro que pelo toureiro, isso, meus amigos, peço desculpa... o touro não tem culpa. E ele que

não tem culpa é condenado, e eu que sou culpado, nada! Alguém tem de pagar por isso!

Basta, mudei de ideias. Afinal a culpa não é minha. Estou aqui há imenso tempo a dizer que sou culpado e ninguém faz nada. Não tenho culpa que ninguém me dê ouvidos. Eu não fui. Sei lá, não vi,... foram esses, os do rendimento mínimo, ... são todos iguais, não sei nem quero saber.

Agora vou ler o texto em voz alta da varanda de minha casa. Acham que alguém me vai ligar alguma? (vão também lê-lo em voz alta). Às páginas tantas ainda sou capaz de "ter a sorte" de me atribuírem o rendimento mínimo (social de inserção), dado que não devo estar bom da cabeça, e não posso trabalhar.

... e vieram prender-me, e até hoje não sei porquê.

Depois da preventiva, mandaram-me para a casa com a pulseira.

Aguardo serenamente que me venham trazer a indemnização!

(o texto apresentado é pura ficção, pelo que qualquer semelhança com a realidade é mera coincidência)

Henrique Santos
2010-07-01

OUSAR

1. Ousar questionar é fundamental. Como disse Ionesco, "Não é a resposta que nos ilumina, mas sim a pergunta". Esta crónica não pretende atingir ninguém em particular, nem a quem governa nem a quem procura governar. Ou se calhar serve para atacar todos, eu incluído... A crónica é também um elencar tímido mas contido de assuntos dispersos, reveladores da incoerência dos decisores e das decisões. Enfim, nós que criamos a sociedade, criamos teias para nos tecer atando-nos de mãos e braços. É simples, que a sociedade premeie os bons e reabilite e acompanhe os mais fracos, mas exigindo de todos.

2. O Estado quer controlar uma empresa que foi sua, repito que foi sua, após ter alienado a maioria da sua participação, através de um instrumento dourado artificialmente criado e que lhe permite o melhor de dois mundos: receber o proveito da venda e manter o controlo daquilo que já não tem. Assim não vamos lá. Se determinada empresa é estratégica para o país, então deve o estado manter real controlo sobre ela. Não se pode pedir a investidores que se preocupem com o interesse do país! Não é esse o seu papel. Algo está profundamente errado. Pior, o problema perpetua-se, estando já na calha a venda de outras empresas públicas. Que mecanismo será inventado agora? Qual a cor que o irá caracterizar? Isto é como um vírus que se dissemina silenciosamente. Portugal não é caso único e não está aqui uma crítica às leis de mercado que nos governam. Está aqui sim uma crítica à prática de se tentar introduzir estratagemas, leis, contra-leis, instrumentos mágicos e coloridos impregnados de engenharia financeira para torcer a lógica das coisas. No mercado os investidores estão para garantir o seu dinheiro e para o fazerem crescer. As empresas existem para criar riqueza e os seus administradores para propiciarem aos accionistas o maior retorno possível. Ao estado importa zelar pela soberania do seu território e pelos seus cidadãos. Se o Estado precisa de dinheiro, se o estado está grande e

gordo, então que se liberte dos excessos, que venda aquilo que não é estratégico para o país. Se não chega, então não se diga que é gordo e que se aceite perder capacidade de influenciar decisões eventualmente estratégicas para o país. Vão-se os anéis, ficam os dedos.

3. Falemos agora um pouco das SCUT, estradas Sem Custo para os Utilizadores. Aqui a ideia baseia-se no pressuposto abusivo de que os países irão sempre registar taxas de crescimento da sua produtividade; assim, como precisamos de estradas hoje, façamo-las e adiamos o seu pagamento para as "calendas". Claro que numa economia que cresce sempre, os custos de construção, exploração e manutenção são totalmente suportados pelo contribuinte, Bom, penso que todos assumem que estas decisões não terão sido as mais felizes. A mesma prática tem o cidadão comum que pede empréstimo para fazer férias, para trocar o seu carro com apenas 2 anos, ou para adquirir o último grito em tecnologia 3D (na verdade uma só não, uma para a sala e duas mais pequenas para os quartos). Todos erramos. Quando se erra, aprende-se e não se comete o mesmo erro duas vezes. Mas não, vamos transformar as SCUT em CCUT (Com Custo para os Utilizadores); pior ainda, não transformamos todas, transformamos apenas algumas. Que "lata" a de alguns autarcas quando defenderem que a "sua" SCUT deve continuar SCUT, quando se mantiveram calados perante a passagem de SCUT a CCUT em outras zonas do país. Bravo, "ou comem todos ou há moralidade". Afinal, parece que comem todos. Agora vamos ter as CCSUP (Com Custo Selectivo para os Utilizadores)... Houveram pessoas e empresas que se deslocalizaram, que se instalaram em zonas mais desfavorecidas pela existência destas estradas. A alteração das regras a meio do processo é destruidora da vida serena em sociedade.

4. As empresas atravessam as fronteiras, são mal geridas e desaparecem. E depois? Depois ouvem-se palavras ocas, "isto é caso de polícia", "será muito difícil que alguém venha a ser ressarcido" e... Mas internamente, também estamos habituados a ver premiar os prevaricadores, e portanto a penalizar os cumpridores. Às empresas que não cumprem com as suas obrigações sociais e fiscais, é perdoada parte da dívida e a restante paga em suaves prestações. As empresas que cumprem, essas sofrem entretanto a concorrência desleal das que não pagam as suas obrigações, sendo algumas forçadas a cessar a sua actividade. O cidadão cumpridor, que cria riqueza, que investe, que presta serviços e que se entrega ao seu trabalho, esse tem de pagar taxa moderadora. Quem não quer contribuir para a sociedade tem

isenção e liberdade de decidir se quer ser tratado ou não. Esclareço o que quero dizer com o parágrafo anterior. A sociedade tem de ser solidária, e tem de ajudar quem não consegue contribuir. Mas há muitos que não querem contribuir e que usam toda a sua disponibilidade para o ócio, vício e para engendrar mecanismos de enganar quem os ajuda. Gastam-se fortunas com doentes graves que dão entrada, moribundos, nos hospitais públicos e que após algumas semanas de tratamento dispendioso e exigente para as equipas médicas e de enfermagem, abandonam o tratamento disseminando doenças. Sim ao tratamento de todos sem excepção, mas com direito a tratamento compulsivo. Andamos a brincar à sociedade.

5. Temos provedores para tudo e mais alguma coisa, não esquecendo os reguladores. Para quê? Estamos desprotegidos e os mercados desregulados! Estamos desgovernados, por quem governa e por quem aspira a governar. Faltam decisores que pensem o mundo, os países e as sociedades. Falta cultura cívica aos cidadãos para saber exigir dos decisores decisões pensadas, reflectivas e fracturantes. Falta sobretudo simplicidade e transparência de processos. As complicações só interessam a quem as cria.

Ousemos questionar.

Paulo Vasconcelos
2010-07-15

ROUBO PRATICADO POR QUEM NÃO É «LADRÃO»

Uma sala bonita, impecavelmente decorada com peças originais nas paredes e sobre os móveis. Um conjunto de pessoas de meia-idade, de ambos os sexos, com profissões liberais ou ligadas ao ensino. Uma tarde amena, propícia a um encontro para "dois dedos de conversa" defronte de uma bebida e alguns aperitivos.

Já se haviam abordado tantos assuntos que não surpreendeu ninguém que uma das convivas tivesse "puxado" para a conversa as novidades cinematográficas que seriam lançadas no circuito comercial nas próximas semanas.

– Li ontem que para a semana vai estrear o filme "A Origem", com o Leonardo DiCaprio. A crítica não é muito favorável, mas recomenda o filme pelo desempenho do actor principal.

– Já o vi! É bom – disse o dono da casa com tom de voz moderadamente baixo, destinado a impressionar a audiência que se tinha virado para ele.

– Mas como é que já o viste se ele ainda não estreou?! Foi quando foste a Madrid, a semana passada? – perguntou, admirada, a conviva que havia introduzido o tema.

– Não! Vi-o aqui em casa … Empresto-te se quiseres. Saqueio-o da Internet.

E sem esperar pela resposta levantou-se e dirigiu para o móvel que albergava o televisor, de onde voltou com um conjunto de DVD que tinham em comum, para além do tradicional visual cinzento metálico, o facto de conterem inscrito a marcador, numa das faces, o nome do filme que continham. Uma rápida pesquisa nos discos permitiu-lhe encontrar o que procurava.

– Podes levá-lo para ver – disse, estendendo-lhe o disco. – Se quiseres faz uma cópia. Só te peço que mo devolvas pois já disse ao meu sobrinho que lho emprestava.

– É claro que to devolvo – disse ela sorridente, enquanto passava pelo bordo do disco, distraidamente, o dedo indicador ornado de unha bem envernizada.

*
* *

Porque estas crónicas têm que ser curtas, sob pena de assustarem o potencial leitor, escuso-me a continuar a reproduzir a conversa. Direi apenas que ela continuou em torno das virtualidades da Internet, de onde se podiam sacar não só filmes, como músicas, programas informáticos e até livros. E a constatação a que chegaria um observador, que se mantivesse invisível, a um canto da sala, é que todos os convivas tinham algum tipo de "know how" – ou, como costuma dizer-se, "expertise" – sobre o tema. E os sítios mais apropriados para fazer tais "downloads" foram sendo trocados, cada um adjectivado como sendo melhor do que o do vizinho. Os convivas que pensavam que apenas se podiam sacar músicas, ficaram dotados do conhecimento para chegarem aos filmes; os que conseguiam chegar aos materiais mas não os conseguiam desproteger ficaram a saber como forjar senhas de acesso; os que tinham conhecimentos multivariados, e utilizavam correntemente a ferramenta, aproveitaram para criar uma espécie de ascendente sobre os restantes.

Imagine agora o leitor que o suposto observador invisível se materializava e lançava uma simples pergunta na roda de convivas: "Então, mas esses 'downloads' ilegais não são um crime?".

A mais veemente negação jorraria em uníssono daquelas bocas. Que não, porque são as empresas detentoras dos direitos que fomentam os "downloads" ilegais, como forma de publicitarem os seus produtos. (Implícita nesta visão está a ideia de que tais comportamentos constituem um favor que se faz a essas empresas.) Que não, porque as grandes empresas capitalistas ganham muito dinheiro. (O "sacanço" da Internet aparece, assim, como um instrumento da luta de classes, com notórios contornos de redistribuição do rendimento ao nível global.) Que não, porque a Internet é o paradigma da moderna democracia e, por isso, tudo o que por lá se encontra é pertença de todos. (É bom de ver que este tipo de justificação tem sempre uma excepção, que se aplica aos eventuais direitos de autor de que o sujeito seja detentor.)

Estas (pseudo) justificações, e umas quantas mais que se lhe poderiam facilmente ajuntar, não são nem mais nem menos do que o aspecto visível da racionalização que cada sujeito tem necessidade de efectuar para conseguir viver de consciência tranquila quando quebra as regras sociais ou legais instituídas. Não lhe passa pela ideia perpetrar um roubo, pois vai contra os valores que lhe foram incutidos. Como a posição social e nível de rendimento que possui também não permite a justificação do roubo, há que procurar soluções mais rebuscadas, mas igualmente destinadas a apaziguar a consciência.

Face aos resultados, não se pode dizer que a mente humana não opera milagres, ao conseguir transformar um roubo (com todas as letras) num acto que pode, no limite, ser percebido pelo sujeito como positivo para a sociedade.

Este tipo de comportamento, e a racionalização que lhe está subjacente, já é preocupante em si mesmo. Piora quando se transforma num valor que os pais, deliberadamente, passam aos seus filhos.

Um caso nítido de inversão de valores sociais básicos.

José António Moreira
2010-08-05

IMMANUEL KANT ASSASSINADO NO TAMISA

1. No *Speakers' Corner* o orador falava sobre o crime: "Foi encontrado morto numa margem do Tamisa o grande filósofo Immanuel Kant, agarrado à primeira edição do seu livro Crítica da Razão Prática. Apesar da deterioração do papel foi possível detectar nos laboratórios da polícia londrina o seguinte comentário na primeira página: «É uma exigência da razão reconhecer a existência de outros homens, tratando-os como fins e não como meios». Mais um filósofo assassinado. A polícia admite que não haja um só criminoso, mas muitos, o que dificulta bastante a investigação".

2. Acontecimento dramático.

A Europa que foi palco do Renascimento Italiano, do nascimento da ciência moderna, da Revolução Industrial, da Revolução Francesa, herdeira das culturas greco-romana e judaico-cristã, casa de artistas, escritores, músicos, pintores e filósofos imortais parece ter esquecido, em poucas décadas, tantos séculos de promoção do belo, do bem e do engenho.

A Europa que sempre (tirando alguns dramáticos curtos interregnos) defendeu os valores do humanismo, o respeito pelo homem e a sua dignificação, que tem sido um baluarte da democracia e da pluralidade de ideias e culturas, parece agora se esquecer do Homem, da inclusão, da convivência, da ética e da tolerância.

3. De facto, hoje, os aspectos económicos sobrepõem-se a todas as outras vertentes da vida em sociedade. Quando se abordam essas problemáticas está-se mais preocupado com os aspectos financeiro que com a criação de produção e rendimento (durante a crise que ainda estamos a viver falou-se muito da banca, da bolsa, dos mercados financeiros e quase nada da agricultura, da indústria, do comércio), alienando o essencial aos interesses especulativos. A inflação é tema mais importante que o emprego e o desemprego, a pobreza e a exclusão social, a crise, o crescimento do produto. Apregoa-se a redução da política e do Estado ao mínimo indispen-

sável, defende-se o «emagrecimento» deste, mas não se propõe a mesma dieta para os hiperlucros e os esbanjamentos de muitas grandes empresas. Contudo, contraditoriamente, aceita-se, mais, promove-se e aplaude-se, um certo tipo de intervenção: nesta crise, para pôr os contribuintes a pagarem os prejuízos do capital especulativo, que frequentemente não é contribuinte.

E os Estados aceitam esta situação e fazem haraquiri. Os cidadãos deixam-se embalar na cantiga da inevitabilidade e da defesa apologética de que a actual economia é a única possível, o que é fideisticamente justificado pela assumpção de que o mercado é Deus e a liberdade da livre circulação de capitais a sua Igreja (eliminando o paganismo e a bruxaria da liberdade de circulação de trabalhadores, a liberdade de todos terem uma vida digna, a liberdade de se acreditar num futuro melhor).

Enfim, usando um chavão, a nova Europa arrumou a velha Europa dos ideais e utopias, das preocupações sociais. A nova Europa é a campeã do neoliberalismo.

4. Porquê?

São muitas as causas desta situação, mas uma delas é certamente a Europa ser hoje um centro nevrálgico das actividades económicas ilegais:

- O fim do sistema económico socialista foi antevisto vários anos antes pela elite governante ("a *nomenklatura* dispôs de dez anos para se reestruturar e para tirar proveito da inevitável transição para o capitalismo"), tendo muitos pertencentes à referida elite organizado a economia paralela, a posse de enormes riquezas, o controlo de centros de decisão nevrálgicos, a sonegação de recursos financeiros, a criação de exércitos paralelos de «capangas», a transferência para «lugares seguros» (ex. *offshores*) de muitos destes recursos.
- Essas máfias reforçaram o seu poder às escalas europeia e mundial controlando empresas, negócios e pessoas, aparecendo frequentemente de uma forma populista (ex. no futebol), ramificando-se em instituições culturais e filantrópicas. Influenciam activamente a política nacional e internacional. Alguns conflitos têm-lhe sido particularmente benéficos (ex. Guerra dos Balcãs).
- As medidas tomadas pelos Estados Unidos depois dos atentados de 11 de Setembro de 2001 tornaram aquele país menos apetecível (veja-se o «*Patriot Act*») para ser o centro principal das actividades ilegais à escala mundial e de lavagem de dinheiro. Muitas dessas

actividades transferiram-se para a Europa: "a libra e o euro tornaram-se subitamente muito atractivos enquanto moedas de investimento. Isso explica por que é que se tornaram as moedas preferidas para os fundos de investimento especulativo".

- A Europa é detentora de vários *offshores* onde, com grande impunidade, se pode colocar os sites informáticos de actividades ilegais, fazer lavagem de dinheiro e controlar as redes económicas criminosas (embora não se pondo de parte a existência de operações legais ou perfeitamente legítimas, esclareça-se). Segundo o Fundo Monetário Internacional temos, na Europa: Andorra, Campione (Itália), Chipre, Dublin (Irlanda), Gibraltar (RU), Guernsey (RU), Man (RU), Jersey (RU), Liechtenstein, Londres (RU), Luxemburgo, Madeira (Portugal), Malta, Mónaco, Holanda e Suiça. Fora dela: Tahiti (França), Anguilla (RU), Aruba (Holanda), Bermuda (RU), Ilhas Virgens (RU), Ilhas Caimão (RU), Montserrat (RU), Antilhas Holandesas (Holanda), Turks e Caicos (RU), Estados Associados das Índias Ocidentais (RU). Outros pertencem à Commonwealth.
- O interesse da Europa em ser parceiro privilegiado da China torna-a particularmente condescendente com os atentados aos direitos humanos naquele país, à entrada (disfarçada) das máfias chinesas na Europa. A China é a campeã da contrafacção (dos bens de consumo corrente aos medicamentos, da tecnologia e programas informáticos às peças de avião), da pirataria marítima e na sua área de influência actuam importantes redes da criminalidade internacional. Com a «paciência de chinês» vão construindo a sua rede comercial e especulativa internacional.

Enfraquece-se o Estado-nação e reforça-se o Estado-mercado na Europa: "Enquanto o Estado-nação baseou a sua legitimidade numa promessa de melhorar o bem-estar material da nação, o Estado-mercado promete maximizar as oportunidades [realizáveis ou não, por todos ou alguns] à disposição de cada cidadão individual."

5. Criminalidade, fraude, actividades económicas ilegais, máfias existem há muito nos países europeus mas nos últimos trinta anos houve uma intensificação imensa, acompanhada de profundas alterações qualitativas que todos nós vivemos.

O controlo dos centros nevrálgicos de decisão económica e política processa-se por vias directas (ex. adquirindo participações nas empresas, injectando dinheiro nos mercados financeiros, colocando "homens de mão" em certos lugares), por vias indirectas (ex. revelando um comportamento político exemplar e apoiando pessoas, partidos e instituições; influenciando os órgãos de informação) e por vias subtis que parecem não revelar qualquer mácula (ex. promovendo a ideologia do "primado absoluto do mercado", da "liberdade total da circulação de capitais", do "pragmatismo da decisão política").

6. O orador seguinte no *Speakers' Corner* chamou a atenção para o aumento do abstencionismo nas eleições, para o facto de estas se tornarem mais concursos de beleza dos sorrisos, beijos e abraços dos políticos que lugar de debate de ideias e defesa de ideais e apelou, porque José Saramago está traduzido em inglês, ao voto nulo.

NOTA

Publicação mais directamente utilizada nesta crónica: NAPOLEONI, L. (2009). *O Lado Obscuro da Economia*. Lisboa, Presença.

Carlos Pimenta
2010-08-26

FRAUDE SOCIAL, OU INDÍCIOS AVULSOS?

Dos contactos que vou tendo com pessoas mais directamente ligadas à actividade empresarial, mas também do que leio e ouço nos *media*, vai tomando forma um conjunto de indícios que têm a particularidade de apontarem num mesmo sentido: apesar da elevada e crescente taxa de desemprego em Portugal, há empresas que se defrontam com dificuldades em suprirem as suas necessidades de mão-de-obra.

Face a este tipo de situação, geralmente contraponho, a quem delas me faz eco, que talvez os postos de trabalho a preencher não tenham sido publicitados devidamente. Aquilo que me garantem é que, para além da publicitação nos meios de comunicação habituais, tais postos ainda são publicitados, formalmente, junto do Instituto de Emprego. Mais, que quando este consegue enviar alguns potenciais candidatos, e eles iniciam o trabalho – o que nem sempre acontece –, uma boa parte acaba por desistir ao fim de muito pouco tempo, invocando as razões mais variadas, pedindo apenas que a empresa lhes carimbe o boletim que terão de entregar no Instituto para poderem continuar a usufruir do apoio social.

Quando, actuando quase como advogado do diabo, eu insisto que possivelmente as empresas necessitam de operários muito especializados ou que oferecem os postos de trabalho por períodos muito curtos, na generalidade dos casos as respostas que obtenho é que não se trata de uma coisa nem da outra: empregos indiferenciados não têm melhor sorte do que os especializados, e nem a oferta de um contrato de trabalho sem termo é garantia de se ser mais bem sucedido. Em suma, aquilo que sustentam é que os desempregados não querem trabalhar.

Não é preciso ser-se investigador para ter consciência do erro em que se pode incorrer quando, a partir de um conjunto limitado de observações (uma pequena amostra), se faz uma generalização para a população. Opto, pois, por não generalizar. Prefiro pensar que tive sorte (ou azar) em me defrontar

com um punhado de situações que apontam genericamente num determinado sentido, e que essas situações não são necessariamente representativas do universo das cerca de 600 000 pessoas actualmente desempregadas em Portugal.

Porém, julgo que estes "boatos" (vou considerá-los assim) deveriam ser objecto de análise pelos poderes públicos, quanto aos seus reais fundamentos e com o intuito de se procurar perceber o que realmente se está a passar a este nível. Seria, inclusive, uma forma de proteger os próprios desempregados de uma imagem (negativa) que deles se vai criando na sociedade.

Independentemente do que se viesse a apurar, julgo que é tempo de se repensarem as prestações sociais, o "subsídio de desemprego" em particular. Com efeito, o trabalho tem uma função social e pessoal que vai muito para além de ser a fonte de rendimento que permite a cada um possuir uma vida digna. Por isso, a dimensão abrangente do trabalho deveria ser tomada em consideração quando se procura apoiar o desempregado. Actualmente, aquilo que se faz é dar a este um determinado montante monetário para suprir, em parte, a perda de rendimento que ocorreu com o fim do seu contrato de trabalho. Ou seja, esquece-se que existe uma outra dimensão do trabalho, aquela que nos faz levantar da cama em cada manhã, que nos faz partir para mais um dia de luta, que nos faz sentir vivos e úteis. Sou de opinião, pois, que se devia rever o sistema de apoio aos desempregados de modo a procurar incluir esta outra dimensão.

Pelo menos em abstracto, não parece que fosse muito difícil. O sujeito que se visse desempregado receberia um pacote de apoio com uma dupla vertente: a monetária, como actualmente, para que pudesse suprir as suas necessidades básicas; a da "estabilidade emocional" (chamemos-lhe assim), por via da obrigação de prestar uma pequena contrapartida de trabalho social – ou, em alternativa, fazer formação profissional –, que, sem lhe retirar o tempo necessário para procurar alternativas de emprego, lhe transmitiria a certeza de que continuava a ser útil à sociedade.

Uma solução deste tipo, que pode ser considerada "politicamente incorrecta", tenderia a ser mais saudável para ambas as partes – a sociedade e o sujeito – e mais equilibrada do que a mera diminuição da componente monetária que, actualmente, vem sendo defendida como a solução capaz de levar o desempregado de volta ao mercado de trabalho no mais curto espaço de tempo.

Além disso, cortaria cerce a possibilidade de cada um de nós, empregados, cair na tentação de inferir, a partir de indícios como os que acima referi, que os desempregados protelam o retorno à vida activa enquanto não esgotam o período de atribuição do respectivo "subsídio de desemprego".

José António Moreira
2010-09-02

DITADOS & FRAUDE

Se há ditado popular que se aplica à problemática da fraude, esse ditado será sem dúvida o famoso 'Mais vale prevenir que remediar'.

Efectivamente, como em muitas outras áreas de risco que lidam com fenómenos indesejáveis, o foco dos esforços para combate aos mesmos deve incidir sobretudo nos 'cuidados primários' (prevenção), e menos nos 'cuidados secundários' (tratamento) e 'terciários' (tratamentos de reabilitação e paliativos).

A razão para tal é lógica e simples: o tratamento de um fenómeno negativo que já tenha ocorrido incorre em muitos mais custos (não só financeiros) que a prevenção da ocorrência do mesmo. A partir da ocorrência do fenómeno resta às organizações correr atrás do prejuízo.

Vários estudos de fraude indicam claramente que muitas vezes o custo para recuperar bens indevidamente apropriados por fraude (detecção, investigação, acções judiciais) é superior ao valor da própria fraude. Isto sem contabilizar os casos de fraude que não são detectados.

Voltando especificamente ao tema da prevenção fraude. Um dado agente com motivações para perpetrar fraude enfrenta sempre uma decisão para a efectivar. Esta decisão é condicionada, para além das motivações (económicas, pessoais, sociais), por uma percepção do risco de ser apanhado caso decida avançar com a fraude (oportunidade). É este o instante fulcral onde os esforços de prevenção são avaliados: perpetrar ou não perpetrar uma fraude, eis a questão para o potencial defraudador.

A prevenção de fenómenos de fraude deve incidir sobre os três vértices do afamado Triângulo de Fraude. Seguem-se alguns exemplos de iniciativas concretas para perseguir este fim:

- *Motivação* (para fraude): diminuir as razões para a tentação de fazer fraude, através da implementação e prática de boas políticas salariais, códigos de conduta, gestão de recursos humanos de

proximidade, respeito pela vida pessoal dos colaboradores, relações éticas com agentes externos e clientes, etc.;

- *Oportunidade* (para perpetrar): aumentar a percepção do risco de se ser apanhado a fazer fraude, através da criação de controlos internos e externos, de processos de auditoria, de sistemas de informação de detecção, da punição e publicitação de casos de fraude, da revisão e publicitação de políticas e sistemas anti-fraude, etc.;
- *Racionalização* (auto-justificação): mitigar a possibilidade de os agentes que cometeram fraude consigam auto-justificar a sua acção (impedindo a recorrências das mesmas), sobretudo através do incentivar de um sentimento de pertença entre organização, colaboradores e clientes, prevenindo ao potencial agente defraudador sentimentos de alteridade perante a organização defraudada, tais como por exemplo promoção de um bom ambiente de trabalho, boas relações com entidades externas e clientes, promoção de iniciativas de responsabilidade social, etc.

Embora seja difícil quantificar os ganhos concretos com uma maior aposta em prevenção que na detecção, tal não é impossível. As organizações detêm hoje informação e capacidades analíticas suficientes para o conseguirem fazer. A título de exemplo, a realização de inquéritos (internos e externos) ao ambiente organizacional sobre estes temas (fraude, transparência, corrupção) ao longo do tempo, e a monitorização temporal dos indicadores daí obtidos, é uma ferramenta que permite à gestão da organizações aumentarem em muito o seu conhecimento sobre o tema.

Chamo a atenção para o facto de esta priorização de esforços na prevenção não pode ser confundida com um desinvestimento na detecção de fraude. São dois conceitos complementares, que devem fazer parte da implementação de uma política organizacional de gestão de risco e fraude. Sem mecanismos de detecção eficazes a capacidade preventiva sai prejudicada. Sem medidas concretas e eficazes de prevenção, não haverá mecanismos de detecção que valham à organização.

Concluindo, a principal mensagem que pretendo aqui transmitir, e voltando aos ditados, é que 'Casa roubada, trancas à porta' é um pior provérbio para as organizações que 'Mais vale prevenir que remediar'.

Pedro Santos Moura
2010-09-23

PARÁBOLAS, CONCURSOS E PRESCRIÇÕES EM TEMPO DE VERÃO

1. O ADMINISTRADOR SAGAZ

[1]Disse ainda Jesus aos discípulos:

«Havia um homem rico, que tinha um administrador; e este foi acusado perante ele de lhe dissipar os bens. [2]Mandou-o chamar e disse-lhe: 'Que é isto que ouço a teu respeito? Presta contas da tua administração, porque já não podes continuar a administrar.' [3]O administrador disse, então, para consigo: 'Que farei, pois o meu senhor vai tirar-me a administração? Cavar não posso; de mendigar tenho vergonha. [4]Já sei o que hei-de fazer, para que haja quem me receba em sua casa, quando for despedido da minha administração.'

[5]E, chamando cada um dos devedores do seu senhor, perguntou ao primeiro: 'Quanto deves ao meu senhor?' Ele respondeu: [6]'Cem talhas de azeite.' Retorquiu-lhe: 'Toma o teu recibo, senta-te depressa e escreve cinquenta.' [7]Perguntou, depois, ao outro: 'E tu quanto deves?' Este respondeu: 'Cem medidas de trigo.' Retorquiu-lhe também: 'Toma o teu recibo e escreve oitenta.' [8]O senhor elogiou o administrador desonesto, por ter procedido com esperteza.

É que os filhos deste mundo são mais sagazes que os filhos da luz, no trato com os seus semelhantes.» (Mt 16, 1-8)

2. CONTRATOS DE CONCESSÃO

"O travão imposto pelo Tribunal de Contas (TC) a cinco contratos de subconcessão rodoviária assinados pela Estradas de Portugal conduziu a uma poupança de 575 milhões de euros." (Público, 5.8.2010)

O diário chegou a este montante somando as diferenças entre as rendas que eram pedidas à Estradas de Portugal nos contratos iniciais das diversas subconcessões a concurso – que o TC recusou – e o esforço financeiro que foi pedido à Estradas de Portugal nos contratos reformulados, que vieram substituir os primeiros.

A recusa do TC em conceder o visto aos contratos iniciais assentou em várias razões, a mais relevante das quais foi o facto de, na negociação final com os dois melhores consórcios classificados em cada concurso, terem sido apresentadas propostas muito mais caras do que aquelas com que esses consórcios se apresentaram inicialmente a concurso.

3. PROCESSOS FISCAIS PRESCRITOS

> "Entre 2006 e 2008, cerca de 129 mil processos de execução fiscal relativos a uma dívida superior a mil milhões de euros prescreveram nos serviços de Finanças de Lisboa e Porto. Com base numa amostra dos 126 maiores desses processos, a Inspecção-Geral de Finanças (IGF) concluiu que metade deveu-se à 'inércia dos serviços' e que, nesses distritos, 'não existem mecanismos de validação das prescrições'." (Público, 02.09.2010)

Da amostra recolhida, houve processos que não foram localizados; outros não correspondiam à dívida descrita; outros ainda tinham sido considerados como prescritos quando o não estavam; e o grosso não foi "objecto de tramitação devida", já que ficou patente que durante largos períodos de tempo "não se verificou quaisquer diligências por parte dos serviços."

Mais do que a demora dos tribunais, a IGF imputou "à inércia dos serviços cerca de metade das prescrições analisadas", com um prejuízo estimado de 76,1 milhões de euros de dívida". Saliente-se que este valor corresponde, apenas, à estimativa para a amostra de 126 processos!

4. TEMPO DE VERÃO

Noutra altura qualquer eu não deixaria passar em branco a oportunidade de discutir em profundidade relações e verosimilhanças entre a parábola e as situações apresentadas. Mas hoje não. O Verão deixou-me indolente, quase apático às notícias e tragédias que vão chegando, mesmo quando elas têm um impacto directo no meu bolso por via dos impostos que me são cobrados.

Apenas me percorre uma dúvida, que é também uma pergunta que me coloco: no caso da parábola do administrador sagaz, para além da demissão, será que o senhor o terá castigado pela atitude adoptada? Possivelmente não. Também nesse aspecto esse administrador parece comparar com os administradores e responsáveis envolvidos nos casos dos contratos e prescrições. Com uma pequena diferença: aquele, pelo menos, foi demitido.

José António Moreira
2010-09-30

PÃO E CIRCO

"*Panem et Circenses*", que é como quem diz "*Pão e Circo*", escrevia Júnio Juvenal no séc. I, na *Sátira X* a propósito do modelo de sustentação político criado por Roma para a manutenção da ordem social do Império. Na prática esse modelo correspondia à garantia da existência de comida e diversão para o povo, com o objectivo de apaziguar eventuais movimentos de insatisfação social contra os governantes e as suas políticas. A leitura de Juvenal corresponde a uma das primeiras e mais profundas críticas que se conhecem acerca do funcionamento do sistema político, nomeadamente das estratégias que este vai encontrando para se perpetuar, suportado pela massa amorfa que constitui o povo.

Ao olharmos para as sociedades de hoje, ou seja vinte séculos depois, não será difícil chegarmos à conclusão que, neste particular, pouco ou nada parece ter mudado.

Creio que não se possa sustentar que este tipo de estratégia seja deliberada, como porventura não o terá sido em Roma. Porém e uma vez que acaba por se manifestar, o efeito "*Pão e Circo*" tem servido os intentos das classes políticas (pelo menos de algumas franjas menos escrupulosas), enquanto modelo de manutenção da coesão social. Invariavelmente, constatamos que as sociedades acabam por reproduzir sistematicamente este modelo (chamemos-lhe "*modelo Pão e Circo*").

Damos hoje atenção particular a este tema face à crise económica e financeira em que nos encontramos mergulhados e, por outro lado, por vivermos num quadro político de Democracia, que assenta todo ele no poder soberano do povo.

Por vezes interrogo-me até que ponto são fornecidos ao povo os dados esclarecedores minimamente objectivos que lhe permitam tomar, nos momentos das votações, as melhores decisões para o seu próprio futuro? Até que ponto está o povo preparado e interessado em conhecer tais dados? Um povo que viva numa lógica de "*Pão e Circo*" estará efectivamente à altura das respon-

sabilidades que uma verdadeira Democracia exige? Estará na posse do mínimo de informação clara e objectiva sobre a realidade acerca da qual é chamado a pronunciar-se? Eu, por mim, tenho algumas reservas...

Porém e contrariamente ao que possa pensar-se, a culpa deste estado de coisas não está no povo. A culpa, se existe (reafirmo que, apesar de poder revelar-se útil a alguns em determinados contextos, a estratégia "*Pão e Circo*" não aparenta ser deliberada), tem sido das sucessivas elites políticas que, pelas mais variadas razões e um pouco por todo o lado, se têm abstido de implementar políticas tendentes à preparação de cidadãos mais interessados, preocupados, com espírito objectivamente critico e participativos das grandes decisões relativas à sociedade de que fazem parte.

Estamos em crer que a elevação destes índices de esclarecimento junto do povo teria como resultado directo o incremento da qualidade dos políticos, dos seus projectos e das políticas que colocariam em prática. Doutra forma, continuaremos a correr o sério risco de a crise ser, aos olhos de grande parte dos cidadãos, algo que serve apenas para alimentar discursos e debates políticos, mas sem qualquer correspondência com a realidade da vida de cada um de nós.

Para estes cidadãos (que presumimos seja um grande franja, porventura a maioria das pessoas) a possibilidade de aquisição e consumo de produtos alimentares (ainda que por vezes de menor qualidade), o consumo das novelas e do futebol, acompanhados de umas Cervejinhas e Tremoços (o "*Pão e o Circo*") são razões suficientes para o enquadramento de toda uma lógica de vida. Para estes, as discussões políticas (sobre a crise ou sobre outro qualquer assunto) são algo que ignoram porque simplesmente não entendem o discurso, nem a argumentação, nem, sobretudo, porque nem sequer imaginam (longe disso) que os efeitos de más opções políticas (que num sistema democrático também dependem de si) possam vir a tornar-se nefastos sobre a qualidade da sua (nossa) própria existência.

Finalizo com a descrição de um episódio que há dias tive oportunidade de testemunhar e ilustra bem a problemática que procuro evidenciar:

Estava a almoçar com alguns familiares meus num pequeno mas barulhento restaurante do bairro onde resido, todos na companhia de uma televisão que, dada a hora, transmitia as notícias da hora de almoço. Dada a hora, a sala estava cheia de gente das mais variadas origens sociais. Professores (o restaurante situa-se nas proximidades de uma escola secundária), funcionários do município (situa-se também ali próximo um departamento municipal) e empregados de uma

fábrica, contavam-se entre a maioria dos presentes. Enquanto todos comíamos e falávamos (alguns em alto e bom som), o locutor das notícias lá ia desembrulhando e mostrando os avanços e recuos de governo e oposição na procura de soluções para a nossa crise. Depois passou pelo noticiário internacional, que incluía também a crise económica e financeira, que alastra um pouco por todo o mundo, com referências a aumentos de deficits e de despesas públicas. Tudo passou ao lado dos comensais. Eu e talvez mais um ou outro mais interessado, tivemos de fazer algum esforço auditivo para conseguirmos perceber algumas das palavras que vinham da TV. Repentinamente o ruído na sala reduziu-se a quase um sussurro. A TV e o senhor que dava as novas tornavam-se o centro das atenções para a grande maioria dos presentes. Noticiava-se agora os maus resultados dos últimos jogos da selecção nacional de futebol. Os jogadores que pior tinham jogado, os golos falhados e as reacções de treinador e dirigentes. Terminada a notícia, os discursos voltaram a subir de tom, mas em muitas das mesas, o tema que anteriormente tinha sido focado, ficou esquecido. Dera lugar ao futebol e aos problemas que grassavam na Federação.

Terminei a refeição a comentar com o meu irmão, enquanto bebíamos o café, que bem vistas as coisas a malta quer mesmo é "*Pão e Circo*", uns (o cidadão anónimo) porque assim anda entretido, e outros (os políticos) porque assim estão com a vida de certa forma mais facilitada.

O problema, para concluir esta reflexão, é que se nada for feito para alterar esta evidência, tendemos a manter grandes margens de manobra para a demagogia. Uma sociedade esclarecida é necessariamente mais exigente (pelo menos possui esse potencial), e um maior grau de exigência traduzir-se-á em melhores políticos e em melhores políticas, com os correspondentes efeitos benéficos para todos.

Em pleno século XXI, numa ocasião em que celebramos 100 anos sobre a implantação da República e a Democracia está já implementada entre nós há mais de três décadas, seria útil que a sociedade portuguesa fizesse uma reflexão profunda e ampla também sobre esta vertente da maturidade democrática.

António João Maia
2010-10-21

SUBCONTRATEMOS A GOVERNAÇÃO DO PAÍS!

1. O Governo jura a pés juntos que a austeridade é para todos. Mais, assegura que as mordomias de uns quantos serão cortadas, as admissões de novo pessoal estancadas, o número de lugares nas administrações públicas reconduzido a dimensões menos escandalosas.

2. Quero acreditar, pensar que desta vez os nossos governantes não nos estão a defraudar, que tomaram consciência da gravidade da situação e decidiram arrepiar caminho. Quero acreditar, esforçar-me por aceitar que desta vez aquilo que nos dizem é verdade.

3. Mas o diabo é que há sempre um "boy" para ser colocado, há sempre um favor eleitoral que não pode ficar por pagar. O caso é fácil de descrever. O jovem deu o "litro" na última campanha eleitoral e há que o cativar para futuras lides eleitorais. Um lugar de gestor num gabinete público da localidade pode ser recompensa capaz. "Mas como", alguém pergunta, "se não é possível contratar pessoas sem vínculo à administração pública?". A criatividade de um qualquer assessor foi sancionada pelo secretário de estado do pelouro, pois a este nível chegou o empenho. "Contrata-se para a instituição X, que é uma entidade pública empresarial, e não está sujeita a limitações. Daí já se pode transferir a pessoa para o lugar a preencher". O autor da ideia deve ter sido louvado por tanta criatividade. Afinal, o que custa mais um contrato sem termo no meio das centenas de milhar do funcionalismo público? E que importa que a situação seja injusta face aos muito tarefeiros que, depois de anos e anos de trabalho a servir o Estado, foram enviados embora de mãos a abanar? O que parece importar acima de tudo é que o partido fica com mais um lugar ocupado por "pessoa de confiança".

4. Assim se fez. Foi maior a vergonha sentida pelo "boy", que temia que tudo pudesse ser publicamente descoberto, do que a do governante interveniente, que se apressou a sossegá-lo a tal propósito. Que podia dormir descansado, pois ninguém iria descobrir coisa alguma.

5. Eu bem quero acreditar ... que este país tem futuro como entidade autónoma. Mas por mais que me procure auto-convencer, situações como a descrita acabam sempre por me fazer chocar com a dura realidade de que não nos vamos safar. O Estado tornou-se uma tal teia de relações partidárias e de partilha de lugares que não há orçamento que resista ao regabofe. E essas relações coarctam a possibilidade de existirem órgãos verdadeiramente independentes que exerçam um efectivo controlo sobre a actuação do poder governativo.

6. Neste contexto, só vejo uma solução para a "doença" de que padecemos. Não, não se trata de colocar a tropa a cuidar do assunto. É mais simples e, penso, pode ser mais consensual. Subcontratemos a governação do país. Cuidemos de contratar uma equipa de peritos estrangeiros que nos venha governar, e mandatemo-la para acabar com o regabofe actual. Até podemos pagar principescamente, pois as poupanças que se conseguirão serão suficientes para tal. Para nós, os nacionais, ficará a incumbência de "dar o litro" em prole da recuperação do país. Apenas necessitamos de ter a certeza de que seremos bem dirigidos e de que o fruto do nosso esforço colectivo não será exaurido com as mordomias dos "boys".

7. Se acham que a proposta é descabida, pense-se na melhoria que a TAP verificou quando, depois de tantos e tantos anos de completo desgoverno de administrações nacionais, se contratou um gestor estrangeiro para a gerir. Pense-se agora a uma dimensão maior, ao nível do país. Quantas vantagens não poderíamos recolher ...

8. A Constituição não permite subcontratar funções de soberania? Então aproveite-se para a rever nesse sentido, agora que se está em pleno processo de revisão.

9. Temos de ser humildes e aceitar que somos capazes de fazer coisas muito boas, bonitas e importantes ... mas que entre elas não parece estar a de nos sabermos governar. O tempo passa e as situações repetem-se, a história volta sempre ao início. Já um historiador romano que há quase vinte séculos por cá passou de nós escreveu que éramos um povo que não se sabia governar. Porquê então continuarmos a insistir no mesmo erro?

José António Moreira
2010-10-28

A PRETO-E-BRANCO

Há dias, enquanto falava ao telefone com um amigo, acabámos invariavelmente por passar de raspão pelo estado actual do país, dos portugueses e das perspectivas que se nos colocam para os próximos tempos. Enquanto ele caracterizava a nossa realidade com a tão conhecida referência musical do Sérgio Godinho, o "cá se vai andando com a cabeça entre as orelhas", eu associei-a a uma daquelas fotografias antigas a preto-e-branco, do género das que guardamos dos nossos avós, com a diferença de, nesta que imaginei, as pessoas surgirem com um sorriso forçado, envergonhado, tristonho, com a agravante de se encontrar a tal ponto desfocada que as feições das pessoas se mostravam estranhamente distorcidas, e sem permitir que se conseguisse perceber o fundo, o cenário escolhido pelo fotografo para a captar.

Concordámos depois que as duas visões eram de todo concordantes, como se fossem os dois lados da mesma moeda, porque, embora associando o nosso presente a visões distintas, não deixavam de, à sua medida, corresponder a um certo sentido de resignação, nostalgia e encolher de ombros que nós, os portugueses, possamos porventura estar a viver e a sentir no dia-a-dia das nossas existências.

Terminada a conversa, continuei a reflectir sobre as imagens que acabáramos de utilizar para caracterizar a nossa realidade de hoje, acabei mesmo por imaginar a junção de ambas. Imaginei uma foto, desfocada, destorcida, de vinte milhões de orelhas, ou melhor de dez milhões de pares de orelhas, cada um deles com uma posição predeterminada. Depois, entre cada duas orelhas constituintes de um par, surgia então, com mais ou menos esforço, a face encaixada, nalguns casos mesmo forçada, de cada um de nós, como se uma força nos compelisse para a foto e, enquanto nos empurrava, nos ia exigindo que, apesar do esforço, fossemos ainda capazes de sorrir. É evidente

que acabei por me rir desta imagem assim grotescamente pincelada e, no momento seguinte, voltei à minha própria realidade.

Serve esta estranha nota de abertura para de alguma forma procurar enquadrar a questão que quero verdadeiramente abordar nesta crónica e que se prende com a mudança social.

O sociólogo francês Émile Durkheim, é considerado o primeiro autor que estudou a problemática da mudança social. Foi no final do século XIX que introduziu o conceito de *Anomia*, por referência a situações em que as normas sociais e morais se tornam confusas, obscuras ou muito simplesmente inexistentes. Nestas ocasiões, quando as normas existentes deixam de ser reconhecidas (e portanto respeitadas) pelos sujeitos, mas ainda não se encontram suficientemente cristalizados os procedimentos que hão-de originar os novos padrões normativos que as irão substituir, verificou aquele autor, os sujeitos tendem a sentir-se confusos, estranhos e desesperados, por perda das referências e por deixarem de ter a percepção do que é correcto e incorrecto. Ficam como umas "*baratas tontas*" sem saber muito bem que caminho seguir.

O termo anomia deriva do grego "*anomos*", que significa sem (a) lei (*nomos*), e o autor utilizou-o pelo primeira vez em "*O Suicídio*" (1897) (edição portuguesa de 1977 da Editorial Presença), ao conseguir correlacionar positivamente a ocorrência de alguns actos de suicídio com enquadramentos sociais de desespero, resultantes de uma menor consistência normativa e dos valores sociais. O autor caracterizou estas situações como actos de *suicídio anómico*.

De certa forma, o presente está a evidenciar sinais de necessidade de mudanças nos nossos estilos de vida. As anunciadas medidas para fazer face à crise que atravessamos vão necessariamente (já ninguém acredita no contrário) provocar alterações nos nossos padrões de vida. Naturalmente que essas alterações vão ter efeitos distintos em cada português. Mas uma coisa parece certa, vamos ter de "*apertar o cinto*" e, face a esta perspectiva, poucos ou nenhuns de nós sabem exactamente o que vai suceder, como vai ser possível e necessário que nos adaptemos a uma nova realidade, cujos contornos exactos ainda não conhecemos, mas que, os entendidos afirmam-no, traz consigo algumas dificuldades económicas. Acrescente-se a propósito, em concordância com todo este contexto sinteticamente descrito, que numa recente divulgação dos resultados de um inquérito realizado na

Europa, os portugueses revelaram sentirem-se menos felizes do que o valor médio de felicidade assumido pelos cidadãos europeus.

É em face desta perspectiva acinzentada que imagino aquela fotografia que descrevi e na qual nos revejo a todos. Com um sorriso estranho, forçado e distorcido pela força da realidade com que nos fomos empurrando a todos para este contexto, com a natural apreensão de quem sabe já que a realidade vai alterar-se forçosamente, sem saber muito bem como vai ser possível a superação desta "anomia" que agora começamos todos a viver e que não nos permite (ainda) ver muito bem com que cores será pintado o nosso futuro.

António João Maia
2010-12-30

SE UMA "OFERTA" PARECER BOA DE MAIS ...

São poucas as vezes em que tenho oportunidade de me deslocar a Paris. Por isso, quando tal acontece, há sempre motivo para recolher algumas fotos de recordação, que ajudem a ilustrar, junto da família e amigos, a história da viagem.

Na mais recente visita, debruçado numa das pontes do Sena, no centro de Paris, em pleno processo de recolha de uma dessas fotos, fui abordado por uma mulher ainda jovem, de lenço na cabeça e saia sob o comprido. Disse-me que tinha acabado de encontrar uma aliança de ouro – e ostensivamente mostrava-ma, grossa e brilhante –, e que ma queria dar. Face à minha recusa em a receber, sob a desculpa de que não era minha, ela pressionava para que eu a aceitasse pois, dizia, também não era dela. E para ser verdadeiramente convincente mostrava, testando a aliança, que esta era demasiado larga para o respectivo dedo anelar. Sem ser hostil para com ela, continuei inamovível na minha decisão, recusando-me a receber a aliança. Ela ainda insistiu mais uma vez ou duas vezes. Quando me comecei a afastar, a mulher, face ao insucesso da investida, teve de concluir que o "negócio" dessa vez falhara. A frustração que terá sentido veio ao de cima sob a forma de insultos, que nem o meu enferrujado domínio da língua francesa evitava perceber em toda a sua profundidade.

Não foi difícil de perceber, desde o primeiro momento, que se tratava de uma versão adaptada do velhinho "conto do vigário". Tendo em consideração que hoje em dia a tendência é para se manusear "dinheiro de plástico", raras sendo as situações em que alguém transporta consigo em "cash" mais do que o necessário para fazer face às despesas correntes mais imediatas, a aliança substituía com vantagem, em termos de consistência da história, o tradicional "maço de notas" embrulhado em jornal.

É incrível como um esquema fraudulento tão simples como o descrito sobreviveu ao passar do tempo, adaptando-se, para continuar a fazer

vítimas. Além disso, poderia pensar-se que só os "pacóvios" nacionais seriam propensos a cair em tão inocente esparrela e, portanto, só por estes lados ela poderia ser encontrada. Engano, pois encontra-se espacialmente disseminada muito para além das nossas fronteiras.

Veja-se o caso acima referido. Comprove-se consultando o sítio na Internet do *FBI – Federal Bureau of Investigation*, nos Estados Unidos. Aí, na rubrica dos "Advance Fee Schemes", o tradicional "conto do vigário" aparece listado em lugar de destaque entre um vasto conjunto de esquemas fraudulentos para os quais os cidadãos deverão estar prevenidos (http://www.fbi.gov/scams-safety/fraud). Mas o *FBI* vai mais longe do que meramente elencar e descrever alguns dos principais esquemas conhecidos. A agência oferece dicas que o cidadão pode seguir para se proteger dos mesmos.

Períodos de crise, como os que temos pela frente, são difíceis para todos. Não só para os cidadãos honestos, mas também para os cidadãos que vivem de esquemas fraudulentos como o referido. Por esse motivo, tais períodos são particularmente propensos ao recrudescimento deste tipo de "ofertas", nas suas múltiplas variantes.

Devendo ter sempre presente que ninguém dá nada a ninguém sem requerer algo em troca, cabe a cada cidadão, em cada momento, usar da clarividência necessária para se aperceber das "ofertas" que são de recusar, isto é, das que são boas de mais para serem verdade. Aliás, é esta a ideia principal que o *FBI* utiliza para instruir os frequentadores do seu "sítio", ao referir que "se uma 'oferta' parecer boa de mais, provavelmente é-o".

José António Moreira
2011-01-13

OS TEMPOS CONTEMPORÂNEOS E A FRAUDE

> "Cresceu em 2010 o número de casos de fraude registados no Reino Unido: 314 incidentes relatados (valor total de 1,374 biliões de libras). É o nível mais alto, jamais registado nos 23 anos do Barómetro da Fraude da KPMG. Significou um aumento de 16 por cento em relação ao ano anterior (271). «As empresas tentando sobreviver e os indivíduos procurando manter o seu nível de vida por quaisquer meios, contribuíram, sem dúvida, para o aumento dos valores – esses mesmos grupos vulneráveis terão sido presas fáceis de criminosos profissionais", em Public purse raided as UK hit by record fraud levels, 'http://rd.kpmg.co.uk/24595.htm'

O actual mau estado da conjuntura económica (mundial e nacional) coloca uma maior pressão no factor 'Motivação' para a perpetração de actos fraudulentos. Com efeito, recordando-se o célebre 'triângulo de fraude', esta acontece quando há uma Motivação, quando se percebe um Oportunidade de fazer fraude sem se ser apanhado, e quando se consegue Racionalizar o próprio acto pessoal cometido.

Com o aumento do desemprego, do custo de vida e com a diminuição do acesso a crédito aumenta também a perda de poderio económico por parte de pessoas particulares, desde casos em que um certo estilo de vida é posto em causa, até casos mais graves que podem mesmo roçar limiares de pobreza.

Para as pessoas colectivas (empresas e seus responsáveis) as dificuldades no acesso a crédito, a redução generalizada do consumo (excepto nos produtos de luxo) e o aumento da carga fiscal, a par das enormes pressões para resultados (sustentados ou não), a Motivação para práticas menos correctas de negócio vê-se também a aumentar.

Neste contexto, é fundamental para quem se preocupa com a temática da fraude (em combatê-la, claro está) ter em conta a dinâmica cultural, social e económica. Estes tempos tornam o factor 'Motivação' numa variável difícil de controlar, dadas as dificuldades generalizadas. Controlar variáveis macroeconómicas, especialmente no mundo intrincado e interdependente

em que vivemos, torna-se numa tarefa quase impossível, mesmo se nos ativermos somente a um ambiente controlado como uma empresa. Assim, mais que nunca importa que o foco dos esforços de combate à fraude seja colocado na mitigação do vértice 'Oportunidade', ou seja, em demonstrar que quem queira fazer fraude (tenha as melhores ou as piores Motivações para tal) corre um risco de ser apanhado que não compensa as possíveis recompensas de perpetrar o acto.

FRAUDE: CUSTOS AFUNDADOS OU INVESTIMENTO

Outro tópico que aproveito para abordar brevemente, tem a ver com a noção de Dilema de Custos Afundados (http://en.wikipedia.org/wiki/Sunk_cost_dilemma), que na prática versa sobre casos em que já tendo havido um forte investimento de recursos num dado 'projecto' com más perspectivas de rentabilidade, se continua a investir no mesmo na expectativa que a situação melhore. Este dilema tipicamente resulta em decisões do género 'já investimos tanto nisto que agora não podemos simplesmente abandonar o investimento e enveredar por outro caminho'. Este dilema pode-se aplicar à temática do combate à fraude, com uma ligeira adaptação: assume-se em muitos casos que que x% da margem de uma dada actividade serão perdidos para fraude, erros ou abusos. Este 'pressuposto' leva ao pensamento de que o investimento que se poderia fazer no combate a este tipo de fenómenos é desnecessário, visto já se ter assumido, prospectivamente, as perdas.

Este tipo de pensamento, por muito absurdo que possa parecer, está bem presente na cultura de muitas empresas, e mesmo de muitas culturas. Neste aspecto, mais uma vez, vê-se bem algumas diferenças essenciais entre, por exemplo, a cultura latina e a cultura anglo-saxónica. Atente-se ao seguinte excerto retirado de uma notícia no seguimento do artigo supracitado: "Na verdade, o Governo do R.U. irá disponibilizar £900m [€1.080M] (durante o período de revisão de gastos) para melhorar a cobrança de impostos e assim combater a evasão fiscal. Com essa medida, o governo estima cobrar, em receitas fiscais, £7000m [€8.400M] por ano, no período 2014-15, adicionais." (in No surprises as fraud rockets in 2010),

Portugal não tem a dimensão do Reino Unido, obviamente. Mas se dividirmos os valores acima por 9 (aproximadamente o rácio entre o PIB Português e o PIB do Reino Unido) e convertermos para Euros ficamos com uma melhor noção (hipotética) do que aqui falo: um cenário em que o Estado Português

investiria num programa anti-fraude cerca de 120 milhões de euros para recuperar cerca de 930 milhões de euros por ano de receita fiscal perdida (estima-se que, por ano, se perde para fraude fiscal cerca de 10% das receitas previstas, o que a números do OE2011 daria para cima 3 mil milhões de euros somente 2011).

Ou seja, e concluindo, não se pode assumir, de forma nenhuma, a Fraude como um Custo Afundado. O Combate à Fraude, mais que intenções políticas tem que se considerar como um investimento de pleno direito.

Pedro Santos Moura
2011-01-20

A DEMOCRACIA: UMA GRANDE "FRAUDE"?

Andaria eu no que então se chamava de "ciclo preparatório" quando ouvi, pela primeira vez, talvez numa aula de História, que "a democracia é o governo do povo, para o povo e pelo povo". A expressão em causa era atribuída a um antigo presidente dos Estados Unidos, Abraham Lincoln, e nela se encerraria a grande virtude do sistema de governação política em que os países mais desenvolvidos se encontram há longos anos.

Olhando para os desenvolvimentos dos anos recentes em Portugal, ao nível da evolução do sistema político, parece-me poder reflectir-se até que ponto a não verificação no concreto daquela grande virtude poderá estar na origem da verdadeira crise, de ordem política, económica e social, que vivemos.

Será a nossa democracia um governo do povo? Será a nossa democracia um governo para o povo? Será a nossa democracia um governo pelo povo? Formalmente, claro que sim. Mas creio haver boas razões para concluir que, na prática, assim o não é e que a divergência entre o formal e o concreto se vem agravando nos últimos anos.

Não duvido que seja um governo do povo, afinal o destinatário final de todas as decisões tomadas no regime político. Mas já tenho sérias dúvidas, por exemplo, de que seja verdadeiramente um governo pelo povo...

É verdade que as escolhas dos governantes e das opções programáticas a seguir estão, em última análise, nas mãos do povo, que as expressa mediante eleições regulares. Mas a escolha dos governantes não é claramente livre. Pelo contrário, é altamente condicionada pelo sistema partidário, mesmo naqueles casos (como a eleição para Presidente da República) em que a apresentação de candidaturas decorre de um acto de liberdade individual.

Atentemos, por exemplo, no caso das eleições legislativas. Ninguém pode ser eleito fora da esfera partidária, uma vez que não existe qualquer previsão de candidaturas independentes. Assim sendo, só um grupo restrito

de cidadãos se pode tornar deputado, escolhidos inicialmente pelos partidos políticos.

Nada de particularmente negativo resultaria desta situação, comum afinal a quase todas as sociedades desenvolvidas do mundo. O problema é que, ao longo do tempo, esta situação foi gerando efeitos perversos, decorrentes de fenómenos como a criação de espécies de clubes de amigos, a proliferação do carreirismo partidário ou a emergência de verdadeiros profissionais da política, cujos únicos méritos se reduzem às capacidades de articular relações pessoais. E o efeito mais perverso terá sido o do aumento a ritmos crescentes da mediocridade na condução dos interesses ditos públicos do País.

Tenho também sérias dúvidas de que tenhamos um governo para o povo. Não querendo entrar pelo caminho da demagogia, a verdade é que cada vez é maior o número de notícias e factos que apontam para negócios bem pouco claros, levados a cabo no quadro dos tais clubes de amigos ou, pelo menos, decisivamente influenciados por decisões públicas.

Saindo fora de tal esfera, também não faltam exemplos do modo como o interesse público, o do povo, é ultrapassado pelo interesse partidário ou pelo interesse particular. E indo um pouco mais longe, também não faltam exemplos do modo como o interesse do povo é facilmente esquecido, no quadro da falta de transparência ou simplesmente de verdade no discurso partidário e público. Afinal de contas, não seria do interesse do povo conhecer a verdade? Ou será preferível proporcionar-lhe ilusões, que, como o nome sugere, no médio e longo prazo não são obviamente sustentáveis?

No contexto desta breve reflexão, poder-se-á concluir que a democracia é uma grande ilusão do nosso tempo? Felizmente, creio que ainda não. Desde logo, porque continua por provar que exista um sistema, necessariamente imperfeito, melhor. Mas que há muito para mudar, sob pena de se tornar uma ilusão demasiado perigosa, lá isso há...

Rui Henrique Alves
2011-01-27

DENÚNCIA DE FRAUDES E CORRUPÇÃO

Desde finais do transacto ano, a Procuradoria Geral da República (PGR) possui um "sítio" na Internet onde os cidadãos podem denunciar fraudes e situações de corrupção (https://simp.pgr.pt). Esta utilização da tecnologia informática pela PGR, para dar combate a esses "cancros" sociais, merece-me três pequenos comentários.

O primeiro, respeita ao acto da denúncia em si. A tentação é para, no imediato, condenar quem denuncia e, neste caso particular, quem incentiva à denúncia. Não é, no mínimo, simpático que alguém denuncie um seu concidadão. Este tipo de antipatia para com um qualquer denunciante tende a colher raízes num tempo em que as denúncias tinham natureza política e implicavam, da parte do aparelho policial do Estado, graves implicações para a vida e integridade física dos denunciados.

Felizmente, os tempos mudaram e, no mesmo sentido, deve também mudar o modo como encaramos a denúncia. Em casos particulares como o referido, esta deve ser entendida como um acto de cidadania, que pretende fazer chegar à Justiça informação que, tratada sob o enquadramento legal vigente, leve as autoridades a actuarem no sentido da erradicação de comportamentos que podem colocar em causa o regular funcionamento da vida em sociedade e, no limite, minar as próprias fundações do Estado.

O segundo, respeita à capacidade da PGR, por via do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), para dar resposta às denúncias recebidas. A aceitar como fidedigna a informação difundida na imprensa escrita, no mês de Novembro foram recebidas, em média, 11 denúncias por dia. Tendo em consideração o conhecido défice de recursos humanos e financeiros afectos à investigação criminal em Portugal, parece fora de causa que o DCIAP tenha capacidade para gerir tal volume de denúncias. Mesmo tendo presente que mais de metade delas poderá não sobreviver a um primeiro escrutínio, por inequívoca falta de plausibilidade

ou sustentação, fica ainda a dúvida sobre a capacidade daquele órgão para lidar com as restantes. As consequências resultantes dessa incapacidade são negativas a dois níveis: pela desmotivação que tenderá a provocar nos cidadãos denunciantes, que não verão o seu esforço produzir resultados; pelo efeito sobre os serviços de investigação, que se verão soterrados com uma avalanche de denúncias, com nefastas e dilatórias consequências para o conjunto dos restantes processos em curso. Portanto, sem dotar o DCIAP dos meios adequados a lidar com tal avalanche de informação, a medida peca pelo voluntarismo que se lhe reconhece.

O terceiro comentário, volta ao modo como encaramos e exercemos a cidadania. Esse exercício não é independente do modo como a Justiça funciona. No mencionado "sítio", se pretendermos efectuar uma denúncia, somos avisados de que "A comunicação dos factos pode ser feita de forma anónima. No entanto, é importante que tenha conhecimento de que, quanto a alguns tipos de crimes (crimes semipúblicos ou particulares), as denúncias anónimas não substituem a denúncia formal dos factos, que deve ser efectuada num serviço do Ministério Público ou num órgão de polícia criminal. Nesses casos, é necessário que o denunciante/queixoso se identifique e assine a queixa ou que a apresente através de mandatário judicial ou mandatário munido de poderes especiais para o efeito. Se tal não acontecer, o Ministério Público não pode dar início ao procedimento criminal.". Por conseguinte, para as situações mais graves, para aquelas que faria mais sentido denunciar com vista à investigação, o denunciante terá de "dar a cara" se efectivamente desejar que o processo avance. É neste caso que, mesmo o cidadão mais consciente e mais ciente do que deve ser a cidadania e o respectivo exercício, tenderá a não arriscar apresentar um acto de denúncia formal. Com efeito, considerando a morosidade do funcionamento da Justiça e os custos a suportar por aqueles que a utilizam, julgo que se poderão contar pelos dedos de uma mão os cidadãos que estarão dispostos a arriscar o seu património – supondo que o possuem em valor suficiente –, com advogados e taxas de Justiça, em favor de um acto de denúncia que aproveitaria à sociedade como um todo. Por conseguinte, parece-me pouco provável, nas actuais condições, que os casos de fraude e corrupção que seriam de maior interesse denunciar o venham efectivamente a ser.

Em suma, o mais simples foi feito. O mais difícil ficou "na gaveta": criar as condições no órgão de investigação que assegurem que as denúncias de fraude e corrupção serão efectivamente investigadas; garantir a cada

cidadão que, no caso concreto deste tipo de denúncias, tendo em conta que elas aproveitam à sociedade como um todo, o seu acto de cidadania não implicará para ele a assumpção de qualquer custo, sendo este integralmente suportado pelo Estado. Neutralizar o eventual impacto financeiro de uma denúncia deveria ter sido, aliás, a primeira coisa a fazer. Tal garantia emparelharia, então, com a que o "sítio" refere quanto à protecção pessoal a dispensar a quem se dispuser a servir de testemunha.

José António Moreira
2011-02-24

REVOLUÇÃO E CORRUPÇÃO

1. Assim como a natureza tem leis cuja violação põe em causa as condições de vida, também a sociedade tem regras e princípios de funcionamento que, quando violados, geram conflitos, situações irresolúveis, contradições, enfim rupturas.

Durante os últimos trinta anos o liberalismo económico gerou ideologia e funcionou como se fosse possível o jogo alquimista de "transformar latão em ouro", agravar as desigualdades económicas, transferir os encargos do funcionamento da organização política da sociedade para os que menos têm. Os Estados acreditaram que os mercados financeiros eram o melhor local para se financiarem e que o podiam fazer como se não houvesse amanhã. Enfim o sistema financeiro desenvolveu-se muito para além do que a criação de rendimento permitia, criando simultaneamente circuitos paralelos de funcionamento, esquemas de fraude e corrupção.

As instituições sociais dominantes, numa harmonia canibalesca entre o económico e o político, esqueceram-se de que em algum momento as dívidas têm de ser pagas. Esqueceram-se da força imensa da vontade popular e que a resistência humana às desigualdades tem limites, que ela é tanto mais débil quando as injustiças e a imoralidade campeiam por todo o lado.

A ilusão de "transformar latão em ouro" gerou a crise que vivemos. As desigualdades e as injustiças geraram um ambiente social explosivo e as revoluções reapareceram. Crise e revolução, duas realidades que muitos sonhavam mortas e que aí estão a manifestar a sua força.

A fraude e a corrupção surgem neste duplo momento de ruptura: a crise, quando a distribuição de rendimentos exige produção, e a revolução, quando os homens sem voz exigem ser ouvidos e decidem fazer história.

2. A liberdade e a paz são fundamentos imprescindíveis da dignidade humana. A fome, o agravamento do custo de vida, o desemprego, a precariedade do emprego e os baixos salários afligem o corpo. A insegurança perante

a doença, a incerteza do futuro, a renúncia do bem comum pelo Estado e as desigualdades sociais afligem a alma.

Os atentados à dignidade humana, os flagelos do corpo e as angústias da alma criam condições para dinâmicas sociais muito contraditórias: a resignação ou o inconformismo; a apatia ou a revolta. O caminho a seguir depende de uma multiplicidade de factores históricos que só depois de acontecerem poderão ser correctamente analisados. Uma faísca imprevisível pode ser o rastilho que traçará o caminho.

A faísca que acende o rastilho frequentemente beneficia da carga social negativa que a constatação da imoralidade comporta.

Em 1974, quando da Revolução Portuguesa, essa constatação da imoralidade irrompe no Programa das Forças Armadas: "considerando (...) que a sua [do MFA] acção se justifica (...) para o saneamento das instituições, para a moralização dos nossos costumes políticos (...)"; "O Governo Provisório lançará os fundamentos duma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivos a defesa dos interesses da classe trabalhadora e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida dos Portugueses".

Surge igualmente no programa dos dois partidos então existentes. O Partido Comunista reafirma que "os objectivos fundamentais da revolução socialista são a abolição da exploração do homem pelo homem" (1974). O Partido Socialista condena violentamente essa mesma exploração, afirmação hoje de valor arqueológico: "O PS combate o sistema capitalista (...); o neocapitalismo [não] conseguirá instaurar uma sociedade inspirada pelos ideais da igualdade social, antes vai agravando, sob formas insidiosas, a exploração do maior número pela minoria. (...) [O PS]repudia enganadoras miragens de sociedades que só formalmente se apresentam como democráticas, e se definem como sociedades de consumo, quando na realidade reforçam a desigualdade entre os homens e frustram as suas mais legítimas aspirações, nem sequer oferecendo uma solução cabal ao problema da miséria" (1973).

Os enunciados em torno da injustiça e do "compadrio" acompanharam frequentemente os processos revolucionários.

3. Com o liberalismo o homem deixou de ser a razão central da vida em sociedade. A economia paralela alastra-se e com ela outras formas de comportamento moralmente condenáveis. A corrupção corrói os interstícios

morais da sociedade, assume proporções violentas e a sua percepção abala a alma da sociedade.

O combate à corrupção surge frequentemente como uma das palavras de ordem nas movimentações populares. Mais uma vez tem estado presente nas movimentações recentes. "Corrupção, desigualdades e pobreza são os motores da revolta no Egipto" afirmava recentemente uma reportagem televisiva. A apreciação segue o mesmo rumo na observação dos acontecimentos na Líbia: "país marcado por petróleo, corrupção e abuso do poder".

4. Em Portugal nunca poderemos dizer "desta água não beberei" depois de tanto tempo a beber água inquinada.

O que podemos afirmar inequivocamente é que a corrupção tem aumentado na última década. A sua percepção provoca crescente angústia social. É o Banco Mundial que o comprova.

O que podemos afirmar inequivocamente é que surgem novas formas de luta contra a corrupção que vão da crescente edição de documentos sobre o desgoverno e os negócios obscuros até à mobilização para uma manifestação através das redes sociais.

Parafraseando Victor Hugo, a luta contra a corrupção pode ser faísca, "das faíscas vem o fogo, do fogo brota a luz".

Carlos Pimenta
2011-03-03

PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS: CARBURADOR MAL REGULADO

A formação dos preços dos combustíveis em Portugal tem levantado enormes discussões, em particular após a liberalização dos preços e, sobretudo, em períodos de aumento da matéria-prima. A sua formação reflecte os preços internacionais, os impostos e, embora numa parte menor, a logística e o retalho.

Uns argumentam que o elevado preço dos combustíveis é inevitável atendendo ao custo da matéria-prima e à elevada carga de impostos. Com este discurso querem fazer esquecer as componentes de refinação, distribuição e retalho. Sendo verdade que Portugal é dos países que mais recebe dos combustíveis por aplicação do ISP (Imposto Sobre produtos Petrolíferos) e IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado), a discussão deve centrar-se no preço antes de impostos. A carga fiscal é responsável por mais de metade do preço pago e é, por isso, muito elevada, mas também o é nos outros países da União Europeia (UE). No entanto, o preço dos combustíveis antes de impostos em grande parte dos países da UE tem sido inferior ao preço em Portugal.

Ora a formação dos preços tem que reflectir os preços a montante e a jusante da exploração.

Os preços a montante da refinação estão elevados, e são elevados para todos os países da UE. Há quem argumente que sendo Portugal um país periférico, a parte de transporte será mais cara! As nossas refinarias estarão muito mais longe das áreas de exploração petrolífera que as demais na Europa? Não me parece, pelo menos em ordem de grandeza que justifique impacto significativo no preço final do produto refinado.

A jusante há os custos de refinação, distribuição (armazenagem e transporte) e margens de retalho.

Em períodos de aumento de matéria-prima, uma boa gestão dos stocks permite grandes margens, pois o preço à saída da refinação é formado com o valor da matéria a preços actuais e não aos preços de aquisição. Quando o preço nos mercados desce, o "truque" é fazer reflectir essa diminuição mais lentamente. A margem na refinação tem aumentado, contribuindo também para o aumento do preço final. Poderiam as petrolíferas (ou a petrolífera), sem prejudicar a sua função de produzir dividendos aos seus accionistas, ter em linha de conta a conjuntura do país e fazer um esforço para refrear a procura pelo maior lucro possível? Creio que sim. Há aqui margem para baixar os preços? Parece que sim.

A quase totalidade dos combustíveis comercializados em Portugal é refinada no País e, atendendo à sua dimensão territorial, o custo de transporte em território nacional não pode ser significativo; ao que acresce, e correctamente, a divisão geográfica das duas refinarias (de Sines distribui-se para as zonas centro e sul, e de Leça da Palmeira para a zona norte), assim como o oleoduto que liga Sines a Aveiras. Combustíveis mais caros e custo elevado em portagens poderão ter alguma influência no preço final? Talvez, mas muito residualmente. Em Janeiro de 2011 a importação de gasolinas, face ao mês homólogo do ano passado, aumentou quase 20% e a de gasóleos rodoviários 500% … (dados do Boletim mensal 3-2011 – Estatísticas de Combustíveis Líquidos, Autoridade da Concorrência). Estará o mercado a reagir? Oxalá!

No retalho assiste-se, embora de forma lenta, a alterações importantes. Surgem com impacto crescente uma rede de postos brancos de hipermercado. Está-se ainda muito aquém em relação ao que se passa, por exemplo, em França, mas o seu sucesso conduziu já à que a petrolífera dominante lançasse uma equivalente, oferecendo, segundo a própria, combustíveis não aditivados e serviços elementares. Mas será que temos de pagar combustíveis mais caros para ter uma loja de conveniência na estação? Claro que não, até porque a loja é ela própria um negócio que dará os seus proveitos. Parece então haver também aqui margem para reduzir o preço. Os postos brancos vendem mais barato e as marcas de "bandeira" fazem promoções em combinação com outros produtos e serviços, revelando-se, deste modo, que preços mais baratos são possíveis. A afixação de preços nas auto-estradas é um falhanço total; os preços são sempre iguais ou variam ridiculamente. Terá sido uma medida importante de transparência? Não. Gastou-se tempo e dinheiro nos trabalhos conducentes às recomendações, em sinalética, e mais

uma vez a implementação da medida é inconsequente. Na verdade serviu apenas para beneficiar a(s) empresa(s) responsáveis por esses trabalhos!

Creio que o grande problema está no facto de não haver verdadeira concorrência em Portugal. Apenas quatro petrolíferas dominam a quase totalidade do mercado nacional e apenas uma refina no território. Portugal é um mercado demasiado pequeno para que mais petrolíferas surjam; antes pelo contrário, tem-se assistido à sua saída. Atendendo à escalada nos preços dos combustíveis, há já quem defenda mais estudos, estudos independentes sobre a formação dos preços, invocando mau funcionamento da Autoridade da Concorrência; há quem invoque a urgência de regulação. Há quem pretenda que se volte a fixar administrativamente os preços. Lá estamos nós, os portugueses, no meio-termo. Ou se fixa e não há concorrência (pelo menos do ponto de vista do utilizador final) ou há concorrência (que não há, já que o mercado não opera em concorrência perfeita) e o mercado tem de funcionar. Como não há concorrência e fixar preços é "old-fashioned", ficamos neste marasmo. Uma empresa ter uma posição dominante não é ilegal, o que não é permitido é a empresa abusar dessa posição e as entidades competentes assobiarem para o lado. Depois "é o português que é traiçoeiro"! Como é possível discernir objectiva e inequivocamente a diferença? Não é.

Paulo Vasconcelos
2011-03-31

TRANSPARÊNCIA, CONFIANÇA E FRAUDE

TRANSPARÊNCIA

Num tempo de crise mais que anunciada, é da maior importância manter a cabeça fria. Analisar situações como a actual o mais objectivamente possível é fundamental para perceber os erros do passado e preparar os passos que levam a um futuro melhor.

Falando de fraude, reflecti sobre o papel que alguns factores gerais têm sobre este fenómeno.

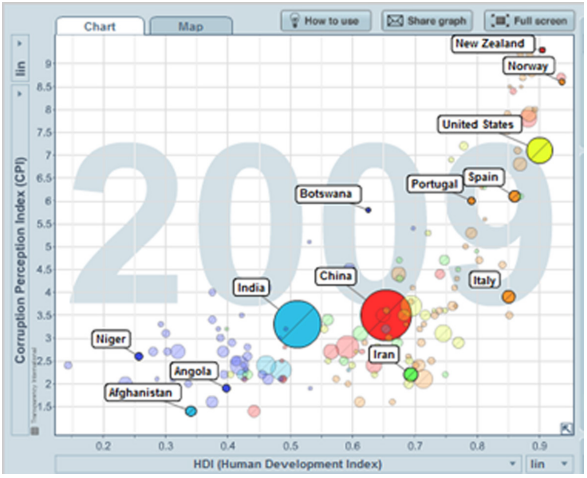
O primeiro deles é a Transparência. Intuitivamente pensar-se-ia que sociedades mais abertas e menos controladas centralmente poderiam levar a uma maior tendência para tentativas de apossamento indevido do bem alheio, devido a um menor nível de controlo formal. Acontece o contrário: está mais que provado que a promoção de regimes assentes em princípios, legislação e práticas transparentes levam a uma diminuição das práticas de fraude, devido sobretudo à vigilância colectiva e orgânica que surge neste tipo de contextos sobre os bens pessoais e comuns.

Com efeito, contextos, sociedades e empresas 'fechadas' promovem um nevoeiro pantanoso onde a apropriação indevida de bens e recursos se torna facilitada devido à falta de visibilidade partilhada sobre os processos e práticas das organizações e ao exercício de Poder sem responsabilização real perante todos os actores. É nestes jardins que a corrupção e a fraude crescem impunemente.

Somando ao referido acima o actual factor 'crise', com o impacto negativo que este causa em todos os actores económicos e sociais, vemos já aumentar a propensão para responsáveis políticos, gestores de empresas e empregados tentarem manter os seus níveis de vida a qualquer custo, sendo assim gerada a motivação para manobras menos lícitas de apropriação de

recursos e bens. Como é sabido (Triângulo de Fraude), Motivação para fraude mais Oportunidade para a fazer redundam, inevitavelmente num aumento de práticas fraudulentas, o que diminui ainda mais os recursos comuns disponíveis para a resolução da actual situação.

O que se escreve acima pode ser justamente apelidado de mera opinião. É inteiramente verdade. Mas é uma opinião fundamentada em factos objectivos. Vale a pena olhar para um gráfico:



Da observação deste gráfico consegue-se perceber a correlação directa entre o índice de Corrupção/Transparência (valor mais elevado é melhor) e o Índice de Desenvolvimento Humano (valor mais elevado é melhor). Para além da correlação relativamente óbvia (há excepções pontuais) que indica que quanto menor a taxa (pressentida) de corrupção (CPI) maior o índice de desenvolvimento humano (HDI), há que atentar ainda ao tipo de regime político e nível de desenvolvimento social dos países com maior índices de corrupção: em termos médios são países com regimes fechados e práticas pouco transparentes, tipicamente (mas não exclusivamente) situados em zona em desenvolvimento.

No 'clube' do canto superior direito, atente-se à posição de Portugal: entre os piores da OCDE em ambos os índices. Penso que o gráfico (fonte: www.gapminder.org) é auto-explicativo neste ponto: muito há ainda por fazer por estas bandas ao nível da Transparência.

Corolário pessoal: a bem do futuro, impera avançar (ou continuar a avançar) para sistemas políticos, sociais e empresariais abertos e transparentes. Sem 'paredes opacas', com o aumento da visibilidade, diminui a noção de oportunidade para perpetuação de fraude.

CONFIANÇA

Um outro factor que considero contribuir para o aumento da prática de fraude, ligado ao tema dos 'sistemas abertos e transparentes', prende-se com Confiança.

Desconfia-se sobretudo do que não se conhece, de quem não se conhece. Quanto mais se 'fecha', mais desconfiança existe. O desconhecimento e a desconfiança levam à perda da noção de bem comum e do respeito pela propriedade do Outro. Inveja-se o que não se tem e se pensa que os outros têm.

A partir da inveja, vem (de novo) Motivação para possuir o que à partida não se tem. Entre a Motivação e a Fraude existe praticamente só a noção de Oportunidade de se não ser 'apanhado'.

Quando se confia há a partilha de um espaço, de bens e de recursos comuns (mesmo que a propriedade formal pertença a cada uma das partes). Assim nascem parcerias, para uso dos bens e recursos de ambas as partes em conjunto como forma de promover sinergias e potenciar os ganhos comuns.

Neste tipo de cenário a Motivação para a prática de Fraude diminui consideravelmente, visto já existir acesso partilhado aos bens e recursos que no caso oposto teriam de ser adquiridos de formas menos lícitas ou éticas.

Algo que costuma acontecer em alturas de crise (confesso já me aborrecer usar esta palavra...) é a diminuição dos níveis confiança, não só relativamente ao Cenário Económico e outros termos vagos, mas sobretudo entre as próprias pessoas. Numa sociedade já de si muito individualista e não participativa, a degradação das condições económicas e sociais leva a um fechamento ainda maior sobre a esfera contextual de cada um (pessoa, empresa ou organização), dificultando dessa forma práticas de cooperação e partilha de problemas e soluções. A anomia económica num meio individualista é potencialmente causadora de reacções de pânico pessoal (ou empresarial) à degradação súbita do contexto, levando a acções irreflectidas, irracionais e danosas para o agente e o que o rodeia.

Concluo com um conselho/pedido, plenamente contextualizado nesta época: não entrem em pânico, não se fechem nos vossos problemas, não se permitam ficar mais desconfiados. Estou certo que as soluções para os problemas passam por calma, objectividade, cooperação e confiança. Diminuir-se-ão assim não só as práticas de fraude, mas também o impacto deste tsunami que nos afecta a todos, quer a nível económico, quer sobretudo a nível humano.

Pedro Santos Moura
2011-04-07

AO REPRESENTANTE DO FMI

1. Tenho que começar por informá-lo que a instituição que representa não me é cara. Em primeiro lugar porque a sua organização, com forte influência na política mundial, foge às mais elementares regras de funcionamento democrático e controlo por parte dos países. Em segundo lugar porque tem espalhado a miséria em muitos territórios, aparecendo em alguns casos associado à instalação de ditaduras. Em terceiro lugar porque é impositivo em relação aos países da periferia e semiperiferia e de uma grande condescendência, mesmo abstenção, em relações aos senhores do mundo contemporâneo. Em quarto lugar porque a sua visão estreita de financiadores, mais precisamente de intermediários de financiadores, têm levado a uma subvalorização das vertentes financeiras, esquecendo que a resolução efectiva e estrutural dos problemas passa pela actividade produtiva, pelas relações entre os homens, pela economia. Em quinto lugar porque é um dos pilares de difusão da ideologia neoliberal que tem levado a uma beatificação dos mercados, a um agravamento das desigualdades económicas nos países e entre países, a uma subordinação dos Estados aos interesses das empresas internacionais e dos rendeiros decisores dos mercados financeiros, a uma subestimação do homem enquanto destinatário e interveniente fundamental do funcionamento da sociedade. Em sexto lugar porque contribuiu para o desgoverno e a desregulação que conduziram à crise que temos vivido à escala mundial. Em sétimo lugar porque substituem-se ao funcionamento democrático dos países, ao imporem as regras dos financiadores, que não são decididos pelos cidadãos ou seus representantes legítimos. Enfim porque têm contribuído fortemente – embora estejam longe de serem os únicos responsáveis – para o Estado abdicar dum projecto próprio de construção colectiva do futuro e passe a ser um facilitador das propostas e imposições do capital-dinheiro.

Como financiadores têm a preocupação principal de reaverem o empréstimo, de serem pagos no futuro, mas mais uma vez reafirmo o anteriormente dito recordando as palavras avisadas de Stiglitz:

> "De todos os erros cometidos pelo FMI, os mais flagrantes foram talvez os de calendário e de ritmo, e a insensibilidade ao contexto social mais amplo – forçar a liberalização antes de accionar os mecanismos de segurança, antes de instaurar um quadro regulamentar adequado, antes de os países estarem preparados para fazer face aos efeitos adversos das mudanças bruscas de humor do mercado que são apanágio do capitalismo moderno; impor medidas que levaram à destruição de postos de trabalho antes de lançar as bases para a sua criação; forçar a privatização antes de fomentar a concorrência e de criar uma regulamentação adequada. Muitos dos erros de etapas reflectiram incompreensões cruciais tanto do processo político como do económico, as quais estavam associadas àqueles que perfilhavam o fundamentalismo de mercado. Estes defendiam, por exemplo, que, logo que fossem definidos os direitos de propriedade, tudo o resto surgiria naturalmente, incluindo as instituições e as estruturas legais que fazem funcionar as economias de mercado." (117)
>
> "Se o FMI subestimou os riscos para os pobres das suas estratégias de desenvolvimento, também subestimou os custos políticos e sociais a longo prazo das políticas que destruíram a classe média, enriquecendo uma elite, e sobrestimou os benefícios das suas políticas assentes no fundamentalismo do mercado. Ao longo da História, a classe média tem sido o estrato social que tem pugnado pelo cumprimento da lei, pelo ensino público para todos, pela criação de um sistema de segurança social. Estes elementos são essenciais para uma economia saudável, e a erosão da classe média traduziu-se no enfraquecimento do apoio a estas importantes reformas." (129)
>
> "A mudança de mandato e de objectivos pode ter sido discreta, mas não tem sido subtil — o FMI deixou de servir os interesses económicos mundiais para servir os interesses financeiros mundiais" (263) (Globalização, A Grande Desilusão. Lisboa, Terramar.)

Mas tenho que reconhecer que na presente situação o FMI tem sido utilizado pelo Governo e pela União Europeia como espantalhos para espalharem o pânico. Enquanto se diaboliza o FMI esquece-se a incompetência do governo, ignora-se que hoje a Europa é um centro nevrálgico à escala mundial das políticas económicas mais graves contra as popula-

ções, complacente com o capital especulativo, assumindo o Banco Central Europeu um lugar de destaque nessa política.

O principal responsável da actual situação não é o FMI. A responsabilidade é inteiramente dos sucessivos governos portugueses cujos membros estiveram mais preocupados com o proveito próprio do que com o bem público, que revelaram grande incompetência na gestão dos recursos nacionais, públicos e privados, que foram subservientes em relação às imposições externas e dos mercados financeiros. A responsabilidade é dos governos (e da CEE/EU) que acreditaram que destruir o tecido produtivo português garantia o futuro do país, que aceitaram exclusivamente a "convergência nominal" para suporte da moeda única europeia e que pretenderam estar no "pelotão da frente" na criação da nova moeda, que aprovaram o Tratado de Maastricht e outros documentos posteriores limitando a possibilidade de se contemplar a diversidade dos países europeus. A responsabilidade é dos dois últimos governos que foram incapazes de conhecer o Estado que administravam, que desprezaram integralmente as suas funções de reguladores, nomeadamente do sector financeiro, que mentiram descaradamente sobre a situação efectiva do país, que construíram "teorias sistémicas" para utilizar os dinheiros dos contribuintes e dos utilizadores de serviços públicos para salvar defraudadores, que jogaram com as palavras para "lançar poeira para os olhos" dos portugueses, que ampliaram muito o compadrio, a corrupção e a fraude em Portugal.

E é exactamente sobre estas questões que queremos colocar-lhe algumas questões, certos que a redução drástica da corrupção, a imposição de uma política antifraude em diversos estratos e sectores nacionais, a redução da economia não registada, sobretudo a "subterrânea" e a "ilegal", são pedras fundamentais para mudanças estruturais da nossa economia e do saneamento financeiro. São meras perguntas assentes em algumas constatações de facto.

2. A economia subterrânea, o conjunto das actividades económicas que se estruturam de uma determinada forma com o fim prioritário de não pagar ao Estado (impostos, compromissos com a Segurança Social, taxas alfandegárias, etc.) tem vindo a aumentar sistematicamente, tendo atingido em 24,2% do Produto Interno Bruto. Há em Portugal 39.661 milhões de euros de criação de rendimento que fogem deliberadamente às responsabilidades fiscais. O montante de fuga é de 14.595 milhões de euros. O que tenciona fazer para combater esta situação que resolveria uma parte dos proble-

mas financeiros do Estados? Tomar medidas estruturais como restringir a liberdade de circulação de bens e capitais? Pôr em causa os offshores ou as relações com eles? Melhorar os serviços públicos e tomar outras medidas que aumentem a confiança entre os cidadãos e o Estado? Reduzir alguns impostos, ou pelo menos, ser-se selectivo e cuidadoso com os aumentos da carga fiscal? Considerar crime a fraude fiscal qualificada e criar condições para que as penalizações sejam aplicadas? Passar a haver uma efectiva regulação, não burocrática e operacional, do sector financeiro e uma vigilância mais apertada ao branqueamento de capitais? Deixar de haver portugueses de primeira e de segunda no acesso à justiça e nas decisões judiciais? Terminar os perdões fiscais e a negociação das dívidas, mesmo de quem pode pagar?

A corrupção é um pilar deste processo de fuga às responsabilidades, de negócios ilícitos, de arquivamento de processos, de subordinação do Estado aos interesses das máfias. Ninguém terá dúvidas sobre a estreita relação, embora dependa também de muitos outros factores, entre a corrupção e a economia paralela. Não é por caso que em Portugal tem havido um aumento simultâneo da corrupção percepcionada e da economia subterrânea. Exige a mudança das leis de combate à corrupção, uma simplificação dos processos de prova forense, a condenação do enriquecimento ilícito – só do ilícito e com respeito pelas liberdades individuais –, a revogação imediata da legislação de financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais, um mais eficaz processo de denúncia e de protecção das testemunhas? Propõe mais recursos para a investigação da criminalidade económica complexa e da corrupção? Exige que a Assembleia da República e outras instituições políticas não sejam um enxame de representantes das empresas, incluindo das que negoceiam directamente com o Estado? Exige que os conflitos de interesse entre o público e o privado tenham mesmo que ser tomados a sério e impeditivos do exercício de cargos públicos? Como impedir a impunidade das figuras políticas em quase todos os processos em que estão envolvidos?

Também a fraude das empresas – algumas já englobadas na quantificação da economia paralela – e contra as empresas assume elevados montantes em Portugal e delapida valor criado. Outras empresas são fantasmas servindo apenas para manipulações contabilísticas. Será exigido que as empresas façam análise de risco de fraude e assumam as medidas preventivas, que haja para os sectores nevrálgicos da economia políticas antifraude assumidas pelo sector e por cada uma das empresas, que haja formação

de especialistas em detecção e combate de fraude? Há limites aos prémios dos gestores, sobretudo quando alicerçados em resultados de curto prazo? Criam estímulos à empresas que tenham uma política de formação ética?

3. Muitas outras questões poderiam ser colocadas.

Provavelmente a algumas perguntas responderá que a sua resolução passa por decisões das instituições portuguesas. Tem razão, mas não aconteceria o mesmo com a legislação laboral e outras matérias que tem abordado?

Provavelmente dirá que algumas destas questões ultrapassam o âmbito nacional, como as relacionadas com os paraísos fiscais e a concorrência fiscal entre países, mesmo entre os que pertencem à "colaborativa" e "fraterna" UE. Tem razão, mas não é altura de inverterem a vossa política institucional que tem fortalecido essas graves "desregulações" da economia mundial?

Provavelmente argumentará que a vossa finalidade é garantir liquidez ao Estado e ao sector financeiro, e só a esses, e garantir que os credores internacionais sejam pagos. Sem dúvida, mas não acarretarão as medidas que propõe um agravamento da degradação das relações éticas e sociais numa sociedade crescentemente desestruturada?

4. Provavelmente enganei-me no destinatário da carta, pois apenas pretendia influenciar o futuro do nosso país, com mais justiça, com mais democracia, logo com maior coesão social e mais ética.

Deveria ter escrito aos portugueses que com o seu voto, ou sua abstenção, podem influenciar o futuro do país.

Poderão mesmo, com este Estado?

5. Se no momento de publicação desta carta a "troika" já tiver "feito das suas", o leitor que me desculpe.

Carlos Pimenta
2011-05-05

A "AUTO-FRAUDE"

"When the game is over, it all goes back in the box", John Ortberg[1]

Ultimamente tenho sabido de estórias no mínimo curiosas relacionadas com questões de dinheiro entre pais e filhos. Se até há pouco tempo o caso mais comum seria o do filho que se quedava tardiamente em casa dos pais, com grande parte da sua subsistência assegurada por estes, as tais estórias que me têm chegado dizem respeito ao inverso: pais, que devido a um acumular de bens (e correspondentes dívidas) ao longo dos anos, suportados até agora pelos mecanismos dos créditos fáceis (crédito para pagar crédito para pagar crédito para pagar...) e chegados ao actual instante de crise económica, se vêm envolvidos num novelo de dívidas com o qual já não podem pagar ou lidar, sendo em muitos casos os filhos que lhes vêm dar a mão. Saber deste fenómeno deu-me que pensar.

Quando falamos de fraude, pensa-se em algo como "apropriação indevida de bens ou vantagens para benefício próprio". Mas subentende-se sempre uma certa noção temporal de Presente, de actualidade. Ora o que agora se começa a ver (por vezes não se vê o que está diante do nariz) é um processo que decorreu ao longo de muito tempo, que sumariamente consistiu na apropriação generalizada de bens ou vantagens com impacto negativo sobretudo no Futuro. O que dizer de dívidas que se contraem sem uma real perspectiva de serem saldadas? O que dizer de fundos e bens desbaratados ao longo de décadas, originalmente destinados à melhoria estrutural do tecido social e económico de todo um país, para benefício indevido de uns poucos? O que dizer de dinheiro que se empresta sem um valor real associado, dinheiro virtual que passa a ser real quando alguém assume uma dívida relativa ao mesmo?

O caso dos pais suportados pelos filhos não é por si um choque. O dever de solidariedade intra-geracional assenta em princípios éticos básicos de qualquer sociedade. O caso das dívidas dos pais suportadas pelos filhos é, esse sim, chocante. No final quem paga não é quem usou ou ganhou posse.

A Motivação é aquela que até agora parece ter sido inquestionável por estes lados: ter mais; não necessariamente melhor, mas mais. A Oportunidade, óbvia: facilidade de acesso a crédito para tudo e mais alguma coisa. A Racionalização do acto, vem do simples facto de 'toda a gente fazer o mesmo'. Parece fraude? Cheira a fraude? Sabe a fraude? Mas não é bem fraude, mesmo que encaixe que nem luva na definição. Isto porque um comportamento social e culturalmente generalizado e vindicado não é considerado um acto ilícito ou marginal. Talvez se devesse abrir um novo campo de estudo: a Auto-fraude, a fraude sobre nós mesmos, individual e socialmente, que estudasse estas tipologias algo 'masoquistas' de utilização dos recursos disponíveis. Fica a sugestão.

Sinto-me defraudado, enquanto pessoa e cidadão. Daí uma certa perspectiva biliar no que escrevo acima. Custa-me perceber que as minhas filhas vão provavelmente viver numa sociedade mais desigual que eu. Custa-me sentir que há uma certa ilusão colectiva sobre a realidade, em que todos tentam achar 'os culpados' mas ninguém olha realmente para si, para o que se passou e passa a partir de uma perspectiva crítica, objectiva, e que pudesse ajudar a refundar alguns tiques culturais que melhorassem a perspectiva colectiva e individual do futuro.

A causa da crise actual é, em meu entender, sobretudo uma grande Auto-fraude colectiva, assente na desresponsabilização e corrupção generalizadas. Quisemos simplesmente ter mais (não ser mais ou ter melhor), não interessando os meios ou as consequências que daí poderiam advir. Acreditou-se piamente no wishful thinking de que 'isto é sempre a crescer'. E não é. Estoirámos recursos económicos, pessoais, espirituais, culturais e naturais em busca de algo que não se sabe sequer bem o que é, sem peso, conta ou medida. Acreditámos que os recursos são infinitos, assentámos a nossa vida numa cultura de desperdício, esquecemo-nos das pessoas, de nós próprios. Defraudamos as possibilidades de uma vida sustentada e sustentável.

Urge aprender com os erros. E ter consciência. A culpa de tudo isto não é do 'sistema', ou de uma 'conspiração', ou do 'mercado', ou do 'governo'. É de todos. Andámos durante anos e anos a cometer 'Auto-fraude'. A grande mudança não vem de fora ou de cima: vem da mudança de cada um, na sua vida, no seu trabalho, em si próprio.

Costumo dizer quando se fala de combate a fraude (e outros temas): podemos ter o melhor dos sistemas, o mais perfeito, o mais refinado; caso a cultura seja medíocre, o sistema vai falhar. Já um sistema com imperfei-

ções, conjugado com uma boa cultura generalizada é garantia quase certa de sucesso.

Porque a questão fulcral de tudo isto não é só 'pagar a dívida', como alguém que foi julgado e condenado a pagar uma multa. As multas pagam-se e muitas vezes o que daí resulta é somente um inimigo, alguém mais que culpar. O essencial é reperspectivar os nossos valores, a nossa cultura pessoal e colectiva, os nossos objectivos e, sobretudo, os nossos actos. Sobretudo, pararmos com a 'Auto-fraude'.

NOTAS:

1. (http://freewillvsdeterminism.blogspot.com/2011/04/and-in-end-it-all-goes-back-in-box.html)

Pedro Santos Moura
2011-05-12

A SAÚDE, A FRAUDE E O JOGO DO GATO E DO RATO

1. A saúde é uma actividade económica cada vez mais relevante, nomeadamente nas economias desenvolvidas. É o resultado, entre outros aspectos, da melhoria do nível de vida dos cidadãos, do envelhecimento da população, do exercício da cidadania e dos grandes progressos na Medicina. Esta, continuando a preocupar-se com a cura, cada vez mais promove o comportamento de prevenção, certamente correcto cientificamente, indubitavelmente mais rentável. Pode também ser influenciado por um marketing agressivo que muitas vezes assume a forma de "discurso científico", de "cuidado com a saúde pública", de "informação ao público".

Além disso o sector da saúde tem impactos decisivos no desenvolvimento humano e no bem-estar social. É um pilar insubstituível no desenvolvimento económico-social e no combate à pobreza. Milhões de vidas dependem da sua evolução.

Os dados (retirados de *World Health Statistics 2011*) demonstram a sua importância económica, assim como a relevância da intervenção pública:

- Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) as despesas em saúde representaram, em 2008, 8,5% do produto interno bruto dos 193 países que a constituem, representando um aumento de 0,2 pontos percentuais em relação a oito anos antes. Admitindo igual percentagem no ano transacto, as despesas em saúde teriam atingido em 2010 o montante de 5.347.288 milhões de dólares.
- É nos continentes americano e europeu que as percentagens de despesas de saúde são mais elevadas em percentagem dos respectivos produtos internos: 12,6% e 8,5% respectivamente. Também é aí que são mais elevadas as despesas médias anuais por habitante (em dólares, à paridade do poder de compra): 3.005 e 2.087, respectivamente, contra 899 para o conjunto dos países.

- O Estado tem sempre, e também em 2008, uma importância crucial nas despesas de saúde: 60,5% para o conjunto dos países; 73,7% na Europa, sendo essa a região com maior participação pública.

2. Se é uma prática habitual de investigação para encontrar a fraude é "seguir o dinheiro", não será de espantar que sejam encontradas muitas ilicitudes nas actividades ligadas à saúde, um sector de grande extensão, pleno de ramificações privadas e públicas, de negócio e investigação científica, de organização nacional e internacional, com um conjunto de empresas multinacionais controlando o mercado. Essas ilicitudes passam

- pelas actividades ilegais, parte da economia paralela (ex. tráfico de órgãos humanos),
- pelo roubo (ex. de equipamentos, de medicamentos, de conhecimentos),
- pelo registo abusivo de patentes (ex. registando em nome de empresas conhecimentos tácitos milenares utilizados pelos povos nos seus tratamentos),
- pela falsificação e contrafacção (ex. fabricação e comercialização de medicamentos falsos ou falsificados, que em algumas regiões representa 20% do mercado),
- pela fraude (ex. invenção de doentes e instituições, falsificação de documentos, transferência indevida de verbas, manipulação contabilística)
- e pela corrupção (ex. oferta de favores em troca de certos procedimentos médicos; influenciar a decisão das políticas de saúde dos Estados e das organizações internacionais).

Segundo diversas estimativas a corrupção, que é apenas uma parte das ilicitudes, situar-se-á em cerca de 15% das despesas mundiais com a saúde.

Stiglitz ao referir as formas modernas de corrupção (que passam pelas contribuições para as campanhas políticas) recorda que "as empresas farmacêuticas gastaram 759 milhões de dólares para influenciar 1400 leis do Congresso [americano] entre 1998 e 2004; elas são as campeãs do lóbi, quer pelos montantes envolvidos quer pelo número de lóbistas que envolvem (3000)" (*Making Globalization Work*). Estes dados ainda válidos hoje, quiçá ampliados, ressaltam a importância da manipulação ilícita no sector da

saúde, a subestimação das vidas humanas em detrimento dos negócios de todo o tipo.

3. Se acontecimentos recentes no nosso país poderiam servir de exemplo de fraudes no sector da saúde ("Estima-se que as fraudes custem ao Estado mais de 80 milhões de euros por ano.") preferimos recordar dois acontecimentos, um deles bem conhecido por todos, que talvez não sejam fraude, mas onde a falta de esclarecimento ou os conflitos de interesse parecem apontarem nesse sentido.

(A) Em 2008 o prestigiado Prémio Nobel da Medicina foi atribuído a duas descobertas, sendo uma delas a do vírus do papiloma humano causador de cancro. Na página oficial do Prémio Nobel associa-se o vírus ao cancro cervical; segundo a Wikipédia "O vírus do papiloma humano (VPH ou HPV, do inglês human papiloma virus) é um vírus que infecta os queratinócitos da pele ou mucosas, e possui mais de 200 variações diferentes. A maioria dos subtipos está associada a lesões benignas, tais como verrugas, mas certos tipos são frequentemente encontrados em determinadas neoplasias como o cancro do colo do útero, do qual se estima que sejam responsáveis por mais de 90% de todos os casos verificados."
Este prémio Nobel acontece quando em muitos países se falava na vacinação massiva das jovens para prevenção do cancro do colo do útero. Uma campanha que certamente poderia ser considerada importante, mas que era mais rápida e intensa que outras campanhas que também se justificariam. Curiosamente essas vacinas vieram a revelar diversos efeitos secundários indesejáveis e graves e a campanha foi-se dissipando.
Quando da atribuição do prémio levantaram-se vozes afirmando existirem conflitos de interesse em elementos do júri que atribuiu o prémio. Alguns órgãos de informação chegaram mesmo a levantar a hipótese de um laboratório associado à referida vacina ter pago (lóbi? corrupção?) para que o prémio fosse atribuído a Harald zur Hausen, o seu inventor.
(B) O ano de 2009 foi o ano da Gripe A (H1N1). Depois de um primeiro ensaio quando da "Gripe das Aves" (H5N1) o pânico com a gripe A foi violento e mundial. A Organização Mundial de Saúde levantou o problema, manteve sobre o assunto uma campanha científica e propagandística mundial, foi aumentando os níveis de gravidade da propagação da doença, obrigando dessa forma os Estados a empenharem-se activamente na sua protecção. Primeiro houve uma corrida às farmácias na aquisição

do único remédio milagroso (Tamiflu, dos laboratórios Roche, inicialmente criado para a gripe das aves), depois a todo o tipo de protecções e desinfectantes. Depois houve gastos enormes dos Estados na aquisição de vacinas, de utilização muito escassa (e controversa) em relação ao previsto na fase de pânico.

Se a gravidade da doença foi reconhecida, já não o foi o alarmismo gerado, tomando como referência outras doenças igualmente graves, as "normais" epidemias anuais de gripe. Quando já este ano se registaram casos de gripe com o vírus H1N1 já tudo foi considerado "normal".

Diversas instituições e autoridades mundiais levantaram a questão da desproporção da acção da OMS em relação ao perigo efectivo da Gripe A. O Conselho da Europa manifestou muitas dúvidas sobre a actuação daquela organização, tendo algumas vozes considerado que estávamos perante um dos maiores escândalos do século. Afirmava um grupo de deputados do Conselho da Europa: "A fim de promover as suas drogas patenteadas e vacinas contra a gripe as empresas farmacêuticas influenciaram cientistas e agências oficiais para alarmar os governos em todo o mundo e fazê-los despender orçamentos da Saúde em campanhas de vacinação, ineficazes, que expuseram milhões de pessoas saudáveis a efeitos colaterais". Não passou despercebido que a Roche e a GlaxoSmithKline eram laboratórios em dificuldades económicas, inteiramente superadas com o pânico da gripe A. Também outros parlamentos, como por exemplo o Russo, exigiram o esclarecimento das relações entre o OMS e a indústria farmacêutica.

Curiosamente no relatório da OMS de 2009/2010 faz-se referência à Gripe das Aves (H5N1) mas não à Gripe A (H1N1).

Continua a faltar um esclarecimento cabal sobre o que efectivamente se passou.

4. Perante este panorama não é de estranhar que a OMS, enquanto instituição da Organização das Nações Unidas, levante periodicamente a bandeira da luta contra a corrupção, em especial, e as diversas ilicitudes, em geral.

Contudo a tendência hoje dominante de evolução do financiamento da instituição parece apontar exactamente em sentido contrário. Uma instituição da ONU, com a influência que tem, movimentando dominantemente dinheiros públicos tende a ser predominantemente financiada por institui-

ções privadas. Foi nesse sentido a intervenção da sua directora-geral, Margaret Chan, na 64ª assembleia anual da OMS e muitas das decisões aí assumidas.

Como afirmam alguns "a questão reside em saber se, em vez de uma agência multilateral de saúde pública, a OMS não irá transformar-se numa agência privada ao serviço dos interesses de meia dúzia de doadores" (em "Uma OMS cada vez mais privada", *Courrier*, Ago. 2011).

Claro que esta privatização é acompanhada de "papas e bolos para enganar os tolos", ou para alguns se enganarem a si próprios: "garantir a independência da OMS", "definir prioridades", "proceder a auditorias independentes".

Estamos, isso sim, perante mais uma deliberada entrega de poder público às empresas, aludindo dificuldades financeiras. Cada criança que nasce está, desde logo, parcialmente empenhada a empresas privadas.

Liberdade, democracia, cidadania? Apenas fogachos para algumas cinzas brandas!

Carlos Pimenta
2011-09-08

ALÔ, É DA SUÍÇA?

Por mais que as autoridades nacionais e europeias façam declarações assegurando que os denominados "países do Euro" irão continuar ligados pela moeda única independentemente do que vier a acontecer à Grécia e restantes países em dificuldades orçamentais, o facto é que em Portugal nem todos os agentes económicos parecem acreditar em tal. Com efeito, são cada vez mais evidentes os sinais de fuga de capitais do país rumo a paragens supostamente mais seguras, provenientes sobretudo das designadas "grandes fortunas".

A Suíça sempre foi olhada como um oásis de segurança financeira, onde o segredo sobre quem tem o quê tende a ser preciosamente guardado. Na conjuntura financeira difícil que se vive na União Europeia, esse oásis parece oferecer, portanto, condições que vão de encontro aos anseios de todos aqueles que vivem no receio de verem perigar os milhões das respectivas fortunas.

No período que se seguiu à revolução de Abril de 1974 em Portugal, caracterizado pela turbulência política e financeira, surgiam pontualmente notícias nos jornais de pessoas que, procurando colocar fora do país as respectivas poupanças, eram apanhadas nas fronteiras com malas atafulhadas de papel moeda que tentavam passar disfarçadas nos controlos. Havia, portanto, um risco nesse tipo de atuação, que potencialmente terá condicionado a decisão de muitos quanto a retirarem as poupanças do país.

Hoje a situação é diferente. Os meios financeiros podem ser legalmente deslocados para qualquer parte do mundo por via electrónica, sem necessidade dos seus detentores os terem de transportar fisicamente, às escondidas, por montes e vales. E nem a falta de uma conta bancária no exterior, para onde tais meios possam ser dirigidos, é problema. Sem prejuízo de outras soluções igualmente expeditas, que supram a necessidade de arranjar um destino exterior para as poupanças, há actualmente bancos suíços que prestam serviço "ao domicilio", em qualquer país, bastando fazer um telefo-

nema para que eles enviem um ou mais discretos funcionários que, junto do detentor da fortuna a transferir, tratam de todos os detalhes necessários ao efeito. Tudo, claro, dentro da mais estrita legalidade.

Mas este processo não ocorre sem que a banca portuguesa, através dos seus departamentos de gestão de fortunas, ofereça resistência. Esta, é determinada pelo desejo de continuar a gerir a fortuna do cliente e tem subjacente a oferta de alternativas para a respectiva colocação no exterior, em domicílio em que o banco português tenha sucursal. Isto explicará, por exemplo, uma parte dos milhões que fluíram e continuam a fluir para os paraísos fiscais, vulgo "offshores". Argumentam os bancos que essa atuação tem vantagens para o país, relativamente à transferência das fortunas para instituições estrangeiras, por ser mais fácil no futuro, estabilizada a situação financeira, diluídos os actuais medos, fazer voltar esses capitais ao sistema bancário nacional. Só o futuro poderá fornecer evidência que sustente este tipo de argumentação.

O que se acaba de referir aplica-se a montantes escritos com muitos zeros, daqueles que verdadeiramente merecem a designação de "fortunas". Os montantes de menor dimensão, como são os das pequenas poupanças, são menos móveis, dados os custos associados a uma domiciliação no exterior. As alternativas que se oferecem aos seus detentores são em muito menor número. A fazer fé no que se lê na imprensa de índole económica, uma das mais procuradas (excluindo, claro, a antiquíssima técnica de esconder as notas no "colchão") é depositar as poupanças numa sucursal de um banco estrangeiro a operar em Portugal, que está abrangida pela lei do país de origem desse banco. Nada, portanto, com o "glamour" de poder escolher de um cardápio de soluções, que vão desde a Suíça aos mais renomados "offshores", o destino para acolhimento do respectivo dinheiro.

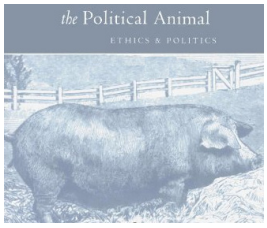
Portanto, até no que respeita à fuga de capitais os "cidadãos" são diferentes. Tais como são diferentes, quanto ao número de zeros, os saldos das respectivas contas bancárias. Em comum, a recusa em partilharem do esforço de ajustamento orçamental e financeiro em curso.

José António Moreira
2011-10-13

POLÍTICOS, MENTIRAS E FRAUDE

The problem with political jokes is they get elected. (Henry Cate, VII)

Políticos e fraldas devem ser trocados de tempos em tempos pelo mesmo motivo. (Eça de Queirós)



É o comer que faz a fome. (Eça de Queirós)

Não obstante quase todos os cidadãos defendam que a melhor forma de governo é a democracia, é (cada vez mais) raro encontrar alguém satisfeito com o estado da política e dos políticos na nossa sociedade. Quer sejam queixas sobre a falta de civismo e ética entre os políticos, acordos de bastidores, quer sejam campanhas marcadamente populistas, os apontamentos mais frequentemente efectuados sobre políticos são essencialmente (muito) negativos.

Somos um 'povo de brandos costumes', já se sabe ... tolerantes e até mesmo irracionalmente empáticos com os políticos que mentem, torpedeiam, cometem fraudes em prole do 'povo', dos 'desfavorecidos', quais Robin dos Bosques... Lia eu há dias a propósito das eleições da Madeira um comentário típico: "Este rouba mas é para dar ao povo! Saúde de graça, IVA e taxas inferiores... e excelentes acessos rodoviários. Tomara eu que tivéssemos um político assim no continente!"

É assim um lugar (tristemente) comum a ideia que os políticos mentem, cometem fraudes. Em qualquer dos casos, aparentemente "ninguém vai preso" (Carlos Anjos, inspector da PJ, em entrevista. "Correio da Manhã", 10/01/2010) nem é mesmo responsabilizado!

Não obstante serem usados frequentemente como sinónimos, 'mentir' e 'cometer fraude' são dois conceitos distintos.

Mentir, ou efectuar uma afirmação que é falsa, muito raramente é considerado crime. Mentir é tão ubíquo que a lei não pode fazer muito mas impedir este comportamento tão comum. Se nos lembrarmos dos debates políticos televisivos (mas não só) percebemos perfeitamente que qualquer um dos candidatos não pode estar a dizer a verdade sobre tudo. Por vezes as 'histórias/argumentos/casos' são tão diferentes que nos perguntamos se os interlocutores habitam no mesmo país ou mesmo no mesmo planeta!

Relativamente à fraude a enfâse do crime está na implicação da afirmação/acto e não na sua veracidade. Muitas afirmações fraudulentas são 'verdades' no sentido 'técnico' mas são concebidas para fornecer uma impressão falsa sobre a situação real. Adicionalmente, ocorrem em geral quanto o seu emissor possui pleno controle da situação e linguagem a ser utilizada. Uma afirmação falsa tem directamente uma implicação falsa mas também a pode ter uma 'metade-verdade', uma verdade 'técnica' ou mesmo uma verdade 'literal'.

Segundo o advogado David G. Mills, ("Lying/Perjury vs. Fraud/Deceit", Dissident Voice, 02/08/2003) o crime de fraude envolve 3 elementos: 1) uma afirmação da parte do emissor que tem uma implicação falsa; 2) o acreditar por parte do receptor no que julga ser verdade e efectuar acções baseadas nessa mesma suposição; 3) o receptor causar danos para ele e para outros quando realiza as acções que se esperam dele(a).

Apliquemos, a título de ilustração, o enquadramento de Mills ao caso do Alberto João Jardim (AJJ) – é só o exemplo mais recente; infelizmente, estes case studies abundam na política portuguesa. Não sendo advogada, nem aspirando a o ser, posso inferir que as acções/afirmações de AJJ não são triviais. Pode-se mesmo dizer que constituem o modus operandi de AJJ efectuar afirmações que são, no melhor dos casos, meias verdades/verdades técnicas e, nos piores, falsidades, proferidas para alienar parte do seu eleitorado.

Falsidade: "Não existiu qualquer ocultação da dívida da Madeira" ... "houve um acerto com a banca e fornecedores" ... "está tudo transparente".

Meia-verdade: “O problema está nos cubanos do continente”.

Verdade ‘técnica’: “Enquanto eu estiver na política activa na Madeira, seja qual for o partido que esteja no poder em Lisboa, ninguém toca nos direitos do povo madeirense, porque o meu partido é a Madeira”.

Seria assim esperado que o eleitorado (ou pelo menos parte) Madeirense se baseasse no que aparentemente pareceria ser verdade. Ao elegerem, por maioria absoluta, por mais um mandato, AJJ os Madeirenses irão certamente causar danos a eles próprios e aos outros (“os cubanos do continente”).

Em síntese, estamos perante um crime de fraude!

Aurora Teixeira
2011-10-20

ERRATA

A famosa expressão de Obelix, criado e celebrizado por Albert Uderzo e René Goscinny, "Ils sont fous ces romains", poderia ser adaptada, inabalavelmente à nossa realidade por uma expressão do Zé Povinho, desenvolvido e notabilizado por Rafael Bordalo Pinheiro, "Estes portugueses são loucos!"

Onde se escreve "... se a Madeira tem um buraco, o continente tem uma cratera", pura e simplesmente apague-se pois do que loucos dizem não há necessidade de deixar registo. Perante nova maioria absoluta, acrescente-se sempre "estes portugueses estão loucos!". Sim porque não se trata de insulares nem continentais, trata-se de portugueses.

Quanto ao conjunto de notícias do tipo "Autoridades nacionais responsáveis pelo apuramento das estatísticas das Administrações Públicas, consideram grave a omissão de informação, garantindo que não têm conhecimento de casos similares", todas elas carecem de complemento do tipo " ... PGR iniciou de imediato um inquérito-crime e reguladores serão responsabilizados por não terem desempenhado as suas funções".

Os que fazem buracos em nome do interesse nacional, devem ser acolhidos na depressão que mandaram cavar; aqueles que pagam, e que serão sempre aqueles que pagarão, devem ser reconhecidos pois são eles o núcleo do motor nacional. Como nunca se escreve neste sentido, queiram por favor considerar esta frase como omnipresente ao longo de todo o texto.

Onde se tem escrito "Resgate de bancos com o dinheiro de quem trabalha e poupa ..." deve escrever-se "Resgate do dinheiro de quem trabalha e poupa, e responsabilização civil e criminal de gestão danosa e em proveito de alguns".

Certamente o caro leitor sente o porquê de uma crónica deste tipo ter lugar num cantinho dedicado à fraude; caso não seja o caso, tomo a liberdade, de o abanar e tentar acordar.

Os que podem ser escolhidos para nos governar, governam para alguns; estes são exatamente aqueles que têm o condão de os fazer elegíveis. O sistema perpetua-se. Porque temos uma democracia representativa, somos dominados pelos partidos e lobbies que preparam os líderes. Movimentos civis, ou são desconsiderados ou são aniquilados absorvendo, por ilusão e soberba, as suas figuras de proa, propondo-os para destacadas posições ou para cargos, embora menos visíveis, muito mais interessantes e rentáveis.

Estes movimentos civis, que emergem cada vez mais por todo o mundo, são um grito de desespero das populações.

Mas o estado não pode suster toda a economia, tal como Obelix sustenta o menir que transporta. A população tem de perceber que terá de perder qualidade de vida se quer passar um testemunho de esperança e dignidade às próximas gerações. Por seu lado os novos têm de perceber que é apenas com trabalho que conseguirão desenvolver o produto que os seus antecessores lhes deixaram. Ambas as partes devem perceber que o paradigma se alterou. São cada vez menos os novos para cada vez mais velhos. Se a isto se acrescentar o desincentivo ao trabalho por proliferação de subsídios, temos a situação insustentável a que chegamos.

Não estamos sós, vivemos num mundo globalizado e partilhamos um espaço de referência na Europa. Mas desde 1974 já recorremos a ajuda externa por 3 vezes! Estes portugueses estão loucos!

Irrita também esta coisa de "bom aluno". É certo que se precisamos de uma injeção de dinheiro, temos de aceitar as regras do jogo: dar o rabinho para a picada. Agora, autoflagelarmo-nos com a administração em mais umas quantas injeções para além da que nos é prescrita e badalar bem alto pelo mundo que fazemos mais do que nos impõem …. é ridículo. Estes portugueses estão loucos!

Até o que todos dizem estar bem, o nosso Sistema Nacional de Saúde, está a ser ameaçado e liquidado com saúde privada e para alguns em organismo de saúde onde o diagnóstico e o tratamento ao ilustre paciente são feitos com um menu de restaurante: o preço está sempre do lado direito do prato. A grande maioria dos hospitais privados é da banca! Mas a banca não serve, por construção, para guardar as poupanças dos seus depositantes, premiando-os, e para dinamizar a economia? Pretende-se um melhor e menor estado… Está-se a fazer pior e maior banca…

Demos a conhecer novos mundos ao mundo, é o que sempre se diz para animar a malta. Mundo que, por seu lado, é governado não pelas leis da física

e da biologia, mas pelas leis do mais forte, de uma ideologia egocêntrica e de perpetuação do poder. A insensibilidade destes "alienígenas" que se julgam a nata do leite é chocante; quando era miúdo, após ferver o leite, espetava o dedo na nata, retirava-a e mandava-a pelo sifão abaixo.

Não há pachorra para uma errata tão persistente e longa. Viver está a tornar-se difícil para alguns e um pesadelo para muitos, mas um paraíso para uma minoria ridiculamente pequena. Espetemos-lhes o dedo...

Paulo Vasconcelos
2011-10-27

DIGNOS, MAS POBRES

Há dias um amigo meu que exerce funções profissionais num serviço público, dizia-me, com grande indignação, que no contexto de uma reunião de trabalho que tinha acabado do ter com o responsável máximo pelo seu serviço, aquele assumira, com toda a naturalidade e convicção, que, por uma questão da *dignidade da função*, considerava normal e aceitável que o diretor de uma qualquer instituição pública procedesse, a cada três anos, à aquisição de mobiliário novo para o seu gabinete e de um automóvel de serviço para o exercício da sua função profissional.

Naturalmente que pela sua natureza, pelo contexto actual de crise em que nos encontramos mergulhados e sobretudo pelos sinais de indignação evidenciados pelo meu amigo, este apontamento serviu de base para o diálogo que estabelecemos nos momentos seguintes, e, depois disso, para uma reflexão que fiz e que agora partilho através destas linhas.

Em primeiro lugar, concluímos que a convicção com que a afirmação tinha sido proferida se ficara muito provavelmente a dever ao facto de o seu autor ser, ele próprio, diretor de um serviço público.

Em segundo lugar, concordámos que a argumentação que fora utilizada, ou seja a *dignidade da função*, era indiciadora das estratégias, das opções e sobretudo das lógicas de gestão que provavelmente implementara nas diversas entidades da Administração Pública onde tinha exercido funções similares.

Depois verificámos também que o período invocado, de três anos, apresenta uma correspondência direta com a duração média de uma comissão de serviço em cargos de direcção.

Neste sentido, concluímos que a mensagem passada não significaria muito mais do que assumir que cada novo director tem uma espécie de *direito natural* a mudar o equipamento todo do seu gabinete de trabalho, incluindo o automóvel, aquando do início do exercício de tais funções, como

se porventura se sentisse ou ficasse menorizado pelo facto de utilizar os equipamentos provenientes do seu ou da sua antecessora, nomeadamente quando em perfeitas condições de utilização. Mais, aquela afirmação significa também que mesmo nos casos de recondução, e sempre por uma questão de *dignidade da função*, poderá o director reconduzido sentir-se igualmente legitimado a substituir todo aquele equipamento por outro novo.

Obviamente que nesta nossa reflexão não está, nem poderia estar, em causa a necessidade de um qualquer director de uma entidade da Administração Pública ter gabinete e automóvel minimamente condignos para executar as suas funções. Porém, defender com toda a naturalidade a possibilidade de mudança de todo esse equipamento com uma frequência trianual, sobretudo por uma questão de dignidade funcional, é que de certa forma nos pareceu estranho, senão mesmo abusivo.

A verdade é que todos temos um pouco a sensação que esta forma de pensar e sobretudo de agir, com traços próximos de um certo novo-riquismo, parece ter norteado a praxis da filosofia da gestão dos organismos da Administração Pública em Portugal ao longo das últimas décadas. E não tem sido só na aquisição dos equipamentos dos gabinetes dos diretores. Tem sido em quase tudo e a todos os níveis da hierarquia dos serviços. Desde as despesas de representação, passando por telemóveis topo de gama e outros serviços de comunicações, até à existência de situações de senhas por participação em cada reunião, para citar apenas os casos mais frequentemente noticiados na imprensa, tudo tem sido possível, sempre com a fundamentação da *dignidade da função*.

Pobreza de espírito que não permite ver mais longe do que o próprio umbigo...

Não estamos com isto a defender que se volte àquela lógica tão portuguesa que serviu de base a modelos de organização política anteriores, do *pobrezinhos mas dignos* ou mesmo do *pobres mas honrados*, nem sequer à filosofia que a dada altura se introduziu nos serviços públicos do *a bem da nação*, até porque nos parece que com esses estilos não se pretendia muito mais do que manter as pessoas, os serviços públicos e a própria sociedade envolta numa espécie de letargia, sempre inibidora de grandes rasgos de inovação.

Porém, parece-nos que a história há-de registar que nas últimas décadas se caiu num extremo oposto, marcado por uma opulência desmesurada e até estranha, sobretudo quando olhada daqui, destes momentos de crise

profunda que atravessamos, em que nos preparamos para pagar (e de que maneira) o valor da nossa (leia-se de alguns) dignidade.

Em suma, julgo que passámos de um modelo de *sociedade acanhada*, gerida segundo a lógica do *pobre, mas digno*, para um paradigma exactamente oposto, de uma sociedade com um modelo filosófico associado ao *digno, mas pobre*, dos nossos dias.

Neste contexto, importa naturalmente encontrar resposta para questões como: Qual o valor que tanta dignidade acrescentou aos serviços da Administração Pública? E sobretudo qual o custo de toda essa dignidade?

Estou em crer que o futuro há-de permitir aclarar estas e outras questões...

Obviamente que não se sugere, nem é esse o nosso propósito, que o problema do nosso país passe ou esteja dependente só destas questões. Porém a atitude que se deixa evidenciar através de afirmações como a que motivou esta reflexão é que de alguma maneira nos deve fazer reflectir sobre a nossa postura colectiva perante a vida.

Fomos sempre assim ao longo da história. Ostentação, a atitude sempre presente. Porém uma ostentação na maior parte das vezes com pouco, ou mesmo com nada, de concreto que a sustentasse.

António João Maia
2011-11-10

DÚVIDAS DO AMANHÃ!



Pormenor de um mural de Naguib, cidade de Maputo, Moçambique

1. Um sociólogo brasileiro criou uma situação hipotética: que responderiam anónimos cidadãos do fim século XIX se lhes perguntassem o que era previsível no século seguinte: (1) Pousará o homem na Lua? (2) Acabará a fome no mundo?

Seria de admitir que respondessem negativamente à primeira e afirmativamente à segunda. A história do século XX demonstrou, para vergonha da humanidade, exatamente o contrário.

2. Recuem ao tempo em que a África sangrou com uma desenfreada escravatura imposta pelos civilizados europeus. Famílias e povos destroçados, assassinados em nome da riqueza agrária em outras partes do mundo.

Admitam o tempo dos escravos já nascidos em escravatura, sem terra, bens, ou para onde ir, cuja sobrevivência dependia dos senhores. Admitam que então se fazia um referendo perguntando se eles queriam o que nunca conheceram: a liberdade. É muito provável que o resultado fosse negativo.

Por isso Samora Machel, "numa das reuniões preliminares para os Acordos de Lusaca (7 de Setembro de 1974), em resposta à exigência do General Spínola de haver um plebiscito para que o povo moçambicano opinasse se queria ou não a independência" respondeu "Não se pergunta a um escravo se quer ser livre" (João Schwalbach).

3. Quando se analisa a existência dos "paraísos fiscais" e as operações que neles são processados, argumentam uns que estamos perante um funcionamento da sociedade discriminatória e atentatória das condições de vida dos cidadãos do nosso planeta. Responderão outros, os beneficiários, que, sendo legal, deverão aproveitar da sua existência.

Responde João Pedro Martins. "Os paraísos fiscais são um projecto desenhado pelas elites do dinheiro para capturar o poder político e obter vantagens económicas. O colonialismo e a escravatura são coisas do passado, mas a influência silenciosa da alta finança e das multinacionais constitui a mão invisível da escravatura económica moderna" ("Suite 605", pág. 192). Também "Houve uma época em que, por decreto, a escravatura e o apartheid eram práticas legais que beneficiavam de aceitação social por parte das elites. Em tempos não muito remotos, as mulheres não tinham acesso a exercer o direito de voto ou a frequentar o ensino público. A lei nem sempre significa justiça e liberdade, sobretudo quando aqueles que a elaboram são os seus principais beneficiários ou usam o poder de legislar para a obtenção de privilégios vedados aos restantes cidadãos" (pág. 189/90).

4. A liberdade de alguns é a ausência para outros. A igualdade é formal – também bem arredada nos tempos atuais – para que a realidade seja a sua negação. A fraternidade não é a esmola ao pobre, muito menos a guerra financeira e o crédito agiota. Assim andam os lemas da Revolução Francesa.

Não há a Democracia. Há democracias.

Justiça e lei, comportamento ético e atuação legal, binómios a questionar. O que hoje é considerado correto e o que será reconhecido como tal amanhã podem estar do mesmo lado do vale, ou separados por abismos rasgados pelas grandes transformações da história.

A fraude é uma violação da lei. Frequentemente não é julgada como tal se é cometida pelo Estado ou pelos donos do mundo. A fraude é uma violação da ética, julgada por todos, perdoada para muitos.

Vivemos uma época em que o amanhã pode não ser a continuação de hoje.

Qual será a fronteira ética de amanhã?

Ajudem-me a responder, que eu não sei.

Carlos Pimenta
2012-01-05

UMA QUESTÃO DE EQUILÍBRIO

Num mundo cada vez mais de exposição, nunca se pensou tanto em proteção dos dados pessoais. Até onde estou disposta a permitir que acedam aos meus dados pessoais? Em conversa de amigos sobre o tema, alguém me questionava nos seguintes termos: "Por exemplo, eu não fumo quando faço o seguro; depois tenho de dizer que numa festa fumei um charuto? Isto não é abusivo?" ao que retornei "mas achas justo que o dinheiro que pagas de prémio seja usado para pagar o carro que o teu vizinho diz que foi roubado mas na realidade ele vendeu para peças?" a resposta foi óbvia "Claro que não! Isso é uma fraude".

Todos defendemos que devem ser estabelecidos limites à violação da vida privada através de agressivas campanhas de marketing, e que todos aqueles que se apropriam da nossa identidade para obter benefícios ilegítimos devem ser punidos....

Porém, continuamos a apreciar entrar em determinados locais e sermos servidos em função daquilo que gostamos, de que nos "adivinhem os gostos" através do cartão de cliente, que nos seja dada prioridade pelo histórico como cliente daquele local, ou que nos permita acumular descontos. Desde a pintura do cabelo até ao produto que eu tanto gosto e consumo, não quero que falhe quando necessitar... e gosto muito que a empresa aceite as minhas sugestões de melhoria do serviço, pois eu sou a consumidora, portanto é para mim que produzem! E não faz sentido eu pagar por um serviço que não uso só porque faz parte do pacote. Por isso, gosto de encontrar produtos à minha medida.

E apesar de ter consciência que este mundo não é seguro (muito menos quando eu coloco a informação online), continuo a informar o mundo onde me encontro neste momento a fazer um comentário online (até permito que o mapa assinale correctamente para o caso de alguém confundir localidades). Para quem está a planear um assalto à minha casa é só fazer contas:

moro aqui, estou a assistir ao espetáculo ali, pelo que estarei ausente de casa durante um período de tempo que permite o ladrão recolher o novo equipamento que adquiri e publicitei, e ainda acalmar as vizinhas que possam olhar desconfiadas, demonstrando um conhecimento sobre a minha vida pessoal.

Vem isto a propósito da reforma da directiva europeia sobre a protecção de dados (95/46/EC). A UE mudou muito desde 1995, pelo que é preciso modernizar a legislação europeia sobre este tema e sobretudo corrigir as falhas do passado, decorrentes da não uniformidade da sua transposição para a ordem jurídica de cada país. De acordo com o estudo efectuado a cidadãos dos 27 países da EU (Special Eurobarometer 359; Attitudes on Data Protection and Electronic Identity in the European Inuon, June 2011; http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_359_en.pdf), 90% dos inquiridos entende que deverão vigorar os mesmos direitos de protecção de dados por toda a Europa.

Todos estamos de acordo que não queremos viver sob vigilância, mas se permito que o mundo possa espreitar a minha vida, porque é que a ideia da polícia aceder e analisar dados pessoais individuais nas suas atividades de prevenção de todo o tipo de crimes, não me deixa confortável? De acordo com o mencionado estudo , apenas 33% admitem que a polícia o possa fazer.

Já lá diz o ditado que "prevenir é melhor do que remediar", mas a prevenção do crime é também feita através de análise de dados e, por isso, pergunto: será possível encontrar um equilíbrio entre a privacidade/proteção de dados pessoais e a minha segurança e bem-estar?

Reformar a lei europeia é sem dúvida necessário de modo a garantir a proteção de cada um de nós na sociedade moderna, mas não devemos também repensar os nossos comportamentos? O perigo de violação da nossa privacidade será apenas uma questão de legislação desatualizada?

Alda Correia
2012-02-16

E SE?... – A PROPÓSITO DE TRANSPARÊNCIA

Há dias, enquanto jogava *monopólio* com os meus filhos (quem não se lembra das longas e deliciosas tardes de Verão passadas, com os amigos e um copo de refresco, em volta do tabuleiro esverdeado deste jogo, que de uma forma minimamente realista procura simular muitos dos aspetos das relações económicas das pessoas e das sociedades) fui assaltado de surpresa por uma ideia – admito que utópica ou, pelo menos, ingénua – que de então para cá me tem feito refletir e acabou mesmo por me empurrar para este espaço de partilha pública de opinião.

A ideia é muito simples e, no essencial, julgo poder traduzir-se através do seguinte conjunto de questões: E se toda a vida económica e social em que vivemos decorresse como no *monopólio*? Se tudo fosse assim tão transparente? Se todos soubéssemos, de forma aberta, franca e descomplexada, o património uns dos outros e a forma como o fomos adquirindo ou alienando, ou mesmo como o enriquecemos ou empobrecemos? – os terrenos; as casas; os hotéis; as companhias; as empresas; as sociedades; as participações comerciais; as associações; os negócios; os contratos; o dinheiro; os enganos no banco a nosso favor; os prémios de lotaria, de beleza ou mesmo das palavras cruzadas, ou ainda elementos como o cumprimento de penas de prisão e outras sanções, sem deixar de passar naturalmente pelos (todos os temos) *amigos que nos dão tiros* –. E se tudo funcionasse assim, não numa lógica de *voyeurismo*, de mera exposição ou *perseguição* alheia, mas unicamente como prática cultural natural, do quotidiano de uma sociedade transparentemente evoluída, cujos cidadãos fizessem questão de, em conjunto, evidenciar uns perante os outros que a sua seriedade – individual e colectiva – não seria apenas uma invocação, mas também e sobretudo uma demonstração?

Em resumo: E se toda a vida pública das pessoas, das empresas, da Administração Pública e do próprio Estado, enfim de toda a sociedade, fosse

efetivamente Transparente, sem sombras nem sombreados, numa lógica de pura igualdade, em que toda a informação e todos os dados se encontrassem acessíveis de modo universal? Seria o mundo (dos homens) assim tão distinto daquilo que é?... Em boa verdade, julgo não existirem elementos consistentes que nos permitam responder a esta questão de uma forma minimamente satisfatória.

Concedo, como disse no início, que em si mesma a ideia seja utópica ou mesmo ingénua, uma vez que parte de um pressuposto totalmente contrário aos cânones da vivência que conhecemos e que, pelo processo de aculturação, têm vindo a ser reafirmados (tornando-os quase inquestionados e inquestionáveis) ao logo do tempo pelas sucessivas gerações. Efetivamente, esse quadro em que nos temos movido tem-nos levado a assumir e aceitar, com toda a naturalidade, a existência de zonas sombreadas ou menos claras na vivência social e sobretudo nas relações económicas.

No entanto e ainda assim, parece-me que a possibilidade aqui proposta não deixa de ser, ao menos, um ponto de partida para uma eventual reflexão acerca de um tema tão atual como tem sido o da Transparência na vida pública. Além do mais, a eventual existência real de um quadro com as características que aqui suscitamos, teria pelo menos o poder de contribuir para uma melhor clarificação e distinção das noções de interesses pessoais, *interesses de grupo e interesses coletivos*, bem como as fronteiras que os delimitam e as linhas ou forças de convergência e de divergência que se criam e instalam entre eles. Seria seguramente uma forma de reduzir as zonas de menor Transparência existentes nas actividades económicas e comerciais entre os privados e ente estes e o Estado.

Bem sabemos que o nosso quadro cultural é ainda muito marcado pelo pressuposto de que *o segredo é a alma do negócio*. Porém, as novas lógicas comunicacionais que o processo de globalização tem vindo a edificar, com tendências crescentes de maior facilidade na disponibilização, circulação e acesso a todo o tipo de informação, vão acabar por nos *empurrar* para contextos de maior Transparência. Como sugere Mário Ceitil, em o carro de Jagrená (2002, Edições Sílabo), começa a ser tempo de *a alma* se assumir como *o segredo do negócio*.

Apesar de em si mesmas não serem necessariamente espaços de fraude, a verdade é que estas zonas sombreadas, associadas à ausência de alguma transparência, são propícias ou têm pelo menos o potencial para desenvolverem, como fungos, as brechas onde acabam por florescer as situações

fraudulentas. É neste jogo de luzes em que muitas vezes se tende a mostrar menos do que se apregoa e, quando se mostra, se confunde mais do que se esclarece, como num passe de ilusionista, que mostra mas a audiência não consegue ver, que podem crescer fenómenos como a corrupção, a economia paralela, a evasão fiscal e tantos outros interesses difusos, quase sempre divergentes ou com poucos pontos de contacto com o interesse geral da sociedade.

Estudos como *A Economia Não Registada em Portugal*, de Nuno Gonçalves (2010 – http://www.gestaodefraude.eu/images/gf_upload/e002.pdf), *Forensic Accounting em Portugal* – Evidência Empírica, de Nuno Moreira (2010 – http://www.gestaodefraude.eu/images/gf_upload/e001.pdf), *Esboço de Quantificação de Fraude em Portugal*, de Carlos Pimenta (2009 – http://www.gestaodefraude.eu/images/gf_upload/wp003.pdf), *Conflitos de Interesses*, de Glória Teixeira e Helena Freire (2009 – http://www.gestaodefraude.eu/images/gf_upload/wp001.pdf) a par dos relatórios anuais da Transparência Internacional (http://www.transparency.org/publications/annual_report) e do GRECO (Grupo de Estados Contra a Corrupção, do Conselho da Europa – http://www.coe.int/t/dghl/monitoring/greco/evaluations/index_en.asp), por exemplo, têm evidenciado a existência, em Portugal e um pouco por todo o mundo, de problemas associados a práticas fraudulentas e de corrupção e ao seu desenvolvimento precisamente através destes espaços sombrios de menores índices de transparência.

Para finalizar acrescento apenas que, a meu ver, a génese deste problema não está nos outros, como é por vezes tão comum pensarmos e afirmarmos entre nós. Não, a culpa deste estado de coisas – se faz sentido falar em culpa – é de todos e começa precisamente em cada um de nós. Ninguém está moralmente legitimado a reclamar atitudes e posturas de transparência aos outros, se não for capaz de o evidenciar primeiro relativamente à sua própria vida, se não tiver telhados de vidro, como sabiamente o povo costuma dizer.

Afinal quem tem medo da Transparência? E porquê? Transparência e seriedade nos procedimentos podem não ser exactamente sinónimos, mas não são seguramente conceitos estranhos um ao outro, nem sequer se encontram muito afastados entre si. A seriedade e a transparência não se proclamam. Afirmam-se e evidenciam-se. Transmitem-se por sinais.

É inquestionável que a realidade é o que é. Tudo o mais não passa de utopia, de sonho. Porém a mudança – o que tem sido a história da humanidade se não um processo contínuo de mudança e adaptação? – deve ser

norteada por um mix de realismo com alguma utopia. E tem sido muitas vezes essa utopia que confere o ânimo para continuarmos a acreditar num mundo melhor.

Afinal, como diz o poeta, *o sonho comanda a vida*...

António João Maia
2012-02-23

O FIM DA ÉTICA?

Nos idos de 2000, o historiador e filósofo italiano Umberto Eco foi convidado a dar a sua "visão do futuro" na sessão plenária de abertura da Reunião Anual do World Economic Forum, em Davos.

A dado passo da sua intervenção, Umberto Eco disse: "Uma vez que já esclareci que não sou um profeta, deixem-me tentar prever alguns possíveis rumos das coisas para o próximo século (já que não estou preparado para ir para lá desse horizonte temporal".

Entre várias "previsões" fez a seguinte:

> "...
>
> 5. O fim da ética. Qualquer doutrina moral consiste em apresentar um modelo de comportamento que cada um de nós deve tentar imitar. Daí a função modeladora do santo, do sábio, do guru, do herói. A virtude do modelo deve ser difícil de emular, é por isso que a ética era sempre uma arte tão difícil. Agora, acontece que a televisão tende cada vez mais a apresentar como modelos pessoas normais, de tal modo que não há esforço nenhum em sermos iguais a eles. Nós queremos ser como eles porque eles receberam a graça de aparecer na televisão. Em muitos casos haverá pessoas que se tornam modelos não por causa do seu comportamento normal, mas antes por causa dos seus pecados espectaculares (desde que estes pecados lhes tenham dado visibilidade e sucesso). Assim, a Monica Lewinsky será um modelo mais forte (e mais fácil) do que a Florence Nightingale ou a Madre Teresa de Calcutá.
>
> Por isso mesmo o sucesso ético (a procura do Bem) não terá em breve qualquer ligação com a procura da virtude, mas apenas com a luta para ser visto."
>
> (Tradução livre do autor do texto da intervenção de Umberto Eco transcrita in www.davosnewbies.com/2000/02/08/umberto-eco-in-davos/)

Tudo isto vem a propósito de algumas reflexões por vezes feitas sobre o comportamento ético das pessoas na nossa sociedade de hoje. Tanto na sua vida pessoal e social, como na vida profissional.

Não vou agora olhar para o comportamento actual das pessoas em sociedade, mas tão só preocupar-me com um aspecto fundamental, em especial em épocas de crise, e que tem a ver com a ética nos negócios.

Na minha vida profissional tenho ouvido demasiados relatos de casos que me levam a pensar que a ética nos negócios parece ser algo que se encontra em extinção. E por vezes vindos de empresas e empresários que deveriam ser autênticos modelos para os seus concidadãos. É verdade que, em muitos casos, é o Estado que vem criar regras e leis que, em boa verdade, seriam desnecessárias se as empresas e os empresários tivessem um comportamento eticamente irrepreensível. Estou, por exemplo, a lembrar-me de quando o Estado teve que publicar uma lei a obrigar os bancos a fazer o arredondamento da taxa de juro à milésima no crédito à habitação. Mas poderíamos citar dezenas de outros exemplos, por exemplo na relação entre fornecedores e clientes, em determinados sectores de actividade económica.

Lei (e o seu cumprimento) não é a mesma coisa que ética. Por isso defendo que, em vez de criarmos leis umas atrás das outras, paremos um pouco para pensar o que fazer, já que o mundo tal como o conhecemos quando éramos jovens já não é o mesmo, a escola já não é a mesma e acima de tudo a família (e por vezes a igreja), enquanto elemento fundamental do enraizamento de princípios e valores éticos parece já não ser a mesma.

Voltando ao início. Será que não é preciso esperar pelo fim do século XXI para perguntar "A ética acabou"? Precisamos de fazer mais para que esta "profecia" de Umberto Eco não se realize.

Fernando Costa Lima
2012-03-01

A ARMADILHA

CENA 1

[*Amplo plano de uma sala de reuniões modesta*]
– Muito obrigado por me ter recebido. Chamo-me M. Pereira e sou o representante da O. nesta zona – disse, estendendo um cartão de visita ao gestor da empresa, enquanto se sentava. – Não quero fazer-lhe perder tempo e por isso vou direto ao assunto. O vosso contrato de telecomunicações com a nossa empresa está a terminar e gostaria de apresentar uma proposta de preço para renovação do mesmo.

– Não sei se sabe, mas a relação comercial que temos mantido com a vossa empresa tem sido um pesadelo para nós. Têm-nos cobrado valores que não constam do contrato; não há uma pessoa na vossa empresa a quem possamos considerar como interlocutor, pois estão sempre a mudar; temos uns milhares de euros a haver, esperando há muitos meses que nos sejam devolvidos. Por isso, não vale a pena apresentar proposta alguma. Vamos mudar de operador.

– Eu sei que as coisas nem sempre têm corrido bem. Os serviços centrais por vezes não funcionam como o desejado. Mas porque não nos dá o benefício da dúvida? – e fez uma pausa, que instalou um silêncio pesado na sala. – Eu passarei a ser o interlocutor que necessitam para resolver eventuais problemas … que julgo não irão existir. No cartão tem o meu número de telemóvel privado, podem ligar-me 24 horas por dia, 7 dias por semana.

– Peço-lhe desculpa, mas estamos decididos a terminar a relação. Os seus muitos colegas com quem contactei ao longo dos últimos três anos também prometiam o mesmo e foi o que se viu. Problemas e mais problemas. A única coisa que quero é que nos reembolsem as importâncias que cobraram em excesso.

– Aí está um pequeno problema – disse com um tom de voz mais baixo, quase como se não quisesse ser ouvido por terceiros. – Eu não devia dizer isto, mas o facto é que se colocarem termo ao contrato dificilmente irão reaver esse montante que reclamam. Irão ter de acionar a O. em tribunal, a Justiça é lenta ... – e o silêncio imperou na sala, desta vez como uma ameaça. – Acredite em mim. Eu apresento-lhe uma proposta imbatível face à concorrência. Algo na ordem dos 275 euros por mês de assinatura do serviço, para um contrato de fidelização mínima de 24 meses. Não se vai arrepender.

Um período de silêncio, incómodo, em que se percebia nitidamente que o gerente ponderava o que seria melhor, se perder o montante que reclamava ou se arriscar a mais uma relação conflituosa durante muitos meses. O facto é que sabia, por experiência própria e de contactos com colegas, que as restantes empresas de telecomunicações móveis não tinham atuações muito diferentes. Quebrou o silêncio, dizendo:

– Entregue-me uma proposta. Mas tem de ser completa, clara e conter informação específica sobre o modo e tempo em que procederão ao reembolso. E, claro, tem de ser melhor do que a que já possuo.

– Assim farei – disse o representante, com um sorriso de face inteira. – Verá que não se vai arrepender. Este é o primeiro passo de uma nova fase da nossa relação comercial.

CENA 2

[*A funcionária da contabilidade bate à porta do gabinete do gerente*]
– Dá-me licença? – e entrou na divisão relativamente pequena.

– Diga Patrícia. Que se passa?

– Chegou a fatura mensal da O. e não me parece estar conforme com o contrato que foi assinado há pouco mais de um mês – e estendeu-lhe três folhas cheias de números, encimadas por um colorido logótipo.

– O quê?! – exclamou, levantando-se de um salto, enquanto lia as folhas avidamente.

– Não só o valor da assinatura é maior do que o referido no contrato ... quase o dobro, como o valor do montante que nos devem do contrato anterior não nos foi creditado. Apenas o deduziram, parcialmente, na fatura.

– Ligue-me de imediato ao sr. M. Pereira, para o seu telemóvel privado.

– Já tomei a liberdade de ligar várias vezes e não atende. Já liguei também para o outro número que ele forneceu e não tive mais sorte.

O gerente deixou-se cair na cadeira, a fatura na mão, o rosto contraído.

– Ligue à O. e peça para a colocarem em contacto com o sr. M. Pereira. Diga-lhe para passar por cá o mais urgentemente possível.

CENA 3

[*A mesma sala de reuniões, o gerente e um outro indivíduo sentados a uma mesa*]

– Vou directo ao assunto – disse o gerente, em tom irado. – Há mais de um mês que os nossos serviços administrativos não fazem outra coisa além de tentar chegar ao contacto com um representante da vossa empresa. Sem sucesso, até hoje. A nossa paciência esgotou-se! – e o seu tom de voz, que mais se assemelhava ao de um berro, espelhava a raiva que o consumia. – Caí mais uma vez num logro, mas não voltará a acontecer. Quero proceder à resolução do contrato.

– Peço-lhe desculpa, por só agora cá ter vindo. O sr. M. Pereira já não trabalha connosco e daí o atraso. Quanto ao contrato, lamento dizer mas não o pode resolver. Tinha 14 dias para o fazer, após a assinatura. Se o resolver agora terá de pagar os restantes meses até perfazer os 24 previstos no contrato como período de fidelização.

– O quê?! Mas como é possível só ter 14 dias para resolver um contrato cuja primeira fatura me chega às mãos ao fim de mais de um mês passado sobre a data da assinatura do mesmo?

– É a lei que temos – disse com voz calma, contrastando com o nervosismo demonstrado pelo gerente. – Os 14 dias são o prazo previsto na lei. Mas, por favor, acalme-se. Eu estou aqui para tomar conta da situação. A nossa empresa não tem qualquer interesse em ter os seus clientes insatisfeitos. Vamos ver o contrato, para procurar perceber a natureza do problema – e pegou num conjunto de fotocópias, agrafadas num dos cantos, que analisou demoradamente. – Eh pá! Como é que foi assinar isto? Então não colocou uma cruzinha nesta quadrícula? Não devia ter assinado sem isso …

O gerente estava em choque, silencioso, olhar vago perdido na parede branca à sua frente.

– Pois é, vamos ter de corrigir este contrato. Não se preocupe, eu irei fazer todo o possível para resolver o problema. Vai assinar este impresso, para regularizarmos a situação, e dentro de um ou dois dias contacto-o com notícias.

– Mas isto é um novo contrato! – exclamou o gerente.

– É um proforma, para atualizar o contrato que assinou e não devia ter assinado.

O gerente pegou na caneta e rubricou a folha que lhe era estendida. Nem sequer quis pensar que assinar um novo contrato implicava recomeçar a contagem do prazo de fidelização. Estava cansado.

...

CENA N (E ÚLTIMA)

[*Um ecrã negro com o "epílogo" escrito em letras brancas*]

O gerente consultou um advogado que o aconselhou, a partir de experiência pessoal semelhante, a esquecer a situação e deixar o contrato correr até ao final, sem assinar outro qualquer documento.

Nunca conseguiu contactar mais de duas vezes com o mesmo representante da operadora de telecomunicações, pois ou já tinham cessado o vínculo laboral com esta ou tinham sido deslocados para outras funções.

No final do contrato, esqueceu o reembolso a que tinha direito e fez um contrato com outra operadora. A natureza dos problemas com que se defrontou não foi muito diferente dos ficcionados no 'filme'.

Disclaimer do argumentista: Qualquer semelhança com a realidade não é coincidência.

José António Moreira
2012-03-15

QUEM NUNCA COISOU, QUE ATIRE A PRIMEIRA PEDRA!

– Vês amor, olha para eles, é aos milhões, e ainda falas de mim que só não registo uns euritos. Que se lixem, que o dinheiro bem me custa a ganhar, quanto mais desviar melhor.

– Pois custa querido, mas vê lá se algum deles vai preso. Quanto a ti, meu lindo, não sei quando vou deixar de ter quem me aqueça os pés.

– És uma exagerada. Aqueles cabrões levam tudo e ainda se riem de nós... [uma pequena pausa] Ai ai que dor! Ajuda-me, leva-me ao hospital querida....

[três horas depois]

– O quê? Ladrões.... Esse dinheiro todo para vir às urgências?! Anda aqui um homem a pagar os seus impostos para isto? Que roubo...*#+"*#, vigaristas!

*
* *

– Conseguiste?

– Não, não tive coragem.

– És sempre o mesmo, achas que alguém te dá alguma coisa?

– Toma, pega, pensas por lá que eles precisam destas folhas todas?

– Se todos levam...

*
* *

– Tem de marcar nova consulta... não se esqueça.

– E para quando senhor doutor?

– Veja na secretaria, mas penso que só daqui a seis meses, há falta de médicos... Também dou consultas na Clínica do KXZ, mas é privada!

[dois dias depois]

– Senhor doutor, ainda bem que consegui aqui uma consulta na clínica, o que tenho de fazer agora?

– Pois, olhe, agora tem de fazer uns exames, mas o ideal era que fossem feitos no hospital... apareça nas urgências amanhã que eu estou de serviço...

– Obrigado senhor doutor.

(...)

– Estás a ver Daniel, e uma pessoa paga os seus impostos para ter que ir a clínicas privadas.

– Até parece que tens muito de que te queixar, ainda conseguiste ir fazer os exames ao hospital, e nem esperaste seis meses.

*
* *

– Assine aqui para ficar tudo direitinho, depois é só usar o serviço.

[três meses mais tarde]

– Puxa, tanto dinheiro todos os meses... quero rescindir de imediato.

– Pois compreendemos, mas de acordo com o contrato que assinou tem de manter o serviço durante, pelo menos, 24 meses...

[24 meses depois]

– Venho rescindir o contrato, que já cumpri o prazo.

– Então o senhor não leu? O contrato renovou-se automaticamente porque não nos avisou com pelos menos 180 dias antecedência, com carta registada e aviso de receção... Terá de aguardar mais algum tempo...

*
* *

– O quê? Tanto dinheiro?

– Se for sem fatura, não paga o IVA.

– Ao menos isso, já que estes ladrões nos levam o dinheiro todo...

[dois dias depois]

– Não percebo Rodrigo, só impostos, só impostos, e dizem que não têm dinheiro para nada. Não sei o que fazem ao dinheiro.

*
* *

– _____
– _____
– _____
– _____

Faltam as Palavras? Para que são elas necessárias? Preencha a seu belo prazer, porque quem nunca coisou que atire a primeira pedra!

Henrique Santos
2012-03-29

ESTÁ LÁ, MAS NÃO SE VÊ!

Albert Einstein afirmou um dia que "A imaginação é mais importante que o conhecimento, pois enquanto o conhecimento define tudo o que conhecemos e entendemos, a imaginação leva-nos para tudo aquilo que podemos ainda vir a descobrir e a criar" (tradução livre).

Sendo um cientista brilhante, esqueceu-se que existe um cantinho à beira-mar plantado onde a imaginação é tão fértil e o conhecimento tão escasso ...

Mas porquê Einstein?

Porque, para além da afirmação acima referida, a sua fórmula matemática mais conhecida é E=M.C2, isto é, a energia é igual à massa multiplicada pelo quadrado da velocidade (da luz no vazio). E cá está a palavrinha mágica – energia.

Ora imaginação não falta aos nossos governantes e à elite dos gestores, que, em associação, congeminaram os Custos de Interesse Económico Geral, de acrónimo CIEG. São, de acordo com informação recolhida na ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos), sobrecustos com a produção em regime especial, com a produção em regime ordinário e as rendas pagas aos Municípios.

Bom, a imaginação fértil deste binómio "governantes – elite de gestores", produziu que o preço da eletricidade (P) paga pelos consumidores seja composto não por um, mas por três custos: o da energia (E), o das redes (R) e o dos CIEG: P=E+R+CIEG. Portanto, o preço da eletricidade é igual à soma dos preços da energia, das redes e dos CIEG. Fórmula quase tão brilhante como a de Einstein, não acham?

Mas a relação é um pouco mais complexa. Para ser mais preciso, para além destas três parcelas, acresce ainda o recente Imposto Especial de Consumo de Eletricidade (IECE) e a taxa de exploração (DGEG), tudo apimentado com a nova taxa de IVA de 23%. Mais ainda, acresce a contribui-

ção audiovisual a uma taxa de IVA, mais generosa, de apenas 6%. O imposto especial é por causa da crise. A contribuição audiovisual é uma espécie de taxa moderadora para a televisão e rádio, compulsiva e universal, sendo um castigo que vem de longe. Sim, porque a televisão e rádio públicas exercem a sua atividade em ambiente concorrencial ... na interpretação do "binómio", a publicidade não chega e é preciso subsidiação. Para quem lá trabalha haverá supressão dos subsídios de férias e natal? Redução de até 10% nos salários?

Voltando à fatura, isto faz com que praticamente metade do custo com eletricidade para uso doméstico seja para subsidiar as empresas produtoras e não para pagar a energia elétrica consumida. Da última fatura que paguei, no valor de 154,79 euros, 75,81 euros foram para esmolas ...

Esclarecidos quanto à imaginação, abordemos a questão do conhecimento. Para que todos possam conhecer o que se passa, foi publicado em Diário da República n.º 44/2011, de 22 de Junho, a Lei que cria no ordenamento jurídico os mecanismos necessários a proteger o utente de serviços públicos essenciais. Portanto, antes não era dado conhecimento do que se passava... O Artigo 9.º, ponto 4, obriga a "Quanto ao serviço de fornecimento de energia eléctrica, a factura ... deve discriminar, individualmente, o montante referente aos bens fornecidos ou serviços prestados, bem como cada custo referente a medidas de política energética, de sustentabilidade ou de interesse económico geral ..., e outras taxas e contribuições previstas na lei."

Ora, quando os imaginativos se vêm obrigados a faturar de forma discriminada os sobrecustos, ou melhor dizendo os abusos, novamente encobrem o conhecimento com mais uma dose de imaginação. Sim, porque para os imaginativos, a publicitação de forma discriminada consubstancia-se num asterisco à frente da rúbrica "Total" da fatura que remete para uma espécie de nota de roda pé onde se menciona que "O valor indicado inclui os encargos relativos a acessos às Redes no valor de 75,81 euros. (Valor independente do comercializador). Os custos de ... (CIEG) incluídos no Acesso às Redes correspondem a 39,68 euros. Os valores indicados não incluem IVA". Informação retirada da "minha" fatura complicada, com fórmula de cálculo complexa, estranha e tudo menos transparente! Será isto a forma discriminada de apresentar os custos a pagar?

A bela e simples fórmula de Einstein dá uma equivalência entre massa de um corpo e a sua energia; foi com esta equivalência que se construiu a bomba atómica e se observou a intensidade da sua explosão. Por seu lado, a bizarra

e complexa fórmula do "binómio" dá uma relação entre massa monetária a pagar de forma desproporcionada em função da energia elétrica consumida e não consumida. Poderá ser esta fórmula a bomba que provocará a implosão destes abusos? Provavelmente não. Certamente que não.

Paulo Vasconcelos
2012-04-04

AS RAPOSAS E AS GALINHAS

1. Quando se permite que uma raposa entre livremente no galinheiro, não é de espantar que se venha a encontrar as galinhas mortas e a raposa saciada. O problema não está no comportamento da raposa ou das galinhas mas no se ter deixado a porta aberta do galinheiro e a raposa em liberdade.

Esta é a fábula referida por Jean-François Gayraud para ilustrar a responsabilidade da falta de regulação, mesmo desregulação, social e económica em que vivemos há umas décadas, fortissimamente responsável pela atual crise. Ela criou o incentivo e as oportunidades para as fraudes.

> "É impossível explicar os riscos desmesurados e as fraudes cometidas apenas pela ganância: esta categoria moral é insuficiente. Os riscos e as fraudes imensas apareceram com a proteção da desregulação, pois o afrouxamento global das restrições cria rapidamente incentivos e oportunidades inéditas abrindo a via à ganância. Esta é mais uma consequência que uma causa" (La Grande Fraude: crime, subprimes et crise financière, 2011, Odile Jacob, pag. 197/8).

O ditado português "todo o homem tem o seu preço" é uma forma brejeira de revelar que a honestidade não é apenas um atributo pessoal, mas também um contexto social. Contexto social que está presente na estruturação da personalidade individual. Contexto económico que faz com que os maus profissionais e defraudadores afastem os competentes e íntegros do mercado. O ditado português pode ser utilizado para mostrar a importância da vigilância do Estado e da sua função reguladora.

2. A fábula explicita uma ideia mas a sociedade é mais complicada que a capoeira em terreno de raposa.

Os ricos e os seus funcionários de serviço na política podem andar à solta. Para tal há liberdade de circulação de capitais, funcionamento opaco dos

mercados de capitais, diminuição relativa da sua carga fiscal. À solta com boas condições de usufruto da vida selvagem, para o que lhe são oferecidos desde os bens inacessíveis aos demais aos offshores ou paraísos fiscais.

Os cidadãos comuns têm de estar presos. O seu campo de ação é limitado, ficando subordinados a uma carga fiscal agravada, à ameaça ou efetividade do desemprego, à incerteza em relação ao futuro. Através da precarização (chamem-lhe flexibilização se querem ser enganados!) do mercado de trabalho e da desvirtuação da legislação laboral o responsável por fechar a porta da capoeira deixa de ser o Estado para ser a própria raposa.

A raposa pode controlar as fontes da sua alimentação, sejam os preços dos bens, sejam as manipulações bolsistas, sejam os mercados de futuros do petróleo e dos alimentos, seja emprestando ao Estado a juros agiotas o que antes lhe foi oferecido por aquele. Às galinhas resta-lhes serem feridas, comidas ou fugirem.

3. A ausência de regulação é um crime social.

Assistimos a isso em Portugal em diversas situações, de que o BPN é o caso mais paradigmático. Uns defraudaram, corromperam, roubaram (algumas raposas). Outros pagaram, viram os seus salários cortados, foram lançados no desemprego, foram convidados a emigrar (todas as galinhas).

Falhou regulação por parte do Banco de Portugal, falhou todo um Estado moldado pelo mito do mercado. Nenhum dos responsáveis pela desregulação deixou de ser promovido. O administrador do Banco de Portugal de então soube tão bem ser útil às raposas que foi fazer o mesmo numa instituição da União Europeia.

4. Tudo está bem no reino da Patagónia quando acaba mal para as galinhas e bem para as raposas.

E se houver "a fuga das galinhas"? Não convinha desertificar este jardim à beira mar plantado. Seria mais promissora a revolta das galinhas.

Carlos Pimenta
2012-04-12

A SITUAÇÃO FINANCEIRA PORTUGUESA E A FALÊNCIA DA ENRON: PONTOS DE CONTACTO

A notícia apareceu em primeira-mão no "site" do Jornal de Negócios, no dia 17 de Abril:

> "FMI: Dívida das empresas públicas portuguesas não reflectida nas contas triplicou em 4 anos. A dívida das empresas públicas relativamente ao PIB fora do perímetro das Administrações Públicas em Portugal quase triplicou nos últimos quatro anos, e registou o maior aumento entre as economias com maiores dívidas, segundo cálculos do Fundo Monetário Internacional. ...".

Até podia ter sido mais uma notícia para arquivo mental na secção dos grandes "buracos públicos". Aí se juntaria ao da Madeira, ao das autarquias, ao da Parque Escolar, ao das parcerias público privadas (PPP) ... a muitos outros que o tempo vai diluindo na memória. Mas não foi. De repente deu-se um "click". A notícia atuou como uma espécie de auxiliar de memória: catapultou-me para o caso da famigerada empresa americana Enron, que tantos rios de tinta fez correr a partir de 2001, altura em que faliu.

A Enron era uma das maiores empresas mundiais de distribuição e comercialização de energia elétrica. Por finais do século, mais concretamente em 1999 e 2000, tornou-se uma das mais procuradas da Bolsa de Nova Iorque, com valorizações de 56 e 87%, respetivamente. Porém, a "mais admirada", segundo o inquérito da revista Fortune, era, já nessa altura, embora poucos (ninguém?) o sonhassem, uma empresa condenada. No ano seguinte, pediu a falência, à altura a maior de sempre nos Estados Unidos.

Uma estratégia agressiva de crescimento cedo provocou o aparecimento de perdas avultadas, fruto de contratos ruinosos e da intensiva utilização de derivados financeiros. No entanto, uma empresa que necessitava estruturalmente do mercado de capitais para financiar essa estratégia de expansão

não poderia, sem a colocar em causa, tornar públicas tais perdas. Os seus dirigentes optaram, então, por as esconder. Neste contexto, a mera utilização da flexibilidade das normas contabilísticas, por via da denominada "criatividade contabilística", mostrou-se ineficaz face à dimensão das perdas a ocultar. E, como está documentado de outros casos com idêntico final, aquilo que começou pela "criatividade" cedo descambou para a fraude financeira. A Enron criou centenas de "empresas satélites" para onde remetia as perdas registadas. Propositadamente, tais empresas tinham as características necessárias para serem legalmente dispensadas de integrarem o perímetro de consolidação. Em linguagem simples, elas e as perdas que albergavam não tinham impacto nos resultados consolidados divulgados pela Enron, possibilitando a esta mostrar ao mercado os proveitos gerados e deixando escondidas "debaixo do tapete" as perdas.

As consequências sociais da falência são conhecidas ou, pelo menos, fáceis de adivinhar. Dois aspetos adicionais são de realçar. Os administradores e funcionários envolvidos na fraude foram severamente punidos com penas de prisão e obrigatoriedade de pagamento de avultadas indemnizações; a auditora das contas, a (ex-)gigante mundial Arthur Andersen, pelas responsabilidades em não ter reportado a fraude, também foi arrastada, tendo a sua falência, em 2002, lançado para o desemprego, em todo o mundo, mais de 80.000 funcionários.

Há semelhanças entre este caso e o que aconteceu no Estado Português nos últimos anos antes da entrada da "troika" em cena. Refira-se a "criatividade" (ou algo mais?) de que os governantes (nacionais, regionais e municipais) lançaram mão. O objetivo era poder continuar a gastar, mas sem que isso transparecesse no défice apresentado pelo Orçamento Geral do Estado. As PPP, as empresas municipais, as empresas públicas, entre outras, foram os veículos usados para o efeito. Ou seja, os "tapetes" para debaixo dos quais se varreu parte dos gastos. Ainda hoje, quase a cada dia que passa, se vão descobrindo efeitos da dita "criatividade" e não se sabe, em concreto, quantos "buracos" ainda estão à espera de serem descobertos sob esses "tapetes".

Porém, há uma questão que tem de ser discutida: em que ponto é que os governantes (nacionais, regionais e municipais) passaram – se é que passaram – do uso da (mera) "criatividade contabilística" à fraude por ocultação de informação fundamental aos cidadãos e demais "stakeholders" do Estado?

Tal discussão trará, associada, necessariamente, uma outra: a da responsabilização dos governantes envolvidos. Em minha opinião, ela deverá ser de natureza judicial, por duas ordens de razões: i) o que estará em causa, a provar-se, serão responsabilidades ligadas à divulgação de informação incompleta ou incorreta sobre as contas de Estado, com contornos de atuação fraudulenta. Não se tratará, pois, de penalizar alguém pela tomada de decisões de natureza meramente política, por mais questionáveis que elas possam ter sido; ii) a "responsabilização política" – independentemente do que se possa entender por tal –, não tem efeitos sobre "políticos ocasionais", que voltam às suas profissões quando terminam as "comissões de serviço", nem tão pouco sobre políticos de carreira, num regime em que o eleitor vota numa lista de candidatos onde os "maus" estão "escondidos".

Se Portugal fosse uma empresa era possível que atualmente já não existisse como tal. No entanto, não há culpados pelo estado a que a se chegou. Neste domínio da responsabilização, as diferenças para o caso Enron são abissais.

É, pois, imprescindível que se apurem responsabilidades e, sendo caso disso, se punam eventuais comportamentos fraudulentos. Para que o futuro não seja a repetição do passado e, de modo particular, para não voltem a ocorrer "festas" à revelia de quem as tem de pagar.

José António Moreira
2012-04-26

FRAUDE, MODELOS & CULTURA

O modelo conceptual mais conhecido para explicar a problemática da fraude é o Triângulo de Fraude. Este modelo assenta em três vectores, e indica que a prática de fraude é mais provável quando há um Motivo para perpetuar o acto, aliado a níveis de controlo e supervisão deficientes, o que gera uma Oportunidade, e colmatado pela capacidade de Racionalização do prevaricador em relação ao acto praticado (que geralmente é a base para comportamentos reincidentes). Este modelo é complementado por alguns autores (1) com um quarto pilar: a Capacidade auto-percebida pelo prevaricador para praticar o acto fraudulento, o que muda a geometria do modelo de um triângulo para um diamante (uma imagem sugestiva para alguns).

O combate a fraude passa, geralmente, por atacar cada um destes pilares do modelo, por forma a reduzir a probabilidade global de ocorrência de fraude.

Considero, no entanto, que há um elemento muitas vezes negligenciado, com uma influência preponderante: a Cultura.

É imediato que o modelo conceptual, com os seus três ou quatro pilares, está embebido num caldo cultural em que os vários agentes (pessoas) se movimentam. Óbvio também será que a mudança deste caldo é tarefa que assusta. Mas que urge, especialmente nos tempos que correm.

A fraude, já aqui o escrevi anteriormente, não passa somente pelo empossamento indevido de bens ou serviços por parte de um prevaricador em prejuízo de uma empresa, um individuo ou mesmo um Estado. É algo que causa um forte impacto na vida de cada um dos cidadãos, não só a nível económico, mas também a nível social. Tentei mesmo aqui cunhar um termo (auto-fraude) que pretendia levantar as consciências para a forma como o futuro de cada um é, muitas vezes, comprometido pelos seus actos presentes.

A fraude é uma falência ética, em toda a linha. É um fruto de consciências sobre-individualizadas, sobretudo interessadas com o seu bem-estar

imediato e superlativo, filhas de uma linha de pensamento que privilegia a ganância, a dissimulação e a desresponsabilização em relação a tudo o que não seja o seu próprio umbigo.

O caldo cultural a que chegámos (e que bem se reflecte na sempiterna crise) é de um afastamento fatal entre o indivíduo e a Res Publica, de uma separação mortífera entre a pessoa e a sociedade, de um encolher atroz de ombros em relação a tudo o que não nos diga directamente respeito. Os cidadãos culpam o Estado e as Empresas pela situação a que se chegou (o vulgo 'gatunos'); o Estado e as Empresas culpam as pessoas pela sua irracionalidade, incompetência e incapacidade em gerirem as suas vidas. Somos uma sociedade de descontinuidades entre os seus vários elementos constituintes, de incapacidade comunicativa e sinérgica, com uma rigidez, uma falta de capacidade orgânica bem patente no dia a dia.

E é, parece-me, este o caldo cultural certo para a prática da fraude (repito, não só a 'fraude tradicional'), de todos para todos. Até nada mais haver que defraudar.

Pode parecer um trabalho de Hércules, mas é necessário alterar a Cultura. E a Cultura passa pela ética, de pessoas, de empresas, do Estado. Das pequenas às grandes coisas. Do deixar de compactuar com os emplastros que alastram pelas empresas e pelo Estado a minar qualquer possibilidade de produtividade; do parar de consumir estupidamente como se fora um ritual religioso; do deixar de achar graça ao chico-esperto que consegue engrolar o Fisco; de se falar quando se discorda de algo, de se falar quando se tem uma ideia, sem medo de represálias; de se ousar ser solidário, verdadeiramente solidário, com quem precisa; de se ligar mais ao que realmente importa na vida e não ter como profissão 'Estou Ocupado'; de se responsabilizar os trabalhadores, dando-lhes condições e autonomia para crescerem, premiando o mérito e penalizando a mediocridade; de as empresas se concentrarem mais em produzir valor acrescentado através das suas especialidades e menos em garantirem dividendos para os accionistas; de se investir a sério em formação, não como uma 'prenda para calar' mas como um factor essencial para o desenvolvimento de competências e valor; de parar de olhar para a realidade como uma luta do 'salve-se' quem puder, do curto prazo, e de começar a pensar estrategicamente e com uma visão de longo prazo; de deixarmos de ter memória curta, e de justificarmos continuamente as nossas acções (ou não acções) através do apagamento progressivo

e selectivo do passado; de pensarmos e assumirmos que as nossas acções têm um impacto real no futuro, no nosso e no dos nossos filhos.

É na Cultura, acredito, que está a real chave para uma verdadeira mitigação, sustentada, não só da fraude, mas também da crise que atravessamos. Mais que económica, esta crise é cultural. A economia capitalista sem uma cultura adequada sobre a qual se sustente há-de ser sempre uma montanha russa, com tendência para se transformar em roleta russa.

É, portanto, na Cultura, que se devem enfocar os maiores esforços no combate a fraude, ao nível das empresas e do Estado, mas sobretudo ao nível de cada um de nós (e daqueles que nos rodeiam). Caso contrário, estaremos sempre a correr atrás do prejuízo.

NOTAS

1. Ver http://www.nysscpa.org/cpajournal/2004/1204/essentials/p38.htm

Pedro Santos Moura
2012-05-24

NÓS SIMPLESMENTE NÃO FAZEMOS

Que mania temos de dizer que a culpa é dos outros. Não raras vezes somos bem capazes de dizer: "são todos iguais...", "estes gatunos, que nos andam a roubar,...", "é sempre a mesma coisa..." e por aí adiante.

Mas nós somos aqueles que, sem qualquer problema ou peso na consciência, ficam bem sentados no sofá, a criticar, a opinar, a falar mal. Mas do que de nós depender nada muda, nada acontece.

Se a vida nos corre mal, a culpa é dos outros, mas se a vida nos corre bem, de certeza que não foram os outros que nos ajudaram.

Nós acreditamos na justiça até ela se aplicar a nós ou acharmos que foi mal aplicada. Aí, aqui del-Rei que a justiça é só para os outros, só condena quem não deve, e quem deve é sempre ilibado.

Na verdade nós não fazemos nada de mal. Mas o problema é que também não fazemos nada de bem. Nós simplesmente não fazemos.

Aqueles que fazem, certamente mal, no limite ainda permitem que os advogados trabalhem, que os tribunais fiquem cheios de processos, que os jornalistas tenham sobre o que escrever e que os polícias investiguem,...

Se somos a favor do crime? Claro que somos. E quanto mais hediondo melhor. Na verdade nada fazemos e só criticamos após acontecer.

Afinal quem somos nós? É certo que existe um conjunto de fatores megalómano que nos faz tomar as decisões, mas uma coisa é certa, nós não somos culpados, e isso é bom, muito bom.

Vivemos, diz-se, num país de corruptos, vivemos, diz-se também, num país de malfeitores, vivemos, diz-se ainda, num país de ladrões, de maus políticos, de maus profissionais, de maus pais, de maus filhos,... mas que raio de gente somos nós?

Provavelmente somos o melhor país do mundo para se viver, provavelmente somos os melhores do mundo, provavelmente não somos assim tão maus, provavelmente somos uns mesquinhos, uns ignorantes, uns pregui-

çosos, uns aldrabões, uns seres humanos desprezíveis. Provavelmente não somos nada disso!

Escrevi, de propósito (friso, de propósito), todo o texto na primeira pessoa do plural (nós), mas quem é que se vai incomodar com isso, quem é que vai dizer alguma coisa, quem quer saber? A mim não me aflige. Até gostava de ver se alguém se incomoda com isso. Provavelmente ninguém.

E eu, que estou para aqui a escrever, qual o motivo de não estar a fazer algo diferente do que estar a criticar, a maldizer, a atacar, a rotular como todos fazemos? Boa pergunta. Acho que vou até ao sofá (ver as notícias)!

Nós somos bons no que fazemos, até na *arte* de defraudar.

Henrique Santos
2012-06-06

COITADINHO DO DOENTE

É sobejamente conhecida a vertigem legisladora das nossas autoridades. Descobriu-se um problema na sociedade com um potencial de atração para a fraude? Solução: cobrir a "área" com uma boa dezena de regulamentações, novas leis, novas exigências burocráticas, e por aí fora. Fiscalização da aplicação das mesmas? Bom, depois vê-se... Resultado? Bom, é esse o tópico deste pequeno texto, mas se estão com pressa posso resumi-lo numa palavra: asfixia.

Este texto encerra em si mesmo um grande perigo, pois poderá achar-se que defendo a desregulamentação e logo o facilitar da fraude. Longe disso, obviamente. Mas como diz o ditado popular, nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Claramente, a solução atual também não é boa, ainda mais quando acompanhada de uma deficiente fiscalização. Aliás uma das mensagens que aqui procuro fazer passar é exatamente a de que a solução atual tem um claro efeito bloqueador de quem pretende fazer o seu trabalho. De facto, cada vez mais pessoas olham para a nossa máquina estatal como um conjunto de agentes "dificultadores" da nossa vida. A sensação que se fica cada vez que se tem que dialogar com alguns serviços é a de que se houver alguma maneira de complicar a nossa vida, então certamente eles tratarão de a encontrar. Obviamente, como qualquer afirmação genérica, está aqui muita injustiça para com funcionários que zelosamente se limitam a cumprir as suas obrigações. Não são eles o meu alvo, embora uma cura de bom senso não fizesse nada mal a muitos deles. Os meus alvos são de facto os responsáveis que criam as normas pelas quais eles se têm que reger – são estes os verdadeiros "dificultadores". Na sua voracidade legisladora, certamente imbuída da bondade de precaver fraudes e afins, têm frequentemente o efeito perverso de causar um bloqueio da sociedade que em vez de ser ágil e dinâmica, se torna numa massa amorfa atada a uma teia de regulamentações e leis. Bom e qual a solução então? Não sendo de todo um especialista na área, muito longe disso, julgo que uma melhoria significativa

deste cenário seria conseguida se se investisse um pouco menos em legisladores e se desviasse o dinheiro para a fiscalização e formação adequada dos serviços, nomeadamente para aprenderem a usar um remédio milagroso de muitos problemas – bom senso. Querem um exemplo de falta de bom senso? Aqui vai uma pequena história que ilustra bem ao que chegamos.

Na minha atividade de docência e investigação tenho frequentemente que comprar livros académicos, coisa que normalmente faço usando verbas atribuídas a projetos de investigação que consegui conquistar como resultado do meu trabalho, e que são geridos pelas instituições a que estou associado. Como é óbvio, sendo eu responsável pelos mesmos, tenho todo o interesse em gastar o mínimo de dinheiro nestas aquisições, pois menos custos normalmente representam mais livros. Por razões económicas e também razões práticas a aquisição passa normalmente pela mega-livraria Amazon. Aqui quase tudo se encontra a bom preço e passado 2-3 dias normalmente tenho os livros em cima da minha secretária, prontos para o meu trabalho. A compra "online" nesta "loja" obriga à utilização de cartão de crédito. Por razões que a razão desconhece, mas talvez tenha a ver mais uma vez com alguma fobia controladora de possíveis fraudes, as instituições académicas a que estou associado não possuem cartão de crédito. Com o objetivo de agilizar a ciência que não se compadece com este mundo caracol, os investigadores frequentemente sentem-se tentados a comprar os livros usando o seu cartão de crédito na expetativa de posterior reembolso. Erro crasso! Quando chega a altura do reembolso começa tipicamente o pesadelo. Poderão os leitores pensar que bastaria entregar o recibo da compra, mostrar o livro e adicionar o extrato do cartão de crédito onde se indique o pagamento do montante à companhia. Puro engano. Embora para qualquer comum mortal com um mínimo de bom senso, esses documentos inequivocamente provem que a despesa foi efetuada, a máquina burocrática tens as suas regras e não quer saber de mais nada a não ser essas regras. Como é lógico e natural, a livraria emite um recibo em nome da pessoa que lhe comprou o livro. E aí começa o problema, o recibo tem que vir em nome da instituição e não em nome do investigador. E não interessa que o investigador comprove o pagamento, e que o mesmo só tenha sido efetuado porque a instituição não tem meios para isso, ou que existam documentos a comprovar que o investigador pertence à instituição – não tem o NIF da instituição, não é reembolsável! Portanto, como bons portugueses, lá vamos nós fazer pequenas "fraudes" do género meter o NIF da instituição no campo da

morada do formulário de emissão do recibo. Se aparece lá o número mágico, mesmo que na morada, então a máquina burocrática já pode respirar fundo, saciada com os belos algarismos que a libertam de qualquer ónus de culpa. Aos olhos de qualquer comum mortal isto só tem uma palavra – ridículo. O tempo e dinheiro que as organizações e as pessoas perdem com estes pequenos nadas é absurdo. E o problema é que isto tipicamente leva ao desperdício. Da próxima vez o investigador não está para se chatear e pede para ser a instituição a comprar ela própria o livro, com todo o desperdício de tempo e dinheiro que isso acarreta. Este é, obviamente um pequeno exemplo, mas ele ilustra muitos dos problemas com que as pessoas se deparam na sua inevitável coabitação com estas organizações "controleiras". Coisas muito semelhantes ocorrem em aquisições de outros bens que tipicamente têm que ser realizadas através de empresas creditadas nas chamadas centrais de compras do estado, frequentemente por valores muito mais altos do que se conseguiria obter se se deixasse funcionar o mercado livremente, e coisas por aí fora. Tudo regras certamente criadas por razões muito meritórias e destinadas a evitar fraudes. O problema é o resultado disto tudo – desperdício e mais desperdício, ineficiências e mais ineficiências, e assim andamos entretidos. Dir-me-ão: é chato o justo pagar pelo pecador, mas são os custos a pagar para evitar a fraude. Lamento, mas não compro isso assim tão facilmente. Primeiro, não me parece que o país esteja assim tão isento de fraude, mas depois, e principalmente, porque há outras formas de agir, e nem precisamos de inventar nada de novo, há exemplos de outros países que podemos copiar onde a burocracia não é o pesadelo a que chegamos. Por isso digo, cuidado com os "dificultadores"! Mas atenção, do facilitismo ao laxismo e à fraude também se vai num instante! No entanto, a solução de matar o doente com a cura também não me parece muito boa para o País, e não, não estou a mandar nenhuma indireta às atuais políticas económicas, mas se calhar até dá para enfiar o barrete...

P.S.: Já depois de escrita esta pequena crónica chegou-me um editorial da instituição de investigação a que pertenço que ilustra de forma perfeita o que está a acontecer à ciência em Portugal com esta nova fobia "dificultadora". Aqui fica o endereço para se entreterem com uma outra visão do problema: http://bip.inescporto.pt/127/editorial.html.

Luís Torgo
2012-06-14

O RAIO DOS MERCADOS

1. É preciso agradar aos mercados! É das frases mais vendidas, embrulhadas em papel de rebuçados. Soa bem, e parece doce.

Se são os mercados que emprestam dinheiro aos Estados, se eles estão a usufruir de uma taxa de juro elevada, se se diz que aquela mede o risco do empréstimo, se os mercados foram obrigados a ter esta nobre função de permitir que todos nós vivamos -– e até possamos alimentar-nos e fazer sexo porque dessa forma organizaram o capitalismo altamente financiarizado e altamente desregulado pelos próprios Estados -– porque não sermos bonzinhos e mostrarmos que somos bem comportados?

E será isso que os mercados esperaram que façamos? Como qualquer padrasto deseja que o enteado se porte bem, que obedeça às suas ordens, que não discuta o seu poder paternal, que faça os deveres de casa que ele e os professores exigem.

Mas esta é apenas a parte simbólica. O principal está na economia, naquele florescente raio de Zeus que se chama rentabilidade do capital.

2. No económico é que está o busílis. Para nós, sócio-dependentes, mas também para os mercados.

Estes estão cansados de procurar novas fontes de riqueza.

Dantes era a exploração do trabalho alheio exigindo-lhes doze ou quinze horas diárias de labor. Depois porque a dignidade humana também existe e aqueles que trabalham também consomem, viraram-se para expropriação das matérias-primas de outros países colonizados ou próximos desse estatuto. Porque estes povos também construíram e exigiram a sua dignidade tiveram que se virar, durante algumas décadas gloriosas para os mercados financeiros.

Estas catedrais de Zeus, permitiu-lhes apropriarem-se dos fundos de pensões, da riqueza que nunca foi produzida, especular sem qualquer regula-

ção, ocupar postos destacados no aparelho de Estado, gerar o maior fosso de sempre na distribuição do rendimento.

Mas não é que se lhes atravessou no caminho a crise, essa manifestação inoportuna das incongruências do sistema que eles próprios criaram? Então especulou-se com o petróleo, com os produtos alimentares -– também para isso é que há os mercados de futuros! -– e, quando já parecia que não havia mais para onde se virarem surgiu, pela ordem natural da vida, os empréstimos aos Estados. É verdade, pela ordem natural da vida, a partir do momento em que os bancos especuladores mal geridos, roubados, têm que ser salvos pelos Estados, isto é, que o capital bancário pode fazer todas as tropelias porque se estiverem para falir serão salvos pelo dinheiro dos cidadãos, mesmo dos que nem têm dinheiro para pôr no banco, tudo parece salvo na rentabilidade do capital. Como diz William Black "a melhor maneira de roubar um banco é possuir um".

As dívidas soberanas são o último (ultimo porque actual, porque é sempre possível encontrar novas soluções nem que os pobres tenham todos que morrer) reduto destes "pobres" mercados que tanto se têm esforçado para agradar a Zeus.

3. Retomemos o fio da meada depois deste devaneio histórico. O que é que os mercados podem esperar dos Estados para garantir a rentabilidade do capital? Em primeiro lugar que a dívida seja paga. E para tal é importante que se reduzam as despesas, que o dinheiro emprestado tenha aplicações que deem uma rentabilidade superior aos juros que têm que pagar, que todo o dinheiro que circule no país seja bem empregue, não seja desviado.

Isso mesmo, que não seja desviado para cofres particulares, para negócios ilícitos, para jogos que não criam riqueza.

É verdade a corrupção, todos os esquemas de fraude, o branqueamento de capitais, a fuga ao fisco, a economia paralela, legal ou ilegal, são elementos perigosos para a dita rentabilidade do capital. Os exemplos são conhecidos de todos.

Logo agradar aos mercados parece passar por combater a corrupção, atenuar a economia paralela, castigar severa e exemplarmente todos os traficantes de vilania encoberta, actuando sozinhos (o que é raro) ou inseridos em redes criminosas internacionais.

Eis também o que deveria ser feito para agradar aos mercados.

4. É lógico, mas parece não ter nada a ver com a realidade que vivemos: a parte da economia paralela associada à fuga ao fisco aproxima-se dos

25% do produto nacional, mas as medidas tomadas pelo governo tendem a agravá-la; o acentuar das desigualdades sociais que se tem praticado pode favorecer a economia ilegal; a corrupção continua a aumentar, numa tendência que já vem dos anos mais recentes, e permite-se que corruptos comprovados andem à solta e ocupem cargos públicos. A legislação existente é frequentemente mais permissiva que repressiva da fraude.

5. O que está errado no que dissemos? Porque é que nunca se fala em combater a corrupção para agradar aos mercados? Porque é que se amplia a economia paralela em vez de a minorar? Porque é que não se reprime o branqueamento de capitais e se esquece as grandes fraudes fiscais desde que sejam pagas? Porque não se tomam medidas firmes contra os *offshores*?

Deixem-me lançar um palpite. Porque os próprios mercados, máscara do capital financeiro com rostos de instituições e pessoas, se alimentam de todas essas vilanias. Se os actores dos mercados não tivessem praticado tantos crimes, com o Estado contemplativo a virar as costas para não ver, se não fugissem tanto aos impostos, muita da actual situação não seria vivida.

6. Como diz Gayraud (*A Grande Fraude: crime, subprime e crises financeiras*) "o mau capitalismo destrói o bom capitalismo; os maus capitalistas expulsam os bons capitalistas No curto prazo o «mau» é sempre mais rentável, pelo menos para os seus conceptores. A médio prazo é sempre destrutiva do interesse público. As fraudes podem influenciar significativamente o funcionamento dos mercados"

E porque não terminar recordando um presidente dos Estados Unidos da América, durante décadas amado e que hoje poderá ser considerado um perigoso elemento de uma seita de esquerda? Dizia Roosevelt em 1936, após à grande crise de 1929/33: "Agora sabemos que é tão perigoso ser governado pelo dinheiro organizado como pelas máfias organizadas"

Carlos Pimenta
2012-06-28

ESCÂNDALOS EMPRESARIAIS E ENSINO EM GESTÃO

Nas últimas décadas têm-se multiplicado os escândalos financeiros e empresariais, entre os quais o da Enron continua a merecer lugar de destaque. A universidade não se tem alheado destas questões. Nas escolas de gestão, em grande medida como consequência daqueles escândalos, o estudo e ensino da ética e da responsabilidade social empresarial têm-se desenvolvido fortemente nas últimas décadas. Isto porque tendo muitos dos perpetradores dos crimes que estiveram na origem desses escândalos sido educados nelas, essas escolas foram parcialmente responsabilizadas. Para alguns, os educadores dessas escolas seriam, na melhor das hipóteses, culpados de providenciar o ambiente em que as Enrons do mundo se poderiam refugiar e florescer, ou, na pior das hipóteses, culpados de cumplicidade no comportamento criminoso daquelas.

Todavia, há quem argumente que responsabilizar essas escolas corresponde a sobrestimar grosseiramente a influência que a educação por elas fornecida teria nos indivíduos, assumindo que os valores destes se formam e consolidam muito antes de os professores do ensino superior terem alguma possibilidade de os afetar. No entanto, há estudos que dão conta de uma efetiva influência da educação universitária. Num dos mais recentes estudos sobre o tema, com o título "The Purpose of the Corporation in Business and Law School Curricula" (O objetivo da empresa nos conteúdos programáticos das escolas de gestão e direito), Darrell M. West, da prestigiada Brookings Institution (www.brookings.edu), conclui, entre outras coisas, que a educação oferecida nas escolas de gestão e de direito afeta de facto as visões do mundo, uma vez que a probabilidade de os estudantes considerarem a criação de valor para os acionistas como sendo o objetivo primordial de uma empresa é maior após terem concluído os seus estudos.

Pode muito bem ser verdade que o sistema capitalista conduz a uma perda de ligação com a natureza, os outros e a comunidade, e que, devido às

suas características e ao seu modo de funcionamento, a noção de responsabilidade perante os outros e a comunidade, na qual se baseia a ética, não só não tem condições para florescer, como, pelo contrário, vai esmorecendo. Mas isto não nos deve impedir de reconhecer o papel que tem vindo a ser desempenhado pelas escolas de gestão na promoção de determinado tipo de valores e de atitudes e do papel que elas poderão vir a ter na alteração destes. A verdade é que tais escolas moldam a identidade, perspetivas e aspirações dos indivíduos que se irão tornar atores influentes em organizações poderosas e, por isso, elas são corresponsáveis pela definição dos objetivos últimos das empresas e dos meios através dos quais se tem procurado atingi-los.

A este propósito, é importante referir um importante livro de Rakesh Khurana, publicado em 2007 pela *Princeton University Press*, com o sugestivo título "From higher aims to hired hands" (De objetivos elevados a mercenários). Nesta obra, através de uma análise das escolas de gestão nos EUA, Khurana mostra como esta instituição (a escola de gestão), criada para legitimar a gestão, se tornou, através de um abandono do projeto de profissionalização que lhe deu a direção e ímpeto iniciais, um instrumento que promove uma diminuição da legitimidade da gestão. Este autor mostra como essa história revela uma dissociação das práticas das escolas de gestão relativamente a uma missão que se centrava inicialmente na profissionalização da gestão, a qual ainda hoje é considerada como acarretando um propósito social. Neste processo, deu-se a substituição de uma narrativa da gestão enquanto profissão, em que se colocava os gestores no centro da empresa e se fazia deles os principais elos de ligação entre as preocupações mais estreitas do negócio e as preocupações mais latas da sociedade, por uma visão em que domina a ideologia da primazia dos acionistas e os gestores são pensados como meros agentes, falíveis e corruptíveis, dos acionistas. Khurana enfatiza a importância de um retorno à narrativa da gestão como profissão.

A ênfase excessiva nos mecanismos de mercado e nos preços das ações das empresas por parte das escolas de gestão impediu-as de ensinar aos estudantes que um gestor é, por inerência, mesmo que não o perceba nem assuma, responsável por bastante mais do que a criação de valor para os acionistas. Aos educadores nas escolas de gestão deve ser exigida a consciência de que uma das mais importantes mudanças sociais e económicas ocorridas nos últimos 50/60 anos é a de as modernas sociedades já não serem principalmente sociedades de indivíduos, se é que alguma vez houve tal tipo

de sociedade, mas antes sociedades de poderosas organizações, de que são exemplo principal as empresas. Quando um elemento da sociedade atinge o nível de influência dominante que caracteriza as modernas empresas, tal influência vem com responsabilidades comensuráveis para com as sociedades de que fazem parte. A consciência de tais responsabilidades deve ser transmitida aos futuros líderes e profissionais nas escolas de gestão.

Por isso, é imprescindível atenuar os efeitos perniciosos da hegemonia de visões adotadas da ciência económica, de que são exemplos a economia dos custos de transação, a teoria da agência ou ainda a hipótese da eficiência de mercado. Estas abordagens oferecem modelos do comportamento e natureza humanos e do comportamento das empresas, o qual é subordinado ao seu objetivo fundamental, a saber, a maximização do valor para o acionista, que nos impedem de ver que nas sociedades atuais as relações humanas nos aparecem como relações entre coisas e nos tornam ainda mais fechados à presença dos outros envolvidos na produção daquilo que consumimos.

Defende-se neste texto uma indispensável reorientação do ensino em gestão no sentido de olhar para as empresas e para a economia em geral como uma área de interesse, em vez de como uma forma de obter um emprego. Isto possibilitaria alguma espécie de necessária libertação da capacidade de estimular linhas de pensamento e análise críticas do papel da empresa e de outras organizações na sociedade. Embora tal reorientação não garanta que as escolas de gestão se tornem mais interessadas em questões como as dimensões e consequências sociais das empresas ou em desenvolver, promulgar e impor normas de conduta ética, ela afigura-se como uma condição necessária, embora não suficiente, para que tal aconteça.

Nesta perspetiva, inculcar um sentido de responsabilidade pelos impactos de natureza económica, social e ambiental das decisões tomadas ao nível da gestão das organizações nos futuros profissionais deveria ser considerado uma das preocupações principais na educação em gestão. Para que tal suceda, torna-se indispensável o compromisso por parte dos educadores em fazer da responsabilidade social e ética nas empresas um aspeto fundamental da conceção dos conteúdos e do seu ensino.

Manuel Castelo Branco
2012-07-05

O SEXO, A IGREJA E A FRAUDE

Se por vezes falar de sexo no seio da Igreja Católica se cinge à função de reprodução, e quanto muito dos afetos, falar de fraude é mesmo pecaminoso.

Podia dizer que o sexo está para a Igreja, como a fraude está para Lei. Andam ali à volta mas não resolvem nada! Parece que é algo do outro mundo, que ninguém faz, que ninguém sabe como é, mas todos dominam.

A relativa ousadia do parágrafo anterior mais não é que um abanar de dogmas e de paradigmas.

Conhecer e falar sobre a fraude é sobretudo consciencializar, demonstrar não como se faz, mas como se pode e deve evitar. E nisso nós somos muito pouco competentes.

No sexo, por variadíssimas razões, ainda se minoram os seus "efeitos adversos" com o uso de métodos contracetivos, da qual se destaca o preservativo (não na ótica da Igreja Católica, saliente-se). Mas na fraude ainda andamos na busca do Kamasutra, e os preservativos que vão surgindo, diga-se de passagem, já estão bem rotos (desculpem a franqueza).

Se a Lei disser: "é proibido ter mais filhos" alguém deixa de fazer sexo? É o que acontece com a Fraude. A Lei diz: "é proibido cometer fraude", alguém liga a isso?

Não tenho a mínima dúvida que o combate e a menorização da prática da fraude derivarão de uma maior consciencialização ética de todos. É um percurso lento e doloroso, que vai fazendo as suas vítimas, mas é indubitável que é o melhor caminho, em parceira com outras atitudes. Penalizar sem a consciência de que se fez mal, ou pior, levar a pensar a quem foi condenado que ele foi o único num mundo em que todos o fazem e só o próprio foi penalizado, só o revoltará mais e levará a perpetrar outros atos de igual índole no futuro.

Aqui o papel da Igreja é de inegável valor, mas não pode simplesmente chegar, e, do altar dizer (como aconteceu há anos): "atenção, fugir aos

impostos é pecado". Provavelmente ainda haveria quem mudasse de credo, ou simplesmente assumisse da religião aquilo com que apenas mais se identificasse, o resto seriam pormenores que alguém ali os colocou.

A Igreja Católica tem um novo problema em mãos. A questão sexual já não deve ser o tabu no tratamento de assuntos diretos com os seus fiéis. Esse é um problema que, provavelmente, nunca o chegou a ser. Agora a fraude, essa sim, cuidado, ela de facto reproduz-se muito vertiginosamente e a dificuldade que impera é o facto dos métodos contracetivos serem aqui extremamente falíveis e escassos, numa realidade em que as orgias são a palavra de ordem.

A consciencialização que a fraude a todos afeta é um bom princípio para que comecemos a saber contribuir com a nossa parte.

Nós só nos indignamos quando nos metem as mãos nos bolsos, e não precisamos de ser roubados na rua, por um ladrão de meia tigela. Basta abrirmos a caixa do correio e pegar na carta das finanças com a nota de liquidação do IRS. Das duas uma, ou ficamos indignados porque fomos vítima de fraude (se ainda não tínhamos feito os cálculos aquando da entrega da mesma), ou, no mínimo, admitimos que somos um defraudadores.

São necessários mais comentários, quando de seguida vimos o que se passa com o nosso estado social? Bem me parecia.

Faça o teste da visualização da nota de liquidação do IRS. Talvez conclua que nem a penitência de rezar meia dúzia de avé-marias lhe salve a alma, ou então descobriu que tem muito haver em matéria de reconciliação com Deus e com os seus filhos.

Lembro que as indulgências não estão lá para quem as quiser. Não não.., estão lá para quem as puder comprar!

Depois disto ainda vou ser excomungado...

Henrique Santos
2012-08-09

ATRIBUA-SE UMA CARA AO ESTADO

1. Segundo a teoria do bom selvagem, o homem nasce por natureza bom e bem formado; é à sociedade que se deve imputar as culpas da sua corrupção.

Mais do que esta tese, defendida primordialmente por Jean Jacques Rousseau, intriga-me a sua antítese. Interrogar se o homem nasce realmente bom e bem formado por natureza é tópico que extravasa este texto, mas já compreender o papel da sociedade sobre o comportamento ilícito do ser humano interessa de sobremaneira ao estudo da fraude e da corrupção.

É óbvio que o homem isolado não pratica fraude nem corrupção, pelo que a existência de sociedade é condição sine qua non da prática destes atos. Mas será também a sua causa e fundamento?

Vale a pena questionar se o contrário do que afirmou Rousseau não será muitas vezes verdade, sobretudo na prática da pequena fraude. O problema não será necessariamente a sociedade, mas a falta de socialização.

2. Entre as funções que têm sido atribuídas ao Estado encontram-se a de disponibilizar aos cidadãos os bens públicos essenciais que o mercado não consegue prover e a de promover a repartição dos rendimentos, necessária ao combate à pobreza e à exclusão social. Esta mediação necessária do Estado no cumprimento de tarefas tão inquestionavelmente nobres e imprescindíveis tem, no entanto, como efeito nefasto a diluição das pessoas concretas, no triangular das relações entre Contribuinte/Estado – Beneficiário/Estado, sem que aquelas se cruzem, tenham caras, nomes e histórias.

A racionalização da fraude ao Estado (sobretudo da pequena fraude fiscal) passa, assim, muitas vezes pelo anonimato dos prejudicados e pela falta de perceção da sua existência, por parte do prevaricador. Já diz a sabedoria popular que "o que os olhos não veem o coração não sente". E esta atitude tanto prejudica aqueles que, pela sua fragilidade (intrínseca ou circunstancial), estão dependentes do apoio estadual, como aqueles que

contribuem honestamente, com o seu esforço patrimonial, para que seja possível ao Estado disponibilizar esse apoio.

3. Ora, este aspeto conduz-nos ao problema da censura à fraude contra o Estado, ou, paradoxalmente, à falta dela.

N´A República, de Platão, a personagem de Glauco defende que nenhum homem seria incorruptível, se tivesse a certeza de não sofrer qualquer sanção pelos seus atos. Como exemplo, Glauco narra a história de Gyges, um pastor que encontra um anel que o torna invisível. Sem ninguém para controlar o seu comportamento, Gyges deixa-se corromper pelo poder que detém e acaba por cometer adultério com a mulher do rei, ataca-o com a ajuda desta, mata-o e assume o seu lugar no reino.

É deveras interessante notar que, no exemplo de Platão, a impunidade não surge associada à mera ausência de punição pelo aparelho do Estado (ou da Polis), mas a uma verdadeira invisibilidade. Esta invisibilidade justifica-a o próprio autor, quando posteriormente defende que para averiguar da existência de valor autónomo no comportamento honesto tem de se retirar ao homem honesto a sua reputação de honestidade, que lhe traz honra e recompensas.

4. Preocupante é, porém, quando a invisibilidade deixa de ser sentida como necessária, por não haver desonra ou censura social associada ao comportamento corrupto ou fraudulento.

O direito atua e deve atuar para punir comportamentos que põem em causa os bens ou valores fundamentais da sociedade, mas o seu alcance e os meios de que dispõe são limitados. Daí que, dentro da ordem ética ou normativa, se encontrem, a par da ordem jurídica, também as ordens religiosa, moral e de trato social.

E não se despreze o poder sancionatório da censura social como uma das respostas à fraude contra o Estado, por parte dos que por ela são prejudicados: todos os que beneficiam dos serviços disponibilizados pelo Estado e todos os que contribuem para que a prestação desses serviços seja assegurada. O poder sancionatório da censura social à fraude pelo Estado, esse que se manifeste pelas vias legítimas dos tribunais e do controlo democrático.

Mariana Costa
2012-08-16

DUAS COMÉDIAS DO MESMO DRAMA

21.000.000.000.000 DE DÓLARES

Um estudo recente da Rede de Justiça Fiscal (TJN) com sede em Londres calculava que a fortuna privada depositada em 2010 nos paraísos fiscais oscilava entre 21 e 32 biliões de dólares dos Estados Unidos. Biliões portugueses, triliões anglo-saxónicos.

São números demasiado elevados para termos uma percepção clara do seu significado quantitativo. Alteremos as referências para nos apercebermos melhor:

- Recorde-se do Monte Everest com os seus quase nove quilómetros de altitude, desafio máximo dos alpinistas. Coloque ao seu lado um monte de notas de 100 dólares. A altura desse monte corresponderia a 45 mil milhões. Enfim os valores acima referidos correspondem a um monte de notas de 100 dólares com a altura de 460 montes Everest, no mínimo, e de 702, no máximo.
- No caso extremo essa riqueza privada nos paraísos fiscais corresponde a metade do produto mundial nesse mesmo ano, de 2010, e a duas vezes o PIB de toda a União Europeia. Como grandes países são pequenos ao lado desta liquidez privada: todo o rendimento criado durante um ano nos EUA andará apenas por 45 a 70% daqueles valores.
- As origens dessas fortunas são diversas. Algumas delas obtidas legalmente, muitas outras ilegalmente, quase todas actuando de forma a fugir à obrigações fiscais. Vamos admitir que 20% desse montante corresponde à fuga fiscal. Tomando um valor intermedio resultaria desse pressuposto que cinco biliões de dólares andariam rindo dos Estados e dos cidadãos dos diversos países. vinte e três vezes o produto português desse mesmo ano medido pelo Banco Mundial (PIB nominal à taxa de câmbio do mercado). Isso mesmo 23 vezes!

*
* *

– Oh compadre, estou todo baralhado com estes números! Contudo, há coisas de que me percebo e até me põem mal disposto.

– Perante estes valores percebemos porque os offshores são a hipocrisia do sistema. Os políticos falam em "acabar", "regular", "controlar" os paraísos fiscais mas todos os dias novos recursos são aí depositados, novas instituições são criadas, novas lavagens de dinheiro se realizam.

– Só veem mal nas coisas. Estão sempre no contra. Não digo que não haja nos paraísos fiscais dinheiro que resultou do tráfico de droga, da comercialização ilegal de órgãos humanos e de outras acções do mesmo tipo, mas também há muito dinheiro ganho honestamente.

– Admito que sim, metendo pelo caminho umas empresas sem funcionários que apenas são intermediárias para operações inventadas…

– Podes não concordar com essas invenções de contabilidade criativa mas olha que até revelam espírito de iniciativa. E nunca te esqueças que muitas dessas criações de empresas e a própria utilização dos paraísos fiscais são legais. Totalmente legais. Cada pessoa ou empresa tem o direito de fazer o seu planeamento fiscal.

– Oh compadres, continuo baralhado. Quando o patrão me retém uma parte do meu salário e eu entrego o IRS ninguém me falou em planeamento fiscal. Tinha direito a isso e não sabia?

– Dizes que muitas dessas operações são legais, nos países de origem e nos paraísos fiscais. Mas é isso que me assusta porque revela que também estamos a ser governados por Estados que são coniventes com as más práticas comerciais, com a falta de ética, com a ausência absoluta de transparência. Em vez de serem os Estados a regular e a fiscalizar são eles que são regulados e fiscalizados.

– Oh compadres, o que vossemecês estão a falar tem alguma coisa a ver com o recente perdão fiscal e a ridícula taxa de imposto atribuída?

– O que é legal é legal. Ponto final.

FALCIANI EM GENEBRA

Hervé Falciani trabalhava no sistema informático do banco privado HSBC em Genebra, um dos poderosos bancos situado na maravilhosa Suíça, um dos

países onde o segredo bancário é sagrado. É um dos mais antigos paraísos fiscais.

Muito do dinheiro ganho, de qualquer forma, na Europa se encaminha para lá: é um Estado soberano antigo, é opaco às informações financeiras, há facilidades de transferência bancária e no caso de qualquer dificuldade é um pulinho em qualquer meio de transporte.

No exercício das suas funções profissionais Falciani tinha acesso a todas as contas bancárias. Resolveu um dia roubar essa listagem de clientes e movimentos. Decorria o mês de Outubro do ano pré-crise de 2006.

Dilemas morais? A resolução consciente entre ser cumpridor das suas funções informáticas e denunciar a lavagem de dinheiro e a fuga aos impostos? Nada disso. Nem se poderá invocar o ditado "quem rouba a ladrão tem cem anos de perdão" porque o seu sonho era, assim parece, ser igual a eles.

Uma história rocambolesca que acabou com a posse dessa base de dados pelo governo francês, seguindo-se uma batalha legal entre a França e a Suíça.

Segundo as notícias conhecidas alguns escândalos financeiros e fiscais envolvendo figuras gradas, incluindo o então Presidente da República de França, foram descobertos a partir dessas informações. Também segundo essas mesmas notícias o governo francês "enviou cópias para todos os países com quem tem tratados de cooperação fiscal e que as solicitaram".

***

– Não está certo, o Falciani quebrou as regras do exercício das suas funções, o seu código deontológico.

– Não sei se esse código está oficialmente estabelecido, mas nos dias de hoje a segurança e liberdade de todos nós depende muitíssimo do comportamento dos gestores dos sistema informáticos.

– Oh compadres, o que eu gostava de saber, é se essas informações dadas pelo governo francês também chegaram a Portugal e o que é que isso permitiu descobrir…

Carlos Pimenta
2012-09-13

SEGURANÇA SOCIAL: UM "ESQUEMA DE PONZI" EM NOME DA SOLIDARIEDADE

No meu caso, as leituras de Verão catalogam-se em dois grupos principais: o das que foram leves como a brisa marítima, refrescantes e retemperadoras; o das que, embora importantes, foram pesadas e me deixaram a pensar, contribuindo para um certo desassossego pessoal.

O livro "The Coming Jobs War" (Gallup Press, 2011), de Jeff Clifton, enquadra-se neste segundo grupo. Partindo da discussão da incapacidade da economia mundial em gerar empregos que cubram as atuais necessidades, o autor aborda as consequências que essa incapacidade tem a vários níveis, nomeadamente, para o caso dos Estados Unidos, na sustentabilidade do sistema de segurança social. Alerta para os riscos sociais subjacentes ao facto desse sistema estar próximo de furar uma barreira perigosa que é a de baixar dos atuais três contribuintes por pensionista, considerado como o ponto mínimo de sustentabilidade.

Senti um calafrio, num dia de calor. Pensei no sistema de segurança social português. Fui certificar-me, recorri às estatísticas disponíveis. O quadro seguinte mostra a situação que encontrei.

Pensionistas							
Anos	Total	SS	CGA	Anos	Total	SS	CGA
2000	55,6	47,5	8,2	2006	58,4	49,0	9,4
2001	55,7	47,5	8,2	2007	59,0	49,5	9,5
2002	55,8	47,4	8,3	2008	59,9	50,1	9,8
2003	56,2	47,5	8,7	2009	61,3	51,2	10,1
2004	57,2	48,3	9,0	2010	62,2	51,9	10,3
2005	57,8	48,6	9,1				

Observações: SS = Segurança Social; CGA = Caixa Geral de Aposentações
Fonte: Pordata. Pensionistas em % da população activa: total, da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações.

Panorama assustador. Em 2010, a proporção "contribuinte por pensionista" era de apenas dois contribuintes por cada 1,3 pensionistas. Mas, tão ou mais assustador, é a evolução que essa proporção tem verificado. Tudo o mais constante e supondo que esta continua a crescer para futuro ao ritmo atual de 1,5% ao ano, dentro de cerca de 30 anos a proporção (total) terá baixado para um contribuinte por pensionista.

Porém, como se tudo isto não fosse suficientemente assustador, dois elementos adicionais tornam o cenário tenebroso: por razões demográficas e de crescimento do desemprego, o número de novos contribuintes para o sistema tenderá a crescer muito lentamente ou, mesmo, a decrescer; em contraste, a esperança média de vida da população contribuirá para o aumento do número de pensionistas a uma taxa superior à da entrada de novos contribuintes.

Nestas condições, a não ser que o orçamento do Estado consiga financiar o défice do sistema de segurança social – o que não será o caso – o sistema não será sustentável a relativamente curto prazo. No limite, se pura e simplesmente não colapsar – porque os governos podem, sempre, ir alterando as "regras do jogo" –, as pensões que o sistema pagará irão ser tão residuais que deixarão de cumprir o objetivo que lhes está subjacente, isto é, permitir a sobrevivência dos reformados.

Um sistema como o português, exclusivamente baseado na distribuição das contribuições recolhidas – dito sistema de solidariedade –, consubstancia um verdadeiro "esquema de Ponzi". Quem está no topo da pirâmide (os pensionistas) só recebe na medida e enquanto existirem contribuintes; estes, por sua vez, se não existirem novos entrantes no esquema, ou se forem em número insuficiente, quando chegar a sua vez de serem pensionistas pura e simplesmente não terão direito a receber qualquer compensação, por muitos que sejam os anos de contribuição.

Não fosse este tipo de esquema gerido pelo Estado, e portanto suportado por lei, e os respetivos mentores estariam neste momento na prisão, ou em vias de lá irem parar, por defraudarem os aderentes ao sistema.

Nestes últimos dias muito se falou (e ainda fala) de um enorme aumento da "taxa social única" a cargo dos contribuintes do sistema. Sem uma alteração deste, que passe a contemplar uma componente de capitalização individualizada, retirada das contribuições de cada participante, esse aumento consubstanciará um efetivo aumento de impostos, ao mesmo tempo que é

um modo de (continuar a) defraudar as expetativas daqueles que ainda não chegaram ao topo da pirâmide do esquema.

A solidariedade tem de ser um princípio básico da vida em sociedade. Não pode, no entanto, ser a cobertura para situações de injustiça inter-geracionais. Do mesmo modo que se defende – e bem – que não se devem sobrecarregar as gerações vindouras por via do endividamento que o Estado atualmente contrai, também não se pode, em nome da proteção das gerações atuais de reformados, desproteger, inapelavelmente, as atuais gerações de contribuintes, futuros reformados. Pode ser difícil encontrar um ponto de equilíbrio, mas tem de ser conseguido. Em nome do presente, e do futuro.

José António Moreira
2012-09-20

A TEORIA DA RELATIVIDADE DA FRAUDE

Na vida (e na morte, quem sabe) tudo é relativo. E se tudo é relativo, também a fraude o é.

O que hoje é fraude, amanhã já pode não o ser. O que ontem foi fraude, talvez hoje não o seja mais. Neste prisma, podemos mesmo exemplificar com a evolução legislativa e, portanto, dependemos desta para saber se determinada ação é, de facto, considerada fraude, ontem, hoje ou, quiçá, amanhã. Estamos perante uma relatividade temporal (não legislativa).

O que é considerado fraude em Portugal pode não o ser em Marrocos, ou o que é considerado fraude na Bélgica pode não o ser no Mónaco ou em Andorra. Estamos perante uma relatividade geográfica (e não só).

Depois, há ainda aquela fraude que é vista aos olhos de uns como o sendo (sentindo-a como tal), e aos de outros como não o sendo, mediante crenças, usos e costumes. Estamos pois, perante uma relatividade psicológica da fraude (baseada na perceção de cada um).

Mais à frente, encontramos aqueles para quem a fraude é um meio para atingir os fins (sempre dignos e superiores), e outros para quem, independentemente dos fins (mais ou menos dignos, mais ou menos importantes), a mesma nunca será um meio, e jamais um fim. Aqui fala-se da relatividade funcional da fraude. É fácil perceber a razão (verificar se a fraude funciona, ou não, como um meio).

Lá para o fim, surge aquele ato que classificamos como fraude (quando nos interessa), e exatamente o contrário quando não nos interessa. Isto é, classificamos um ato como sendo fraude quando vamos ser prejudicados com o mesmo (ou não vamos ser beneficiados), e classificamos o mesmíssimo ato como não sendo fraude, quando isso nos é mais vantajoso ou menos penoso. Aqui estamos perante a relatividade egocêntrica da fraude, quase equivalente à velha máxima "o que é meu é meu, o que é teu é meu".

Estamos pois (desculpem a generalização), a relativizar a fraude, tal como o fazemos com a democracia. Recorrendo mais uma vez ao discurso metafórico, não preciso de ir mais longe: Dizia o pai do amigo de um amigo meu: "*Não há ninguém que seja mais a favor da democracia do que eu, e na minha casa é a democracia que reina, desde que façam tudo o que eu quero...!*"

Como certamente já perceberam, tudo o que foi escrito anteriormente não faz qualquer sentido, não tem lógica, nem aderência à realidade! Pior,

é um conjunto de barbaridades mor, que mais não pode significar do que alguém não ter nada para fazer. Até prejudica os que vão ler o texto, é algo que não acrescenta valor. Certamente servirá só para [des]valorizar quem o escreveu.

Pois têm razão, é este o silêncio da fraude que todos os dias nos entra na pele e, pior, que todos os dias nos sai dela. Isto sim, é a fraude... não faz sentido, não tem lógica, mas existe!

– Calem-se?!

Fez um gesto estranho com a face, como quem estivesse a estranhar a expressão. Continuou a magicar e a encarar a realidade com a mesma ilusão que ia construindo à sua frente. Preferiu ir ao circo, que fazer parte dele!

Será que estar na plateia do circo também não será fazer parte dele? Pensou.

Henrique Santos
2012-10-05

RACIONANDO COM ÉTICA OU ÉTICA RACIONADA?

"A história mostra que quando emerge um conflito entre a ética e a economia, a vitória é sempre da economia." (B. R. Ambedkar – jurista Indiano, n. 1891 – m. 1956)



In http://patriciaguinevere.blogspot.pt

A divulgação do parecer do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV) sobre um modelo de deliberação para o financiamento do custo dos medicamentos gerou um aceso debate sobre se deve ou não ser racionado o acesso a tratamentos mais caros para pessoas com cancro, Sida e doenças reumáticas.

De um lado constam os 'indignados' que denunciam se estar perante um "absurdo moral e constitucional" (António Arnaut), consubstanciado num parecer que é "redutor e desumano" refletindo a ideia de que "o mais barato é o doente morto" (José Manuel Silva – Bastonário da Ordem dos Médicos), redigido por um "Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Morte" (Manuel Vilas Boas – porta-voz do Movimento dos Utentes do Serviço Nacional de Saúde).

Do outro posicionam-se os 'racionalistas', alertando para "o simplismo primário de muitas ... reacções [que] não quer[em] ver o óbvio... [de que] os recursos são limitados" (Francisco Sarsfield Cabral), sublinhando que "não se trata de uma questão de racionamento do acesso aos cuidados de saúde, mas sim de admitir que os aspetos económicos têm de ser tidos em conta na tomada de decisões" (Francisco Ramos – Presidente do conselho de administração do Instituto Português de Oncologia de Lisboa), ou mesmo que "racionalizar é completamente diferente de cortar" (Helena Gervásio – do Colégio da Especialidade de Oncologia Médica, da Ordem dos Médicos), sendo imperativo a adopção de "técnicas de avaliação económica" (Pedro Pita Barros), numa lógica custo-benefício/custo de oportunidade, enquanto mecanismo de decisão.

Sendo eu economista de formação, o que mais me intrigou no parecer da Comissão Nacional de Ética para as Ciências da Vida foi o excesso de linguagem e 'racionalidade' económica inerente ao texto – parecia ter sido redigido por um economista e não por médicos e profissionais ligados às ciências da vida, membros de uma comissão de ética.

A lógica do custo-benefício no domínio das ciências da vida (assim como em outras importantes áreas sociais) não é, no meu entender, um conceito ou mecanismo de decisão que generalizado sem mais. Senão, vejamos. O recurso à lógica do custo-benefício pressupõe que:

(1) existe uma forte presunção de que uma ação não deve ser realizada a não ser que os benefícios excedam os custos.

(2) por forma a determinar se os benefícios excedem os custos, é desejável que se exprimam todos os custos e benefícios num denominador ou escala comum, de modo a que sejam comparáveis, ainda que alguns benefícios e custos não sejam transacionáveis no mercado e, por isso, não tenham valores expressos em euros.

No contexto da teoria formal da ética, isto é, do estudo de que ações são moralmente adequadas empreender, entendo que:

(1) existem fortes razões para obstar à monetização de benefícios e custos não transacionáveis no mercado: existem 'coisas' que normalmente não são compradas/vendidas nos mercados – a vida humana! – donde não são susceptíveis de ter um preço em euros.

(2) em diversas areas, nomeadamente a da saúde, podem ocorrer casos em que uma decisão pode ser a correta ainda que os benefícios não compensem os custos: 'o médico fazer tudo que está ao seu alcance e utilizar os

medicamentos mais adequados e a melhor tecnologia ao seu dispor, independentemente do seu custo, para salvar/manter/prolongar a vida do seu paciente'.

Se é para se usar a argumentação 'lógica e racional' do custo de oportunidade associado ao "tratamento envolvido", apontando-se que " ... os recursos usados no pagar desse custo poderiam ser utilizados, por exemplo, em prevenção de problemas cardiológicos, ou rastreio de cancro" (Pedro Pita Barros), é do meu ponto de vista inteletualmente mais rigoroso e honesto que não confine essa argumentação às alternativas dentro do setor da saúde ('menos tratamentos a pacientes com Sida por contrapartida a mais recursos afetos a pacientes com problemas cardiológicos'). Antes, é imperativo que se extravase a noção do custo de oportunidade e análise custo-benefício para outros setores de atividade. Que tal menores gastos com submarinos e tanques XPTO para a Defesa e/ou menos assessores, motoristas e carros de alta cilindrada para os ministeriais e mais recursos para a saúde e para a preservação da vida humana com a dignidade que todos os cidadãos merecem?!

Tenho para mim presente a máxima de Albert Schweitzer, filósofo e médico alemão, que refere que a "Ética é nada mais do que o respeito profundo pela vida", não devendo por isso mudar em nome de uma qualquer conjuntura económica ou política de austeridade.

Aurora Teixeira
2012-10-11

A PROPÓSITO DOS ARMSTRONG: CIDADÃOS DO MUNDO

Parece que os invisíveis líderes globais e que os nossos visíveis líderes políticos, em sintonia, nos têm conduzido a uma sociedade que valoriza o indivíduo em detrimento do todo, ou seja da própria conceção de sociedade. Este abandono humanista que enaltece aquele que fez isto e aquilo e que obscurece os demais, esta filosofia redutora que nega a dependência dos feitos individuais do culminar das ideias e trabalho de muitos, tem conduzido a uma sociedade cada vez mais injusta e parcial.

Mas em que medida é que a elevação do individualismo e da competição pela competição pode abrir as portas à fraude?

1. Claro que a fraude é de quem a pratica mas pode também ser o corolário de uma sociedade que premeia avidamente o sucesso individual e a ambição desmedida. Esta excessiva focalização nos feitos individuais torna banais a esmagadora maioria dos homens, homens que são apontados como perdedores e frouxos, homens que se vão descaracterizando … e afinal é a humanidade que se vai esvaziando.

A competição pela competição pode chegar ao ponto de, com forte probabilidade, todos os competidores praticarem fraude. Ou seja, sem ela, nem sequer estariam em condições de competir. Exemplo é o recente caso em que Lance Armstrong é acusado de dopagem planeada assim como (parte) da sua equipa. Esta acusação parece estar fortemente baseada em depoimentos de ex-colegas que acrescentam que esta é uma prática corrente e extensível à maioria dos ciclistas. É a abordagem "ganhar a todo o custo". A União Ciclista Internacional, UCI, após analisar o relatório da agência antidopagem dos EUA, *US Anti-Doping Agency – USADA*, esta última responsável pela irradicação de Armstrong, retirou formalmente os títulos a Armstrong, em particular os resultantes das sete consecutivas e extraordinárias vitórias na volta a França de 1999 a 2005. Armstrong terá desistido de lutar pela sua inocência neste caso. Não sendo necessariamente uma

assunção de culpa, deixa no entanto a sua posição mais fragilizada. É muito interessante a posição já há algum tempo assumida pelo diretor da volta a França que terá negado a possibilidade de reatribuir aos segundos classificados as vitórias de Lance. Em tanta atribulação, eis uma atitude séria. A melhor forma de abordar o problema será não haver vencedor, até porque os segundos, terceiros e seguintes poderão também eles ter prevaricado.

O lado humano de Lance não pode ser esquecido. Ele próprio vitima de cancro fundou a *Lance Armstrong Foundation* (http://lancearmstrong.com/) com trabalho dirigido às pessoas afetadas por este grande desafio para a sociedade do conhecimento.

2. O sucesso muitas vezes é resultante de influências, agendas pouco claras, jogos de favor, enfim, de potenciadores do próprio sucesso. As pessoas com sucesso são apontadas como exemplo a seguir, exemplo de tenacidade, ambição, trabalho árduo e inteligência... mas, certamente muitas vezes são é defraudadores da verdade e consequentemente da própria sociedade. Ambição, competição, sucesso são importantes enquanto motores para o desenvolvimento de uma sociedade e para o avanço civilizacional, mas devem ser relativizados quando usados na competição pela competição.

Faleceu este agosto passado Neil Alden Armstrong (5 de agosto de 1930 – 25 de agosto de 2012), primeiro homem a pisar na Lua, na base da Tranquilidade, em 1969 com a missão Apollo 11. Ficou célebre a frase que proferiu ao pisar o solo lunar: "*one small step for man, one giant leap for mankind*". Foi um legado ao conhecimento científico e à humanidade. Antes havia sido piloto de testes, servido na Marinha do seu país e participado em muitas outras missões como astronauta. Com a Apollo 11 colocou termo à sua participação na NASA, não pretendendo tirar partido pessoal do êxito. Feito que ele simboliza e para o qual muito contribuiu, mas que é um feito de uma equipa, do sonho e empenho de vida de muitos. Tornou-se professor universitário e sempre recusou os inúmeros e aliciantes convites para dispor do poder da sua influência e ganhar dinheiro com ela.

Aquele que foi um pequeno passo para o homem, tendo sido um feito para Neil, foi, como a célebre frase proclama, um avanço para a humanidade.

3. Ambição, competição e procura por sucesso, em doses quanto baste, são obviamente importantes, até para a autoestima de cada um. O bem-estar do indivíduo sim, deve ser cuidado. Agora, perante o mundo pressionante, quando se vão perdendo as forças para competir e quando se acumulam

múltiplos insucessos para poucos e curtos momentos de felicidade, temos de procurar inspiração.

Louis Daniel Armstrong (4 de agosto de 1901 – 6 de julho de 1971) foi outro Armstrong famoso. Cantor, compositor e trompetista entre outras facetas, desenvolveu, fruto do seu reconhecimento, ação política, elaborando sobre racismo. Era um homem influenciado por ideais e não teve receio em se debater em prol deles.

Nesta fase tão negra, esqueçamos por momentos a ambição desmedida, o poder, o dinheiro que possa sustentar e perpetuar esse poder, a perseguição de fins efémeros, muitas vezes com esquemas fraudulentos. Para um simples momento de inspiração, atrevo-me a sugerir que escutem e se deixem impregnar com "*what a wonderful world*":
http://www.youtube.com/watch?v=E2VCwBzGdPM

interpretado por Louis.

Paulo Vasconcelos
2012-10-31

ANÁLISE DE IMPACTO FRAUDULENTO

1. Sabe-se que a natureza é um valor importante a preservar. Por isso em muitas circunstâncias projetos vários têm que passar o crivo da benevolência dos seus impactos sobre os seres vivos e as interações destes sobre o meio ambiente.

Para além dos atores da conceção inicial do projeto intervêm especialistas de outras áreas técnico-científicas que têm como eixo comum a ecologia.

Também a ética, o respeito pelas normas negociais e a concorrência leal têm de ser preservados. Em muitas circunstâncias a aprovação definitiva de um empreendimento deveria estar dependente da constatação que os seus impactos sobre a fraude, sobre a economia paralela, sobre a corrupção, sobre o branqueamento de capitais, sobre a coesão social e o comportamento ético estão conformes com a democracia e a legalidade.

Enfim, em muitas situações justifica-se a existência de uma análise do impacto fraudulento de uma qualquer iniciativa. Uma análise feita por um grupo interdisciplinar de especialistas em fraude.

2. Não são raras as situações em que projetos formalmente muito bem elaborados não atingem os seus fins porque estes foram bastante adulterados por circunstâncias que eram perfeitamente previsíveis e que promoveram atividades paralelas obstaculizadoras do pretendido e conducentes a mudanças diferentes não consideradas no início.

São alguns planos de desenvolvimento sectorial ou regional, são os processos de simplificação administrativa que abrem as portas a novos tipos de fraudes, são as informatizações sem as devidas e necessárias preocupações de segurança embora de uma aparência exterior com forte impacto propagandístico, são várias leis – muitas vezes no início elaboradas em situação de conflito de interesse--, são os estatutos ou as regras de funcionamento de muitas instituições que deveriam preservar a dignidade que a função pública exige.

Frequentemente uma análise de impacto fraudulento não conduziria a uma reprovação das boas intenções consignadas em diversos projetos, mas antes a uma correção de alguns aspetos ou o acréscimo de algumas medidas complementares, quiçá de favorável impacto financeiro.

3. Muitas vezes não é o projeto que está mal, mas sim a forma de o fazer. Assim, por exemplo, em vez de se adotar uma estratégia de longo prazo, de participação voluntária, de estímulos materiais a quem tome determinada iniciativa opta-se pela decisão centralizada e imperativa. Foi o caso, por exemplo, dos Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que em muitas situações passou de uma boa intenção a um ato burocrático e rápido que não permitiu uma reflexão crítica sobre o problema, a gestação de uma cultura institucional de maior coesão e ética, a consciência que muitos dos atos de corrupção são partes de um processo mais vasto.

4. Se em qualquer sociedade a ética deve estruturar as relações sociais, em geral, e económicas, em particular, as análises de impacto fraudulento são uma necessidade crescente desde os anos 80 do século passado, período em que se iniciou uma nova fase de atividades paralelas ou ilegais à escala mundial, acompanhando o que se pode designar por globalização.

A degradação quase total da confiança entre os cidadãos e os Estados que os deviam representar, o ambiente criminológico que facilitou a crise atualmente vivida, a complexização das fraudes económico-financeiras enquanto processos unificados para a criminalidade organizada, o risco que as liberdades e a democracia correm num tal contexto, ainda torna mais urgente e exigente a existência dos referidos planos. A Europa é um epicentro deste abalo institucional.

5. Ainda não existem as análises de impacto fraudulento mas poderiam existir. O conhecimento interdisciplinar sobre a fraude, a corrupção e os processos conexos já têm um rigor e uma existência que consubstanciam essa possibilidade. Especialistas e conhecimentos existem. "Só" falta a lucidez de constatar a sua importância e a vontade política de o fazer.

Carlos Pimenta
2012-11-22

CRIATIVIDADE OU FRAUDE: PODE A ESCOLHA DA PALAVRA AFETAR O CONSCIENTE COLETIVO?

Para o gigante alemão Deutsche Bank (DB) o ano de 2012 é, e será por muito tempo, um "*annus horribilis*". A instituição comprovou em toda a sua plenitude a denominada Lei de Murphy: "Se alguma coisa pode dar errado, com certeza dará".

As situações sucederam-se: entre outras, condenação ao pagamento de avultadas indemnizações por comportamentos negociais menos corretos; acusação de evasão fiscal, com "assalto" das suas instalações pela polícia; fraude contabilística no montante de quase 10000 milhões de euros nos anos de 2007 a 2009.

Qualquer um destes casos poderia ser discutido nesta crónica. Porém, será sobre o último dos referidos que me deterei de modo particular. Os contornos genéricos da situação descrevem-se em poucas palavras: no âmbito de contratos de produtos financeiros derivados em que era interveniente, o banco acumulou nesses anos as referidas perdas, que "ocultou", ao não reportar no seu relatório, para evitar receber ajuda pública e ser intervencionado pelo Estado alemão. A partir da denúncia de ex-funcionários, a situação veio a lume, primeiro negada pelo banco, depois reconhecida como tendo ocorrido.

Nesses anos a informação financeira do banco foi (e ainda é) auditada por uma das denominadas "Big 4" da auditoria, a KPMG. O parecer por esta emitido, em cada um dos períodos, tem uma constante: nenhuma reserva a fazer (a denominada "opinião limpa"). O Conselho Fiscal do banco também não fez qualquer reserva, aparentemente por não ter detetado a situação. Mais grave ainda, o "polícia da bolsa alemã" (correspondente à CMVM portuguesa) teria detetado a situação em 2009, no âmbito de auditorias de rotina, mas não a divulgou publicamente.

Duas notas de comentário. A primeira, e já em anteriores crónicas discutida ou latente, tem a ver com a impotência do cidadão comum, dos pequenos acionistas em particular, para perceberem a situação real das instituições onde depositam ou investem as suas poupanças. Se os organismos de fiscalização, que têm acesso ao interior da organização auditada e a toda a sua documentação não detetam as anomalias – ou detetando não as referem –, como podem esses cidadãos saber que algo não está bem? Deverá a dimensão e complexidade crescente das organizações ser objeto de discussão pública, antes que a sociedade seja confrontada, novamente, com "situações de facto consumado", onde o último recurso é usar os impostos dos contribuintes para salvar organizações "demasiado grandes" para falir?

A segunda nota, tem a ver com a terminologia usada pelos meios de comunicação para reportar estes casos. Neste particular, em geral, a situação foi apresentada como sendo de "criatividade contabilística", ou como consubstanciando um caso de "maquilhagem das contas". Em qualquer destas titulações, a ideia que está subliminar é de algo leve, um "jeitinho" para dar um "*look*" mais bonito aos resultados da empresa. Porém, o correto teria sido titular a notícia por aquilo que ela é: uma *fraude contabilística*. Com efeito, a expressão "criatividade contabilística" – adaptação para o português da expressão inglesa "*earnings management*" – deveria aplicar-se apenas a casos em que de entre as soluções contabilísticas previstas nas normas a gestão da empresa adotou aquela que, em seu entender, produzia um impacte nos resultados mais próximo do desejado. Não foi o que aconteceu neste caso: houve adulteração da verdade, houve sonegação de informação materialmente relevante para se aferir a real situação da instituição, houve um atropelo ostensivo das normas contabilísticas. Esteve em causa uma atuação da gestão da empresa que é passível de sancionamento criminal.

Acredito que os jornalistas não têm um segundo sentido quando fazem uso dessas expressões "mais suaves" na caraterização de casos como o referido. Porém, cada palavra conta e, como tal, devem ser escolhidas para se adequarem à real descrição da situação. Em minha opinião, quando se usam expressões mais "suaves" – como o caso da "criatividade" –, o subconsciente coletivo, a sociedade, não interioriza em toda a sua profundidade a gravidade das situações. Ora, de modo particular quando se trata de instituições com a dimensão da agora tratada, isso é grave, pois subestimam-se os riscos corridos pela sociedade. Ou seja, dito de outro modo, os jornalistas, os meios

de comunicação social para quem trabalham, ainda que sem o quererem, estão a deturpar a informação que produzem. Numa versão mais suave, estão a usar de "criatividade" informativa.

José António Moreira
2012-12-27

OPORTUNIDADES E OPORTUNISMOS

Em 1937, no seu artigo *The nature of the Firm* (Economica, vol. 4, n. 16, 386ss), o economista Ronald Coase alertava para a essencialidade da celebração de contratos de longa duração na atividade empresarial.

Estes contratos, que têm como principal virtualidade o aumento da segurança na obtenção dos bens ou serviços necessários à atividade da empresa, acarretam o enorme perigo do compromisso jurídico face a um futuro desconhecido. E quanto maior for a duração do contrato e o seu grau de detalhe, maior é o risco de que o tempo exerça a sua ação modeladora das circunstâncias e de que a disciplina prevista pelos contraentes no presente se torne um pesado fardo, ou até um insuportável fardo, no futuro (pense-se num contrato de fornecimento de tecnologia que entretanto se tornou obsoleta – v.g., as antigas cassetes de música – ou de bens, cujo preço de mercado sofre uma subida muito acentuada, durante a vigência do contrato – v.g., as diversas crises do petróleo após a segunda guerra mundial, datando a mais recente de 2008).

Reconhecer a incerteza associada à passagem do tempo implica aceitar que os contratos de longa duração não podem, nem devem, ser exaustivos, cabendo às partes deixar uma margem de concretização (ou adaptação), em função das circunstâncias reais.

Ora, se a rigidez da disciplina contratual de longa duração impede o contrato de se adaptar às alterações das circunstâncias envolventes, podendo em última ratio torná-lo excessivamente oneroso para uma ou ambas as partes, por outro lado, a flexibilidade e incompletude da disciplina contratual abre a porta a comportamentos oportunísticos, sobretudo em épocas de grande instabilidade económica, como a que vivemos presentemente.

O conceito de oportunismo, usado neste contexto de comportamento estratégico, corresponde essencialmente à atuação consciente e voluntária de uma ou várias partes contratantes, no sentido de contornar as cláusulas do contrato, aproveitar lacunas de regulamentação, forçar abusivamente interpretações ou adaptações contratuais explorando as fragilidades da(s) outra(s) parte(s), com o objetivo de maximizar os benefícios para si resultan-

tes do negócio (de forma desenvolvida, veja-se O. Williamson, *The Economic Institutions of Capitalism*, The Free Press, 1985).

É o exemplo clássico do franquiado *free rider,* que beneficia abusivamente da boa imagem associada à marca do franquiador e presta serviços de qualidade inferior à exigida pela relação de franquia, reduzindo dessa forma as suas despesas. É ainda o exemplo do fornecedor, que sabendo que o adquirente necessita dos bens com urgência e que este não conseguirá encontrar bens substitutos em tempo útil, se recusa a efetuar a entrega sem renegociação, para cima, do preço estabelecido no contrato.

Quanto maior for a especificidade dos bens ou serviços contratados, o investimento inicial não reembolsável efetuado com vista ao decurso da relação contratual, a preeminência de uma parte em relação à outra (...) maiores são os riscos de comportamento oportunístico no decurso da relação contratual.

É certo que o ordenamento jurídico disponibiliza alguns instrumentos adequados para combater o comportamento oportunístico. Porém, as dificuldades associadas ao ónus da prova, a demora na obtenção de sentença judicial e a tantas vezes ténue fronteira entre comportamentos lícitos e ilícitos tornam particularmente difícil o combate ao oportunismo subtil, no contexto do direito dos contratos.

Este tipo de comportamento torna-se particularmente perverso quando surge disfarçado sob a veste de fragilidade económica e de imposição pela conjuntura, utilizando a seu favor instrumentos jurídicos pensados para proteção contra erros e alterações imprevisíveis e confundindo sujeição com voluntariedade.

Um maior detalhe no conteúdo das obrigações contratuais e a inclusão no contrato de cláusulas de revisão automática, por exemplo do preço, ajudam a minorar o risco futuro de um comportamento oportunístico. Contudo, e reconhecendo as fragilidades do ordenamento jurídico em atuar de forma eficiente nesta temática, igualmente vantajosas no desincentivo ao oportunismo poderão ser a existência prévia de um histórico de relações comerciais bem-sucedidas entre as partes e a ameaça de perda da boa reputação comercial no mercado. Informar-se sobre e conhecer a contraparte têm, neste contexto, vantagens irrefutáveis.

Mariana Costa
2013-01-10

FRAUDE, PSEUDÓNIMOS E PIFOS: MULAS E O ‘RE/(A)FUNDAR O ESTADO’



Mulas: “burros... seres híbridos”
“Foi carga a mais para a sua camioneta!”

Carlos Mulas e Glória Araújo são os nomes que se tem falado ultimamente. Pelas atropelias várias que cometeram, cada um justificaria por si só um artigo. Mas como estamos em austeridade, decidi poupar nas palavras e cá vai: ‘dois em um’, ou dito de outro modo, e fazendo jus ao sobrenome do primeiro e à idiotice da segunda, apresento-vos um artigo híbrido, abreviadamente designado de “Mulas”.

Carlos Mulas, um dos coautores do estudo do FMI sobre Portugal (“Refundar o Estado”) (1), é/era (?) um respeitado professor de economia na universidade Complutense em Madrid, membro (ao que parece, não por muito tempo) do PSOE – Partido Socialista Operário Espanhol (foi assessor económico do governo de José Luís Zapatero) e, até há alguns dias atrás, diretor da Fundação Ideas, presidida por Alfredo Perez Rubalcaba (líder do PSOE).

Em comunicado assinado pelo vice-presidente da fundação (de 23 de janeiro), é revelado que Mulas foi demitido pelo facto de se ter provado “a sua autoria de um conjunto de trabalhos pagos pela fundação”, assinado sob o pseudónimo ‘Amy Martin’. Note-se que o agora caído em desgraça Mulas recebia da Fundação, enquanto diretor-geral, 5625 euros mensais,

compondo, entre 2010 e 2011, este 'parco' salário ("não devia chegar para pagar as suas despesas..."), com os cerca de 50 mil euros que a Fundação Ideas pagou pelas análises da fantasmagórica mas prolífera colunista 'Amy Martin'. Apropriando-me de uma das tiradas de Pedro Fernandes(2), "isto é que é gamar com style"!

Uma e a mesma pessoa – Carlos Mulas, 'ilustre professor de economia e autor a soldo do FMI' é Amy Martin, colunista anti-austeridade – que escrevem o que lhes é pedido, desde que lhes paguem....

Pegando na dica dos pseudónimos, termino com uma singela sugestão à deputada do PS, Glória Araújo, que há semanas foi apanhada pela polícia a conduzir com um pifo monumental. Daqui para a frente, em vez de justificar a ausência por 'doença' (de facto tais 'mocadas' devem demorar a curar!) às sessões da Comissão para a Ética (?!), da qual anedoticamente ainda faz parte, passe a adotar nas ditas o pseudónimo 'Glori Winehouse' e até poderá cantarolar *"They tried to make me go to rehab, but I said, / "No, no, no"* ("Eles tentaram me fazer ir para a reabilitação, mas eu disse: / "Não, não, não").

NOTAS:

1. No seu título original, Rethinking the state – selected expenditure reform options (FMI, janeiro/2013), in http://www.portugal.gov.pt/media/816306/PRT_FAD_TA_Report_Expenditure_Policy_Reform_Options_January_2013.pdf
2. "Gamar com Style" (GANGNAM STYLE) – Pedro Fernandes / 5 Para a Meia-Noite, in http://www.youtube.com/watch?v=ZgnJWT7i5Ig

Aurora Teixeira
2013-01-31

O MENTIROSO ADMITIU A MENTIRA

Este é parte do título de um artigo de jornal, “Lance Armstrong: o mentiroso admitiu a mentira”.

1. Sim o melhor ciclista de todos os tempos, admitiu publicamente que errou. Tem sido por isso, e merecidamente, torpedeado. Atacado sem dó nem piedade pela comunicação social, ciclistas, desportistas de outras modalidades e, por que não generalizar, pela opinião pública.

Admitiu, que deverá passar o resto da sua vida a recuperar a confiança das pessoas. Trata-se de um reconhecimento público de culpa, atitude rara nos dias de hoje. Usando a comunicação social que o tornou famoso, despiu-se da sua farsa e expôs-se. Ninguém foi capaz até ao momento de relevar a atitude deste mentiroso. Ora ele é mentiroso porque ele próprio o afirma. Sim, agora ele é verdadeiro; foi mentiroso durante a década em que dominou o ciclismo. Década em que a opinião pública o exaltava; em que exaltava um mentiroso...

Quem com ele competiu, muito provavelmente cometeu das mesmas fraudes. Dois treinam com empenho e técnicas semelhantes; um é melhor que o outro; ao segundo resta-lhe ser segundo – verdade – ou tenta por meios ilícitos – mentira – compensar a capacidade em falta. O segundo passa a primeiro, e passam a segundo dezenas, centenas de outros. O outrora primeiro, deixa de existir, mesmo sendo naturalmente o melhor. Se quiser competir tem então de passar a mentir, e volta a lutar pelas primeiras posições. Quem compete então? O homem? Não. Compete o homem e toda a informação e influência a que tem acesso e a que lhe dão acesso. Uns tomam café para se manterem mais alerta e trabalharem mais afincadamente. Outros fazem autotransfusões de sangue e tomam substâncias proibidas. Estarão todas as substâncias dopantes proibidas? Estarei a fazer uma comparação abusiva? A resposta à primeiro é não, certamente. A resposta à segunda é sim, obviamente. Mas preciso de colocar “as coisas” em perspetiva. Talvez na obsessão pessoal e induzida por “amigos” e destaque social, ir

de um simples e quotidiano estímulo, a um complexo e diário esquema para melhorar o desempenho físico, não seja assim tão distante...

Como ele, muitos mentem e mais ainda aldrabam para atingir desmedidas ambições pessoais. Ele fez-se notar, foi notícia, fez o que ninguém tinha feito. Outros cometem tropelias destas e doutras para serem o maior peixote lá do aquário!

2. Quantos homens e mulheres conseguiram brilhar apenas com esforço e empenho? Muitos certamente. Mas há outros que depenicam aqui e ali para, sem esforço, melhor que a cigarra, cantarem e amealharem sem esforço.

Competição desleal é o mais comum, sempre o foi e mais agora, com o culto pelo "eu" e com a sensação, talvez certeza, de impunidade. As fraudes são diárias, os seus relatos são hebdomadários, mas as penas ... essas nunca ocorrem. Poderia então, de vez em quando, um desses "atletas" retratar-se perante aqueles de quem se quis distinguir; assumir que mentiu e que está pronto para lutar e recuperar a confiança das pessoas...

Em Portugal temos um país de doutores. Muitos com mérito e com oportunidade trabalharam para obter as suas competências. Outros, quais pavões oportunistas, são finos a obter os seus diplomas. E aparentemente é fácil obter os canudos que certificam tudo menos a competência. Uns compram doutoramentos pela internet, outros fazem equivaler o seu percurso profissional a unidades curriculares formativas. Uns entram brutos num dia e saem brutos diplomados no seguinte. Outros são graduados ao fim de semana!

Jogam com os demais, que se dedicam e esforçam para aprender, que se penhoram e endividam para adquirir competências e conhecimento, que investem e sacrificam adiando a sua entrada no mundo do trabalho; trabalho esse que não existe em parte por ação destes "doutorzecos" que têm comandado o barco sem dominar a arte de marear. Em vez de prestarem um serviço público aproveitam-se dele em benefício próprio e de alguns grupelhos.

3. Foi possível, cercando, pressionando, conduzir o melhor ciclista de sempre a confessar a sua fraude de anos. Não será possível, cercar, pressionar, gestores defraudadores, políticos corruptos, falsos doutores e fingidos observadores de agências internacionais bem-falantes?

Se não são julgados, pelo menos que um dia alguém sobre eles escreva "O mentiroso admitiu a mentira".

Paulo Vasconcelos
2013-02-14

O HOMEM QUE AMOU A TROIKA

Em Portugal é difícil encontrar uma pessoa que não odeie a troika. Mas o Zé é uma das poucas exceções.

Quando lhe perguntei a opinião sobre a troika, disse-me que era simpática e segredou-me com um sorriso transmontano que o coração ainda lhe salta sempre que ouve este nome. Confidenciou-me que uma das coisas que lhe dava mais prazer era dar dinheiro à troika. Dizem que o amor é cego, mas para o Zé a troika é tudo.

O Zé vive numa pequena aldeia no interior do país. São poucos os portugueses que se podem dar ao luxo de ter a qualidade de vida que o Zé já desfrutou. Uma escola, um centro de saúde, um café e uma estação de comboios, tudo a menos de cem metros de casa.

Mas a centralidade da aldeia transformou-se numa distância infinita que separa o Zé do resto do mundo. Um dia alguém se lembrou de que as ligações ferroviárias davam prejuízo ao Estado. Fizeram contas e acabaram com o comboio. Ficaram os carris onde as crianças da escola podiam brincar sem serem atropeladas.

Pouco tempo depois voltaram a fazer contas e como a escola tinha poucos alunos deslocalizaram as crianças para uma aldeia a 20 quilómetros de distância. Em menos de uma década, as famílias com filhos migraram para os grandes centros urbanos.

Quando começaram os cortes cegos na saúde, ainda antes da troika aparecer, chegaram à conclusão de que não havia doentes em número suficiente para justificar a manutenção de um centro de saúde com uma enfermeira e um médico.

Depois fechou o café que começou a ficar sem clientes e ficou apenas o Zé na aldeia. À noite ainda se entretinha a ver os quatro canais de televisão generalistas, até que um dia alguém se lembrou de acabar com os retrans-

missores analógicos e esqueceram-se do Zé que vive numa aldeia onde não chega o sinal da televisão digital terrestre.

O Zé já não consegue vender os ovos das suas galinhas à cooperativa da aldeia vizinha porque agora é obrigado a passar faturas e para abrir atividade como empresário tem de se deslocar umas dezenas de quilómetros para ir às Finanças e à Segurança Social. Mas o problema é o comboio, que já não passa na aldeia, e os táxis que só apareciam esporadicamente nos filmes que o Zé via na televisão antes do apagão analógico.

Para pessoas como eu, o Zé foi vítima de uma fraude. Uma enorme burla estatal que lhe roubou o acesso aos serviços públicos consagrados na Constituição da República e o afastou da família, dos amigos, do país e da vida. O Zé não escolheu ficar sozinho, isolaram-no. Trataram-no como um criminoso que foi condenado a passar os últimos anos de vida na solitária.

Para os nossos governantes, o Zé não passa de um simples algarismo perdido no meio dos números das estatísticas. É uma alma esquecida para a qual qualquer investimento público é um desperdício que só faz aumentar o défice.

O Zé amou a Troika e recordou-me que as poucas moedas que tinha na algibeira seriam dadas com alegria à Troika. Finalmente, o Zé contou-me que desde o tempo em que o comboio deixou de passar na aldeia, nunca mais foi ao Porto ver a rapariga loura ucraniana que aos sábados à noite lhe fazia companhia numa das casas de alterne da Ribeira.

João Pedro Martins
2013-03-28

QUANDO A ESMOLA É GRANDE, O POBRE (DES)CONFIA

Podemos ler estudos sobre o perfil do defraudador, mas nada é tão real como ouvir na primeira pessoa, o que leva alguém a cometer fraude.

O relato de Elliot Castro (ex-defraudador e atual consultor) sobre a sua experiência de cinco anos vividos a cometer fraude com cartões de crédito e a usufruir da mesma, é perturbador. Damos por nós a pensar até que ponto não teremos todos um pouco de burlão e de vítima.

Tal como muitos outros, este jovem sentiu que conquistaria amigos se tivesse bens materiais e com a confiança de quem acredita tudo conseguir, começou a recolher dados de cartões de crédito e dos seus titulares. Segundo ele, é incrível como as pessoas facilmente acedem a dar os seus dados a alguém que não conhecem, mas que julgam poder confiar.

Em conversa de amigos, alguém – cuja opinião muito respeito– respondeu à minha provocação da seguinte forma: "o burlado não quer ser enganado. O burlado é enganado porque acredita".

Será que em tempos de crise não é mesmo isso que todos procuramos? Acreditar que descobrimos a forma rápida de sair deste buraco financeiro e social em que estamos metidos? A fraude aumenta em tempos de crise por existirem mais pessoas predispostas a tentar a sua sorte como defraudadores, ou por existirem mais potenciais vitimas?

Naturalmente que nem todos os tipos de fraude se encaixam nesta leitura. Mas se pensarmos nas fraudes de investimentos financeiros, quando oferecem um retorno financeiro escandalosamente alto, o que leva as vítimas a deixarem-se envolver por estes esquemas (em alguns casos, mais do que uma vez)?

De facto, algumas fraudes são arquitetadas para serem juridicamente ambíguas. No caso das fraudes de investimento, são ambíguas no sentido de que algumas vítimas acham ter sido apenas um mau investimento e não um esquema fraudulento.

Na internet abundam exemplos de defraudadores, alguns deles portugueses, mas invariavelmente, no momento de revolta, as suas vítimas reclamam a ação da Justiça para esquema "tão descarado".

Elliot Castro, numa entrevista ao Jornal "The Sun" publicada a 9 de Outubro de 2009, refere que o problema da fraude não é só tornar-se a fonte de rendimento, mas também um estilo de vida.

Um estilo de vida que atrai as suas vítimas e, em simultâneo, cria uma sensação de confiança que impede desconfiar do lucro tão fácil.

Esta é por isso uma das formas mais assustadoras de fraude e, em simultâneo, mais difícil de distinguir onde termina a ação da vítima e começa a ação do burlão.

George Orwell escreveu: "Ver aquilo que temos diante do nariz requer uma luta constante." Em tempos de crise, essa luta parece mais difícil de travar.

Alda Correia
2013-04-04

ESPAÇO PÚBLICO (FALTA DE)

É notório, para mim, que Portugal tem um enorme défice do que se costuma denominar 'Espaço Público'. A nossa cultura não incentiva a participação dos cidadãos 'comuns' nos vários aspetos da vida pública. E essa participação, quando acontece, é geralmente pautada pelo famoso 'bota-abaixismo' e reclamação inconsequente. No fundo, sinto que a generalidade dos portugueses vende barata a sua indignação, e na realidade quando tem as suas necessidades pessoais satisfeitas deixa de ser visto nas ruas em manifestações, passando a preferir o conforto do seu sofá novo e da sua televisão de 69 polegadas.

Esta cultura de participação reles, individualista, imediatista e interesseira cria um excelente espaço para práticas e hábito de fraude e corrupção. O abandono dos cidadãos da vida social permite que um punhado de indivíduos e organizações dominem e definam a 'realidade social', quer na esfera pública, quer na esfera privada, quer nos meios de comunicação social. E este domínio pode ser exercido sem grandes preocupações reais com responsabilização (accountability) ou transparência. Sem vigilância democrática, todos os pecados, falcatruas e negligências são não só permitidos, mas sobretudo admirados. E por pecados não falo só de fraude ou de corrupção direta: falto também da incapacidade estrutural que os portugueses em geral têm para assumirem responsabilidades ou tomarem decisões, o que leva a uma atitude criminosa de negligência e desresponsabilização, infelizmente enquistada na nossa maneira de ser.

Concluo com um pequeno exemplo desta lacuna de participação, transparência e responsabilização. Algo que sempre me fez muita confusão são os anúncios faraónicos de grandes programas e medidas, geralmente (mas não exclusivamente) por parte do Estado. "300 milhões para modernizar isto", "800 milhões para apoiar aquilo", "30 milhões para incentivar aqueloutro", etc. Grandes parangonas, enorme cobertura mediática, sorrisos e gravatas,

um batalhão de assessores de imprensa, grandes visões, nobres intenções. O povão esvazia o peito, emite o grunhido da praxe ("mais uns milhões para os espertalhões") e volta-se a alhear no seu ópio rotineiro. Até aqui nada demais, provavelmente até são medidas adequadas, bem fundamentadas e alinhadas com visões estrategicamente corretas.

O problema é que a partir do seu lançamento, deixa de se ouvir falar desses 'programas e medidas'. São engavetados, colocados 'debaixo do radar' e passam ao modo 'invisível'. É quando se fala de fraude e corrupção, é nestes lugares não visíveis que estes fenómenos ganham vida. Eu, enquanto cidadão, gostava que estes 'grandes programas e medidas' fossem alvo de uma avaliação periódica anual, e divulgados publicamente. E gostava também que os meios de comunicação social se lembrassem mais frequentemente destes temas, não só no seu lançamento ou quando se descobre um qualquer escândalo, mas rotineiramente. Por exemplo, uma prática muito comum no Reino Unido e noutros países com melhor cultura de transparência e responsabilização que o nosso. E gostaria que esta avaliação e divulgação acontecesse não só para prevenir situações de fraude e corrupção, mas também para garantir que seriam melhor geridos. A incompetência e mediocridade, tão insidiosamente suportadas no nosso país, vivem mal com a claridade da transparência.

Cabe a cada um de nós não deixarmos a nossa vida comum totalmente nas mãos dos outros. Na nossa vida, em casa, com a família, com amigos, na nossa profissão, com superiores, colegas ou subordinados, com parceiros de negócio, enquanto cidadãos, não nos podemos alhear do que nos rodeia, não podemos ser cúmplices de um estilo de vida falho de responsabilização e de transparência, não podemos ser simples adubo para a incompetência, o egoísmo, a fraude a corrupção crescerem. Todos os gestos, todas as palavras, todos os instantes contam.

Pedro Santos Moura
2013-05-02

OS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA E OS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: QUE FALTA(S) FAZEM?



NOTA INTRODUTÓRIA DA AUTORA

Não é meu objetivo apresentar aqui uma análise global das razões "legítimas" para o absentismo (por exemplo, no caso dos estudantes, más práticas pedagógicas por parte dos docentes, unidades curriculares sem conteúdo, incapacidade física ou monetária em se deslocarem para a escola/faculdade, ...), mas antes chamar a atenção para a generalização deste fenómeno, pseudo-legitimada por 'chavões' como 'liberdade de escolha', 'autonomia e responsabilidade individual'.

> "Liberdade significa responsabilidade. É por isso que tanta gente tem medo dela." (George Bernard Shaw, Dublin, 1856 — Ayot Saint Lawrence, 1950)

Para muitos, o ensino superior é sobre a aprendizagem autónoma e independente, logo os estudantes teriam o direito de gerir o seu tempo como bem entenderem – mesmo que isso signifique faltar às aulas. Não negando a importância dos estudantes preservarem a sua liberdade e flexibilidade durante os seus estudos, é para mim claro que o absentismo elevado às aulas acarreta danos tanto para o processo de aprendizagem do estudante como para o funcionamento da comunidade académica.

Os estudantes têm o direito e o *dever* de frequentarem e tirarem o melhor partido do processo de aprendizagem em sala de aula, já que eles próprios,

as suas famílias e a sociedade em geral (via impostos) estão a investir na acumulação do seu capital humano.

Permitir que os alunos faltem às aulas 'por sistema' prejudica o sentido de comunidade académica, que é tão importante para as escolas e universidades – especialmente em áreas onde há uma grande ênfase na partilha de ideias: os estudantes podem aprender, não apenas com o professor, mas também com os outros colegas. Adicionalmente, o excessivo absentismo às aulas prejudica os seus próprios estudos e tende a gerar nos estudantes uma atitude de laxismo e desresponsabilização, bem patente nas justificações que muitos dão para as suas faltas: 'ter adormecido', 'estar de ressaca' ou, simplesmente, 'não quererem se dar ao trabalho de aparecer'...

Quando a oportunidade está lá é tentador fugir da responsabilidade!

Neste aspeto, o paralelismo entre as gazetas dos estudantes universitários e as ausências dos deputados da Assembleia da República às sessões plenárias é, no mínimo, perturbador...

De acordo com informações veiculadas pela a agência Lusa, entre 20 de junho de 2011 e 13 de julho de 2012, ocorreram 134 sessões plenárias tendo-se registado 1055 faltas de deputados, isto é, uma média de quase oito faltas por cada sessão na AR. E o mais interessante é que o absentismo ocorre sobretudo... já adivinharam(!)... à sexta-feira! Claro que a maioria das faltas são 'justificadas' com o já desgastado 'trabalho político' [tenho, aqui, uma dúvida existencial: sendo que as sessões plenárias da AR ocorrem, por regra, às quartas, quintas e sextas porque não concentram os deputados o 'trabalho político' às segundas e terças?]. Mas, qualquer que seja o motivo subjacente à justificação – 'trabalho político', 'força maior', 'doença'... – ele, estranhamente, tende a coincidir com as vésperas do fim-de-semana!

Em algumas faculdades, ao nível da licenciatura, já não há aulas à sexta-feira à tarde. Possivelmente, estas faculdades estarão, 'racionalmente', a ajustar as expetativas de absentismo de estudantes (e quiçá professores), evitando a eventual maçada por parte dos gazeteiros de terem que inventar justificações para as suas faltas.

Em benefício da preservação da ética académica e política, o melhor seria acabar com os fins de semana!

Um outro aspeto curioso (e, em certa medida, 'divino') da regulação das gazetas dos deputados (aprovada em 2009) é que "*a palavra dos deputados faz fé*, não carecendo por isso de comprovativos adicionais". Couto dos Santos, presidente do Conselho de Administração da Assembleia da

República, defende que não faz sentido obrigar os deputados a apresentarem atestados médicos ou outros comprovativos, como de resto têm de o fazer a generalidade dos 'mortais' que trabalham nos sistemas público e privado, porque são "responsáveis pelos seus actos" e é preciso ter "confiança em quem elegemos". Bom, pode-se depreender destas palavras que os restantes trabalhadores "não são responsáveis pelos seus actos" ou "não são de confiança"! Ficam assim, de uma penada, 'justificadas' as milhares de baixas médicas fraudulentas que ocorreram em Portugal em 2012: os seus titulares são inimputáveis e/ou quem as prescreveu não é de confiança.

Face à desresponsabilização crescente e alarmante que se vive em Portugal e dada a ausência de quaisquer evidências objetivas, resta-nos 'ter fé' que alguma vez sairemos do buraco onde nos encontramos!

Para elevar a nossa fé e finalizar este meu texto de uma forma menos deprimente, transcrevo em baixo a mensagem inteligente de Boss AC ('Tu És Mais Forte'):

> (...)
> Às vezes as pessoas desiludem
> Mas não fiques em casa parado à espera que mudem
> Muda tu rapaz
> Muda a tua atitude, vais ver ver que és capaz
> (...)
> Nem tudo é fácil mas assim dá mais gosto
> Quando acreditas a força nunca se esgota
> Só a reconheces a vitória se souberes o que é a derrota
> Vais ver que no fim acaba tudo bem (...)

Aurora Teixeira
2013-06-12

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS – MAIS TRANSPARÊNCIA DISCURSIVA...

Foi recentemente tornado público o relatório preliminar da Comissão Parlamentar de Inquérito à Contratualização, Renegociação e Gestão de Todas as Parceiras Público-Privadas do Sector Rodoviário e Ferroviário em Portugal. (1)

Pela sua natureza, sobretudo pelo objecto tratado por esta Comissão Parlamentar, o documento tem suscitado os mais díspares comentários públicos e opiniões políticas, na sua grande maioria com nuances argumentativas mais ou menos associadas às cores partidárias que se pretendem defender, mas invariavelmente todas a deixar a opinião pública e os cidadãos muito pouco esclarecidos acerca do que verdadeira e objectivamente possa estar em causa. Importaria, por exemplo, que aos cidadãos fosse disponibilizada informação mais precisa do que sejam os contratos de Parceria Público-Privada (PPP); da forma como esses contratos foram sendo desenhados em associação com os programas e com os projectos dos sucessivos governos ao longo dos últimos anos; da importância e relevância estratégica desses projectos para o futuro do país e das pessoas; dos custos directos e indirectos e da forma de os suportar; do maior ou menor grau de transparência na elaboração e execução de tais contratos; isto sem referir naturalmente questões de natureza mais técnica, cujo conhecimento, pelo menos nos seus principais contornos, seria também interessante.

Porém a dispersão argumentativa que tem sido invocada não consegue escapar a um elemento de fundo de grande importância – provavelmente o mais importante de todos! – relativamente ao qual parece não existirem grandes argumentos de fuga. Trata-se, como todos bem sabemos e temos vindo a sentir nas nossas bolsas, das questões associadas aos custos que o Estado tem de suportar por força dos contratos celebrados.

Apesar de ter ainda um carácter preliminar, o relatório em causa contém todavia alguns elementos objectivos que importa reter. Aliás, a grande maioria destes elementos não se podem dizer verdadeiramente novos, uma vez que constam já de outros documentos anteriores, como sejam a nota informativa de 20 de Setembro de 2012 do Banco Europeu de Investimento, relativa às tendências recentes dos financiamentos das PPP no contexto dos países europeus (2) o livro dos Professores Carlos Oliveira Cruz e Rui Cunha Marques, O Estado e as Parcerias Público-Privadas, editado em 2012 pela editora Sílabo, ou o Relatório Anual 2012 de acompanhamento das Parcerias Público Privadas, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (3).

Os elementos objectivos que importa reter nesta breve reflexão são essencialmente os seguintes:

- A opção pelo modelo de contrato em Parceria Público-Privada como forma de financiamento de infraestruturas de interesse público, não é a opção predominante na grande maioria dos países da União Europeia;
- Todavia, existe um conjunto de países (Portugal, Reino Unido, Espanha e Grécia) onde a utilização deste modelo de financiamento de infraestruturas de interesse público foi mais recorrente. No seu conjunto, o valor total dos contratos de PPP´s destes 4 países representa aproximadamente 90% do valor global deste tipo de contratos em todos os países da Europa;
- A grande maioria dos contratos PPP celebrados por Portugal relaciona-se com a edificação de infraestruturas rodoviária e ferroviária;
- O valor dos encargos líquidos dos contratos PPP celebrados por Portugal apresentou um crescimento muito forte entre os anos de 2008 a 2011. Em 2008 esse valor foi de 475 milhões de Euros, em 2009 de 909 milhões, em 2010 de 1126 milhões e em 2011 de 1823 milhões. Estima-se que em 2017 esse valor possa vir a ultrapassar os 2000 milhões de Euros. Correspondentemente, em 2008 os encargos com as PPP representaram cerca de 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB) e em 2011 representavam já 1,1% (embora esta comparação evolutiva possa ser um pouco falaciosa uma vez que, como se sabe, o valor do PIB apresenta variações de ano para ano e relaciona-se muito com a melhor ou pior pujança da economia de um país).

Este conjunto de elementos deixa evidenciar, pelo menos, que aqueles que geriram os destinos políticos em Portugal optaram por este modelo de financiamento para edificação de infraestruturas de interesse público, porque – de outra forma não seria racional a opção por esta via – o Estado não era possuidor no imediato das verbas necessárias para suportar os custos correspondentes.

Assim e em parceria – e esta é sucintamente a lógica do contrato de Parceria Público-Privado – foi contratualizado com grupos privados a edificação de diversos projectos que foram considerados estratégicos para o desenvolvimento do país – e esta questão dos projectos estratégicos é por si só uma das questões fundamentais que, pelo menos em relação a alguns projectos, carece de melhor explicação. Por seu turno, os privados edificaram e assumiram os custos das obras correspondentes a tais projectos, enquanto o Estado se comprometeu a pagar uma espécie de renda pela utilização de tais infraestruturas, durante o período de tempo estabelecido no próprio contrato, mas que compreende sempre vários anos.

Entretanto, como todos vamos tendo oportunidade de verificar, o país (e o próprio continente europeu), mergulhou numa profunda crise económica, tendo tido necessidade de recorrer ao apoio externo concedido pela Troika para fazer face a uma gestão mais adequada do valor do défice e da dívida pública. Sabemos, porque todos os dias isso é referido na comunicação social, que uma das parcelas dessa dívida resulta precisamente destes contratos de PPP, sobretudo do peso das rendas que lhes estão associadas.

Parece-nos que depois de tanto argumento já esgrimido em torno desta questão, que urge clarificar as questões enunciadas anteriormente de modo a que de uma forma mais clara os portugueses tenham a noção da verdadeira razão de ser (pelo menos de uma parte) do esforço que lhes vai sendo pedido.

Esta clarificação seria igualmente importante e necessária como forma de evitar a tentação de cairmos num discurso, e depois numa ideia, que tenda injustamente a caracterizar tudo e todos de igual forma, com um rótulo de desconfiança generalizado sobre as reais intenções das pessoas (políticos, governantes, funcionários e representantes das entidades privadas) que estiveram associadas a estes contratos e à sua execução.

Julgo que, para bem de todos e para salvaguarda do bom-nome a que todos temos direito, também este processo de discussão pública das PPP e dos custos que lhes estão associados carece de mais e melhor transparência...

NOTAS:

1. Este documento pode ser consultado através de http://downloadsexpresso.aeiou.pt/expressoonline/Word/RelatorioPPP.doc.
2. Documento acessível em http://www.eib.org/attachments/efs/econ_note_2012_ppp_and_financing_in_europe_en.pdf.

3.) O documento encontra-se disponível através de http://www.dgtf.pt/ResourcesUser/PPP/Documentos/Relatorios/2012/Relatorio_Anual_PPP_2012.pdf

António João Maia
2013-07-11

A TEORIA DUAL DO SER HUMANO

"Se só existisse um ser humano à face da terra (...) mesmo assim ele cometeria fraude?"

Por vezes gostaríamos de ser, no mínimo, duas pessoas, e essa concretização é tanto mais plausível quanto a vontade que temos de ser o que não somos, ou de não ser aquilo que somos, isto é, podemos nós desligar a ficha e ser bipolares no que diz respeito ao que defendemos e ao que fazemos? Existe um "teoria" associada à igreja católica que diz que sim "olha para o que eu digo e não para o que eu faço".

Acredito que não seja fácil alguém ser um exemplo para todos e tudo. As exigências diárias são demasiadas e nem sempre é possível ao ser humano dar uma resposta considerada adequada (pelo menos no domínio ético), dentro de qualquer esfera social.

Quanto à fraude isso é uma constante, é até, acredito, a forma de se racionalizar as decisões que tomamos e os atos que realizamos. Sei bem que esta é uma teoria bem estudada, mas quando nos envolvemos com os humanos não existem quadros explicativos individuais, quanto mais podemos encontrar tendências dentro de um determinado grupo e/ou contexto.

Não raras vezes, consigo traçar um cenário dual, em que de facto podem existir duas pessoas distintas num mesmo corpo. Transcendência dirão uns, excentricidade vociferarão outros. Não importa.

Sob este espectro estamos todos safos, e à luz da teoria dual do ser humano "olha para o que eu digo e não para o que eu faço" assumimos que cometemos o pecado (a fraude), mas, mesmo assim, continuamos a ter legitimidade para dizer o que não se deve fazer. Mas tal só acontece por dois motivos de razão, ou porque não existiu condenação do ato com consequências para o perpetrador, ou porque, de facto, ninguém descobriu a perpetração do mesmo.

O problema acontece quando a decisão de cometer o ato fraudulento decorre de motivos que levam o perpetrador a racionaliza-la, isto é, a

justificá-lo por motivos de tal forma fortes, que davam para escrever um verdadeiro bestseller, em que, naturalmente o bico ao prego era mudado. É mesmo caso para fazer uma comparação com aquela anedota, em que uma pessoa vai pregar um prego na parede e, quando deteta que o bico do prego está virado para si e não para a parede, se convence que se enganou na parede... (afinal o prego destinava-se à parede oposta).

Neste contexto, ficam-me algumas dúvidas, sobretudo porque tenho imensa dificuldade em julgar:

1. Será que a fraude cometida por desespero de causa (ainda que tal seja subjetivo) deve ter tratamento igual a quem a comente por simples vontade de, por exemplo, enriquecer mais rapidamente? (ainda que estejamos a falar de situações exatamente iguais quanto ao ato e valor em si). Sabemos, é certo, que um juiz de direito terá tal em consideração, mas mesmo assim será justo?
2. Deverá um ato fraudulento ser disseminado (ser dado a conhecer à população em geral)? Se trará o benefício de conhecerem as consequências de tal ato, na verdade também fica disponível para quem quiser usá-lo e melhorá-lo). Ao invés poder-se-á sempre formar e educar a população (genericamente considerada) para tipos de fraude que podem [potencialmente] ocorrer.

De uma coisa estou seguro, relativizar a fraude a uma insignificância ou, ao invés, culpá-la por tudo e por nada quando as coisas não correm bem, não é o caminho a seguir. Estou plenamente convencido que a fraude é, na esmagadora maioria das vezes, cometida por força de motivos totalmente externos ao ser humano. A ignição não creio que esteja centrada no indivíduo, ser-lhe-á oferecida pelo contexto, pelas exigências da sociedade, pelas expetativas, enfim, pelas necessidades da mais diversa ordem.

A questão sublime que decorre do parágrafo anterior é: "se só existisse um ser humano à face da terra (uma única pessoa), mesmo assim ele cometeria fraude?" Tenho muita dificuldade em responder à questão.

Henrique Santos
2013-07-25

A VERDADEIRA REFORMA?

No momento em que escrevo esta crónica, é ainda indeterminada a forma como se irá ultrapassar a crise política iniciada com a demissão dos Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros. Certo é, para mim, que esta crise política e todos os acontecimentos que se seguiram àquelas demissões vieram tornar ainda mais claro que a verdadeira reforma de que o País necessita, para ultrapassar a profunda crise económica, social, política e de identidade em que mergulhou, não se encontra nos domínios que mais habitualmente têm sido abordados.

Estou a referir-me, aliás, na sequência de outros escritos trazidos no âmbito desta coluna, à necessidade de uma profunda reforma no funcionamento do sistema político democrático. Não se tem falado a sério dela, enredados que andamos numa teia de contínuos cortes económicos e financeiros que a mais não têm conduzido que ao agravamento da situação actual. Mas essa é uma reforma absolutamente necessária, se não quisermos fazer do debate sobre o futuro de Portugal uma verdadeira fraude...

Na minha opinião, a situação a que chegamos está estreitamente ligada com a redução sucessiva da qualidade da nossa democracia, do funcionamento das respectivas instituições e do comportamento dos seus actores. Ao longo dos anos, fomos assistindo à emergência ou expansão do carreirismo partidário, das redes clientelares, do caciquismo, da sucessiva intromissão na esfera da vida privada. Estes e outros fenómenos, expulsando larga parte da "boa moeda", permitiram o acesso a cargos de relevância, no quadro do sistema político, a verdadeiros "profissionais da política" com reduzida capacidade ou competência.

Numa parte significativa, foi o crescimento da mediocridade no seio do sistema político que possibilitou uma alternância entre a venda de ilusões no passado recente e a crença quase messiânica na "austeridade pela austeridade" em alguns círculos da actualidade.

Romper com esta situação parece-me, assim, condição sine qua non para a retoma sustentável do crescimento económico e para a obtenção de níveis de vida mais próximos dos da Europa a que nos orgulhamos de pertencer. É essa a mais importante reforma estrutural a fazer.

Para levar a cabo tal reforma, é preciso pensar seriamente em vários temas essenciais, alguns dos quais se tornaram, infelizmente, quase tabu em tempos recentes. Entre eles contam-se: a substituição do actual e original sistema semi-presidencial por uma das alternativas mais comuns, isto é, sistema presidencial ou sistema parlamentar; a consagração de um sistema de justa remuneração dos actores políticos; a redução do número de deputados e outros cargos políticos; o reforço da protecção da vida privada dos agentes políticos; a reformulação territorial, incluindo a regionalização e a recomposição de municípios e freguesias; a valorização e a dignificação do trabalho político; etc.

Penso que só esta reforma fará regressar à causa pública os melhores e os mais competentes. Sem ela, creio que, por mais medidas de austeridade ou por mais medidas de crescimento que se tomem, estaremos condenados à mediocridade económica por muitos anos.

Tenho esperança, contudo, que a sociedade portuguesa se consciencialize definitivamente deste facto e que, desse modo, num futuro não muito distante, possamos vir a celebrar os frutos desta reforma.

Rui Henrique Alves
2013-08-01

O MAIOR BURLÃO DE TODOS OS TEMPOS

Alves dos Reis é considerado o maior burlão da História de Portugal. O resto são amadores que tentaram plagiar a obra de um artista inigualável.

Este humilde cidadão português, com apenas 18 anos já tinha falsificado o diploma do curso de engenharia passado pela Polytechnic School of Engineering, uma escola politécnica inglesa que nunca existiu em Oxford.

Sócrates e Relvas recorreram ao fator cunha para concluírem as licenciaturas, quando já tinham idade para serem avôs de Alves dos Reis. Além disso, ocupavam cargos políticos e limitaram-se a copiar, com mais de cem anos de atraso, uma ideia genial e ainda por cima sem a originalidade de escolherem a chancela de uma universidade com um nome pomposo, como Independent University of Lisbon ou Lusophone University.

Alves dos Reis, ao contrário dos banqueiros e dos políticos que lideraram Portugal nas últimas três décadas, não fez desaparecer dinheiro do erário público com destino a paraísos fiscais. Ele fez circular mais 200 mil notas de 500 escudos, quantia que na época correspondia a 1% do PIB português.

Alves dos Reis não falsificou notas de 500 escudos com máquinas tipográficas escondidas na cave de um prédio antigo. Ele falsificou assinaturas para conseguir de forma ilegítima que a Waterlow & Sons Limited, a casa impressora do Banco de Portugal (BdP), emitisse 200 mil notas de um lote não autorizado pelo BdP. As notas eram autênticas e tinham imprimido numa das faces a efígie do navegador Vasco da Gama.

Alves dos Reis, a partir do Banco Angola e Metrópole, queria controlar as ações do BdP, na época uma entidade privada. O seu erro foi a ostentação que despertou a curiosidade da imprensa e o ciúme de alguns magnatas e políticos do seu tempo. Em 5 de dezembro de 1925, quando Alves dos Reis tinha apenas 28 anos, o jornal O Século revelava a história e o burlão acabou na cadeia.

Alves dos Reis ainda chegou a orquestrar uma estratégia para ludibriar a acusação e conseguir enganar o juiz, mas depois de se converter na prisão à fé cristã protestante, e para desespero dos seus cúmplices, confessou todos os crimes, acabando por ser condenado a uma pena de 20 anos de prisão.

Alves dos Reis era o homem certo para renegociar com a troika. Mesmo que os técnicos do FMI não recuassem com a imposição de mais medidas de austeridade e os mercados financeiros não estancassem o fluxo das taxas de juros especulativos, ele arranjava um contrato com assinaturas falsificadas e mandava vir contentores cheios de notas de 500 euros para que Portugal voltasse a respirar saúde e alegria económica e social.

A grande diferença entre o caso Alves dos Reis e o escândalo do BPN é que o dinheiro não entrou no país, mas saiu dos cofres públicos sem que as provas do crime e os criminosos fossem identificados e condenados. Alves dos Reis confessou os crimes em tribunal. Quanto aos criminosos do BPN, duvido que algum dia o façam, mesmo que seja no confessionário secreto da Opus Dei ou da Maçonaria.

A burla das notas de 500 escudos abalou o sistema político e financeiro da época, enquanto casos como o BPN, a Universidade Moderna e os submarinos comprados aos alemães são pólvora seca que não atinge políticos e banqueiros no ativo.

O país não precisa de burlões, mas de ética e dinheiro.

O problema é que desapareceram as notas e as boas práticas, e ficaram apenas os burlões e os burlados.

João Pedro Martins
2013-08-08

"VENHA O DIABO E ESCOLHA"

Noutro dia, enquanto assistia a um programa na televisão onde se insinuava, subtil e não tão subtilmente, a sonegação de descobertas científicas com potencial de salvar vidas por interesses económicos de farmacêuticas e médicos, dei por mim a pensar no vínculo de parentesco próximo que une a fraude à usura.

Ambas as práticas surgem, habitualmente, associadas ao desejo de obtenção de vantagens patrimoniais indevidas às custas de outrem. É este último elemento – às custas de outrem – que justifica que sobre elas impenda um forte juízo de censura legal e/ou ético.

No caso da fraude, o sujeito procura obter uma vantagem enganando; ele pratica o ato intencionalmente (aceitemos o elemento da intencionalidade, para este efeito, sem problematizar) com logro, visando obter vantagens indevidas e, em regra, gerando danos para aquele que dele é vítima. O logro é, assim, o elemento que caracteriza a conduta fraudulenta, distinguindo-a de outras condutas direcionadas à obtenção indevida de benefícios e vantagens.

No caso da usura, o sujeito procura obter uma vantagem explorando; ele pratica o ato intencionalmente, aproveitando-se da situação de "necessidade, inexperiência, ligeireza, dependência, estado mental ou fraqueza de carácter de outrem" (artigo 282.º, n.º 1 do Código Civil), com vista à obtenção de benefícios excessivos ou injustificados. A prática de usura, nos termos do Código Civil, resulta, assim, do preenchimento de dois requisitos: o requisito subjetivo, que corresponde à exploração da situação de fragilidade da outra parte e também o requisito objetivo, que se consubstancia na obtenção, pelo usurário, de benefícios excessivos ou injustificados (neste sentido, o Acórdão do STJ de 08-07-2003, processo 03A2192 e o Acórdão da Relação do Porto de 15-03-2005, processo 0520658, ambos in <http://www.dgsi.pt>).

Entre a fraude e a usura, como diz a sabedoria popular, "venha o diabo e escolha".

Quer a conduta fraudulenta, quer o comportamento usurário assentam no aproveitamento de situações de fragilidade, ignorância e inexperiência alheias e ambas geram frequentemente sentimentos de vergonha na vítima, que a levam a optar pelo silêncio. Daí que tantas vezes escapem ao crivo da censura social.

A fraude constitui um conceito mais amplo, de roupagens mais variadas e dotado de um vasto leque de potenciais consequências ao nível sancionatório; a usura parece ser um conceito jurídico delimitado com maior rigor, quer ao nível dos comportamentos nele abrangidos, quer ao nível das consequências sancionatórias por eles geradas.

A fraude será, porventura, mais difícil de provar; a usura mais difícil de consciencializar.

Porém, se a prática de atos fraudulentos ou usurários deve ser repudiada pela sociedade, igualmente repudiável, num Estado de Direito, é a alegação não fundamentada, isto é, desacompanhada de elementos de prova, da sua prática por instituição, indivíduo ou classe. E, se mais não for, deve ser repudiada, porque é ofensiva da honra daqueles que são dela acusados e da gratidão daqueles que por estes são cuidados, sem fraude e sem usura, quantas vezes para além do cumprimento diligente de um dever profissional.

Mariana Costa
2013-08-29

MAIS VALE PREVENIR DO QUE REMEDIAR

A velocidade das mudanças no ambiente empresarial tem-se mostrado desafiadora e complexa para os gestores, sendo alguns dos traços marcantes a globalização, a rápida evolução tecnológica das operações, que os controlos internos não têm conseguido acompanhar, e a constante pressão sobre os resultados imposta aos respetivos gestores, aumentando, deste modo, o potencial da prática de atos ilícitos.

Se nos abstrairmos da origem penal do crime, não teremos dúvidas em rotular a fraude ocupacional como um crime, entendido na sua perspetiva sociológica como um comportamento desviante, socialmente danoso e reprovável, e como é já longo e árduo o caminho percorrido na tentativa de o explicar. Teorias desde a Antiguidade Clássica, passando pela Escola Clássica Criminológica ou Sociologia Criminal, citando apenas algumas, deram o seu contributo para a tentativa de compreender e explicar esse fenómeno, centrando a explicação nas características, ora do individuo, ora do meio.

O "crime" organizacional, onde se enquadra a fraude, define-se em função dos objetivos da organização, sendo a própria a propiciar um ambiente favorável à desviância, antes mesmo das características individuais. Fazendo uso de algumas das referidas teorias para a explicação deste tipo de crime, salienta-se, a importância do ambiente cultural das organizações, no encorajamento ou desencorajamento que a cultura empresarial pode ter nas práticas antiéticas ou fraudulentas, assim como no papel crucial que a gestão de topo tem na criação de um clima ético ou não ético a difundir pela organização. Para combater a fraude ocupacional, bastaria, assim, minimizar a desviância de natureza organizacional.

A questão central da ética está ligada a tudo aquilo que requer pensamento e decisão humana e, como tal, sendo as pessoas o núcleo das organizações, com pessoas no seu topo e com o objetivo de fazer negócio

com outras pessoas, são muitas as questões éticas que se poderão levantar. A ética não pretende servir um ideal, sendo simplesmente um meio que visa um determinado fim que mais não é do que a prevenção dos atos ilícitos e a procura de uma melhor imagem e de uma maior rentabilidade para a organização. "Filosoficamente" falando, o homem vive em sociedade, convive com outros homens e, portanto, cabe-lhe pensar e responder à seguinte pergunta: "Como devo agir perante os outros?". Trata-se aparentemente de uma pergunta fácil de ser formulada, mas difícil de ser respondida, em particular, no seio das organizações atuais.

Aliada do comportamento ético, forte ou fraca, a cultura organizacional tem uma profunda influência sobre os membros da organização. "Quando a roupa é pouca, o frio é muito", levando diversas organizações a vestirem-se de códigos de ética ou de conduta com princípios condutores que devem reger as decisões e atitudes no seu seio. Por debaixo dessa roupa, um objetivo: esfriar o cometimento de atos desviantes de natureza individual, gerados pela própria organização, impactando na avaliação das probabilidades de deteção, e, em particular, na valorização do espólio.

A "fruta roubada sabe melhor", em primeiro lugar, por não sermos racionais na nossa avaliação, valorizando-a mais do que a "outra fruta" e, em segundo lugar, não menos desprezível, pelo próprio processo de desapossar ser, também ele, potencialmente valorizado. Passar na malha da deteção da fraude pode ter, em si, "valor". Cabe à cultura organizacional e ao clima ética influenciarem a "racionalização" do ato fraudulento, travá-lo, criando inibições morais contra a sua prática, assim como minimizar esse "valor".

Não basta, no entanto, publicar um código, designá-lo de "Código de Ética/Código de Conduta" e esperar que este resolva a desviância organizacional. Há-que difundi-lo. Ora, o desenvolvimento das aplicações assentes em ambiente Web e a progressiva informatização dos processos corporativos alteraram significativamente o papel das pessoas dentro das organizações, em maior contacto e cada vez mais dependentes das "máquinas". Com a proliferação da "Eletronização" dos negócios, estas passaram a comunicar essencialmente através de IT, aumentando o "fosso" de contacto direto e pessoal com o topo das organizações (ou, simplesmente, com superiores hierárquicos), impeditivo de uma adequada "socialização" dentro da organização e difusão mais personalizada das regras éticas.

A filosofia da gestão e dos valores éticos da organização continuam a ser a melhor prevenção da fraude. Perante o flagelo e constante mutação e ou

desdobramento dos seus esquemas, o êxito não é garantido, mas "mais vale prevenir do que remediar". Um simples Código pode fazer a diferença, desde que os próprios gestores também o sigam.

Maria do Céu Ribeiro
2013-10-03

LAGARTEIRO E EDP

A semana passada foi marcada – entre outros acontecimentos de triste memória como a aprovação do OGE para 2014 – pela investida da EDP nos bairros do Lagarteiro e de Contumil no Porto. Os técnicos da EDP, protegidos pela PSP, procederam ao corte da electricidade de muitos dos consumidores, privando-os desse bem essencial à vida quotidiana.

O Jornal de Notícias (02/11/2013) informa que nos cortes previstos na cidade do Porto há também moradias da classe média-alta e dá destaque a alguns casos de fraude dos consumidores ou de dívidas que se arrastavam há muitos anos. Mas a acção começou por bairros sociais de famílias de parcos rendimentos e muitas seriam certamente as razões para a falta de pagamento.

Sejamos claros. Se há fraude dos consumidores elas são inaceitáveis. Contudo, mesmo que o objectivo da empresa fosse "efectuar o corte de ligações fraudulentas", mantem-se inadequado o processo. Revela desproporcionalidade e fragilidade dos clientes perante a empresa. Talvez tivesse sido bom reflectirem sobre uma outra frase contida no comunicado da EDP: "tendência de crescimento de fraudes" e questionarem-se porquê.

A fraude, esquecida para uns, exigindo longos processos que a pouco conduzem para outros, é hoje a palavra-chave utilizada pelo poder, político e económico, para falar do agravamento das condições de vida da generalidade dos portugueses, da brutal e abrupta ruptura entre o que legitimamente se projectou e o que se pode hoje concretizar. Há pouco tempo o Estado falava em fraude dos utilizadores de transportes públicos para justificar mais fiscalização – gerando uma dinâmica pouco virtuosa – agora a EDP passa aos actos.

2. É manifesta a desproporcionalidade das acções, tomando como referência exclusiva várias e lamentáveis situações relacionadas com a EDP.

Se não paga, corte-se! Se se aceita pagar 3,1 milhões de euros em remunerações e prémios ao presidente executivo da EDP ("de acordo com o relatório da eléctrica, o montante global bruto das remunerações pagas aos membros dos órgãos de administração e fiscalização da EDP, no exercício de 2012, rondou os 18 milhões de euros" – Público 6/4/2013), como aconteceu com a aprovação do Relato Financeiro no início deste ano, na sequência de uma prática corriqueira, considera-se que é a justa remuneração, é o reconhecimento dos accionistas. Se se "rouba" não pagando leva-se a Polícia, instituição do Estado; se se "rouba" todos os consumidores – porque são eles que pagam os prémios aos administradores – o Estado abstém-se na votação.

Se não se paga, corta-se! Se a EDP faz os consumidores pagarem muito mais do que as famílias compraram, a electricidade, tudo está bem na "república das bananas" e as famílias são obrigadas a aceitar. O que compramos é a electricidade, mas o que mais pagamos na conta de electricidade é a "tarifa de acesso à rede". A electricidade custa 43% da factura que pagamos e, do restante, 26% para a "utilização das redes" e 31% de "custos de interesse económico geral".

Quando a EDP se engana nas contas ou comete qualquer irregularidade não é ela que vem a nossa casa resolver o problema que criaram. Somos nós que, com prejuízo de horas de trabalho, temos que nos deslocarmos a um posto de atendimento para nos defrontarmos com um mau serviço. Será que no futuro podemos pedir o apoio da Polícia para obrigar a EDP a corrigir o seu "erro" e a indemnizar celeremente?

3. Nestas situações recordamo-nos amiudadamente da carta de Eça de Queiroz à companhia das águas:

> "Se eu não pagar, faz isto: corta-me a canalização.
>
> Quando V. Exa. não fornecer, o que hei-de fazer, Exmo. Senhor? É evidente que para que o nosso contrato não seja inteiramente leonino, eu preciso, no análogo àquele em que V. Exa. me cortaria a canalização, de cortar alguma coisa a V. Exa."

Mas hoje o problema é mais grave, não basta "cortar alguma coisa a V. Exª". É preciso cortar alguma coisa ao funcionamento da sociedade em que

vivemos, decepar na globalização o aumento das desigualdades na distribuição do rendimento e o desrespeito pelo Homem.

4. A delinquência deve ser combatida, venha dos pobres ou dos ricos. A delinquência das elites é o principal problema criminal actual, afectando de uma forma devastadora as condições de vida de muitos milhões de cidadãos. A delinquência dos pobres, embora afecte habitualmente poucos, é a mais severamente combatida.

Carlos Pimenta
2013-11-07

LISTAS COLORIDAS DOS *OFFSHORES*

1. Todos sabemos o que são os paraísos fiscais e judiciários, independentemente do nome que assumam (praça financeira, entreposto, etc.), vulgarmente designados de *offshores*.

De uma forma ou de outra, em maior ou menor grau, esses paraísos (para uma restrita elite económico-financeira) obedecem às regras seguintes:

- impostos reduzidos ou mesmo nulos para não residentes;
-
- segredo bancário inviolável ou quase;
- segredo profissional em torno da estrutura e actividade dos negócios aí instalados e realizados (o que pode tornar inviável identificar os proprietários das "empresas" e as actividades realizadas);
- uma grande facilidade de constituição de uma sociedade, que muitas vezes mais não é que um fantasma (isto é, empresa exclusivamente para manobras contabilísticas, domiciliada numa caixa de correio ou similar);
- liberdade de movimentos de capitais e rapidez das operações (quase sempre estamos a falar de capital-dinheiro, não de capital produtivo, com uma volatilidade que permite limpar rapidamente qualquer pista da sua actividade);
- concentração de empresas de advogados, consultadoria, auditoria e gestão de fortunas; vulgarmente estão presentes as grandes empresas internacionais nessas áreas e bancos de diversos países.

Obviamente que têm de estar instalados em regiões que usufruam estabilidade política e que transmitam aos "investidores" confiança.

Se há alguns *offshores* que se mantêm reticentes a colaborarem com as autoridades dos diversos países, a grande maioria estabelece diversos acordos bilaterais ou multilaterais. Aliás tais procedimentos ajudam a atrair

capitais, reforçam o ambiente de confiança, ajudam a operações financeiras envolvendo diversos paraísos fiscais.

São esses acordos que permitem ao paraíso fiscal saírem da "lista negra" criada por algumas instituições (vide OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento) e torná-lo uma instituição aceite alegremente pela comunidade internacional.

Por meio dessas listas dos "bem ou mal comportados" se designa a opacidade por "transparência" e a concorrência desenfreada por "cooperação". Na sequência desta lógica, neste mesmo dia (21 de Novembro) se inicia em Jacarta o sexto encontro do Fórum Global para a Transparência e a Troca de Informações em Assuntos Fiscais. Como diz a OCDE "é a continuidade de um fórum que foi criado no início de 2000, no contexto do trabalho da OCDE para enfrentar os riscos de cumprimento das obrigações fiscais que os paraísos fiscais representam". Fórum cujas regras sofreram alterações em 2009, na sequência de propostas do G20 (a reunião dos 20 países mais ricos do mundo).

2. Qualquer cidadão ou instituição pode colocar, legal ou ilegalmente, dinheiro nesses paraísos fiscais, mas as regras estão estabelecidas (capital mínimo, aceitação por parte do poder político local, etc.) de forma que sejam um espaço para as grandes fortunas, para uma elite de grandes empresas.

São eles que representam a enormíssima percentagem dos pelo menos 21.000.000.000.000 dólares (entre 21 e 32 biliões de dólares, em 2010), como referimos numa crónica neste mesmo local em 2012-09-13.

Seria impossível em poucas palavras descrever todas as fraudes, legais ou ilegais, que os paraísos fiscais permitem. Alguns exemplos:

- Criar empresas que não empregam nenhum trabalhador mas que permitem a realização de operações contabilísticas, ou outras, capazes de evitar o pagamento de impostos nos países em que efectivamente labutam.
- O dinheiro obtido na produção e comercialização de droga pode passar pelas instituições aí domiciliadas, no seu processo de branqueamento (vulgo, lavagem), permitindo aparecer posteriormente como dinheiro legitimamente ganho, parceiro em qualquer negócio legal.
- Montar empresas que praticam a fraude contra os consumidores ou que promovem a burla através da utilização das redes informáticas internacionais.

- Encobrir um acto de corrupção política sob a capa de um negócio realizado de acordo com as normas comerciais.

Até permite que os defraudadores fiscais em diversos países, nomeadamente nos que não usufruem autonomia financeira, contribuam para a derrocada das contas públicas e, simultaneamente, sejam idóneos responsáveis pelo "funcionamento dos mercados" da dívida pública.

3. Não sendo de subestimar a redução aparente da concorrência fiscal e a troca de informação entre Estados e polícias de diferentes países, é preciso ter bem presente que esta lógica de "transparência e cooperação" é uma forma velada de reconhecer a impossibilidade de acabar com os paraísos fiscais e judiciários, situados dominantemente em países centrais da economia mundial. O que era essencial não é feito e só se fala do muito pouco que é feito.

Chegado aqui há muitas perguntas a que não sabemos responder, limitando-nos a colocá-las ao leitor:

- É possível a globalização – assente na mundialização do sistema social, na financiarização da economia, no agravamento das desigualdades sociais – existir sem essas "placas giratórias" entre as actividades legais e ilegais?
- Acabar com a globalização poderá fazer renascer um capitalismo mais humano, mais ético, mais respeitador das regras da concorrência em igualdade de circunstâncias para todos os participantes?
- Poderemos reencontrar neste "autêntico desafio civilizacional", uma sociedade "com menos ganhos e dispêndios de alguns em contraste com a imerecida penúria de muitos; com outra organização do trabalho face às profundas mudanças tecnológicas, que tantas vezes o reduzem ou dispensam; face ainda às exigências irrecusáveis de populações inteiras que, na Europa ou batendo à sua porta, pretendem basicamente trabalhar e viver, senão mesmo sobreviver", como alertou D. Manuel Clemente muito recentemente?

Carlos Pimenta
2013-11-21

RANKINGS DAS ESCOLAS: DESORDENAÇÃO E DESIGUALDADE DE OPORTUNIDADES

"Todas as nossas escolas são escolas de guerra, pelo recrutamento, porque só queremos os mais aptos ou aqueles que julgamos mais aptos, pela disciplina do curso e do comportamento, e pelo nosso objectivo de, no final dos estudos, os repartirmos por armas.". Em sintonia com este excerto de Agostinho da Silva na sua obra Espiral, fica claro que na sociedade portuguesa moderna a entrada para certas escolas tem vindo a ser uma luta fratricida, sendo que em tempo de guerra nem sempre há ética no comportamento guerreiro; por outro lado, e em dessintonia com o filósofo atendendo à crise socioeconómica, não há hoje armas para repartir à saída da escola – não há trabalho especializado para especialista.

É nesta trapalhada que a contemporaneidade nos confronta com a necessidade de quantificar tudo e de tudo ordenar. Os rankings das escolas pretendem comparar fortes, distinguir fortes de fracos. Talvez, permitir tirar ilações para melhoria. Comparar não é errado, antes pelo contrário, todos queremos o melhor para a educação; uma forma de as instituições melhorarem é também pelo seu posicionamento relativo em relação às demais. Tudo isto é verdade apenas e só se se comparar o comparável.

Faz sentido ordenar na mesma escala uma escola em centro urbano bem desenvolvido com outra no interior rural por desenvolver? Escolas com corpo docente estável e motivado com escolas carentes de professores que abracem um projeto educativo e que sejam abraçados pela instituição e sociedade envolvente? Escolas com infraestruturas com outras quase sem condições de funcionamento? Ora, todos aceitamos que a existir uma ordenação ela deveria levar em linha de conta certos condicionalismos, formando, digamos, uma ordenação por patamares ou categorias. Quando analisamos o ranking das escolas vemos um rol de escolas, indiferenciadas em relação

a muitos destes (e outros) aspetos que teriam que ser diferenciadores e condicionadores. Mesmo que alguns fatores de diferenciação tenham vindo a ser incluídos, a notícia não os releva. Não é uma crítica à comunicação social. O processo é que é complexo, e não pode ocupar os 5 minutos de abertura de um telejornal. Exige um programa que informe e contraponha. No ranking atual o que significa ficar em primeiro lugar? É a melhor escola? O que é ser a melhor escola?

Ora, quem faz verdadeiramente a escola, a melhor escola, são os estudantes pela capacidade que têm, pelo que trazem de casa, pelo seu conhecimento do mundo e pelas suas experiências de vida, pelo acesso que têm à informação também, e sobretudo, fora da escola. Com o forçar da ideia que todos devem ter igualdade de oportunidades em escolher a escola em que querem estudar, criou-se a falsa ideia de que o "modelo" atual proporciona aos nossos filhos a melhor oferta possível. Todos percebem que no limite haverá uma escola que é melhor que todas as outras e que portanto, não é possível satisfazer todos os interessados. Mas quem tem acesso à informação? Quem pode "pagar" a entrada na melhor escola? A resposta é: uma parte pequena da sociedade, no fundo um conjunto de eleitos. Afinal quando pensávamos que tínhamos uma escola democrática, o que temos é uma escola verdadeiramente elitista. A escola que antes era para alguns, porque os outros não tinham possibilidades intelectuais e/ou económicas para a frequentarem, permanece agora para poucos, porque há muitas escolas mas em muitas delas não se consegue ensinar/aprender. Mesmo em muitas das escolas de excelência, porque o contingente de progressão é limitado a um conjunto de notas muito elevadas, há a inversão completa do ónus: o importante não é formar, ajudar a explorar e enriquecer mas antes o preparar para ultrapassar determinadas provas e obstáculos específicos otimizando técnicas de resposta. Ensina-se a responder, não a perguntar. Aprende-se a contornar não a dominar.

Ora, atendendo a que

1. A escola não é mais um espaço de formação, é um negócio.

Esta constatação está excelentemente retratada por Joaquim Almeida Santos (2013) quando refere "Transformada em empresa, a escola vende uma mercadoria a que uns chamam educação e outros simplesmente instrução. Estabelece-se, de forma crescente, uma relação comercial e jurídica que envolve, como em qualquer negócio, duas partes, um vendedor (que é a escola) e um comprador, um cliente (que é, diretamente, o aluno e, de forma

entreposta, a família desse aluno). No meio há um "bem". Intangível mas que se quer forçosamente que tenha características de uma mercadoria tangível, palpável, observável e facilmente mensurável em termos de qualidade."

Mas não é só a instituição escola que surge como agente económico, também livros e material de apoio são mercadorias que fazem movimentar muito dinheiro. Todos tivemos de comprar para os nossos filhos tintas, pinceis e canetas especiais de pequeno traço mas de grande custo. Muito deste material nem chega a ser usado. Lembro-me também de uma coleção de livros de educação física que continuam embrulhados. Entregar para que outros os usem é louvável e por vezes ajuda a resolver o problema de famílias mais carenciadas que querem proporcionar boa educação aos filhos. As editoras produzem manuais com papel caro, folhas híper coloridas, fazendo-os acompanhar de cadernos de atividades e E-manuais – que vendem como blocos pedagógicos. As escolas optam por certos livros e têm de os manter, embora por um período curto. Mas claro, na senda da reforma da reforma, eis senão que os sucessivos ministérios vão alterando os curricula; mesmo que pouco, faz com que o livro do irmão mais velho ou do primo não possam ser reutilizados. Em países mais evoluídos, os livros são entregues pelas escolas aos estudantes. Terminado o ano letivo, estes são obrigados a devolvê-los em condições de reutilização para o próximo ano por outros estudantes. Só há aquisição, a posteriori, caso o estudante os tenha inutilizado. Aqui há muitos anos falava-se na dificuldade de sobrevivência das editoras, agora o sucesso de vendas tem levado a fusões, aquisições, à formação de grandes e poderosos grupos editoriais.

E a que

2. O sucesso escolar é um decreto e não o fruto do esforço.

O sucesso escolar foi decretado. Sim, desencadeado pelo despacho 98-A/92, aquele em que a palavra "reprovado" não consta; apenas a de "não aprovado" no final de um ciclo de estudos … como pode a escola produzir resultados e consequências do processo educativo se é forçada a transitar impreparados? Falar de modelos de recuperação, sim faz sentido. Mas a não exigência faz da escola um recreio de brincadeiras e de vaidades; não passa de um espelho das frustrações que uns trazem de casa e da frustração daqueles que querem aprender mas não podem porque o nível é gritantemente baixo, a qualidade subestimada e o ritmo perigosamente brando.

As instituições de ensino estão transformadas em máquinas de fornecimento de diplomas e não em espaços de provimento de qualificações. Quem

perde então? Perde a sociedade e perdem as famílias e os estudantes que, ébrios pelo sucesso fácil, alimentados pelo sistema, se deixam ludibriar. Investem a sociedade e as famílias, tempo e dinheiro num processo que converge para a falência. Agora perante a crise financeira, tudo vem ao de cima.

O que seria importante evidenciar seria que

3. Não importa se público ou privado: o sistema educativo deve potenciar-se com ambos

Quando o estado entrega cheques dentista a cidadãos para se tratarem no privado, procede de forma inteligente aproveitando potencial instalado, dado que o serviço nacional de saúde não dispõe de uma rede de médicos dentistas. Público e privado convergem num sistema de saúde nacional.

Mas o que se pretende quando se patrocina escolas privadas, quando se aumenta o número de estudantes por turma no público, quando se avalia professores após a estes ter sido reconhecida competência para exercer a profissão? O que se espera de um estado que tem uma rede escola vasta, que ainda recentemente investiu, imenso, na modernização dessa rede? O que esperar da entrega de escolas públicas à gestão privada? Receio responder, de tão evidente que é a resposta. Não seria de o público e o privado, também no ensino, convergirem num sistema de educação nacional?

Infere-se pois que

4. A escola é cada vez menos um espaço de oportunidade

Tal como na guerra o vencedor não deve humilhar nunca o vencido, também um sistema que se quer educativo deve premiar o sucesso e apontar alterações para inverter o insucesso. Nas palavras de François Dubet (2004) "A igualdade de oportunidades pode ser de grande crueldade para os perdedores de uma competição escolar encarregada de distinguir os indivíduos segundo o seu mérito. Uma escola justa não pode limitar-se a selecionar os que têm mais mérito; deve preocupar-se também com a sorte dos vencidos". Se assim não for, tudo é uma grande fraude encapsulada debaixo de (falso) sucesso escolar.

REFERÊNCIAS

Joaquim Almeida Santos, Estudar, é preciso? ... Percursos e práticas de construção do sucesso escolar no quotidiano de jovens na escola pública, Edições Húmus, Lda., 2013

François Dubet, L'école des chances : Qu'est-ce qu'une école juste?, Seuil, 2004

Rui Santiago, Maria Fernanda Correia, Orlanda Tavares, Carlos Pimenta, Um olhar sobre os rankings, CIPES, 2004, http://www.publico.pt/ranking-das-escolas

Paulo Vasconcelos
2013-12-05

V CAPÍTULO
FRAUDE E EVASÃO FISCAL

PODEM AS LEIS MÁS OU INCOMPETENTES INCENTIVAR A FRAUDE?

Em qualquer país, a resposta a esta questão é sempre afirmativa e daí o particular cuidado na concepção, formulação e processo de implementação das leis. Num país democrático, existe uma ampla participação da sociedade civil, nomeadamente dos intelectuais, académicos, profissionais, especialistas, etc. e somente naqueles com um défice democrático reduzido, as leis são 'fabricadas' em sigilo e evitando a todo o custo a participação externa, desde logo para que não venha a público a incompetência ou limitações técnicas dos seus autores. Infelizmente, Portugal, nesta matéria, insere-se neste segundo grupo.

Algumas demonstrações práticas para o leitor são indicadas de seguida. Por exemplo, a introdução em sede de impostos de regimes simplificados de tributação, baseados em critérios estimados ou aproximados, atrai mesmo os contribuintes honestos para opções menos legítimas mas, no entanto, permitidas pelo legislador. Infelizmente, e não obstante anos seguidos de insucessos na aplicação deste regime, apenas no OE de 2009, o legislador reconheceu o seu fracasso e eliminou o dito regime simplificado. Optou agora, e bem, conforme tem vindo a defender alguma doutrina, pelos regimes simplificados de contabilidade, que constituem uma base minimamente objectiva e pelo menos real, exceptuando as situações de fraude ou viciação contabilística.

Outro exemplo de más leis na área fiscal é a tentação para a subida das taxas dos impostos, numa tentativa de obtenção de maior receita, quando já é sabido e confirmado pela melhor doutrina internacional que o efeito é maléfico, pois o contribuinte fica igualmente tentado a 'fugir' aos impostos ou planear legitimamente a sua vida de forma a minimizar a carga fiscal. Remeto, nesta temática, para os estudos do FMI que confirmam estes

efeitos, por exemplo, em sede de IVA (ver o sítio desta organização internacional, em 'Working Papers').

Por último, e apesar de louvar a recente iniciativa legislativa de criação de um novo Código Contributivo, o legislador não teve coragem suficiente para abandonar de vez, na área da segurança social, o recurso a bases de incidência ou tributação presumidas ou fictícias.

Quantos anos deverão levar até atingirmos um nível mínimo de razoabilidade e credibilidade da nossa legislação?

Defendo também neste capítulo da elaboração e formulação das leis, uma descentralização e uma maior participação cívica, independente e competente.

Glória Teixeira
2009-07-30

A CAMINHO DO INFERNO... PARA O PARAÍSO!

"A fool's paradise is a wise man's hell!"
(Thomas Fuller, n.1608 – m.1661; historiador e clérigo inglês)

Este país não é para velhos, novos, ...

Se calhar deveríamos todos emigrar, não para o Brasil, como aconselhou há dias o nosso Primeiro Ministro a alguns dos nossos compatriotas, mas para o paraíso!

Seguindo o lema de Ann Radcliffe (1764 – 1823, in *The Mysteries of Udolpho*, 1764), "eu nunca confio nas afirmações das pessoas, antes nas suas ações".

A Caixa Geral de Depósitos (CGD), banco sob a tutela do Governo Português, está a transferir a operação que tem na Zona Franca da Madeira para as ilhas Caimão. Estas ilhas são um território britânico, a sul de Cuba, cuja capital é George Town. Até meados dos anos 60 do século XX estas ilhas dedicavam-se à agricultura e à pesca. Atualmente, o arquipélago é um conhecido paraíso fiscal.

Existe um vasto conjunto de definições para paraísos fiscais. De forma sintética, baseando-me em relatórios produzidos pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), um paraíso fiscal preenche normalmente uma das seguintes 'condições' ou características: os não residentes que têm atividade no 'paraíso' pagam poucos ou nenhuns impostos; não há efetiva troca de informação fiscal entre o 'paraíso' e os outros países; as atividades do 'paraíso' e as das organizações que lá estão sediadas carecem de transparência; os 'paraísos' procuram atrair investimento que não exijam a realização de atividade comercial significativa (ou seja, transações registadas nas contas dos bancos/organizações localizadas no 'paraíso' na realidade ocorreram num outro lugar...).

Hão 3 razões que podem 'aconselhar' a emigração para o 'paraíso': evitar impostos; impedir que se saiba o que se está a fazer; e evitar a regulamentação. As atividades económicas que 'emigram' para os 'paraísos' são genericamente de três tipos: as corruptas; as que procuram evitar impostos; e as que

procuram evitar a regulamentação. Assim, os 'paraísos' fiscais encorajam o crime e a corrupção através do fornecimento de um espaço secreto no qual aqueles possam acontecer; encorajam a evasão fiscal providenciando um ambiente livre de impostos que se convertem em lucros de atividades reais que ocorrem numa outra parte do globo; fornecem um abrigo seguro para os capitais que 'fogem' dos seus 'predadores'; fornecem um espaço onde as regulamentações que os países (em regra, mais desenvolvidos) implementam para proteger os seus cidadãos podem ser evitadas.

Em termos muito simples, é um local muito distante do paraíso, qualquer que seja a forma como se defina este...

Não devem restar dúvidas, os 'paraísos' fiscais constituem um imposto sobre o desenvolvimento económico de um país.

Este episódio da CGD a acrescer ao facto de quase a totalidade das empresas do PSI-20 terem a sua sede fiscal na Holanda (outro 'paraíso') reflete o trilho do inferno para os contribuintes portugueses que não podem 'emigrar' para o paraíso...

Afinal este país não é para "lorpas", é de "lorpas"!

Aurora Teixeira
2011-12-29

OS INSTRUMENTOS DE LUTA CONTRA A FRAUDE E ABUSO FISCAIS

Acabo de regressar de Londres onde apresentei um trabalho, em conferência organizada pela Universidade de Londres, dedicado às trocas de informações fiscais e da sua crescente importância num mundo cada vez mais global.

Por coincidência, a imprensa inglesa noticiava mais um encontro dos G8, desta vez dedicado ao combate contra a fraude fiscal, e alertava para o problema dos países mais pobres que perdem mais com a fraude fiscal do que aquilo que recebem a título de ajuda financeira.

Paralelamente, nos países desenvolvidos, multinacionais como a Google, Apple, Starbucks tem estado debaixo de fogo pela sua sujeição a uma reduzida carga tributária, pedindo-se mais justiça fiscal e menos sacrifícios aos pequenos e médios contribuintes.

A alteração deste estado de coisas passa não apenas pela introdução de mais e melhor legislação fiscal (veja-se, nomeadamente o crescente número de tratados, multilaterais e bilaterais, e directivas dedicados às trocas de informações fiscais entre os estados) mas também pela progressiva implementação de medidas que obriguem determinadas categorias de contribuintes a divulgar publicamente os rendimentos que auferem.

Os estados têm vindo a atacar esta frente também mas com esforço e dificuldades acrescidas, exigindo-se uma autoridade tributária cada vez mais e melhor apetrechada, de forma a cobrir as situações de risco e que exigem uma atenção redobrada.

Se, ao nível dos contribuintes singulares assistimos a alguns progressos, visíveis no crescente número de condenados, no país e no estrangeiro, por crimes de fraude fiscal, ao nível das multinacionais muito haverá para fazer, especialmente em sede de preços de transferência, com uma mais justa

alocação das receitas ou proveitos fiscais aos países da fonte ou ao território onde são gerados ou produzidos esses rendimentos.

As organizações internacionais têm chamado a atenção para estas injustiças flagrantes, nomeadamente com a utilização por parte de algumas multinacionais de países com zero ou reduzida tributação (veja-se o mais recente relatório da OCDE, de abril de 2013, 'Restoring fairness to the tax system').

Se é certo que os países são soberanos, podendo escolher o nível mais adequado de tributação, não poderão, todavia, os contribuintes, artificialmente, alocar proveitos a jurisdições de reduzida tributação, com o fim último de não pagar os impostos devidos.

Os casos 'Apple', 'Microsoft' e 'Hewlett-Packard' evidenciam os recentes esforços dos EUA em impedir possíveis manobras abusivas encetadas pelas multinacionais, nomeadamente a utilização de acordos de partilhas de custos entre empresas e a negociação de taxas preferenciais de IRC com alguns governos (veja-se, de acordo com as informações fornecidas pelo 'Tax News Service' do IBFD, a negociação de uma taxa de IRC inferior a 2%, para algumas multinacionais, por parte do governo irlandês, quando a taxa legal é de 12%).

A luta contra a utilização dos paraísos fiscais foi recentemente reforçada, com uma operação conjunta desencadeada pelos EUA, Reino Unido e Austrália, que visa divulgar as empresas, beneficiários e consultores fiscais envolvidos neste tipo de planeamento fiscal abusivo. Foram identificados centenas de beneficiários que estão presentemente a ser investigados pelas diferentes autoridades fiscais daqueles países.

Estima-se ainda que os níveis de 'fuga' aos impostos são extremamente elevados nos diferentes países (no Reino Unido, por exemplo, aponta-se para valores na ordem dos 70 biliões de libras).

Igualmente não devem os estados, artificialmente através das chamadas ajudas de estado, conceder benefícios fiscais a grandes multinacionais que podem e devem pagar os seus impostos.

No entanto, a realidade mostra-nos que esta luta ainda está longe de ser ganha.

O caso mais flagrante foi a atribuição de uma taxa reduzida de IRC, pelo estado francês, a uma grande empresa multinacional francesa na área energética que, não obstante a queixa apresentada pela Comissão Europeia que alertava para a existência de uma ajuda de estado inaceitável e ilegal,

logrou vencimento mesmo junto do Tribunal de Justiça da União Europeia. A taxa reduzida manteve-se e a Comissão Europeia perdeu o caso.

Os impostos são o preço que temos a pagar por uma sociedade civilizada e estes devem ser pagos por todos os contribuintes, sem exceções ou regimes preferenciais.

Glória Teixeira
2013-07-04

A MODA DA EVASÃO FISCAL

Um dos subprodutos da actual crise económica e financeira mundial é o maior despertar para o tema da evasão fiscal. Esta atenção crescente, dada pelos meios de comunicação social, pela sociedade civil e organizações não governamentais e, também, por governos um pouco por todo mundo, espelha diversas motivações que concordam num ponto: no combate à fuga às obrigações fiscais.

Nesta conjuntura extraordinária, que vive de medidas económicas extraordinárias, muitos governos não têm outra condição senão a de aumentar a carga tributária das famílias e empresas de modo a fazerem face às suas despesas e às dívidas públicas. Floresce assim a motivação para a fuga ao fisco mas também para o seu combate. Sedentos por receitas públicas e sem margem para aumentarem a carga fiscal, a evasão fiscal penaliza a execução orçamental dos governos ao criar a erosão da base tributária. O combate a este fenómeno torna-se assim viável como fonte de receita.

O aumento dos impostos levanta também questões sobre quem o suporta, ou seja, de que forma é distribuída a carga fiscal pela sociedade. Sem um combate efectivo à evasão fiscal, os indivíduos e entidades com maiores recursos conseguem mover-se (por vezes dentro da legalidade) entre praças financeiras e assim, usando paraísos fiscais, anulam ou amortecem a carga fiscal inerente por sistema. O sistema fiscal progressivo pressupõe que quem aufere maiores rendimentos ou gera maiores lucros terá uma maior contribuição fiscal. Na presença de evasão, existe claramente uma distorção na distribuição da carga fiscal pela sociedade.

A motivação política para a temática ficou explicitada na declaração final da reunião do G20 no México (Junho de 2012) – reiterada na reunião de ministros das finanças do G20 (Novembro de 2012) – como "a necessidade de prevenir a erosão da base tributária e a transferência de lucros". Na tentativa de combater estas problemáticas, o Secretário-geral da OCDE anunciou em Julho de 2013 um plano de esforço conjunto dos seus membros (dos quais Portugal faz parte). Entre as principais medidas salientam-se: (i) o

desenvolvimento de regras internacionais de tributação de modo a colmatar lacunas entre diferentes sistemas fiscais e assim neutralizar qualquer tipo de arbitragem; (ii) a revisão das regras existentes sobre tratados fiscais e preços de transferência de forma a eliminar falhas observadas; e (iii) o aumento da transparência, estabelecido através do reporte das empresas às respectivas administrações fiscais sobre a alocação dos seus lucros pelas suas redes de sucursais a nível internacional, e maior dialogo entre governos sobre as regras e benefícios fiscais aplicados.

O panorama geral sobre a evasão fiscal é normalmente deduzido através de um indicador denominado por tax gap. Este indicador pode ser estimado para os diversos tipos de impostos, e é obtido confrontando o valor teórico do imposto (processado através da compilação das contas nacionais) com o imposto efectivamente cobrado. Existem algumas reservas quanto à leitura deste indicador uma vez que o gap pode traduzir não só evasão fiscal mas também atrasos no pagamento de impostos, efeitos da alteração da legislação fiscal e erros no cálculo do imposto teórico. O tax gap, em muitas administrações fiscais, trata-se de uma série estatística envolta em secretismo e pouca transparência. Para Portugal os valores existentes são relativos ao gap do IVA. Segundo o INE, para o período 2006-2010, o gap médio anual de IVA foi 1.752 milhões de euros, representando 11,4% do IVA cobrado, tendo em 2009 observado o valor mais elevado neste período (18,7%), em contraste com o valor mínimo registado em 2007 (7,9%). Apesar do IVA ser o imposto com maior peso na receita fiscal, os rendimentos de pessoas singulares e colectivas são os mais sujeitos à evasão fiscal. Daí seria útil o conhecimento da série do gap para o IRS e IRC.

A problemática da evasão fiscal nem sempre beneficia da atenção merecida. Quando o ciclo económico é de expansão raramente se ouvem preocupações neste sentido, quer do círculo político quer da imprensa. Parece assim poder dizer-se que o tema "evasão fiscal" é uma moda, desvanecendo em expansão até ao próximo período de grande restrição orçamental. A conjuntura actual parece albergar as condições necessárias para uma mudança estrutural nas políticas de combate à evasão fiscal. Contudo, apesar da aparente motivação a nível internacional, subsiste o paradoxo de que grande parte dos países envolvidos neste esforço alberga dentro dos seus territórios nacionais paraísos fiscais.

Nuno Gonçalves
2013-09-05

IVA DA RESTAURAÇÃO, EM TEMPOS DE DIMINUIÇÃO DA EVASÃO FISCAL

1. A discussão das potenciais consequências do aumento do IVA da restauração foi sempre muito acesa. Inicialmente, da parte dos que procuravam evitá-lo, os argumentos aduzidos eram de natureza "negativa".

Eis dois exemplos.

- *O aumento da taxa no setor da restauração corresponderá a um encargo insustentável para os empresários do setor da restauração, que terão de pagar mais IVA.*
  Incorreto. O IVA é um imposto sobre o consumo e, por isso, é pago pelos consumidores finais. As empresas, os empresários do setor da restauração, limitam-se a cobrá-lo aos seus clientes para entrega ao Estado. Só serão atingidos pela taxa mais elevada se e quando se colocarem na posição de consumidores finais.
  "Mas há empresas que não refletiram integralmente o impacte do aumento da taxa no preço dos serviços prestados, reduzindo por essa via a respetiva margem de lucro", poderá contrapor-se em favor do referido argumento. A ter acontecido isso, foi uma decisão de política comercial, forçada é certo, mas que não permite dizer que as empresas do setor da restauração têm agora de "pagar mais IVA".
- *O imposto a arrecadar pelo Estado irá diminuir se a taxa de IVA aumentar para 23%.*
  Não diminuiu. Pelo contrário, aumentou muito para além daquilo que seria expetável acontecer pela simples alteração da taxa. A estimativa mais recente aponta para uma cobrança de 600 milhões de euros de IVA em 2013, contra 250 milhões em 2011. E isto num ambiente de contração económica, com o rendimento das famílias a reduzir-se

paulatinamente, contribuindo para a redução do volume de negócios do setor em cerca de 25%.

2. Como fazer sentido destes argumentos e da não concretização das suas consequências?

O setor da restauração sempre foi olhado como um "case study" no domínio da evasão fiscal. As empresas do setor cobravam aos clientes o IVA incluído no preço dos serviços prestados, mas como não faturavam boa parte destes o imposto era por elas apropriado como uma receita que, ainda por cima, não era tributada em IRC. Porém, sobretudo a partir de 2012, as de média dimensão (volume de negócios anual entre 150.000 e 250.000 euros) passaram, tal como já acontecia com as grandes, a ter de usar software de faturação certificado que "despeja" diretamente na Administração Tributária as transações efetuadas. Se a isto se juntar o incentivo fiscal que recentemente foi dado aos consumidores para que solicitem fatura dos serviços adquiridos na área da restauração, então tem de se concluir que se reduziu muito o espaço de que as empresas do setor dispunham para a praticar evasão fiscal.

Neste contexto se percebe, pois, por um lado o sentimento de que "terão de pagar mais IVA", quando em boa verdade o que terão de fazer é entregar o imposto que antes ilegalmente retinham; por outro, que a receita do IVA, num ambiente de contração económica como acima referido, tenha aumentado muito para além da variação percentual ocorrida na taxa.

3. Muito recentemente, a discussão passou a ter um enfoque de natureza virtuosa.

- *Se a taxa de IVA na restauração voltar aos 13% isso irá permitir criar milhares de postos de trabalho no setor.*
  Argumento que parece ter colhido adeptos, até junto do Governo. Do mesmo modo que antes não se verificou a previsão catastrófica do colapso do setor e da perda de centenas de milhares de postos de trabalho, também agora parece ser pouco provável que ocorra esse choque virtuoso no emprego, por efeito da mera redução da taxa. Com efeito, a força última que cria empregos é a procura. E esta, na generalidade dos casos, reage ao rendimento disponível dos consumidores e ao preço dos bens e serviços. Supondo que o primeiro tenderá a manter-se estável, ou mesmo a retroceder, resta

> o preço. Numa refeição atualmente vendida ao cliente por 10 euros, a reposição da taxa de IVA nos 13%, se totalmente refletida nesse preço, implicará que essa refeição possa ser vendida a 9,20 euros. Não parece que uma variação de preço deste calibre, sem mais, implique um tal aumento de procura que despolete o mencionado aumento de emprego. Menos plausível se afigura se se tiver presente o que aconteceu em 2008, quando o Governo de então reduziu a taxa de IVA aplicado aos serviços prestados pelos ginásios. O mais provável efeito de uma baixa da taxa de IVA na restauração será a manutenção dos preços no consumidor, com aumento da margem de rentabilidade das empresas.

Em suma, não se vê como será possível gerar esse aumento do emprego. A redução da taxa de IVA muito provavelmente esvair-se-á numa transferência de recursos do Estado, que veria a sua receita de IVA reduzir-se, para as empresas do setor. Politicamente, o Governo tem legitimidade para o fazer. Deverá, porém, previamente, explicar aos contribuintes quem é que vai pagar a "fatura", isto é, onde vai buscar a receita para substituir a que irá perder.

José António Moreira
2013-09-26

QUALIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA EM TEMPOS DE CRISE

Para quem olha a empresa do exterior e não tem qualquer ascendente sobre ela para lhe pedir informação adicional – como acontece com a banca –, a única forma de perceber a sua "saúde" financeira é através dos relatórios periódicos (em geral anuais) que ela emite.

Recentemente ocorreram importantes reformas dos normativos contabilísticos. Em 2005, com as "normas internacionais de contabilidade" aplicáveis aos grupos de empresas cotados em bolsa; em 2010, com o SNC – Sistema de Normalização Contabilística, aplicável à generalidade das restantes empresas e organizações.

O objetivo dessas reformas era, declaradamente, tornar a informação financeira publicada pelas empresas de maior utilidade para os utilizadores externos, em quantidade e em qualidade.

Porém, só por si, um denso e alargado conjunto de normas não é condição suficiente para concretizar um meritório objetivo como o referido. As motivações que em cada momento guiam as empresas ao nível da produção dessa informação afetam sobremodo essa qualidade.

O tecido empresarial português é constituído em mais de 99% por pequenas e médias empresas (PME). Para a maioria delas a posse de um sistema de informação contabilística é ainda vista como mera imposição legal destinada a servir de base ao cálculo e pagamento de impostos, não como um instrumento de apoio à gestão. Nesta envolvente, e porque a qualidade da informação produzida não é valorada pelas empresas, a manipulação dessa informação por via, por exemplo, da subfaturação das transações efetuadas ("vendas sem fatura"), é (foi) uma atitude corrente que é compensadora para a empresa por via da redução (fraudulenta) do montante de impostos a pagar, mas tem efeitos nefastos ao nível dessa qualidade.

Porém, nos dias de hoje, a empresa que depende da banca para o respetivo financiamento tem constrangimentos que limitam essa "motivação fiscal" inerente à redução do imposto a pagar (IRC). Passados estão os tempos em que lhe era possível chegar junto do seu gerente de conta e entregar dois "balanços" do ano – um com a atividade registada para efeitos fiscais, outro com o negócio realmente efetuado. Agora, se pretender continuar a manter o apoio bancário a empresa tem de mostrar "números" que demonstrem que é rentável e tem possibilidade de cumprir os respetivos compromissos financeiros. Neste contexto, a motivação, que se pode designar "motivação financiamento", passa a ser manter, mesmo que artificialmente, um nível de atividade e resultados que "agrade" à banca. Na prática, a informação não passa a ser de melhor qualidade, mas tão só passa a ser manipulada com um objetivo diferente.

Em tempos de crise económica, em que o nível de negócio das empresas se reduz naturalmente, a necessidade de apresentar resultados positivos, pela razão antes referida, é ainda maior. Vale tudo para o conseguir, sob pena de poderem perder o apoio financeiro da banca. Por isso, em vez de subfaturarem o volume de negócio, como nos casos em que prepondera a "motivação fiscal", as empresas tendem a subavaliar o volume de gastos para aumentarem o resultado. É este tipo de motivação que parece preponderar atualmente, como se mostra de seguida.

Nos últimos anos o principal problema das empresas não tem sido tanto a impossibilidade de venderem os seus produtos, mas sobretudo o de poderem receber dos seus clientes essas vendas. O crédito "mal-parado" tornou-se endémico, transversal a todos os setores e empresas. O montante esperado dessas perdas, isto é do crédito a clientes que se antecipa não vir a ser recebido, é considerado um gasto ("perda por imparidade") contabilístico, reduzindo o resultado do período e, por arrastamento, o imposto sobre o rendimento (IRC) a pagar.

Porém, a generalidade das empresas não está a registar esses gastos, como se pode ver pelos números tabelados[1]:

	2008	2009	2010
Nº empresas que registam os gastos	11805	11832	14185
% do total	3,7%	4,1%	4,8%

De um universo de cerca de 400 mil empresas, no ano de 2010 menos de 5 por cento registavam os gastos relacionados com o crédito "mal-parado". Embora se verifique um ligeiro aumento no período tabelado, reflexo da crescente dificuldade em cobrar dívidas, a diminuta percentagem indicia que outras motivações mais imediatas do que reduzir o resultado e o IRC se impuseram às empresas.

Também aqui o efeito a crise económica se faz sentir. Altera o sentido da manipulação da informação financeira, influenciando positivamente a cobrança de impostos relacionados com a atividade da empresa.

NOTAS

1. Roberto Rua, 2012, "Perdas por Imparidade em Dívidas a Receber e Características Empresariais: uma análise do caso português", dissertação de Mestrado em Contabilidade e Controlo de Gestão, FEP/U.Porto.

José António Moreira
2013-10-24

UM SORTEIO PARA A PREVENÇÃO DA EVASÃO FISCAL?

O Orçamento de Estado para 2014 permite ao governo a elaboração de um sorteio específico para a atribuição de um prémio às pessoas singulares com um número de identificação fiscal associado a uma factura comunicada previamente à Autoridade Tributária. Esta medida, segundo o art.º 228 da Proposta de Lei 387/2013, visa "a prevenção da fraude e evasão fiscais, valorizando a atuação dos cidadãos na exigência de fatura comprovativa da existência de uma operação tributável localizada em território nacional". Contudo, a lei parece usar um conceito de evasão fiscal demasiado lato que pode colocar em causa a eventual eficácia e eficiência da medida face ao objectivo proposto. Estaremos de facto a combater a evasão fiscal com esta medida? Serão as medidas não-punitivas as melhores para abordar o fenómeno?

Dada a diversidade de categorias de impostos que existe na economia, pode haver evasão fiscal em qualquer uma destas. A medida que está em causa visa sobretudo o combate à evasão fiscal no IVA e essencialmente em pequenos e médios negócios. Para este tipo de evasão fiscal e nas circunstâncias sociais em que se insere (uma sociedade com propensão a não pedir factura e a não denunciar casos de fraude e evasão fiscal), medidas não punitivas tendem a ser algo eficazes. Todavia, há que salientar alguns aspectos perversos da medida. Por um lado, como se trata de um "sorteio", quem pede mais facturas tem maior probabilidade de "ganhar". Se todos os indivíduos pedirem factura de igual forma, acumulam mais facturas (ou de valor superior) aqueles que consomem mais e que, em princípio, são aqueles que auferem um maior rendimento. O sistema tributário pode assim introduzir involuntariamente uma distorção na função redistribuição da riqueza (ainda que de menor expressão). Por outro lado, se emitir é obrigatório e pedir factura se trata de um dever cívico, esta medida estará a premiar um

comportamento que deveria ser a norma e introduz o incentivo perverso de pedir factura apenas pela probabilidade de um benefício material – "ganhar o jogo".

A questão de maior relevo prende-se com a eficiência da medida, isto é, se o esforço e recursos alocados para o combate a esta forma de evasão fiscal conseguem reduzir o fenómeno como um todo e gerar maior retorno fiscal. São vários os estudos que identificam, no âmbito da OCDE, que a fuga ao fisco tende a ser maior quanto maior é a organização e os recursos que esta (ou que um indivíduo) possui para planear a melhor forma de pagar menos impostos. Portugal insere-se na realidade dos países da OCDE. Assim, num primeiro patamar, são identificados os profissionais liberais que têm maior facilidade e vocação para a não declaração de parte dos seus rendimentos – evasão fiscal também no IVA, mas sobretudo no imposto sobre rendimentos. Apesar de serem em número mais reduzido do que as pequenas empresas, muitas vezes movimentam um volume de negócios bastante superior.

Todavia, é nas grandes empresas, principalmente com negócios além-fronteiras, que a grande parte da evasão fiscal tende a proliferar. Estas são as que têm maiores recursos para estudar a legalidade e ilegalidade das movimentações financeiras que permitem o planeamento fiscal agressivo, gestão de preços de transferência entre empresas associadas, transferência de capitais e por vezes da própria sede para paraísos fiscais. É nestes casos que podemos falar de evasão fiscal de forma global, pois a fuga dá-se em quase todos os tipos de impostos.

Claro está que a medida proposta não visa estes dois grupos que acabaram de ser referidos, em especial o segundo. Assim, observamos um esforço acrescido do sistema tributário para alcançar uma parcela menor da realidade que é a evasão fiscal. Porém, o esforço não é de descorar de todo, uma vez que o alvo que a medida tenta atingir deve ser combatido. Não seria, contudo, prioritário se o objectivo fosse verdadeiramente a evasão fiscal como um todo, o que faz ponderar se esta não será mais uma medida de "propaganda política", atacando os alvos mais fáceis mas sem expressão em termos de combate à fuga ao fisco. A grande evasão fiscal não é combatida com "sorteios" ou outras medidas não punitivas.

Nuno Gonçalves
2013-12-12

VI CAPÍTULO
ECONOMIA NÃO-REGISTADA

OBSERVANDO A SOMBRA

O estudo e a reflexão académica da problemática da economia não-registada (vulgo economia sombra ou subterrânea) têm sido claramente descorados por parte dos investigadores e dos políticos portugueses. Com este procedimento, desconsidera-se injustificadamente a importância da produção ilegal e da produção oculta (subdeclarada ou subterrânea), sobretudo, mas também da produção informal, da produção para uso próprio (autoconsumo) e da produção subcoberta por deficiências da estatística. Em termos económicos, trata-se de aceitar como consistente a informação estatística (oficial, legal) quando, de acordo com sólidos estudos existentes, se reconhece que essa economia oculta representa 18% do Produto Interno Bruto oficial. Trata-se, em suma, de aceitar que se avalie a actividade económica de forma deficiente, se ignore e se faça ignorar uma parte da realidade social que a todos atinge, com obvias implicações na orientação política.

Para além dos mantos diáfanos do "pudor social", para tal terá contribuído o reduzido número de investigadores portugueses, a complexidade do objecto de estudo, a escassez de fontes de dados e o (artificialmente) longo período de não recessão da actividade económica.

Será de esperar alguma alteração a este nível?

O número de investigadores portugueses não aumentou significativamente, alguns trabalhos divulgados pretensamente sobre a nossa realidade ainda carecem de rigor, o objecto de estudo não se simplificou e também não tem havido alterações significativas ao nível das fontes. Por conseguinte, por estas razões, não serão de esperar alterações relevantes.

Há, contudo, dois novos factores que, suponho, conduzirão ao fortalecimento do estudo e reflexão académica da problemática da economia não-registada em Portugal. Por um lado, o cenário macroeconómico actual e, por outro lado, a intenção e a motivação recente de alguns investigadores, docentes e gestores.

Comecemos pela conjuntura macroeconómica. Portugal é uma pequena economia periférica, muito aberta ao exterior e com uma estrutura produtiva onde escasseia a qualificação. Por esse motivo, a inversão do ciclo económico será profundamente sentida em Portugal. Na ausência esperada de uma resposta global, e da reduzida capacidade de intervenção do nosso país, haverá adaptações mais ou menos individuais às manifestações da crise. Em muitos casos, essas adaptações consistirão em actividades que se processam na economia não-registada. Ora a intensificação do fenómeno não deixará certamente de motivar, sobretudo, a generalidade dos economistas e sociólogos. Como não deixará de aumentar a argúcia de criminologistas, juristas e políticos: ilegalidade e fraude são aspectos correlacionados.

Por outro lado, a crescente sensibilidade pública a estas realidades, a formação em gestão de fraude e a criação de instituições preocupadas com estas problemáticas, como é o caso do Observatório de Economia e Gestão de Fraude (OBEGEF), podem criar alertas sobre esta situação. O Observatório, apostando em saberes diversificados – economistas, gestores, engenheiros, matemáticos, juristas e outros – visa, "promover a investigação interdisciplinar sobre a economia não-registada e a fraude em Portugal", acolhendo todos quantos de forma científica estejam interessados em desbravar este vasto terreno. Aqui deixamos o convite.

No imediato, mas não imediatamente pelas razões acima expostas (complexidade do objecto e dos indicadores, custos), o Observatório propõe-se estimar o peso sectorial, regional e global da economia não-registada em Portugal. Consolidado esse objectivo visa caminhar para uma análise mais detalhada das suas causas e consequências, da sua estrutura o peso económico e social, da relação entre a economia não-registada e a corrupção, do impacto desta no produto, no investimento, nas despesas governamentais e nos fluxos internacionais de bens e factores, no desenvolvimento e nas nossas condições de vida.

É um projecto tão aliciante quanto difícil. Por esse motivo insistimos: estamos disponíveis para acomodar todos os contributos.

Óscar Afonso
2009-04-02

A SOMBRA (DE)CRESCE

A Macroeconomia analisa a economia como um todo, procedendo à agregação de actividades semelhantes, conduzidas por diferentes agentes (famílias, empresas, estado e resto do mundo). Trata-se de uma perspectiva de olhar a economia que está interessada na sua evolução global; em particular, está tradicionalmente interessada no andamento do produto (usualmente medido pelo Produto Interno Bruto), do emprego e dos preços.

Em termos temporais, no curto prazo a preocupação da análise centra-se na conjuntura ou ciclos económicos, e o objectivo central é a atenuação das flutuações das variáveis acima referidas; ou seja, a Macroeconomia no curto prazo procura encontrar meios para que produto real e desemprego efectivos estejam o mais próximo possível dos valores naturais ou potenciais, e a taxa de inflação seja constante. No entanto, porque uma forte estabilidade conjuntural não garante um rápido e sustentável crescimento económico, no longo prazo a preocupação da Macroeconomia é com a estrutura ou crescimento económico. Neste caso, o objectivo é conseguir obter um crescimento do produto per capita capaz de proporcionar uma contínua melhoria do nível de vida.

Eis o ponto de partida para compreendermos a relação entre a "economia sombra" (ou não-registada) e a "análise tradicional do crescimento económico pela via da oferta".

Comecemos por nos referirmos a esta. Baseia-se em modelos de equilíbrio geral no sentido em que, mesmo nas versões mais simples, contempla não apenas o sector produtivo (empresas), que desejam maximizar os lucros, mas também os indivíduos, que desejam maximizar a sua utilidade inter-temporal fortemente dependente do consumo realizado ao longo do tempo.

A maximização inter-temporal da utilidade por parte dos indivíduos está sujeita a decisões quanto ao tempo e quanto ao rendimento. Assim, quanto ao tempo, os indivíduos terão de decidir entre trabalhar, acumular competências e lazer. Mais tempo dedicado ao trabalho hoje, por exemplo, significa maior rendimento presente, mas provavelmente menor rendimento futuro, já que assim é descorada actualmente a melhoria qualitativa do factor trabalho (componente formação). Relativamente ao rendimento, os indivíduos terão de decidir entre consumo presente e consumo futuro (poupança). Mais consumo presente significa mais utilidade actual. Mais poupança presente – em última análise materializada em títulos representativos do capital social das empresas – representa a possibilidade de obter maior consumo futuro e, assim, mais utilidade no futuro.

A maximização dos lucros por parte das empresas – detidas, recorde-se, pelos indivíduos, na sequência da poupança que efectuam – exige também tomada de decisões quanto aos factores produtivos a utilizar tendo em conta o respectivo preço. Resulta também claro que a nível macroeconómico o valor agregado da produção dessas empresas, em cada momento do tempo, corresponde ao produto e, portanto, aos recursos que estão parcialmente disponíveis para investimento, nomeadamente em capital físico, em investigação e em formação. Em suma, o uso do produto (recursos) actual permite a expansão quantitativa e qualitativa de factores produtivos e, assim, do produto futuro. Por conseguinte, quanto maior o produto actual e a percentagem de recursos afectos ao investimento, maior será o crescimento potencial da quantidade e da qualidade dos factores produtivos e, como tal, melhor será o nível de vida futuro.

Enquanto esta análise é feita e serve de suporte às práticas políticas a economia sombra continua a existir e a interferir, ora numa dinâmica complementar ora autónoma, inevitavelmente intervindo na dinâmica económica e no nosso quotidiano.

Englobe-se na denominada economia sombra a produção ilegal, a fiscalmente oculta, a informal e a para uso próprio. Naturalmente que quanto maior o peso da economia sombra numa sociedade, menor será o produto oficial e, portanto, menos recursos haverá para afectar à fonte de crescimento: o investimento. Em suma, creio que perante este cenário é possível afirmar que, a menos que os recursos da economia sombra sejam afectos a investimento – o que pode significar aumento das actividades ilegais ou branqueamento de capitais –, o que se afigura pouco provável, mais economia

sombra significará menor crescimento, menor usufruto para a generalidade dos cidadãos!

Com cerca de 21% do produto legal em economia sombra podemos ignorar esta situação?

Óscar Afonso
2009-08-06

ECONOMIA NÃO REGISTADA: O QUE ABRANGE E O QUE É GERALMENTE ABRANGIDO

Em todos os países do mundo existe uma parte da economia, chamemos-lhe Economia Não Registada ou economia sombra, cuja actividade não é reflectida na contabilidade nacional, sendo o seu tamanho, causas e consequências variáveis de país para país. Este fenómeno tem sido tratado por diversos economistas. Alguns destes estudos incidem mais sobre a medida, outros sobre as causas e outros ainda sobre as consequências. Porque o fenómeno é complexo, o confronto entre a definição de Economia Não Registada e a que esses estudos geralmente consideram é o tema central desta crónica.

O primeiro passo dos estudos existentes sobre o assunto é o de avançar com uma definição formal de Economia Não Registada. Trata-se de uma tarefa difícil, mas crucial, seja: (i) devido à complexidade do fenómeno; (ii) porque se trata de uma realidade em constante desenvolvimento de acordo com o "princípio da água corrente" – adapta-se, em particular, às alterações nos impostos, às sanções das autoridades fiscais e às atitudes morais em geral; (iii) porque o conceito incorpora diversas actividades económicas – segundo o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), de 2002, intitulado "Measuring the Non-Observed Economy", inclui a produção ilegal, a produção não declarada (oculta ou subterrânea), a produção informal, a produção para uso próprio (autoconsumo) e a produção subcoberta por deficiências da estatística.

Este trabalho da OCDE baseou-se, claramente, no System of National Accounts (SNA93) e no European System of National Accounts (ESA95), já que, segundo o SNA93 e o ESA95, o uso dos termos Economia Não Registada, ilegal, subterrânea, informal, autoconsumo e subcoberta não é uma mera questão de nomenclatura. Tal resulta claro explorando um pouco cada uma

das componentes que a OCDE considera abrangidas pela Economia Não Registada.

Com efeito, a produção ilegal é caracterizada por bens ou serviços cuja produção, venda e distribuição são proibidos por lei (como é, por exemplo, o caso das drogas ilegais) ou que são legais, mas proibidos quanto à produção e posse a indivíduos não autorizados (por exemplo, é ilegal a prática de medicina sem licença).

Por sua vez, a produção subterrânea, oculta ou subdeclarada, é caracterizada pela produção de bens ou serviços legais, deliberadamente não declarada (de forma total ou parcial) de modo a evitar o pagamento de taxas ou impostos, o cumprimento de normas legais (como, por exemplo, o pagamento de salários mínimos, ou o cumprimento de limite de horas de trabalho, de regras de segurança e saúde no trabalho) e o cumprimento de procedimentos administrativos como é o caso de questionários estatísticos.

A produção informal ou do sector informal é caracterizada pela produção de bens ou serviços legais, por unidades que operam com pouca organização e em pequena escala, sem divisão (ou pouca) entre os factores de produção capital e trabalho, cujo principal objectivo é o de gerar rendimentos e emprego para os indivíduos envolvidos. Neste caso não há intenção deliberada de fuga a impostos ou contribuições, nem de infringir regras laborais. Em particular, incluem-se nesta rubrica actividades não registadas conduzidas por artesãos, camponeses, trabalhadores domésticos e pequenos comerciantes.

A produção para uso próprio ou autoconsumo é caracterizada pela produção de bens ou serviços com o objectivo de serem consumidos por quem os produz.

Finalmente, a produção não considerada devido a falhas estatísticas (subcoberta) é caracterizada pelas actividades produtivas que deveriam ser tidas em conta na contabilidade nacional, mas que não o são devido a deficiências estatísticas. Este facto deve-se sobretudo à não cobertura total das empresas da economia, à falta de envio de informação por parte das empresas e à informação errada existente sobre as empresas.

Como as diferentes produções deveriam ser incluídas nas estimativas do Produto Interno Bruto, a sua distinção para este fim não é muito importante. No entanto, entre países, ou num país ao longo do tempo, a distinção entre produções torna-se relevante, pois tem um impacto nas estimativas e pode causar inconsistências em termos de análise.

Assim, a definição mais abrangente de Economia Não Registada, no sentido em que é capaz de abarcar todas as rubricas enfatizadas pela OCDE, passa por considerar que engloba todas as transacções económicas que contribuem para o Produto Interno Bruto, mas que, por diversas razões, não são tidas em conta.

No entanto, os estudos realizados consideram geralmente como Economia Não Registada apenas uma ou algumas das suas componentes e, portanto, acabam por subestimar significativamente o objecto de estudo. Efectivamente, creio poder dizer que a definição considerada nos diferentes estudos sobre o assunto tende a depender do propósito do estudo.

Creio mesmo poder dizer que as actividades da Economia Não Registada particularmente enfatizadas pelos diversos estudos são as relacionadas com a produção subterrânea. Só para citar um exemplo, é essa a definição considerada por Philip Smith, num estudo de 1994, intitulado "Assessing the size of the underground economy: the statistics Canada perspective.".

Em suma, embora a Economia Não Registada englobe diversas componentes, geralmente e no melhor dos cenários – certamente devido à complexidade e ao dinamismo do assunto –, apenas a produção subterrânea tende a ser analisada. Dependendo de país para país e de período temporal para período temporal, muita Economia Não Registada é pois omissa nos estudos efectuados.

Óscar Afonso
2009-10-29

O QUE VALE O PIB?

Junto com outras coisas bem menos agradáveis (como os impostos ou a morte), ouvir falar de PIB (ou Produto Interno Bruto) é um dos elementos (quase) inescapáveis na vida. De facto, na televisão, na rádio ou até no café, a cada passo se ouve que o défice público vai situar-se em x% do PIB, que o PIB vai crescer (nos últimos tempos reduzir-se) em y%, ou que o endividamento externo já passou os z% do PIB.

Não admira. O PIB é a medida mais frequentemente usada no mundo da economia (e, por consequência, também fora dela) para a indicação do valor da produção de um dado país. O PIB corresponde ao valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos para o mercado, num determinado território e durante um determinado período de tempo. Assim, o conjunto dos valores acrescentados por todas as actividades mercantis da economia ao longo de um ano (ou de um trimestre) acumulam-se neste agregado.

Por conseguinte, o PIB e a sua evolução são usados para lidar com a grande maioria das questões económicas. No curto prazo, a preocupação centra-se em saber se o nível de produto está próximo ou afastado de um outro conceito, este algo mais esotérico, o produto potencial (aquilo que a economia produziria usando todos os recursos disponíveis em condições "normais"): caso se encontra acima, a inflação tende a acelerar; caso se encontre abaixo, pode haver um grave problema de desemprego.

Já no longo prazo, a preocupação centra-se no nível de vida das populações. E, para o medir, lá volta o PIB, agora na versão per capita, permitindo avaliar, em média, quanto de bens e serviços cabe a cada habitante do país. Assumindo que a uma maior quantidade de bens e serviços corresponde, tudo o resto constante, uma melhor qualidade de vida, o importante será, então, promover o crescimento do PIB per capita.

Ora, tanto num como no outro caso, a utilização do PIB deixa algo a desejar, sendo certo, contudo, que, por enquanto, não se conseguiu arranjar

um indicador alternativo melhor. De facto, o valor absoluto do PIB apresenta algumas limitações, quer enquanto medida das "condições de saúde" da economia, quer enquanto avaliador do nível de bem-estar das pessoas.

Em primeiro lugar, porque exclui as transacções feitas fora do mercado, nomeadamente os serviços domésticos em proveito próprio: cozinhar; tomar conta dos filhos; fazer reparações caseiras; etc. Estas actividades seriam incluídas no valor do PIB caso se contratasse alguém para as fazer (e fossem devida e legalmente registadas). Esta situação origina, aliás, distorções caricatas: por ex., é possível que o PIB diminua quando um(a) residente casa com o seu personal trainer...

Em segundo lugar, porque exclui (ou subestima) as transacções correspondentes à economia informal e paralela. Ou seja, transacções que não são registadas (por ex., para "fugir" ao pagamento de impostos), que resultam de trocas recíprocas (por ex., "pinto a tua casa e reparas o meu carro") ou que são fruto de actividades ilegais (tráfico de droga, branqueamento de capitais, prostituição, etc.), não são incluídas (ou são habitualmente subestimadas) no valor referido a cada ano (ou trimestre) para o PIB.

Note-se, aliás, que o impacto pode ser elevado. John Marthinsen (Managing in a Global Economy: Demystifying International Macroeconomics, John E. Marthinsen, Cengage South-Western, 2008) refere como bom exemplo a Grécia: em 2006, este país alterou as suas contas relativas ao rendimento nacional para "melhor medir" o sector dos serviços; como resultado, segmentos da economia subterrânea passaram a ser incluídos (prostituição, lavagem de dinheiro, etc.) e o PIB aumentou algo como 25%... Claro que até deu jeito, para poder verificar o critério do peso do défice público no produto...

Em terceiro lugar, porque exclui a melhoria da qualidade que não tenha reflexo em variações de quantidade e/ou preço, exclui o valor do lazer, não distingue na contabilização entre "bens" e "males", etc., ou seja, não mede verdadeiramente a qualidade de vida.

Tudo isto, mas sobretudo os dois primeiros aspectos, permite concluir que, em boa verdade, o valor absoluto do PIB não interessa demasiado. Até porque só por coincidência alguma vez ele corresponderá ao verdadeiro valor da produção do país e ao seu reflexo na qualidade de vida. O que interessa mesmo, para além de uma discussão sobre indicadores alternativos, é a evolução relativa do seu valor, a qual acaba por tornar bem menos relevantes algumas das limitações acima referidas.

Há uns anos, ficou famosa a gaffe do então nosso Primeiro-Ministro, por não saber a quanto equivalia uma dada percentagem do PIB. Afinal de contas, o valor em si talvez não tivesse demasiada importância...

Rui Henrique Alves
2009-12-03

ECONOMIA NÃO REGISTADA EM PORTUGAL

A Economia Não Registada (ou Economia Sombra) é uma área de difícil abordagem, sendo os estudos sobre a sua medida, em geral, escassos. Estudos específicos sobre o caso Português são, em particular, muito escassos. Basicamente podem referenciar-se os trabalhos sobre um conjunto alargado de países, incluindo Portugal, de Schneider e Enste (2000 - "Shadow Economies: Size, Causes, and Consequences." The Journal of Economic Literature, Vol. 38, No. 1) e de Schneider (2006 - "Shadow Economies and Corruption all over the World: What Do We Really Know?" Discussion Paper No. 2315, IZA, e os trabalhos específicos sobre o caso Português de Dell'Anno (2007 - "The shadow economy in Portugal: an analysis with the mimic approach." Journal of Applied Economics, Vol. 10, No. 2), e de Afonso e Gonçalves (2009).

Nesta crónica gostaria de dar conta dos principais resultados obtidos no último dos trabalhos citados – disponível em http://www.gestaodefraude.eu/images/gf_upload/wp004.pdf.

Nesse trabalho os autores iniciaram a estimação do peso da Economia Não Registada nos últimos anos em Portugal, seguindo, por enquanto, a metodologia dominante nos trabalhos existentes sobre o assunto. No essencial, essa metodologia estima o valor da Economia Não Registada tendo por base variáveis que, por um lado, afectam o tamanho e o crescimento da riqueza produzida no seio da Economia Não Registada e, por outro lado, são o rasto das actividades da Economia Não Registada na economia Registada (ou oficial). Seguindo esta metodologia tende a haver uma subestimação do valor da Economia Não Registada, já que, na realidade, a medição incide principalmente sobre a componente produção subterrânea, ficando, por isso, de fora as componentes produção ilegal, produção informal, produção para auto-consumo e produção subcoberta por deficiências estatísticas.

Especificando um pouco o estudo em causa, refira-se que foram usados dados semestrais da economia Portuguesa desde o primeiro semestre de 1970 até ao segundo semestre de 2008 e que as principais fontes dos dados foram a OCDE, o Fundo Monetário Internacional e o Banco de Portugal. Os resultados semestrais estimados para o período 1977 a 2008 são apresentados em termos médios por diferentes períodos na seguinte tabela (os resultados detalhados por semestre poderão ser consultados no trabalho original):

Economia Não Registada (como % do Produto Interno Bruto, PIB, oficial) na Economia Portuguesa, 1977-2008

Anos / % do PIB oficial								
1977 1980	1981 1984	1985 1988	1989 1992	1993 1996	1997 2000	2001 2004	2005 2007	2008
16,9	14,3	16,0	17,5	21,3	21,5	21,4	21,5	22,8

Face ao exposto, as estimativas obtidas deverão, por um lado, ser insuficientemente precisas por defeito mas, por outro lado, deverão ser reveladoras da trajectória seguida pela Economia Não Registada em Portugal. Esmiuçando os resultados sumariados na Tabela pode dizer-se que o peso da Economia Não Registada no PIB oficial Português terá evoluído de 19% em 1977 para cerca de 23% em 2008. Efectivamente, os valores obtidos indicam que após a descida verificada no período 1977-1982, a Economia Não Registada revelou uma tendência de subida no período subsequente, tendo estabilizado em torno dos 21%, desde 1994. No entanto, os valores obtidos também indicam que, desde finais de 2007, se tem verificado novamente um padrão de subida, tendo, em 2008, atingido o valor mais alto de todo o período em estudo: cerca de 23% do PIB oficial.

Procedendo à análise das causas, os resultados obtidos sugerem, em particular, que:

(i) O aumento da carga fiscal contribuiu para a evasão fiscal dos agentes económicos e, por conseguinte, para o crescimento do peso da Economia Não Registada na economia oficial.

(ii) As variáveis força de trabalho adjudicada à função pública e consumo do Estado indicam o grau de liberdade económica e a sobrecarga do sector público na economia. A primeira demonstrou-se pouco significativa e com pouco peso na explicação da Economia Não Registada. A segunda apresenta um sinal negativo revelando que o aumento das despesas do Estado tem um efeito redutor no tamanho da Economia Não Registada. Efectivamente, sendo o Estado apenas fornecido por actividades legais, um aumento do peso do consumo público no PIB levará certamente os agentes a decidirem manter a actividade na economia oficial.

(iii) as causas trabalho por conta própria e taxa de desemprego representam o mercado de trabalho. A primeira apresentou sinal positivo, confirmando a suposição de que os rendimentos profissionais dos trabalhadores por conta própria são subdeclarados às autoridades. Por sua vez, a taxa de desemprego apresenta sinal negativo. A explicação pode residir na preferência dos indivíduos (desempregados) por empregos na economia oficial porque, apesar do baixo e muito temporário subsídio de desemprego, desse modo podem beneficiar da segurança social.

Outro resultado interessante relaciona positivamente o crescimento da Economia Não Registada em Portugal com o respectivo crescimento do PIB oficial. No entanto e dada a ambiguidade desta questão na literatura, mais investigação nesta área é necessária.

Em suma e para concluir, os valores obtidos no trabalho citado devem ser lidos como uma aproximação e não como valores exactos pois dependem: (i) das variáveis usadas como causas de uma realidade complexa e em constante desenvolvimento que, em particular, se adapta a alterações nos impostos, a sanções das autoridades fiscais e às atitudes morais em geral; (ii) das limitações impostas pela metodologia utilizada.

Neste sentido, é objectivo dos autores, em investigação futura, desenvolver um novo método de estimação capaz de ultrapassar as limitações da metodologia dominante e de atender à complexidade e mutação da Economia Não Registada.

Óscar Afonso
2010-02-11

REFLECTINDO SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA ECONOMIA NÃO REGISTADA

Na crónica de hoje procurarei explorar as consequências da Economia Não Registada na economia oficial. Em particular, as consequências ao nível do sistema fiscal e na sua estrutura, na alocação de recursos, nas medidas redistributivas do Estado e na estabilização da economia.

Uma maneira simples de tratar do assunto consiste em assumir que a Economia Não Registada leva a distorções significativas na medição de varáveis macroeconómicas e que, por isso, políticas económicas baseadas em tais estatísticas podem, no melhor dos cenários, não ser eficazes. Do ponto de vista de política económica há, no entanto, que considerar quatro tipos de efeitos da Economia Não Registada na economia oficial: efeito alocação, efeito distribuição, efeito estabilização e impacto nas receitas públicas.

O efeito alocação está sobretudo relacionado com o crescimento económico. É certo que a Economia Não Registada distorce a concorrência, pois as empresas (e os indivíduos) que operam na economia oficial suportam impostos e contribuições para a segurança social e têm, por isso, um custo (operacional) superior. Assim, sempre que as empresas na economia oficial não conseguem oferecer bens e serviços a preços comparáveis com os da Economia Não Registada são confrontadas com prejuízos, acabando por abandonar o mercado. A alocação de recursos não é pois eficiente: a oferta da Economia Não Registada aumenta, com o prejuízo da economia oficial.

Há, no entanto, quem considere que, se, por um lado, a redução na procura de bens e serviços produzidos na economia oficial for compensada com um aumento equivalente da procura desses bens e serviços produzidos na Economia Não Registada e se, por outro lado, a Economia Não Registada utilizar os mesmos factores para produzir os bens e serviços que a economia

oficial, então o impacto na actividade económica em termos globais não será negativo. Para além da observação dos "se", este ponto de vista será certamente apenas válido no curto prazo.

Poderá ainda considerar-se que, face à diferença de preços, a deslocação da procura da economia oficial para a Não Registada leva ao aumento do rendimento disponível dos agentes económicos. Tal aumento, se poupado levará a um aumento do stock de capital na economia; se consumido originará a um aumento da procura de bens e serviços. O valor acrescentado gerado na Economia Não Registada poderá pois ser reintroduzido na economia oficial, diluindo o efeito da transferência de recursos da economia oficial para a Não Registada. Nesta perspectiva, o efeito positivo ou negativo da Economia Não Registada no crescimento da economia oficial dependerá então da percentagem de rendimento reintroduzida.

O efeito distribuição está associado à evasão fiscal. A evasão fiscal tem efeitos sobre a distribuição do rendimento ao distorcer a função redistribuição do Estado. Face à redução das receitas fiscais, o Estado terá de reduzir os gastos públicos ao nível do pagamento de benefícios sociais. Deste modo, Economia Não Registada tende a aumentar a distribuição desigual do rendimento. Contudo, nem todo o impacto da Economia Não Registada na distribuição do rendimento é negativo. Famílias de baixo rendimento podem obter rendimentos adicionais e assim melhorar o seu nível de vida operando na Economia Não Registada. Não creio que seja esta a situação desejada, mas efectivamente a Economia Não Registada poderá, por esta via, ter efeitos positivos na distribuição do rendimento.

No efeito estabilização é questionado se a Economia Não Registada fortalece a actividade económica ou se pelo contrário a desestabiliza, introduzindo volatilidade à economia. Como as actividades da Economia Não Registada não são tidas em conta nas estatísticas e indicadores económicos oficiais, o cálculo destes indicadores é enviesado, influenciando decisões de política económica que se podem tornar inadequadas.

É normalmente assumido que o crescimento da Economia Não Registada reduz as receitas públicas e, por conseguinte, a eficiência no fornecimento de bens e serviços públicos. Tal é verdade no curto prazo e quando as actividades da Economia Não Registada substituem completamente as mesmas da economia oficial. Assim, o impacto da Economia Não Registada nas receitas públicas, no curto prazo, depende da complementaridade e substituibilidade entre economia oficial e Não Registada.

Alguns autores alertam para o facto do aumento da produção induzida pela Economia Não Registada poder limitar a redução das receitas públicas: a Economia Não Registada necessita de inputs de bens e serviços que, quando adquiridos na economia oficial, contribuem para o aumento das receitas fiscais. De igual modo, se os rendimentos gerados na Economia Não Registada forem gastos na economia oficial haverá aumento de rendimento de empresas na economia oficial que, ao serem tributadas, gerarão uma maior receita fiscal.

Para finalizar, gostaria de referir que a literatura existente sobre o assunto em análise tende a considerar que consequências da Economia Não Registada dependem da economia em análise: apenas nos países desenvolvidos (e em transição) um aumento da Economia Não Registada provoca um crescimento da economia oficial.

Nos países desenvolvidos (e em transição), a Economia Não Registada responde sobretudo à procura de certos serviços urbanos e de bens produzidos em pequena escala, e o valor acrescentado gerado na Economia Não Registada é maioritariamente gasto na economia oficial. Nestas economias, é a sobrecarga de impostos e regulação que motiva o crescimento da Economia Não Registada. Esse crescimento ao providenciar dinamismo à economia e espírito empreendedor leva também ao crescimento da economia oficial.

Nos países em subdesenvolvimento o crescimento da Economia Não Registada conduz a uma erosão das receitas fiscais, originando uma menor provisão de infra-estruturas públicas e de serviços públicos básicos como é o caso de um sistema judicial eficaz. A consequência última do crescimento da Economia Não Registada é o crescimento negativo da economia oficial.

Óscar Afonso
2010-04-15

ESPECULANDO SOBRE ALGUMAS CAUSAS DA ECONOMIA NÃO REGISTADA EM PORTUGAL

Mediante o contexto económico e, em certa medida, a cultura de um país, a Economia Não Registada surge e adapta-se às restrições impostas pelas instituições reguladoras. Em geral, de forma a identificar causas da Economia Não Registada, deve questionar-se a motivação dos agentes económicos e, para tal, devem ser identificados os custos e benefícios da passagem da economia oficial para a Economia Não Registada.

São geralmente identificadas como causas principais do crescimento da Economia Não Registada, factores – frequentemente inter-relacionados – como: o aumento da carga de impostos e das contribuições para a segurança social; a crescente regulamentação da economia oficial, em especial do mercado de trabalho; o desemprego; as transferências sociais; os serviços do sector público; o baixo nível de capital humano da economia; a mão-de-obra composta por imigrantes ilegais e clandestinos; a falta de cultura e participação cívica; a falta de credibilidade de órgãos de soberania face à conduta de alguns dos seus representantes; a ineficiência da Administração Pública e falta de transparência no atendimento público; as condições de mercado induzidas pela globalização dos mercados e da produção; razões ambientais; o progresso tecnológico; e a baixa produtividade.

A corrupção também contribui para a formação da Economia Não Registada, mas a relação entre ambas ainda não está totalmente esclarecida na literatura, nomeadamente quanto à sua complementaridade e substituição.

Os principais custos e benefícios da passagem dos agentes económicos (tanto no lado da procura como da oferta) para a Economia Não Registada podem ser identificados como: os custos crescentes de actuar na economia oficial (por exemplo, face ao aumento da carga fiscal e das contribuições

para a segurança social); os menores custos de operar na Economia Não Registada (por exemplo, devido a desemprego ou subemprego no seio da economia oficial); os custos crescentes de funcionar na Economia Não Registada devido à expectativa de punição por parte das entidades reguladoras.

A literatura existente sobre o assunto sugere que, particularmente, para o crescimento da produção subterrânea e do trabalho ilícito, são dois os grupos de causas dominantes: os impostos directos e indirectos (carga fiscal e contribuições para a segurança social) e as restrições (em particular, leis, licenças, regulamentação e barreiras). Nos parágrafos seguintes discute-se o comportamento recente destes dois grupos de causas em Portugal.

A intensidade da carga fiscal afecta o tempo que os indivíduos de uma dada economia estão dispostos a gastar a trabalhar e estimula a oferta de trabalho na Economia Não Registada, sendo que, quanto maior a diferença entre o custo total do trabalho na economia oficial e os rendimentos do trabalho após impostos, maior será o incentivo em ingressar na Economia Não Registada, traduzindo a diferença, genericamente, a carga de impostos e descontos para a segurança social. Neste sentido, na sequência do anunciado aumento de impostos em Portugal haverá um grupo de indivíduos, certamente significativo face ao nível salarial existente, que passará a ter incentivo para operar no âmbito da Economia Não Registada.

É sustentado, por um conjunto de autores, que, em particular, o sistema de segurança social, através dos seus apoios sociais (por exemplo, subsídio de desemprego e rendimento mínimo), desincentivam os indivíduos a operar na economia oficial, uma vez que, ao auferirem rendimento social, trabalhando em simultâneo na Economia Não Registada conseguem obter um rendimento superior. Creio que é licito pensar-se que esta posição está em linha com as alterações recentes introduzidas em Portugal ao nível, por exemplo, do subsídio de desemprego. Confesso que não consegui encontrar na literatura existente uma relação inequívoca entre apoios sociais e Economia Não Registada!

A Economia Não Registada pode também ser motivada pelo contorno dos agentes económicos a restrições a actividades legais – geralmente acompanhadas de pesadas penalizações e/ou controlo das actividades. Assim, a intensidade de regulação, medida, por exemplo, pelo número de leis, requerimentos e licenças necessárias, quando acrescida, leva a que os indivíduos optem mais facilmente pela Economia Não Registada. A este propósito,

creio poder dizer-se que a trajectória recente das restrições existentes em Portugal não aponta para um desincentivo da Economia Não Registada.

Em suma, a análise simplista do andamento recente dos dois grupos de causas dominantes na literatura, para explicar o crescimento da produção subterrânea e do trabalho ilícito, sugerem que, em Portugal, será de esperar um aumento da Economia Não Registada.

Óscar Afonso
2010-06-09

COMO MEDIR A ECONOMIA SOMBRA?

Como é do conhecimento geral, a Economia Sombra ou Não Registada (ENR) é um fenómeno complexo e nem sempre directamente observado. É, por isso, de difícil medição. Tentativas de estimação directa do seu tamanho são feitas através de inquéritos estatísticos às famílias, auditorias à contabilidade de empresas, confronto entre inquéritos referentes às receitas e despesas das famílias, análise das declarações de rendimentos e sinais exteriores de riqueza. Porém, a precisão dos resultados depende da forma como o questionário ou investigação é feita e da cooperação dos inquiridos, cujo comportamento poderá ser o de não confessar e ocultar a sua participação em práticas ilegais ou fraudulentas.

Como medir então o "invisível"?

Em 2002, a OCDE distinguiu três grupos de métodos estatísticos e econométricos capazes de medir esse "invisível": métodos monetários, de indicador global e de variável latente. Nesta crónica descreve-se apenas a intuição de cada um, enfatizando as vantagens e desvantagens associadas.

Os métodos monetários estabelecem relações entre o Produto Interno Bruto (PIB) oficial e variáreis monetárias, e assumem que comportamentos destas variáveis à margem dessas relações são motivados pela ENR. Entre estes métodos há sobretudo três abordagens distintas: das transacções, do rácio moeda/depósito e da procura de moeda.

A abordagem das transacções foi desenvolvida no final dos anos 70 por Feige e baseia-se na relação constante entre as transacções de moeda e o PIB oficial. Porém, existem transacções de moeda que não estão relacionadas com a geração de rendimento e são incluídas nos cálculos. Além disso, considera que a ENR no ano base é nula ou que assume um determinado valor (ad-hoc!?).

A abordagem do rácio moeda/depósitos foi também inicialmente utilizada no final dos anos 70 por Gutmann. De acordo com este autor, o aumento

relativo da moeda em circulação no período pós-Segunda Guerra Mundial estaria associado ao crescimento da ENR. Haverá, contudo, outras causas para o aumento relativo da moeda em circulação pelo que, como esperado, a conclusão de Gutmann não é unânime na literatura.

A terceira abordagem, proposta no início dos anos 80 por Tanzi, relaciona a dimensão da ENR com a procura de moeda. A crítica resulta do facto de nem todas as transacções na ENR serem pagas em moeda.

Os métodos monetários são geralmente considerados como pouco fiáveis para medir a ENR, porque se baseiam em pressupostos que não podem ser justificados, porque os resultados são sensíveis aos pressupostos do ano base e porque apresentam resultados diversos nas diferentes abordagens.

Para medir a actividade económica total de uma economia, em meados dos anos 90, Kaufmann e Kaliberda propuseram o método do consumo de electricidade, sendo este o exemplo da abordagem mais proeminente para um indicador global. Este modelo assume uma relação precisa e estável entre consumo de electricidade e o PIB global de uma economia, sendo o consumo de electricidade o indicador físico de toda a actividade económica. Comparando o PIB oficial com uma aproximação do PIB global da economia, obtém-se uma estimativa da ENR. Em particular, este método sofre das seguintes críticas: nem todas actividades da ENR necessitam de um montante considerável de electricidade, outras fontes de energia podem ser usadas, em certas actividades a relação consumo de electricidade e PIB não é estável e, face ao progresso tecnológico, o uso de electricidade é cada vez mais eficiente.

Os modelos descritos assumem pois que a ENR pode ser modelada por um pequeno número de variáveis específicas, ignorando circunstâncias e informação que levam à sua existência. Com base na teoria estatística de variáveis não observadas, o método de variável latente introduzido, na década de 80, por Frey e Weck-Hanneman considera múltiplas causas e múltiplos indicadores da ENR.

A dimensão da ENR é neste caso estimada tendo por base desenvolvimentos nas variáveis que, por um lado, afectam o tamanho e o crescimento do produto da ENR e, por outro lado, são o rasto das actividades da ENR na economia oficial. Este método usa uma técnica que permite uma análise transversal da relação entre uma variável dependente não observada e uma ou mais variáveis independentes observadas. Como a variável não observada não é conhecida, é substituída por um conjunto de indicadores.

Frey e Weck-Hanneman, por exemplo, começaram por definir como variáveis explicativas da dimensão da ENR a actual carga de impostos, a percepção da carga de impostos, a taxa de desemprego, a burocracia, a atitude dos agentes económicos face ao pagamento dos impostos e o rendimento disponível per capita. Quanto ao rasto das actividades da ENR na economia oficial, definiram como indicadores a taxa de participação da população masculina na força de trabalho, o número de horas trabalhadas por semana e o crescimento do PIB.

Este método tem sido sobretudo criticado pelas variáveis explicativas escolhidas, pela dificuldade em quantificar determinadas variáveis (como, por exemplo, a atitude dos agentes económicos face ao pagamento dos impostos) e pela instabilidade dos resultados.

Em suma, cada metodologia tem pontos fortes e fracos não havendo uma capaz de assegurar com exactidão a medição da ENR. Por conseguinte, no âmbito da investigação em Economia, não deixa de ser motivador e premente o desenvolvimento de uma nova metodologia capaz de ultrapassar as lacunas existentes.

Óscar Afonso
2010-08-12

MINISTRO ALABIRINTADO NA PARALELA

1. Foi difundida pela Lusa a informação de que segundo um estudo de Friedrich Schneider, economia paralela (a economia sombra na designação utilizada pelo autor referido) em Portugal passou de 18,7% do PIB em 2008 para 19,7% no ano seguinte, sendo o nosso país um dos piores da OCDE.

Apesar de não termos conseguido confrontar esta informação com o estudo original – o que teria permitido perceber os métodos utilizados para obter estas estimativas, logo podendo permitir retirar conclusões mais sólidas – podemos dizer que as informações não são novas. Basta ler algumas das nossas crónicas anteriores para o constatar. Não subestimando a grande valia dos trabalhos do investigador alemão (que melhorou as formas de fazer estimativas, que compilou um vasto conjunto de informações e que tem procurado introduzir novos elementos na explicação da economia sombra), trabalhos recentes do Observatório de Economia e Gestão de Fraude revelaram para Portugal uma informação mais pormenorizada que esta.

Os dados são preocupantes e afectam todos nós. Mas também são preocupantes, e afectam todos nós, as afirmações do Ministro da Economia a propósito destes dados.

2. Deixemos, aqui, de uma forma singela, alguns comentários a algumas das suas afirmações.

> "não se conhecerem os seus dados (...) [mas] o problema existe" (Sic Online – 5/9/2010)

É verdade, a economia sombra existe e é um problema. Basta recordarmos que a economia sombra engloba, é certo, a economia de subsistência (frequentemente designado por "biscato"), mas as suas principais componentes são as actividades ilegais (da droga ao tráfego humano, da pesca internacional clandestina à destruição indevida de produtos tóxicos, do comércio de órgãos humanos à institucionalização da pedofilia, da utilização do trabalho infantil ao trabalho escravo, etc.) e as actividades encobertas para fugirem aos impostos e outras contribuições sociais (economia subterrânea).

Exactamente porque estas actividades são praticadas de forma escondida, não há dados estatísticos, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística ou pelo *Eurostat*, mas isso não significa que não hajam muitos dados exactos e fidedignos. Isso não significa que não seja possível medir,

de uma forma aproximada, é certo, o seu volume num determinado momento e, sobretudo, fazer comparações e detectar evoluções.

E para quem não conhece as metodologias utilizadas convém afirmar categoricamente: os dados divulgados, e a cima referidos, estão subestimados. Os métodos de estimação utilizados tendem a captar mais a economia de subsistência e a economia subterrânea do que a economia ilegal.

> "em tempos de crise é habitual que se facilite ou incremente essa tendência [de aumento da economia paralela]"

Será mesmo? Se é possível admitir um aumento da economia de subsistência nos períodos de crise, o mesmo não se poderá dizer das restantes parcelas: será que as actividades ilegais também são afectadas pela crise? Não se confunda economia subterrânea (que passa à margem do registo na contabilidade do país) com dificuldade de pagamento das dívidas, com o aumento dos impostos em atraso.

De qualquer forma, tecnicamente é impossível fazer análises de conjuntura, de variação ano a ano, ou trimestre a trimestre. Não o é, pelo tipo de estimativas que são feitas, pelas variáveis envolvidas e pela dificuldade de se estar já a obter informações consistentes para 2009.

De qualquer forma, não se pode centrar a crise de sobreprodução e monetário-financeira que se tem vivido como centrada exclusivamente em 2009. O ano de 2008 já é ano de crise.

De qualquer forma, é uma conclusão que vai contra as estimativas realizadas. Segundo os estudos de Schneider estas estimativas para 2008/2009 são inferiores a outras que ele apresenta para Portugal para anos que não foram de crise. Segundo as últimas estimativas do Observatório de Economia e Gestão de Fraude há uma tendência de aumento da economia sombra em Portugal, independentemente das oscilações trimestrais ou anuais.

> "não pode deixar de ser considerado positivo (...) dar emprego às pessoas (...) de uma forma frágil"

Schneider está a falar da economia sombra e o Ministro está a pensar exclusivamente na economia de subsistência (que, aliás, é frequentemente atacada pela legislação portuguesa, e que esteve no alvo do Ministro das Finanças, por várias vezes). Mesmo para esta será verdade?

Quantas empresas despediram funcionários, ou não empregaram mais, porque sofreram concorrência desleal, por não pagamento de impostos de alguns? Porque sempre tiveram um comportamento ético e de cumprimento da lei? Porque tiveram que defrontar-se com a concorrência de produtos provenientes das actividades ilegais? Porque perderam concursos por recusarem a utilização da corrupção e não terem «cunhas» poderosas ou «portas giratórias» para pessoas influentes? Porque têm empresas no mesmo sector com trabalho infantil, com imigrantes ilegais, mesmo escravos? Quantos?

> É a tudo isto que se designa por fragilidade? Que suavidade linguística! "merece um combate, porque distorce a concorrência"

Já o dissemos, concordamos que "merece um combate". Mas que «miséria franciscana» justificar esse imperativo pela distorção da concorrência no sacrossanto mercado. E a prática das actividades ilegais, com as suas dramáticas consequências humanas? E o aumento da corrupção roendo os alicerces da sociedade democrática? E o agravamento brutal das desigualdades na distribuição do rendimento? E a degenerescência das relações sociais e éticas entre os cidadãos? E a facilitação da actividade das organizações criminosas internacionais? E a penetração e imposição das máfias nas actividades económicas legais? E a diminuição das receitas do Estado por responsabilidade dos desonestos e defraudadores? E o agravamento do deficit do Orçamento Geral do Estado daí resultante? E a política de redução da classe média, de agravamento da pobreza, dita de austeridade?

"*O Governo tem-se empenhado em ter uma política ativa de integração dessa economia na economia formal*"

Ficámos satisfeitos em saber que o Governo tem uma política de combate à economia paralela. Ainda não tínhamos dado por isso!

Aqui ficamos à espera que sejam disponibilizados meios humanos e financeiros para a investigação das actividades económicas ilegais. Aqui ficamos à espera que todos os corruptos não exerçam cargos públicos. Aqui ficamos à espera pelo combate ao enriquecimento ilícito. Aqui ficamos à espera que as leis portuguesas sejam mais estáveis, realistas, aplicáveis e aplicadas. Aqui ficamos à espera que o Governo Português contribua para o

encerramento dos *offshores* e dê o exemplo. Aqui ficamos à espera de tanta coisa que, como se diz, «é melhor estar sentado para não nos cansarmos».

Combater a economia paralela, sim, pela integração, não. Dispensamos a liberalização legal das actividades ilegais, a desculpabilização das empresas que fogem às suas obrigações contributivas, a promoção dos corruptos, a despenalização da fraude económico-financeira. Não era isso que queria dizer, pois não?!

3. Há atenuantes para as afirmações proferidas. Frequentemente os ministros são "pressionados" (não pelos jornalistas, mas pelo marketing político, pela necessidade de revelar que «tudo está bem no país das maravilhas», que «o governo está empenhado em qualquer coisa») a falar do que sabem ou sobre as quais não têm informações suficientes.

Mas, não seria mais "verdadeiro" ficarem calados nessas circunstâncias? Mas, não teriam mais credibilidade mostrando que não sabem e afirmando irem estudar o assunto (e irem mesmo!)? Os jornais ficariam com menos notícias mas os portugueses com maior sanidade mental.

Carlos Pimenta
2010-09-09

QUAL O PESO DA ECONOMIA SOMBRA SECTORIAL

EM PORTUGAL?

Na crónica publicada no passado dia 11 de Fevereiro dei conta da evolução do peso da Economia Sombra ou Não Registada (ENR), em termos agregados e no período compreendido entre 1977-2008, em Portugal. Recordo que, tendo em conta, por um lado, a influência da carga fiscal, da carga de regulação e da evolução do mercado de trabalho e, por outro lado, o seu impacto em indicadores monetários, no mercado de trabalho e na produção, estimou-se que o peso da ENR no Produto Interno Bruto (PIB) oficial, em Portugal, evoluiu desde os 19%, em 1977, até aos 23%, em 2008. Em particular, os resultados estimados revelam que, após a descida verificada no período 1977-1982, a ENR em termos agregados mostrou uma tendência de subida no período subsequente, tendo estabilizado em torno dos 21% desde 1994. No entanto, a partir de finais de 2007, verificou-se de novo um padrão de subida.

Atendendo, por um lado, aos avisos de uma entrada do FMI (por convite indesejado face à incapacidade da economia se financiar) e, por outro lado, ao andamento do peso da ENR, creio poder dizer que a intervenção das autoridades competentes, revertendo a trajectória seguida a este nível, pode contribuir para evitar essa entrada e, consequentemente, os "cortes cegos" e o atestado de incapacidade de governação.

Mas na crónica de hoje pretendo dar conta de novas estimativas sobre o peso da ENR em Portugal. Trata-se agora de analisar o peso da ENR nos sectores: (i) Agricultura (incluindo a agricultura, a silvicultura e as pescas); (ii) Indústria (envolvendo a electricidade, o gás, o vapor e a água, a indústria e a construção); e (iii) Serviços (abrangendo o comércio, a restaurantes e hotéis, os transportes, as comunicações e correios, os bancos, os seguros, as actividades imobiliárias e os outros serviços).

Face às limitações impostas pelos dados sectoriais disponíveis em Portugal, a desagregação da ENR foi feita numa base trimestral para o período 1998-2009. Na sequência da metodologia usada, as variáveis causa consideradas foram a taxa de desemprego no sector, o peso dos trabalhadores por conta própria no emprego global do sector, o peso dos impostos no valor acrescentado bruto e o rendimento médio mensal líquido. Por sua vez, as variáveis de impacto ponderadas foram o valor acrescentado, o peso do número de trabalhadores com actividade secundária no número de trabalhadores por conta de outrem do sector e a duração semanal efectiva de trabalho.

Para além das limitações impostas pelas variáveis disponíveis e pela própria metodologia de estimação, há, neste caso, ainda a limitação decorrente do facto de se tratar do primeiro trabalho que procura estimar a ENR por sector em Portugal.

Os Gráficos 1, 2 e 3 sumariam os principais resultados, mostrando a evolução das séries trimestrais da ENR em cada sector, no período 1998-2009. Genericamente, no cômputo do período, o peso da ENR no PIB oficial nos sectores Agrícola e Serviços assume um padrão de crescimento, enquanto na Indústria parece haver uma diminuição na maior parte do período em estudo. Os resultados estimados revelam, em particular, que o peso da ENR no PIB oficial registou no 1º trimestre de 2009 o valor de 0.6% no sector Agrícola, 5.5% na Indústria e 16.6% nos Serviços.

Gráfico 1: ENR no sector Agrícola, como % do PIB oficial

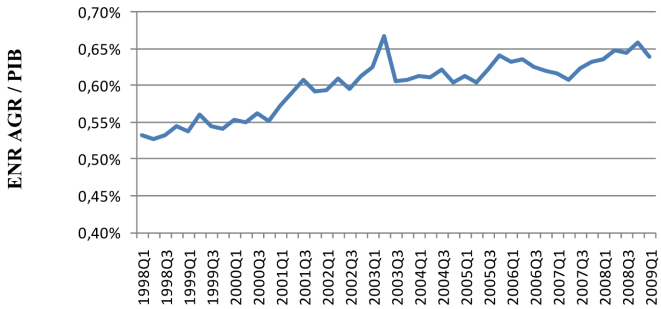


Gráfico 2: ENR no sector da Indústria, como % do PIB oficial

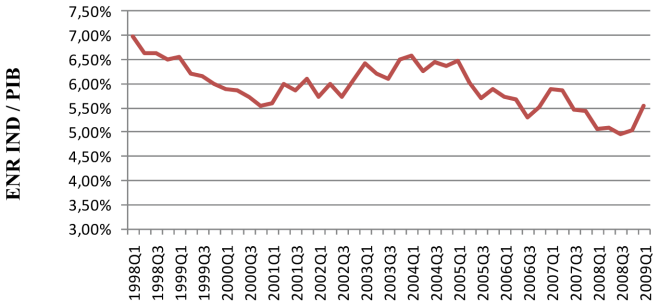
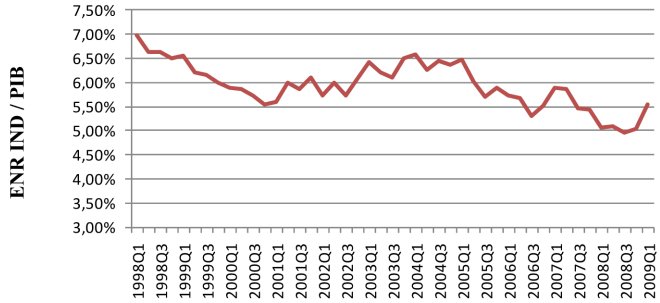


Gráfico 3: ENR no sector dos Serviços, como % do PIB oficial



Óscar Afonso
2010-10-07

A ECONOMIA SOMBRA E O DÉFICE

No passado dia 9 de Dezembro o Observatório de Economia e Gestão de Fraude anunciou o índice de Economia Sombra (ou Não-Registada) em Portugal. De acordo com os valores apresentados o peso da Economia Sombra no Produto Interno Bruto (PIB) oficial, em Portugal, evoluiu desde os 9.3% em 1970 até 24.2% em 2009. Disse-se também na altura que, embora a evolução crescente esteja certamente correcta, os valores concretos estão subavaliados, porque o fenómeno é complexo, está em constante desenvolvimento e engloba rubricas muito diversas (produção ilegal, produção não declarada / oculta / subterrânea, produção informal, produção para autoconsumo e produção subcoberta por deficiências da estatística). A produção ilegal, por exemplo, dificilmente estará correctamente avaliada nos valores estimados.

Numa crónica passada (datada de 15 de Abril de 2010) dei conta das consequências da Economia Sombra e, por conseguinte, das razões porque deve ser combatida. Não pretendo, por isso, repetir-me. No entanto, tendo em conta o actual contexto macroeconómico da Economia Portuguesa, não consigo deixar de (re)afirmar que, na ausência de Economia Sombra (ou num nível semelhante ao existente nos países nórdicos, Estados Unidos, Áustria e Suíça), provavelmente o peso do défice no PIB estaria a um nível compatível com o requerido pela União Europeia. Com efeito, menos Economia Sombra significaria mais economia oficial – mais PIB, portanto – e mais economia oficial significaria maior receita fiscal.

Sendo o seu combate tão importante no contexto actual, coloca-se então a questão: como deve ser combatida? Para melhor compreender a forma há que ter em conta as respectivas causas. Genericamente são identificadas como causas principais do seu crescimento, factores inter-relacionados como: o aumento da carga de impostos e das contribuições para a segurança social; a crescente regulamentação da economia oficial; o desemprego; as transferências sociais; os serviços do sector público; o baixo nível de capital

humano da economia; a mão-de-obra composta por imigrantes ilegais e clandestinos; a falta de cultura e participação cívica; razões culturais e ambientais; a falta de credibilidade de órgãos de soberania face à conduta de alguns dos seus representantes; a ineficiência da Administração Pública e falta de transparência no atendimento público; as condições de mercado induzidas pela globalização dos mercados e da produção; o progresso tecnológico; a baixa produtividade. Também o aumento das fraudes, a importância das praças financeiras *offshore*, a empresarização da sociedade e a influência das máfias internacionais. A corrupção também contribui para a formação da Economia Sombra, mas a relação entre ambas ainda não está esclarecida de todo na literatura, nomeadamente quanto à sua complementaridade e substituição. A literatura económica existente sobre o assunto sugere que, particularmente, para o crescimento da produção subterrânea e do trabalho ilícito, são dois os grupos de causas dominantes: os impostos directos e indirectos (carga fiscal e contribuições para a segurança social) e as restrições (leis, licenças, regulamentação e barreiras).

Todas as medidas que contrariem as suas causas deveriam pois ser consideradas pelas entidades competentes. Pessoalmente, considero que, para além de todas as medidas que contrariem as causas, há algumas medidas adicionais que podem e devem ser consideradas. Deixo por hoje dois exemplos: (i) a formulação do crime de enriquecimento ilícito, punindo fortemente o agente que adquirir bens em manifesta desconformidade com os rendimentos fiscalmente declarados e sem que se conheça outro meio de aquisição lícito (medida que, em minha opinião, teria forte impacto na redução da produção ilegal e subterrânea e que, sinceramente, estranho que não esteja implementada); (ii) devolução de um determinado valor do IVA suportado (1%, por exemplo) a quem introduzisse o valor e o número do documento de suporte numa plataforma (por exemplo, no sítio do Ministério das Finanças). Neste caso, aumentava o incentivo dos consumidores para exigir facturas em pequenas transacções (medida que, em minha opinião, afectaria negativamente a economia subterrânea e ainda alguma informal).

Entristece-me o aparente desinteresse da população em geral e dos governantes em particular pelo tema. No caso destes últimos, tal manifesta-se no facto de não se vislumbrarem medidas / acontecimentos com impacto positivo ao nível da sua diminuição. Entristece-me ainda saber que, face ao aumento da carga fiscal e do desemprego, seja de esperar um (novo)

aumento da Economia Sombra; em suma, que, por esta via, seja dado um previsível contributo para o agravamento do défice!

Óscar Afonso
2011-03-10

ECONOMIA SOMBRA: ALGUMAS IMPLICAÇÕES, CAUSAS E SOLUÇÕES[1]

Terminei a minha última crónica a referir que me entristecia o aparente desinteresse pelo tema Economia Sombra da população em geral e dos governantes (pelo menos nos últimos anos) em particular. Creio que o tema é demasiado sério para que assim seja. E é ainda mais sério no contexto actual em que há que conjugar o previsível aumento da dimensão da Economia Sombra, nomeadamente face ao aumento da carga fiscal e do desemprego, com a necessidade de recursos "oficiais" adicionais.

Todas as actividades económicas englobadas no chapéu Economia Sombra devem ser combatidas porque distorcem a economia oficial e, assim, contribuem para uma sociedade menos justa e menos competitiva. Mesmo as actividades aparentemente toleráveis em que indivíduos ou famílias operam na componente informal da Economia Sombra como forma de aumentar o reduzido rendimento. Com efeito, sendo esse rendimento não declarado, esses agentes podem ter acesso a prestações sociais a que não teriam direito, prejudicando assim quem paga e quem realmente precisa. Os primeiros porque terão de pagar mais e os segundos porque irão receber menos.

Mais grave ainda é a Economia Sombra praticada por agentes detentores de rendimentos significativos, envolvendo montantes muito expressivos. Trata-se, neste caso, de operações ilegais e ocultas que contribuem directamente para o aumento da desigualdade entre ricos e pobres, permitindo-se ao infractor uma vida mais sumptuosa. Além disso, a não cobrança de impostos devidos limita o investimento público, baliza a redistribuição a favor dos mais pobres e distorce a concorrência.

Na ausência ou insignificância de Economia Sombra, as empresas, porque operam na economia oficial, tendem a investir recursos para evitar lucros (e impostos) anormais. Neste caso, a sua competitividade é assegu-

rada pela sua permanente modernização. Pelo contrário, na presença de um nível proeminente de Economia Sombra, não há necessidade de reinvestir lucros para evitar impostos; os recursos são facilmente desviados para uso pessoal dos proprietários e as empresas vão sendo cada vez menos competitivas. Mais cedo ou mais tarde estas empresas acabarão falidas e haverá desemprego (quantas são as empresas falidas de donos ricos!).

Embora em diversas crónicas anteriores tenha abordado as causas do aumento da Economia Sombra, gostaria hoje de enfatizar duas: fiscalização insuficiente e carga fiscal. Relativamente à primeira, gostaria de referir que a inexistência de recursos humanos especializados nas repartições de finanças impede o controlo de uma série relevante de declarações entregues pelos contribuintes. Essas análises, que forçosamente deveriam passar por entrevistas, teriam certamente um efeito dissuasor que hoje não se verifica. Além disso, o recrutamento de pessoal teria ainda um efeito positivo sobre o emprego. Actualmente, o processo de controlo é informático, via cruzamento de dados, o que significa que praticantes de Economia Sombra em, por exemplo, 40% da sua actividade podem apresentar lucro médio nos restantes 60% de actividade que, dificilmente, terão problemas!

Por sua vez, uma elevada carga fiscal, conjugada com legislação inadequada / ausência de legislação, significa menores benefícios líquidos e, portanto, aumenta o incentivo dos agentes para operar no âmbito da Economia Sombra. Tal provoca menor receita fiscal e tende a gerar novos aumentos da carga fiscal. O combate à Economia Sombra é assim crucial para provocar o efeito inverso. Menos Economia Sombra permite baixar a carga fiscal, que, por sua vez, contribui ainda mais para a diminuição da Economia Sombra: com uma carga fiscal inferior mais contribuintes estarão disponíveis para pagar.

Sendo um fenómeno complexo e em constante mutação, penso que a sua solução exige a conjugação de várias medidas no campo da legislação. Desde logo,

1. a implementação do crime de "enriquecimento ilícito". Em minha opinião, nunca será possível reduzir a Economia Sombra para valores controláveis sem legislação que obrigue o contribuinte a explicar eventuais disparidades entre os seus "sinais exteriores de riqueza" e os valores declarados, com medidas punitivas severas para prevaricadores.

2. o desenvolvimento de formas de incentivo para que os consumidores exijam facturas/recibos das suas despesas (via devolução de uma percentagem do IVA pago, por exemplo).
3. a exigência de que todos os "orçamentos" e tabelas de preços incluam o valor total do bem ou serviço com IVA, evitando-se assim que na hora de pagar o comprador seja confrontado com a frase "com factura o valor ainda inclui IVA".
4. a publicação (na internet, por exemplo) do rendimento bruto declarado de todos os contribuintes. Esta medida teria um efeito dissuasor pois permitiria que actividades semelhantes se pudessem comparar e provocar denúncias de Economia Sombra por parte de concorrentes.
5. a necessidade de que todas as empresas tenham efectivamente contabilidade informatizada e certificada. Supletivamente esta medida criará novos postos de trabalho.
6. que, em particular, na construção civil seja obrigatório, no acto de entrega de obra, declarar nas finanças todas as despesas orçamentadas e os números de identificação fiscal de vendedores e prestadores de serviços. No caso de obras financiadas com "crédito bancário", os bancos seriam obrigados a efectuar entregas mediante apresentação de facturas e directamente nas contas dos fornecedores.
7. a criação de empresas especializadas de fiscalização, devidamente certificadas e com pessoal formado para o efeito. Naturalmente que o contribuinte teria sempre oportunidade de recurso e, em caso de fundamento, a empresa fiscalizadora poderia ser punida e prejudicada em concursos posteriores.

Trata-se, enfim, de algumas/poucas medidas que assumidas com coragem permitiriam contribuir para uma sociedade melhor, mais justa e solidária.

NOTA:

1. Agradeço o contributo do meu conterrâneo e amigo David Fernandes para o conteúdo desta crónica

Óscar Afonso
2011-07-07

FRAUDE NAS NOTÍCIAS

1. Muitos órgãos de informação apregoaram recentemente que a economia paralela no nosso país em 2010 era de 20% do PIB, acrescentando que feirantes, senhorios, taxistas e mecânicos estão entre os que mais fogem ao fisco. Não o fizeram por iniciativa própria mas reproduzindo acriticamente um recente estudo encomendado pela Visa Europa.

Será mesmo assim?

Retomemos o estudo publicado que deu lugar a essas notícias. Nele encontramos, de forma subtil ou aberrante, constatações que são, pelo menos, de gerar dúvidas e desconfianças. Citemos algumas:

1. Há uma imprecisão temporal que não é despicienda: os cálculos estatísticos referem-se a 2005, algumas análises por inquérito são mais recentes e o título da publicação data a aplicação do estudo a 2010. Quando estamos a trabalhar com realidades muito sensíveis às conjunturas, e neste entretanto se revelou a crise de sobreprodução que actualmente vivemos, quiçá mais graves da história do capitalismo, estas diferenças temporais podem alterar significativamente os dados.
2. Por muita consideração que tenhamos pelo académico que fez as estimações estatísticas, não podemos deixar de manifestar a mais profunda estranheza pelos resultados obtidos. É de surpreender que todos os países apresentem uma diminuição de "economia sombra" entre 2002/3 (data de um estudo do mesmo autor para os países agora considerados) e 2005 (ou 2010?) que oscila entre 0,9 e 2,5 pontos percentuais. No caso português podemos categoricamente afirmar que não corresponde à realidade. A tendência foi de aumento e não de diminuição.

3. Os cálculos matemáticos têm de estar subordinados à realidade do que é observado, à consistência da explicação científica que os justifica. É muitíssimo duvidoso que a metodologia estatística utilizada no cálculo da "economia sombra" para um país permita a sua aplicação a subsectores económicos com o nível de desagregação apresentada no estudo.
4. O documento oscila entre duas metodologias e uma preocupação: mostrar que a utilização do cartão de crédito pode reduzir a "economia sombra". As metodologias são a indirecta (que integra as estimativas referidas nas alíneas anteriores) e a directa. Esta passa pela observação das informações disponíveis sobre "economia sombra". Por esta via analisa-se "o que se fala" e não o que escapa à observação menos atenta. Revela-se o restaurante que não passa factura, esquece-se as empresas fictícias, os "preços de transferência" manipulados e as operações com e entre paraísos fiscais.

Contudo, o grande problema é considerar que a evasão e a fraude fiscal não fazem parte da "economia sombra". Na metodologia utilizada nada nos permite afirmar tal. Não há razões para "o mecânico que não passou factura para fugir ao IVA" estar englobado na "economia sombra" e não o estar as empresas que fazem operações fictícias entre países da União Europeia para receberem IVA (ex. a chamada fraude carrossel). Não há razões para o taxista ser considerado agente de economia paralela e não o ser a empresa que factura comissões a falsas empresas e faz sobrefacturação para outras sociedades do mesmo proprietário, que estão localizadas em paraísos fiscais.

Acrescente-se, para além das considerações técnicas que justificam estes reparos, que se a "economia sombra" não englobasse a fraude fiscal a economia não registada em Portugal não se situaria na casa do 20%, mas certamente dos 50% ou 60%, o que seria absurdo: 20% das actividades quantificadas no estudo, outro tanto para a fraude fiscal e mais uns 10% para a economia ilegal.

2. A estes factos há que acrescentar a ambiguidade terminológica em torno destas questões. Umas vezes fala-se em "economia não registada" (ou não observada), seguindo a terminologia da OCDE, outras de "economia paralela", outras ainda de "economia sombra", como é designada no citado estudo. As designações podem ser indiferentes, mas temos que ter presente que as metodologias de cálculo que estão por trás são diversas e conduzem

a resultados também distintos. É fundamental ter sempre presente que ao falamos na parte da actividade económica que não é registada na contabilidade nacional, que não entra nas estatísticas da produção do país, há a economia subterrânea, isto é, as actividades que são mantidas encobertas por razões de fuga aos compromissos fiscais e parafiscais; a economia ilegal, que corresponde à produção e trocas que, como o seu nome indica, são proibidas; a economia informal, pequenas actividades que estão associadas a estratégias de sobrevivência; e ainda o autoconsumo. Quatro parcelas com importâncias relativas diferentes, com causas e impactos sociais muito radicalmente distintos. Do ponto de vista social são a economia subterrânea e a economia ilegal as mais importantes quantitativamente, as mais gravosas em termos económicos, políticos e éticos.

3. Não acreditamos na "independência" de quem elabora os estudos. Acreditamos na "honestidade". Mas se todos somos dependentes, vale mais ser-se dependente da verdade que dos negócios que se pretende promover.

Em todos os casos estes estudos têm de ser lidos e interpretados com conhecimento e sentido crítico. Quando isso não acontece existem deturpações e divulgações de ideias que podem ser perniciosas.

Foi o que aconteceu com grande parte das notícias que foram divulgadas partindo deste estudo da Visa Europa: os feirantes, os senhorios, os taxistas e os mecânicos surgem como os "maus da fita" (paga de terem feito alguma fuga ao fisco, como provavelmente o leitor ou eu, mesmo sem exercermos aquelas profissões) e todos os que praticam fraude fiscal (com exemplos tão ilustres na banca portuguesa, a começar no BPN e a acabar em muitíssimos outros) nem sequer aparecem no filme.

4. O estudo manhosamente erra, engana e atinge resultados previamente desejados. Os jornalistas reproduzem e dão vida a esses disparates. Todos nós somos enganados e desinstruídos.

Carlos Pimenta
2011-07-21

IMPACTO DE POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS NA ECONOMIA NÃO-REGISTADA, NOS SALÁRIOS E NO CRESCIMENTO ECONÓMICO

Como tenho vindo a referir em crónicas anteriores, a Economia Não-Registada (ENR) em diferentes países e regiões tem sido (e continua a ser) estudada, sendo que em minha opinião, com menor intensidade e destaque que o seu nível absoluto e relativo exigiria. Alguns dos estudos existentes consideram a actividade do governo como crucial e relacionam a performance do sector público com o peso da ENR. É destes estudos que hoje gostaria de falar. O seu ponto-chave é o seguinte: o peso da ENR afecta negativamente a capacidade para arrecadar receita necessária ao financiamento de despesa pública. Adicionalmente, alguns estudos concluem que subsídios generosos e regulação severa podem contribuir para que trabalhadores e bens e serviços passem ou permaneçam no seio da economia Oficial. Pelo contrário, a corrupção e a ineficácia do sistema legal aparecem como incentivos para ocultar relações económicas.

A incapacidade para fornecer bens e serviços públicos pode, por sua vez, levar mais agentes económicos para a ENR. Neste caso, quando o peso da ENR cresce e, consequentemente, a receita fiscal diminui, o governo pode sempre aumentar taxas; no entanto, tal tende a empurrar ainda mais actividade económica para a ENR que, quando relacionada com actividades criminosas (mas não só!), compromete a coesão social e o crescimento económico; ou seja, o futuro.

Neste sentido, mais recentemente tem havido alguns estudos que procuram justamente suportar teoricamente a relação negativa entre o peso da ENR e: (i) a quantidade de bens e serviços públicos; (ii) as políticas públicas promotoras de progresso técnico (financiadas, naturalmente, por receita fiscal); (iii) a desigualdade salarial a favor de trabalhadores a operar

na economia Oficial; (iv) a competitividade do sector Oficial; (v) o crescimento económico.

Relacionando o avanço da ENR com o fracasso das instituições públicas necessárias para apoiar um mercado Oficial eficiente, é pois fundamental avaliar o efeito de questões cruciais como a prestação de um adequado nível de bens e serviços públicos e de políticas públicas promotoras de progresso técnico sobre os incentivos para operar na ENR. Em particular, a relação positiva entre nível de bens e serviços públicos (e políticas públicas promotoras de Investigação e Desenvolvimento, I&D) e o prémio salarial por operar no mercado Oficial impulsiona a coesão social e o abandono da ENR, ao mesmo tempo que motiva os indivíduos para financiar programas públicos através do pagamento de impostos. Estas características podem afectar a igualdade, a estabilidade e o crescimento do sistema socioeconómico.

Nesses estudos teóricos há que atender ao facto empírico – o que nem sempre sucede! – de que maioritariamente a ENR se concentra nos sectores de serviços e construção; em particular, em actividades intensivas em trabalho não qualificado (serviços de limpeza, reparações e construção) e em trabalho "muito" qualificado (actividades ilegais). Explicação para tal estará no simples facto de que, nesses sectores, é mais fácil "esconder" ou o risco compensa. Assim, esses estudos teóricos devem considerar a produção relativa: com uns bens e serviços relativamente mais produzidos na economia Oficial e outros na ENR. Acresce dizer que a ENR envolve um mercado de trabalho também não observado e que estudos específicos a este propósito tendem a discutir o efeito das horas trabalhadas na ENR sobre o salário Oficial e a substituibilidade entre mercado de trabalho Oficial e não-Oficial. Os resultados demonstram, em particular, uma relação negativa entre horas trabalhadas na ENR e o salário da economia Oficial, e a substituibilidade entre ENR e economia Oficial.

Neste contexto, há que considerar que a produção de cada bem e serviço final requer trabalho e bens intermédios, que, por sua vez, incorporam o progresso técnico (geralmente num contexto de concorrência monopolística). Além disso, a produção Oficial beneficia de bens e serviços públicos; em particular, de sistemas de comunicação, de estradas, de portos, da existência de regulação, de gastos públicos em investigação e de prestação de educação básica e assistência médica. Com a consideração de complementaridade entre factores e substituibilidade entre sectores (Oficial e

não-Oficial) é possível analisar o efeito de uma alteração no nível de bens e serviços públicos no peso da ENR, nos salários e no crescimento económico.

No cenário que tenho vindo a considerar, a cadeia de efeitos será particularmente governada pela dimensão dos bens e serviços públicos, que deverão: (i) aumentar a produtividade marginal do trabalho no sector Oficial; (ii) reduzir os incentivos para operar no seio da ENR; (iii) aumentar a competitividade do sector Oficial; (iv) afectar o enviesamento do progresso técnico a favor do sector Oficial. Este enviesamento, por sua vez, explicará o aumento da economia Oficial, a desigualdade salarial a favor dos trabalhadores na economia Oficial e a taxa de crescimento. O aumento do prémio salarial "Oficial" é fortemente baseado no raciocínio de que, quando aumentam os bens e serviços públicos, a dimensão do mercado Oficial cresce e cria incentivos adicionais para o progresso técnico utilizado pelos trabalhadores nesse sector.

Assim, pelo menos temporariamente, o aumento da carga fiscal aparece como um argumento válido quando está naturalmente em causa o correcto financiamento de bens e serviços públicos e/ou a promoção de políticas públicas de I&D.

Óscar Afonso
2011-08-18

DESEMPREGO E ECONOMIA PARALELA EM TEMPOS DE CRISE

A crise económica atinge Portugal de forma severa, obrigando os últimos governos a tomarem medidas de austeridade para estabilizar a economia e tentar impulsionar o crescimento económico. No esforço para alcançar tais objectivos, surgem danos colaterais como o aumento do desemprego. Sendo esta uma das principais causas da formação da economia paralela leva a que políticas económicas com impacto ao nível do emprego devam ser tomadas com maior precaução.

As actividades na economia paralela envolvem um mercado de trabalho paralelo que, comparando com o mercado de trabalho oficial, tem a particularidade de conjugar networks mais fortes entre empregadores e empregados dada a sua actuação à margem das regras laborais. Face aos custos do envolvimento no mercado de trabalho paralelo, porque é que alguns agentes económicos procuram este tipo de trabalho? Acontece que no mercado oficial, os custos que as empresas e indivíduos têm de suportar para criar emprego ou serem empregados são altamente inflacionados pela carga fiscal e contribuições sociais sobre os salários, assim como pela regulação e controlo laboral sobre as actividades económicas. Em Portugal, à semelhança com os parceiros da OCDE, estes custos são maiores que os salários efectivamente ganhos pelos trabalhadores, providenciando assim um forte incentivo a enveredar pelo trabalho na economia paralela, ou trabalho ilícito.

O trabalho ilícito pode adoptar várias formas, com as quais todos os cidadãos se deparam no seu dia-a-dia. Enumerando três das principais formas temos: (i) o trabalho secundário/part-time realizado após (ou mesmo durante) o horário de trabalho regular; (ii) o trabalho realizado por indivíduos que não participam activamente no mercado de trabalho oficial,

seja por motivos de dedicação exclusiva a actividades ilícitas, situação de desemprego, ou por auferir outra prestação social; e (iii) o trabalho realizado por indivíduos que não se encontram em situação regular de permanência no país, como é o caso de trabalhadores clandestinos e imigrantes ilegais.

Qualquer uma das formas de trabalho ilícito implica a fuga de receitas a nível de impostos sobre o rendimento e também de contribuições para a segurança social. No entanto, a mais nociva é aquela que potencia a fraude para com a segurança social, isto é, quando os indivíduos usufruem de um rendimento associado ao subsídio de desemprego ou outra prestação por inactividade e auferem simultaneamente um rendimento via trabalho na economia paralela.

A evasão fiscal tem efeitos sobre a distribuição do rendimento ao distorcer a função redistributiva do Estado, visto existirem entidades/indivíduos que não são tributados em conformidade com o seu rendimento. A redução sustentada nas receitas fiscais obriga o Estado a reduzir gastos públicos, transferências sociais e investimentos e a intensificar medidas de austeridade como o aumento de impostos. A desigualdade social é potenciada, pois a sobrecarga de impostos recai intensamente sobre os mesmos indivíduos que não praticam actividades ilícitas, podendo, pelo que já foi enunciado, incentivar estes ao recurso do trabalho na economia paralela, e originar mais uma vez a redução das receitas fiscais.

A ligação entre o nível de desemprego e economia paralela potenciam a deterioração das contas públicas via aumento dos encargos sociais e redução das receitas fiscais. A acuidade na definição/discricionariedade e supervisão das políticas fiscais e políticas sociais evidencia-se assim como um passo importante para a estabilização da economia Portuguesa e no caminhar para um Estado mais eficiente e equitativo.

Nuno Gonçalves
2011-09-29

O ÍNDICE DA ECONOMIA NÃO REGISTADA EM PORTUGAL

Como temos vindo a referir em crónicas anteriores, a economia que não é contabilizada no cálculo do produto interno bruto constitui a Economia Não Registada (ENR), sendo composta por diversas rubricas, nem sempre com fronteiras bem claras entre si.

A economia subterrânea, por exemplo, corresponde ao produto que se furta à contabilização por razões dominantemente fiscais. Por sua vez, a economia ilegal corresponde ao produto que não é contabilizado porque resulta de actividades ilegais, pelos seus fins ou pelos meios utilizados. Por outro lado, a economia informal e o auto-consumo correspondem a produto criado por actividades essencialmente associadas a uma estratégia de melhoria de condições de vida das famílias ou sobrevivência. Finalmente, há ainda a rubrica marginal relativa ao produto não contabilizado por deficiências da estatística. Sendo clandestina e incluindo muitos procedimentos ilegais não pode ser calculada directamente. Não há portanto informações, estatísticas, compiláveis sobre ela. Por isso, há que proceder por estimativa, utilizando metodologias perfeitamente justificadas e metodologicamente correctas. A metodologia utilizada pelo Observatório de Economia e Gestão de Fraude (OBEGEF) recorre a justificados e testados modelos matemáticos e, ao focar a sua atenção mais fortemente sobre a economia que se furta à contabilização por razões dominantemente fiscais (face à disponibilidade de dados existentes), subavalia o peso da ENR (sobra ou paralela) na economia oficial.

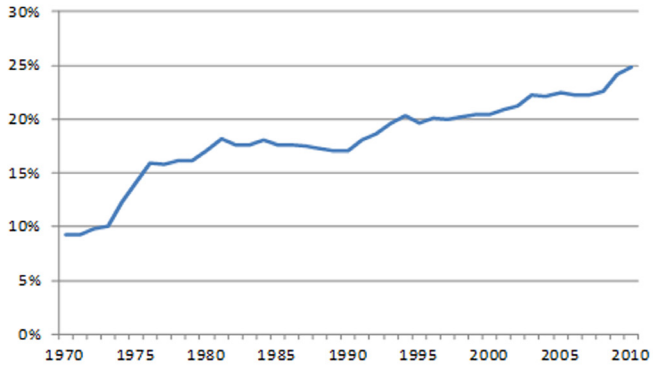
A estimativa de um valor da ENR não tem o rigor milimétrico ao calcular o seu montante num ano, mas tem-no quando se mede a evolução havida. Em Dezembro de 2010, o OBEGEF apresentou o andamento do peso da ENR em Portugal, desde 1970 até 2009. No passado dia 16 de Janeiro, actualizou

os valores para o ano 2010, último ano para o qual é neste momento possível o cálculo. Os valores constantes da Tabela 1 e da Figura 1 mostram que, exceptuando o período 1977-1982, há uma tendência de aumento desde o início do período considerado e que em 2010 voltou a aumentar, passando de 24,2% para 24,8% do produto interno bruto oficial. Como principais causas desse incremento de 2,5% num só ano salientam-se os aumentos na taxa de desemprego, no consumo do Estado e na carga fiscal, nomeadamente nos impostos indirectos (IVA).

ENR (como % do PIB oficial) na economia portuguesa 1970-2010

Ano	1970 1973	1974 1978	1979 1983	1984 1988	1989 1993	1994 1997	1998 2001	2002 2005	2006 2008	2009	2010
ENR/PIB	9,6	14,9	17,3	17,6	18,1	20,0	20,5	22,0	22,4	24,2	24,8

Figura 1 – Peso da ENR no Produto Interno Bruto oficial



Note-se que para garantir a comparabilidade dos dados o produto interno bruto de referência foi calculado com base nos preços em vigor num dado ano fixo, tendo sido considerado como base o ano de 2000. Podemos assim dizer que a ENR em 2010, a preços de 2000, rondou os 32183 milhões de euros e a preços correntes rondou os 41540 milhões de euros. Para se ter uma ideia da grandeza destes números, atente-se no facto de que:

- Um milhão de euros em notas de 100€ teriam uma altura de vinte centímetros. 32183 milhões correspondem a uma pilha de 6,4 quilómetros de altura de notas de 100€, e 41540 milhões formariam uma pilha de 8,3 quilómetros de altura de notas de 100€;
- O valor oficial do peso do défice do orçamento geral do estado no produto interno bruto foi, em 2010, de 8,6%. Se não houvesse ENR, admitindo uma carga fiscal média de 20% sobre esse valor, o défice teria sido de apenas 2,9% do PIB.

Adicionalmente, os cálculos do OBEGEF em termos sectoriais presentes nas Figuras 2, 3 e 4 evidenciam ainda que, no computo do período 1998-2010, a ENR na Agricultura e nos Serviços tem revelado uma trajectória ascendente, enquanto na Indústria, provavelmente devido à desindustrialização, a trajectória tem sido descendente.

Figura 2 – Peso da ENR no Valor Acrescentado Bruto oficial na Agricultura

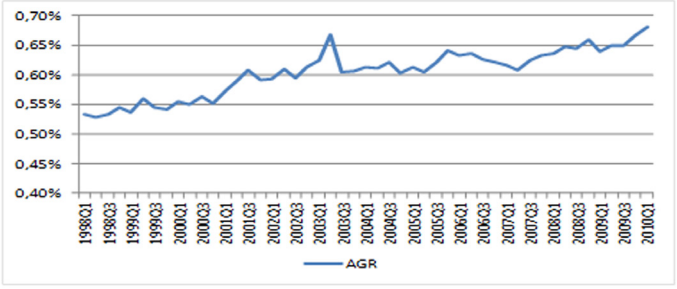


Figura 3 – Peso da ENR no Valor Acrescentado Bruto oficial na Industria

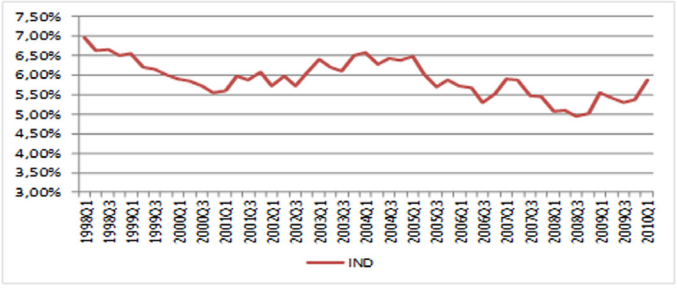
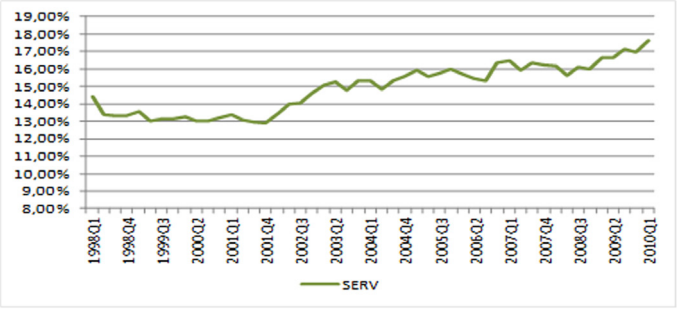


Figura 4 – Peso da ENR no Valor Acrescentado Bruto oficial nos Serviços



Naturalmente que perante um peso tão significativo, em Portugal a concorrência entre agentes económicos em geral e entre empresas em particular está distorcida, obrigando os cumpridores a contribuições adicionais. Por sua vez, as receitas fiscais ficam aquém do esperado, impedindo a realização de importantes tarefas por parte do Estado; por exemplo, o investimento público e a redistribuição do rendimento ficam condicionados. Finalmente, a incerteza na estabilização da economia aumenta, porque os agregados macroeconómicos estão enviesados, conduzindo a decisões de política desajustadas e, nessa sequência, a eventuais efeitos económicos inadequados.

Neste contexto, creio que é dever cívico de todos contribuir para a eliminação ou, pelo menos, para a redução do peso da ENR, nomeadamente das rubricas economia subterrânea e ilegal.

Óscar Afonso
2012-02-02

UMA BREVE NOTA SOBRE O CONCEITO DE ECONOMIA PARALELA

A economia paralela, ou Economia Não-Registada (ENR), trata-se de um fenómeno presente em todos os países do mundo, cuja complexidade e abrangência leva a dificuldades em defini-lo formalmente.

Uma metáfora utilizada para ilustrar a complexidade da ENR é a de que esta é uma realidade em constante desenvolvimento de acordo com o "princípio da água corrente" – adapta-se, em particular, a alterações nos impostos, a sanções das autoridades fiscais e às atitudes morais em geral – daí que o seu conceito possa ser mutável ao longo do tempo. Também porque incorpora diversas atividades económicas, a sua definição não é imediata, levando muitas vezes a perguntas como: O que é a ENR? Estamos a falar de grandes fraudes ou de pequenos "biscates"?

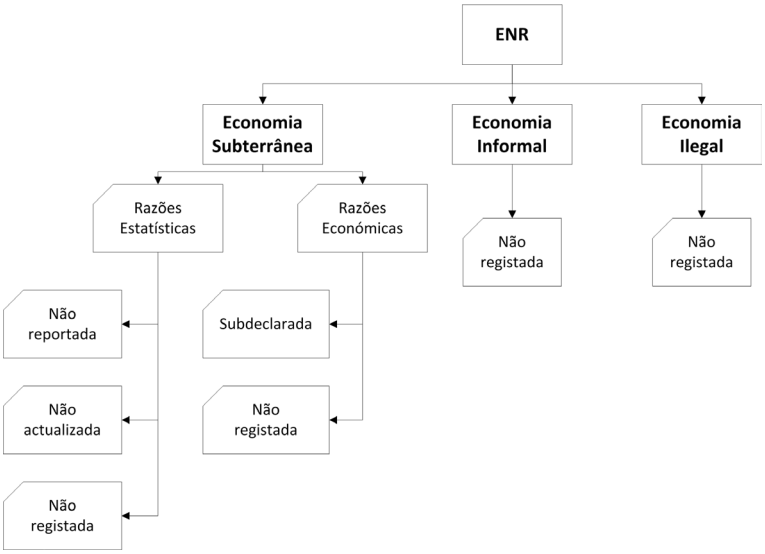
A ENR tem sido estudada por instituições como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o *System of National Accounts* (SNA93) e o *European System of National Accounts* (ESA95), de forma a colmatar deficiências na medição da atividade global das economias. Para estas, o uso dos termos economia ilegal, subterrânea, informal, autoconsumo e subcoberta não é uma mera questão de nomenclatura. Em particular, a OCDE descreve o enquadramento dado à ENR pelo Instituto Nacional de Estatística Italiano (Istat) através da figura apresentada.

Nesta são ilustradas as diferentes componentes da ENR. A ENR engloba todas as atividades que possam ser classificadas nas seguintes categorias: economia subterrânea, economia informal, e economia ilegal.

A economia subterrânea, oculta ou subdeclarada, é caracterizada pela produção de bens ou serviços legais, deliberadamente não declarada (de forma total ou parcial) de modo a evitar o pagamento de taxas ou impostos, o cumprimento de normas legais (como, por exemplo, o pagamento de

salários mínimos, ou o cumprimento de limite de horas de trabalho, regras de segurança e saúde no trabalho) e o cumprimento de procedimentos administrativos como é o caso de questionários estatísticos.

Conceitos de economia considerados pelo Istat na ENR



A economia informal ou do sector informal é caracterizada pela produção de bens e serviços legais por unidades que operam com pouca organização e em pequena escala, sem (ou pouca) divisão entre os fatores de produção capital e trabalho, e cujo principal objetivo é o de gerar rendimentos e emprego para os indivíduos envolvidos – os popularmente chamados biscates. Em particular, incluem-se nesta rubrica atividades não registadas conduzidas por artesãos, camponeses, trabalhadores domésticos e pequenos comerciantes.

A economia ilegal é caracterizada por bens e serviços cuja produção, venda e distribuição são proibidos por lei (como é o caso das drogas ilegais) ou que são legais mas proibidos quanto à produção e posse a indivíduos não autorizados (por exemplo, é ilegal a prática de medicina sem licença).

A OCDE, para além destes três grupos, considera ainda o autoconsumo e as atividades subdeclaradas devido a falhas na recolha de dados estatísticos, como as principais áreas da ENR.

Uma vez que toda a produção deveria ser considerada nas estimativas do Produto Interno Bruto (PIB), para efeito de medida, a distinção entre legal e ilegal, declarada e subdeclarada, ou ainda entre formal e informal não deveria ser muito importante. No entanto, entre países, ou num país ao longo do tempo, a distinção torna-se relevante pois tem impacto nas estimativas e pode causar inconsistências em termos de análise.

Assim, a definição mais abrangente de ENR, no sentido em que é capaz de abarcar todas as rubricas aqui enfatizadas, passa por considerar que engloba todas as transações económicas que contribuem para o PIB, mas que, por diversas razões, não são tidas em conta.

Não obstante, os estudos realizados de forma a estimar o tamanho deste fenómeno consideram geralmente como ENR apenas uma ou algumas das componentes e, portanto, acabam por subestimar significativamente o objeto de estudo. O caso mais flagrante é o da economia ilegal. Poucos são os dados disponíveis sobre este tipo de actividade, pelo que qualquer medida que tente contabilizar a ENR estará certamente subestimada.

Em suma, embora a ENR englobe diversas componentes, geralmente e no melhor dos cenários, apenas parte da ENR tende a ser avaliada. As dificuldades técnicas na sua mensuração não devem ser encaradas como um desincentivo ao estudo, pelo contrário, maiores esforços devem ser feitos de modo a perceber a dinâmica da ENR, uma vez que se trata de um fenómeno socioeconómico com um impacto (negativo) profundo tanto a nível dos contribuintes como do próprio Estado.

Nuno Gonçalves
2012-06-21

HAWALA – SISTEMAS INFORMAIS DE REMESSA DE VALORES

Os acontecimentos do 11 de setembro de 2001, para além do alarme social e da radical alteração provocada no paradigma da segurança mundial, contribuíram, de alguma forma, nos meses que se seguiram, para retirar do quase anonimato, um secular sistema de transferências, apenas porque terá sido a via utilizada para fazer chegar, às mãos dos operacionais, o dinheiro necessário à preparação e execução daqueles atos terroristas.

Vulgarmente conhecido por Hawala e apelidado frequentemente de banca subterrânea, banca paralela, sistema bancário não oficial e, numa outra aceção, de banca étnica, este sistema integra organizações complexas que se implantaram no mercado das transferências de valores e consolidaram posições, a ponto de merecerem a atenção cuidada quer do Banco Mundial quer do Fundo Monetário Internacional, o escrutínio atento do GAFI e ainda a preocupação da Interpol que, em texto publicado na sua página de *internet*, analisa de forma circunstanciada as suas origens, ligações e mecanismos de funcionamento.

Enviar dinheiro não o enviando, é a melhor definição para este sistema que, ao longo de vários séculos, substituiu um sistema bancário então inexistente. Manteve, contudo, uma diferença abissal no que tange ao cumprimento de regras: um banco, para além de receber valores para depósito, conceder empréstimos e operar no mercado de capitais, dedica-se, ainda, à prestação de um sem número de serviços financeiros complexos, recebendo e pagando juros, cobrando taxas e comissões, tudo dentro do escrupuloso cumprimento de uma complexidade de leis, normas e regulamentos, quer nacionais, quer internacionais, obedecendo a formalismos e curando de tudo registar e preservar, estando ainda sujeito a diversas fiscalizações, auditorias e controlos. Por oposição, as organizações que integram o sistema informal apenas operam no mercado das transferências, não obedecem a

normativos legais, regem-se pelos seus próprios códigos de conduta, não são fiscalizados e não prestam informação a quem quer que seja.

Com origens que remontam aos tempos da dinastia Tang na antiga China (século IX), foram-se espalhando e criando estruturas sólidas ao longo do tempo, dando lugar a organizações complexas e actuantes, como são, para citar apenas as mais conhecidas, o *Hundi* indo-paquistanês, o *Fei-ch'ien* chinês, o *Hui Kuan* de Hong Kong, o *Padala* das Filipinas e o *Phoei kwan* tailândês que, entre uma multiplicidade de outros grupos de menor dimensão, cresceram impulsionadas pelo fenómeno migratório que caracterizou a primeira metade do século XX.

Recorrendo a mecanismos de uma simplicidade desconcertante e beneficiando da insipiência que então caracterizava as ligações bancárias entre continentes, foram e continuam a ser o meio privilegiado e eficaz, usado pelos emigrantes, para procederem à remessa das suas economias para os seus países de origem.

O seu mecanismo de funcionamento pode ser resumidamente descrito como segue: o emigrante dirige-se a um operador do sistema (*hawaladar*) - uma qualquer lavandaria, pizzaria, casa de câmbios, agência de viagens ou pequena loja numa qualquer esquina da cidade onde trabalha – e aí entrega a quantia que quer remeter. Pelo serviço pagará uma pequena comissão e como garantia recebe um código que remeterá ao destinatário. Mediante uma simples comunicação, por fax, telefone ou, mais modernamente, por *mail*, é dada ordem ao *hawaladar* correspondente, localizado no destino, que disponibilizará um valor equivalente a ser entregue à família do emigrante perante a exibição do código respectivo. O encontro de contas entre os dois operadores far-se-á em menos de uma semana por uma qualquer operação semelhante mas de sentido inverso, completando-se o circuito sem que o dinheiro tenha circulado, não existindo comprovativos, recibos, registos, ou fluxos financeiros visíveis que permitam estabelecer um qualquer elo de ligação ou conexão entre montantes.

Tudo se passa no campo da informalidade e a eventual concorrência do moderno e sofisticado sistema bancário nunca retirou dimensão a estas organizações que se expandiram e modernizaram ao longo dos tempos. Sustentados em redes de relações étnico-familiares e pautando a sua conduta segundo rígidos códigos de honra, caracterizam-se por operarem em canais e circuitos à margem de controlos e regulamentos. Não obstante a ausência de registos, são absolutamente fiáveis e eficientes, não deixam

rasto, movimentam grandes quantias sem problemas ou restrições, mesmo que em numerário vivo, são impermeáveis a crises financeiras, não são afectados por convulsões, não fazem perguntas e não criam obstáculos a qualquer cliente, ainda que seja ou pareça suspeito.

São estas características que os tornaram apetecíveis e permeáveis ao crime organizado, especialmente para a realização de operações de branqueamento ou pagamentos relacionados com suborno, corrupção, tráfico internacional de droga, armas e seres humanos, constituindo ainda um excelente instrumento de evasão fiscal e meio preferencial para as transferências relacionadas com o financiamento do terrorismo.

Seguir o rasto de fluxos financeiros que resultem de operações efectuadas num sistema *hawala*, constitui tarefa quase impossível; não existem registos, documentos ou ligações que permitam estabelecer uma ponte entre movimentos. Uma transferência de dinheiro limpo (*white hawala*) – remessas de emigrantes, por exemplo – pode ter como operação inversa dinheiro sujo (*black hawala*), sem que isso se torne visível, agravado ainda pelo facto dos fluxos reais ocorrerem separadamente e em locais distantes já que a maior parte destas operações ocorre entre regiões situadas em diferentes continentes.

Consequentemente, investigar uma qualquer operação que tenha sido feita há mais de uma semana, redundará em fracasso. Qualquer registo ou indício que permita estabelecer uma relação útil, certamente já não existe; por essa altura, todos os encontros de contas já terão sido concluídos e as anotações destruídas.

As comunicações de operações suspeitas que têm chegado às autoridades é razão suficiente para se perceber que, em Portugal, estarão activas tantas redes de génese informal quantas as comunidades emigrantes aqui radicadas, sem que, pelo menos até agora, tenham sido identificadas operações ligadas a actividades criminosas. Não sendo preocupante, é quanto basta para que se conclua que o nosso país não é imune ao fenómeno.

Egídio Cardoso
2012-07-26

ECONOMIA NÃO REGISTADA: (IN)DESEJABILIDADE, MEDIDA E PREVISÍVEL EVOLUÇÃO

Segundo alguns economistas, sobretudo em tempos de crise, a Economia Não Registada (ENR) funciona como uma almofada social e evita maior sofrimento à população e será, por isso, desejável. Outros economistas dizem que representa um retrocesso civilizacional. Para compreender estas duas posições contraditórias há que atender ao conceito de ENR, pois, como temos vindo a referir em crónicas anteriores, a ENR é composta por diversas rubricas, nem sempre com fronteiras bem claras entre si.

A ENR inclui a economia subterrânea (oculta ou subdeclarada), que, por definição, corresponde ao produto que se furta à contabilização por razões dominantemente fiscais. Inclui também a economia ilegal; i.e., o produto que não é contabilizado porque resulta de actividades ilegais, pelos seus fins ou pelos meios utilizados. A presença destas duas rúbricas da ENR numa sociedade reflecte, nomeadamente, a fraude, o branqueamento de capitais, o aumento dos conflitos de interesse, o uso de informação privilegiada, a desregulação e o enfraquecimento do estado, e não pode deixar de representar um forte retrocesso civilizacional que coloca em causa a organização social democrática existente.

Por sua vez a ENR também acomoda a economia informal e o auto-consumo; ou seja, também engloba o produto criado por actividades essencialmente associadas a uma estratégia de melhoria de condições de vida das famílias ou de sobrevivência. Assim se explica, por exemplo, a sobrevivência das populações em países com Produto Interno Bruto oficial per capita abaixo do limiar de subsistência. Estas duas rúbricas podem, de facto, servir de almofada social e evitar maior sofrimento da população.

Em todo caso, dada a substituibilidade entre ENR e economia oficial, mais ENR – subterrânea, ilegal, informal ou auto-consumo – tende a signifi-

car menos economia oficial. Em particular, o aumento da ENR traduz-se na diminuição das receitas fiscais, na distorção de concorrência entre as empresas e provoca também incerteza na estabilização da economia.

Sendo clandestina e incluindo muitos procedimentos ilegais discute-se frequentemente a questão da sua medida. Aos que tendem a desvalorizar medições efectuadas gostaria de recordar que o próprio Produto Interno Bruto oficial é obtido por estimativas unanimemente aceites. Não pode pois haver dúvida quanto à possibilidade de, com base em metodologias científicas, ser possível quantificar a ENR. Essas metodologias podem basear-se em medidas obtidas directamente (por exemplo, via inquéritos estatísticos às famílias e às unidades económicas, ou ainda auditorias à contabilidade das empresas pela administração fiscal), em medidas obtidas indirectamente (geralmente baseadas na análise das taxas de actividade; por exemplo, um determinado consumo de electricidade está associado a um determinado nível de actividade, pelo que havendo incoerência entre o consumo de electricidade e taxa de actividade, a diferença pode dever-se à ENR) e em medidas obtidas por via mista. Tendo em conta os custos envolvidos e a informação disponível, o recurso a medidas obtidas indirectamente com base em técnicas econométricas tem ganho alguma preponderância. Refira-se ainda que, geralmente, a indisponibilidade de informação impede a medição de todas as rúbricas da ENR, pelo que o seu valor global tende a ser subestimado.

A informação agora existente sobre o ano de 2011 permite-nos actualizar o valor do índice de ENR em Portugal para esse ano. Tal deverá apenas ocorrer em meados de Setembro. Nesta altura, creio poder afirmar que, face ao agravamento da pressão fiscal e à recessão económica, é expectável um aumento de 2010 para 2011. Com efeito, entre as principais causas da ENR contam-se o aumento da carga de impostos e das contribuições para a segurança social, o desemprego, as transferências sociais, a falta de cultura e participação cívica, a falta de credibilidade de órgãos de soberania face à conduta de alguns dos seus representantes, a ineficiência da administração pública e falta de transparência no atendimento público, e as condições de mercado induzidas pela globalização dos mercados e da produção.

Para finalizar esta crónica e tendo em conta o já referido, gostaria ainda de salientar que é errado atribuir à restauração, e aos serviços pessoais e domésticos a responsabilidade principal pela ENR. Nesse sentido, parece-

-me que mais importante que as medidas governamentais implementadas no sentido de combate às transacções económicas sem factura é:

- a implementação do crime de enriquecimento ilícito, punindo fortemente o agente que adquirir bens em manifesta desconformidade com os rendimentos fiscalmente declarados e sem que se conheça outro meio de aquisição lícito (medida que, em minha opinião, teria forte impacto na redução das actividades ilegais e das que sendo legais não são, ou são apenas parcialmente, declaradas);
- o combate a qualquer manipulação contabilística e, assim, aos relatórios fraudulentos de empresas, bem como à existência de empresas fantasmas e ao uso de informação privilegiada.

Óscar Afonso
2012-08-02

A ECONOMIA PARALELA E SEUS EFEITOS NO CRESCIMENTO ECONÓMICO

A economia paralela, sendo um fenómeno complexo e presente em todas as economias, é muitas vezes negligenciada pelas autoridades no que diz respeito aos seus efeitos na economia oficial. No entanto, o crescimento económico é geralmente incluído na agenda política de qualquer governo. Será eficaz implementar políticas de crescimento económico sem ter em conta a realidade da economia paralela?

Os estudos sobre a economia paralela dividem em dois grupos os efeitos sobre o crescimento económico: uns concluem que a economia paralela leva à contracção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Estes estudos partem do pressuposto que um aumento na economia paralela leva a uma contracção nas receitas fiscais, originando assim uma diminuição na despesa pública (em especial em infra-estruturas e serviços que suportam a expansão do produto), o que leva a uma retração da taxa de crescimento económico.

Outros estudos tentam mostrar que não só a economia paralela é mais competitiva e eficiente que a oficial e assim um aumento na economia paralela leva consequentemente ao aumento do crescimento económico, mas também que cerca de dois terços do rendimento gerado na economia paralela são rapidamente gastos na economia oficial através do aumento do consumo em bens duráveis e serviços. Concluem então que os efeitos positivos da expansão do consumo privado através de rendimentos "paralelos" potenciam o crescimento económico.

Estes efeitos positivos ou negativos mostram-se correlacionados com o nível de desenvolvimento económico dos países em causa. A evidência encontrada em estudos empíricos diz-nos que a relação entre a economia paralela e o crescimento económico tende a ser positiva em economias

desenvolvidas e em transição, e negativa em economias em desenvolvimento. Numa economia em desenvolvimento, em que a economia paralela representa cerca de 40% do PIB oficial, grande parte da oferta e procura de bens e serviços pode ser realizada dentro da economia paralela, não havendo assim nenhuma externalidade positiva para o crescimento económico.

A consideração da correlação nos países desenvolvidos pode ser (mal) interpretada como efeito positivo para o crescimento económico. Devemos primeiro indagar que tipo de economia predomina na economia paralela – informal, subterrânea, ou ilegal. Se grande parte da economia paralela for formada não de "biscates" (economia informal) mas sim de branqueamento de capitais e fuga de capitais para evasão fiscal por meio de off-shores (economia subterrânea e/ou ilegal) – como é mais plausível que aconteça – então não existe estímulo do crescimento económico mas sim descapitalização da economia, diminuição do investimento e contracção do crescimento económico. Neste sentido, a economia paralela apresenta-se como grande factor corrosivo do crescimento económico.

Tendo em conta o impacto da economia paralela no crescimento económico, torna-se conveniente que as políticas de crescimento considerem a economia paralela, e procurem preveni-la, porquanto a sua redução terá um impacto positivo no crescimento do PIB.

Nuno Gonçalves
2012-10-18

NOVÍSSIMO SISTEMA DE FATURAÇÃO AINDA ENTRA EM VIGOR EM 2013

O novo sistema de faturação, já desenhado pelo Governo, prepara-se para ser apresentado em Março, e entra em vigor já em Agosto próximo, na altura que chegam os emigrantes e em que a possibilidade de vender software é maior.

Segundo fonte do próprio Ministério das Finanças, o novo sistema de faturação é muito simples, e obriga apenas a substituir todos os equipamentos existentes à data.

De acordo com a mesma fonte, as empresas ficam agora libertas da obrigação de faturar, estando tal a cargo do adquirente. Grosso modo, o adquirente dirige-se a um estabelecimento, por exemplo um café, insere no seu telemóvel o consumo e o prestador de serviços apenas tem de inserir um código de confirmação, a validar a prestação do serviço. O sistema de faturação funciona on-line, e, no caso da venda de produtos, ainda é mais simples, pois, com o sistema RFID (nas empresas que faturem até cem mil euros ano, pode ainda ser utilizado o tradicional código de barras), e com o tal programa no telemóvel, a leitura é automática, tipo o dispositivo da via verde.

Como se percebe, o sistema é muito simples, e nem é preciso pedir fatura, pois para pagar o cliente tem mesmo de emiti-la eletronicamente.

A Autoridade Tributária e Aduaneira já veio informar que, com este sistema, tudo também será simplificado ao nível da fiscalização, pois, com um simples telefonema, sms ou via *bluetooth*, conseguirá verificar toda a faturação.

Este foi o novo sistema desenvolvido no combate à fraude e evasão fiscais, onde, indubitavelmente, e segundo as Finanças, os setores mais prevaricadores (restauração, oficinas e cabeleireiros) não vão poder escapar. No caso dos cabeleireiros, o sistema ainda é mais avançado, pois cada cabeleireiro/a

vai possuir uma espécie de fibra ótica, totalmente incolor que será colocada no cabelo do cliente após o corte, só assim será possível a faturação via telemóvel e a validação com o código. A mesma fibra desaparece com o primeiro penteado em casa. Apesar dos carecas terem vindo contestar a medida, Vítor Gaspar já garantiu que é uma falsa questão, dado que, em primeiro lugar, se são carecas não precisam de ir ao cabeleireiro, mas em segundo, se mesmo assim forem (para serem barbeados por exemplo), bastará acionar o software do telemóvel, marcando a letra "C", de Careca.

Não obstante a anteriormente enunciada, são já conhecidas mais algumas preocupações por parte dos empresários e clientes, no entanto, até esta agora não foi possível obter qualquer reação por parte dos organismos oficiais. Uma das que tem levantado mais dúvidas tem relação com os códigos a inserir por parte dos empresários, e há já quem refira a utilização de dados biométricos para agilizar o processo.

O certo é que esta medida vai colocar Portugal no conjunto dos países mais inovadores, e que, mesmo assim, continua a viver no limiar da pobreza, segundo os indicadores da OCDE.

Em reação a esta notícia, foi possível recolher a opinião do autor desta crónica. A seu ver, e independentemente de tudo, continua a advogar que o problema do combate à fraude e à evasão fiscais, em sintonia com todas as medidas que possam ser implementadas, têm de ter um suporte basilar nos aspetos da formação em matéria económica, mas até, e em primeira instância, em matéria de ética. "*Só assim seremos um país capaz de iniciar, de forma robusta e preventiva, o combate à fuga aos impostos (à sua diminuição e num Portugal onde o contribuinte terá "prazer" em pagar impostos)*" acrescentou, sob pena de se assistir, como ainda há dias viu, um cliente numa pastelaria, entrar e pedir: "Por favor.... quero um café sem fatura!", o que denuncia que algumas medidas podem ter mesmo um efeito perverso.

Às vezes é bom sonhar.

Henrique Santos
2013-03-14

O CUMPRIMENTO FISCAL, A ECONOMIA PARALELA E A SOCIEDADE

Os primeiros indícios da aplicação de impostos datam de acerca de seis mil anos, na Suméria, e desde então têm sido verificados, de alguma forma, em praticamente todas as civilizações. A antiguidade dos impostos tem sido naturalmente acompanhada pelas questões sobre o cumprimento das obrigações fiscais.

A evasão fiscal é geralmente definida como o esforço para não pagar impostos através de meios ilegais. É frequentemente contrastada com a elisão fiscal, que se refere ao uso de meios legais para reduzir a carga tributária suportada. A evasão fiscal e a economia paralela são duas realidades distintas estando, no entanto, intrinsecamente ligadas. Por exemplo, o reporte de falsas deduções à coleta não é economia paralela mas trata-se de evasão fiscal; um pequeno negócio que não gera rendimentos passíveis de serem tributados e que funciona de forma informal de modo a evitar uma determinada regulação (p.e., laboral) trata-se de economia paralela mas não é evasão fiscal; já a prestação de um serviço que gera um rendimento tributável mas que não é declarado trata-se de evasão fiscal e economia paralela. A motivação para estes casos está na redução de algum tipo de sobrecarga (fiscal ou de regulação) imposta pelo Estado.

Durante a maior parte do seu desenvolvimento, o estudo do cumprimento e evasão fiscal focou-se principalmente no comportamento dos contribuintes. Somente na última década algum avanço significativo tem sido verificado no que diz respeito ao estudo da influência do comportamento das autoridades tributárias (e governamentais em geral) no dos agentes económicos. Pretende-se nesta crónica reflectir um pouco sobre a influência de algumas das instituições do Estado no comportamento evasivo dos indivíduos.

Na formação da economia paralela, os factores institucionais e psicossociais assumem um papel tão ou mais importante que os factores de ordem económica. Estes definem a percepção dos indivíduos e moldam o seu comportamento face às autoridades. É devido a estes factores que devemos atribuir importância à transparência de decisões e políticas governamentais, à eficácia e eficiência da justiça e da gestão das finanças públicas e à credibilidade das autoridades no combate e na punição da evasão fiscal e da corrupção. A predisposição que os agentes económicos têm em faltar às suas obrigações fiscais e enveredar pela economia paralela é potenciada pelo ambiente em que estão inseridos e pelas suas redes sociais.

Ao pagar impostos, os indivíduos formam uma expectativa de retorno por parte do Estado. O Estado cobra os impostos e gere um orçamento a partir do qual fornece bens públicos, como segurança, defesa, saúde e justiça; faz investimentos no sentido de fomentar o emprego; e providencia protecção social. No entanto, se for ineficiente, sinónimo de menor qualidade institucional, necessita de mais impostos (ou dívida, que implica futuros impostos) para providenciar a mesma ou menor quantidade de bens públicos, investimento e transferências, implicando uma sobrecarga fiscal. Assim, quanto maior a distância apercebida entre o que o indivíduo paga de impostos e o que recebe em troca do Estado, maior a sua predisposição para a economia paralela. Esta distância, traduzida num sentimento de injustiça ou descontentamento, poderá ser demonstrada por vezes através da evasão fiscal. Logo, a transparência na gestão das finanças públicas desempenha um papel muito importante neste processo.

A justiça, como instituição, assume um papel preponderante no comportamento dos indivíduos perante a economia paralela e evasão fiscal. Uma justiça lenta e ineficaz induz um sentimento de impunidade perante a fuga às responsabilidades fiscais. A interação do indivíduo com os seus pares leva à percepção de um risco diminuído em ser devidamente punido por práticas inseridas na economia paralela. Assim, o indivíduo que vive num meio em que proliferam as actividades na economia paralela está mais predisposto a enveredar por estas, uma vez que, do ponto de vista moral não são repudiadas pela sociedade. Existem mesmo sociedades em que não só não é vergonha a evasão fiscal e as actividades paralelas por parte dos indivíduos como é motivo de regozijo perante os seus pares, sinal de inteligência e perspicácia.

A política de combate à economia paralela e evasão fiscal deverá assim depender do contexto a ser implementada, uma vez que os valores, normas

sociais, e atitudes diferem consoante os países, e os agentes económicos assumem comportamentos distintos face às autoridades.

Nuno Gonçalves
2013-04-18

NÃO SE VISA ESCLARECER

1. A empresa responsável pelos cartões de crédito Visa emitiu recentemente mais um documento sobre a "Economia Sombra" na Europa com dados até 2013. Fê-lo e vários órgãos de informação excitaram-se com o acontecimento. Não é para menos quando assistimos ao acolhimento que algumas instituições oficiais dão ao documento, tomando-o como referência, pugnando algumas das suas medidas.

O envolvimento de um especialista na matéria e de uma multinacional de consultadoria compõem o ramalhete da credibilidade. Contudo, o trabalho não é uma análise científica do problema, mas um documento de publicidade da Visa e uma forma de influenciar a opinião pública e os responsáveis da política económica. A Visa sabe que muitas das operações financeiras se fazem por transferência bancária e por sistemas de compensação, que o nicho de mercado onde é possível mais expandir a sua actividade é nos pequenos, mas massivos, pagamentos quotidianos. A Visa sabe que é mais fácil passar a mensagem da utilização das "transacções electrónicas" ou dos "pagamentos electrónicos" que o da utilização do cartão de crédito (corresponsável pela literacia financeira revelada por muitos quando da crise que vivemos).

A Visa defende, pois, que uma das formas relevantes de reduzir a economia sombra seria a utilização dos pagamentos electrónicos em sectores como automóveis e suas peças; comércio a retalho; restaurantes, bares e serviços de catering; e transportes, com referência especial aos táxis.

2. Significa isto que o estudo manipula e falsifica dados para chegar a essas conclusões?

Se a pergunta certa fosse esta teríamos que responder pela negativa, apesar dos cálculos elaborados carecerem de muita reflexão crítica, a qual poderia pôr em causa várias das quantificações e possíveis conclusões a retirar.

A manipulação principal faz-se pelo que não se diz. O logro está no silêncio, no que se não revela e que uma explicação adequada exigiria que se dissesse.

Parte-se de uma realidade hoje muito sentida: para que uns não paguem impostos ou tenham privilégios imensos, outros veem crescer brutalmente a sua carga fiscal. É isso que hoje é um tema muito quente numa Europa que tende a ser império de alguns em vez de união de todos. A "economia paralela" assume-se como tema oficial e cartaz de indignação popular.

Contudo o problema fiscal não é específico da economia paralela. Admiti-lo é desviar a atenção do essencial, é aceitar que a fraude fiscal é apenas praticada na realização de actividades "marginais" que não são englobadas na contabilidade nacional. A realidade é outra: muitas das fraudes fiscais, quiçá as mais significativas, são feitas com registo na contabilidade empresarial, logo nacional. É para isso que existem os paraísos fiscais e judiciários, que se criam empresas "fantasma", que se manipulam os preços de transferência, que se empolam ou reduzem os preços, que a legislação europeia abre as portas à "fraude carrocel" no espaço intercomunitário.

Quando se fala na economia paralela, com o equívoco antes referido, tende-se a admitir que as actividades que não foram registadas são todas nefastas e têm de ser prevenidas ou combatidas. Contudo a "economia paralela" engloba actividades perniciosas (que visam a fuga aos impostos, a economia subterrânea), actividades criminosas (actividades proibidas, a economia ilegal) e actividades de sobrevivência (garantindo prioritariamente a possibilidade de se existir, a economia informal). Em situações de crise, ou de subdesenvolvimento, estas últimas podem ser o sustentáculo da vida dos pobres e desempregados.

Fala-se em "economia sombra" e muitos de nós lemos "economia paralela", tal tem sido a ambiguidade terminológica à volta destas temáticas. Contudo aquela designação engloba apenas as actividades que escapam ao registo contabilístico oficial como forma de fugir aos impostos. Engloba a economia subterrânea e uma parte da economia informal, podendo também conter algumas franjas reduzidas da ilegal. Engloba sobretudo a economia subterrânea. As conclusões que podem estar certas para a "economia sombra" provavelmente não o estarão para a "economia paralela".

3. Os equívocos não ficam por aqui.

Admite-se que as actividades que não utilizam os meios de pagamento electrónicos (ou passam facturas automaticamente validadas) fogem às

suas obrigações fiscais. Não é uma dedução lógica. Essas operações podem ser englobadas na actividade da empresa e darem lugar ao adequado apuramento do lucro tributável. Essa situação pode ser fiscalizada através de múltiplos indicadores do seu negócio, ou pela adopção de métodos de simplificação.

É de admitir que possam haver manipulações de resultados quando os mecanismos de controlo enfraquecem, mas a possibilidade de utilização de "contabilidade criativa" é menor em muitas dessas empresas que noutras de muito maior impacto na economia nacional. Simultaneamente o esforço de fiscalização dessas pequenas actividades deixam sem controlo outras bem mais importantes.

Parece inequívoco que a banquerização da actividade económica, na qual se engloba a ampliação dos pagamentos electrónicos, pode permitir uma mais extensa e oportuna fiscalização das actividades. Já muitos políticos o defenderam antes, incluindo Lenine, que usaram a possibilidade do Estado controlar o funcionamento global da economia pelo controlo do banco central e do sistema bancário.

Contudo a fraude fiscal, ponto de partida desta reflexão, também pode ser realizada utilizando os próprios circuitos da banca. Infelizmente, temos no nosso país a dramática experiência de quanto os próprios bancos podem manipular resultados.

4. Enfim, os dados contidos no estudo da Visa são frágeis, mas válidos. Contudo as suas conclusões são profundamente erradas, pela centralidade que lhes é atribuída, e pela poeira que quer deitar para os olhos de todos nós.

E não nos esqueçamos de preservar um valor fundamental: a liberdade individual, átomo de uma sociedade justa!

Carlos Pimenta
2013-12-26

VII CAPÍTULO
TECNOLOGIA E CIBERFRAUDE

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO: REDUTORES OU IMPULSIONADORES DA FRAUDE?

1. Existem várias teorias que tentam explicar as razões que conduzem a um acto criminoso. Até inícios do século XX, uma das principais teorias defendia a tendência genética para a criminalidade. Era uma teoria baseada na observação do crime comum. Nos anos trinta, Edwin Sutherland (o pai dos termo "crime de colarinho branco") desenvolve a teoria de associação diferencial. Sucintamente, defendia que o crime se aprende e que o contexto sócio-cultural do indivíduo tem influência decisiva.

Nos anos 40, Donald R. Cressey (aluno de Sutherland) foca os seus estudos numa classe particular de criminosos, os defraudadores (designados como "violadores de confiança"). É nesse âmbito, e após entrevistar 200 detidos em várias prisões, que formula a seguinte hipótese associada à fraude ocupacional: "*as pessoas, em quem se confia, tornam-se violadoras dessa confiança quando imaginam que têm um problema financeiro impossível de partilhar e que acreditam poder ser secretamente resolvido, através da violação da confiança financeira, sendo capazes de aplicar à sua conduta, naquela situação, justificações que lhes permitam ajustar o conceito, que têm de si próprios, de pessoas de confiança de utilizadores dos fundos ou propriedade que lhes foram confiados*". Esta hipótese acabou por ganhar notoriedade através do que é chamado o Triangulo da Fraude.

Pressão, oportunidade e justificação são os vértices deste triângulo. A pressão resulta da existência de uma necessidade financeira não partilhável, a oportunidade apercebida de resolver essa necessidade financeira e a justificação, que nada é mais do que um processo de racionalização que ajuda à neutralização de padrões éticos ("toda a gente o faz", "já que a empresa não reconhece o meu mérito"). Ainda segundo Cressey, o defraudador teria

que ter informação geral e conhecimentos de como realizar a fraude com sucesso.

Embora tenham surgido novas teorias para explicar as razões que conduzem à perpetração da fraude, o triangulo da fraude é ainda uma base e umas das teorias mais comummente usadas.

Mas será que as evoluções tecnológicas dos últimos anos, a dependência cada vez maior das organizações e o surgimento de novos tipos de fraude com recurso à informática veio alterar este panorama?

2. Olhemos os sistemas de informação na perspectiva da prevenção e detecção da fraude ocupacional. No lado da prevenção, a implementação de controlos com base nos sistemas de informação permite automatizar actividades de controlo que anteriormente seriam, eventualmente, feitas de forma manual. Simultaneamente, torna-se muito mais simples implementar novos controlos, diminuindo claramente as oportunidades de fraude ocupacional.

Do lado da detecção, é inevitável referir as ferramentas de *data mining*. Estas ferramentas, graças à sua capacidade de tratamento de volumes de informação massivos, permitem encontrar informação e conhecimento em dados aparentemente desinteressantes. Permite-nos ainda correlacionar informação, analisar padrões e detectar os famosos *outlier* (valores estatisticamente distintos do resto da informação). De facto, os sistemas de informação permitem actualmente análises, desde as mais simples às mais complexas, análises estas que podem ser primeiros indícios de fraude.

Aparentemente, poderíamos ser levados a considerar que os sistemas de informação e as novas tecnologias permitiriam um maior controlo sobre as situações de fraude ocupacional. Mas será?

3. As organizações estão cada vez mais reféns da tecnologia, da informática. A informação detida pelas organizações é cada vez mais valiosa, mas simultaneamente guardada num meio, eventualmente, mais volátil: o meio digital. E até há relativamente pouco tempo, este era considerado um meio seguro. Uma organização, a partir do momento em que se informatizava, via todos os seus problemas resolvidos. Felizmente, essa mentalidade tem vindo a mudar. E ainda bem. Porque os sistemas de informação, se por um lado vieram ajudar na detecção e prevenção da fraude, também vieram abrir novos desafios, novas necessidades.

Os sistemas de informação não são inerentemente seguros. Não existe segurança "out of the box". Todos os sistemas devem ser alterados, costumi-

zados de forma a fornecer um nível de segurança adequado e permitir simultaneamente a fácil usabilidade do sistema. Este é o primeiro desafio. O desafio seguinte consiste em manter o sistema. Todos os sistemas têm falhas, bugs, vulnerabilidades. É necessário mantê-los actualizados. Caso contrário, alguém mal intencionado poderá utilizar essas vulnerabilidades como ponto de partida para algum tipo de fraude. E este é um dos grandes problemas nos tempos actuais, sobretudo por duas razões: a típica negligência a proteger os sistemas dos utilizadores internos e a proliferação do crime organizado.

Quando se fala em segurança dos sistemas de informação, tipicamente, a primeira preocupação é garantir que os sistemas de informação estão devidamente protegidos do exterior. Esta preocupação é obviamente válida, mas o erro está em normalmente ficarmo-nos por aí. Devemos olhar para dentro das organizações e proteger igualmente o acesso á informação a partir dos "insiders". Mas desengane-se quem pensa que essa protecção se baseia em atribuir nomes de utilizadores e palavras-passe para acesso aos sistemas. Esse é um passo, mas apenas o primeiro de muitos. Atribuição de acesso apenas à informação necessária para a execução das suas funções, ajustamento dos acessos na sequência de alterações funcionais (dos colaboradores ou da própria estrutura orgânica da organização), são apenas alguns passos. Muitos outros existem. Uma das principais alterações necessárias, e talvez a mais difícil, é a mudança cultural. É embutir dentro de cada um de nós uma cultura de segurança. É deixarmos de emprestar o nosso nome de utilizador a um colega de trabalho que até é "porreiro", deixamos de escrever as palavras-passe num post-it que colocamos no monitor ou, para ser muito mais seguro, debaixo do teclado. É sermos mais sensíveis para as questões da segurança da informação.

O crime informático é cada vez mais uma actividade organizada, onde o lado infractor dispõe de elevados recursos financeiros e técnicos. E o critério de escolha do alvo deixa der ser aquele que aparenta maior fragilidade no sistema para passar a ser aquele que mais lucro pode render. E definido o alvo, é necessário apenas ver o melhor método. E um dos que será garantidamente considerado é a utilização de conhecimento interno à organização através dos seus colaboradores. E estes podem participar ou de forma voluntaria, ou sob coação, ou através de dissimulação. E se a organização não se protegeu devidamente contra ataques internos? E se cada colaborador da organização fosse um potencial hacker? Ok... estamos num nível de

paranóia elevado. Isso não acontece na minha organização poderá estar o leitor a pensar. Não acontece? Ou acontece mas simplesmente não sabe?

Ou seja, a tecnologia, a informática, os sistemas de informação, se por um lado vieram ajudar ao controlo de actividades que potencialmente podem ser consideradas como indícios de fraude, simultaneamente, vieram criar novos desafios para garantir que essas mesmas fraudes não ocorram.

Estaremos nós a enfrentar correctamente estes novos desafios?

Edgar Pimenta
2009-12-23

A FRAUDE NO MARAVILHOSO MUNDO NOVO DA INTERNET!

Imagine que vai de férias! Colocaria um cartaz à sua porta de casa a dizer para onde ia? Provavelmente não. Mas sabia que cada vez mais gente o faz?

E o seu número de telemóvel? Gostaria que fosse divulgado num jornal qualquer? Quem sabe um daqueles diários distribuídos gratuitamente... Não? Bem... então ainda não está muito integrado no maravilhoso novo mundo da Web 2.0.

Web 2.0 ??

É uma pergunta válida. O que é a Web 2.0? Havendo muitas formas de a descrever, podemos considerar como a internet onde cada um de nós deixa de ser um mero espectador e passa a intervir, seja através de blogs, redes sociais, etc.. E o exemplo mais fulgurante desta Web 2.0 são precisamente as redes sociais.

Facebook, Twitter, Linkedin, MySpace, Buzz, etc.... Tudo isto são redes sociais. E se acha que é uma moda e que vai passar, desengane-se. As redes sociais estão cá para ficar! Os números são impressionantes. O Facebook, caso fosse um país, seria o terceiro maior país do mundo, ultrapassando os Estados Unidos. O número de amigos/fãs de algumas pessoas ultrapassa largamente a população de muitos países (como por exemplo, da Irlanda).

E as redes sociais deixaram de estar confinadas a cada um de nós, como indivíduos. Cada vez mais empresas, outras instituições e organismos públicos começam a estar presentes nestas redes. Ou seja, a Web 2.0 é a Web do momento.

E sendo a tendência, todos nós lá estamos ou estaremos em breve. E muitos de nós, quando entra nessas redes, "esquece-se" que estamos numa rede mundial e que ao partilharmos informação com os nossos amigos, podemos estar a partilhar essa mesma informação com milhares de outras

pessoas, muitas vezes completamente desconhecidas. Ainda recentemente, uma adolescente britânica resolveu convidar alguns amigos para a sua festa de anos. Seja por engano, seja por descuido, o convite foi feito de forma pública e incluía a morada e o telefone da dita adolescente. 21 mil pessoas inscreveram-se para a referida festa. Um caso que, infelizmente, não será único.

Mas e então a fraude? Já percebeu que muita gente não tem consciência dos cuidados que deve ter a sua própria privacidade quando está on-line. Mas o que é que tudo isto tem a ver com a fraude? Simples. As pessoas são uma componente intrínseca à fraude. Seja como defraudadores, seja como vitimas, seja até como colaborantes, deliberada ou inadvertidamente. E a falta de privacidade e divulgação de informação pessoal pode ser usada das mais diversas formas. Vejamos alguns exemplos simples.

Tipicamente, as pessoas usam como passwords algo que seja de fácil memorização e, preferencialmente, com algum significado. São sobejamente conhecidos exemplos tais como o nome e datas de nascimento de familiares próximos (filhos, cônjuge, etc..). Nomes de animais de estimação também não são raros. Enfim... Informação pessoal diversa. E se antes a obtenção destes dados obrigava a algum esforço de pesquisa, entrevistas a pessoas próximas, observação de comportamentos, actualmente essa informação é facilmente obtida nas redes sociais. Muito mais rapidamente e em muito maior quantidade!

Informação que à partida pode ser (ou parecer) inócua, pode ter muito valor para alguns, eventualmente mal intencionados. Peguemos no exemplo inicial: divulgar que foi de férias, que foi dar a volta ao mundo (que era o seu grande sonho) com toda a família não é mais que a demonstração de um estado de espírito. Mas é também a demonstração de que se ausentou da sua residência por um longo período. Uma oportunidade para quem lhe queira assaltar a casa. Paranóia de segurança? Talvez. Mas surgiu recentemente um site que dizia precisamente quais as pessoas que estavam ausentes de sua casa, com base em informação do Facebook e Twitter. E outras existem que permitem obter os números de telefones de pessoas registadas no Facebook. Colocaria essa informação à porta de casa? Pois.... Provavelmente não. Mas se calhar está a fazê-lo...

Mais, essa informação, supostamente do foro privado, pode ser usada por alguém que se faça passar por seu colega ou amigo. Afinal, se alguém chegar perto de si e referir o seu amigo José foi para o outro lado do mundo,

com a Maria e os filhos Alberto e Josefino (tendo deixado o gato Tareco no vizinho), essa pessoa vai logo parecer-lhe familiar. E isto, apesar de ser um estranho que recolheu essa informação na Web 2.0.

Vamos agora supor que eu pretendo realizar uma fraude dentro de uma organização, mas preciso do conluio de alguém. Colaboradores que se considerem injustiçados, mal tratados pela organização e que desejem vingar-se são alvos perfeitos. Facilmente podem aderir a um esquema que, na perspectiva deles, venha colocar alguma justiça na relação com essa organização. E é sabido que empregados descontentes são mais propensos à perpetração de fraudes nas organizações. São por isso mesmo as pessoais ideais para serem abordados por um defraudador quando se procura um cúmplice. E como encontrar alguém nessa situação? Fácil.... Basta procurar nas redes sociais.

Torna-se agora mais fácil iludir alguém a participar no meu esquema sem se aperceber. Para isso nada melhor que me fazer passar por alguém conhecido, o amigo de um amigo. O que preciso? Alguma informação pessoal como nome de amigos comuns, hobbies, nome dos filhos, locais visitados, etc... Um estranho possuidor dessa informação parece logo menos estranho

Mas pode ser ainda mais simples. Posso simplesmente criar um perfil dizendo ser outra pessoa. O perfil, uma vez criado, permite recolher um manancial enorme de informação. Afinal, facilmente se dá informações a um amigo (é a foto dele!!), informações essas que de outra forma, talvez não se desse. Parece fantasioso? Ainda recentemente, uma nova fraude surgiu no Facebook. Um defraudador criou uma conta dizendo ser outra pessoa, informando que a conta original tinha sido comprometida. Adicionou os amigos da conta original e convenceu-os a emprestar-lhe dinheiro, face a dificuldades imprevistas. Quem não emprestaria dinheiro a um amigo em dificuldades?

São as novas formas de engenharia social!

Engenharia social? Mas o que é isso? Nada mais do que conseguir obter informação directamente daqueles que são o elo mais fracos da segurança: as pessoas. É mais fácil e menos exigente em termos técnicos convencer/ludibriar alguém do que entrar em sistemas informáticos. E assim se ultrapassam os controlos instituídos levando alguém a confiar em nós, realizando acções que podem pôr em causa a segurança dos sistemas e da informação que estes albergam. E para que alguém confie em nós, nada como parecermos alguém familiar, alguém com quem partilhamos

interesses semelhantes ou simplesmente, alguém que compreende alguma situação complicada pela qual o nosso "alvo" está a passar. E como obter informações que nos permitam criar a ilusão dessa proximidade? Actualmente, da maneira mais cómoda e fácil possível: sentados na secretária, mergulhando do maior manancial de informações pessoais - a Web 2.0. E ainda estamos no início.... Por isso, use as redes sociais com prudência da informação que aí partilha.

Estamos a sugerir-lhe a não utilização da Web 2? Não, estamos a aconselhá-lo que seja muito prudente.

Edgar Pimenta
2010-12-16

VÍRUS, VÍRUS E MAIS VÍRUS

1. Eu ainda sou do tempo... em que nas quintas-feiras, dias 12 de um qualquer mês se alterava o relógio do PC, evitando que o mesmo passasse pela famigerada e temida data de sexta-feira 13. Era o tempo do vírus Jerusalém e notícia constante nessas quintas-feiras dia 12. Estávamos na década de 80, a década da guerra-fria. Três décadas depois... todos os dias são sextas-feiras 13.

Os vírus informáticos têm tido evoluções, mutações e degenerações diversas. Deixámos de falar de vírus. Passámos a falar de *malware* para designar todo o software malicioso. Seja vírus, *worms*, *trojans*, *keyloggers*, s*pyware*, etc... Toda uma parafernália de coisas estranhas e esotéricas (nota ao leitor: no final do artigo tem um breve glossário).

Consequentemente, é natural o receio actual que nos leva a tentarmo-nos proteger de todas estas ameaças. Mas esse desejo é igualmente usado para nos enganar. É o caso, por exemplo, do *scareware* – um tipo de *malware* que consiste em diversos avisos de que o nosso computador está infectado mas que, coincidentemente, existe um produto, altamente eficaz e de preço acessível que nos resolve todos os problemas e mais alguns. Obviamente, todos estes avisos são acompanhados das necessárias imagens de barras vermelhas indicadoras de perigo, cintilantes avisos de elevado números de vírus e tudo o que nos possa levar a agir rapidamente (entenda-se, adquirir o produto milagroso). A banha da cobra virtual. Fraudes com milhares de anos... Mudam-se os tempos, mantém-se as fraudes...

2. Mas pese o tom jocoso, existe obviamente *malware* que não deve ser tomado de forma tão leviana. Veja-se, por exemplo, o caso do Zeus, um trojan que tem como principal objectivo obter as credenciais de acesso a sistemas de *homebanking*, usando, entre outros, o *phishing* e o spam como meios de difusão. Não existem números exactos de computadores que foram infectados mas estima-se que terão sido vários milhões em todo o mundo.

Outro exemplo, e que é actualmente um caso de estudo, é o *Stuxnet*. Este vírus foi concebido e construído de forma perfeitamente genial, tendo como alvo um conjunto de sistemas até agora "esquecidos" – os sistemas SCADA (muito sucintamente, sistemas de controlo de equipamentos industriais). O seu processo de criação, forma de ataque e o facto do País mais afectado ter sido o Irão e os seus sistemas nucleares ajudam a criar a suspeição de que o *Stuxnet* terá sido construído por uma equipa altamente especializada e com elevados recursos. Algo que só estaria ao alcance de algumas (poucas) nações mundiais. É por isso considerado uma das primeiras e mais representativas armas cibernéticas usadas até agora no espaço virtual. Não terá sido apenas mais um vírus. O seu código e *modus operandi* têm sido exaustivamente estudados e poderá fazer escola. É esperado que variantes deste vírus possam começar a surgir em breve.

3. Todo este mundo do *malware* é um negócio de milhões para as empresas de antivírus. Têm inclusive sido frequentes os rumores e teorias de conspiração de que muitas vezes são estas mesmas empresas e criar e difundir os próprios vírus. Se é assim ou não, dificilmente se saberá. Mas lembro-me, numa conferência, de ouvir alguém dizer: porquê gastar dinheiro a fazer vírus se existe tanta gente a faze-lo de graça? É um argumento que me parece válido. Mas o negócio de milhões não é apenas para as empresas de antivírus. Um novo negócio prolífera no submundo da internet: o aluguer de "ataques".

4. O conceito é simples. Se eu tenho um conjunto de recursos que construí para efectuar algum tipo de ataque, porque não rentabilizá-lo e alugar essa capacidade de processamento e/ou de distribuição de *malware* vendendo esse serviço a terceiros?

Suponhamos, por exemplo, que eu detenho o controlo de uma *botnet* (conjunto de *bots* ou agentes de software residentes em computadores infectados, permitindo o seu controlo remoto) com vários milhares de computadores. Ao invés de a utilizar para provocar *Denial-of-Service* (inundar um site com um número de pedidos anormal, fazendo com que ele deixe de conseguir responder) posso contactar uma empresa com uma "proposta": Caso não seja pago um determinado valor, é lançado um ataque de *Denial-of-Service* aos servidores da empresa, deixando esta de conseguir operar. Se, por outro lado, o valor for pago, para além de não se efectuar o ataque, dá-se um desconto caso a empresa pretenda encomendar um ataque à concorrência. Parece extorsão? Talvez porque seja mesmo extorsão. Mais

uma vez, uma forma de fraude que não é recente mas que ganha novas dimensões no maravilhoso (quase) novo mundo virtual.

GLOSSÁRIO BREVE

- *Botnet* – conjunto de *bots* ou agentes de software residentes em computadores infectados através de *malware*. Estes bots actuam de forma coordenada em resposta a comandos de um controlo centralizado (controlado por hackers)
- *Denial of Service* – Consiste em sobrecarregar um servidor com um elevado número de pedidos ilegítimos, tornando-se impossível a este dar resposta a qualquer pedido, mesmo quando seja legítimo. O uso de botnets permite lançar ataques de *Denial of Service* de vários pontos distintos, tornando-se mais difícil a sua defesa. São os designados *Distributed Denial of Service*.
- *Malware* – Considera-se como *malware* todo o software de carácter malicioso.
- Entre os vários tipos de *malware*, podemos distinguir:
- *Virus* – Pequenos programas que infectam os programas que temos instalados nos nossos computadores, levando a modos de funcionamento fora do normal.
- *Worms* – São um género de vírus mas que se propaga de forma automática (via rede, via e-mail, etc.)
- *Trojan* – ou cavalos de Tróia. São pequenos programas que correm nos computadores sem afectar de forma aparente o funcionamento destes, mas recolhendo informação do utilizador ou permitindo o acesso remoto de um atacante. Os trojans podem vir associados a programas aparentemente legítimos.
- *Keyloggers* – Pequenas aplicações que recolhem a informação digitada pelo utilizador no teclado.
- *Spyware* – Todo o software que tem como objectivo espiar a actividade dos utilizadores.
- *Scareware* – Software que pode ou não causar dado mas cujo principal objectivo é levar os utilizadores a adquirirem um produto.

Conforme se consegue inferir, existe *malware* que pode ser simultaneamente classificado nestas várias categorias (e noutras aqui não referidas).

- *Phishing* – Consiste em ludibriar o utilizador, levando-o a fornecer dados pessoais ou credenciais de acesso (tipicamente, a sites de *home banking*).
- *SCADA - Supervisory Control and Data Acquisition* – São sistemas de monitorização de sistemas industriais (por exemplo, sondas). Usados frequentemente em sistemas de automação industrial.
- *Spam* – Envio indiscriminado de mensagens não solicitadas (tipicamente por e-mail).

Edgar Pimenta
2011-04-14

PESCAR À REDE OU COM ARPÃO?

No mundo da ciberfraude, o *phishing* é um termo que data de aproximadamente meados dos anos 90. A semelhança das fonéticas de *fishing* (pescar) e *phishing* não é uma mera coincidência. O objectivo deste último é precisamente o de pescar, apanhar, roubar, informação pessoal que possa ser utilizada de forma indevida e em proveito próprio. Toda e qualquer informação pessoal pode ser alvo de *phishing*, consoante o objectivo dos defraudadores. Por razões que são evidentes, a mais desejada são as credenciais de acesso a *sites* com serviços bancários (vulgo nome de utilizador e palavra-chave).

Existem técnicas de *phishing* relativamente sofisticadas, criadas sobretudo com o objectivo de ultrapassar as diversas protecções criadas pelos bancos (são exemplos destas últimas as matrizes de confirmação e o envio de códigos para sms do cliente). Mas o principio básico estriba-se em técnicas mais simples e que consistem, por exemplo, no envio de emails com origem aparentemente legítima (mas apenas aparentemente), solicitando-nos acções urgentes e para as quais devemos clicar no link fornecido no e-mail. E esse é o primeiro passo para comprometer os nossos dados pessoas (e idealmente, intransmissíveis). Tipicamente, estes *emails* são enviados de forma indiscriminada, entupindo os nossos correios electrónicos (o famoso *spam*). É como pescar com rede. Atira-se ao mar e vê-se o que aparece.

Outra técnica frequentemente usada no *phishing* é o denominado *malware* (vírus, cavalos de tróia e afins). Também este pode ser distribuído de forma indiscriminada, seja por e-mail seja através do acesso a sites "maliciosos" ou ainda através do download de ficheiros infectados. Esse pequeno programa fica escondido no nosso computador, tentando apanhar os nossos dados pessoais. Mas mais uma vez, esta é uma técnica de pesca à rede.

Mais recentemente, começou a surgir uma nova forma de pescar. Ao invés de lançar a rede e ver o que aparece, o alvo é escolhido de forma meticulosa e atacado directamente, com um arpão directo ao alvo. É o denominado *spear-phishing*.

Frequentemente, o objectivo de um ataque destes não são os nossos dados pessoais mas sim informação à qual teremos acesso na organização onde trabalhamos. O alvo deixa de ser a pessoa e passa a ser a organização. Entramos no mundo da ciber-espionagem industrial. As técnicas utilizadas não diferem muito do phishing "tradicional". Passa pelo envio de um e-mail de chamariz com um ficheiro infectado, com um link para um site malicioso. No entanto, nestes casos, o e-mail é feito com o maior cuidado, de forma a não levantar suspeitas. E muitas vezes utiliza vulnerabilidades das aplicações que não são conhecidas publicamente, tornando a sua defesa ainda mais difícil.

Como de costume, a melhor protecção para este tipo de ataques está entre a cadeira e o teclado. A sensibilização de todos nós para estas situações, a aculturação com os riscos existentes e a criação de um cepticismo positivo são o melhor caminho. A formação é indispensável.

Edgar Pimenta
2011-11-17

A FRAUDE DAS PATENTES DE SOFTWARE

As patentes de software, de acordo com os seus defensores, são um instrumento fundamental para defender os interesses dos pequenos criadores que sem essa possibilidade poderiam ver os grandes tubarões da informática usurpar ideias fazendo-as passar por suas, graças às suas poderosas máquinas de marketing.

Entre outros argumentos, este é um dos que mais se ouve esgrimir pelos defensores das patentes de software, e à primeira vista parece fazer todo o sentido e ser um objetivo bem nobre. Todavia, um olhar mais atento à realidade mostra que isto não passa de um grande embuste, uma verdadeira fraude! De fato, o sistema de patentes de software tem tido como consequência basicamente o oposto. Hoje em dia muito dificilmente alguém poderá ter ambições a criar algo com um mínimo de impacto que não resulte em começar a ter umas chamadas de uns simpáticos advogados a cobrarem-lhe dinheiro por estar a infringir patentes que possuem. Ao permitir que alguém patenteie coisas completamente caricatas em termos de programação de computadores, o resultado é que hoje é praticamente impossível não só saber se não estamos a infringir alguma patente, como escrever algum software minimamente interessante sem infringir umas dezenas de patentes, tal o caráter básico das coisas que se deixaram patentear, sem as quais a escrita de um qualquer programa é extremamente difícil. Portanto, o que efetivamente acontece é que umas poucas grandes empresas com suficiente poder económico dominam todo um portfólio de patentes de software que lhes dá efetivamente o controlo sobre o que chega aos consumidores, e lhes permite, ainda que nada tenham feito para isso, amealhar dinheiro à custa do trabalho dos outros. As coisas atingiram extremos tão ridículos ao ponto de haver empresas cujo único negócio é submeter patentes e depois negociar com outras empresas a troca das mesmas (vidé por exemplo a empresa Intellectual Ventures).

Em tempos não muito longínquos as empresas de software sobreviviam à custa de possuírem pessoas com boas ideias e capacidade para as implementar. Eram tempos em que a criatividade pagava os seus dividendos. Hoje em dia, para mágoa de alguém que é formado e forma pessoas nas áreas das ciências de computadores, o que se observa é que as grandes empresas sobrevivem à custa de coisas que muitas vezes pouco têm a ver com a sua criatividade a desenvolver software. Hoje em dia essas mega-empresas gastam mais dinheiro em advogados do que em programadores. Porquê? Porque lhes é fácil fazer coisas como comprar pequenas empresas, herdar o seu software, submeter patentes, e depois "divertirem-se" a ganhar dinheiro a cobrar direitos sempre que alguém faz algum software que colida com o seu cada vez maior portfólio de patentes. Esta entre muitas outras artes são as especialidades atuais destas empresas. Legal, mas uma verdadeira fraude para o consumidor que assim vê pequenas empresas a serem impedidas de o beneficiar com a sua criatividade pura e simplesmente por não poderem suportar este tipo de custos. Quem fica a perder? Todos menos estes mega-tubarões que se entretêm a transformar um espaço anteriormente dominado pela criatividade e imaginação, num autêntico campo de minas de patentes. Escrever ou criar algo interessante sem pisar uma destas armadilhadas, a maioria das vezes estrategicamente colocada diga-se, é uma tarefa inatingível para um pequeno criador. Sem uma equipa de advogados a estudar estas patentes e a negociar com os donos delas, não chegam lá. É pena. Parece impossível como se deixou chegar as coisas a este ponto, quando já existiam direitos de autor em software que garantem que os autores tenham os seus direitos pagos, se assim o quiserem. Claramente alguém não percebeu o que é fazer/escrever/criar software. Ou então percebeu bem demais, o que ainda é mais grave! Imaginem o que seria da literatura se de repente alguém pudesse patentear certo tipo de expressões. Ou da pintura se alguém tivesse uma patente sobre uma cor, ou um tipo de traço. Ridículo, não? Pois é, mas o cenário na indústria de software não é muito diferente com esta questão das patentes. Não consigo de deixar de terminar esta triste história com um episódio cómico que aconteceu há bem pouco tempo que ilustra o ridículo a que se chegou. A empresa X processa a empresa Y porque produz um tablet com um certo formato muito parecido com o seu tablet que tem a sua forma patenteada. Os advogados da empresa Y contra-argumentam com um extrato do filme 2001 Odisseia no Espaço de Kubrik (anterior ao registo da patente) onde se veem uma série de dispositi-

vos computacionais claramente idênticos aos produtos das empresas X e Y. Se não fosse trágico o dinheiro e tempo que se gasta com estes joguinhos, isto até seria um episódio cómico.

Luís Torgo
2012-02-09

A VIDA NA PALMA DA MÃO

Há alguns anos trás, quem de nós não tinha uma agenda onde guardava os números de telefone dos amigos, familiares, etc...? Era a nossa agenda!

Com o tempo, com a evolução tecnológica, e o consequente aparecimento dos telemóveis, por um lado aumentou o número de informações a guardar, mas por outro aumentou a facilidade de as ter sempre á mão, guardando-as no telemóvel. E com o tempo, substituímos as velhas agendas pelos telefones, de tal modo que alguns números apenas os guardamos nesses novos aparelhos. Claro está que, se os perdíamos, lá se iam os números de telefone acumulados ao longo de vários anos.

Os telemóveis evoluíram e são agora Smartphones, telemóveis inteligentes, com inúmeras capacidades de processamento e de arquivo da informação. Alguns ficaram maiores, deixaram de ser telefones tradicionais e passaram a ser pequenos computadores, ainda mais rápidos, ainda mais capazes de armazenar dados.

Adicionalmente, as ligações à internet são cada vez mais rápidas, sendo já possível ter banda larga móvel nesses dispositivos inteligente. E com isso, a "nuvem"... a possibilidade de ter acesso a tudo, de qualquer sitio, a qualquer hora.

A facilidade de utilização destes novos dispositivos móveis (smartphones, tablets, etc...) faz com que sejam cada vez mais usados para gerir o nosso dia a dia. Partilhas nas redes sociais, acesso ao banco, arquivo de documentos, fotografias, e-mails pessoais e profissionais, etc... Passamos a ter toda a nossa vida na palma da mão. Literalmente!

Mas será que nos apercebemos do potencial que estes dispositivos móveis apresentam caso caiam em mão erradas? Será que temos a noção que se os perdermos ou nos roubarem um destes dispositivos, a lista de contactos pode ser a menor das nossas preocupações? Podemos estar a dar a alguém um manancial tremendo da nossa informação pessoal. E não

só pessoal, mas também profissional. Nem que seja porque cada vez mais temos os nossos telemóveis a receber os e-mails da empresa. Já para não falar dos sms e registos de chamadas...

Recentemente a Symantec realizou um estudo para tentar perceber o que acontecia aos telemóveis que eram encontrados. Os investigadores da Symantec perderam deliberadamente 50 telefones que tinham sido configurados para se perceber o que era feito nestes, por quem os encontrasse.

43% das pessoas que encontraram os telefones acederam à aplicação de Homebanking que se encontrava no telemóvel. 60% foram ver os e-mails e redes sociais. 72% andaram a ver as fotografias que constavam dos telemóveis. Já agora, apenas 50% dos telefones foram devolvidos.

Números que nos devem fazer pensar. E que nos devem, ainda mais, fazer agir. Como? Protegendo a informação que temos nesses dispositivos móveis. Três medidas simples e básicas é ter nesses dispositivos apenas a informação necessária, bloquear o acesso ao equipamento (se usar um PIN, use um PIN diferente do cartão multibanco e do cartão do telefone) e evitar que as aplicações guardem as passwords de acesso (caso o façam, deixa de ser necessário colocar a password sempre que se acede á aplicação). Nem sempre estas medidas são práticas, mas é uma questão de hábito.

E se perder o seu dispositivo móvel, apresse-se a mudar as passwords das aplicações/serviços que usa.

Finalmente, faça um exercício... E se perdesse o seu telemóvel? Imagine o que lhe poderia acontecer. Imagine-se um ladrão do seu próprio telemóvel e veja o que conseguiria fazer com ele...

Provavelmente ficará surpreendido....

Edgar Pimenta
2012-05-31

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: A ILUSÃO

Se trancamos as nossas portas, porque não proceder da mesma forma em relação aos dispositivos electrónicos móveis que utilizamos no nosso dia a dia?

No mundo empresarial contemporâneo as empresas manipulam e armazenam uma grande quantidade de informação vital para a sua sobrevivência. Tendo em conta o desenvolvimento vertiginoso das tecnologias de informação, associado à obrigatoriedade da partilha de informação com todos os envolvidos no negócio, as empresas, nos dias que correm, facilitam cada vez mais o acesso à sua informação através do mais variado tipo de dispositivo: portáteis, *tablets*, *smartphones*, etc. Será que as empresas têm a noção dos riscos em que incorrem ao abrirem a sua rede a todo o tipo de dispositivos? Estarão elas preparadas para garantir a segurança da sua informação?

Alguém afirmava que a única rede segura é aquela que não tem pessoas a ela ligadas...

Consideremos uma situação que poderia perfeitamente ocorrer na realidade. Uma empresa equipou os seus funcionários com *smartphones* tendo em vista permitir-lhes o acesso, em qualquer momento e em qualquer lugar, à informação empresarial. Como tal, estes dispositivos armazenam todos os contactos úteis, permitindo o acesso aos mails relacionados com a sua actividade laboral. Um funcionário recebe uma SMS, que em tudo parece vir da sua empresa, solicitando que faça o download de uma nova aplicação a instalar no seu *smartphone*. Ao receber essa mensagem, que não duvida seja verdadeira, procede à sua instalação. Na realidade, trata-se de uma mensagem fraudulenta que pretende instalar um software malicioso (*malware*). Ademais, o dispositivo telefónico não apresenta quaisquer sinais de ter ficado infectado. No entanto, o autor do *malware* passou a ter controlo remoto sobre o dispositivo, o que lhe permite, por exemplo, interceptar todas

as chamadas e mensagens, aceder à lista de contactos ou até activar à distância o gravador e passar a ter acesso às conversas que decorram, por exemplo, numa reunião de trabalho.

De acordo com dados publicados pelo Banco Mundial (Information and Communications for Development - 2012) de 2005 a 2011 o número de telefones móveis vendidos em todo o mundo passou de 800 para 1800 milhões. Nesse mesmo período, a venda de *smartphones* praticamente decuplicou (de 50 para 470 milhões). Embora não haja informação acessível sobre o número de smartphones vendidos em Portugal, tudo leva a crer que a situação será, no mínimo, idêntica. De acordo com o mesmo relatório e para 2011, o número de subscrições de telefones móveis por 100 habitantes em Portugal(158) é significativamente superior ao verificado para o grupo de países em que está incluído (elevado rendimento). Neste grupo, o valor é de 118 subscrições por cada 100 habitantes.

O aumento exponencial de *smartphones* no mercado e a política de redução de custos muitas vezes adoptada pelas empresas, materializada no consentimento da utilização dos dispositivos que são pertença dos funcionários (BYOD – *Bring your Own Device*) para uso laboral, mantém a premência da discussão em torno das questões relacionadas com a segurança da informação. Por outro lado, a preocupação que ao longo dos últimos anos existiu em proteger minimamente os computadores utilizados no local de trabalho perante possíveis ataques, não se tem estendido aos *smartphones*. No entanto, existem várias soluções no mercado para os protegerem. Verifica-se, todavia, que as pessoas ou não as conhecem ou acham que a sua utilização degrada o desempenho do seu smartphone e, consequentemente, ignoram-nas.

No mínimo, exigia-se que "antes da casa roubada pusessem trancas à porta"... Sendo assim, era expectável que impedissem o acesso à informação armazenada no *smartphone* utilizando uma *password*. Este procedimento básico permitia, pelo menos, minimizar os estragos que poderiam resultar de um possível roubo. Em relação às restantes ameaças, o melhor conselho é pensar em instalar uma aplicação que garanta a segurança da informação. De notar que estas aplicações permitem, entre outras acções, bloquear remotamente o dispositivo através dum simples SMS e, numa situação extrema apagar toda a informação armazenada no *smartphone*. Para tal, basta utilizar um computador com acesso à Internet.

Não esquecer que, regra geral, o dono de um *smartphone* é o principal responsável por o infectar, quer seja através da instalação de uma aplicação maliciosa, quer seja pela simples operação de efectuar o download de um jogo a partir de um site não fidedigno.

É chegado o momento das empresas olharem para a realidade e mudarem de atitude. A maior parte dos incidentes de segurança da informação têm origem internamente sendo que, muitos deles seriam perfeitamente evitáveis.

Elisabete Maciel
2013-02-28

A FRAUDE E A INFORMÁTICA

A fraude não é uma atividade nova. Bem pelo contrário! A fraude poderá ser uma das atividades mais antigas existentes! Contudo vai adquirindo características novas em cada fase histórica.

A informática é recente. Claro que o conceito recente é relativo! Mas na perspetiva da antiguidade do tempo em que existem fraudes…. Não há dúvida que é recente!

Mais recente ainda é a interceção destes dois mundos:

- *O mundo da fraude* – um mundo onde a imaginação, a criatividade e a capacidade de ludibriar surgem vincadamente. Muitas das fraudes conhecidas são relativamente simples na sua conceção.
- *O mundo da informática/internet* – um mundo onde a rapidez, a facilidade de acesso à informação e a outras pessoas e a capacidade tecnológica de fazer (quase) tudo são algumas das suas características. Um mundo omnipresente nas nossas vidas. De tal forma, que a nossa pegada digital anda por sítios que nem sabemos…

E que resulta da intersecção destes dois mundos? Um mundo ainda maior!

De facto, muitas das antigas fraudes ganharam novo folego com a informática (e com a internet). De repente, tornou-se extremamente fácil chegar a novos alvos e com muito maior rapidez. E assim, fraudes como as cartas da Nigéria, antes enviadas pelo correio postal passaram a ser enviadas para milhares de *e-mails* todos os dias. E como algumas das cartas começaram a ser demasiado conhecidas, começaram a surgir algumas variações curiosas, como é o caso do astronauta nigeriano preso no espaço, ou do pedido de ajuda de um amigo em apuros num país estrangeiro.

E quem fala das cartas da Nigéria - também conhecidas por fraude 419 – código penal da Nigéria que considera estas situações como crime – fala de outros processos que se baseiam na ingenuidade dos alvos (e/ou na ganância) como é o caso dos esquemas em pirâmide e dos e-mail para manipulação de ações.

Adicionalmente, a informática permite a criação de conteúdos mais realistas. Mais uma vez, existem cartas da Nigéria que apresentam um aspeto quase oficial, graças à utilização de logotipos institucionais, facilmente obtidos na internet. Mais uma vez, a criatividade exponenciada pelas capacidades de processamento que a informática veio trazer.

Por fim, a informática veio criar novas fraudes. Termos como o *phishing* (método para aquisição de informação de um alvo como credenciais de acesso), o *ramsonware* (género de vírus que inibe o acesso a parte da informação, desbloqueando-o após o pagamento de um resgate), o *wardring* (procura de redes wireless desprotegidas para usos indevidos/ilegais), o sequestro de dados, etc, entraram num novo dicionário. E a segurança de informação, algo que era uma preocupação de alguns carolas informáticos passou a ser um tema mais presente e pertinente nas organizações (privadas e públicas) mas também em cada um de nós.

Aqui, é importante realçar que muitos dos controlos para prevenção da fraude informática são controlos igualmente associados à segurança da informação.

E se a durante muito tempo, os problemas de segurança da informação eram só "dos outros", isso é cada vez menos verdade. Os alvos dos *hackers* deixaram de ser apenas os computadores. Dispositivos móveis (*smartphones*, t*ablets*, *iPads*, etc..) são o alvo evidente dos tempos que correm, pela sua conetividade constante à internet, pelos baixos níveis de proteção típicos, pela informação a que permitem aceder e pela quantidade de alvos disponíveis. Mas não são os únicos...

Nos últimos tempos, surgem novos alvos, novas oportunidades para os defraudadores. São já conhecidos ou foram apresentados ataques a sistemas SCADA (sistemas de controlo industriais usados em processos industriais e infraestruturas), ataques a carros (seja a abertura eletrónica das portas, seja o controlo completo do carro (incluindo a condução), pacemakers ou a manipulação de coordenadas GPS, enganando pilotos automáticos. A fraude pode conjugar-se, em alguns casos, com o terrorismo.

Ou seja, a fraude informática é algo que ainda está nos seus primórdios e os tempos futuros não serão fáceis...

Edgar Pimenta
2013-08-22

DADOS CLÍNICOS: ESTARÃO SEGUROS?

A D. Maria estava incrédula com o que se estava a passar à sua frente. Seria ignorância, incompetência ou simplesmente irresponsabilidade? Será que os envolvidos tinham a noção do que estava em jogo?

Contemos então a história que está na origem desta estupefação. A D. Maria foi a uma consulta de rotina num hospital privado. Sentada em frente do médico, eis que há um corte de energia eléctrica e o computador, instrumento vital para o acto em causa, fica inoperacional. Sem o equipamento informático o médico sente-se incapaz: o acesso a todo o historial clínico da D. Maria está-lhe interdito. Resolvido o problema eléctrico é necessário ligar o computador. Eis senão quando, surge um novo contratempo: não sabe o login e a password. Mas não há problema. Chama a assistente e solicita: "Oh Mariana, por favor, coloque aí o login e a password para eu poder prosseguir com a consulta". Sem qualquer hesitação esta escreve o login e a password não deixando de referir: "Então Dr já se esqueceu outra vez? Não tem nada que saber, o login são as suas iniciais e a password é XXX. O Dr não a mudou. Já está." Finalmente o médico prosseguiu com a consulta.

A D. Maria, não sendo nenhuma perita em sistemas informáticos e, muito menos em questões de segurança, pensou consigo mesma: toda a gente naquele hospital podia ter acesso ao seu processo, fosse ele médico, enfermeiro ou assistente administrativo. Se isto pode acontecer, quem lhe garante que informação tão sensível como a armazenada nas bases de dados do hospital não pode passar para o exterior? Não esquecer que a informação aí reunida pode ser suficiente para fornecer um perfil mais o menos detalhado do paciente. E se as seguradoras, por exemplo, por interposta pessoa, tivessem acesso a esta informação?

Sendo uma pessoa minimamente informada, a D. Maria tem a noção de que há uma panóplia de normas que definem políticas de segurança de informação e procedimentos para lidar com as ameaças aos sistemas de

informação. Tanta sofisticação e afinal descura-se uma falha de segurança básica: a divulgação indiscriminada de uma chave que possibilita a qualquer um o acesso a informação clínica confidencial. Pensando melhor, não seria preferível avaliar estes riscos que, parecendo menores, não o são na realidade? Não se conteve e no final da consulta virando-se para o médico referiu: "Não sabe que um login/password é algo pessoal e intransmissível? Como quer que eu tenha confiança em alguém que coloca a minha vida na praça pública?" Saiu da consulta, sem vontade de voltar, com a esperança de ter contribuído para a tomada de consciência de dois dos agentes que manuseiam informação tão delicada.

Elisabete Maciel
2013-10-17

VIII CAPÍTULO
FRAUDE ACADÉMICA

A FRAUDE ACADÉMICA: MINANDO O NOSSO FUTURO...

Os desaires financeiros da Enron, Tyco, WorlCom, bem como todo o alvoroço associado aos escândalos mais 'caseiros' do BPN e BPP, reflectem comportamentos altamente questionáveis, de um ponto de vista ético, de indivíduos com elevados níveis de escolaridade, desempenhando cargos de alta responsabilidade corporativa. Tais ocorrências têm atraído considerável atenção por parte da sociedade em geral e ampla cobertura dos meios de comunicação, colocando não só uma forte pressão sobre as entidades reguladoras mas, simultaneamente, questionando os valores que a Escola, em geral, e o ensino superior, em particular, transmite e incrusta nos nossos jovens, líderes, decisores e gestores do amanhã.

Neste contexto, o tema da fraude académica assume particular relevância, sendo diversos os estudiosos e organizações de ensino superior que se têm preocupado em aferir e divulgar o fenómeno. Ao contrário de muitas organizações do ensino superior em Portugal, as escolas de ensino superior mais reputadas em termos internacionais (e.g., California Institute of Technology; Carnegie Mellon University; Stanford University) têm efectuado frequentes e elucidativas campanhas de sensibilização e prevenção da fraude académica, criando centros de integridade académica, apresentando aos seus estudantes e docentes códigos de honra, políticas destinadas a promover a ética na educação e divulgação de práticas não éticas, quer por parte dos estudantes, quer por parte dos docentes e investigadores.

Martin Dick, Maja Hrabak e os respectivos co-autores sintetizaram os diversos tipos de fraude académica: 1) Copiar em exames (incluindo, utilizar grelhas de correcção, notas das aulas ou de livros num exame sem consulta; falar com o colega do lado durante o exame; utilizar a máquina de calcular para resolver um problema suposto ser resolvido no papel; olhar para o exame do colega do lado; roubar o exame do gabinete académico); 2) Plágio (que inclui actividades não éticas, e mesmo ilícitas, como copiar

directamente da Web, partilhar o trabalho de alguém com outro estudante, apropriar-se de trabalho de outrem sem o referenciar, copiar do manual da disciplina ou do respectivo website, 'roubar' o trabalho de alguém); e 3) má conduta académica (alterar a lista da frequência nas aulas; pedir a um colega para assinar a folha de presenças pela pessoa; submeter um trabalho de outra pessoa como se fosse o do próprio; saber as questões de exame antes do exame ocorrer; utilizar ligações privadas para passar à disciplina; pagar ao examinador para passar no exame).

Num artigo recente (Março/Abril de 2009), publicado no *Journal of Education for Business*, Smith, Davis e Kroncke, assumindo que a fraude (académica) passada é um forte indicador da fraude futura, concluíram, para uma amostra de 786 estudantes de ensino superior norte-americanos, que os estudantes de cursos de economia e gestão eram, em média, menos éticos do que os estudantes de outros cursos. Concluíram também que a maior exposição a acções de sensibilização para as questões de ética nos negócios conduzia a menor incidência de comportamentos não éticos entre os referidos estudantes. Juntamente com Maria de Fátima Rocha, num estudo que envolveu 7213 estudantes das áreas de economia e gestão de 42 escolas de ensino superior localizadas em 21 países, concluí que a magnitude da fraude académica entre estudantes (avaliada em termos de cópia em exames) era bastante elevada (62%), apresentando uma grande heterogeneidade entre países. Os estudantes inscritos em escolas localizadas nos países nórdicos (em concreto, Dinamarca e Suécia) apresentavam uma probabilidade de cometer fraude académica significantemente mais baixa do que os seus homólogos dos países da Europa do Sul (e.g., Espanha, Itália ou Portugal). Os baixos níveis de cópia dos países Nórdicos em análise reflectem, em grande medida, a filosofia Nórdica de uma sociedade livre de corrupção (in Scandinavica.com Magazine, 2006), associada a uma cultura de ética onde a corrupção e a falsidade não são toleradas. Nestes países as regras são claras e tomadas de uma forma séria, sendo o preço de ser excluído dos círculos normais da sociedade excepcionalmente elevados.

Dada a sua importância para o futuro político e económico de uma nação, espera-se que o sector da educação seja um sector particularmente 'justo' e ético. Não obstante, como sublinharam Meier e Griffin no seu livro *Stealing the Future: Corruption in the Classroom*, a corrupção na Escola é relativamente comum, originando uma educação de fraca qualidade e indo contra

um dos principais objectivos da Educação: produzir cidadãos que respeitem a lei e os direitos humanos.

A evidência recolhida pelos diversos estudos nesta área indicia que diminuir a fraude académica não passa apenas por um conjunto de políticas (localizadas) ao nível do ensino superior mas de atitudes e comportamentos transversais a toda uma sociedade.

Aurora Teixeira
2009-06-09

O ADMIRÁVEL MUNDO 'VELHO' DA ACADEMIA

> What is a cynic? A man who knows the price of everything and the value of nothing (Oscar Wilde, Lady Windermere's Fan, 1892, Act III)

Como habitualmente, neste sábado (de Agosto), iniciei o meu dia tomando o pequeno-almoço acompanhado da leitura de um semanário. Neste constava com um artigo sobre o crescimento e uso generalizado da compra de dissertações de mestrado no seio da academia portuguesa.

A compra (e venda, claro está!) de dissertações e teses constitui um dos muitos (e mais sérios) tipos de fraude ou desonestidade académica. Não é (infelizmente) um fenómeno novo. Sempre existiu, mas a difusão das tecnologias de informação, nomeadamente da Internet, 'democratizou-o', tornando-o mais acessível, fácil e rápido.

Sempre me questionei como é que é possível, do ponto de vista legal, a existência 'à descarada', à distância de um clique, de negócios de compra e venda de dissertações cujos retornos observam crescimentos exponenciais inversamente relacionados com a crise económica mas directamente relacionado com a crise de valores que nos assola e que teima em se tornar um fenómeno estrutural da sociedade portuguesa ...

Arriscamo-nos vertiginosamente a nos tornar (se já não o somos) numa sociedade à la Huxley (este autor publicou em 1932 a obra 'Admirável Mundo Novo', que descreve uma sociedade futura em que as pessoas seriam condicionadas em termos genéticos e psicológicos, a fim de se conformarem com as regras sociais dominantes), mas 'velha', onde a 'não-inscrição' é o traço dominante na psicologia nacional (ver José Gil, *Portugal, Hoje - O Medo de Existir*, publicado pela 1ª vez em 2004). As coisas passam mas não mexem verdadeiramente com as pessoas, não se inscrevem, resultando daí uma inacção, uma falta de afirmação e também de responsabilização.

Possivelmente mais do que na sociedade em geral, o mundo 'velho' da academia portuguesa está, a meu ver, inexoravelmente conspurcado da 'não-inscrição'. Os fenómenos de fraude académica no seu seio são recorrentes (embora 'abafados'), quer nas suas formas, supostamente mais 'brandas',

de 'copianços' nos exames, de assinar por outros em sala de aulas, quer nas suas formas mais 'ousadas' e dispendiosas, como o plágio de trabalhos e a compra/venda de ensaios, dissertações e teses. Não obstante, na sua generalidade, as escolas de ensino superior e os seus principais actores – estudantes, corpo docente e órgãos de gestão - teimam em persistir no imobilismo na falta de reflexão, no refúgio defensivo e 'legalista' de que o plágio (e a fraude académica) é algo difícil de definir, cujas fronteiras não são facilmente determinadas, e de que nada se pode fazer (à luz dos 'regulamentos') a não ser, por exemplo, que o(s) autor(es) vitima(s) de plágio iniciem uma acção legal contra o perpetrador...

É (tristemente) célebre o caso, magnificamente relatado por Carlos Cabral-Cardoso e publicado, em 2004, no *Journal of Business Ethics*, de plágio numa dissertação de mestrado em que os incentivos pessoais de alguns membros do júri, a estrutura e cultura extremamente hierárquica do sistema universitário, e os mecanismos institucionais (in)disponíveis para lidar com casos de comportamentos não éticos ditaram o 'arquivamento' do processo e a consequente não revogação da inicial decisão de atribuição do grau de mestre ao plagiador.

É necessário de uma vez por todas que os actores envolvidos reconheçam as suas responsabilidades.

Os princípios da integridade exigem que os estudantes nos seus ensaios escritos (artigos, dissertações, teses): 1) iniciem a sua investigação e escrita atempadamente e de forma gradual assegurando que realizam o seu melhor no tempo estipulado; 2) entreguem um trabalho que é da sua autoria e não efectuado por outrem ou 'reciclado' de um trabalho anterior; 3) atribuam os créditos devidos às fontes utilizadas; 4) reúnam, procurem conselhos e aprendam com o seu orientador, discutindo ideias e clarificando argumentos.

Relativamente aos orientadores, os princípios da integridade académica exigem que: 1) seja, desde o inicio, perfeitamente clarificado o que é esperado do estudante em termos de quantidade/qualidade de trabalho a desenvolver, quais os critérios de avaliação associados, bem como os comportamentos éticos expectáveis; 2) sejam mantidas, ao longo do desenvolvimento dos ensaios, reuniões regulares de discussão (efectiva) do trabalho em curso, co-adjuvadas de entrega de várias versões por parte do estudante e concomitantes entregas de comentários a essas mesmas versões por parte dos orientadores; 3) sempre que suspeite que uma versão do trabalho foi plagiada ou que não é da autoria do estudante, o orientador deve confrontar

este último e tentar sensibilizá-lo(a) para corrigir o seu comportamento; 4) no caso de reincidência e persistência de comportamentos de desonestidade académica, deve comunicar aos órgãos adequados (Director do Curso, Director da Escola).

Por último, os princípios da integridade exigem que os Orgãos de Gestão das Escolas: 1) sejam pró-activos, recusando uma abordagem 'legalista' ao problema, substituindo sistemas disciplinares meramente administrativos e 'códigos de silêncio' por códigos de honra, onde se articulem claramente as expectativas por parte da Escola relativamente a estudantes e corpo docente, visando estabelecer e manter os mais elevados padrões de qualidade e rigor do trabalho académico; 2) devem adequadamente reconhecer o trabalho de orientação como serviço docente efectivo, não menosprezando ou desvalorizando a sua importância para o processo de formação e aprendizagem dos estudantes; 3) devem evitar que as hierarquias e a 'cultura do medo' se entranhem na organização, promovendo e estimulando discussões abertas e transparentes no seio da comunidade académica.

A integridade académica, como muitas mais coisas na vida, envolvem um sistema de direitos e responsabilidade interligados que reflectem a nossa mútua dependência. O sucesso dos nossos esforços individuais está, neste contexto, intimamente dependente em cada um de nós exercer tais direitos e assumir tais responsabilidades de forma séria e consciente.

Aurora Teixeira
2009-08-20

O JURAMENTO DOS HIPÓCRITAS ... SOBRE UM DOS MAIORES CASOS DE FRAUDE ACADÉMICA NA HISTÓRIA DA MEDICINA

> Ninguém pode, por muito tempo, ter um rosto para si mesmo e outro para a multidão sem no final confundir qual deles é o verdadeiro, in 'A Letra Escarlate' de Nathaniel Hawthorne [1804-1864], Escritor.

Quando é referida a questão da fraude académica, em geral pensa-se imediatamente nos estudantes e os respectivos subterfúgios para ilicitamente obter aprovação a uma disciplina (via copia nos exames) ou obter um grau (via submissão de uma dissertação plagiada, em parte ou no seu todo). É muito mais raro se pensar em investigadores, nomeadamente em investigadores da área médica.

Num artigo publicado no *Journal of Medical Ethics*, Erica Pryor, Barbara Habermann e Marion Broome inquiriram 1645 coordenadores de investigação nos EUA, os quais apesar de terem admitido que a dimensão da fraude na investigação médica era baixa (0.2%-0.5% dos inquiridos afirmaram que o plágio e a falsificação de resultados ocorria frequentemente, sendo que para 5.2%-4.0% ocorria ocasionalmente), em 18% dos casos reportaram que no ano transacto haviam enfrentado a sua primeira experiência com 'más condutas' em projectos de investigação.

Nicholas Steneck, Director do Programa de Ética e Integridade na Investigação do Michigan Institute for Clinical and Health Research e Professor Emeritus de História na Universidade do Michigan, numa comunicação apresentada por ocasião da Conferêrncia Mundial em Integridade na Investigação que teve lugar na Fundação Gulbenkian em Setembro de 2007, afirmou que as 'más condutas' na investigação médica não são casos 'raros', são antes dificilmente detectados, reportados e investigados.

O ano de 2009 ficará certamente na história da investigação médica pelas más razões: ocorrência de um dos mais sérios e alarmantes casos de fraude e má conduta académica por parte de um dos investigadores mais

conceituados internacionalmente na área da Anestesiologia, o Dr. Scott Reuben do Baystate Medical Center (Massachusetts, EUA). O que é intrigante neste caso é que a fraude envolve toda uma carreira de investigação e não apenas um estudo. Segundo o Anesthesiology News, este médico-investigador inventou e falsificou dados em pelo menos 21 estudos publicados em revistas científicas entre 1996 e 2008. A fraude foi detectada após diversas questões terem sido levantadas sobre dois estudos relativamente aos quais o Dr. Reuben não tinha ainda recebido a aprovação para conduzir experimentações em humanos. Em mais de 15 anos, o Dr. Reuben nunca tinha obtido um estudo negativo. Muitas das suas experimentações envolviam medicamentos (Celebrex e Lyrica) da empresa farmacêutica Pfizer, que financiou a sua investigação entre 2002 e 2007, e todas essas experimentações registavam que os medicamentos eram efectivos nas dores pós operatórias.

Segundo diversos especialistas na àrea, os médicos, por todo o mundo, têm usado os resultados do Dr. Reuben extensivamente. A investigação produzida pelo Dr. Reuben teve um impacto tremendo na àrea da Anestesiologia. Assim, os pacientes foram desnecessariamente colocados em risco e recursos financeiros avultados foram desperdiçados em tratamentos não eficazes e potencialmente perigosos para a saúde.

Para além destas implicações negativas não negligenciáveis, este triste episódio trouxe consequências igualmente gravosas a um diferente nível: avalou profundamente a confiança dos cidadãos na classe médica.

E assim se 'anestesia' o juramento de Hipócrates ...

Aurora Teixeira
2009-11-26

“PUBLICAR OU MORRER” - “PUBLICAR E MATAR”: A FRAUDE E A ESQUIZOFRENIA NA ACADEMIA

> “What we must decide is perhaps how we are valuable, rather than how valuable we are.” (F. Scott Fitzgerald, escritor norte-americano, n.1896-m.1940)

Não obstante todos os terríveis acontecimentos dos últimos tempos (sismos no Haiti e Chile, enxurradas na Madeira) que frequentemente nos obrigam a sair do nosso pequeno mundo, deixar de olhar (ainda que por alguns momentos) exclusivamente para o nosso umbigo e relativizar os nossos ‘problemas’, um outro acontecimento, a uma escala muito mais reduzida e aparentemente distante, concentrou parte da minha atenção e preocupação esta semana, levando-me, ainda que de forma relutante, a olhar para dentro, para o meu umbigo, o meu mundo... a academia.

No passado dia 12 de Fevereiro, Amy Bishop, 44 anos, uma investigadora formada em Harvard e professora auxiliar de Biologia na Universidade de Alabama-Huntsville (E.U.A) assassinou a tiro três colegas e feriu três outros (dois gravemente) durante uma reunião de trabalho do departamento. Diversos relatos sobre tão tresloucado acto associam-no ao facto da Universidade ter recusado à investigadora a sua ‘tenure’, ou seja, o vínculo permanente à instituição. Para se ter uma noção das implicações (danosas, em termos pessoais) de tal recusa, é importante reter que nos E.U.A (e, em certa medida, em Portugal) o resultado mais provável para alguém a quem lhe seja negado a ‘tenure’ é o de deixar de ter mercado de trabalho no ensino superior, ou seja, deixar de poder exercer a função de professor. Nas palavras do presidente da Associação Americana de Professores Universitários, Cary Nelson, uma pessoa nestas circunstâncias dificilmente conseguirá um outro emprego no ensino.

Apesar de circular na Internet um conjunto de relatos bastante contraditórios sobre a personalidade, comportamento, desempenho pedagógico e científico de Amy Bishop, um aspecto problemático é incontornável neste processo: um dos seus artigos, publicado em 2009, levantou suspeitas de

'fabricação' (uma das formas mais censuradas de fraude académica nas áreas das ciências da vida) na medida em que a autora refere um laboratório fictício como local para as suas experiências e entre os seus co-autores constam os seus filhos de idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos.

É um facto quase indiscutível que a competição pelas posições de 'tenure' na academia tem colocado uma pressão crescente nos académicos para a publicação dos seus trabalhos de forma prolífera e frequente. A expressão "Publish or Perish" (Publica ou Morre) é (tristemente) conhecida no meio académico e refere-se a essa sufocante pressão para publicar constantemente de modo a progredir ou mesmo manter uma carreira académica. Um académico que não publique ou publique com pouca frequência, com elevada probabilidade falha na obtenção da 'tenure', independentemente do seu desempenho pedagógico. Isto é tão verdade nos E.U.A como em Portugal.

Poder-se-á anuir que é preciso um pouco de uma natureza má e preguiçosa, combinada com circunstâncias extremas, como enorme competição por fundos de investigação, pressão para publicação e luta pelo reconhecimento dos pares, para se praticar a fraude, em concreto a fraude académica.

A propósito do carácter dos indivíduos, Gerard Reve (n.1923-m.2006), um famoso escritor holandês, referia frequentemente que a maior parte dos seres humanos tem uma natureza maldosa. Para este autor, metade da maldade num indivíduo era inata e a outra metade resultaria de uma opção pessoal. Adicionalmente, reconhece que sobre esta última o contexto pode exercer uma influência não negligenciável: até as pessoas mais decentes e civilizadas podem se tornar (muito) más em circunstâncias extremas. Assim, não há razão para crer que os académicos sejam uma excepção, tal como o caso de Amy Bishop dramaticamente comprova...

De facto, diversas circunstâncias institucionais podem contribuir, e mesmo incitar, a fraude académica: uma estrutura fortemente hierárquica onde o 'chefe' (indivíduo ou grupo de indivíduos com poder de decisão) é soberano (e muitas vezes ditador) e a competição extrema que 'força' investigadores com mentes mais fracas a secumbir à sedução de 'atalhos' eticamente questionáveis e, em regra, 'fatais' em termos de reputação académica ("Plagiar – publicar – morrer").

Num registo complementar a Reve, mas de forma ainda mais apocalíptica, Platão defendeu que apenas de forma involuntária um indivíduo age com integridade. Ele ilustra quão difícil é agir com integridade através da história mítica de Gláucon e o Anel de Giges. O anel tornava Giges invisí-

vel e uma vez invisível Giges mudava o seu comportamento. Com o anel, a integridade de Giges desaparecia como o orvalho da manhã. Segundo Platão, quando alguém está seguro de que as suas acções não serão descobertas e efectua as mesmas decisões que efectuaria no caso de estar seguro que seriam descobertas, estaríamos perante uma pessoa que age com integridade. A integridade baseia-se assim no compromisso pessoal à realização de uma acção correcta, opera num espaço entre o estímulo e a acção onde a pessoa exerce a liberdade de realizar a escolha correcta.

Muitos investigadores/professores, tal como Amy Bishop, mergulhados num mundo académico de 'publica ou morre', agem como Giges, na esperança dos seus actos (menos lícitos) permanecerem invisíveis no seio das suas comunidades, ficando presos na (Alegoria da) Caverna de Platão. Na 'lógica' do 'publica ou morre', a competição (desenfreada) dos membros da faculdade pela sobrevivência não reside na qualidade da publicação ou na sua contribuição para a sociedade, mas unicamente no seu número de publicações. Cada um acredita que é o número de publicações que constitui a medida do sucesso académico. São incapazes de ver para além das sombras e de reconhecer que pode existir uma verdade maior para além da 'caverna'.

A clausura de Amy na 'caverna' não é apenas da sua inteira responsabilidade. Tende a ser criada e promovida por uma cultura académica que defende a integridade e a qualidade da investigação mas cuja 'prática' recompensa os números, a quantidade. É um facto que a cultura académica do publica ou morre tem gerado a publicação de artigos inconsequentes, não lidos e não citados por outros académicos.

Acredito que Amy, e os seus pares em geral, poderiam efectuar melhores escolhas e acolher um sentido de mutualidade onde os membros da faculdade trabalhassem de forma colaborativa no sentido de preservar a integridade pessoal, profissional e institucional. Cada membro da comunidade académica tem a responsabilidade de criar e manter este clima. Num determinado nível tal pode exigir a ajuda de um mentor: um membro da faculdade que entende as pressões associadas à cultura académica do publica ou morre. O mentor guiaria Amy para fora da 'caverna' em direcção à luz. Ela necessitaria de ultrapassar as suas crenças e valores correntes num processo doloroso pois implicaria uma perda; no entanto, se o seu mentor fosse capaz de substituir o seu anterior sistema de crenças por um mais credível baseado na integridade pessoal, Amy possivelmente entenderia os benefícios de tornar mais íntegras as suas acções e valores. Infelizmente, no caso de Amy, o caminho

da 'caverna' para a luz desmoronou-se e com isso a vida de três potenciais mentores...

Seria bom que também na academia portuguesa pudéssemos aprender com as nossas fraquezas, vaidades e erros, nos ajudássemos mutuamente a sair da 'caverna' e encontrar a 'luz' de modo a impedir a fraude académica e a esquizofrenia do 'publica ou morre' e, no limite, do 'publica e mata'.

Aurora Teixeira
2010-03-11

PLÁGIO NAS TESES/DISSERTAÇÕES... E ENTÃO O(S) ORIENTADOR(ES)?

> Copy from one, it's plagiarism; copy from two, it's research.
> (John Milton, escritor inglês, n.1608-m.1674, Iconoclastes, XXIII)

> A university is what a college becomes when the faculty loses interest in the students. (John Ciardi, poeta e escritor norte-americano, n.1916 - m. 1986)

Recentemente (Abril 2010) mais um caso de alegado plágio num doutoramento veio a público. Diversos órgãos de comunicação debruçaram-se extensivamente sobre o caso, mais ou menos explicitamente identificando a sua autora, à data, professora adjunta no Instituto Politécnico do Porto. Não obstante o processo estar ainda em fase de averiguações (cujo resultado estava datado para finais de Maio 2010) na Universidade do Minho, instituição que conferiu o grau em Dezembro de 2009, a então professora solicitou rescisão de contrato com a entidade empregadora (de imediato aceite pelos órgão directivos da mesma) em Maio de 2010.

Sempre que se ouve ou lê sobre o plágio fica-se com a nítida sensação que quem plagia são apenas (e sobretudo) os estudantes. Poucas são as notícias sobre esta prática entre professores. A inexistência de notícias não significa, infelizmente, que o fenómeno seja raro, muito pelo contrário... O que a falta de notícias em parte reflecte são os 'costumes' da academia que funciona, em regra, de uma forma colegial, arcaica e opaca, com severas limitações ao nível das práticas de auto-regulação e auto-monitorização no que respeita aos comportamentos desonestos entre os seus membros.

Não obstante considerar que plágio é, em si mesmo, um acto extremamente gravoso do ponto de vista académico, independentemente de quem o pratica, notícias de plágio por parte de professores são, no mínimo, lastimáveis e vergonhosas, descredibilizando todos aqueles (e são muitos) que se esforçam no seu dia-a-dia por transmitir e partilhar, de uma forma ética e empenhada, os seus conhecimentos.

Apesar de este (já longo) interlúdio, o propósito deste artigo não era versar sobre quão danoso e gravoso é o plágio por parte dos professores (pois isso é por demais evidente) mas partilhar com os leitores uma perplexidade e/ou incompreensão que este caso (e outros similares) me suscita.

No conjunto das notícias que tive a oportunidade de ler em momento algum foram questionadas, ou simplesmente mencionadas, as práticas de orientação.

Enquanto docentes (e orientadores), "... os professores devem encorajar a aprendizagem autónoma dos seus estudantes, mantendo perante estes os mais elevados padrões académicos e éticos. Devem demonstrar respeito pelos seus estudantes enquanto indivíduos e manterem-se fiéis ao seu papel de orientadores e mentores intelectuais. Devem fazer todos os esforços possíveis para promover uma conduta académica honesta."[1]

É inegável que o finalizar, em tempo útil, com a qualidade adequada e, portanto, livre de 'vícios', das dissertações/teses dependem, de forma não negligenciável, das práticas de orientação. De facto, como refere um estudo do Departamento de Educação, Ciência e Formação Australiano[2], estilos de orientação 'livre', que deixam os candidatos 'à sua sorte', sem grande supervisão, tendem a estar associadas a maiores taxas de insucesso e de não conclusão, tempos mais longos de conclusão das teses e maior risco de incidência de práticas fraudulentas, nomeadamente plágio.

Excluindo um número (cada vez mais) reduzido de casos, em que os candidatos são à partida autónomos, organizados e cientificamente muito qualificados, a vasta maioria dos candidatos a 'doutores' não possuem (nem têm que possuir, no meu entender), no inicio do processo, os requisitos necessários para a conclusão de uma tese de doutoramento. Orientadores mais 'interventivos' reconhecem e aceitam esta situação e a sua abordagem tende a ser mais efectiva. Reuniões semanais/quinzenais para aferir o progresso ou bloqueios que naturalmente surgem no processo de realização de uma tese, com discussão e comentários atempados (por parte do orientador) dos relatórios efectuados pelos candidatos tenderão a minimizar a incidência de plágio pois este é, em regra, e na eventualidade de surgir, detectado em fases embrionárias do processo, discutido entre orientador e orientando e, em geral, ultrapassado (pode, obviamente, originar cisões, mas se isso acontecer, tal irá no sentido de favorecer a integridade académica das partes envolvidas).

A confiança mútua fomentada por uma orientação mais próxima e regular, o diluir da 'pressão' associada à escrita da tese ao longo do processo e o evitar de 'sprints' finais são aspectos que contribuem, seguramente, para reduzir a incidência de práticas desonestas.

Sem pretensões de uma postura de (excessiva) reserva moral, enquanto docente e orientadora custa-me aceitar que um montante tão elevado de páginas alegadamente plagiadas (quase 100), o 'brasileirismo' do discurso da tese em causa (algumas das passagens do texto da tese são muito similares, para não dizer, iguais a uma tese defendida em 2005 na Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil) não tenham suscitado ao(s) orientador(es) suspeição/intervenção. Este último aspecto ('brasileirismo' por parte de uma nativa de Portugal) deveria igualmente ter constituído um 'sinal de alarme' suficientemente forte para quem supostamente analisou com o cuidado devido o manuscrito, ou seja, os arguentes (i.e., 'especialistas de reconhecido mérito' na área da tese).

Sem intuito de desculpabilizar algo que não é susceptível de desculpa - plágio por parte de um docente do ensino superior -, julgo que é importante ressaltar que esta prática não constitui em si mesma um acto meramente 'individual', não obstante ter sido praticada por um indivíduo. Na minha opinião, este é um processo 'colectivo', em que nenhum dos intervenientes (autora(?) da tese, orientadores, arguentes e escola) sai bem na 'fotografia'.

É expectável que neste caso, como em muitos outros em Portugal, a 'culpa morra solteira', para prejuízo do ensino e de quem neste, de forma ética e responsável, tenta dar o seu melhor contributo.

NOTAS:

1. Código de Ética Profissional da Associação dos Professores Universitários Norte-Americanos (in http://www.aaup.org/AAUP/pubsres/policydocs/contents/statementonprofessionalethics.htm)
2. Sinclair, M. The Pedagogy of 'Good' PhD Supervision: A National Cross-Disciplinary Investigation of PhD Supervision, Commonwealth of Australia, 2004.

Aurora Teixeira
2010-06-24

O LADO 'LUNAR' DA INOVAÇÃO E DA CRIATIVIDADE

> There is no dark side of the moon really. Matter of fact it's all dark.
> (The Dark Side of the Moon, Pink Floyd)

Usualmente é afirmado que a inovação é a mudança com valor económico, mudança com melhoria, estando esta mudança/melhoria associada à criatividade, ou seja, tendência para gerar ou reconhecer ideias, alternativas, ou possibilidades que podem ser úteis na resolução de problemas, na comunicação com outros, e para o entretenimento.

Numa perspectiva contemporânea, o principal objectivo da inovação passa por criar uma oferta distintiva que permita às organizações diferenciarem-se da concorrência, antecipando-se às necessidades dos clientes/utilizadores através da apresentação de propostas de valor sempre renovadas.

Se pensarmos em algumas das inovações mais importantes de sempre, em regra associamo-las a coisas 'boas': maior produtividade, melhor qualidade de vida, acesso a novos bens e serviços, etc. Pense-se, por exemplo, na descoberta de novos medicamentos, no ADN, que salva(ra)m vidas, aumenta(ra)m a esperança de vida, melhora(ra)m materialmente a qualidade de vida das pessoas, ou no extraordinário desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (as famosas TIC), reflectido numa avalanche de inovações a jusante.

Mas nem tudo são 'coisas boas', como em diversas coisas na vida parece haver também um lado 'negro' na inovação!

De facto, os desenvolvimentos nas TIC alargaram imensamente o âmbito para a fraude na academia e, simultaneamente, introduziram novos e criativos métodos de condutas desonestas.

A Internet (e a generalidade das formas de *e-learning*) são actualmente um dos maiores veículos de práticas fraudulentas. Entre outras coisas, facilitou as práticas de venda de estudos e trabalhos académicos (elevando o plágio a um estatuto de 'epidemia'), assim como a proliferação de graus/

diplomas falsos (*Diploma Mill*) de instituição reputadas como Harvard ou Yale.

Um estudo da UNESCO[1] revela que mesmo num dos países cujos elevados padrões éticos da sua população são sobejamente conhecidos, a Suécia, onde a corrupção é percepcionada como inexistente de acordo com o *Transparency Index*, a fraude académica parece ter assumido proporções preocupantes. Os problemas incluem: falsos doutoramentos supostamente concedidos por instituições de ensino superior da Suécia, estudantes que se candidatam a cursos com base em falsas qualificações e indivíduos que se candidatam a empregos com base em falsos graus. Adicionalmente, existem inúmeras universidades falsas, algumas das quais publicitam-se na imprensa internacional e listam no topo dos *hits* dos motores de busca da Internet.

Independentemente do país, é impressionante o número de sítios *web* 'especializados' em serviços fraudulentos que actualmente residem nesta 'aldeia global'. Estes sítios constituem um exemplo dramático do impacto do 'progresso' tecnológico sobre a fraude académica.

NOTA

1. Hallak, J. e Poisson, M. (2007) "Academic fraud, accreditation and quality assurance: learning from the past and challenges for the future", in *Higher Education in the World 2007: Accreditation for Quality Assurance: What is at Stake?*, pp. 109-132, ch. 7, Paris: UNESCO, International Institute for Educational Planning

Aurora Teixeira
2010-07-29

POLÍTICA COM 'INSPIRAÇÃO' DIVINA!

> Fine words! I wonder where you stole 'em.
> (Jonathan Swift, escritor irlandês, n. 1667 – m. 1745)

Embora pretendesse iniciar mais um novo ano com uma mensagem positiva, cheia de 'power' - palavras do meu filho de dez anos, quando deseja exprimir algo que o verdadeiramente anima (usualmente os golos do FCP... o que também não constituí, convenhamos, neste início de ano, um bom exemplo!) – o certo é que acontecimentos recentes me impedem de o fazer.

Depois de um ano verdadeiramente aterrador no que respeita à perda da já de si exígua credibilidade da nossa classe política e 'derivados', o término do malfadado ano foi acompanhado de mais um episódio que, como fielmente relatou o blog Rotund@s & Encruzilhad@s, "Não lembrava nem ao Diabo!!!".

Em Novembro de 2010 diversas notícias vieram a público, sobretudo em blogs e imprensa de índole mais regional (não obstante o JN e a Antena 1, pela voz do jornalista João Gobern, sempre cortando a direito no seu "Pano para Mangas", também tenham feito referência ao caso), que relatavam um episódio que mistura o 'divino' (religião) com o 'demo' (política). Reza assim a 'história': Teresa Freitas, politóloga e secretária do Governo Civil de Santarém e Presidente da Concelhia do PS de Alpiarça, numa crónica 'exclusiva' para o Jornal Alpiarcense intitulada, em jeito de epopeia, 'Portugal - Pensar o Futuro'(1), plagiou integralmente (em versão encurtada) uma comunicação de D. José Policarpo,(2) Cardeal Patriarca de Lisboa, apresentada no Encontro 'Portugal. Pensar o Futuro', que decorreu em 2 de Abril de 2004 no Salão Nobre do Mosteiro de S. Vicente de Fora. Para além do texto surripiado ao Cardeal, Teresa Freitas 'acrescentou' ainda outras passagens de comunicações proferidas, no mesmo Encontro, pela jornalista Teresa de Sousa (sobre a 'fraqueza das elites'!) e pelo ex-líder do CDS-PP, ex-ministro e professor catedrático, Adriano Moreira (sobre a 'soberania de serviço'...).

Sendo o plágio definido, de forma muito sintética, como 'roubo de palavras', este lastimável caso evidencia mais uma vez o nosso triste 'fado':

crise económica, crise financeira, crise ética, crise moral, ... e crise de palavras!

Concluo esta distimia como a comecei, com uma citação, desta feita da autoria do intemporal Charles Chaplin: "Eu continuo a ser uma coisa só, apenas uma coisa - um palhaço, o que me coloca em nível bem mais alto que o de qualquer político."

NOTAS:

1. In http://jornalalpiarcense.blogspot.com/2010/11/portugal-pensar-o-futuro.html, acedido em 1 de Janeiro de 2011.
2. In http://www.patriarcado-lisboa.pt/vidacatolica/vcnum16/3_11_02_Portugal_futuro.doc, acedido em 1 de Janeiro de 2011.

Aurora Teixeira
2011-01-06

«EXORCIZANDO» OS FANTASMAS DA FRAUDE ACADÉMICA COM UM TOQUE GERMÂNICO

"It is nonsense to say that Germans are unable to change." (Angela Merkel, chanceler alemã, n.1954-...)

Os alemães são frequentemente caracterizados como diligentes, óptimos construtores e inventores, mestres na organização, que prestam uma enorme atenção aos detalhes. Uma frase comum entre os alemães, "*Wenn schon, denn schon*", exemplifica o seu brioso carácter: "se algo tem de ser feito, então é preferível fazê-lo bem feito!" Ou seja, os alemães parecem nunca deixar as coisas a meio...

Mas estas coisas de estereótipos, ainda que utilizados, como aqui, no "bom sentido", têm o que se lhes diga. De facto, já diz o ditado, "no melhor pano cai a nódoa": Karl-Theodor Freiherr zu Guttenberg, um político germânico, com origens aristocráticas, em claro ascendente entre o eleitorado alemão e, até há pouco menos de um mês, ministro da defesa da Chanceler Merkel, foi apanhado nas "redes" da fraude académica.

Em Fevereiro de 2011 um jornal alemão noticiava que o ministro Guttenberg tinha inúmeras passagens da sua dissertação de doutoramento (concluída em 2007, com summa cum laude pela Faculdade de Direito, Administração e Economia da Universidade de Bayreuth, quando exercia o cargo de deputado) que careciam da correcta referenciação, em termos bibliográficos, aos autores originais – nas palavras de Andreas Fischer-Lescano, professor de Direito da Universidade de Bremen, a tese de doutoramento de Guttenberg constituiria "um plágio descarado". No dia seguinte a esta notícia outros órgãos de comunicação apresentavam mais passagens da tese, alegadamente, de "origem duvidosa".

Guttenberg, que era considerado um potencial sucessor de Merkel, inicialmente refutou as acusações quer de plágio, quer de uso de *ghostwriters* (escritores-fantasma) da administração do Bundestag (Parlamento Alemão).

O *ghostwriting* é um tipo de fraude académica, com contornos ainda pouco estudados e clarificados, em que determinados indivíduos (os *ghostwriters*) escrevem textos "à medida" que são "oficialmente" creditados a um outro indivíduo que "paga" por estes serviços directa ou indirectamente, por via exercício de uma posição hierárquica superior (como, alegadamente, foi o caso de Guttenberg).

O apoio de Merkel a Guttenberg, argumentando que o teria nomeado para ser um ministro e não um assistente de investigação, irritou enormemente milhares de académicos e investigadores alemães que rapidamente efectuaram uma petição a nível nacional exigindo que a alegada quebra de integridade fosse devida e seriamente investigada e que Merkel retirasse o seu apoio ao ministro.

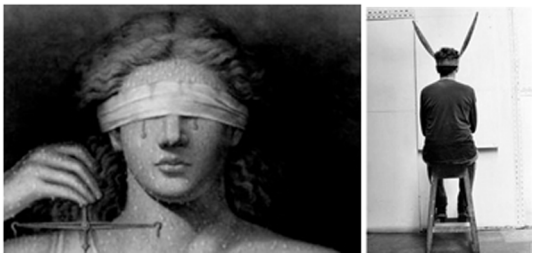
Não obstante negar que tinha cometido fraude de forma deliberada, Guttenberg, face ao crescente número de provas que emergia, admitiu ter incorrido em "erros graves". Após processo de averiguações interno, em finais de Fevereiro de 2011, a Universidade de Bayreuth anunciou que retirava o grau de doutoramento ao ministro.

Em 1 de Março de 2011 Guttenberg renunciava ao seu cargo de ministro e, em 3 de Março, ao seu lugar no Parlamento.

Face à celeridade (após ser tornado público!) com que o processo de investigação decorreu na Universidade e ampla condenação pública, por parte dos cidadãos alemães, em geral, e dos académicos, em particular, relativamente à fraude cometida pelo ministro, pode-se afirmar que, de forma muito distinta dos nossos (portugueses) "brandos costumes", onde a "culpa morre (sempre) solteira", os alemães "exorcizam" (pelo menos) alguns dos seus fantasmas!

Aurora Teixeira
2011-03-24

JUSTIÇA À PORTUGUESA: "QUEM COPIAR LEVA 10 VALORES" ... E O BURRO SOU EU?...



"The secret of life is honesty and fair dealing. If you can fake that, you've got it made." **Groucho Marx** (Humorista, actor e cantor Norte-Americano, 1890-1977)

Julgo que será relativamente consensual que um bom juiz, para além de um indivíduo profissionalmente competente (incluindo entre estas competências, um profundo conhecimento legal), comprometido com o serviço público e administração da justiça, é/tem que ser um indivíduo íntegro, honesto...

Sendo a cópia em exames um dos principais elementos da desonestidade/fraude académica, a associação entre cópia em exame e (futuros) juízes/magistrados pareceria, à primeira vista, *nonsense*... Pois ... pelo menos em Portugal, deixou de o ser (se é que alguma vez o foi!).

Não bastava já a divulgação (em Crónicas anteriores) da preocupante dimensão da fraude académica entre os estudantes do ensino superior e os diversos e vergonhosos plágios perpetrados por professores e ministros, eis que nem a Justiça escapa a esta verdadeira epidemia.

Após a notícia que saiu a público há dias (em http://publico.pt/1498868)) sobre o copianço generalizado dos 137 candidatos a futuros magistrados (inscritos no Centro de Estudos Judiciários - CEJ), atrever-me-ia, desoladamente, a acrescentar à minha primeira frase, usando as palavras de Groucho Marx, que um 'bom' futuro juiz, para além de outras 'qualidades' técnicas,

é um indivíduo que consegue convencer (mesmo fingindo) os outros de que é honesto!

Tão grave e, sob determinados parâmetros, ainda mais grave, foi a posição da Direcção do CEJ, intolerável e laxista, uma vergonha para uma entidade cuja principal missão é a formação de magistrados, competindo-lhe assegurar a formação inicial e contínua de magistrados judiciais e do Ministério Público. Numa primeira decisão, a direcção do CEJ decidiu, por unanimidade, "anular o teste em causa, atribuindo a todos os auditores de Justiça a classificação final de dez valores", sendo esta considerada "a solução mais equilibrada... [pois] já havia outros exames marcados, o que impedia a repetição d[o] teste".

A atitude desculpabilizante por parte de alguns elementos da direcção da escola, alegando tratar-se de uma "situação pontual" motivada pelo "tipo de teste - modelo americano (de cruzes) " é má de mais, mesmo à luz dos nossos 'brandos costumes'. Mais um pouco, o erário público vai ter de indemnizar os prevaricadores por os ter sujeitado a um (tipo de) teste que os levou a (inadvertidamente) 'exteriorizar' a parte desonesta dos respectivos caracteres que tão diligente e arduamente tentavam combater... "e o burro sou eu?"

Nunca como agora me parecem tão actuais os 'lamentos' (de há quase 30 anos atrás) de uma dupla inesquecível de actores/humoristas portugueses (Ivone Silva e Camilo de Oliveira):

"- Aí Agostinho.
- Aí Agostinha.
- Que rico vinho.
- Vai uma pinguinha.
- Este país perdeu o tino.
- A dar ao fino, a dar ao fino.
- Este país é um colosso.
- Está tudo grosso, está tudo grosso.
- Anda tudo a fazer pouco...da gente. Anda tudo a fazer pouco... da gente."

Aurora Teixeira
2011-06-22

PLÁGIO E HERÓIS TRÁGICOS (?) – TRAMAS DE UMA VERDADEIRA 'TRAGÉDIA GREGA'

> "There are only two tragedies in life: one is not getting what one wants, and the other is getting it." (Oscar Wilde, Poeta irlandês, 1854-1900)

Um 'herói trágico' é a designação (moderna) de um herói que comete um erro que leva à sua queda. O erro mais frequente dos 'heróis trágicos', especialmente nas tragédias gregas, é o orgulho. Na tragédia grega de Aristóteles (na sua obra Poética), o herói compreende o seu castigo e tem consciência que a sua queda resulta das suas próprias ações. A queda do herói é entendida por Aristóteles como um despertar da piedade e do medo que leva a uma epifania (compreensão da essência de algo) e uma catarse (purificação das almas) do herói e do público.

Karl-Theodor Freiherr zu Guttenberg, ex-ministro da defesa Alemão, e Pál Schmitt, ex-chefe de estado húngaro, eram até há bem pouco tempo verdadeiros 'heróis' e 'modelos de sucesso' nacionais. Pál Schmitt, de 69 anos, era considerado por muitos um (ex)atleta excecional e um homem 'honrado' fruto das 2 medalhas de ouro que alcançou na esgrima nos Jogos Olímpicos de 1968 e 1972. Bem mais novo, o 'barão' Guttenberg, 40 anos, era uma estrela política em ascenção, delfim de Angela Merkel, considerado um 'político de sonho', modelo da aristocracia alemã: rico, bem parecido, uma bela esposa, ...

O problema destes dois 'heróis' relacionou-se, a meu ver, com as duas 'tragédias' referidas por Oscar Wilde: 1) querer aquilo – o doutoramento – que não poderiam ter: um, o 'barão', por manifesta falta de tempo, o outro, o 'atleta', por falta de conhecimento; 2) obter aquilo – o doutoramento – que queriam, por vias pouco honestas... o plágio!

Os inicíos de ano de 2011 e 2012 podem bem ficar conhecidos como a 'primavera da caça aos políticos plagiadores'. Em 17 de fevereiro 2011, o jornal Suddeutsche Zeitung denunciava que a tese de doutoramento (em Direito) de Guttenberg, intitulada "Constitution and Constitutional Treaty: Constitutional developments in the USA and EU", defendida em 2007 na

University of Bayreuth (Alemanha) com Summa cum laude (distinção mais elevada) continha diversas passagens plagiadas. Quase 1 ano mais tarde, a 12 de janeiro 2012, o semanário HVG (hvg.hu) lançava a 'bomba': mais de 80% da tese de doutoramento (em desporto, sobre a história dos Jogos Olímpicos) do chefe de estado húngaro era cópia integral de outros trabalhos escritos por académicos estrangeiros. Defendida, em 1992, na Universidade de Semmelweis (Hungria), obteve também a distinção mais elevada (Summa cum laude).

Vários 'traços' são dramaticamente comuns aos dois casos:

1. as denúncias eclodiram aproximadamente 2 anos após Schmitt e Guntenberg terem sido eleitos para os cargos que então ocupavam.
2. ausência de epifania ('compreensão da essência de algo') e de catarse ('purificação das almas') por parte dos 'heróis'.
3. apoio (quase) incondicional - mimesis ('imitação de uma ação') - por parte dos seus pares políticos, acompanhado por uma massiva contestação académica e social.

Ser 'herói' envolve frequentemente maior escrutínio público. Na sede de revelar que no 'melhor pano cai a nódoa' os jornalistas tornam-se frequentemente os veradeiros arautos da ética académica. É caso para afirmar maquiavelicamente que os 'fins justificam os meios'...

Pál Schmitt e Karl-Theodor Guttenberg começaram por negar veemente o 'crime' e mesmo perante a confirmação dos factos continuaram a refugiar-se em subterfúgios inócuos, não parecendo reconhecer, na sua plena extensão, as suas (graves) faltas/erros. Guttenberg, em declaração aos jornalistas no eclodir do escândalo, afirmava perentoriamente "Irei temporariamente – repito, temporariamente – desistir do meu título de doutoramento". Revelando o 'material de que muitos políticos são feitos, aquando da apresentação da sua demissão, declarava que se demitia não devido ao plágio mas porque o assunto se havia tornado uma distração: "Quando, na retaguarda dos soldados pelos quais sou responsável, me torno o centro da atenção deixo de poder justificar permanecer na função"... extraordinário dom de oratória!

Já Pál Schmitt recusou, numa primeira fase, demitir-se das suas funções de chefe de estado descrevendo a sua tese como um trabalho "útil" e "honesto", sendo que na sua (modesta) opinião "não existia qualquer

relação entre a presidência e a perda do seu grau de doutoramento." Em 2 de abril 2012, perante contestação pública geral, foi forçado a se demitir do cargo de Presidente mas não sem que antes rematasse, para estupefação de muitos, que o fazia por "uma questão de honra, estando a minha consciência limpa"!

Acrescento eu que 'honra' e 'consciência' não devem significar a mesma coisa no mundo da política e no mundo 'real'... Só assim é que se compreende o apoio (quase) incondicional que estes dois (anti) 'heróis' obtiveram dos seus pares políticos (mimesis? – "amanhã posso ser eu?") e a difusão de frases como: "A culpa foi das Universidades por fazer acreditar os candidatos que a suas teses satisfaziam os requesitos!".

Dada a muito recente resignação ao cargo por parte de Pál Schmitt, não é possível saber a verdadeira extensão das consequências do seu ato. No caso de Guntenberg, a 'pena' pelo crime, para além de ter que 'doar' 20.000 € a uma instituição de caridade, traduziu-se num convite (em dezembro de 2011) da Vice Presidente da Comissão Europeia, Neelie Kroes, para liderar a cooperação internacional da iniciativa "No Disconnect Strategy" e na sua admissão ao Center for Strategic and International Studies (CSIS), convenientemente sediado em Washington, como Distinguished Statesman (!), para assumir a liderança do forum de diálogo transatlântico destinado a estreitar relações entre os EUA e a Europa. No entretanto, publicou um livro com um título digno de uma trágico-comédia, "Falhado por agora" ...

Concluo, em jeito de desabafo pesaroso, recorrendo às sábias palavras de Benjamin Franklin: "Life's tragedy is that we get old too soon and wise too late".

Aurora Teixeira
2012-04-19

PORTUGAL E O INFERNO DE BOSCH



Para 'arejar' os pensamentos de tanta e tão repetitiva informação sobre a economia portuguesa, a visita de Merkel, o orçamento do Estado, o 'regresso' de Vale e Azevedo, ... decidi na tarde do passado domingo 'viajar' na 'autoestrada da informação' e visitar o *Museo Nacional del Prado*. A galeria online permite apreciar obras de arte magníficas que constituem verdadeiros antídotos ao veneno que a rotina diária teima em injetar nas nossas veias.

Entre muitas e extraordinárias obras de pintura uma em particular prendeu a minha atenção: '*The Garden of Earthly Delights*' ('O Jardim das Delícias Terrenas'), um tríptico da autoria do pintor holandês Hieronymus Bosch (1450-1516). Em cada extremo, o pintor coloca o 'Céu' e o 'Inferno'. A visão do 'Inferno' (*The Musicians Hell*) é devastadora: diabos e demónios, espectros e outras figuras monstruosas atacam os pobres pecadores, torturando-os e atormentando-os de formas indescritivelmente grotescas.

Por muito bizarro que pareça, a extraordinariamente fértil imaginação de Bosch está profundamente enraizada na realidade do seu tempo em que o 'povo' sucumbia sob o peso da crescente tributação, em que a corrupção e a fraude eram galopantes e os supostos bastiões da 'moral' (bispos, cardeais e papas) tinham amantes, filhos e até os mostravam em público na missa, sem qualquer pudor.

Com muito menos imaginação do que Bosch, dei por mim a pensar quão atual e ajustada à realidade portuguesa era esta sua obra-prima, *The*

Musicians Hell ('O Inferno dos Músicos'), bastando substituir 'Músicos' por 'Portugueses'.

Hoje, como no tempo de Bosch:

é o 'Zé Povinho' quem paga a fatura (através de mais e pesados impostos) de décadas de esbanjamento, do desbaratar e desvio de dinheiros públicos – 'derrapagens' nas grandes obras públicas, parcerias público privadas ruinosas, BPNs, BPPs, ...

a corrupção e a fraude (académica) alastram e os 'bastiões da moral e dos bons costumes' pavoneiam-se sem pudor com os seus pseudo títulos de 'Dr.', obtidos durante um fim-de-semana ou por equivalências a coisa nenhuma, ...

Tal como os patéticos pecadores do quadro de Bosch, os portugueses trabalhadores, honestos e cumpridores são literalmente tecidos vivos nas cordas de uma enorme harpa, fechados num tambor ou acorrentados a um alaúde enorme para aguentar o ritmo de uma sinfonia diabólica, um martírio apocalíptico de classe mundial, conduzidos por 'maestros' de competências duvidosas, obtidas em instituições pouco ou nada credíveis, as quais inclusivamente mantêm no seu corpo docente indivíduos que têm o pouco senso e o grande descaramento de publicar o 'Guia para fazer o curso na maior'!

Que mundo surreal de loucura e perversão, que se desdobra como um pesadelo, é hoje Portugal.

É, assim, assaz pertinente reproduzir aqui as palavras de Winston Churchill[1]: "*If you are going through hell, keep going.*" (Se estás a atravessar o inferno, não pares)

NOTA:

1. Primeiro ministro britânico durante a 2ª Guerra Mundial (n. 1874- m. 1965)

Aurora Teixeira
2012-11-15

IX CAPÍTULO
OUTROS ASSUNTOS

MAIS LEIS? NÃO, OBRIGADO.

Os recentes acontecimentos nos mercados financeiros internacionais têm levantado muitas questões, com especial destaque para o papel da regulação financeira e dos reguladores.

Sempre que surge uma crise mais grave ou um escândalo financeiro com maior peso, assistimos sempre à criação de uma comissão de inquérito, que procura o competente bode expiatório e que, quase sem excepção, propõe pelo menos mais uma lei que vai evitar todos os problemas futuros.

Assim foi com o BCCI, o Barings, a Enron para nomear apenas os mais mediáticos.

Um dos exemplos mais recentes, na sequência do caso Enron, é a lei Sarbanes-Oxley (Public Company Accounting Reform and Investor Protection Act of 2002) cujo principal objectivo era "melhorar a independência dos auditores, a fixação da responsabilidade na preparação das demonstrações financeiras e melhorar os padrões dos relatórios dos conselhos de administração de todas as sociedades abertas americanas". Esta lei deu inclusivamente origem a uma nova instituição para fiscalizar a sua aplicação (Public Company Accounting Oversight Board).

Esta lei resolveu de facto os problemas que procurou afrontar ou foi mais um peso burocrático (e um custo) sobre os 99,99% de empresas e pessoas honestas que tiveram de passar a cumprir as suas pesadas exigências?

O CEO da Sun Microsystems, Scott McNealy, chamou a esta lei, que procura evitar futuras Enrons e outros maus comportamentos empresariais, um desastre. Disse ainda que consome tanto tempo e é tão burocrática que é como atirar "baldes de areia para cima das engrenagens da economia de mercado" (In *Usa Today*, 19 de Outubro de 2003).

A lei Sarbanes-Oxley não evitou a recente crise do *subprime* e muito sinceramente, não acredito que lei alguma, só por si, venha a evitar situações como

a que vivemos actualmente. Há sempre formas de as pessoas desonestas encontrarem buracos nas leis.

Então podemos perguntar: a defesa dos interesses dos investidores e a estabilidade dos mercados financeiros exigem mais leis, exigem mais regulação? Vamos procurar uma resposta pontual a cada problema que surge?

Ou precisamos de uma forma diferente de fazer regulação, de uma forma diferente de olhar a supervisão dos mercados e dos seus agentes?

Em 22 de Junho de 1999, o site BBC News, a propósito do caso Barings, citava o editor da Futures and Options Week, Neil Wilson: "Pode acontecer outra vez porque os incentivos são os mesmos, se não maiores. Os ganhos são muito grandes e isso é uma tentação para as pessoas."

Numa conferência sobre a União Monetária Europeia, Linda Davies, a famosa escritora de "novelas financeiras" dizia: "No mundo financeiro, risco, retorno e desastre são ciclos que se repetem todas as gerações. A ganância, o atrevimento e as flutuações sistémicas deram-nos a "bolha" da South Sea, o Barings, Bre-X, a Mania das Tulipas, para nomear apenas alguns dos milhares de exemplos disponíveis. (...) A natureza humana não mudou, mas o espaço para a destruição financeira aumentou dramaticamente com a interdependência dos mercados financeiros guiada pela tecnologia, com o tamanho crescente das transacções e com o advento dos mercados de derivados. Banqueiros que contratam génios famintos de dinheiro não deviam mostrar surpresa ou espanto quando alguns deles aparecem com formas brilhantes, criativas e ilegais de fazer dinheiro."

Tudo isto para concluirmos que na essência dos problemas está quase sempre a existência de conflitos de interesses mal resolvidos e acima de tudo, a maioria das vezes, mal acompanhados, mal controlados, mal vigiados.

A título de exemplo:

- No caso Enron, os executivos de topo receberam 744 milhões de dólares em remunerações e acções no ano anterior ao da falência e os auditores recebiam mais em *fees* de consultoria do que em *fees* de auditoria, na presença clara de conflitos de interesses mal resolvidos e mal vigiado;
- No caso actual do *subprime*, os conflitos de interesses mal acompanhados estavam lá, já que as enormes compensações recebidas pelos executivos dos principais bancos de investimento levaram-nos a correr riscos excessivos, nomeadamente em termos de sobreendividamento. Como escreveu Shawn Tully "...uma parte despropor-

> cionada dos lucros vai para os executivos e *traders* quando o ano é bom – ou antes, quando a empresa tem sorte – deixando os accionistas com muito menos património quando os mercados se afundam." ("What´s wrong with Wall Street and how to fix it", Fortune, 14 de Abril de 2008)

Em conclusão, penso que não são mais leis, mais regulamentos e mais exigências de relatórios e montanhas de informação a enviar aos reguladores que vão evitar os desastres. Os reguladores devem procurar, isso sim, as zonas e os focos potenciais de conflitos de interesses e, com a autoridade e os poderes que lhes estão conferidos, obrigar a implantação de medidas e mecanismos de resolução e acompanhamento eficazes desses conflitos de interesses.

Fernando Costa Lima
2008-12-24

A CRISE. AINDA A CRISE. NOVAMENTE A CRISE . . .

Falar da crise é já de certa forma um lugar comum. Efectivamente nos últimos meses tudo o que se tem dito e escrito em termos de opinião pública tem tido sempre como denominador comum o problema da crise económica que o mundo vive no presente.

Esta crise que é ainda só económica, mas que ameaça poder vir a ser também social, corresponde ao desenlace natural e incontornável do processo de globalização que se iniciou nas duas últimas décadas do século passado. Ela corresponde, no essencial, à ruptura dos modelos económico e social – e porventura cultural – tal qual os conhecemos, sendo ao mesmo tempo a ponte para novos arranjos geométricos na orgânica e no funcionamento das referidas estruturas. Arriscamos mesmo a antecipar que as novas geometrias económica, social e cultural que parecem desenhar-se funcionarão numa lógica de "*vasos comunicantes*", em que tudo encontra uma correspondência directa com tudo, num sistema uno e global, que estará permanentemente em processo de reequilíbrio, em resultado das acções naturais que passarão a ser exercidas sobre cada uma das suas componentes. Digamos que o novo modelo que se avizinha encontra uma correspondência directa com os conceitos de "*mundo plano*", de que fala Friedman (ver Thomas L. Friedman, 2005, "*O Mundo é Plano – Uma Breve História do Século XXI*", Edição Actual Editora, Lisboa), de "*sociedade em rede*", de que fala Castells (ver Manuel Castells, 2002, "*A Sociedade em Rede – a Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – Vol. 1*", Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa), e de "*cidadão com consciência planetária*" ou "*condição planetária*" de que fala Edgar Morin (ver Edgar Morin "*Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*", in http://www.agal-gz.org/portugaliza/num07/setesaberes.pdf).

Enquanto território de mudança, que nos leva de um modelo em final de vida para uma nova ordem, a crise é interpretada de formas distintas:

Primeiramente e em som mais audível, surgem os profetas da desgraça, que, agarrados à segurança natural proporcionada pelo conhecimento que possuem do modelo ainda vigente, pintam com as cores mais negras o horizonte, que verdadeiramente desconhecem, mas que, por anunciar alterações, instala nos espíritos naturais níveis de dúvida, de incerteza e até de ansiedade. Fazem-no porventura numa tentativa última de evitar o inevitável rumo dos acontecimentos. Outros porém são capazes de ver estes mesmos momentos de crise como janelas de oportunidade para a inovação. Estes, cujas vozes se vão tornando gradualmente mais fortes, são os que percebem que o processo evolutivo é incontornável, e que aqueles que se mostrarem preparados para participar e aceitar as mudanças serão provavelmente os que em melhores condições ficarão para singrar na nova ordem emergente.

Relativamente ao modelo cujo fim parece agora anunciar-se, esta crise tem revelado que muitas das suas formas de funcionamento não eram afinal tão claras como se apresentavam ou como se fazia crer. Efectivamente e em relação ao funcionamento da economia, a crise tem posto a nu todo um conjunto de situações mais ou menos fraudulentas que, em condições de funcionamento normal, não se revelaram nunca. Em termos nacionais e internacionais, a crise tem vindo a revelar que algumas das mais prestigiadas instituições da alta finança funcionavam ao mais alto nível com algumas facetas menos claras e que, a confirmarem-se, em nada prestigiam os respectivos corpos gerentes e, por consequência directa, as próprias instituições em causa. A este nível recordemos apenas a grande situação fraudulenta que mais recentemente veio ao conhecimento da opinião pública mundial - o denominado caso Madoff, que tem tido repercussões um pouco por todo o sistema económico – à qual poderão vir a juntar-se outras, que o anunciado aprofundamento da crise poderá entretanto vir a revelar . . .

É evidente, a história tem-no demonstrado, que não existem formas de organização económica, social e cultural perfeitas (*O que é uma economia perfeita?; O que é uma sociedade perfeita?; O que é uma cultura perfeita?*). É o próprio processo evolutivo dos modelos económico e social que tem permitido por a nu essas ditas "*imperfeições*", que só ganham esta dimensão e este epíteto, como lhes temos vindo a chamar, a partir do momento em que um novo paradigma organizacional emerge e passa a ser comparado com os que o antecederam.

Em nosso entender, o simples facto de a crise estar a revelar algumas "*imperfeições*" em zonas até agora insuspeitas no quadro de funcionamento

do modelo económico que ainda julgamos existir, corresponde na prática a uma forte evidência de que o modelo está já em processo de alteração.

Sem sabermos ainda exactamente qual será a geometria que os modelos económico e social em gestação revelarão, alguns conceitos começam já a ganhar alguma importância nesses futuros quadros. Um desses conceitos é o de "*Qualidade Total*", de que fala Cristina Mendonça (ver Maria Cristina Mendonça, 2000, "*A Reforma e a Qualidade nos Serviços Públicos"*, in "*Forum 2000 - Reformar a Administração Pública: Um Imperativo*", ISCSP, Lisboa, 113 - 117), referindo precisamente que a "qualidade" é uma necessidade imprescindível nas sociedades actuais, não nos termos como tem sido tradicionalmente equacionada – criação e sustentação de uma imagem institucional que, as mais das vezes por questões concorrenciais, se passa estrategicamente para o mercado, independentemente de corresponder à realidade interna da própria instituição -, mas agora numa perspectiva totalmente inovadora e "*global*". A "*Qualidade Global*" deve nascer no seio da instituição, no seu todo, devendo ser um dos factores da cultura organizacional e por isso deverá envolver todas as pessoas que exercem funções na organização. Só em contextos organizacionais em que todos os funcionários se sintam verdadeiramente envolvidos num trabalho de qualidade que é prestado pela organização (pública ou privada) de que fazem parte, permite criar condições para que os serviços prestados por essa instituição tenham efectivamente a qualidade requerida e necessária para poder entrar nos mercados (globais) de uma forma verdadeiramente concorrencial. Só através de elevados índices de "*qualidade global*" parece ser possível ganhar a necessária e imprescindível confiança dos mercados.

Quem não conseguir entender esta premência, nomeadamente na economia global de "*vasos comunicantes*", como lhes chamamos, dificilmente conseguirá sobreviver no modelo económico que agora emerge. E é por isso que é importante que as instituições (públicas ou privadas) constituam mecanismos internos que por um lado lhes permitam garantir elevados índices de "qualidade global" e, por outro lado, lhes permitam despistar eventuais problemas de fraude que possam ainda assim eclodir no seu interior.

As universidades, na sua função de cadinho das tendências vanguardistas do desenvolvimento tecnológico e humano, parecem ter já percebido as necessidades de mudança e os rumos que essa mudança seguirá. É neste contexto que parece muito positiva a tendência que actualmente se tem

registado no mundo académico no sentido de criar cursos de formação específica destinados a profissionais que se dediquem ao conhecimento, ao estudo e à detecção de eventuais situações de fraude. Importa agora que os responsáveis pelas instituições verdadeiramente interessadas em posicionar-se em concordância com os contextos económicos e sociais emergentes consigam alcançar a importância que possa revestir a aposta na "*qualidade global*" dos serviços que prestam, potenciando assim o aumento dos índices de confiança que os seus futuros potenciais clientes necessitam sentir existir.

Para finalizar e apesar dos discursos sombrios acerca do evoluir do cenário de crise para o ano já em curso, a todos se deseja um excelente 2009 e que, no que depender de cada um de nós, olhemos para a crise como uma janela de novas oportunidades!

António João Maia
2009-01-15

PREVENÇÃO OU REPRESSÃO DA CRIMINALIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA?

O legislador e aplicadores das normas legais (e.g. juízes, autoridades administrativas, etc.) são confrontados com um dilema bem antigo, mas que se reveste de particular importância na actualidade, que é o de pautarem as suas decisões por critérios repressivos, aplicando as penas máximas ou as coimas mais avultadas aos infractores para os dissuadirem de condutas similares no futuro ou, se diferentemente, devem olhar para um conjunto de circunstâncias que levarão a um atenuar da pena ou sanção, nomeadamente a negligência por parte de entidades fiscalizadoras, a ausência de mecanismos de controlo, conflitos de interesses não regulados ou consentidos legalmente, etc.

A literatura jurídica e científica possui inúmeros estudos mas a questão mantém-se em aberto. Na actualidade, e por força das sérias restrições orçamentais e de finanças públicas, a pena de prisão é desencorajada – opta-se pela prisão domiciliária – e as atenções dos investigadores voltam-se para a prevenção da criminalidade económica e financeira.

No que se refere à prevenção do crime económico, nomeadamente da fraude, é muito importante ter em conta o "conflito de interesses". Mais, ele era um problema crónico no sistema legal Português. Vivíamos, até há bem pouco tempo, com inspectores tributários que acumulavam com as funções de revisores oficiais de contas, podendo fiscalizar o seu próprio 'cliente', magistrados judiciais que acumulavam funções em órgãos ou comissões administrativas, políticas, etc. etc. etc.

Algumas situações têm vindo a ser 'solucionadas' por força de grupos de pressão ou pelo bom senso de algumas instituições mas a "lei" permanece silenciosa….

Detectamos alguns artigos avulsos, dedicados à importante e sensível questão do "conflito de interesses", que vão aparecendo, muito recentemente, em diplomas aplicáveis a instituições financeiras e também em alguns códigos deontológicos, mas estes contam-se pelos dedos de uma mão.

Em defesa do valor prevenção, pede-se com urgência uma maior e melhor regulação das profissões e de algumas actividades de maior relevo ou impacto social (e.g. caso das actividade financeira, médica ou farmacêutica, imobiliária, etc.), à semelhança de algumas experiências já encetadas no Reino Unido, onde acima de tudo se visa prevenir comportamentos fraudulentos ou ilegais, através de sistemas de controlo e disposições sobre conflitos de interesses objectivas e directamente aplicáveis.

A repressão aparece no fim e a sua valia é muito discutível: vejam-se, a título de exemplo, as penas aplicáveis nos recentes escândalos financeiros nos EUA, Alemanha e Bélgica, tendo os juízes optado pela aplicação de penas ou sanções económicas aos infractores e só em último recurso apelaram à pena de prisão domiciliária.

Glória Teixeira
2009-02-26

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA

No último artigo que há poucas semanas publiquei neste mesmo espaço, referi-me à questão da morosidade dos processos judiciais como um dos principais factores que parece responsável pela imagem negativa que o sistema de Justiça tem suscitado junto da população portuguesa (ver artigo "*A Máquina do Tempo*").

Após a leitura daquele texto, muitos dirão, com inteira razão, acrescente-se, que é fácil afirmar que, por um lado, a sociedade portuguesa no geral tem um problema de confiança na Justiça e, por outro lado, que esse problema em muito se deve à própria instituição Justiça, nomeadamente devido à morosidade com que produz resultados dos casos que lhe são apresentados. Mais difícil porém, dirão os mesmos, entre os quais me conto, será propor pistas que possam tornar-se soluções tendentes à resolução, ou pelo menos à redução da dimensão do problema. É este exercício que hoje me proponho fazer.

Assim, ao longo das linhas que se seguem, procuro focar um dos diversos tópicos que, em meu entender, pode, se devidamente implementado, melhorar a qualidade e a eficácia de todo o sistema de Justiça português. Refiro-me concretamente à importância da formação Técnica Específica, que cada vez mais se tem vindo a revelar de primordial importância, tanto ao nível dos departamentos de detecção e investigação dos factos com contornos de suspeição de ilicitude, como depois nos níveis subsequentes, de avaliação e tomada de decisão sobre o sentido desses mesmos factos (de serem lícitos ou ilícitos). Acrescente-se que consideramos como departamentos de detecção e investigação, tanto os que fazem parte de organismos de carácter privado (como por exemplo os Departamentos de Auditoria e Inspecção dos Bancos, das Seguradoras, de entre outras) como os de carácter público (Serviços de Inspecção dos diversos Ministérios, e naturalmente as Polícias de Investigação Criminal e o Ministério Público, para o caso da Investigação Criminal). Do mesmo modo, ao nível dos departamentos de avaliação

de decisão, consideramos os de dimensão privada (por exemplo para os problemas de carácter disciplinar, os mecanismos próprios de cada instituição de tomada de decisão hierárquica interna) e também os de dimensão pública (quer o Ministério Público, quer o Juiz, para as decisões Absolutórias, Acusatórias e de Julgamento, relativamente a factos cuja resolução tenha de dirimir-se ao nível do Tribunal).

O desenvolvimento económico, alicerçado no desenvolvimento tecnológico, tem conduzido as sociedades para novos territórios de trabalho e sobretudo para novos espaços de vivência e de relacionamento entre as pessoas. A todo este movimento evolutivo, que decorre a um ritmo exponencial, e relativamente a cada um destes novos territórios, têm, a Lei e o Direito, como é próprio da sua natureza, procurado definir o que são os comportamentos apropriados e, em complemento natural, quais as sanções que devem ser aplicadas a todos aqueles que de alguma forma caiam em situação de desrespeito dessa ordem legitimada pela Lei e pelo Direito.

Será sobretudo nas situações de suspeição ou de evidente desrespeito por essa "ordem legitimada", que os mecanismos de despiste e controlo são chamados a averiguar o alcance e a dimensão de cada situação em concreto, para que, depois e com base no trabalho produzido pelas instâncias investigatórias, as diversas instâncias subsequentes tomem as decisões mais ajustadas face a cada caso concreto que lhes seja apresentado. Primeiramente os departamentos de despiste e controlo procedem à recolha de todos os elementos objectivos que permitam reconstruir, tanto quanto possível, os factos sob suspeita e as respectivas circunstâncias em que ocorreram. Depois deste trabalho realizado, uma de duas conclusões têm de ser obrigatoriamente verificadas. Ou os elementos recolhidos demonstram não ter ocorrido qualquer ilícito, ou, ao contrário, eles demonstram a ocorrência de uma situação ilícita, ou seja de uma situação que contraria essa ordem legítima. No primeiro caso, os órgãos próprios (privados ou públicos, em função da natureza do ilícito, como se afirmou) decidem pelo simples arquivamento do caso. Na segunda situação, esses mesmos órgãos devem decidir-se pela prossecução do procedimento, no sentido de ser efectuado o julgamento e a aplicação ao prevaricador da sanção correspondente.

Um processo judicial pode ser comparado a uma parede que se vai construindo pedra sobre pedra, em que as últimas pedras a ser colocados ficarão tanto mais bem equilibradas, seguras e fixas, quanto mais fortemente agarradas se encontrarem as pedras anteriormente colocadas e que lhe

servem de base. Da mesma forma, o processo de tomada de decisão ao nível de Julgamento tenderá a ser tanto mais justo, quanto mais informado e esclarecido tenha sido o trabalho realizado pelos departamentos de despiste e controlo e complementarmente, quanto melhor o decisor for capaz de compreender todas essas informações e esclarecimentos, ou seja todo o contexto em que os factos sucederam.

Esta constatação é óbvia, e todo o sistema de Justiça foi e está alicerçado em torno dela, ou seja, não se podem aplicar sanções sem se conhecerem bem (de forma objectiva) os factos correspondentes a um ilícito e os contextos em que eles ocorreram. O problema derivará, como dissemos no início, da própria evolução da sociedade, que de forma crescente, tem criado novos territórios de relacionamento social, com regras novas muito próprias, que muitas vezes apenas são conhecidas e controladas (porque vivenciadas) por aqueles que habitam tais territórios.

Ao nível por exemplo da fraude económica ou da criminalidade económica, como queiramos chamar-lhe, a maioria das situações suspeitas implica dissimulações contabilísticas, com recurso a "*engenharias financeiras*" mais ou menos elaboradas, movimentações de verbas entre diversas contas bancárias, entradas e saídas de mercadorias, e tantos outros expedientes. Quando posteriormente estas situações se revelam suspeitas e têm de ser devidamente esclarecidas (pelos departamentos de despiste e controlo), para lá dos conhecimentos próprios de condução de um processo de investigação, os investigadores carecem também de se encontrarem previamente munidos de um conjunto de conhecimentos contabilísticos, de organização de empresas, de movimentação bancária, de compra e venda de mercadorias, do controlo de entradas de matérias primas e saídas de produtos, etc., para, por um lado, conseguirem perceber os factos que vão investigar e, por outro lado, para perceberem as explicações dos sujeitos (incluindo as dos suspeitos) directamente envolvidos nos factos que investigam, sob pena de incorrerem na possibilidade muito concreta de não conseguirem perceber o procedimento que procuram reconstruir. Esta situação implica necessariamente que, para lá da formação própria acerca das formas de condução de um qualquer processo de investigação, aos investigadores seja também e em complemento proporcionada uma formação Técnica Específica adequada ao desempenho das suas funções em determinados contextos específicos.

Estou em crer que este problema não será tão evidente ao nível dos departamentos de controlo e despiste das entidades privadas, uma vez que o

seu universo de trabalho tem os mesmos limites das organizações em que se inserem e, neste sentido, os aspectos Técnicos em utilização na instituição são específicos da actividade que é afinal a razão de ser da própria instituição e por essa razão encontram-se difundidos de forma mais ou menos partilhada por todos os departamentos que dela fazem parte.

Outra realidade diferente é a que encontramos ao nível dos departamentos de controlo e despiste em termos das instituições públicas (designadamente do Ministério Público, das polícias de Investigação Criminal e dos Departamentos ministeriais de Inspecção), que em abstracto podem confrontar-se, e confrontam-se, com investigações de factos ocorridos em contextos muito dispares. Um mesmo Magistrado ou Inspector pode ter por exemplo em mãos uma investigação de um caso de corrupção relacionado com a adjudicação de uma empreitada de obra pública para construção de um troço de auto-estrada (que ocorre num determinado tipo de contexto e em concordância com regras muito próprias existentes para o efeito – as regras de condução de um concurso para adjudicação de obras públicas), uma segunda de um caso de Peculato, de um funcionário de um determinado serviço público que desviou em seu favor uma determinada verba pertencente ao seu serviço, e uma terceira investigação, pelo crime de Participação Económica e Negócio, que envolve um funcionário de um departamento do Estado e um conjunto de empresas pertencentes a um familiar seu, e à qual frequentemente esse departamento adquire bens e serviços. Tratam-se de situações que decorrem em contextos próprios, todos distintos uns dos outros, mas requerendo que os responsáveis pela investigação tenham a adequada formação Técnica Específica que lhes permita perceber todos esses diferentes contextos em que estão a trabalhar. Caso contrário e apesar de poderem ser brilhantes em termos de definição de estratégias de investigação, estou certo de que mais tarde ou mais cedo, tanto os sujeitos que terão de ser abordados (nomeadamente os suspeitos da prática de ilícitos), como os próprios investigadores, irão perceber que não partilham a mesma linguagem (a do contexto em que ocorreram os factos sob investigação), o que poderá deixar os primeiros numa posição de alguma sobranceria face ao investigador, e este numa posição um tanto ou quanto desconfortável, capaz inclusivamente de lhe retirar alguma convicção ou até de lhe criar sentimentos de desmotivação para prosseguir o seu trabalho.

Este mesmo problema coloca-se depois aos níveis subsequentes que têm de tomar decisões sobre as conclusões apuradas pela investigação.

Como é por exemplo possível estar-se em condições de aplicar a sanção correspondente ao autor de uma fraude praticada através de uma dissimulação contabilística, se pouco ou nada se percebe de contabilidade? Mais, como é que nestas circunstâncias e no limite, o decisor consegue assegurar em consciência, que aplicou a sanção mais adequada e justa para aquele caso, se na sua essência não o conseguiu perceber?

Este parece-me ser sem sobra de dúvida um aspecto que urge melhorar na nossa máquina da Justiça. Importa que cada vez mais esta máquina procure caminhos que permitam que aqueles que a servem (os Investigadores dos Departamentos ministeriais e das Polícias de Investigação Criminal, enquanto investigadores, os Procuradores do Ministério Público, enquanto decisores de investigação e de acusação, e os Juízes, enquanto decisores de julgamento) tenham uma formação Técnica Específica que os habilitem a falar a mesma linguagem que é utilizada nos contextos sobre os quais são chamados a pronunciar-se.

Não estamos porém aqui a reclamar que todos estes funcionários sejam uma espécie de super-homens que tenham de ter formação aprofundada sobre todos os aspectos da vida de uma sociedade, nomeadamente nos contextos da actualidade, em que, como vimos no início deste texto, constantemente se originam novos espaços de vivência social, alguns deles com contextos Técnicos muito próprios. Pretender tal, seria querer o impossível.

A mensagem que aqui se pretende deixar vai num outro sentido. Estes funcionários devem ter uma formação comum de base, que os habilite a executar as funções que o sistema de Justiça há-de reclamar deles no seu futuro profissional (os Investigadores devem ser formados para Investigar, e os Decisores - Procuradores do Ministério Público e Juízes - para tomar decisões). Porém a um processo de formação comum de base, há-de juntar-se uma formação Técnica Específica apropriada, destinada agora apenas ao grupo daqueles que venham a desempenhar funções na área específica em que a posse dessa formação seja requerida, para evitar os problemas apontados anteriormente. Sugere-se pois que cada nível funcional da máquina da Justiça tenha um processo de formação inicial com duas fases. Uma comum a todos os futuros funcionários que venham a desempenhar uma mesma função, e uma segunda, de carácter Técnico Específico, com diversos e distintos planos de formação, destinados cada um deles a cada um dos grupos que venham a exercer funções nas respectivas áreas distintas da máquina da Justiça. Estamos claramente a falar de formação

Técnica adequada ao bom desempenho profissional em cada uma das áreas da administração da Justiça.

Por outro lado, questionar-se-á, como identificar essas áreas distintas e como procurar, em relação a cada uma delas, os conhecimentos Técnicos adequados que importa que os profissionais da máquina da Justiça conheçam? Em meu entender, a resposta passará pelo estabelecimento de protocolos de cooperação institucional entre os departamentos formativos da Justiça e os Técnicos (Associações Profissionais e Patronais, etc.) que dão corpo a cada uma dessas áreas, que naturalmente terão todo o interesse nesta cooperação, uma vez que ela será sempre percepcionada como uma forte aposta que esses Técnicos fazem na credibilização das actividades que desenvolvem nessa mesma área.

Sem pretender colocar nada nem ninguém em causa, e sem ter sequer formação na área do Direito, atrevo-me, ainda assim e na minha qualidade de Antropólogo, a trazer a estas linhas uma referência à noção do "homem médio", à qual os decisores da Justiça devem recorrer no momento da tomada da decisão, para afirmar que esta perspectiva de aplicação da lei com recurso e por referência a uma espécie de figura mítica ou desfocada (desumanizada), me parece estar cada vez mais desfasada da realidade. Essa imagem do "homem médio", a que os decisores do Direito português devem recorrer, é a de um homem abstracto, sem alma, sem problemas, sem linguagem, sem capacidade de comunicar. Trata-se de um homem amorfo ou, se quisermos, de um "não – homem". O "homem médio" a que os funcionários decisores do aparelho da Justiça recorrem para comparar com o homem concreto associado ao caso que trabalham, não existe. Por mais que tentem procurá-lo, à sua frente hão-de ter sempre apenas e só um ser humano concreto, de carne e osso, com sentimentos, com alma, com problemas, capaz de comunicar através de uma linguagem própria, que não pode (nem deve) ser ignorada. Em vez de o ignorar, o funcionário decisor deve sim considerá-lo como ele é, tentando compreendê-lo no seu mundo próprio, com os seus defeitos e as suas virtudes, comunicando com ele através da linguagem que ele fala. Será apenas e só nesse contexto que me parece ser possível uma tomada de decisão mais ajustada a cada caso concreto.

Parafraseando uma vez mais o ex Presidente da República Dr. Jorge Sampaio, no discurso de abertura do ano judicial proferido em Janeiro de 2004, "*o tema da formação (...) é nuclear da reforma de atitudes e de procedimentos, sem o qual não há leis que valham à crise da justiça. (...) Na*

formação importa considerar que passou o tempo de todos sabermos de tudo. (...) A especialização de saberes e de experiências passou a ser uma exigência da qualidade e da eficácia de todas as jurisdições"

António João Maia
2009-05-07

EFEITOS ESPERADOS DO NOVO SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

Em favor da comparabilidade e da imagem verdadeira e apropriada da situação financeira das empresas era urgente que, em sintonia com a modernização contabilística ocorrida na União Europeia, a normalização contabilística portuguesa se aproximasse dos novos padrões contabilísticos internacionais. Com a publicação, no passado dia 13 de Julho, do Decreto-Lei 158/2009 que aprovou o novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), o ordenamento contabilístico português ajustou-se ao dos estados seguidores das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS). Esta mudança do POC para o SNC, que entrará em vigor em 1 de Janeiro de 2010, era crucial embora represente uma profunda alteração de paradigma.

Tratando-se de um instrumento constituído por um conjunto de normas coerentes com as IAS/IFRS e com as actuais versões das quarta e sétima directivas comunitárias, representa desde logo um passo em frente no processo de harmonização contabilística.

A adopção do SNC implica uma alteração de mentalidade no que diz respeito à forma de pensar o relato financeiro e a própria Contabilidade. Pretende-se melhorar a qualidade do relato financeiro em termos de comparabilidade e de maior transparência das informações relatadas. Em particular, espera-se que, com este procedimento, seja possível evitar práticas contabilísticas menos transparentes. Estas práticas deverão ainda ser minimizadas com o aumento da responsabilidade do preparador do relato financeiro.

Apesar dos custos associados, as empresas portuguesas (excepção às empresas cotadas que já aplicam as IAS/IFRS desde Janeiro de 2005) não podiam continuar à margem deste processo. Para além dos ganhos esperados já referidos – maior comparabilidade e transparência nas contas

das empresas e maior responsabilidade dos agentes –, creio que com esta mudança as empresas portuguesas poderão ganhar, por exemplo, na internacionalização do seu negócio e no acesso ao crédito.

Acresce que o impacto do SNC não será só a nível contabilístico. O efeito irá certamente reflectir-se também no planeamento organizacional, nos sistemas de informação e respectivas operações. Os efeitos a nível micro irão certamente resultar num efeito significativo a nível macro. Trata-se, em suma, de uma mudança nas áreas contabilística e financeira que, afectando a empresa como um todo, influenciará a actividade económica.

Ana Maria Bandeira
2009-09-17

PME INVESTE?

Considerando que estou do lado de quem tem poder de decisão (que não estou!), aquela que considero ser uma das ideias mais interessante do actual contexto político-económico vai já na sua quinta edição e está mais ousada que nunca.

Grosso modo, a linha de crédito em referência pode traduzir-se no seguinte, a PME (Pequena e Média Empresa) investe, o Banco empresta, e o Estado garante e bonifica.

Esta é a linha da concórdia, e só tem aspectos positivos. Senão vejamos:

1. Foi criada para as PME's, mas também se aplica às micro empresas, que têm sempre mais dificuldade em negociar com a banca;
2. As empresas da referida dimensão têm acesso a uma linha de crédito bonificado, e em grande parte com garantia dada pelo Estado;
3. A Banca "volta a poder dar crédito", correndo um mínimo risco (tendencialmente nulo) de crédito mal parado, e assim garante rentabilidade;
4. O Estado agrada às empresas, sustem os bancos, e ainda pode reaver dívidas que tinha por receber (segurança social e finanças).
5. Politicamente é possível anunciar novas linhas de crédito e novos milhões de euros disponibilizados às PME's, de forma contínua. Na sua quinta edição foram anunciados 750.000.000€. É sempre bom saber que há muito dinheiro disponível para investimento.

Atendendo a que uma moeda tem sempre duas faces, aqui deixo algumas reflexões:

- Por se tratar de uma linha de crédito, estamos naturalmente a falar de um empréstimo, e os empréstimos têm de ser devolvidos.

- Na prática, o Estado deu aos bancos a análise de risco do crédito que ele próprio vai garantir e em parte bonificar. É certo que os bancos irão tentar garantir o recebimento da dívida por todos os meios, em caso de incumprimento, e até podem exigir garantias adicionais aos devedores, mesmo na componente garantida pelo Estado (!). Parece-me que foram estes mesmos bancos que em grande parte estiveram envolvidos nos últimos acontecimentos financeiros nada favoráveis à economia.
- Politicamente o Estado vai poder anunciar, permanentemente, nova disponibilização de milhões de euros, cada vez que começarem a ser devolvidos os montantes das linhas anteriores, logo se infere que se trata sempre do mesmo dinheiro disponibilizado, isto é, passível de garantia e bonificação.
- Os bancos têm assim o apoio do Estado, não lhes injectando dinheiro directamente (que a sociedade em geral não veria com bons olhos), mas permitindo-lhe, de igual forma, a sua disponibilização, altas taxas de rentabilidade através de pagamento de juros, e dando-lhes garantia de reembolso. Os *spreads* e a rentabilidade garantida não são assim tão baixos, para um empréstimo que em grande parte tem uma garantia do Estado.
- O Estado até pode vir a garantir empréstimos que sejam suporte ao pagamento de dívidas ao próprio Estado. Sim, é possível!
- Não são conhecidas, de forma clara, as taxas de incumprimento (e portanto também incluído o potencial "erro" de análise bancária) das linhas de crédito anteriores.

Na sua essência, a linha de crédito PME INVESTE é, na minha opinião (no actual contexto político-económico), uma das medidas mais inteligentes (consegue matar vários coelhos, quiçá lebres, de uma cajadada só!), no entanto, não tenho as garantias suficientes que ela será aplicada tal e qual foi idealizada. Não tenho a certeza que o seu autor seja aquele que a está aplicar e assim, eventualmente, não esteja a ser subvertido o processo. Não sei ainda o custo que tal medida teve/terá, nem se foi realizada uma avaliação de impacte, ou delineados mecanismos de controlo e acompanhamento. A resposta a este conjunto de questões poderá ser a diferença futura e o saldo negativo desta linha.

Perguntar-me-ão, se não devia ou podia esta crónica estar noutra secção de economia, que não a de Fraude? Respondo como o outro: "*Poder podia, mas não era a mesma coisa!*"

Henrique Santos
2010-04-22

A "CARTA DA NIGÉRIA" QUE VEIO DA ÁFRICA DO SUL

Escrevo hoje na primeira pessoa do singular.

Recentemente, no regresso a casa depois de um normal dia de trabalho, fui, como habitualmente, à caixa de correio buscar a correspondência. No meio de um conjunto amorfo de envelopes brancos com janela e endereços escritos a computador encontrava-se um envelope vindo da África do Sul, com uma espécie de moldura tracejada de azul, branco e vermelho e três selos de cores fortes e desenhos de flores, completado pela identificação manuscrita do destinatário: eu.

Pousadas as coisas, dirigi de imediato a minha atenção para o envelope em causa e abri-o. Dentro, encontrava-se uma folha A4 escrita a computador, que apresentava como cabeçalho a identificação de uma sociedade de advogados situada em Joanesburgo.

A carta vinha redigida em Inglês e no assunto constava a promissora expressão "Acordo Legítimo" (*Legitimate Arrangement*).

Resumindo o conteúdo da extensa missiva, o Sr. Advogado X tinha a pesada tarefa de me informar que o Sr. Engenheiro Y, empreiteiro há longos anos estabelecido na África do Sul, tinha falecido juntamente com a mulher e os seus três filhos num acidente de viação. Apesar de várias tentativas efectuadas, não tinha sido possível encontrar nenhum parente sobrevivo do referido senhor, razão pela qual eu estava a ser contactada.

A proposta era simples: apresentar-me como legítima herdeira do de cuius e sua família e assim reclamar o direito aos quase US$20,000,000.00 que este detinha numa conta bancária no First National Bank of South Africa. Para tal, eu tinha apenas que me deslocar à África do Sul para assinar alguns documentos (*apenas*?!) ou, caso não pudesse deslocar-me (*ah*!), o solícito autor da carta trataria de tudo em meu nome, pedindo em troca apenas uma pequena parcela do montante envolvido, se eu nada tivesse a opor.

A carta termina afirmando que a transacção em causa está isenta de qualquer risco legal, visto o funcionário do banco responsável pela gestão da conta estar também envolvido e pedindo a minha resposta, o mais rapidamente possível, através de telefonema, fax ou email.

O esquema associado à carta que recebi não é novo e é habitualmente designado, nos meandros do estudo da fraude, como "Carta da Nigéria". O *modus operandi*, se bem que com ocasionais variações, é o seguinte: a vítima é contactada (actualmente com maior frequência através do envio de um email ou através das redes sociais na Internet) e aliciada a participar numa operação ilícita de desvio de dinheiro, seja proveniente de supostas heranças (como foi o caso), seja de falsas transacções, seja dinheiro de empresários de sucesso ou antigos políticos que pretendem assim acautelar o seu património contra a corrupção e incerteza instaladas no país, ou até mesmo, num rasgo de imaginação que faria corar Hollywood, de soldados Norte-Americanos no Iraque ou Afeganistão, que, numa qualquer rusga, se depararam com uma elevada quantia monetária, qual caverna escondida do Aladino.

Se a vítima retribuir o contacto, recebe então diversos documentos falsos para assinar e, com frequência, para preencher com o fornecimento de dados pessoais. Por fim, quando a vítima se encontra já suficientemente envolvida no processo, é-lhe solicitado que envie uma contribuição financeira para a libertação final do dinheiro, sendo esta contribuição financeira o principal objectivo do esquema.

Uma outra variante desta fraude, mais perigosa pela sua aparência de licitude, é a publicitação da concessão de créditos bancários a taxas de juros muito apelativas, para cuja obtenção a vítima teria apenas de disponibilizar pequenas quantias de dinheiro para cobrir custos administrativos. O crédito vem a revelar-se fictício e a vítima vê-se despojada do dinheiro que adiantou.

Quanto a mim, não fosse a fictícia morte de uma família de cinco inocentes que nunca existiram, o fictício envolvimento de um funcionário de uma instituição bancária de prestígio na África do Sul, a publicitada impunidade de um esquema jurídico ilícito e a perda de US$20,000,000.00 que nunca foram meus, poderia encontrar alguma ironia poética na escolha do destinatário daquela carta, que me permite agora partilhar estas linhas.

Mariana Costa
2010-05-13

GOSTAVA DE VIVER NUM PAÍS SEM FRAUDE?

Não, não responda já.

Minimize a imagem do seu computador, inicie uma nova sessão na internet com um qualquer *browser*, escolha o seu motor de busca preferido, coloque a palavra "fraude" e faça *enter*.

O quê? Continua a ler este texto? Pronto, já que aqui está eu posso confirmar-lhe que a palavra "fraude" tem cerca de 17.400.000 entradas num qualquer motor de busca, sim, dezassete milhões e quatrocentas mil entradas. É muito? Eu sei que nem sempre o termo é bem empregue, mas, mesmo assim, não é muito? Não creio, eu consigo melhor, a mesma palavra, mas submetida a pesquisa no idioma inglês, chega a cerca de 101.000.000 (cento e um milhões de entradas), e talvez quando fizer a sua pesquisa já a encontre mais vezes. Mas acredite, as consequências do seu cometimento traduzida em qualquer moeda (para não falar em vertentes diferenciadas) é exponencialmente maior, e nem é preciso exemplificar dado o conjunto dos recentes acontecimentos.

Ainda aqui está? Parece-me que o desassossego lhe invadiu o espírito.

E como contínua a ler, vou continuar a ousadia de o(a) inquietar: Gostava de viver num país sem fraude? Melhor, coloquemos a mesma questão a qualquer político, a qualquer polícia, juiz, empresa ou cidadão na hora de pagar ao Estado ou mesmo a qualquer pessoa independentemente da sua profissão, qualificação escolar, género, religião, idade,... Bem, de facto não sou capaz de ouvir a resposta destes últimos (pelo menos neste momento), por isso volto a perguntar-lhe (pois sei que responderá intimamente): "gostava de viver num país sem fraude"? Não vale mentir a si próprio(a).

Das duas uma: Se respondeu "não", é porque reconhece a fraude como algo atraente e será um(a) possível perpetrador(a) da mesma (que outra razão teria?); se respondeu "sim", ou está a ser politicamente correcto(a), ou está a ser demasiado(a) ególatra. Então e os outros? Não falo nos perpetra-

dores, falo dos juízes, dos funcionários dos tribunais, dos advogados, dos jornalistas, dos professores, dos polícias, dos investigadores, dos consumidores, dos empresários, dos auditores, de tantas e tantas outras pessoas e profissões que vivem em torno desta máquina de (des)fazer dinheiro (ou de o fazer mudar de mãos).

Boas notícias: há tanto sobre que escrever, tanto sobre que editar, decidir, publicar, investigar, auditar, mas tanto, que pode ser egocêntrico(a) à vontade!

Não tenho dúvidas que o primeiro passo para o controlo da fraude e para o seu correcto doseamento (se me permitem colocar nestes termos), passa pela implementação de medidas com vista à sua progressiva diminuição, é aliás a lógica evolutiva que vamos assistindo ao longo dos tempos. Não a podemos, pura e simplesmente, afastar. Tenho para mim que esse afastamento abrupto seria um dos piores erros que podíamos cometer, pela plena consciência que esta realidade da fraude é tão evolutiva quanto a vida em sociedade, os valores, as convicções e as gerações. No entanto, é expectável, ou pelo menos eu assim espero, que todos contribuam para que a evolução do combate à fraude denuncie uma relativa maior velocidade face à lógica evolutiva da sociedade!

Em sede de saldo, também eu tenho a certeza que nunca vou viver num país sem fraude, ... ou vou?

Henrique Santos
2010-06-03

A JUSTIÇA PORTUGUESA TEM «PALAVRA DE HONRA»

De tanto que se tem apontado à aplicação da justiça em Portugal, tem de existir alguém que saia em sua defesa, e eu, não jurista, tenho algo a dizer, pois uma coisa é certa, a Justiça Portuguesa tem "*palavra de honra*"!

Longe vão os tempos em que a "*palavra de honra*" era mais que um tratado ou uma escritura. Mas não tão longe assim. É pois possível em Portugal encontrar um dos braços fundamentais de um Estado de Direito (que é o Português), alicerçado nessa mesma *palavra*, a Justiça! [bem, alicerçado talvez seja uma exagero, mas sim, mantenho o que disse].

Vou ser claro. Ouve-se em surdina (e não só) a existência de testemunhas falsas em tribunal, que existem verdadeiros esquemas montados pelos advogados (e não só), no sentido de convencerem o mesmo tribunal disto e daquilo, que tudo não passa de uma cabala, e por aí adiante.

Depois, muitos são os que advogam que a prova testemunhal é rainha em tribunal (não vou entrar em teorias, nem em tendências), e como tal impera e impõe-se a sua presença em qualquer julgamento.

Usando a teoria do dois mais dois (igual a quatro), é fácil deduzir que se se arranjar uma boa testemunha falsa (ou um bom punhado delas, porque isto é aos magotes), o julgamento está no papo! Desculpem a Expressão, mas é isto mesmo. E o tribunal ajuda...

...Ora vejamos: Então não é que em Portugal é possível ser-se notificado pelo tribunal com um nome errado (situação que devia ser corrigida no primeiro contacto da testemunha com este), fazer parte da instrução de um processo (para ver se há motivo suficiente para ir a julgamento) em que se é a única testemunha ouvida, realizar-se o julgamento numas quantas sessões, ser-se chamado por um nome errado nas primeiras dessas sessões, e só na última, depois de muita insistência, o funcionário judicial lá altera o nome, mas sem nunca pedir qualquer documento pessoal, que o comprove (o primeiro que lhe chamou e o último que lhe indicou a testemunha). [Alguém

me disse: "Achas que o tribunal tem tempo a perder com esses pormenores? Quem quiser que se queixe"].

O julgamento é realizado, a testemunha, dita principal pela defesa (apresentada pelo arguido que estava a ser acusado pelo Ministério Público), presta o seu depoimento sob juramento (coisa interessante nos dias de hoje!), e o arguido é absolvido.

Moral da história. Sem referir o que aconteceu com as restantes, existiu naquele julgamento pelo menos uma testemunha que tinha um nome estranho até determinada data, mudou de nome noutra data (mas podia ser para um falso que tanto dava), respondeu o que quis e o que bem lhe apeteceu, quem era e o que fazia, e o que contou foi a sua palavra de honra dada em tribunal. Mas também quem é que mente em tribunal? [Sei de fonte segura que esta era, de facto, uma testemunha idónea!, e se não fosse, como notificá-la em caso de se detectar um falso testemunho posteriormente?]

E depois vêm-me dizer que a justiça em Portugal é injusta? Que é mal aplicada? Uma justiça que, de facto, acredita nas pessoas! Isto sim é uma verdadeira justiça, uma justiça que se pauta pelos velhos valores,... nos novos tempos.

Reformar a justiça? Não. Era o que mais faltava, nesta época de crise, quanto mais tempo se mantiver no activo melhor! Senão lá se vai o fundo de pensões.

Perguntar-me-ão: E que relação tem isto com a fraude? Nenhuma, respondo com toda a naturalidade. Não fosse o facto da palavra de honra na fraude ter sido banida vai algum tempo!

Henrique Santos
2010-09-16

DESCENTRALIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

A centralização excessiva da actividade do Estado não é compatível com transparência e desenvolvimento económico.

A experiência Portuguesa demonstra, infelizmente, essa correlação nefasta.

E nota-se que a centralização, herdada do tempo do Salazarismo, infectou a iniciativa privada, muita dela alicerçada em dinheiros ou subsídios públicos.

Lisboa, com o seu clima ameno, uma luz radiosa e um ambiente descontraído, quando comparada com outras cidades Portuguesas, atrai turistas, candidatos a políticos, magistrados, académicos, etc.

E será desejável tanta centralização humana?

A experiência comparada diz-nos que os países economicamente mais desenvolvidos são países fortemente descentralizados e com uma ampla participação cívica.

A centralização administrativa traz opacidade, cria 'clubes fechados' e inevitavelmente degenera em corrupção.

Países dotados de serviços públicos eficientes têm, por exemplo, as Direcções-Gerais distribuídas pelo país bem como as agências ou organismos representativos nacionais ou internacionais localizados em diferentes zonas geográficas nacionais, garantindo, por este meio, uma maior visibilidade e participação de toda a população, não só ao nível nacional mas também internacional.

Portugal necessita, com urgência, de um verdadeiro processo de descentralização administrativa e humana, transferindo-se também, e usando agora a área da justiça, um dos Supremos Tribunais para outra zona do país.

Estes e outros exemplos de descentralização trariam maior dinamismo, transparência e programas televisivos culturalmente mais ricos e jovens.

Em véspera de aprovação e discussão do Orçamento de Estado para 2011, e em plena crise económica e financeira, esperemos que os nossos

políticos tenham a coragem necessária para iniciar este processo de descentralização, não obstante o clima desejável, e inevitável de um ponto de vista de contenção da despesa pública, de integração dos múltiplos e excessivos serviços públicos do Estado.

Glória Teixeira
2010-11-18

CONFLITOS DE INTERESSES E SISTEMAS DE INCENTIVOS

Na minha primeira crónica publicada aqui em 24 de Dezembro de 2008, eu dizia a dado passo que "...na essência dos problemas está quase sempre a existência de conflitos de interesses mal resolvidos e acima de tudo, a maioria das vezes, mal acompanhados, mal controlados, mal vigiados."

Retomo o tema dos conflitos de interesses a propósito de uma notícia publicada no Washington Post online a 13 de Abril do corrente ano e que referia que, na sequência de um relatório produzido pelo Senado dos Estados Unidos, o Washington Mutual, o maior banco americano a ir à falência na história bancária americana, tinha um sistema de incentivos que recompensava os funcionários do banco pela quantidade e rapidez com que fechavam com os clientes empréstimos hipotecários do tipo *subprime*.

O mesmo relatório referia que os funcionários mais "produtivos" (que aprovavam empréstimos ou os "empacotavam" em valores mobiliários para colocar no mercado) eram candidatos a pertencer ao *President´s Club* do banco, com viagens a *resorts* de luxo.

A identificação, o controlo e o acompanhamento dos conflitos de interesses pelas instituições financeiras tem já hoje alguma legislação em vigor, obrigando-as a ter políticas e práticas tendentes a evitar prejuízos para os seus clientes decorrentes da existência de conflitos de interesses. É o caso, por exemplo, da subsecção do Código dos Valores Mobiliários intitulada "Conflitos de interesses e realização de operações pessoais", nos seus artigos 309.º a 309.º-F.

Ou ainda as recomendações emitidas por muitos reguladores sobre essa matéria, como por exemplo a carta enviada já em 2005 a todos os CEOs das instituições tuteladas e supervisionadas pela Financial Services Authority (FSA) e cujo assunto era "SENIOR MANAGEMENT RESPONSIBILITIES:

CONFLICTS OF INTEREST AND NON-STANDARD TRANSACTIONS". Nesta missiva dirigida aos mais altos responsáveis das instituições a FSA refere que é da responsabilidade da gestão de topo implementar directrizes e procedimentos para gerir os conflitos eficazmente.

Regras e recomendações como as indicadas são muito úteis para, nas operações do dia a dia, os colaboradores das instituições financeiras colocarem sempre os interesses dos clientes acima dos da instituição ou até mesmo dos seus próprios interesses pessoais.

O caso do Washington Mutual (e muitos outros exemplos parecidos que levaram à chamada crise do *subprime*, com as consequências que todos conhecemos e sentimos) veio no entanto levantar a questão de saber como identificar e acompanhar os conflitos de interesses quando os mesmos são introduzidos e amplificados nas instituições através dos sistemas de incentivos postos em funcionamento pela gestão das empresas e que apelam a maioria das vezes à ganância pura e simples dos colaboradores.

É aqui que devem entrar os reguladores; não através da elaboração e publicação de novos regulamentos e regras, mas através de uma fiscalização "de proximidade" junto das instituições financeiras. Cada vez estou mais convencido que a fiscalização e supervisão das instituições financeiras passa por uma prática constante, regular e devidamente planeada de "conversas" dos reguladores com a gestão de topo, a gestão intermédia, os auditores, os accionistas dessas instituições.

Rever e acompanhar os sistemas de incentivos, explícitos e implícitos, postos em funcionamento nas instituições financeiros é o primeiro passo a dar pelos reguladores para detectar potenciais situações de conflitos de interesses no sistema financeiro que se podem tornar explosivas ao ponto de terem consequências desastrosas como as recentemente verificadas.

Fernando Costa Lima
2010-12-23

HISTÓRIAS DE UMA CRISE ANUNCIADA

Durante o meu estágio de advocacia e no início da minha actividade profissional como advogada trabalhei sobretudo em contencioso ligado ao crédito ao consumo, representando a entidade bancária.

Se a experiência nem sempre foi particularmente estimulante do ponto de vista jurídico (com algumas honrosas excepções), o mesmo não posso dizer do ponto de vista das relações humanas. Lidar com débitos associados a contratos de crédito ao consumo é como fazer parte de um novo Auto da Barca do Inferno, no qual também eu desempenhava o meu papel.

De todos os mal-entendidos que o primeiro contacto telefónico com o devedor proporcionava, o mais comum era a crença de não ter celebrado qualquer contrato de crédito bancário. Passo a explicar: os contratos em causa eram celebrados na loja onde o devedor comprava o bem cuja aquisição era financiada pelo banco (e alguns – caso típico da aquisição de colchões e desumidificadores – eram mesmo celebrados na casa do devedor). Ora, muitas das pessoas com quem contactei estavam convictas de terem feito uma compra a prestações, desconhecendo por completo que é possível celebrar contratos de crédito fora das instalações de um banco. E essa era frequentemente a primeira dificuldade: explicar a diferença entre o contrato de compra e venda do bem e o contrato de crédito ao consumo.

A este propósito recordo uma situação caricata. Depois de cerca de uma dezena de contactos telefónicos que já havia feito nesse dia, peguei num processo que envolvia uma compra de móveis para a casa. Procurei o contacto telefónico do devedor (neste caso uma devedora) e marquei o número. Quando a senhora atendeu, identifiquei-me e expliquei que estava a telefonar por causa das prestações em falta relativas ao financiamento da compra dos móveis. Nessa altura, a devedora suspirou de alívio e disse-me: "É os móveis que quer? Então venha, por favor. O móvel da sala partiu e a televisão ficou em pedaços e a cama do meu filho está quase a partir e tenho

medo que o miúdo se magoe, por isso agradeço-lhe que os venha buscar. Olhe, eu moro no segundo andar e ainda não deitei os móveis ao lixo, porque não sei como os levar para baixo, mas se o tribunal os vier buscar, é mais fácil esperarem do lado de fora do prédio e eu atiro-os pela janela".

Situação menos comum prendia-se com a penhora do vencimento. Diga-se que raras eram as vezes em que constava do processo a identificação de uma entidade patronal, mas quando assim era havia motivos para acreditar que o ressarcimento do valor em dívida iria ser bem sucedido. Recordo-me de contactar devedores que, confrontados com a alternativa de novo acordo de pagamento em prestações ou a interposição de uma acção executiva em tribunal e subsequente penhora, me informaram muito simplesmente não terem contas bancárias, nem bens imóveis ou móveis de valor e, no caso de ser intentada acção judicial, pretenderem cessar o seu contrato de trabalho, por mútuo acordo com o empregador, continuando a trabalhar e a receber o valor do vencimento, agora de forma oculta. São o que se pode chamar "devedores de primeira liga".

Mas há dois casos que destaco, pela imaginação e ironia.

Num primeiro, recebi no escritório um relatório de penhora do recheio da casa não realizada, sendo o fundamento do cancelamento do acto um guardanapo de papel assinado pelo devedor, onde estava escrito: "Declaro que ofereço todo o recheio da minha casa ao meu filho Paulo". O segundo, a que já tive oportunidade de fazer breve referência aqui, permite-me até hoje anunciar que fui uma das primeiras pessoas a prever a actual crise. Tratava-se de um crédito ao consumo concedido para a aquisição de uma cadeira de massagens, com um débito de cerca de €5.000,00 (não me recordo com precisão). Ao ler o processo, constatei que quando foi pedido ao devedor um comprovativo de residência, para instruir o processo de pedido de crédito bancário, este juntou uma carta da EDP a informar que iria cortar a luz por atrasos no pagamento. E o crédito foi concedido. Depois de ter lido a carta da EDP e passado os olhos pelo processo, anunciei na sala onde estava a trabalhar, perante uma assistência absolutamente desinteressada: "Isto vai ter de rebentar."

Mariana Costa
2011-05-19

CETERIS PARIBUS...

A situação que descrevo de seguida passou-se há relativamente pouco tempo, quando ministrava uma formação na área da Economia. Estava, então, a distinguir entre as políticas conjunturais e as políticas estruturais.

As primeiras, como o próprio nome indica, voltam-se para a estabilização da actividade económica e têm efeitos de curto prazo, surgindo pelo lado da procura. Devem apresentar carácter contra-cíclico, isto é, serem expansionistas em período de recessão e restritivas em período de expansão.

As segundas voltam-se para a aceleração do crescimento económico e, a existirem, têm efeitos no longo prazo, surgindo pelo lado da oferta. Exigem importante vontade política, não devem mudar com a alteração do partido no poder ou do ministro no governo, e são difíceis de implementar, pois lidam com interesses instalados.

No contexto desta apresentação, dizia eu que nos últimos vinte anos (para ser politicamente imparcial) a política macroeconómica podia ser vista como um sério case study do que se não deve fazer. De facto, ao nível conjuntural, gastou-se o que se tinha e o que se não tinha, particularmente em momentos de expansão, com a factura a ser cobrada (como agora) em fases de desaceleração, senão mesmo de forte contracção económica. Ao nível estrutural, se matéria existe bem gasta de há 30 anos a esta parte, ela é a das ditas "necessárias reformas estruturais", que sempre esbarram na primeira grande manifestação de interesses adversos ou na proximidade de qualquer acto eleitoral relevante.

Perante isto, um dos presentes questionou: "Não acha estranho ser assim, quando os Ministros das Finanças desse período foram alguns dos mais reputados economistas nacionais, incluindo o actual, que até disse que foi seu Professor de Macroeconomia?".

Confesso ter ficado algo indeciso quanto ao que responder. Mas que a pergunta fazia todo o sentido, lá isso fazia... Teria sido apenas coincidência? Seria apenas alguma dose de incompetência? Poderia simplesmente acontecer de as teorias macroeconómicas serem apenas uma fraude? Tantas hipóteses poderiam afinal ser levantadas...

Comecei por tentar a resposta mais habitual neste tipo de situações, usando a "desculpa" dos pressupostos. Afinal, qualquer boa (ou má) teoria assenta num conjunto de hipóteses restritivas, simplificadoras da realidade, as quais, ajudando-a a compreender e explicar, permitem tentar actuar sobre a mesma. O problema está em que, não se verificando os ditos pressupostos e não se podendo (como alguns gostariam ou simplesmente tentam fazer) conformar a realidade aos mesmos pressupostos, a intervenção poderá não produzir os efeitos inicialmente pretendidos.

Acho, contudo, que não convenci o meu interlocutor. Vai daí, passei ao segundo "artifício" habitual do economista, a famosa condição "ceteris paribus" ou "com tudo o resto constante". Em Economia, habitualmente lançamos mão de relações entre duas variáveis, assumindo que as demais não se alteram. Ora, o problema é que a realidade é muito mais complexa e dificilmente encontramos apenas variações de um par de elementos. E assim sendo, estaria aqui uma explicação plausível para o desconforto entre uma teoria macroeconómica consistente e uma prática macroeconómica com resultados muito aquém do desejável.

A tentativa de explicação também não foi muito convincente. De forma que restou-me assumir que a verdadeira razão para tão ilustres economistas terem falhado (e muitas vezes de forma rotunda) se tinha de encontrar fora da Economia. Talvez o verdadeiro motivo residisse na área da política, quiçá na componente mais politiqueira: afinal de contas, o que verdadeiramente move muitos governos é a perspectiva da continuidade no poder e isso tem custos substanciais, desde os famosos "jobs for the boys" à não contenção com os poderes mais relevantes.

Ou seja, os economistas em causa não terão falhado por uma má aplicação da teoria macroeconómica e esta continuará a ser válida, mas porque as condições de vida democrática em Portugal continuam, quase quatro décadas depois da Revolução de Abril, muito aquém do expectável. O interesse partidário e individual continua, com frequência, a superar o real interesse nacional. Pelo que a Eduardo Catroga, Vitor Bento ou qualquer outro economista reputado que venha a ser o próximo Ministro das Finanças, o que posso desejar é tão só, "ceteris paribus", que saiba lidar melhor com as pressões da politiquice...

Rui Henrique Alves
2011-06-16

CONTRATOS DE ADESÃO E TEMPESTADES

Os problemas da interpretação do contrato e da protecção do contraente mais fraco colocam-se com particular acuidade nos chamados contratos de adesão.

Os contratos de adesão são um fenómeno relativamente recente na história do direito privado e caracterizam-se por limitar a liberdade de determinação do conteúdo contratual de uma das partes, à qual cabe apenas a escolha entre aderir ou não aderir a cláusulas do contrato previamente elaboradas pela outra parte e não sujeitas a negociação.

Estes contratos de adesão apresentam como principal vantagem a racionalização do processo negocial, tornando-o mais célere e menos dispendioso. Porém, são uma distorção face à visão clássica da celebração do contrato como culminar de um processo de negociações preliminares, nas quais as partes ponderam interesses e meios para os alcançar, até chegarem finalmente a um acordo que ambas entendem adequado. As suas principais desvantagens prendem-se com o facto de muitas vezes acarretarem uma oneração mais gravosa da parte economicamente mais débil e de adoptarem uma linguagem técnica dificilmente acessível à generalidade da população (veja-se o exemplo clássico das condições gerais de um mero contrato de depósito bancário).

Foi neste contexto jurídico que nasceu o contrato de seguro Multi-Riscos de um armazém, celebrado entre A, B, C e D, todos residentes na Guarda e a Seguradora E, com sede em Lisboa.

Num certo dia de Dezembro, a cobertura do referido armazém desabou, devido a queda e acumulação de neve.

Tendo sido accionado o seguro, a Seguradora veio informar que, nos termos da cláusula 5.ª das condições gerais da apólice, sob o risco "tempestades" apenas estavam incluídos danos causados em consequência de "tufões, ciclones, tornados e toda a acção directa de ventos fortes ou

choque de objectos arremessados ou projectados pelos mesmos (...)". Em consequência, os danos sofridos com a queda de neve não estavam cobertos pelo seguro contratado.

Grande terá possivelmente sido a surpresa de A, B, C e D ao descobrirem que uma tempestade de neve na Guarda não constitui necessariamente uma tempestade em Lisboa; surpresa essa certamente temperada pela segurança de se saberem protegidos contra tufões, ciclones e tornados, fenómenos meteorológicos até hoje expectados naquela zona do país!

Bem estiveram o Tribunal da Relação de Coimbra e o Supremo Tribunal de Justiça (respectivamente Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, processo n.º 594/02 e Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, processo n.º 02A3560, este último in «www.dgsi.pt»).

Da interpretação da supracitada cláusula 5.ª do contrato de seguro parece, de facto, resultar que a queda de neve que levou ao desabamento da cobertura do armazém não se integra na noção do risco coberto sob a rubrica "tempestades": não se provou que o desabamento tenha sido determinado pela acção directa de ventos fortes, tufões, ciclones ou tornados.

No entanto, o ordenamento jurídico português contém especiais medidas de protecção do aderente de um contrato de adesão, entre as quais se encontra o direito a que lhe sejam comunicadas na íntegra as condições gerais do contrato, comunicação essa que "deve ser realizada de modo adequado e com a antecedência necessária (...)" (artigo 5.º, n.º 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 446/85, de 25 de Outubro na sua redacção actual).

Ora, atendendo a que para um cidadão normal a queda acentuada de neve com efeitos destrutivos se enquadra no conceito de tempestade (e mais ainda para um residente da região da Guarda), é razoável pressupor que no momento da celebração do contrato de seguro A, B, C e D estivessem convencidos que tal fenómeno caberia sob a rubrica "tempestade", excepto se lhes fosse comunicado o contrário, o que não ficou provado em tribunal.

Em consequência, entendeu o Tribunal da Relação de Coimbra (com a anuência posterior do Supremo) considerar como inexistente e excluída do contrato de seguro a famosa cláusula da "tempestade", aplicando ao caso em apreço o conceito vulgarmente aceite de tempestade e integrando nele os factos ocorridos.

Afinal, não querendo servir de desculpa ou pretexto para desculpa, qual é a percentagem de aderentes que lêem as condições gerais do contrato antes de a ele se vincularem (não esquecer o actualmente clássico clique

com o botão esquerdo do rato na caixa do "li e aceito")? E quanto dessas condições gerais é efectivamente compreensível ao cidadão comum a quem se destinam?

Mariana Costa
2011-08-11

NÃO DEFRAUDAR EXPECTATIVAS: A "TROIKA" E OS MUNICÍPIOS

Por estes dias e a propósito da aplicação do já famoso memorando de entendimento com a "troika", têm vindo a lume algumas medidas relativas ao poder autárquico, desde fortes restrições à actividade de empresas municipais à reorganização política, administrativa e institucional àquele nível.

Falemos, assim, hoje de autarquias. Não de fraude nas autarquias, tema sempre muito do agrado daqueles que vêem os políticos, particularmente os autarcas, de uma forma muito negativa. Exercendo eu há vários anos funções autárquicas, como Presidente de uma Assembleia Municipal, tenho fundadas razões para não partilhar de tal visão. Não que todos os políticos sejam sérios e defensores do interesse público, mas a verdade é que não se podem tomar certos comportamentos particulares, ainda que em ascensão em anos recentes, pelo todo.

Falemos, antes, de expectativas e da necessidade de não as defraudar, ao nível de algumas das questões que referi inicialmente. Provavelmente nada provoca mais danos a um sistema político e económico que a criação de expectativas de mudança positiva que vêm posteriormente a revelar-se infundadas, mais ainda se vier a comprovar-se que a própria criação das expectativas era apenas um meio para disfarçar a inexistência de uma real vontade de mudar.

E as expectativas criadas no actual contexto são significativas. Passam, desde logo, pelo redesenho do actual figurino municipal português. Para uns, essa reconversão deverá dar-se apenas ao nível das freguesias, com extinções, fusões e outras alterações. Julgo que todos estaremos de acordo com a sua necessidade: é possível o Estado exercer, ao nível da freguesia, as suas funções, quando estas têm uma dimensão ou demasiado elevada ou demasiado reduzida, quando são mais de 4000, etc?

Para outros, há necessidade de ir mais longe e proceder igualmente ao redesenho do mapa dos concelhos. Naturalmente, os problemas de ordem concreta são aqui ainda mais difíceis de resolver, em particular a existência de força política para decretar a extinção ou a fusão de concelhos. Mas, numa altura em que a necessidade de conter custos, sobretudo os menos úteis, é cada vez maior e é igualmente maior a obrigatoriedade de conseguir uma dimensão acrescida, capaz de produzir maior eficiência, talvez devesse ser uma das ideias mais relevantes a discutir e a levar adiante.

No mínimo, haverá que redefinir as questões ligadas com a (falta de) articulação intermunicipal, como forma de evitar erros e exageros do passado recente que determinaram elevados custos com sobrecarga no futuro. Não será preciso muito para perceber do que falo: bastará pensar, por exemplo, na quantidade de infraestruturas que muitos concelhos vizinhos construíram individualmente, quando a lógica diria que deveriam ser partilhadas. Pense-se, por exemplo, em piscinas municipais, estádios municipais, casas de cultura, etc., quantas vezes situados a curtas distâncias e basicamente abrangendo (em teoria) bastante população comum. Na falta da tal articulação supramunicipal, até motivos bem negativos, desde a simples inveja perante o que o vizinho tem até situações graves de "ligações perigosas" poderiam ter concorrido para a ineficiência.

Uma outra área por onde passam as novas expectativas respeita à redefinição institucional do poder municipal. Voltaram a surgir, por estes dias e pela voz do Ministro da tutela, propostas já bastante discutidas num passado recente, mas que a negociação política entre PS e PSD nunca deixou ir adiante. Refiro-me ao modo de eleição dos órgãos municipais e à repartição de competências entre eles.

Fruto em grande parte da minha experiência autárquica, há muito que considero que deveria existir apenas a eleição para a Assembleia Municipal (AM), com o cabeça de lista do partido mais votado a tornar-se Presidente da Câmara e a escolher (e submeter à AM) a sua equipa, em lugar das actuais duas votações, para a Câmara e para a Assembleia.

Deste modo, seria possível aumentar a eficiência a, pelo menos, cinco níveis. Desde logo, pela simplificação das próprias eleições. Em segundo lugar, pela melhoria da gestão: afinal de contas e recuando não muitos meses, alguém poderia conceber um governo liderado por José Sócrates que tivesse obrigatoriamente como ministros Manuela Ferreira Leite, Paulo Portas, Jerónimo de Sousa e Francisco Louçã?

Depois também pela possibilidade de mais fácil responsabilização pelas decisões: num Executivo mais coeso, deixa de ser possível atribuir a culpa aos "outros". Ainda pela facilidade de troca de vereadores, caso se mostrassem incompetentes ou inadequados ao lugar: actualmente, como são directamente eleitos, não podem ser substituídos pelo chefe da equipa. Finalmente, porque, a par de tais modificações, teria de existir um reforço substancial dos poderes de fiscalização e debate das AM, cuja composição também teria de ser alterada (terminando provavelmente os lugares de inerência), levando-as a assumir de facto o lugar cimeiro na estrutura política municipal que a lei lhes consagra.

Tudo isto exige obviamente vontade política e confronto com interesses eventualmente significativos. Mas vencer esse confronto, com vontade, permitirá não defraudar expectativas e contribuir para o absolutamente necessário esforço do País em "não falhar".

Rui Henrique Alves
2011-09-15

FACILITAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS E COMPORTAMENTOS FRAUDULENTOS E CORRUPTOS

Pelo menos desde 2005 têm vindo a ser levadas a cabo iniciativas para garantir que o enquadramento legal português providencia um ambiente favorável para a formação e operações das empresas. Existe até uma página web do Ministério da Justiça, intitulada "Portugal Simplifica" (http://www.cuttingredtape.mj.pt/pt/asp/default.asp), cujo objetivo é fornecer informação relacionada com as medidas que têm vindo a ser tomadas para reduzir as imposições burocráticas no sentido de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e criar um melhor ambiente para as empresas, na qual se podem encontrar informações sobre diversas medidas tendentes a reduzir as burocracias na constituição, registo, certificação, liquidação, dissolução, fusão e cisão de empresas em Portugal.

Embora tal simplificação da constituição e funcionamento das empresas seja entendida por muitos como propiciadora de um contexto menos facilitador de comportamentos fraudulentos e corruptos, há também aqueles que entendem que ela pode gerar oportunidades para tais comportamentos. Na verdade, ao tornar mais flexível e volátil o ciclo de vida das empresas, sem que haja um incremento proporcional da fiscalização destes processos, fecha-se uma porta e abre-se uma janela à fraude e fenómenos associados.

Um exemplo particularmente relevante de iniciativas que podem abrir essa janela é o da recente alteração do capital social mínimo exigido para constituição de uma sociedade por quotas em Portugal. Entre outras coisas, o Decreto-Lei n.º 33/2011, de 7 de Março, aboliu o requisito de um capital social mínimo de 5 000 euros para constituir uma sociedade por quotas, passando o valor do capital social a ser definido livremente pelos sócios, sendo, no mínimo, 1 euro. A não exigência de capital social mínimo é considerada pelo Banco Mundial nos seus relatórios Doing Business (http://www.

doingbusiness.org) como uma "boa prática" no que toca à facilitação da constituição de empresas. No relatório *Doing Business 2012* a alteração ocorrida em Portugal em termos de exigência de capital social mínimo é tida como uma reforma positiva.

Não obstante, torna-se importante salientar que esta facilidade acrescida na criação de empresas, com o propósito de reduzir os chamados "custos de contexto" e encargos administrativos para as empresas, em particular esta supressão da exigência de capital social mínimo no caso das sociedades por quotas, pode conduzir ao exacerbamento da fraude e fenómenos associados, como é o das chamadas empresas "fantasma" e outras empresas inativas, as quais são criadas com o propósito da evasão fiscal e de exploração de oportunidades em paraísos fiscais. A existência de um capital social mínimo de montante razoável é muitas vezes justificada como sendo uma forma de proteger os investidores e os credores ou prevenir a criação de empresas por parte de empresários sem escrúpulos.

A este propósito, é também de sublinhar que alguns países nos quais existe um ambiente bastante favorável para a formação e operações das empresas não cederam ainda às pressões no sentido de suprimir a exigência de um capital social mínimo razoável. No mais recente relatório *Doing Business*, os países nórdicos aparecem muito bem classificados (entre 183 países): a Suécia em 14.º, a Finlândia em 11.º, a Noruega em 6.º e a Dinamarca em 5.º. Portugal aparece em 30.º. No entanto, todos aqueles países se encontram pior posicionados do que Portugal (que aparece em 26.º) relativamente à facilidade de criar uma empresa, para o que certamente contribui o facto de todos eles apresentarem montantes de capital mínimo bastante elevados (em percentagem do Rendimento Interno Bruto per capita, o da Dinamarca chega aos 25%). Relembre-se que estes países nórdicos ocupam 4 das 6 primeiras posições (entre 183 países) no *Corruption Perceptions Index 2011* da Transparência Internacional, todos com uma pontuação de 9 ou mais numa escala de 10 pontos (correspondendo 10 à melhor situação possível) (http://cpi.transparency.org/cpi2011/results/). Quanto a Portugal, posicionou-se em 32.º lugar.

Relativamente à Suécia, diz-se no mais recente *Global Competitiveness Report*, relativo a 2011-2012, no qual aqueles países nórdicos aparecem muito bem classificados: a Suécia em 3.º, a Finlândia em 4.º, a Dinamarca em 8.º e a Noruega em 16.º (http://reports.weforum.org/global-competitiveness-2011-2012/), que as suas instituições públicas se caracterizam por

serem de elevada qualidade, com níveis de eficiência, confiança e transparência muito elevados, apresentando este país níveis de corrupção e influência indevida muito baixos. O governo sueco é considerado como um dos mais eficientes, as empresas suecas primam pelo seu comportamento ético e os seus conselhos de administração funcionam bastante bem. Os outros países nórdicos têm características semelhantes. Distingue-os de países como Portugal, entre outras coisas, o baixo peso da regulamentação e a eficiência do sistema de justiça. Ou seja, caracterizem-se por uma elevada competitividade das instituições.

Não se pretende, com esta referência aos países nórdicos, demonstrar nada para além do facto de haver países nos quais parecem estar a ser seguidos caminhos para estimular a competitividade da economia diferentes do que está a ser seguido em Portugal, talvez mais interessantes e sustentáveis. No mínimo, parece que nesses países se tem procurado acautelar que ao se promover um ambiente mais favorável para a formação e operações das empresas não se propicie ao mesmo tempo um contexto mais facilitador de comportamentos fraudulentos e corruptos.

Manuel Castelo Branco
2012-01-12

O VITALÍCIO NÃO DURA PARA SEMPRE

1. “Os cartões de eleitor só servem para provar que o número de eleitores em cada freguesia é bem superior ao número de residentes da mesma”

Ninguém pode invocar o desconhecimento da Lei para justificar o seu não cumprimento. Esta é uma verdade cuja negação dá direito a palmatória.

Eu estava de férias e conduzia serenamente acompanhado dos meus pais. O meu pai, no meio de não sei que assunto diz: -Já viste, então não é que o pai do Ricardo, agora na idade da reforma, vai ter de ir tirar a carta outra vez porque a deixou caducar, e não a renovou em cinco anos?

Continuei a conduzir, e respondi desconfiando conhecer bem a razão: - Então e ele não reparou na validade?

- Reparou pois. Disse o meu pai. - E viu bem, mas quando a foi renovar disseram-lhe que já o devia ter feito há cinco anos atrás.

Basicamente o que aconteceu é que Lei mudou, e com isso, “todos” tiveram (e têm) de ficar com as orelhas levantadas (guichas, como diz uma tia minha), pois, segundo a mesma Lei, a validade inscrita nas cartas de condução mais antigas já não é válida. Eu sabia disso, mas no mínimo, quem possuía uma carta nessas condições não devia ser notificado? Na verdade a minha carta de condução sofre do mesmo problema (e ainda estou na casa dos trinta).

E quem for viajar para o exterior do país a conduzir, espero bem que o polícia lá do sítio saiba que, apesar da validade estar inscrita num documento oficial, ela pode não ser verdadeira.

2. Não duvido da bondade do legislador nem da pertinência da iniciativa, mas não será este procedimento uma fraude bem legalizada?

Na Grécia, pelas razões conhecidas, já se podem vender, em determinadas circunstâncias, bens perecíveis fora da validade, em Portugal tal pode constituir crime, cuja pena ainda pode levar a prisão!

Mas esqueçamos este último parágrafo e recuemos no texto. O legislador não é lá muito inteligente. Existem situações bem mais interessantes, nas quais ainda não se lembrou de colocar uma validade. Por exemplo, porque não é colocada uma validade nos certificados de habilitações do ensino superior? Se uma Licenciatura não é mais que uma licença para..., então, se não exercer a atividade, ou não continuar a ser obtida formação ao longo do tempo, por que não repetir a licenciatura? Senhor Ministro Nuno Crato, olhe bem para a questão do financiamento das Universidades, a solução está à vista!

Bem, temos um problema de comparabilidade com a questão dos certificados (e há tribunais que não gostam de injustiças), é que com os formadores aconteceu o contrário. Os certificados de aptidão pedagógica de formador tinham uma validade de cinco anos (com obrigatoriedade de experiência e formação contínua) que, note-se, desapareceu, e mais, todos os certificados emitidos, mesmo já caducados, voltaram a ficar válidos, como que ressuscitaram. Uma boa parte das carteiras profissionais exigidas para o exercício de determinadas profissões, que tantas dores de cabeça deu a alguns e a inspeção do trabalho tanto procurava, foram, literalmente, "banidas".

3. A minha mãe tem um Bilhete de Identidade (BI) vitalício. O meu pai, que nasceu no mesmo ano, tem um Cartão do Cidadão renovável de cinco em cinco anos. O meu tio quis trocar o BI pelo Cartão do Cidadão, mas na Conservatória do Registo Civil logo lhe disseram: - O senhor é que sabe, mas se quiser trocar, vai ter de cá voltar de cinco em cinco anos (solução: o meu tio guarda religiosamente o seu Bilhete de identidade - até quando? , e nem é pela taxa que tinha de pagar). A minha prima trabalha num banco em França. Há dias telefonou à mãe a perguntar se já tinha ouvido falar num tal "Cartão do Cidadão", que um colega estava atrapalhado com um português que queria abrir uma conta bancária em França, mas que ninguém conhecia aquele documento. Valeu-lhe a minha prima, filha de emigrantes portugueses, para descobrir que um Cartão do Cidadão inovador em Portugal e todo pimpão, sempre existia.

No meio deste imbróglio todo eu pergunto-me para que serve o cartão de eleitor (também havia outros desnecessários, é certo). Se o Bilhete de Identidade está associado a uma freguesia de residência (e nem precisamos de falar no Cartão do Cidadão), porque raio continuam a manter um número de eleitor? (agora o meu até já tem mais uma letra anexa ao número de eleitor porque vivo num freguesia agregada).

Na verdade, se o cartão de eleitor tivesse validade, não havia tanta abstenção. Qual a razão deste não ter validade? Nunca se questionaram? Desculpem-me os entendidos, mas os cartões de eleitor só servem para provar que o número de eleitores em cada freguesia é bem superior ao número de residentes na mesma (como eu gosto de estatística).

4. Onde é que eu quero chegar com isto tudo? À brilhante conclusão que o vitalício (entenda-se de papel passado, oficial, timbrado, assinado e chancelado) em Portugal não dura para sempre (já sem falar nas sucessivas alterações à Lei). A minha dúvida fica no entanto em aberto: Será que o nosso legislador também não comete fraude connosco nesse aspeto e isso propicia a que nós nos sintamos na legitimidade de também o fazer? Se o legislador é pouco objetivo ou pouco claro, o Tribunal Constitucional que se desenrasque e interprete o que o legislador pensa.

A nós, simples mortais, para que não façamos asneira com a interpretação das normas legais, resta-nos rezar (se formos crentes), porque os ateus, esses, dizem sempre: "graças a Deus que sou ateu".

Henrique Santos
2013-09-19

ANEXO
LISTA DAS CRÓNICAS

Núm.	Autor	Título
1	Carlos Pimenta	Brandos Costumes, Fraudes Ardentes
2	Fernando Costa Lima	Mais leis? Não, obrigado.
3	José António Moreira	Fraude, ganância e (des)confiança
4	António João Maia	A Crise. Ainda a Crise. Novamente a Crise...
5	José Andrade	Novos casos, as mesmas Fraudes
6	José António Moreira	A mentira da "verdade": a fraude na Satyam
7	Glória Teixeira	Prevenção ou Repressão da Criminalidade Económico-Financeira?
8	José António Moreira	"Criatividade contabilística" ilustrada com a Portugal Telecom
9	Carlos Pimenta	O amor à família e a fraude
10	Nuno Moreira	A Auditoria (Forense) e a Fraude
11	Óscar Afonso	Observando a sombra
12	Carlos Pimenta	Crónica de uma metamorfose anunciada: Offshores
13	António João Maia	A Máquina do Tempo
14	José António Moreira	O Paradoxo da Confiança
15	Carlos Pimenta	A corrupção e os portugueses
16	António João Maia	A Importância da Formação Técnica Específica
17	José António Moreira	Falências em tempos de crise
18	Carlos Pimenta	Deus dá a memória conforme a moral
19	António João Maia	Um travão chamado burocracia
20	Carlos Pimenta	O tempo foge e a fraude agarra-o
21	Aurora Teixeira	A fraude académica: minando o nosso futuro...
22	Paulo Vasconcelos	Fundações, Madoff e Supervisão
23	José António Moreira	A falácia do ensino público
24	Carlos Pimenta	Partidos, eleições, financiamento e o mexilhão
25	António João Maia	A fraude como um acto de egoísmo
26	Carlos Pimenta	A marca CTT não levou a carta a Garcia
27	José António Moreira	"Negócio da Caixa já rende 39 milhões". Ignorância ou algo mais?
28	Glória Teixeira	Podem as leis más ou incompetentes incentivar a fraude?
29	Óscar Afonso	A sombra (de)cresce

Núm.	Autor	Título
30	José António Moreira	Quem é a próxima vítima de fraude?
31	Aurora Teixeira	O admirável mundo 'velho' da academia
32	Carlos Pimenta	Entre golos e apitos se lava o dinheiro
33	José António Moreira	Criminoso até prova em contrário
34	Pedro Santos Moura	A necessidade de fraude
35	Ana Maria Bandeira	Efeitos esperados do novo Sistema de Normalização Contabilística
36	António João Maia	A Prevenção da fraude
37	Carlos Pimenta	Os bónus milionários: velhas práticas, novos contextos
38	José António Moreira	Inovar no combate à fraude por subfacturação
39	Fernando Costa Lima	Idoneidade: afinal para que serve?
40	Carlos Pimenta	O silêncio ensurdecedor do crime
41	Óscar Afonso	Economia Não Registada: o que abrange e o que é geralmente abrangido
42	José António Moreira	Comissões, submarinos e transparência
43	Carlos Pimenta	Corrupção: «emprego» a alguns, desemprego a muitos
44	Paulo Vasconcelos	Quero votar em mobilidade
45	Aurora Teixeira	O juramento dos hipócritas ...
46	Rui Henrique Alves	O que vale o PIB?
47	Nuno Moreira	Chegaram as auditorias «milagrosas»
48	José António Moreira	"Face Oculta": um mau pensamento que me ocorreu
49	Edgar Pimenta	Sistemas de informação: Redutores ou impulsionadores da fraude?
50	Carlos Pimenta	Intermitência da fraude
51	Nuno Moreira	Uma opção, no mínimo imprudente...
52	Pedro Santos Moura	Reputação a quanto obrigas
53	Mariana Costa	Do crédito ao consumo e do sobreendividamento activo
54	José António Moreira	Multiópticas: as lentes da publicidade enganosa
55	Henrique Santos	Só jogo no euromilhões porque sei que a probabilidade de me sair é zero!
56	Óscar Afonso	Economia Não Registada em Portugal

Núm.	Autor	Título
57	Fernando Costa Lima	Combate à corrupção e ao crime económico - precisamos de uma nova abordagem?
58	Pedro Santos Moura	Fraude - Da necessidade de 'passar das palavras às acções'
59	Henrique Santos	José Sócrates foi vítima de fraude!
60	Aurora Teixeira	"Publicar ou morrer" - "Publicar e matar": a fraude e a esquizofrenia na academia
61	Carlos Pimenta	Atenção à corrupção, mas nem só desta vive o defraudador
62	José António Moreira	Foi você que pediu para ser enganado?
63	Fernando Costa Lima	Transparência, striptease e voyeurismo
64	Glória Teixeira	Corrupção, Dívida Pública e as Garantias dos Políticos (e equiparados)
65	Oscar Afonso	Reflectindo sobre as consequências da Economia Não Registada
66	Henrique Santos	PME Investe?
67	Paulo Vasconcelos e Ana Aguiar	Sistemas de repartição: de trabalhador responsável a pensionista reconhecido
68	Carlos Pimenta	Depois de casa roubada trancas na porta
69	Mariana Costa	A "carta da Nigéria" que veio da África do Sul
70	Nuno Moreira	Eh vizinho, que grande "ignoro"!
71	José António Moreira	«Animal Spirits»: o caso da corrupção
72	Henrique Santos	Gostava de viver num país sem fraude?
73	Oscar Afonso	Especulando sobre algumas causas da Economia Não Registada em Portugal
74	Carlos Pimenta	Que fez hoje contra a fraude? Que pensa fazer amanhã?
75	Aurora Teixeira	Plágio nas teses/dissertações... e então o(s) orientador(es)?
76	Henrique Santos	Se há fraude é porque EU quero!
77	Pedro Santos Moura	Fraude Interna – Mitos, Realidades e Abordagens
78	Paulo Vasconcelos	Ousar
79	Carlos Pimenta	Denunciar ou não, eis a questão
80	Aurora Teixeira	O lado 'lunar' da inovação e da criatividade
81	José António Moreira	Roubo praticado por quem não é «ladrão»

Núm.	Autor	Título
82	Óscar Afonso	Como medir a economia sombra?
83	Henrique Santos	"Bancos e Imobiliárias animam Wall Street (...) Aposto que o Tony Carreira não vai faltar!"
84	Carlos Pimenta	Immanuel Kant assassinado no Tamisa
85	José António Moreira	Fraude social, ou indícios avulsos?
86	Carlos Pimenta	Ministro alabirintado na paralela
87	Henrique Santos	A Justiça portuguesa tem "palavra de honra"
88	Pedro Santos Moura	Ditados & Fraude
89	José António Moreira	Parábolas, concursos e prescrições. Em tempo de Verão.
90	Óscar Afonso	Qual o Peso da Economia Sombra Sectorial em Portugal?
91	Henrique Santos	Os carros eléctricos agravam o défice português?
92	António João Maia	Pão e Circo
93	José António Moreira	Subcontratemos a governação do país!
94	Carlos Pimenta	Não peça crédito. Recorra à fraude!
95	Mariana Costa	Dolus malus e Dolus bonus
96	Glória Teixeira	Descentralização e Transparência
97	Henrique Santos	Profissão? - Gestor
98	José António Moreira	Prescrições de Milhões
99	Carlos Pimenta	Dia Internacional contra a Corrupção
100	Edgar Pimenta	Fraude 2.0
101	Fernando Costa Lima	Conflitos de interesses e sistemas de incentivos
102	António João Maia	A preto-e-branco
103	Aurora Teixeira	Política com 'inspiração' divina!
104	José António Moreira	Se uma "oferta" parecer boa de mais ...
105	Pedro Santos Moura	Os Tempos Contemporâneos e a Fraude
106	Rui Henrique Alves	A Democracia: uma grande "Fraude"?
107	Nuno Moreira	A auditoria e o recente livro "verde"... ou (cartão) "amarelo" ?
108	Henrique Santos	Simplex: Governo lança multa antes da hora!
109	Mariana Costa	O novo regime geral das taxas das autarquias locais
110	José António Moreira	Denúncia de fraudes e corrupção

Núm.	Autor	Título
111	Carlos Pimenta	Corrupção e revolução
112	Óscar Afonso	A Economia Sombra e o Défice
113	António João Maia	Estratégias
114	Aurora Teixeira	'Exorcizando' os fantasmas da fraude académica com um toque germânico
115	Paulo Vasconcelos	Preço dos combustíveis: carburador mal regulado
116	Pedro Santos Moura	Transparência, Confiança e Fraude
117	Edgar Pimenta	Vírus, vírus e mais vírus
118	José António Moreira	O Pesadelo
119	Henrique Santos	O dilema das portas do Edifício do Ministério das Finanças
120	Carlos Pimenta	Ao representante do FMI
121	Pedro Santos Moura	A «Auto-fraude»
122	Mariana Costa	Histórias de uma crise anunciada
123	Nuno Moreira	A "Troika" ….um retrocesso na Prevenção da Corrupção nas Autarquias?
124	José António Moreira	Troika e a reforma da Administração Pública
125	Carlos Pimenta	Baguim de Alforges e a globalização
126	Rui Henrique Alves	Ceteris Paribus…
127	Aurora Teixeira	Justiça à portuguesa: "Quem copiar leva 10 valores" … e o burro sou eu?…
128	Henrique Santos	O "Robalo" de Ernest Hemingway
129	Oscar Afonso	Economia Sombra: algumas implicações, causas e soluções
130	António João Maia	"Ilusionados"
131	Carlos Pimenta	Fraude nas notícias
132	Manuel Castelo Branco	Política e Negócios
133	João Gomes	A elegância da simplicidade
134	Mariana Costa	Contratos de adesão e tempestades
135	Óscar Afonso	Impacto de Políticas Governamentais na Economia Não-Registada, nos Salários e no Crescimento Económico
136	Nuno Moreira	O Risco de Fraude nas organizações e a necessidade (urgente) de o gerir

Núm.	Autor	Título
137	Glória Teixeira	Um sistema legal doente: a epidemia dos conflitos de interesses em Portugal
138	Carlos Pimenta	A saúde, a fraude e o jogo do gato e do rato
139	Rui Henrique Alves	Não Defraudar Expectativas: A "Troika" e os Municípios
140	Carlos Pimenta	Enriquecimento ilícito. De que estamos a falar?
141	Nuno Gonçalves	Desemprego e Economia Paralela em Tempos de Crise
142	João Gomes	Fraude no sistema de saúde: ignorar ou agir?
143	José António Moreira	Alô, é da Suiça?
144	Aurora Teixeira	Políticos, mentiras e fraude
145	Paulo Vasconcelos	Errata
146	Mariana Costa	Direitos, Acções Executivas e Folhas de Papel
147	António João Maia	Dignos, mas pobres
148	Edgar Pimenta	Pescar à rede ou com arpão?
149	Óscar Afonso	Crise actual: culpados e vítimas
150	Nuno Moreira	Insolvências: Resignação ou Proatividade?
151	António João Maia	Corrupção ou corrupções? – De que falamos quando falamos de corrupção
152	José António Moreira	A propósito de iliteracia financeira
153	Henrique Santos	Olá Pedro [Passos Coelho]!
154	Aurora Teixeira	A caminho do inferno... para o paraíso!
155	Carlos Pimenta	Dúvidas do amanhã!
156	Manuel Castelo Branco	Facilitação na constituição de empresas e comportamentos fraudulentos e corruptos
157	José António Moreira	Conflitos e interesses
158	Nuno Moreira	A reforma do mercado europeu de auditoria....Um contributo adicional...
159	Óscar Afonso	O Índice da Economia Não Registada em Portugal
160	Luís Torgo	A Fraude das Patentes de Software
161	Alda Correia	Uma questão de equilíbrio
162	António João Maia	E se?... – A propósito de Transparência
163	Fernando Costa Lima	O fim da ética?

Núm.	Autor	Título
164	Mariana Costa	Portugal e a Convenção de Viena sobre a Compra e Venda Internacional de Mercadorias
165	José António Moreira	A armadilha
166	João Gomes	Fraude em seguros aumenta em tempo de crise
167	Henrique Santos	Quem nunca coisou, que atire a primeira pedra!
168	Paulo Vasconcelos	"Está lá, mas não se vê!"
169	Carlos Pimenta	As raposas e as galinhas
170	Aurora Teixeira	Plágio e heróis trágicos (?) - Tramas de uma verdadeira 'tragédia grega'
171	José António Moreira	A situação financeira portuguesa e a falência da Enron: pontos de contacto
172	Henrique Santos	Economistas?... que raça!
173	Nuno Moreira	As empresas municipais (locais) e os recentes critérios de extinção
174	António João Maia	Corrupção política em Portugal: dez milhões de vítimas
175	Pedro Santos Moura	Fraude, Modelos & Cultura
176	Edgar Pimenta	A vida na palma da mão
177	Henrique Santos	Nós simplesmente não fazemos
178	Luís Torgo	Coitadinho do doente
179	Nuno Gonçalves	Uma breve nota sobre o conceito de Economia Paralela
180	Carlos Pimenta	O raio dos mercados
181	Manuel Castelo Branco	Escândalos empresariais e ensino em gestão
182	Rui Henrique Alves	Percepção Versus Realidade: O Caso do Ataque ao Euro
183	José António Moreira	Fraude em tempos de crise
184	Egídio Cardoso	HAWALA – Sistemas Informais de Remessa de Valores
185	Glória Teixeira	Corrupção e Burocracia: um equilíbrio difícil
186	Henrique Santos	O Sexo, a Igreja e a Fraude
187	Mariana Costa	Atribua-se uma cara ao Estado
188	Óscar Afonso	Economia não Registada: (in)desejabilidade, medida e previsível evolução

Núm.	Autor	Título
189	Maria do Céu Ribeiro	Não há mal que sempre dure nem "mal" que não se acabe...
190	António João Maia	A importância da interdisciplinaridade para o conhecimento e controlo da fraude e da corrupção
191	Carlos Pimenta	Duas comédias do mesmo drama
192	José António Moreira	Segurança Social: um "esquema de Ponzi" em nome da solidariedade
193	Pedro Santos Moura	Accountability
194	Henrique Santos	A Teoria da Relatividade da Fraude
195	Aurora Teixeira	Racionando com ética ou ética racionada?
196	Nuno Gonçalves	A economia paralela e seus efeitos no crescimento económico
197	Glória Teixeira	As funções do Estado e a transparência das contas públicas
198	Paulo Vasconcelos	A propósito dos Armstrong: cidadãos do mundo
199	Carlos Pimenta	Do drama pungente à esperança renascida
200	Aurora Teixeira	Portugal e o inferno de Bosch
201	Carlos Pimenta	Análise do impacto fraudulento
202	Carlos Pimenta	Publicidade ilegal
203	António João Maia	Corrupção – crime sem vítima?
204	Rui Henrique Alves	Os políticos... Ou nós?
205	João Gomes	Expectativas defraudadas
206	José António Moreira	Criatividade ou fraude: pode a escolha da palavra afetar o consciente coletivo?
207	João Pedro Martins	A Grande Burla Legal
208	Mariana Costa	Oportunidades e Oportunismos
209	Nuno Moreira	Como estamos de (Corporate) Governance...
210	Manuel Castelo Branco	Corrupção em Portugal versus Portugal "na corrupção"
211	Aurora Teixeira	Fraude, pseudónimos e pifos: Mulas e o 're/(a)fundar o Estado'
212	João Pedro Martins	O Défice da Mensagem
213	Paulo Vasconcelos	O mentiroso admitiu a mentira

Núm.	Autor	Título
214	António João Maia	A Remodelação do Estado – Questão-Chave para o Futuro
215	Elisabete Maciel	Segurança da Informação: a ilusão
216	Óscar Afonso	As elites da treta que nos governam
217	Henrique Santos	Novíssimo sistema de faturação ainda entra em vigor em 2013
218	Rui Henrique Alves	Ceteris Paribus II
219	João Pedro Martins	O homem que amou a Troika
220	Alda Correia	Quando a esmola é grande, o pobre (des)confia
221	Mariana Costa	Perplexidades do ordenamento jurídico português
222	Nuno Gonçalves	O Cumprimento Fiscal, a Economia Paralela e a Sociedade
223	Glória Teixeira	O excesso de constitucionalismo e o descalabro das contas públicas
224	Pedro Santos Moura	Espaço Público (falta de)
225	Manuel Castelo Branco	Poderá a televisão estar relacionada com a corrupção?
226	Nuno Moreira & José Pinho	"O Natal é quando um Homem quiser!"
227	José António Moreira	Pensões de reforma … em tempo de crise
228	André Vieira de Castro	A Árvore da Fraude ou a Árvore das Patacas…
229	Nuno Moreira & Manuel Gens	"What else Mrs. Fraud?"
230	Aurora Teixeira	Os deputados da Assembleia da República e os estudantes universitários: que falta(s) fazem?
231	João Pedro Martins	O exorcismo político
232	Carlos Pimenta	Iniciativa a louvar contra a corrupção
233	Glória Teixeira	Os instrumentos de luta contra a fraude e abuso fiscais
234	António João Maia	Parcerias Público-Privadas – mais transparência discursiva…
235	Fernando Costa Lima	A mediatização da Justiça
236	Henrique Santos	A teoria dual do ser humano
237	Rui Henrique Alves	A Verdadeira Reforma?
238	João Pedro Martins	O maior burlão de todos os tempos

Núm.	Autor	Título
239	Óscar Afonso	O fim do fascínio
240	Edgar Pimenta	A Fraude e a informática
241	Mariana Costa	"Venha o diabo e escolha"
242	Nuno Gonçalves	A Moda da Evasão Fiscal
243	Carlos Pimenta	As garagens que não o são (fiscalmente)
244	Henrique Santos	O vitalício não dura para sempre
245	José António Moreira	IVA da restauração, em tempos de diminuição da evasão fiscal
246	Maria do Céu Ribeiro	Mais vale prevenir do que Remediar
247	Aurora Teixeira	A grande fraude: diversão e cinismo de uns à custa do sofrimento de outros
248	Elisabete Maciel	Dados clínicos: estarão seguros?
249	José António Moreira	Qualidade da informação financeira em tempos de crise
250	Manuel Castelo Branco	Educar contra a corrupção?
251	Carlos Pimenta	Lagarteiro e EDP
252	Nuno Moreira	A prevenção da corrupção...o caminho faz-se caminhando...
253	Carlos Pimenta	Listas coloridas dos offshores
254	Maria Amélia Monteiro	A obra do fim de mandato
255	Paulo Vasconcelos	Rankings das escolas: desordenação e desigualdade de oportunidades
256	Nuno Gonçalves	Um Sorteio para a Prevenção da Evasão Fiscal?
257	António João Maia	Corrupção em Portugal - entre a percepção e a realidade
258	Carlos Pimenta	Não se Visa esclarecer

ISBN 978-989-755-082-9

